

UNESP ..UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



GIZA GUIMARÃES PEREIRA SALES

**A FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO – FAED (1973- 1999):
O CURSO DE PEDAGOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO BRASIL**

2019

UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



GIZA GUIMARÃES PEREIRA SALES

**A FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO – FAED (1973- 1999):
O CURSO DE PEDAGOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO BRASIL**

TESE - Doutorado em Educação -
apresentada à banca examinadora do Programa
de Pós-Graduação em Educação da Faculdade
de Filosofia e Ciências, da Universidade
Estadual Paulista - *campus* - Marília, como
requisito para obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Políticas Públicas e
Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História
educação no Brasil.

Orientadora: Dra. Rosane Michelli de Castro

S163f

Sales, Giza Guimarães Pereira

A Faculdade Adventista de Educação – FAED (1973-1999): o curso de pedagogia e sua contribuição para a formação de professores no Brasil / Giza Guimarães Pereira Sales. – Marília, 2019

414 p. : il., tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosane Michelli de Castro

1. Professores formação. 2. Educação história. 3. Educação superior adventista. 4. Faculdade adventista de educação. 5. Ensino confessional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Esta ficha não pode ser modificada.

SALES, Giza Guimarães Pereira. *A Faculdade Adventista de Educação – FAED (1973-1999): O Curso de Pedagogia e sua contribuição para a formação de professores no Brasil*. 414f Tese (Doutorado em Educação). UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC/Campus de Marília, Marília-SP, 2019. Orientadora: Dra. Rosane Michelli de Castro.

BANCA EXAMINADORA

Titular 1

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro

Programa de Pós-Graduação em Educação
FFC- UNESP

Titular 2

Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

Programa de Pós-Graduação em Educação
FFC- UNESP

Titular 3

Profa. Dra. Katiene Nogueira da Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação
FEUSP

Titular 4

Prof. Dr. Renato Stencil

Centro Nacional da Memória Adventista
Programa de Pós-Graduação
Seminário Adventista Latino-americano de Teologia
SALT – UNASP

Titular 5

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMEP

*Dedico
esta Tese
àqueles que são
a razão do meu viver
e minha inspiração
para que eu me torne, hoje,
cada dia melhor
do que fui no passado.*

*Que nossa história de vida não seja lembrada
apenas como cheia de derrotas e vitórias,
mas uma história vivida
intensamente,
com nossos erros e acertos,
mas sempre
com a certeza
de que pertencemos um ao
outro...*

Aos meus Bruna, Lucas e Rob

AGRADEÇO

A Deus, que é o princípio e o fim e sem Ele nada somos...

*Aos meus filhos Bruna e Lucas,
que já estão se acostumando a sobreviver às turbulências e
desafios da minha vida de mãe-pós-graduanda.*

*Ao meu esposo Robson,
pelo apoio, colaborações e revisões incansáveis neste trabalho,
especialmente por compreender minhas angústias.*

*Aos meus familiares Juce, Jean, Mara, André, Júlia e também
aos queridos amigos pelo apoio sempre que necessário.*

*À professora Rosane,
não só minha orientadora, mas minha amiga, parceira nos
eventos e companheira nas lutas da vida acadêmica e pessoal.*

*À professora Ana Clara,
que acompanhou minha caminhada, sendo uma grande
orientadora no Mestrado e agora no doutorado, uma importante
interlocutora.*

*Ao professor Renato,
que sem saber, por meio de sua tese de doutorado, foi uma grande
inspiração para que eu pudesse pensar em estudar esse tema tão
fascinante.*

*A vocês, queridos professores,
agradeço também pelas preciosas contribuições no exame de
qualificação. Com elas cresci e enxerguei novas possibilidades.*

*Aos professores Katiene e Cesar Romero,
por aceitarem participar da banca, sem me conhecerem, e por
serem tão gentis nas tratativas e agendamentos para que a banca
acontecesse.*

*À direção e secretaria do Unasp,
por me permitir consultar seus arquivos,
especialmente ao Pr. Martiní, Marcelle e Pâmela.*

Ao Centro Nacional da Memória Adventista - Unasp - Engenheiro Coelho, nas pessoas do Prof. Renato, Janaina e Gilsara, pelo acolhimento e atenção na consulta ao acervo.

Ao Centro de Memória - Unasp - São Paulo -Émile, por me facilitar meu acesso aos documentos.

Ao professor e amigo Elder Hosokawa pela interlocução e por me disponibilizar seus arquivos.

Aos alunos egressos da FAED, por responderem meus questionários.

Aos professores, funcionários e diretores - Professor Orlando Ritter, Nevil Gorski, Nair e José Carlos Ebling, Clarice e Wandir Araújo, Roberto Azevedo, Hélio Serafino, Ednice Burlandy e Dra. Eurides Brito pela disponibilidade e gentileza com que me concederam entrevistas.

À família Ritter, especialmente, Marlene e Orlando Ritter Neto que agilizaram o encontro com o patriarca da família.

À Unesp e ao PPGE, especialmente aos funcionários pelos serviços prestados, pela eficiência e cordialidade sempre presentes.

Àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esta tese se tornasse real.

Muito obrigada!

*O Céu é uma escola;
o campo de seus estudos, o Universo;
seu professor, o Ser infinito.*

Ellen Gold White

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Instituições Superiores Adventistas no Brasil.....	87
Quadro 2 - Educação Adventista no Brasil de 1940 a 1970.....	119
Quadro 3 – Crescimento de alunos e escolas 1970-2000.....	128
Quadro 4 - Origem dos alunos da FAED - Jornal da FAED 1978.....	131
Quadro 5- Origem dos alunos da FAED – Livro de matrículas 1979.....	132
Quadro 6- Origem dos alunos da FAED turma de 1994.....	133
Quadro 7- Origem dos alunos – pesquisa da autora.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento de Alunos e Membros entre 1906 e 1939	118
Gráfico 2 - Crescimento de Igrejas e Escolas Adventistas entre 1906 e 1939.....	118
Gráfico 3 – Crescimento educacional no Paraná de 1971 a 1976.....	127
Gráfico 4 - Alunos matriculados de 1940 a 2000.....	128
Gráfico 5 - Média de alunos por escola de 1940 a 2000.....	129
Gráfico 6 - Origem dos alunos da FAED – Pesquisa da autora	134
Gráfico 7 - Intervalo entre graduação e primeiro trabalho.....	135
Gráfico 8 -Tipo de instituição do primeiro trabalho	136
Gráfico 9 - Local do primeiro trabalho na área educacional.....	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Primeiro prédio do Colégio Internacional de Curitiba	67
Figura 2- Segundo prédio do Colégio Internacional de Curitiba	68
Figura 3- Escola Adventista de Gaspar Alto.....	70
Figura 4 - Escola de Taquari.....	70
Figura 5- A propriedade recém adquirida- Maio de 1915	73
Figura 6- Visão panorâmica do Seminário/CAB em 1927	74
Figura 7- Escola Normal Livre Adventista (1925).....	76
Figura 8- Demonstração dos alunos da escola primária ou “ <i>Escola Modelar</i> ”, em 1922. Professoras e normalistas à direita, no jardim do dormitório feminino.....	77
Figura 9- Formandos 1922 – Colação de grau.....	78
Figura 10- Formandos de 1922. Programa e nomes dos formandos	79
Figura 11- DOU - Publicação do Decreto 72.610.....	81
Figura 12 - Edifício FAED e FAT em 1980	82
Figura 13- Convite de Formatura Curso Normal 1951.....	103
Figura 14- Convite de Formatura Curso Normal 1952 – frente e verso.....	104
Figura 15- - Convite de Formatura Curso Normal 1952 – interior	104
Figura 16- Jornal da FAED, Ano5, n. 10.....	129
Figura 17 – Nominata 1991 – p. 35.....	138
Figura 18- Nominata 1991 – p. 44	139
Figura 19- Mapa com localização das escolas onde trabalhavam alunos da FAED da turma de1978.....	141
Figura 20- Ata de Reunião de 06/10/1974.....	153
Figura 21- Documenta Conselho Federal de Educação (1973)	154
Figura 22- Decreto 72.610 (1973).....	155
Figura 23- Ofício STA 1063/73.	156
Figura 24- Panfleto anunciando o primeiro vestibular.	159
Figura 25- Publicação do 1º vestibular na Folha de São Paulo.....	160
Figura 26- Vestibular da FAED (1974).....	163
Figura 27- Capa do primeiro Livro de Atas da FAED.	164
Figura 28- Termo de abertura do primeiro Livro de Atas da FAED.....	165
Figura 29- Relação do Corpo docente (1973).....	167
Figura 30- Documentação do Corpo docente (1973)	168

Figura 31- Anexo ao pedido de reconhecimento do curso	171
Figura 32- Portaria 305 (1975) CFE Nomeia Comissão de verificação da FAED. ..	173
Figura 33- Revista Adventista (1975)	177
Figura 34- Decreto 78.607	179
Figura 35 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 - Capa.....	181
Figura 36 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – Fl. 1	182
Figura 37 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – fl. 2	182
Figura 38 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – fl. 3	183
Figura 39 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – fl.4	183
Figura 40 – Formandas da primeira turma- FAED- – Jun/1977	184
Figura 41– Formandas da primeira turma- FAED- – Jun/1977	184
Figura 42 – Alunas da primeira turma FAED- Culto de ação de graças	185
Figura 43 – Alunas da primeira turma FAED e diretor Hampton Eugene Walker ...	185
Figura 44 – Diploma de aluna formada pela primeira turma- FAED	186
Figura 45 – Diploma de aluna formada pela primeira turma- FAED	186
Figura 46- Revista Adventista: a Primeira Colação de Grau da FAED	187
Figura 47 - Convite da Formatura (1978) – Capa	189
Figura 48- Convite da Formatura (1978) – FAED	190
Figura 49 – Programa de Formatura (1983) - Capa	191
Figura 50 – Programa de Formatura (1983)	192
Figura 51- Convite da Formatura (1990) - Capa.....	193
Figura 52- Convite da Formatura (1990) – Formandos.....	194
Figura 53- <i>Documenta 241</i> , de dez (1980) – CFE - Parecer 1405	197
Figura 54- <i>DOU</i> - Publicação de Autorização de Habilitação	198
Figura 55- Ofício 1145/DEMEC/SP/DSC de junho de 1987	200
Figura 56- <i>Revista Adventista</i> (1988).....	201
Figura 57 - Alunas da FAED uniformizadas (1985)	205
Figura 58 - Alunos uniformizados em frente à Escola E.F.-IAE-SP	206
Figura 59- Prédio FAED e FAT (Década de 1980).....	206
Figura 60- Orlando Ritter (ao centro) com alunos (as) da FAED (Década de 1980)	207
Figura 61- Partitura do Hino da FAED	209
Figura 62- Aula de português com a professora Albertina R. Simon –	214
Figura 63- Revista Adventista de abril 1989, p. 18.....	217

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AG	Associação Geral
BCC	<i>Battle Creek College</i>
CAB	Colégio Adventista Brasileiro
CESU	Câmara de Ensino Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CG	Conferência Geral da IASD
CNE	Conselho Nacional de Educação
DSA	Divisão Sul-Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia
EDESSA	Educandário Espírito-santense Adventista de Ensino
ENA	Educandário Nordestino Adventista
EUA	Estados Unidos da América
FAE	Faculdade Adventista de Enfermagem
FADMINAS	Faculdade Adventista de Minas Gerais
FAED	Faculdade Adventista de Educação
IAAI	Instituto Adventista Agroindustrial da Amazônia
IAAMO	Instituto Adventista da Amazônia Ocidental
IACS	Instituto Adventista Cruzeiro do Sul
IAE	Instituto Adventista de Ensino
IAEE	Instituto Adventista do Nordeste
IAEMG	Instituto Adventista de Minas Gerais
IAP	Instituto Adventista do Paraná
IASD	Igreja Adventista do Sétimo Dia
IASP	Instituto Adventista São Paulo
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAE	Instituto Petropolitano Adventista de Ensino
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
OSEC	Organização Santamarense de Educação e Cultura
SALT	Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia
SESU	Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação
UAB	Universidade Adventista Brasileira
UMC	Universidade Mogi das Cruzes
UNASP	Centro Universitário Adventista de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNISA	Universidade de Santo Amaro
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> [Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento]
USP	Universidade de São Paulo

SALES, Giza Guimarães Pereira. *A Faculdade Adventista de Educação – FAED (1973-1999): O Curso de Pedagogia e sua contribuição para a formação de professores no Brasil*. 414f. Tese (Doutorado em Educação). UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC/Campus de Marília, Marília-SP, 2019. Orientadora: Dra. Rosane Michelli de Castro.

RESUMO

Em continuidade às pesquisas na área de História da Educação – iniciadas na Graduação em Pedagogia e durante o Mestrado em Educação, ambas desenvolvidas nesta Universidade (UNESP – *campus* Marília), mediante bolsas PIBIC/CNPQ/UNESP e PPGE/CNPQ/UNESP, apresentam-se nesta Tese resultados finais de pesquisa em nível de Doutorado sobre a qual desenvolveu-se investigação referente à história da formação de professores no Brasil. Trata-se de pesquisa qualitativa com abordagem histórica, centrada em análise documental e bibliográfica. Inicialmente, para contextualização do tema, foram realizadas pesquisas a respeito da inserção dos cursos superiores ligados às instituições confessionais protestantes no país, como por exemplo, igrejas Batista, Presbiteriana, Metodista, Luterana e Adventista com a finalidade de perceber suas contribuições para o Ensino Superior no Brasil, especialmente a partir do final do século XIX e início do XX. As informações obtidas permitiram perceber a proximidade de se completar 50 anos de implantação da Educação Superior Adventista no Brasil e 45 anos da primeira Faculdade Adventista dedicada à formação de professores. Com isso, escolheu-se como tema central da pesquisa: O processo de criação e instalação da Faculdade Adventista de Educação – FAED, do Instituto Adventista de Ensino – IAE – São Paulo – SP e sua contribuição para a formação de professores, entre 1973 – ano de sua criação e 1999 – ano em que se estabeleceu nova organização estrutural na instituição que viria iniciar um processo de expansão e reorganização de suas faculdades, transformando a Faculdade de Educação em Curso de Licenciatura em Pedagogia, e, juntamente com os demais cursos passaram a fazer parte do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). Assim, a FAED se estabelece como a precursora dos demais cursos superiores de formação de professores mantidos pela Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil, tornando-se referência no provimento de profissionais para atuarem em suas escolas, uma vez que, boa parte dos seus egressos vão ser alocados nas escolas adventistas espalhadas nas diversas unidades federativas do país, seja como professores, diretores, coordenadores, orientadores e administradores. Com base nos resultados obtidos por meio de pesquisa exploratória, estabeleceu-se como objetivos desta pesquisa: compreender a contribuição da FAED para a formação de professores no Brasil. O referencial teórico-metodológico para a investigação está subsidiado nos pressupostos de análise da História Cultural e História Oral e tem por finalidade compreender aspectos de uma determinada realidade, e, com isso, buscar articular a percepção dos fatos por seus diferentes sujeitos, relacionando-os com o conjunto de documentos e bibliografia específica que tematizam ou se aproximam do objeto estudado. O conjunto de procedimentos teórico-metodológicos utilizados tem contribuído efetivamente para suscitar reflexões sobre a relação entre a formação de professores realizada na FAED, circulação de saberes pedagógicos e produção de uma cultura pedagógica no âmbito das instituições confessionais.

Palavras-chave: História da formação de professores; Ensino confessional; Educação superior adventista; Faculdade Adventista de Educação; Pedagogia.

SALES, Giza Guimarães Pereira. The Adventist College of Education - FAED (1973-1999): The Pedagogy Course and its contribution to teacher training in Brazil.

ABSTRACT

In continuity with the researches in the area of History of Education - started at the Undergraduate Program in Pedagogy and during the Masters in Education, both developed at this University (UNESP - Campus Marília), through grants PIBIC / CNPQ / UNESP and PPGE/CNPQ / UNESP, are presented in this thesis, the final results of research at the doctoral level on which research on the history of teacher education in Brazil was developed. It is a qualitative research with a historical approach, focused on documentary and bibliographic analysis. Initially, to contextualize the theme, research was carried out on the insertion of the higher courses connected to Protestant denominational institutions in the country, such as Baptist, Presbyterian, Methodist, Lutheran and Adventist churches, in order to perceive their contributions to Higher Education in Brazil, especially from the late nineteenth and early twentieth centuries. The information obtained showed the proximity of completing 50 years of implementation of Adventist Higher Education in Brazil and 45 years of the first Adventist Faculty dedicated to the training of teachers. With this, it was chosen as the central theme of the research: The process of creation and installation of the Adventist Faculty of Education - FAED, of the Adventist Institute of Education - IAE - São Paulo - SP and its contribution to the formation of teachers between 1973 - year of its creation and 1999 - year in which a new structural organization was established in the institution that would initiate a process of expansion and reorganization of its faculties, transforming the Faculty of Education in Course of Degree in Pedagogy, and, along with the other courses passed to be part of the Adventist University Center of São Paulo (UNASP). Thus, the FAED establishes itself as the precursor of the other higher education courses of teachers held by the Seventh-day Adventist Church in Brazil, becoming a reference in the provision of professionals to work in their schools, since a large part of their graduates will work in Adventist schools scattered throughout the country's various federal units, whether as teachers, principals, coordinators, counselors, and administrators. Based on the results obtained through exploratory research, the objectives of the research were: understand the contribution of FAED to the training of teachers in Brazil. The theoretical-methodological reference for the investigation is subsidized in the assumptions of analysis of Cultural History and Oral History and its purpose is to understand aspects of a certain reality, and, with that, to articulate the perception of the facts by its different subjects, relating them with the set of documents and specific bibliography that thematicalize or approach the object studied. The set of theoretical and methodological procedures used has effectively contributed to raise reflections on the relationship between teacher training at FAED, the circulation of pedagogical knowledge and the production of a pedagogical culture within the confessional institutions.

Key words: History of teacher education; Confessional teaching; Adventist higher education; Adventist College of Education; Pedagogy.

SALES, Giza Guimarães Pereira. La Facultad Adventista de Educación - FAED (1973-1999): El Curso de Pedagogía y su contribución a la formación de profesores en Brasil.

RESUMEN

En el marco de la investigación sobre el tema de la enseñanza de la educación, iniciadas en la Graduación en Pedagogía y durante el Máster en Educación, ambas desarrolladas en esta Universidad (UNESP - campus Marília), mediante becas PIBIC / CNPQ / UNESP y PPGE / CNPQ / UNESP, en esta tesis resultados finales de investigación a nivel de Doctorado sobre la cual se desarrolló investigación referente a la historia de la formación de profesores en Brasil. Se trata de una investigación cualitativa con enfoque histórico, centrado en análisis documental y bibliográfico. En primer lugar, para contextualización del tema, se realizaron investigaciones acerca de la inserción de los cursos superiores vinculados a las instituciones confesionales protestantes en el país, como por ejemplo, iglesias Batista, Presbiteriana, Metodista, Luterana y Adventista con la finalidad de percibir sus contribuciones a la Enseñanza Superior en Brasil, especialmente a partir del final del siglo XIX y principios del XX. Las informaciones obtenidas permitieron percibir la proximidad de cumplirse 50 años de implantación de la Educación Superior Adventista en Brasil y 45 años de la primera Facultad Adventista dedicada a la formación de profesores. Con ello, se eligió como tema central de la investigación: El proceso de creación e instalación de la Facultad Adventista de Educación - FAED, del Instituto Adventista de Enseñanza - IAE - São Paulo - SP y su contribución a la formación de profesores, entre 1973 - el año de su creación y 1999, año en que se estableció una nueva organización estructural en la institución que vendría a iniciar un proceso de expansión y reorganización de sus facultades, transformando la Facultad de Educación en Curso de Licenciatura en Pedagogía, y, junto con los demás cursos pasaron a formar parte del Centro Universitario Adventista de São Paulo (UNASP). Así, la FAED se establece como la precursora de los demás cursos superiores de formación de profesores mantenidos por la Iglesia Adventista del Séptimo Día (IASD) en Brasil, convirtiéndose en referencia en la provisión de profesionales a actuar en sus escuelas, una vez que, buena parte de sus egresados van a actuar en las escuelas adventistas dispersas en las diversas unidades federativas del país, sea como profesores, directores, coordinadores, orientadores y administradores. Con base en los resultados obtenidos por medio de investigación exploratoria, se estableció como objetivos de la investigación: comprender la contribución de la FAED para la formación de profesores en Brasil. El referencial teórico-metodológico para la investigación está subsidiado en los presupuestos de análisis de la Historia Cultural e Historia Oral y tiene por finalidad comprender aspectos de una determinada realidad y, con ello, buscar articular la percepción de los hechos por sus diferentes sujetos, relacionándolos con el conjunto de documentos y bibliografía específica que tematizan o se aproximan al objeto estudiado. El conjunto de procedimientos teórico-metodológicos utilizados ha contribuido efectivamente a suscitar reflexiones sobre la relación entre la formación de profesores realizada en la FAED, circulación de saberes pedagógicos y producción de una cultura pedagógica en el ámbito de las instituciones confesionales.

Palabras clave: Historia de la formación de profesores; Enseñanza confesional; Educación superior adventista; Facultad Adventista de Educación; Pedagogía.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
RESUMEN	xv
APRESENTAÇÃO	xviii

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1	47
1. EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DO IDEAL PROTESTANTE NA IMPLANTAÇÃO DO ADVENTISMO NO BRASIL.....	48
1.1. A relação entre protestantismo e educação.....	53
1.2. As influências dos imigrantes europeus e americanos	59
1.3. Os primeiros adventistas: dos EUA ao Brasil - A educação como princípio	61
1.4. A instalação da primeira Igreja Adventista no Brasil	63
1.5. O projeto educacional adventista para o Brasil.....	66
1.6. O surgimento da maior escola adventista do Brasil	71
1.7. A filosofia educacional adventista e o papel de Ellen G. White.....	88
CAPÍTULO 2	94
2. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ADVENTISTAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	95
2.1. Primeiras iniciativas de formação de professores - As Escolas de primeiras letras... 95	
2.2. De uma escola para formação de professores primários ao centro disseminador de luzes – A Escola Normal	96
2.3. Uma escola com nível superior - O Instituto de Educação.....	105
2.4. De bacharelado à licenciatura – A história do Curso de Pedagogia no Brasil	107
2.5. A formação docente na <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação – n. 4024/1961</i>	110
2.6. A Reforma universitária implementada na <i>Lei n. 5.540/68</i>	110
2.7. Habilitação Específica para o Magistério (HEM) – <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação – n. 5692/1971</i>	112
CAPÍTULO 3	116
3. A CONTRIBUIÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA	117
3.1. As condições do sistema educacional adventista.....	117
3.2. Antecedentes históricos e legais	120
3.3. Início do reerguimento do sistema educacional Adventista	122
3.4. A relação dos primeiros alunos da FAED com a rede adventista de ensino.	129
3.4.1. Origem dos alunos e destino dos egressos.....	131
3.5. O legado da FAED para a educação adventista	141

CAPÍTULO 4	144
4. A CRIAÇÃO DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO - FAED	145
1.1 A autorização de funcionamento da FAED	154
1.2 Os primeiros vestibulares	158
1.3 O livro de atas – Primeira reunião da congregação.....	164
1.4 O corpo docente em 1973	166
1.5 Segunda reunião da Congregação	168
1.6 O reconhecimento do curso	170
4.1. Formatura da primeira turma	180
1.7 Habilitações	195
1.7.1 Administração escolar -1º e 2º graus e em Magistério das matérias pedagógicas de 2º grau.....	195
1.7.2 Orientação educacional e supervisão escolar.....	195
1.7.3 Magistério do 1º nível	198
1.7.4 Reconhecimento das habilitações orientação educacional e supervisão escolar	199
1.8 Implantação dos cursos de Letras e de Ciências	201
1.9 Curso de Educação Artística.....	202
1.10 Um novo curso de Pedagogia no campus São Paulo	203
1.11 Impressões de um diretor sobre o ambiente escolar na FAED	204
CAPÍTULO 5	212
5. FORMAÇÃO DE PROFESSORES ADVENTISTAS: DA ESCOLA NORMAL À FAED.....	213
5.1. Os princípios fundamentais da filosofia educacional adventista	218
5.1.1. Perfil do professor na filosofia adventista	223
5.1.2. A filosofia educacional adventista na FAED.....	225
5.2. A formação de professores na FAED	228
5.2.1. O currículo oficial na FAED.....	230
5.2.2. A introdução das disciplinas bíblico-religiosas	234
5.2.1. Formação extraclasse na FAED	246
5.2.2. Hora educativa	246
5.2.3. Encontro Formal – Jantar especial	247
5.2.4. Capelas.....	247
5.2.5. Cultos regulares da igreja	248
5.2.6. Semanas de Oração	248
5.2.7. Cultos matutinos e vespertinos	248
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
7. REFERÊNCIAS.....	258
ANEXOS	271
APÊNDICES	391

APRESENTAÇÃO

Meu interesse por compreender os caminhos da educação confessional surge em decorrência de eu ter cursado parte dos meus estudos em uma instituição confessional em regime de internato misto. Estudar e viver dentro dos limites de uma instituição durante o Ensino Médio (antigo Segundo Grau), vivenciando relações interpessoais próximas com os demais alunos, professores e funcionários, influenciaram não apenas minha vida acadêmica como também social, moral e emocional. Isso se deu de forma tão intensamente positiva que tenho provido aos meus filhos também a oportunidade de estudarem em uma dessas instituições. Ao observar o panorama das escolas brasileiras, percebe-se que, em sua essência, as escolas confessionais estão impregnadas de valores outros que não apenas o de instruir, oferecer cursos e conhecimentos acadêmicos, mas o de formar seus alunos numa perspectiva integral, diferenciando-se de muitas escolas convencionais públicas ou particulares não confessionais. Observando ainda o sistema educacional ligado à Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), sua presença em quase todos os estados do Brasil e em boa parte do mundo, suas escolas em regime de internato, seja de nível superior ou de ensino médio, tudo isso me chama a atenção para, no momento acadêmico em que me encontro, me debruçar sobre uma escola confessional do sistema adventista de educação e buscar compreender um pouco da sua história.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, meus interesses de estudo, de uma certa forma, estiveram concentrados em três áreas: língua/literatura, educação e história. Ao iniciar a graduação, optei então pela Licenciatura em Letras¹, nesse período já nutria o desejo de desenvolver estudos por meio dos caminhos da História da Educação. Após alguns anos distante da universidade, decidi retornar ao meio acadêmico e optei por cursar a Licenciatura em Pedagogia². No último ano de graduação passei a desenvolver pesquisa de Iniciação Científica³ sobre a história da formação de professores primários no Brasil, que resultou em Trabalho de Conclusão de Curso⁴ (TCC) com abordagem histórica. Esse primeiro contato com a pesquisa em História da educação me fez perceber as múltiplas possibilidades para a compreensão dos fenômenos educativos e das implicações do modelo de formação de professores vigente em

¹ Durante os anos de 1993 a 1996, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

² Durante os anos de 2006 a 2009, nesta Universidade (UNESP – Marília).

³ Como bolsista (CNPq/UNESP).

⁴ SALES (2009a) – Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem histórica, com utilização de fontes documentais de valor histórico, na qual realizei a análise de um manual de ensino escrito por J. Budin, professora da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1949, intitulado *Manual de Metodologia da Linguagem*, destinado à utilização nos cursos de formação de professores, Escolas Normais e Faculdades de Filosofia. Em decorrência dessa pesquisa, participei de eventos científicos com apresentação de trabalhos e elaborei artigo para publicação em revista científica. Dentre os principais textos publicados encontram-se: SALES (2009b); SALES (2009c); SALES (2009d); SALES (2009e); SALES (2010a); SALES (2010b); e SALES (2011).

cada período e as influências sofridas por meio das políticas educacionais e demandas de mercado exigidas pela sociedade em transformação.

Finalmente, para consolidar meu desejo de pesquisadora e para contemplar as três áreas de estudo com as quais me identificava, ingressei na condição de aluna especial no **Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação – UNESP – Marília**, no ano de 2010⁵ e, em 2011, ingressei efetivamente no Mestrado como aluna regular vinculada à linha “**Filosofia e História da Educação**”⁶. Tendo cumprido todos os créditos com as disciplinas cursadas, optei por aprofundar meus conhecimentos e ampliar minhas relações com outros pesquisadores e me matriculei, como aluna especial, no **Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP)**⁷. A convite da minha orientadora, Professora Ana Clara Bortoleto Nery passei a fazer parte do “**Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração Escolar e Formação de Educadores**” – **GEPAEFE**, cujos momentos de interlocução entre participação nas disciplinas, no grupo de pesquisa e nos eventos científicos, foram fundamentais para meu amadurecimento intelectual e para a formação dessa pesquisadora que se iniciava nos caminhos da história da educação. Tal constatação ocorreu também no decorrer da pesquisa de Mestrado. Temas como circulação de saberes, práticas culturais, cultura escolar, biblioteca escolar, o papel do bibliotecário e sua influência na formação de professores da Escola Normal passaram a fazer parte do meu cotidiano, uma vez que enfoquei tais aspectos em minha **Dissertação**, cujo título é: *Agente mediador da circulação de saberes pedagógicos: o bibliotecário da Escola Normal Paulista*⁸. Como parte das atividades desenvolvidas no

⁵ Na condição de aluna especial cursei duas disciplinas e uma como aluna ouvinte “**História da escola no Brasil**” e “**História da leitura e escrita no Brasil**”, ministradas respectivamente pelas docentes Ana Clara B. Nery e Maria do Rosário L. Mortatti e “**Formação de professores no Brasil: história e perspectivas filosóficas**”, ministrada pelos docentes Pedro Ângelo Pagni e Ana Clara B. Nery (PPGE Unesp- Marília).

⁶ Como aluna regular cursei seis disciplinas “**Filosofia da educação**”, ministrada pelos docentes: Pedro Ângelo Pagni, Sinésio Ferraz Bueno e Rodrigo Pelloso Gelamo (PPGE Unesp- Marília); “**Pesquisa e educação no Brasil: objetos de estudo e procedimentos metodológicos**”, ministrada pelas docentes: Lurdes Marcelino Machado e Graziela Zambão Maia (PPGE Unesp- Marília); “**Tópicos especiais: Proposta educacional em Cuba, da educação infantil ao Ensino Superior, das práticas à pesquisa**,” ministrada pelo docente convidado: Guillermo Arias Beatón da (Universidade de Havana – Cuba); “**As ideias de Lev Vygotsky na educação. Teoria da atividade de estudo e educação para o desenvolvimento**”, ministrada pela docente convidada: Elina Lampert-Shepel (Mercy College – EUA); “**Leitura e Leitores: conceitos e práticas**”, ministrada pelo docente: Dagoberto Buim Arena. (PPGE Unesp- Marília).

⁷ Como aluna vinculada à USP cursei a disciplina “**Produção e Circulação de Saberes para Professores e Alunos: Livros e Manuais Escolares**”, ministrada pela docente: Vivian Batista da Silva. (PPGE USP – São Paulo).

⁸ *Agente mediador da circulação de saberes pedagógicos: o bibliotecário da Escola Normal paulista* (SALES, 2013), orientada pela professora Ana Clara Bortoleto Nery. Essa pesquisa, realizada com bolsa CNPq/Unesp, consistiu em focar a importância da biblioteca existente na Escola Normal e o papel desempenhado pelo bibliotecário. A biblioteca da Escola Normal era considerada como *locus* privilegiado de circulação e disseminação das ideias pedagógicas necessárias à formação do futuro professor primário.

Mestrado, participei, apresentando trabalhos em eventos, tanto no Brasil como na Europa e América Latina, importantes na área de história da educação⁹, assim como publiquei os resultados dessa pesquisa em forma de artigo em revista científica qualificada¹⁰. Todas essas atividades tornaram-se decisivas para consolidar meu desejo de continuar a desenvolver pesquisa científica em história da educação.

As experiências vivenciadas pelo pesquisador no decorrer do trabalho investigativo, podem, a todo momento transformar-se em inquietações e reflexões. Foi por meio dessas reflexões suscitadas pela banca, tanto no exame de qualificação, quanto na defesa da dissertação, que me levaram a analisar mais atentamente a importância das Instituições de formação de professores e a buscar compreender o papel desempenhado por elas e quais contribuições podem trazer para a emancipação e desenvolvimento do nível intelectual e cultural de determinado grupo, considerando sua influência tanto no âmbito local ou regional, assim como sua contribuição numa proporção mais ampla, embora de relevância singela, no país. A partir de tais indagações, decidi-me por continuar os estudos em historiografia da educação e iniciei, no ano de 2014, o processo para ingressar no **Doutorado** deste Programa (PPGE – UNESP – Marília), no qual estive vinculada, inicialmente na condição de aluna especial. No ano seguinte, 2015, ingressei como aluna regularmente matriculada, sob orientação da Professora Rosane Michelli de Castro. Como integrante do Doutorado em Educação, passei a fazer parte do **Grupo de estudos e pesquisa HIDEA-Brasil “História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil”**¹¹ e participei, como ouvinte, do **“Grupo GP-FORME – Formação do Educador”**¹². Como aluna do PPGE, cursei oito disciplinas, sendo cinco para integralização dos créditos necessários e três para complementar minha formação e ampliar meus conhecimentos¹³. Destaco que durante o desenvolvimento da pesquisa tive dois artigos

⁹ Dentre eles: o IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE) realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – Portugal, X Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (CIHELTA), realizado Faculdade de Educação da Universidade de Salamanca – Espanha, VII Encuentro Iberoamericano de Educación (EIDE), realizado na Universidade Metropolitana de Ciências da Educação, em Santiago – Chile e do 18º. Congresso de Leitura (COLE), realizado na Universidade de Campinas (UNICAMP). Cujos textos correspondem respectivamente a: SALES (2012a); SALES (2012b); SALES (2012c); SALES (2013)

¹⁰ Destaco o artigo: SALES (2014). *Agente mediador da circulação de saberes pedagógicos*: o bibliotecário da Escola Normal paulista. Revista vinculada ao PPGE da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. <http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/504>

¹¹ Liderado pelas professoras Rosane Michelli de Castro e Maria Izaura Cação.

¹² Liderado pelos professores Vandef Pinto da Silva e José Carlos Miguel.

¹³ **“História da formação docente no Brasil”**, ministrada pela docente Rosane Michelli de Castro (PPGE Unesp-Marília); **“História da Educação e História Cultural: perspectivas de pesquisa”**, ministrada pela docente Rosa Fátima de Souza-Chaloba (PPGE Unesp- Marília/Araraquara); **“Teoria crítica e educação”**, ministrada pelo docente Sinésio Ferraz Bueno (PPGE Unesp- Marília); **“Especificidades da docência na educação infantil: aspectos históricos e legais”**, ministrada pela docente Elieuzza Aparecida Lima (PPGE Unesp- Marília); **“O**

enviados para periódicos qualificados, sendo um deles publicado e o outro encontra-se em processo de avaliação¹⁴ e, ainda, participei de eventos científicos com apresentação e publicação de trabalhos, nos quais apresentei os resultados parciais da pesquisa¹⁵.

Concomitante ao início do Doutorado, atuei também como coordenadora pedagógica, vice-diretora escolar, professora da Educação Básica e, atualmente, professora do Ensino Superior¹⁶. Apesar da quantidade de disciplinas cursadas e da sobrecarga em função das atividades profissionais desempenhadas, considero que o envolvimento direto com os aspectos teóricos e práticos da educação foram substancialmente construtivos para minha formação como pesquisadora. Destaco também, que no ano de 2018 me submeti ao exame geral de qualificação, como requisito obrigatório para cumprimento das etapas necessárias do PPGE-UNESP e sobre o qual tenho imensa gratidão aos membros da banca que tão atentamente sugeriram, corrigiram, apontaram caminhos, possibilidades e novos olhares para que esta tese se tornasse significativa e trouxesse contribuições para a área que se vincula. As questões apontadas durante tal exame foram essenciais para que lacunas pudessem ser observadas e sanadas, reflexões pudessem ser ampliadas, assim como o surgimento de novos questionamentos que a complexidade do tema suscita. Ademais, também obtive algumas certezas, dentre elas a de que não foi possível esgotar o tema em questão, já que toda temática explorada ainda pode gerar novos problemas de pesquisa. Nesse sentido, todos os questionamentos apontados aqui encontram-se abertos a possibilidades de interpretações e de contribuições. Destaco ainda que durante o processo de elaboração desta pesquisa enfrentei desafios que foram sendo superados na medida das possibilidades e bastante construtivos para a minha formação como pesquisadora em história da educação.

conhecimento social no enfoque psicogenético: pesquisas, instrumentos e implicações pedagógicas”, ministrada pela docente Eliane Giacheto Saravalli (PPGE Unesp- Marília); **“Políticas públicas e políticas educacionais: direitos humanos, gênero, etnia e gestão democrática”**, ministrada pela docente Tânia Sueli A. M. Brabo (PPGE Unesp- Marília); **“Políticas públicas, democracia e cidadania: a educação no contexto da formação do estado nacional brasileiro”**, Ministrada pelo docente Júlio Cesar Torres (PPGE Unesp- Marília/ São José do Rio Preto); **“Política educacional brasileira: abordagem histórica”**, ministrada pela docente Silvana Fernandes Lopes (PPGE Unesp- Marília/ São José do Rio Preto).

¹⁴ Artigo publicado pela Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7683> e artigo aguardando publicação pela Revista Ibero-americana de estudos em Educação.

¹⁵ Dentre os quais destaco: XVI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação, realizado Na Unesp - Marília-SP, em 2015; VIII CBHE - Congresso Brasileiro de História da Educação “Matrizes interpretativas e internacionalização”, realizado pela Sociedade Brasileira de História da Educação, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá-PR, em 2016, 21º Congresso de Leitura e Escrita (COLE), da Associação de Leitura do Brasil (ALB), realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas-SP, em 2018 e da 13ª Reunião anual da ANPED-Sudeste, realizada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas-SP, em 2018.

¹⁶ Ministrando as disciplinas “Filosofia e História da Educação”, “Organização do Trabalho Pedagógico”, “Organização Escolar Brasileira”; Fundamentos teórico-metodológicos da Educação Infantil e Teoria e Prática da Educação, para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e História.

INTRODUÇÃO

Debruçar sobre os estudos em História da Educação, por meio da utilização e do manuseio de fontes documentais, tem conquistado sobremaneira a atenção de muitos pesquisadores nessa subárea de conhecimento, nas últimas décadas. Esse tipo de pesquisa, possibilita desvendar alguns fenômenos educativos e as relações que se estabelecem entre o momento histórico vivido, a instituição escolar e seus sujeitos. Entrar em contato com aspectos pouco explorados de uma história que se desenvolveu dentro de uma instituição específica, observar nuances dessa realidade guardadas no passado, silenciadas e distanciadas pelo tempo ou, até mesmo, quase apagadas pela inércia da falta de cultura de preservação da memória, leva o pesquisador a sentir-se como alguém que remexe o baú das antiguidades e se depara com um conjunto de preciosidades que fizeram parte de um momento significativo na vida de pessoas, da existência de uma instituição e das influências que ela exerceu na formação da identidade profissional de um determinado grupo.

Interrogar, pesquisar e refletir sobre as relações entre formação de professores, circulação de saberes pedagógicos, práticas culturais, cultura escolar e pedagógica, ensino público e privado, confessional e laico, entre outras questões, me motivou a buscar compreender como se processavam as dinâmicas no interior das instituições responsáveis pela formação dos profissionais da educação no Brasil. Com isso, senti-me instigada a querer adentrar nos espaços de uma determinada instituição, não apenas fisicamente para buscar fontes e documentos, mas também na tentativa de recuperar algo do passado que ficou ali guardado, intacto, à espera de um olhar atento. Portanto, decidi investigar sobre a formação de professores no Curso de Pedagogia, da Faculdade Adventista de Educação¹⁷ – FAED, do Instituto Adventista de Ensino (IAE), São Paulo – SP, desde o seu início, na década de 1970 até o encerramento do período faedeano, no final de 1990, com o intuito de buscar compreender sua contribuição no preparo dos profissionais que iriam atuar nas escolas de 1º e 2º graus, conforme a nomenclatura utilizada no período.

¹⁷ O termo Faculdade de Educação foi criado no Brasil a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras, pela Reforma Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (Decretos 19.851 e 19.852, de 11/04/1931). O decreto-lei recebeu a denominação Estatuto das universidades brasileiras. Na mesma data, foram baixados mais dois decretos-lei: o n. 19.850, que criava o Conselho Nacional de Educação (CNE), e o n. 19.852, que tratava da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Este Decreto-Lei organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, que tinha por finalidades, dentre outras, a de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades técnicas. O primeiro Curso de Pedagogia iniciou em 1939 na Universidade do Distrito Federal. Novas regulamentações vieram estruturar o Curso de Pedagogia a partir da LDB 4024/ 1961, com o parecer 292/62 e posteriormente com a Resolução n. 2, de 12/05/1969, no Parecer 252/69 de 11/04/1969, do Conselho Federal de Educação. No final da década de 1960 e na década de 1970 o modelo educacional tecnicista foi implantado e os pedagogos passaram a ser formados para atuarem segundo esse modelo. O modelo atual do curso de pedagogia foi delineado a partir da LDB de 1996. (RIOS, 1988).

Diante do meu interesse em pesquisar sobre a formação de professores ocorrida dentro de uma instituição adventista, tive como intenção inicial, além de compreender, também refletir sobre sua filosofia, doutrinas e suas particularidades no preparo dos profissionais da educação que por ela passaram. Tal intenção demonstra o que Certeau (2002) aborda em seus estudos sobre “o tempo e o lugar do historiador”. Para o autor a historiografia não é apenas uma descrição, mas trata-se de uma construção, e para tanto, questiona “como se produz a história”, ou, “o que o historiador fabrica quando faz história?” Certeau (2002) demonstra que, fazer história é uma tarefa realizada por um sujeito – “o historiador” – porém, este carrega diversas particularidades, ou dificuldades. Tais dificuldades se apresentam uma vez que operação historiográfica “é um discurso sobre o outro”, sobre “o passado”.

Em Certeau (2002), o fazer historiográfico ocorre a partir de três concepções: “um lugar”, ou seja, um recrutamento, um meio, uma profissão, etc., estas mediarão o discurso, o que pode ou não ser dito; “os procedimentos de análise”, ou seja, a disciplina que norteará os rumos da pesquisa, a análise das fontes e documentos; e “a construção do texto”, ou seja, uma produção literária, uma escrita, que seleciona, organiza e orienta o trabalho dando-lhe uma certa organicidade. Portanto, o autor entende como “lugar”, a posição que o historiador ocupa, seja um lugar socioeconômico, político ou cultural, que reflete que aquele que “produz” ou “fabrica” a história com suas determinações próprias o submete a questões enraizadas em suas particularidades e não está livre de uma esfera de circunscrição. Por isso, a partir desse “lugar” são instaurados métodos e delineados uma “topografia de interesses” que submeterá os documentos, as fontes e os questionamentos (CERTEAU, 2002, p. 65).

Compreendo, a partir das formulações de Certeau (2002) sobre a compreensão de “lugar” ocupado pelo historiador, que “nenhuma construção historiográfica é isenta da influência do sujeito da investigação”. Essa construção carregará marcas que devem ser evidenciadas ou denunciadas, quando se busca a objetividade. Portanto, o objeto da pesquisa se reconstrói no tempo, a partir da perspectiva de um sujeito, o historiador, e essa perspectiva nunca será absolutamente neutra. Assim, o lugar que esta pesquisadora ocupa é o lugar de alguém que busca empreender um olhar subjetivo sobre o objeto escolhido – A Faculdade Adventista de Educação - A FAED –, do Instituto Adventista de Ensino – IAE, tal olhar está repleto de impressões devido às minhas experiências anteriores de vinculação e identificação pessoal, e, mais ainda, de observadora do processo de desenvolvimento e da contribuição que essa instituição trouxe aos que por ela passaram, ao longo dos seus 27 anos de existência; além de minha proximidade com o contexto de formação de professores no qual estou inserida, atuando como professora de um instituição formadora de professores, também de confissão

adventista. Com isso destaco que tenho ciência dos limites e desafios a que estou submetida, mesmo na tentativa de demonstrar certa objetividade necessária ao trabalho científico, ainda assim, corro o risco de influenciar a escrita deste texto com meu olhar, meus interesses e particularidades.

Portanto, neste momento, ao observar, por meio dos indícios deixados e dos relatos ou registros dos atores que fizeram a história acontecer no interior da FAED/IAE, me instigou a conhecer e também recuperar um pouco das suas memórias, um pouco das suas histórias, até então esquecidas (GINZBURG, 2009). Assim, como menciona Le Goff (1996, p.535, grifos do autor), a história é considerada como a “[...] forma científica da memória coletiva [...]” nada mais é do que uma construção realizada por meio dos materiais que a imortalizam, o documento e o monumento. Dessa forma,

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (LE GOFF, 1996, p.535).

De acordo com Nora e Le Goff (1984) a memória também se constitui como algo significativamente relevante para compreender o processo histórico de uma coletividade, uma vez que “[...] o que fica do passado, no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado [...]” (LE GOFF, 1990, p. 472) é o que compõe a memória e faz a história acontecer. Partindo desse pressuposto há uma nova maneira de pensar a memória, não apenas ao que se consegue manter ou preservar das experiências, mas a forma como tais experiências são representativas para os grupos sociais e como se relacionam com elas, contudo, para esses autores existe uma relação intrínseca entre memória e história.

É na tentativa de recuperação das memórias, dos documentos, dos fatos, dos acontecimentos e das percepções individuais e coletivas que a história se produz. É na “montagem consciente e inconsciente” (LE GOFF, 1996) que se retomam aspectos das trajetórias traçadas, trilhadas e vividas pelos sujeitos, autores dessa história.

Portanto, pensando em investigar a história da formação docente no Brasil e buscando encontrar uma história, que não a oficial, mas uma “outra história” (CERTEAU, 1982; FRANÇOIS, 1996), vivida por outros sujeitos, em outras instituições fora do espectro tradicional, busco recuperar uma “história lacunar” (THOMPSON, 1981), e para isso, elegi, como objeto desta pesquisa, compreender qual a contribuição do Curso de Pedagogia da **Faculdade Adventista de Educação – FAED, do Instituto Adventista de Ensino (IAE)** para

a formação de professores (1973 e 1999), tanto para a instituição adventista, como para a região sul da cidade de São Paulo e entorno da escola, como também para o estado paulista e para o país, já que grande parte dos alunos egressos da FAED seriam inseridos profissionalmente em instituições ligadas à mantenedora por todo o território nacional.

A FAED/IAE foi a primeira instituição ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia a implantar um curso de formação de professores em nível superior, por meio do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Permaneceu como única escola dessa mantenedora, no território brasileiro, por cerca de 25 anos, sendo também a precursora dos demais cursos de licenciatura que viriam posteriormente, dentre eles, Licenciatura em Ciências e Matemática, Letras e Música. Foi, também, a principal responsável por prover boa parte do corpo docente, administradores, diretores, coordenadores e orientadores para as escolas adventista espalhadas pelo Brasil, além das diversas escolas públicas ou privadas que também receberam seus egressos. A FAED tem sua importância ressaltada por ter sido criada dentro de outra instituição de destaque histórico, no 58º ano de existência dela. Refiro-me ao centenário **Collegio Missionário da Conferência União Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia**, fundado em 1915. Ao longo de sua existência foi denominado **Seminário da Conferência União Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia**, **Seminário Adventista**, **Collegio Adventista**, a partir de 1942 - **Colégio Adventista Brasileiro (CAB)**¹⁸ e, a partir de 1961; **Instituto Adventista de Ensino (IAE)**; até se tornar o **Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)**¹⁹, a partir de 1999 até os dias atuais.

É, portanto, um trabalho de recuperação de momentos da história dessa instituição privada, de caráter protestante, existente no Brasil e que tem se ocupado, há mais de um século, da formação de pastores e profissionais da saúde, além da formação de professores das séries iniciais e finais por meio da Escola Normal (posteriormente, Curso de Magistério) e, nas últimas décadas, tem investido na formação desses profissionais em nível superior, incluindo a formação de pedagogos e especialistas da educação, além de outras licenciaturas e cursos de bacharelado, conforme previsto pela legislação educacional vigente em cada momento histórico.

¹⁸ Para conhecer mais profundamente sobre a história do *Collegio/Seminário/CAB* consultar a Dissertação de Mestrado de Elder Hosokawa (2001), cujo título é: “*Da colina, “Rumo ao Mar” Colégio adventista brasileiro - Santo Amaro - 1915-1947*”, realizada pela Universidade de São Paulo (USP) que traz um rigoroso trabalho historiográfico com informações e fontes documentais sobre o surgimento e desenvolvimento dessa instituição.

¹⁹ Sobre o IAE/UNASP é possível conhecer aspectos relevantes de sua história e desenvolvimento na Tese doutoral de Renato Stencel (2006), defendida pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), sob o título: “*Educação Superior Adventista – Brasil – 1969 – 1999*”, que além de se constituir como um importante trabalho historiográfico sobre a implantação e desenvolvimento dessa modalidade de ensino também apresenta aspectos importantes sobre a história da instituição.

Para chegar ao objeto explicitado foi necessário um incessante trabalho de recuperação, reunião e seleção de fontes documentais primárias, dentre elas documentos institucionais, atas, regimentos, livros de registro da FAED, assim como entrevistas e depoimentos de pessoas que tiveram vinculação direta com a FAED durante o período estudado; e também, fontes secundárias como, teses, dissertações, anuários, vídeos e documentários a respeito da FAED e do IAE, instituição que a abrigava. Todas as fontes tiveram primordial importância, pois consistiu em recuperar a memória e fragmentos de uma história carregada de significações para um determinado grupo de pessoas, num determinado momento histórico, numa determinada instituição que, por meio de sua forma de organização, e provavelmente sua vinculação denominacional, deixou marcas, tradições e legados que podem ser observados até o presente momento, uma vez que a FAED/IAE, embora tenha se modificado e se reconfigurado ao longo do tempo, nunca deixou de existir e continua até os dias atuais, formando professores, agora por meio do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Adventista de São Paulo.

Contudo, para melhor compreender a história dessa instituição, que, sendo uma das primeiras instituições confessionais protestantes que se instalaram e desenvolveram suas atividades educacionais no Brasil e que continua atuando nos dias atuais, fez-se necessário direcionar o olhar também para o campo de estudos das “instituições educacionais”, embora não com a profundidade de quem investiga especificamente uma determinada instituição e busca extrair dela todas as informações possíveis, mas, apenas para situá-la no contexto histórico-social do país, contexto esse que permitiu a chegada de diversas instituições não católicas que viriam atuar no Brasil tanto na disseminação de sua fé, quanto no investimento educacional.

Embora a instituição pesquisada tenha sido fundada em 1915, o recorte temporal da pesquisa se justifica na medida em que tem como marco inicial o ano de 1973, ano de fundação da Faculdade Adventista de Educação – FAED, pertencente ao então Instituto Adventista de Ensino – IAE, e como marco final o ano de 1999, ano em que esse instituto mergulha em uma nova fase, tendo o rol de seus cursos ampliado e passa por alterações substanciais em relação à organização estrutural, acadêmica e jurídica de seus cursos e faculdades, os quais passam a fazer parte do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, agregando três *campi*²⁰ (São Paulo, Engenheiro Coelho e Hortolândia). Este foi o primeiro grande passo dado pela mantenedora para a condução do processo de transformação em Universidade. Atualmente, o

²⁰ Atualmente o UNASP é composto por quatro *campi*, uma vez que o *campus* virtual que subsidia a Educação a Distância foi incorporado ao Centro Universitário a partir de 2016.

UNASP vem oferecendo diversos cursos de Graduação,²¹ Pós-graduação *lato-sensu e strictu-sensu*²². Conforme mencionado, o Unasp encontra-se em processo para transformação em Universidade²³.

Segundo apurado por meio de fontes documentais e relatos orais que serão apresentados mais adiante neste texto, a criação da FAED ocorreu a partir das mudanças e exigências vislumbradas para a educação básica (1º e 2º graus) e formação de professores com a promulgação da *Lei n. 5692/71*. Sobre os desdobramentos dessa lei e as implicações dela para o sistema educacional adventista, tratarei nos capítulos que se seguem.

Por meio de sua trajetória, é possível considerar que o CAB/IAE/UNASP foi a primeira instituição ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) a oferecer cursos de formação de professores no Brasil, o qual se iniciou ainda nos primeiros anos de sua fundação, com a **Escola Normal Livre Adventista de São Paulo**²⁴, por volta de 1920 (HOSOKAWA, 2001; INOUE, 2015), além do curso de formação para ministros/pastores que sempre foi o seu foco principal.

²¹ Até o momento de encerramento desta pesquisa, o UNASP tem oferecido mais de trinta cursos de **Graduação**, que estão distribuídos em quatro *campi*, São Paulo, Engenheiro Coelho, Hortolândia e EAD (campus virtual) são eles: Administração, Arquitetura e urbanismo, Análise e desenvolvimento de sistemas, Ciência da computação, Ciências biológicas, Ciências contábeis, Comunicação social – Publicidade e propaganda, Comunicação social – Rádio e TV, Direito, Educação física, Enfermagem, Engenharia de computação, Engenharia civil, Engenharia de produção, Engenharia agrônômica, Fisioterapia, Gestão de recursos humanos, História, Jornalismo, Letras, Tradutor-intérprete, Matemática, Música, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Teologia. No ano de 2019 iniciam-se dois novos cursos: Psicologia e Farmácia e para 2020 estão previstos os Cursos de Odontologia e Medicina Veterinária. **Tecnólogo:** Análise e desenvolvimento de sistemas, Gestão em recursos humanos, Processos gerenciais. Informações disponíveis em: <https://www.unasp.br/ec/site/> Acesso em: 30/06/2018.

²² Cursos de **Pós-graduação: Lato-sensu** – Aconselhamento familiar e intervenção psicossocial, Alfabetização e letramento, Alimentação vegetariana, Arquitetura e urbanismo-sustentabilidade e conforto, Canto, harmonização e backing vocal, Canto infantil e juvenil, Ciências forenses, Conciliação, mediação e arbitragem, Comunicação educativa, Coordenação pedagógica, Direito e processo do trabalho, Direito de empresa, Docência no Ensino Superior, Educação especial inclusiva, Educação infantil, Educação musical, Enfermagem em saúde da família, terapia intensiva e emergência, obstétrica, Engenharia de segurança do trabalho, Engenharia e estruturas de concreto, Estudos teológicos – missiologia, Teologia bíblica, Teologia sistemática, - Fisioterapia dermatofuncional, UTI, traumatologia ortopédica e esportiva, Formação docente- Ensino fundamental e médio, Psicologia hospitalar, Psicopedagogia, Personal training, Treinamento físico personalizado, MBA nas áreas de Gestão, Finanças, Administração, Psicologia, Saúde pública - **Strictu-sensu** – Mestrado profissional em Educação e Promoção da saúde. O UNASP mantém convênio com outras congêneres em países como EUA, Espanha e Inglaterra para a realização de **Mestrado e Doutorado** na área de Teologia. Informações disponíveis em: <https://www.unasp.br/ec/site/> Acesso em: 30/06/2018.

²³ Vale destacar que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, ocorreu a última avaliação realizada por comissão do Ministério da Educação (MEC) para credenciamento do Centro Universitário Adventista de São Paulo. Nesta avaliação o UNASP obteve nota máxima – 5,0. O Processo de visita e inspeção da equipe do MEC ocorreu nos dias 18 a 20 de junho de 2018. Informação disponível em: <https://www.unasp.br/reitoria/documentos-oficiais/avaliacao-dos-cursos-pelo-mec/<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MTM2NQ>> Acesso em 23/07/2018.

²⁴ Conforme pôde ser percebido em Hosokawa (2001) e em fontes documentais institucionais da época, o Departamento Normal do Seminário Adventista funcionava desde 1920, no entanto, só foi oficialmente reconhecido na década de 1940, por meio do *Decreto – n. 14.181. de 06/03/1941*, segundo consta em Inoue (2015). “Escola Normal Livre Adventista”. *Centenário do ensino normal em São Paulo 1846-1946*. Polianthéia. pp. 35, 36 e 58.

No mesmo ano criou-se também no CAB uma Escola Primária de Aplicação. “Com a elevação do número de mulheres, a escola passou a oferecer o curso de formação de professores paroquiais, criando uma escola *modelar*, em 1920, para que as normalistas pudessem aplicar a metodologia ensinada por professoras”. (HOSOKAWA, 2000, p. 112).

Com base na sua trajetória histórica, pôde-se observar que o CAB/IAE/UNASP tem oferecido contribuição importante para compor a história da educação adventista no Brasil e, em certa medida, um pouco da história da formação de professores no Brasil, desde a década de 20. A primeira turma de formandos do CAB, no ano de 1922, tinha como lema “*Rumo ao Mar*” e era composta por nove estudantes, sendo que dentre eles havia quatro normalistas do sexo feminino. Todos os formados tinham como objetivo atuar no campo missionário, seja pregando ou educando.

Como o lema da turma pioneira propunha “*Rumo ao mar*” — os diplomados pelo CAB partiram da “escola dos profetas”, nas colinas do Capão Redondo em Santo Amaro, São Paulo para enfrentar os desafios do campo missionário, um *mar* de gentes, pessoas, tribos, povos e nações.

[...] Sua contribuição nessa época, no campo educacional brasileiro, fazia-se através de 81 escolas na região sul do Brasil com professores diplomados ou preparados pelo CAB nos cursos regulares ou especiais nas férias de verão. (HOSOKAWA, 2001, p. 169).

Trata-se, portanto, de pesquisa histórica, centrada em análise bibliográfica e documental, cuja fundamentação teórica parte dos pressupostos da História cultural (CHARTIER, 1990; CERTEAU, 1982; BURKE, 2011) e da História Oral como base para análise do objeto. No entanto, para um maior aprofundamento, empreendo esforços na tentativa de escrita de uma “outra história”, no sentido atribuído por Certeau (1982) e François (1996), uma vez que consideram relevante contar a história na perspectiva de “outros” sujeitos, de “dar voz” por vezes aos silenciados, aos “dominados ou aos excluídos” da história oficial. Desse modo também, busca-se abordar a “história vista de baixo” (THOMPSON, 1966, *apud* BURKE, 2011), tentando trazer para o centro das discussões a voz daqueles que à priori não teriam voz devido à sua participação não estar em evidência, como sujeitos de destaque no processo histórico. Busca-se, também, escrever uma “história lacunar”, à luz das formulações de Thompson, quando depreende a importância de olhar para a história que ainda não foi contada (THOMPSON, 1981, *apud* FARIA FILHO). Nesse sentido, observa-se também algumas aproximações ao conceito de micro história proposto por Ginzburg (1972, *apud* PALLARES BURKE, 2000), que também evidencia as percepções de sujeitos comuns aos acontecimentos e fatos relatados apenas de uma perspectiva oficial.

A partir dos documentos analisados e, também, de pesquisa realizada com alunos e alunas egressos da FAED, os quais serão explicitados nos capítulos que se seguem, é possível afirmar que a faculdade de educação era composta por uma maioria de alunos provenientes de outros estados do Brasil e não apenas de São Paulo, onde está localizada. A diversidade de alunos originários de outras unidades federativas do Brasil e, ainda, de outras partes do mundo, se deve ao seu funcionamento em regime de internato, o que facilita em muito a recepção e acomodação desses estudantes de regiões distantes. Outro motivo de atração de alunos vindos de lugares remotos é o seu aspecto confessional adventista. A divulgação dos cursos, das oportunidades de estudos e experiências diversificadas oferecidas nos internatos sempre foi muito cultivada em meio a seus membros, isso fez com que os jovens de outros estados almejassem estudar nessa instituição. Obviamente a instituição sempre esteve aberta a alunos de outras religiões ou mesmo que não professam nenhuma religião.

Com base no exposto até o momento, é possível perceber que o CAB/IAE/UNASP se tornou um *locus* de formação para disseminação, tanto da doutrina confessional adventista, quanto para a formação de profissionais para atuar nas instituições de saúde e, também, nas escolas paroquiais mantidas pela IASD. Para contextualizar o objeto da pesquisa, torna-se necessário compreender o momento de mudanças políticas, sociais e culturais vivenciadas no Brasil após a Proclamação da República, pois, a partir da desvinculação entre Estado e Igreja, a escola pública busca pautar seus preceitos com base na laicidade, respeito e tolerância aos diferentes credos religiosos. Dessa forma, com os princípios laicos instituídos como pressuposto para as instituições públicas, surge um ambiente favorável para a proliferação de instituições educacionais confessionais não católicas que anteriormente não haviam encontrado condições para se instalarem em solo brasileiro. Com isso, busquei compreender o momento histórico em que se deu a instalação dessas instituições e em que condições sociais, econômicas e políticas elas vieram a se instalar no país. Portanto, passei a realizar um breve estudo sobre a chegada das diversas confissões religiosas não católicas ao Brasil, o que me levou à matriz filosófica da maioria delas, o Protestantismo. Concomitantemente ao processo imigratório no país, principalmente de alemães e suíços como também de missionários americanos, chega ao país um novo grupo de pessoas trazendo em sua bagagem não somente línguas, hábitos, costumes e culturas diferentes, mas uma prática religiosa e filosofia educacional que viria mais tarde a diversificar e reconfigurar o cenário cultural e educacional brasileiro.

As instituições de caráter protestante que atuaram diretamente no âmbito educacional no Brasil passaram a instalar escolas paroquiais de Educação Básica e, posteriormente, cursos superiores. Dentre elas estavam as igrejas Luterana, Metodista, Presbiteriana, Batista e

Adventista do Sétimo Dia. Essas instituições tiveram atuação direta na disseminação do evangelho na perspectiva protestante, não apenas por meio da sua propaganda confessional e proselitista, mas também por meio da implantação de escolas que, indiretamente, disseminavam suas doutrinas. Sobre algumas das instituições mencionadas, é possível afirmar que existe um bom número de trabalhos acadêmico-científicos que podem revelar que tais instituições exerceram influências significativas em nosso contexto educacional.

Para melhor visualizar e sistematizar o conjunto dessas produções, dentre os procedimentos metodológicos adotados, elaborei um **Instrumento de Pesquisa**²⁵ sobre trabalhos acadêmico-científicos que abordam a chegada do protestantismo ao Brasil e sua relação com a educação. Nesse caso especificamente, para elaboração desse documento, realizei consultas a bases de dados disponíveis *on-line e sites da internet* ligados aos diversos arquivos de instituições de pesquisa, além de consulta física aos acervos das bibliotecas da FFC-UNESP-Marília, FE-USP-São Paulo, FE-Unicamp-Campinas e bibliotecas do Centro Universitário Adventista de São Paulo-UNASP e Centro Nacional da Memória Adventista, localizados nas cidades de São Paulo e Engenheiro Coelho. Durante as consultas foi possível localizar um número significativo de referências de livros, teses, dissertações, TCCs, revistas e publicações institucionais relativos à chegada do protestantismo ao Brasil, assim como a implantação de igrejas e escolas ligadas a essas diversas ramificações protestantes. A partir das reflexões e indagações suscitadas durante a análise do conjunto das referências passei a direcionar o olhar para as instituições protestantes que oferecem Ensino Superior e, dessa forma, elaborei o instrumento de pesquisa intitulado APÊNDICE 1 – Instituições protestantes de Ensino Superior no Brasil: instrumento de pesquisa (SALES, 2016). Com o direcionamento para o Ensino Superior nas instituições confessionais de orientação protestante, foi possível encontrar um bom número de estudos pontuais sobre as instituições presbiterianas, batistas, metodistas e luteranas, no entanto, pouco encontrei sobre o Ensino Superior nas instituições adventistas²⁶. Dentre as

²⁵ Instrumento de Pesquisa consiste em: “um recurso cuja função é orientar a consulta e determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos de um determinado arquivo ou reunir documentos de uma mesma temática que estão espalhados nos diversos arquivos, facilitando assim sua localização” (BELOTTO, 1979).

²⁶ Dentre os poucos estudos localizados, destaco especialmente a tese de doutorado de Stencel (2006), na qual o autor traça um perfil histórico sobre a inserção da Educação Superior Adventista no Brasil. Devido à sua importância e riqueza de informações tal estudo está sendo tomado aqui como fonte de consulta. Há também a Tese doutoral de Kuntze (2010) que se debruça sobre a criação e desenvolvimento da Faculdade Adventista de Enfermagem e a Dissertação de Mestrado de Klein (2008) que se aproxima do objeto focado nesta tese pois trata da Faculdade Adventista de Educação, no entanto, tal dissertação utiliza referencial teórico-metodológico distinto, possui objetivos e enfoca questões completamente diferentes das abordadas nesta pesquisa.

constatações também pude perceber que essas instituições citadas são as instituições protestantes que mais representativamente atuam no campo da Educação Superior no país.

Diante da pouca incidência de estudos pontuais sobre a implantação e desenvolvimento do Ensino Superior nas instituições adventistas no Brasil, passei a investir esforços em compreender o movimento de inserção da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) em solo brasileiro e quais os desdobramentos para a instalação de seu sistema de Ensino Superior que, reconhecidamente, tem se tornado um dos principais sistemas de ensino confessionais existentes no país, tanto no Ensino Básico, quanto no Ensino Superior²⁷. Com isso, elaborei o segundo instrumento de pesquisa, cujo título é: APÊNDICE 2 – Educação Superior adventista no Brasil: instrumento de pesquisa (SALES, 2017). Com base nesse documento foi possível mensurar o estado da questão e perceber que a temática Ensino Superior e adventismo necessita de maiores investigações que permitam um aprofundamento, especialmente quanto aos aspectos históricos para se conhecer a trajetória desde a chegada do adventismo ao solo brasileiro e sua relação com as questões educacionais.

Após relacionar e organizar o conjunto das referências sobre a Educação Superior adventista pude perceber que, de fato, os estudos sobre a formação de professores nessa instituição eram bem escassos.

Comecei a proceder a busca por fontes documentais que pudessem me oferecer pistas para compreender como se iniciou e se desenvolveu esse processo. Para tanto, solicitei autorização à direção geral e à secretaria de graduação do UNASP para consultar a documentação relativa à fundação da FAED. Com isso, tive acesso ao arquivo permanente da instituição, na cidade de Engenheiro Coelho, onde consta boa parte desses documentos. Destaco, porém, que não foi possível localizar todos os documentos necessários para proceder uma análise do processo de implantação dessa faculdade com a exatidão e com detalhes como se pretendia.

²⁷ “No Brasil a Rede de Educação Adventista que conta hoje com 458 unidades escolares, 10 mil professores e 210 mil alunos. Além dessas unidades, a organização mantém 16 colégios em regime de internato, dos quais sete oferecem todos os níveis de ensinos, da Educação Básica ao Ensino Superior. Na América do Sul, existem 890 instituições, com aproximadamente 318 mil alunos, distribuídos em Ensino Fundamental, Médio e Superior. Desses, 210 mil moram no Brasil, e 108 mil, no Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. Cerca de 20 mil professores são responsáveis pelo desenvolvimento integral dos estudantes, visando prepará-los física, mental e espiritualmente. A educação adventista está presente em 165 países, representada por 7.842 instituições que vão da Educação Infantil ao Ensino Superior, com aproximadamente 94 mil professores comprometidos na formação de 2 milhões de alunos”. Disponível em: <<http://www.educacaoadventista.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 06/07/2018.

Durante algumas semanas estive trabalhando nesse acervo em contato direto com fontes documentais bastante significativas para este trabalho. Praticamente todas foram digitalizadas e, em seguida comecei a organizar um banco de imagens dando especial destaque à documentação de escrituração escolar como Regimentos, livros de atas, publicações no *Diário Oficial da União* e do estado, *Documentas do Conselho Federal de Educação*²⁸, livros de registros de alunos e de notas, currículos alguns professores, diretores entre outros. A maioria dos documentos localizados eram constituídos de cópias e os originais não foram encontrados. Após intenso trabalho de digitalização, organização e categorização das imagens, iniciei um processo de sistematização e catalogação dos documentos com a elaboração de um banco de dados que me permitisse organizar, consultar e acessar os conteúdos dos arquivos de forma mais eficiente, por meio dos títulos dos documentos, assuntos, datas, nomes funcionários ou servidores responsáveis, legislação envolvida, órgão fiscalizador etc.

Ao me deparar com vasta documentação e por estar geográfica e estrategicamente próxima ao UNASP- Engenheiro Coelho, passei a buscar contatos com pessoas que tiveram vinculação com FAED durante seu período de existência. De fato, é possível afirmar que a região localizada no entorno do UNASP, atualmente, é um campo fértil para pesquisas sobre a história dessa instituição, uma vez que muitos dos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente na sua trajetória (ex-alunos, professores, funcionários, etc.) ainda possuem alguma vinculação com a instituição ou residem nos seus arredores, seja no *campus* São Paulo, Hortolândia ou Engenheiro Coelho. Com isso, foi possível estabelecer contatos, colher informações, realizar questionários e solicitar entrevistas, as quais seguiram rigorosamente os procedimentos e requisitos do Comitê de Ética, conforme detalhamento mais adiante. Os questionários e entrevistas foram devidamente transcritos para utilização como fonte documental nesta pesquisa, assim como os questionários, que foram realizados por meio eletrônico e submetidos individualmente a alunas e alunos egressos da FAED referente aos anos de 1973 a 1999, sendo coletados 83 questionários. As entrevistas solicitadas e realizadas pessoalmente pela autora a ex-servidores da instituição, como professores, secretários, diretores e vice-diretores, responsáveis pelo departamento educacional da mantenedora, além de uma servidora aposentada do Conselho Federal de Educação (CFE) que exercia suas funções por ocasião do processo de abertura e reconhecimento do curso na FAED. Todas essas entrevistas foram realizadas por meio de gravações audiovisuais, subsidiadas pelos parâmetros da História

²⁸ Documenta é o termo utilizado para a revista com publicações do CFE/MEC

Oral e seguiram o critério de submissão e solicitação de autorização do Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos da Plataforma Brasil²⁹. Os resultados dos questionários e entrevistas foram sistematizados, transcritos e relatados nos capítulos seguintes desta tese.

As pessoas entrevistadas foram ex-alunas da FAED e também ex-servidores da instituição: Mírian Borges Monteiro e Hildenir Baía (ambas alunas da primeira turma da FAED); Hélio Ítalo Serafino (professor da primeira turma); Wandir Pires de Araújo (professor e secretário do IAE); Clarice Araújo (secretária); Nair Elias Ebling (professora e diretora adjunta); Helena Passos Wichter (professora); José Carlos Ebling (professor); Ednice Burlandy (professora e coordenadora); Roberto César de Azevedo (Diretor do departamento educacional da União³⁰ Sul Brasileira dos Adventistas); Orlando Rubem Ritter (professor e diretor de 1973 a 1999); Nevil Gorsky (Diretor do IAE); todos se encontram aposentados e tiveram atuação direta dentro do período de estudo deste trabalho. Entrevistei ainda a servidora pública federal Dra. Eurides Brito da Silva (membro do Conselho Federal de Educação/MEC), também aposentada.³¹

Diante de um conjunto de documentos reunidos e selecionados para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se compreender um pouco da história da formação de professores na instituição Adventista e, para auxiliar no direcionamento e desenvolvimento da pesquisa, formulei o seguinte problema de investigação: Em que condições se deram o processo de criação e instalação do Curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação – FAED, do Instituto Adventista de Ensino – IAE – São Paulo – SP e qual sua contribuição para a formação de professores no Brasil entre os anos de 1973 e 1999?

À luz dessa problemática, elaborei questões norteadoras para subsidiar os caminhos percorridos durante essa pesquisa e as transformei em objetivos a serem alcançados, que ficaram assim definidos:

²⁹ A autorização para realização das entrevistas foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP/CONEP) - Plataforma Brasil, obtendo aprovação por meio do parecer n. 2.782.774 e foram devidamente autorizadas pelos sujeitos pesquisados com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para serem transcritas e publicadas neste texto e em comunicações acadêmico-científicas decorrentes da pesquisa

³⁰ *União* é a unidade administrativa da organização adventista que está hierarquicamente logo acima da Associação e que é responsável pelas diversas Associações de uma área e ainda, além das igrejas e escolas, por outras instituições como os internados. União Sul-Brasileira hoje compreende os estados da região Sul do Brasil.

³¹ O professor Hélio Serafino reside na cidade de São Paulo, próximo ao UNASP Campus São Paulo e foi entrevistado em sua residência, os servidores Wandir e Clarice Araújo, Nair e José Carlos Ebling, Roberto C. Azevedo e Ednice Burlandy residem próximos ao Campus Engenheiro Coelho e foram entrevistados em suas respectivas residências; O professor e diretor Orlando Rubem Ritter reside em Campo Grande – MS e foi entrevistado em residência da família na cidade de Peruíbe-SP, em momento de passagem pela cidade; A Dra. Eurides B. da Silva reside em Brasília-DF e foi entrevistada na cidade de Engenheiro Coelho - SP em passagem pela cidade.

A partir dos questionamentos elaborados, foi possível elencar os objetivos desta investigação, que ficaram assim definidos:

Objetivo geral

- Compreender o processo de criação, instalação e consolidação do Curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação – FAED, entre 1973 e 1999, e sua contribuição para a formação de professores no Brasil.

Objetivos específicos

- Compreender o momento histórico, cultural e político em que surgem as escolas confessionais protestantes no Brasil e que valores filosófico-educacional-religiosos são disseminados nessas instituições;
- Observar de que maneira a história da formação de professores tem sido traçada a partir das legislações educacionais existentes no Brasil e como foi sendo conduzida no âmbito das instituições formadoras; considerando seus percursos, continuidades, descontinuidades, avanços e retrocessos;
- Analisar a conjuntura histórico-educacional em que a Faculdade Adventista de Educação-FAED foi criada e se desenvolveu dentro do contexto nacional de reformulação do ensino de 1º e 2º graus, por meio da *lei n. 5692/1971* e quais os objetivos e necessidades buscou atender.
- Perceber como se processava a formação de professores na FAED e o papel desempenhado por ela frente aos saberes pedagógicos necessários à formação do pedagogo em articulação com a filosofia educacional adventista.
- Analisar a contribuição da FAED para a formação de professores, tanto no contexto adventista, quanto para a sociedade, considerando a região em que estava inserida e sua influência para outras regiões do estado e do país.

Por todo o exposto, compreender os elementos que compõem a história de formação na FAED, “[...] trata-se de considerar uma situação histórica específica e, conseqüentemente, de pôr à prova dados empíricos, factuais, ou um corpo de hipóteses e de conceitos” que nos permitem analisar as motivações e as necessidades que levaram a liderança da IASD a investir na formação de professores, naquele momento (CHARTIER, 2002, p, 93).

Nessa perspectiva, considera-se que: com a promulgação da *Lei n. 5692/71*, que afetava diretamente o funcionamento e manutenção das escolas de 1º e 2º graus no país, a qual criou uma série de necessidades de mudanças e obrigações em todo o sistema educacional brasileiro. Com isso, a rede educacional adventista, constituída basicamente de escolas paroquiais, com pouca estrutura e sem pessoal preparado, já vinha enfrentando sérias dificuldades desde a década de 1960 – foi levada, a partir da promulgação dessa lei, a promover investimentos estruturais e organizacionais, tanto na adequação das suas escolas, quanto na formação de profissionais qualificados que pudessem atuar na sua rede educacional. A partir desse momento, a instituição adventista toma uma série de medidas, dentre elas, a criação da Faculdade Adventista de Educação – FAED, em 1973, com o objetivo de formar professores e demais profissionais da educação, qualificados e comprometidos com a filosofia educacional adventista, para promover a adequação ao novo ordenamento legal e o reerguimento do seu sistema educacional.

Devido à sua estrutura de funcionamento em regime de internato misto e localizada estrategicamente num dos estados que viviam intenso processo de expansão e de acolhimento migratório, a FAED/IAE - SP atraiu estudantes de todas regiões do país que, ao concluírem o curso, se inseriam no mercado profissional por todo o território nacional³², seja pela contratação nos setores da organização adventista nas muitas unidades federativas do país, seja pelo retorno a suas regiões de origens para atuarem em outras escolas, públicas ou privadas³³.

Para se ter uma maior compreensão a respeito da inserção do movimento educacional adventista no Brasil e sua contribuição para a formação de professores, é necessário também observar a relação existentes entre educação e protestantismo, tema que tem sido bastante discutido na historiografia brasileira nas últimas décadas. Alguns historiadores se debruçaram sobre a influência das instituições protestantes e o desenvolvimento educacional no Brasil dentre eles destacam-se: Ramalho (1976); Barbanti (1977); Ribeiro (1981); Léonard (1981); Hunsche (1983); Mendonça (1984); Reilly (1984; 2003); Hack (1985); Mendonça & Velasques

³² Sobre essa constatação, serão apresentados os dados estatísticos, mais adiante, nesta tese, os quais são resultantes de pesquisa qualitativa realizada com os egressos da FAED.

³³ Dentre os fatores que atraíam jovens a estudarem na FAED (CAB/IAE) destacam-se: a questão religiosa pois muitas famílias adventistas preferiam ver seus filhos sendo educados em instituições da sua confissão religiosa; a possibilidade das bolsas de estudo por trabalho desempenhado nos diversos setores da própria escola, como fazenda, fábrica de alimentos, gráfica, e atividades diversas de zeladoria, limpeza, jardinagem etc.; a possibilidade de serem inseridos no quadro de funcionários/servidores/missionários da IASD nas diversas regiões do Brasil além de estar localizada em região de forte atração de migração nacional.

Filho (1990); Boaventura (1998), Schulz (2003), Hahn (1989), Gomes (2007), Witter (1989) Matos (2005); Chamom (1996), Calvani (2009), Bencosta (1996), Vieira (2006), dentre outros.

Segundo esses pesquisadores, protestantes emigraram, principalmente da Europa como objetivo de buscar novas oportunidades de vida, trabalho e firmar raízes em solo brasileiro, considerada terra promissora, aberta ao recebimento de mão de obra imigrante. Paralelamente ou conjuntamente a esses propósitos, havia ainda imigrantes com o intento evangelístico: propagação de suas doutrinas a regiões ainda não alcançadas pela fé protestante. É nessa modalidade de imigração, para propagação de ideais religiosos, que os adventistas chegam ao Brasil. Saídos principalmente dos Estados Unidos da América, os missionários se dirigem a locais com nenhuma ou com pouca representatividade adventista na América do Sul, especialmente Brasil.

O que se pôde observar em relação ao movimento protestante de imigração e sua relação com as questões educacionais é que a inserção da educação adventista no Brasil ocorre por volta do final do século XIX, momento de chegada de diversos grupos de imigrantes oriundos da Europa e Estados Unidos, muitos deles de confissão protestante, num movimento de marcha, expansão da fé e disseminação de suas doutrinas. Trazem consigo projetos de evangelização, expansionistas e civilizadores, além de estarem impregnados de ideologias, tanto nas questões religiosas quanto no aculturamento secular, de traços culturais do estilo de vida americano (“*American way of life*”). (MENDONÇA, 1984; BONINO, 1995). Conforme Elias (1994, p. 23) “[...] o conceito de civilização expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo [...]” e como “[...] se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Além disso, “[...] o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores”. Nessa direção aponta Mendonça (1984, p. 43) que “[...] o protestantismo americano é um protestantismo de povoamento, isto é, ele se foi formando à medida que protestantes europeus passavam para as possessões inglesas à busca de novas condições de vida”. Dessa forma, articuladamente à evangelização, veio a educação da escola protestante contribuindo para formar uma dinâmica de conjuntos constitutivos que nos permitem compreender a inserção, expansão e consolidação da obra missionária protestante em solo brasileiro.

Para Vieira (2006), a crise educacional enfrentada desde o final do império, tendo se prolongado ao longo das primeiras décadas da república, fez com que a ideia de que a instrução pública seria o caminho para a civilização e emancipação do país, o que se reforçou a partir das disseminação dos ideais liberais, especialmente norte-americanos, que promoviam a democratização e obrigatoriedade do ensino público a todos os cidadãos, sendo essas algumas

das exigências para a participação do país nos novos encaminhamentos de modernização mundiais.

Isso permitiu, aos imigrantes e missionários norte-americanos, que se instalaram na Província de São Paulo, na segunda metade do século XIX, uma participação importante nesse cenário em razão do estabelecimento de seus colégios e de sua proximidade com setores das elites republicanas paulistas, que os viam como representantes típicos de um país livre, democrático e protestante (VIEIRA, 2006, p. 13).

Para tratar sobre os primórdios da chegada do adventismo ao Brasil, disseminação da doutrina, concepção filosófica, doutrinação e formação humana, busquei, neste texto, dialogar com os autores que se aprofundam no tema, apresentando aspectos da história e desenvolvimento da instituição, que têm servido de base para delimitação e problematização do objeto desta pesquisa. Dentre os autores destaco: Maxwell (1982); Peverine (1988); Knight (2000, 2015); Standish & Standish (2002); Cadwallader (2006); Schwarz & Greenleaf (2009); Greenleaf (2011, 2015); Timm (1999, 2004); Borges (2000); Schünemann (2002); Vieira (2015). Sobre o desenvolvimento do sistema educacional adventista e sua trajetória histórica, destaco, especialmente os que mais se aproximam ao objeto focado nesta pesquisa, são eles: Azevedo (1972, 1999, 2003); Gross (1996); Hosokawa (2001); Ritter (2004); Stencel (2006); Corrêa (2006); Martins (2007); Klein (2008), Gonçalves (2009); Gorski (2011); Gross & Gross (2012); Menslin (2015); Carvalho (2013). Dentre os trabalhos localizados, apenas um deles enfoca a Faculdade Adventista de Educação, trata-se da dissertação de Mestrado de Klein (2008), no entanto há diferenças substanciais da abordagem e metodologia empregadas nesta pesquisa.

Além dos autores citados, retomo alguns estudos relativos à História da educação brasileira que considere relevantes para análise e compreensão do objeto, esses estudos serviram de apoio teórico para a formulação das questões norteadoras da investigação e desenvolvimento das reflexões suscitadas ao longo deste trabalho, são eles: Teixeira (1976, 1989); Azevedo (1976, 1997); Ribeiro (1992); Romanelli (1986); Tanuri (1979); Saviani (2010); Veiga (2007); Lopes & Faria Filho; Cunha (2007); Faria Filho (2010); Carvalho (2003); dentre outros que retratam do estabelecimento das principais características contextuais da história educacional brasileira.

Como fundamentação teórico-metodológica utilizei autores referenciais da História cultural, além de autores da História Oral, os quais trazem questionamentos quanto à forma de olhar para os fenômenos e sujeitos que podem contribuir para a composição e recuperação de uma história, em dada realidade e em dado momento específico.

Diante do exposto até o momento, destaco que o trabalho historiográfico traz ao presente, aspectos pouco conhecidos de uma realidade que em algum momento da história fora carregada de significados. Com isso, Chartier (2010) atribui ao historiador uma responsabilidade ao compreender essa realidade, a qual se manifesta “[...] em diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança ou ruptura, invenção ou inércia ao mesmo tempo” (p. 68). Da mesma forma, Le Goff (2015, p. 7) compreende que essa realidade não está inerte, portanto menciona que “[...] a história como o tempo que é sua matéria, inicialmente parece ser contínua, mas ela também é feita de mudanças”. Ao me apropriar dessas teorizações, venho utilizando como matriz teórico-metodológica os pressupostos da “Nova história Cultural”, sintetizados especialmente por Chartier (1990), Ginzburg (1989), Le Goff (2003), Bloch (2001) e Prost (2008), Certeau (1982) e Carvalho (2003). Por meio dessa nova maneira de olhar a história, esses autores trouxeram grandes contribuições para o campo das pesquisas na área de história da educação, inicialmente na Europa, depois Estados Unidos e finalmente no Brasil, permitindo assim, que as pesquisas em história da educação, que até a década de 1970 eram consideradas um tema de menor relevância, tenham atualmente despertado o interesse dos novos pesquisadores.

Ao encontro dessas teorizações, Ginzburg (1989, p.177) aponta, “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais e indícios – que permitem decifrá-la”. Nesse sentido, o olhar para o passado requer do pesquisador “[...] o método crítico, o conhecimento das fontes e a prática do questionamento” (PROST, 2008, p.73). De fato, “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que se infiltra no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor”, afirma Certeau (2002, p. 67).

Seguindo a matriz teórica mencionada, da qual Roger Chartier é significativo representante, no livro *A História Cultural: entre práticas e representações* (2002), esse autor busca evidenciar “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p.16). E para compreender tal realidade existe a suposição de vários caminhos.

[...] primeiro diz respeito às classificações e divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 2002, p. 17).

Chartier (2002, p. 17) afirma que, em relação às representações do mundo social, “[...] assim como estão construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Com isso, a realidade social, de certo modo, implica uma relação em que estão envolvidas práticas que estão a serviço de uma finalidade, seja ela política, social ou de poder, decerto que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER 2002, p. 17).

Ter uma compreensão da realidade, segundo Chartier (2002), implica tomar como base elementos da cultura e entender os conceitos de apropriação, representação e práticas.

A noção de **apropriação** pode ser, desde logo reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas [...] põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras. A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 2002, p. 26-27, grifos do autor).

Chartier (2002) demonstra os múltiplos olhares (sentidos) que pode ser produzida em uma determinada realidade. A apropriação do real se faz em diversas possibilidades de leitura, compreensão, apropriação, vivências sociais e culturais. Para esse autor, pensar a história cultural

[...] por um lado é preciso pensá-la como a análise do trabalho de **representação**, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objecto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. Por outro lado, esta história deve ser entendida como estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às **práticas** que, pluralmente,

contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação (CHARTIER, 2002, p. 27-28, grifos do autor).

Ao tomarmos como objeto de estudo elementos constituídos cultural e historicamente, como é o caso da formação de professores em dada instituição confessional e tempo histórico, torna-se necessário compreender as representações do real e do social a que estavam submetidos – tanto o público alvo, a quem esses saberes deveriam alcançar – quanto os atores que, de certa forma, estavam incumbidos de promover, divulgar e fazê-los circular.

Assim, para perceber como se deu a formação docente por meio do estudo de uma instituição confessional, suas práticas e seu papel para a contribuição de um conjunto de saberes que circularam no âmbito dos cursos de formação de professores no país, é buscar compreender a sua influência para a história da formação de professores que vem permeando toda a uma determinada época da história da educação no país; é necessária a compreensão de aspectos da sua filosofia e das práticas educacionais decorrentes dessa filosofia na história da formação de professores, porém e essencialmente, como adverte Carvalho (2003), atentos aos processos históricos mais amplos envoltos nesse fenômeno.

Ao analisar a História Cultural dos saberes pedagógicos, Carvalho (2003) chama a atenção para uma nova forma de olhar a História da Educação, centrada na capacidade de perspectivar o olhar e problematizar o estabelecido, historicizando-o o que traduz na incorporação de procedimentos lastreados em “referenciais teóricos atentos aos processos históricos de constituição dos objetos investigados[...]” (p. 268). Esse olhar, redefinido pela “Nova História Cultural”, vem, segundo a autora, redesenhar as fronteiras, os métodos e objetos da História da Educação. A autora compreende que a História da Educação, “[...] fortemente radicada nas interrogações e perplexidade do presente”, busca por meio dessa nova forma de compreender o passado

[...] tematizar a perspectiva dos sujeitos dos processos investigados, trabalhando com as representações que agentes determinados fazem de si mesmos, de suas práticas, das práticas de outros agentes, de instituições – como a escola – e dos processos que a constituem (CARVALHO, 2003, p. 270).

Tendo suas origens nas necessidades históricas e sociais emergentes, “[...] a escola passa a ser concebida como produto histórico da interação entre dispositivos de normatização pedagógica e práticas dos agentes que se apropriam deles.” (p. 270). Com isso, não há que se pensar em uma História da Educação estática, fortemente demarcada com rígidas fronteiras, em

que, muitas vezes, estão “dissociadas a história das instituições escolares da história do pensamento ou das ideias pedagógicas [...]”. “É transitando nessa fronteira e embaralhando as suas linhas demarcatórias que a história da pedagogia e a história das instituições escolares começam a ser reconfiguradas”. (*Op. Cit*, p. 270)³⁴.

Pelo exposto, devido à pluralidade de sentidos que a temática suscita, o objeto da investigação é tomado como foco de estudos da História da Educação sob a perspectiva da “Nova História Cultural”, cuja ênfase se dá na investigação dos processos de desenvolvimento e constituição de uma cultura de formação praticada no interior de uma determinada instituição – FAED/IAE/SP – destinada ao preparo de professores; e também da “História Oral”, tendo como suporte os relatos dos sujeitos que vivenciaram boa parte do processo de histórico durante o período de existência da FAED; e, ainda, algumas passagens pelo campo de estudo da “História das Instituições Escolares”, para perceber o processo de criação e desenvolvimento, que essa instituição passou até ser transformada em UNASP e a abrigar o Curso de Pedagogia.

Ao estudarmos uma escola em seus diferentes aspectos e contexto, segundo Buffa (2002), é também uma maneira de estudar a filosofia e a história da educação brasileira, uma vez que tais instituições estão impregnadas de valores educacionais e carregam as marcas do momento histórico e das políticas educacionais praticadas em seu momento.

A análise das fontes documentais, assim como a recuperação dos dados e informações obtidas por meio das entrevistas que servem de base para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta, vem sendo conduzida da seguinte forma: primeiramente, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica com abordagem histórica na qual foram localizados documentos e bibliografia específica sobre o tema para proceder a análise com ênfase nos pressupostos teórico-metodológicos mencionados com o objetivo de compreender como se processava a formação de professores na FAED e quais os saberes veiculados e sintetizados nessa instituição nos diferentes momentos, posteriormente foram localizadas pessoas que tiveram atuação e envolvimento direto com a FAED, tanto como dirigentes, professores, funcionários e alunos, com os quais realizou-se entrevistas pessoais³⁵ e questionários por meio de recursos digitais.

³⁴ Embora os textos de Marta Maria Chagas de Carvalho reflitam sobre a relação entre a escola em sua concepção de formação inicial, básica (escola elementar, primária e secundária), considero relevante a discussão da autora para transpor suas aplicações também ao contexto dos cursos superiores, conforme o objeto de análise da investigação realizada, uma vez que relações sobre o processo histórico e cultural e sua influência nos aspectos educacionais e na constituição de uma cultura pedagógica também podem ser observadas nesse contexto.

³⁵ A autorização para realização das entrevistas foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP/CONEP) - Plataforma Brasil, obtendo aprovação por meio do parecer n.: 2.782.774 e foram devidamente autorizadas pelos sujeitos pesquisados com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para serem transcritas e publicadas neste texto com as finalidades específicas da pesquisa. As autorizações dos entrevistados.

Para uma compreensão mais apurada do conjunto de documentos e da compreensão deles, utilizo o conceito de documento em Le Goff (2003, p. 538) que o define como “[...] uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...]”. Com isso Bloch (2001) também defende que o fenômeno histórico deve ser considerado dentro do seu “momento”, no seu contexto e na sua temporalidade, fator esse que torna essencial a sensibilidade e percepção do historiador da educação.

Caracterizando a pesquisa histórica, Vieira, Peixoto e Khoury (2005), entendem que esse tipo de pesquisa “[...] está ao alcance de qualquer pessoa que se disponha a recuperar no passado o processo de constituição do espaço de tensões e conflitos que é o presente no qual se busca situar. ” (p. 68). Com isso, é preciso pensar a pesquisa histórica como “[...] uma experiência vivida integral e socialmente”. Implica redefinir os sistemas de conceitos. A complexidade do real faz com que sejam inúmeras as possibilidades de investigação, uma vez que “[...] os papéis sociais são improvisados” e ultrapassam a racionalidade às vezes a eles atribuída (p. 8-9). Para as autoras, “[...] reordenar todo o conjunto de conceitos implica uma noção de totalidade em que prevaleça o movimento contraditório se fazendo, desfazendo, refazendo”. Com isso, o pesquisador da história se posiciona como um sujeito ativo “[...] que terá que se posicionar continuamente fazendo opções, escolhendo e forjando caminhos no diálogo permanente como os sujeitos históricos envolvidos no seu objeto de estudo” (p. 68).

Para uma melhor compreensão do que nos propõe a História Oral, Alberti (2005, p. 155) afirma que

[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Segundo Alberti é necessário evitar o equívoco de pensar que a própria entrevista, que é um dos seus recursos, seja considerada a própria História Oral. Cabe ao historiador utilizar-se da entrevista e analisá-la como uma fonte, nesse caso, uma fonte oral. Dessa forma, é salutar proceder a transcrição das entrevistas, uma vez que estando transcritas, pode-se analisá-las como se analisa qualquer documento, interrogando, buscando indícios e evidências do problema pesquisado. Assim, tanto Alberti (2005) como Freitas (2006) e Meihy & Holanda (2007) destacam que o trabalho a partir de documentos orais permitiu e deu vozes aos sujeitos que podem suscitar e revelar aspectos da história que permaneceriam desconhecidos pela

história oficial. Sujeitos que permaneceriam anônimos, excluídos, não fossem os documentos orais.

Nesse sentido, para subsidiar a pesquisa histórica e sistematizar o trabalho com as fontes, foi necessário utilizar como recurso os Instrumentos de Pesquisa mencionados anteriormente, que, conforme Belloto (2006) apresentam-se na forma de guias, inventários, catálogos e índices, cuja finalidade é servir aos potenciais consulentes. Para Mariz (2012, p. 108)

Os instrumentos de pesquisa assumem uma importância fundamental nos arquivos, ele tem a função de guiar o usuário pelo acervo, de fazer a união entre pesquisador e o documento, os instrumentos de pesquisa permitem que o usuário chegue até a informação desejada e, se o arquivo não atende as consultas pela internet, o simples fato de disponibilizar os instrumentos de pesquisa já faculta que o usuário tome conhecimento do acervo e saiba se ali há algo que lhe interesse ou não evitando uma ida desnecessária a instituição, com deslocamento e perda de tempo etc.

Belloto (2006) entende que esses instrumentos são como um arquivo munido de um guia geral de fundos, inventários e catálogo seletivos e edição de textos, quando pertinentes estará cumprindo sua função junto à comunidade científica e ao meio social a que serve. Esse instrumento de pesquisa se constitui como “[...] obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente.” (DICIONÁRIO, 1996, p. 45). Desse modo, o instrumento de pesquisa “[...] constitui-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História.” (BELLOTO, 1979, p. 133). “Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico a que se proponha um pesquisador, dentro do vastíssimo campo que se abre hoje à História [...] ele necessitará, indubitavelmente do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa.” (BELLOTTO, 1979, p. 137).

Com base na breve explanação da bibliografia de aporte teórico-metodológico que serviu de base para o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber que a temática suscita inúmeras possibilidades, consistindo um profícuo campo de estudos e desenvolvimento da problemática que busca elucidar o processo de implantação e desenvolvimento dos cursos superiores de origem confessionais no Brasil, dando destaque, para um maior aprofundamento, à contribuição da FAED para a formação de professores no âmbito das instituições adventistas do país.

Portanto, considero que a pesquisa desenvolvida consistiu em estudo relevante e pertinente sobre o tema com vistas a contribuir para a compreensão de aspectos da formação de professores por meio das escolas confessionais, muito pouco ainda explorados, como é o caso da FAED. Destaco ainda que a pesquisa expressa e representada nesta Tese doutoral, pode ser considerada como pioneira, uma vez que não foi possível localizar estudos pontuais que abordem a história dessa instituição por meio do entrecruzamento com os pressupostos da “Nova História Cultural” a qual busca compreender os aspectos de uma realidade e relacioná-los com as possíveis formas de apreensão e representação presentes na cultura (CHARTIER, 2002) e da “História Oral” que se serve de relatos, experiências e vivências dos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, os quais permitem compreender em que medida os sentidos da história vão sendo traçados.

Por fim e por todo exposto, apresento este texto final de Tese de Doutorado organizado da seguinte forma: **Apresentação**, em que destaco os antecedentes da pesquisa e o meu interesse pelo tema que decorre, sobretudo, da minha trajetória de vida e também pela vinculação ao Grupo de Pesquisa e as atividades desenvolvidas tanto na graduação, como bolsista de Iniciação científica, com continuidade no mestrado, quanto no início do doutorado; na **Introdução** apresento o tema, o problema, os objetivos e o quadro teórico-metodológico que conduziram o desenvolvimento da pesquisa, bem como as possíveis contribuições para o campo da história da educação; no **Capítulo 1** trago à discussão a relação existente entre educação e evangelização na consolidação do ideal protestante e a implantação do adventismo no Brasil; no **Capítulo 2** retomo um breve histórico sobre a formação de professores adventistas no contexto da história da formação de professores no Brasil, destacando aspectos legais, bem como as principais instituições responsáveis por essa formação e os desafios enfrentados no percurso; no **Capítulo 3** busco destacar a importância da criação da FAED para a consolidação do sistema educacional adventista; no **Capítulo 4**, apresento aspectos relacionados com o momento de criação da Faculdade Adventista de Educação – FAED, sua estrutura e organização; no **Capítulo 5**, busco compreender como se processava a formação de professores na FAED, sua organização curricular em face dos princípios filosófico-educacionais da IASD; em seguida, nas **Considerações Finais**, faço uma breve retomada do percurso traçado durante a pesquisa, assim como as principais constatações realizadas; ao final, as **Referências bibliográficas**, em **Anexo** trago as fontes documentais utilizadas no texto e nos **Apêndices** apresento os instrumentos de pesquisa que elaborei contendo a relação de textos e fontes secundárias referentes ao objeto da pesquisa (SALES, 2017; 2018).

CAPÍTULO 1

1. EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO: A CONSOLIDAÇÃO DO IDEAL PROTESTANTE NA IMPLANTAÇÃO DO ADVENTISMO NO BRASIL

A dinâmica de aceitação de confissão religiosa não católica na sociedade brasileira acontece cerca de duas décadas antes da proclamação da república, provavelmente em decorrência da grande circulação de ideias ilustradas, liberais e progressistas. No entanto, ainda no início dos anos 1800 já havia alguma forma de tolerância de conceitos filosóficos e religiosos protestantes.

A relação entre sociedade colonial-imperial e o protestantismo no Brasil demorou muito a se efetivar, tendo se iniciado com a corte portuguesa chegando às terras brasileiras, em 1808, também a partir do Tratado de Navegação entre Inglaterra e Portugal, em 1810, no qual estabelecia o respeito à liberdade religiosa³⁶

Na *Constituição Imperial* de 1824 estavam manifestas algumas restrições às religiões não católicas.

A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo (BRAZIL, 1824, Art. 5º).³⁷

Segundo Barbanti (1977), a lei não favorecia cidadãos pertencentes a religiões protestantes, uma vez que só reconhecia casamentos e batizados realizados pela Igreja Católica. Havia restrições para sepultamentos de não católicos nos cemitérios oficiais, além de impedimentos para o acesso a cargos públicos entre outras dificuldades impostas.

Os autores Reily (1984), Hahn (1989), Gomes (2007) e Witter (1989) semelhantemente entendem que as relações entre a Coroa Portuguesa e os protestantes ocorreram em situações bastante diferenciadas. No século XIX ainda se percebiam resquícios do acordo estabelecido no século anterior entre a Cora Portuguesa e a Igreja Católica que fechou os portos brasileiros

³⁶Segundo consta em Vieira (2006), “O Tratado do Comércio e Navegação firmado entre Portugal e Inglaterra no dia 19 de fevereiro de 1810, continha, no artigo XII, as linhas mestras da liberdade religiosa que seria mais tarde inserida na primeira Constituição do Império do Brasil e posteriormente superada na Constituição republicana, que proclamou a completa liberdade religiosa. Nele, encontravam-se garantidas as bases legais para a liberdade de culto aos ingleses e a tolerância religiosa a outros acatólicos residentes no Brasil. À prática da liberdade de culto prevista nesse documento, a Carta Magna de 1824, acrescentou algumas restrições previstas na aplicação do seu quinto Artigo, dentre elas, encontra-se a não utilização deste benefício a fim de fazerem prosélitos entre os brasileiros, a não perturbação da ordem pública, a não difamação da religião estabelecida no Império e a proibição de se propagarem, em reuniões públicas, doutrinas que diretamente destruíssem as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma (Cf. Leis 276, 277 e 278 prescritas no Código Criminal do Império do Brasil, aplicáveis ao artigo quinto da Constituição de 1824)”.

³⁷ O texto da lei encontra-se citado conforme ortografia original da época.

restringindo a entrada de estrangeiros que não estivessem a serviço da Coroa ou da Igreja³⁸. Com isso se pretendia manter uma “dupla hegemonia”: impedir os aventureiros que vinham em busca das riquezas da colônia e evitar que os protestantes propagassem sua fé e desestabilizassem a ordem religiosa-econômica firmada pela parceria igreja-estado (HAHN, 1989).

Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre (1938) aborda esse fenômeno quando o denomina de “Idade das Trevas do catolicismo colonial brasileiro”. O autor afirma que mais importava verificar a confissão religiosa e credo do que avaliar as condições de saúde e higiene desse imigrante, mesmo que isso incorresse em perigos quanto à propagação de doenças e epidemias estranhas aos habitantes da colônia.

Através de certas épocas coloniais observou-se a prática de ir um frade a bordo de todo navio que chegasse a porto brasileiro, a fim de examinar a consciência, a fé, a religião do adventício. O que barrava então o imigrante era a heterodoxia; a mancha de herege na alma e não a mongólica no corpo. Do que se fazia questão era da saúde religiosa: a sífilis, a boubá, a bexiga e a lepra entraram livremente trazidas por europeus e negros de várias procedências. O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz - e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial. O frade ia a bordo indagar da ortodoxia do indivíduo como hoje se indaga da sua saúde e da sua raça (FREYRE, 1938, p. 45).

Apesar das dificuldades conjunturais impostas aos professantes de religiões não católicas, a *Constituição Imperial* (1824) pode ser considerada como precursora de um momento de abertura a novas manifestações religiosas, decerto que não as favorecia, porém também não as impedia de exercer o direito ao culto em ambientes restritos. (MENDONÇA, 2004).

Na Carta Constitucional de 1824 observa-se alguma modificação no âmbito educacional, embora não houvesse ainda uma preocupação com a obrigação inteiramente estatal, conforme previsto no artigo 179, parágrafo XXXII “a Instrução primaria, e gratuita a todos os cidadãos”, já no parágrafo XXXIII, menciona a existência de “Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.” A

³⁸ Durante o período colonial e imperial houve momentos de oscilação no entendimento quanto à entrada e permanência das confissões religiosas. Em 1720, por meio do acordo firmado entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica proíbe-se a entrada de estrangeiros que não estivessem a serviço da Corte ou da Igreja. Com isso dificultava-se a chegada de protestantes. Em 1759 - por meio das Reformas Pombalinas - ocorre uma ruptura do relacionamento entre Portugal e a Igreja Católica, o que permitiu a penetração de outras confissões religiosas. Em 1808 – A Coroa Portuguesa, recém instalada na colônia, abre os portos às negociações estrangeiras permitindo a entrada de nações amigas/aliadas, muitas delas de orientação protestante. Em 1824 – a Constituição Imperial restringe cultos de outras religiões ao ambiente doméstico ou em casas que não tenham nenhuma aparência com templos.

despeito dessa menção a Constituição não traz regulamentações para tais implementações, deixando livre às instituições particulares, muitas delas de confissão protestante, o envolvimento com essa prática educacional. (HILSDORF, 2003, p.44).

Essa relativa tolerância permitiu aos imigrantes europeus, especialmente alemães e suíços, exercerem suas confissões religiosas, fossem elas Anglicanismo, Calvinismo ou Luteranismo. (MATOS, 1996).

As condições confusas não desestimularam o grande fluxo de imigrantes. Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil recebeu centenas de milhares deles em suas terras. Italianos, portugueses e espanhóis formavam os três maiores grupos, mas um número considerável de alemães e russos também chegou. Da metade da década de 1880 à eclosão da Primeira Guerra Mundial, a onda de recém-chegados continuou em larga escala, o que resultou na formação de grandes colônias alemãs no sul do Brasil. (GREENLEAF, 2011, p. 15).

Para Witter (1981) a imigração do europeu no Brasil se organiza mais especificamente a partir de 1840 quando as pequenas colônias começam a ser formadas a partir da distribuição de terras por parte do governo imperial, cujo objetivo era atrair novos imigrantes suprir mão de obra então escassa e necessária para o desenvolvimento agrário do país. Além do enfrentamento da nova realidade intercontinental com novos costumes, novas pessoas, diferenças climáticas, linguísticas e religiosas, os imigrantes protestantes buscavam sua independência econômica e soluções para a adaptação cultural e educação de seus filhos.

Também na concepção de Reily (1984), a chegada desses protestantes se intensifica a partir dos anos 40 do século XIX. Dentre eles havia especialmente presbiterianos, batistas, metodistas e luteranos. Enquanto alguns tinham o objetivo buscar novas oportunidades de vida e trabalho em terras distantes, outros tinham propósitos evangelísticos, propagação de suas doutrinas a povos ainda não alcançados.

Embora os ingleses tenham participação direta no processo de tolerância e liberdade religiosa no país, "sob o ponto de vista institucional, isto é, com a formação de comunidades permanentes, são os imigrantes alemães os pioneiros na implantação do protestantismo no Brasil" (MENDONÇA, 1990, p. 27). Assim como os anglicanos ingleses, os alemães criaram escolas e igrejas exclusivas para o atendimento aos seus próprios imigrantes.

Para atender aos objetivos deste texto e compreender o movimento de inserção do adventismo, enfatizo a chegada de alguns grupos de europeus e americanos de confissão protestante ao solo brasileiro para enfrentar os desafios de uma cultura diferente, mas também, exercem influências culturais, linguísticas e religiosas por onde passaram, contribuindo assim,

para promover uma maior diversidade na configuração da sociedade, inclusive nas questões educacionais.

As primeiras confissões religiosas protestantes que aqui chegaram, segundo Léonard (1981), Hack (1985), Matos (1996), Mesquida (1994), Mendonça (2004) e Vieira (2006) foram dos anglicanos, calvinistas, luteranos, batistas e presbiterianos, especialmente de origem alemã, suíça e norte-americana.

Os imigrantes norte-americanos, em sua maioria protestantes, se espalharam pela América do Sul após a guerra de secessão no período de 1866 a 1890. Eram os Confederados desgostosos com o pós-guerra nos Estados Unidos, partem em busca de terras onde pudessem reconstruir suas vidas. Boa parte destes imigrantes fixou residência na região de Campinas, SP, nas cercanias da cidade de Santa Bárbara d'Oeste, SP e Americana. A presença desses imigrantes, de maioria protestantes, acaba contribuindo para a implantação e expansão do protestantismo na região. A religião, a agricultura e a educação serão afetadas a partir desta presença. (DIAS FILHO, 2015, p. 1).

Segundo Mendonça (2004) e Chamon (2005), o protestantismo brasileiro teve como principais atuações a distribuição de bíblias, o incentivo à leitura do livro sagrado, além do hábito de se reunirem e cantar hinos, geralmente restritos às comunidades de imigrantes. Por meio da Sociedade Bíblica Americana, missionários norte-americanos, boa parte deles metodistas e presbiterianos, vinham ao Brasil para distribuir as bíblias e prestar assistência religiosa. Com base na importância que esses religiosos atribuíam à instrução é possível inferir que a educação tenha se constituído em um dos principais fundamentos do protestantismo.

Ao movimento de expansão adventista³⁹ que, embora venha a ocorrer algumas décadas adiante e em número bem menor, também se aplica a mesma estratégia utilizada pelos primeiros grupos de protestantes que aportaram no país: o envio de missionários a regiões com baixa ou nenhuma representatividade de sua denominação, como era o caso do Brasil e demais países da América do Sul. Seu principal objetivo era a pregação do evangelho e conversão de fiéis à sua

³⁹ A respeito da relação da igreja adventista com o protestantismo, adota-se uma análise do ponto de vista histórico-geográfico, em que os adventistas não seriam tecnicamente considerados protestantes, já que o termo se refere à designação de movimentos religiosos europeus do século XVI que protestaram contra a Igreja Católica Apostólica Romana, dando origem ao que se chamou de Reforma Protestante. Ainda do mesmo ponto de vista, igrejas que se derivaram dessas, a partir de dissidências ou não, têm sido chamadas também de protestantes (ou neoprotestantes). No entanto, do ponto de vista teológico, ou seja, no que tange às crenças fundamentais, em alguns momentos da história a IASD tenha sido classificada como seita, estudos atuais concluem que, tendo em seu rol de crenças as doutrinas básicas que caracterizam o protestantismo, a IASD é uma igreja protestante. O censo 2010 do IBGE classifica a IASD como “Evangélicos de Missão”, devido à sua origem estar relacionada como o protestantismo norte-americano que se difundiu entre o final do século XIX e início do XX. Em 1956, nos Estados Unidos, houve uma grande polêmica no meio protestante, levantada pela revista *Eternity*. Walter Martin, reconhecido estudioso de igrejas, seitas e cultos, foi incumbido pelo editor daquela revista de investigar a relação adventismo e protestantismo. Quatro anos depois publicava suas conclusões, afirmando serem os ASD uma igreja cristã, constituindo-se num importante segmento do protestantismo norte-americano (HOSOKAWA, 2001).

fé. Por essa época a denominação adventista havia recém-surgido nos Estados Unidos e ainda estava em fase de organização eclesial. Seus membros eram conhecidos principalmente por serem guardadores do sábado e adeptos da doutrina da segunda vinda de Jesus Cristo à Terra⁴⁰.

Mesmo em número relativamente insignificante, a chegada dos protestantes provocou algum desconforto à sociedade brasileira da época, especialmente porque interferia diretamente na hegemonia Católica. Para Hack (1985, p. 13),

a presença do Protestantismo causou um impacto de resistência por muito anos; reação da colonização católico-romana. A preocupação portuguesa com a presença de credos protestantes estaria ligada a situações históricas, governo e leis. A presença protestante no Brasil foi tida como invasora e prejudicial por estar mesclada com interesses comerciais e políticos.

Essa nova situação atingia diretamente a configuração dos padrões religiosos, morais e educacionais até então consolidados. Conforme aponta, novamente, Hack (1985, p. 21)

A igreja Católica Romana, grande defensora do monopólio religioso-educacional, estava sendo contestada por liberais, positivistas, maçons e protestantes. Assim, as missões protestantes tiveram, a partir do segundo reinado, a oportunidade de fixar-se no Brasil. Os propósitos de implantação do protestantismo no Brasil foram definidos pelos próprios grupos que aqui chegavam. Alguns vinham com o objetivo de atender espiritualmente aos imigrantes e suas famílias.

Por onde se instalavam, os grupos protestantes se ocupavam de prover além de suas igrejas, escolas e colégios, preocupados, inicialmente, com a educação de seus filhos, que passavam a sofrer com o preconceito enraizado na cultura essencialmente católica. Muitas crianças, filhas de protestantes não podiam frequentar a escola pública regular devido à hostilidade com que eram tratados.

Os protestantes carregavam consigo, ainda, um outro objetivo: o de realizarem sua propaganda missionária proselitista, mesmo que de forma indireta.

O binômio ‘evangelizar e educar’ caracteriza a estratégia missionária dos protestantes que se instalaram no Brasil durante o século XIX. Esta empresa missionária, particularmente pelos missionários norte-americanos, tinha no seu escopo um sentido civilizador, pautado da ideologia do “Destino Manifesto” e com fortes traços culturais do *American way of life*. (CARDOSO, 2018, p. 1).

⁴⁰ Resumidamente, os adventistas do sétimo dia acreditam que o sábado é um dia sagrado, dedicado à comunhão maior com seu criador, devendo ser honrado e respeitado como dia especial de adoração. Envolve, além dos princípios de adoração, abnegação e altruísmo. Sobre a segunda vinda de Cristo, creem que “a vinda do Salvador será literal, pessoal, visível e universal. Quando Ele voltar, os justos falecidos serão ressuscitados e, junto com os justos que estiverem vivos, serão glorificados e levados para o Céu, mas os ímpios irão morrer. O cumprimento quase completo da maioria dos aspectos da profecia, bem como a condição atual do mundo, indica que a vinda de Cristo é iminente. O tempo exato desse acontecimento não foi revelado, e somos, portanto, exortados a estar preparados em todo o tempo”. Disponível em <http://www.centrowhite.org.br/iasd/crencas-fundamentais-dos-adventistas-do-setimo-dia/>. Acesso em 04/07/2018.

1.1. A relação entre protestantismo e educação

De todas as alterações ocorridas no contexto nacional da passagem do século XIX para o XX, destaca-se uma que vem influenciar diretamente as questões religiosas e, conseqüentemente, a educação: a adoção, por parte do governo, de ideias liberais que levaram à separação entre Estado e Igreja.

Para Vieira (2006), “a educação passou a ser vista como um dos principais instrumentos privilegiados para elevar o país ao seu verdadeiro posto, mas faltava determinar qual o tipo de educação mais apropriada para cumprir as exigências do futuro”. No entanto, o protestantismo missionário de origem norte-americana vem se instalar no Brasil de maneira mais efetiva a partir do final da década de 1860 com a instalação de suas primeiras escolas

Com isso, afirma Vieira (2006), os protestantes de origem presbiteriana se tornaram pioneiros na organização de escolas. Inicialmente, tinham como objetivo atender a seus próprios filhos, para que mantivessem preservadas suas tradições e cultura. Com isso, por meio do Reverendo Nash Morton, fundaram, em 1969, na cidade de Campinas, o Colégio Internacional. Essa instituição se tornou um dos principais espaços de educação para os filhos das famílias mais influentes daquela região.

Posteriormente, em São Paulo, “A partir de 1870 iniciou-se na sala de jantar da residência de Chamberlain uma escola para abrigar meninas protestantes que sofriam nas escolas por causa da convicção religiosa”. Mary Chamberlain, esposa do reverendo presbiteriano, além de ensinar as primeiras letras, também ministrava o ensino religioso da bíblia e noções do seu catecismo. Também era observada a prática do culto diário com orações e cantos religiosos. A escola destinava-se a suprir a ineficiência do sistema pedagógico brasileiro e garantir a instrução àquelas crianças que fossem constrangidas por práticas católicas romanistas (HACK, p. 64).

Com a família Chamberlain foram dados os primeiros passos para a constituição da Escola Americana que mais tarde se tornaria o Mackenzie College.

Seu conceito seguia as mesmas trilhas do Colégio Internacional, em função de seus métodos pedagógicos empregados e os resultados obtidos. Por volta de 1878, a Escola Americana já havia se transformado no centro das atenções e de comentários tanto por seus métodos inovadores como pela presença de mestres de grande preparo intelectual. (VIEIRA, 2006).

“As igrejas norte-americanas deram grande ênfase às instituições educacionais, com a finalidade de realizar uma propaganda indireta dos ideais de uma civilização cristã nos moldes

protestantes” (HACK, 1985, p. 58). Certamente que essa propaganda indireta realizada pelos protestantes tinha como objetivos atrair as elites nacionais e oferecer-lhes uma educação pautada nos princípios e valores tanto morais quanto religiosos, de características liberais e progressistas que, à priori, não eram oferecidos pela educação oficial.

Também Mesquida (1994, p. 132) menciona que as instituições educacionais protestantes estavam geralmente situadas em locais estratégicos, “[...] esses centros de difusão da cultura situavam-se sempre em função do espaço onde habitavam e onde circulava a classe social a ser influenciada”. Construídas em locais em que permitia a circulação e convivência entre a elite econômica e política do país, essas escolas estavam de certa forma dentro do espaço geográfico e ideológico das discussões sobre os rumos da nação. Em suas pesquisas ainda, Mesquida (1994, p. 132 e 133) menciona:

Como parte do seu plano protestante as escolas-igrejas divulgavam não apenas o seu pensamento e cosmovisão, mas também imprimiam um *modus vivendi*, baseado em hábitos, condutas sociais e valores, geralmente baseados na perspectiva religiosa, como por exemplo: o combate ao uso do álcool e do tabaco, bem como da prática dos jogos de azar; as regras de higiene; as regras restritivas de certos divertimentos; os modos de administrar as finanças e o patrimônio, orientados ao trabalho intenso, à poupança e à acumulação; os modos de trajar, falar e comporta-se em público; a exigência da leitura. Todos esses conceitos estavam baseados no que a educação protestante norte americana já implantara em seu país, desde o primeiro quartel do século XIX.

As instituições presbiterianas, batistas e metodistas, inicialmente se destacaram na ênfase às atividades educacionais. Tão logo se instalaram em terras brasileiras, começaram também a fundar escolas e colégios. Havia uma cultura disseminada em meio a esses protestantes de que, por meio da instrução o crente seria capaz de ascender intelectual e socialmente, conforme destaca Ramalho, (1976, p.69),

[...] o programa educativo é uma das primeiras e mais importantes expressões da obra missionária. A natureza e a profundidade das mudanças que se quer introduzir na sociedade não condizem com o analfabetismo dos conversos, nem com a pouca instrução reinante. É necessário que o protestante seja capaz de, pelo menos, ler a Bíblia e certa literatura religiosa, e a comunidade global deve valorizar e expandir a educação considerada a nota principal de ascensão social

“O discurso do protestantismo referente à evangelização e educação tinha um destinatário social específico: as elites emergentes. Esses propósitos coincidiam com os ideais das classes republicanas dos grandes centros urbanos da época” (CALVANI, 2009, p. 65).

A expansão do protestantismo no Brasil se articula à difusão do seu projeto educacional, o qual começa a ser implantado na capital e cidades de maior relevância no contexto socioeconômico.

As igrejas de matriz protestante firmam-se “no propósito de propagar seus princípios não apenas com a pregação do Evangelho, mas também através de escolas”. Consistia num trabalho lento e até infrutífero devido ao alto índice de analfabetismo. Para Hack (1985), seria por meio da escola que a propagação do Cristianismo poderia ser impetrada de maneira mais fácil atingindo a sociedade brasileira mais rapidamente.

Embora os presbiterianos tenham sido os primeiros a introduzirem a educação nos moldes americanos no Brasil, também outros grupos também contribuíram com o estabelecimento de escolas protestantes abertas à sociedade, popularizando assim a ideia de tolerância religiosa. Dessa forma, alguns grupos protestantes tinham convicção plena de que “através da obra educativa poderiam atingir a sociedade brasileira de maneira mais eficiente. (HACK, 1985, p.60).

Na concepção dos estrangeiros protestantes, a educação consistia numa condição indispensável à disseminação da sua doutrina e ideais de emancipação. Era a partir da leitura do livro sagrado e da participação nos cultos e cerimônias religiosas que se pretendia alcançar uma cultura civilizatória pautada nos fundamentos protestantes e que atuariam como uma mola propulsora para o crescimento político-ideológico e religioso da população.

Suas escolas geralmente eram fundamentadas em métodos considerados modernos, naquele momento histórico, adotando práticas inovadoras, o que se contrastava com a realidade das demais escolas brasileiras, com atuação precária, extremamente conservadora e tradicionalista, seja de competência governamental ou confessional católica.

O modelo educacional que os protestantes norte-americanos difundiam no Brasil consistiam de algumas adaptações feitas partir das ideias educacionais de Pestalozzi⁴¹ e

⁴¹ Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em 1746 em Zurique, na Suíça. Quando era jovem, abandonou os estudos religiosos para se dedicar à agricultura, sendo que não obteve sucesso em sua empreitada. Após esse fracasso, Pestalozzi levou algumas crianças pobres para casa, onde encontraram escola e trabalho. Exerceu grande influência no pensamento educacional e foi um grande adepto da educação pública. Democratizou a educação, proclamando ser o direito absoluto de toda criança ter plenamente desenvolvidos os poderes dados por Deus. Seu entusiasmo obrigou governantes a se interessarem pela educação das crianças das classes desfavorecidas. Em 1782, em seu primeiro livro: Leonardo e Gertrudes, Pestalozzi anuncia suas ideias educacionais, mas a obra não foi considerada como um tratado educativo pelas figuras importantes da época. Pestalozzi decide ser mestre-escola, e vai então, em sua escola, procurar aplicar suas ideias educacionais. Para ele a escola deveria aproximar-se de uma casa bem organizada, pois o lar era a melhor instituição de educação, base para a formação moral, política e religiosa. Em sua escola, mestres e alunos (meninos e adolescentes) permaneciam juntos o dia todo, dormindo em quartos comuns. O educador faleceu em 1827.

Lancaster⁴² e do Método Monitorial Mútuo, já bastante difundido em praticamente todo o mundo. No entanto, essa nova concepção trazia para a educação a ideia de renovação dos métodos tradicionais utilizados pelas escolas brasileiras, de matriz católica jesuítica. Como esses novos métodos já haviam ganhado espaço e reconhecimento nos Estados Unidos, chegaram aqui, especialmente a partir dos protestantes que buscavam transplantar sua pedagogia para o Brasil (MENDONÇA, 1984; BARBANTI, 1977).

De acordo com Mendonça (1984, p. 93), inicialmente alguns pastores ministravam aulas nas escolas recém fundadas, mas quem se destacou e se tornou referência na educação protestante foram as mulheres, consideradas “especialistas em educação”, com destaque para as missionárias americanas metodistas e presbiterianas que haviam sido formadas e preparadas para atuar com o “método intuitivo”, considerado moderno e inovador⁴³. Esse método priorizava o caráter instintivo da natureza humana e não se ocupava com a excessiva memorização, típica do método jesuítico. Dentre essas educadoras merecem destaque na

⁴² O *quaker* inglês Joseph Lancaster (1778-1838), identificado com o trabalho pedagógico realizado em Madras, na Índia, pelo pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832), e com os ideais reformadores do jurista inglês Jéremy Bentham (1748-1792), autor do *Panóptico*, estabeleceu em 1798, uma escola para filhos da classe trabalhadora, também utilizando monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, Lancaster amparou seu método no ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Em face desta opção metodológica ele não esperava que os alunos tivessem “originalidade ou elucubração intelectual” na atividade pedagógica mas disciplinarização mental e física. Em Lancaster, o principal encargo do monitor não estava na tarefa de ensinar ou de corrigir os erros, mas sim na de coordenar para que os alunos se corrigissem entre si. Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da manutenção da ordem, outra tarefa relevante do monitor lancasteriano. Diferentemente de Comênius, Lancaster defendia uma proposta disciplinar de instrução, relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual. Observa-se que a utilização de monitores, no método do educador morávio e no de Lancaster, estavam sob pressupostos pedagógicos bastante diferentes entre si. Portanto, considero oportuno problematizar o discurso, consolidado e assumido por uma historiografia de larga tradição, que trata o Ensino Mútuo e o Método Lancasteriano como métodos que se identificam entre si, como iguais, como sinônimos, apesar da visibilidade dos distanciamentos teórico-metodológicos. Informações disponíveis em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_lancaster.ht. Acesso em: 30/12/2018.

⁴³ “O método de ensino intuitivo generalizou-se, na segunda metade do século XIX, nos países da Europa e das Américas, como principal elemento de renovação do ensino, juntamente com a formação de professores. Ficou conhecido como o método do ensino popular por ser considerado, entre os educadores, como o mais adequado à educação das classes populares [...] em contraposição ao ensino livresco, o ensino intuitivo parte da premissa de que toda a educação deve começar pela educação dos sentidos. O método intuitivo, na definição de Buisson (1897, p. 9), “[...] é aquele que em todo ensino faz apelo a esta força *sui generis*, a este olhar do espírito, a este ímpeto espontâneo da inteligência em direção da verdade. Ele consiste não na aplicação de um ou outro procedimento, mas na intenção e no hábito geral de fazer agir, de deixar agir o espírito da criança em conformidade com o que nós chamávamos a pouco de instintos intelectuais”. Valorizando a intuição como elemento essencial do conhecimento, o método se divide em três graus, detalhados por Buisson (1897): a intuição sensível, a intuição intelectual e a intuição moral. Colocado em circulação por meio das exposições internacionais, dos congressos pedagógicos, dos relatórios oficiais sobre a instrução pública, dos compêndios de pedagogia e manuais de ensino, esse novo saber pedagógico desembarcou na realidade brasileira na bagagem de nossos intelectuais ilustrados, trazendo os elementos de renovação pedagógica de que estavam ávidos”. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.htm. Acesso em: 30/12/2018.

história da educação brasileira Carlota Kemper⁴⁴, Marcia Brown⁴⁵ e Martha Watts⁴⁶, além de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade⁴⁷.

Além das ideias educacionais inovadoras trazidas do continente norte-americano, o processo educacional protestante estava fundamentado na arte, literatura, ciência, poesia, francês, inglês, música, cânticos e exercício físicos, além do latim, que se mantinha devido à tradição do ensino humanístico, característico do ensino brasileiro (MENDONÇA, 1984).

Diante de um cenário que se tornava cada vez mais favorável à inserção das igrejas e escolas de confissão não católicas, a instalação de escolas protestantes no Brasil⁴⁸ passa por fase de grande expansão. Algumas dessas instituições educacionais futuramente se transformariam em universidades com atuação até os dias atuais, desfrutando de reconhecimento e prestígio nacional.

Segundo Calvani (2009) são elas: Colégio Internacional (Campinas, em 1869); Mackenzie College (São Paulo, em 1870) – atualmente Universidade Mackenzie; Escola Evangélica de Botucatu (1886); Colégio Piracicabano (1881) – atualmente Universidade Metodista de Piracicaba; Escola Americana de Curitiba (1892); Instituto Gammon (Lavras, MG, em 1895); Colégio Americano de Natal-RS (1904); Colégio Americano de Pernambuco, atualmente Colégio Agnes Erskine (1908); Escola Americana de Florianópolis (1906); Instituto Ponte Nova (Wagner, BA, em 1906); Colégio Adventista Brasileiro (São Paulo, em 1915) – atualmente Centro Universitário Adventista de São Paulo; Escola Evangélica Americana (Varginha, MG, em 1921); Colégio Metodista Bennet (Rio de Janeiro, em 1921); Colégio Dois de Julho (Salvador, BA, em 1928).

⁴⁴ Carlota Kemper - Informações obtidas na Dissertação de mestrado de Arantes, Thaís Batista de Andrade: As damas da educação: Clara Gammon e Carlota Kemper no Instituto Evangélico De Lavras. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/7925>>. Acesso 30/12/2018.

⁴⁵ Marcia Percy Brown, nascida em 1845 nos Estados Unidos, lecionou na Escola Americana e foi professora de Pedagogia na Escola Normal do Mackenzie. De 1890 a 1896, trabalhou na reorganização do ensino primário e normal do Estado de São Paulo. Organizou várias escolas-modelo, uma das quais viria a receber o seu nome. Informações Disponíveis em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/top/midias_noticias/editora/old/Editora/Revista_Mackenzie/pdfs/m33/pg48a50.pdf>. Acesso em 30/12/2018.

⁴⁶ Martha Hite Wats, missionária metodista norte-americana, nasceu em 1845 e faleceu em 1910. Durante os vários anos que passou no Brasil contribuiu para a criação de várias escolas dentre elas: o Colégio Piracicabano, em Piracicaba, inaugurado em 13 de setembro; o Colégio Americano, em Petrópolis; e o Colégio Izabela Hendrix, em Belo Horizonte. Informações disponíveis em: <<http://www.unimep.br/ccmw/index.php?fid=170&ct=4826>>

⁴⁷ Maria Guilhermina Loureiro de Andrade - Professora, escritora e tradutora brasileira. Nasceu em 1839-1929, atuou no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, contribuindo para a introdução do jardim da infância da educação nacional. Estudou em Nova York e trouxe ideias americanas consideradas renovadoras para a educação do seu tempo. Informações disponíveis na Tese de doutorado de: CHAMON, Carla Simone. Acesso em: 30/12/2018.

⁴⁸ Sobre as primeiras escolas protestantes que se instalaram no Brasil existem estudos pontuais que se destacam, dentre eles: Barbanti (1979); Schulz (2003).

Ainda para Calvani, “[...] outras instituições foram abertas nos anos seguintes, mas com pouca estrutura e sem projetos pedagógicos bem definidos” (p. 56).

Criar escolas se tornava algo essencial à propagação da fé religiosa e para a evangelização do país que lhe dera acolhida. Dessa forma, para Almeida (2007, p. 327) “[...] a cada grupo convertido nas vilas do interior, solicitava-se à missão que enviasse um professor aqui radicado, que pudesse formar uma classe de primeiras letras, aí a explicação da prática de para cada igreja uma escola”. Ao investigar como ocorreu a relação educação e protestantismo na sociedade brasileira, Hack (1958) dedica especial atenção a esse fenômeno. Para o autor, esse momento coincidiu com vários fatos históricos que vinham ocorrendo no país e que, de certa forma, se constituíram em importantes elementos para expansão dos novos grupos, são eles:

Influência econômica e ideológica dos Estados Unidos e implantação de colégios de orientação americana; 2- Função aparentemente inovadora do protestantismo; 3- Influência ideológica liberal, mais consentânea com o desenvolvimento do capitalismo: o ideal democrático e a liberdade de expressão (livre exame da bíblia e o sacerdócio universal dos crentes), a crença no valor pessoal (responsabilidade), estímulo ao trabalho com relevância nos aspectos morais dos indivíduos (honestidade, austeridade, temperança) e a busca do êxito com expressões de racionalidade e eficiência (RAMALHO, 1976, p. 59).

Para Mendonça (2002, p. 74), “[...] a elite brasileira não estava interessada na religião protestante, mas na educação que os missionários ofereciam. Estava ansiosa pelo progresso, e os colégios protestantes constituíam boa alternativa”. Dessa forma, a visão missionária protestante se organizou em duas frentes “[...] a primeira a educacional, direcionada à elite”, que embora apresentasse poucos índices de conversão, produzia muita influência na formação da classe dominante. “E a segunda frente, a evangelizadora, junto à massa pobre, que não tinha condições de oferecer uma educação de alto nível para seus filhos” (p. 98). Mas, tudo indica que estava aberta para receber a mensagem de redenção, pregada pelos missionários, segmento esse que trouxe grande impulso no aumento de seguidores da fé protestante.

1.2. As influências dos imigrantes europeus e americanos

As influências do imigrante europeu foram bastante significativas no contexto brasileiro. Entretanto Bandeira (1973) afirma que os norte-americanos eram vistos como exemplo para os brasileiros, uma vez que refletiam o ideal de nação revolucionária e independente. No Brasil pairava uma ideologia, influenciada pelo desejo de progresso e desenvolvimento, que pretendia romper com qualquer ideia de tradicionalismo do passado. “As manifestações de nacionalismo, paradoxalmente, acompanhavam as tendências para americanização do país” (p. 134). Nesse clima de implantação de ideias progressistas foi organizada uma comissão, liderada por Rui Barbosa, que

[...] elaborou uma nova Constituição, constituindo-se uma cópia mais ou menos fiel da americana, instituindo o federalismo. O país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil. E adotou-se, na primeira hora, a bandeira estrelada, com listas auriverdes, cuja única diferença da americana consistia nas cores. (BANDEIRA, 1973, p. 134).

Para Menslin (2015, p. 40), houve no Brasil um momento de busca a novas ideias e conhecimentos propagados pelos americanos.

Muitos foram os que se dirigiram aos Estados Unidos para buscar mais conhecimentos das ações libertárias que estavam tornando a América do Norte num continente progressista e republicano, sonho de vários que por aqui militavam ora ao lado do império, ora contra o mesmo [...]

Mudanças políticas, que sonhavam e lutavam por estabelecer os parâmetros para um novo país, somada com a abertura e entrada não só de capital financeiro, mas de capital humano, através dos imigrantes que aqui aportavam em grande número, contribuíram para que a cultura protestante também tivesse a oportunidade de trazer muitos de seus elementos constitutivos.

A influência dos protestantes na educação brasileira insere o país num contexto processual que acabou refletindo em mudanças estruturais, quantitativas, qualitativas e especialmente pedagógicas.

Possuíam prédios próprios com arquitetura que os distinguiu pelas salas amplas e construídas especificamente para o ensino. As classes eram mistas. As carteiras de estudante passaram a ser individuais. Havia salas especiais para música, geografia, com imensa quantidade de mapas, cartazes com esqueleto do corpo humano, pesos e medidas para o ensino métrico, microscópios (ELIAS, 2005, p. 82).

Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira* (1958), ao interpretar a influência da educação protestante da Monarquia até a República menciona que “[...] nenhum fermento novo se introduziu na massa do ensino, a não ser o que se preparava nos colégios leigos ou se formava, nos fins do Império, com o aparecimento das primeiras escolas protestantes [...] (AZEVEDO, 1958, p. 601).

Segundo Vieira (2006),

estes colégios de iniciativa protestantes viriam a exercer forte influência na elite republicana, principalmente em Rangel Pestana e Prudente de Moraes Barros. este ao ser alçado como mandatário principal do governo republicano paulista apresentou ao lado de Pestana a chamada grande reforma, que em síntese geral, reformulava a escola normal e convertia em escola-modelo as escolas anexas.

Ao analisar as intenções dos protestantes americanos em suas missões expansionistas, Bandeira (1973) identifica um interesse mais de ordem cultural que geográfica. O povo americano “[...] se sentia depositário da missão divina de levar aos povos mais atrasados os benefícios de Deus na terra” (p. 76). Ao que consideravam seu “destino manifesto”, esses americanos tinham como projeto de missão a propagação do evangelho por meio da expansão de suas ideias civilizatórias, a qual também se articulava com a ideologia expansionista dos Estados Unidos. (BANDEIRA, 1973; MENDONÇA, 1995).

Segundo Stencel (2006, p. 66), no contexto do protestantismo de missão, a educação era parte de sua estratégia, transformando-se numa “ferramenta de consolidação dos ideais sustentados por seus movimentos”. Tanto a evangelização quanto a educação nos moldes da filosofia protestante “formou o conjunto de aspectos determinantes para compreender os processos de penetração, expansão e consolidação do projeto missionário dos protestantes no Brasil”.

Nas localidades onde se instalavam as missões protestantes, estas logo abriam suas escolas e colégios, com métodos e práticas inovadoras, consideradas modernas, diante do fraco alcance das iniciativas governamentais, deficientes na área, ou da conduta conservadora da educação católica. Desta forma não foi difícil instalar-se num contexto em que havia carência de estabelecimentos educacionais e setores liberais da sociedade brasileira ávidos por novidade que representassem avanços em relação à prática educativa conservadora das escolas católicas. (STENCEL, 2006, p. 67)

A tradução das ideias liberais praticada na educação ministrada nas escolas protestantes encontrou acolhimento, especialmente na virada para o século XX, na recepção dada pelas elites brasileiras, particularmente pelo apoio da maçonaria. Para Cardoso (2003), os protestantes tiveram condições de colocar em funcionamento uma pretensão que viria a se constituir o lema do movimento “para cada igreja uma escola”. Mas o inverso também era verdadeiro, ou seja, que existisse em cada escola uma igreja (CARDOSO, 2003, p. 4). A educação protestante imprimira um novo olhar para a pedagogia brasileira trazendo ideias renovadoras, progressistas e libertadoras. Essas ideias vinham exatamente ao encontro do padrão e estrutura ansiada pelos

liberais. Para Mesquida (1994, p. 133), a educação trazida pelos protestantes trazia características

[...] que a tornaram atrativas, especialmente às elites liberais, tais como: localização das escolas em função da classe social a ser influenciada; aparência estética dos edifícios construídos, de estrutura sólida e imponente; ambiente interno das escolas com nova concepção pedagógica – ausência de estrado nas salas, aproximando alunos e mestres, carteiras individuais, auditórios para programas coletivos, material didático, laboratórios, equipamento musical, etc.; além do conteúdo identificado com valores liberais, da cultura e do modo de vida norte americano.

1.3. Os primeiros adventistas: dos EUA ao Brasil - A educação como princípio

Conforme mencionado, o movimento adventista no Brasil surge no momento de propagação das ideias protestantes trazidas pelos imigrantes europeus e americanos, no final do século XIX, que, além da pregação da sua doutrina religiosa, influenciaram significativamente a educação na medida em que atribuíam especial atenção ao estudo e compreensão da palavra divina. Partindo dessa concepção, cada crente deveria ser capaz de ler, compreender e seguir os ensinamentos bíblicos a partir do seu próprio entendimento. Com isso, onde passavam, criavam igrejas, escolas e colégios, chegando a estabelecer uma rede de instituições confessionais de caráter protestante que viria, de certa forma, modificar o cenário educacional brasileiro.

Com relação a sua organização, a IASD, seguindo a lógica da sua filosofia e projeto missionário, primeiramente estruturou suas casas publicadoras para poder propagar o evangelho por meio da divulgação de suas crenças através de impressos seja de forma gratuita ou através do trabalho da colportagem⁴⁹. Logo após, desenvolve seu programa de saúde, com orientações sobre alimentação natural e cuidados com o corpo motivada pela compreensão de que com melhor saúde a mente poderia mais claramente entender as verdades do evangelho, e os missionários teriam melhor desempenho em seu trabalho. Como a principal doutrina propagada pelos adventistas diz respeito à volta iminente de Jesus Cristo à terra para salvar e redimir seu povo do pecado, havia, inicialmente, uma despreocupação em relação à educação e futuro das crianças e jovens. Somente algumas décadas após a sua consolidação como igreja organizada, a concepção sobre a educação em meio ao grupo de fiéis seguidores começa a mudar. O termo

⁴⁹ Colportagem é a atividade da pessoa que vende mercadorias de porta em porta, especialmente livros religiosos. Ofício do colportor, do vendedor ambulante. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/colportagem/> Acesso em: 15/07/2018. O termo é de uso corriqueiro no ambiente adventista.

inicial dessa mudança de postura se dá em 1862 em decorrência da resposta que Tiago White⁵⁰, um dos fundadores e dirigentes da IASD, dá a um questionamento de um membro (W. H. Ball) a respeito da frequência dos filhos a escolas, uma vez que, ao acreditarem na iminente volta de Jesus à terra, as crianças que frequentassem as escolas seculares estariam aprendendo mais mal do que bem. Pergunta então W.H.Ball, qual seria a atitude correta - Poupar as crianças do contato com os conhecimentos mundanos ou prepará-las para vinda do Messias? Tiago White responde, portanto “[...] o fato de que Cristo voltará em breve não é razão para que a mente não seja aprimorada. Uma mente bem disciplinada e informada pode melhor receber e acalentar as verdades sublimes do segundo advento” (STENCEL, 2006, p. 37). O marco mais importante, no entanto, a respeito da atitude da IASD quanto à importância da educação é um escrito datado de 1872, com 30 páginas, de autoria de Ellen Gold White⁵¹, escritora adventista americana, esposa de Tiago White, que enfatiza a necessidade de oferecer educação às crianças. Segundo White, o fato de não haver uma data exata para a volta de Cristo, tornava-se essencial que as crianças aprendessem as habilidades básicas para viver no mundo secular em que habitavam.

50 T. White em sua juventude foi professor de escola. Posteriormente, tornou-se um ministro do evangelho no estado do Maine. Aceitou as ideias de Guilherme Miller sobre a segunda vinda de Cristo e teve muito êxito na pregação da doutrina. Era um executivo talentoso e capaz, líder missionário e poderoso evangelista. Não apenas tomou parte, juntamente com Guilherme Miller, Joseph Bates e dezenas de outros pregadores, no anúncio da vinda de Cristo durante a década de 1840, mas sobreviveu ao movimento milerita, tornando-se o primeiro grande apóstolo da causa Adventista do Sétimo Dia. Tiago White foi o publicador do primeiro periódico emitido por Adventistas do Sétimo Dia: o *Present Truth* (1849); foi também o primeiro editor da *Review and Herald* (1850), do *Youth's Instructor* (1852), e da *Signs of the Times* (1874). Foi presidente da Associação Geral dos Adventistas nos anos de 1865-1867, 1869-1871 e 1874-1880. Se houve alguém que pode ser considerado o fundador da Casa Editora *Review and Herald*, esse foi Tiago White, juntamente com sua esposa, Ellen White. Ele patrocinou e promoveu a Casa Editora *Pacific Press*. Morreu no dia 6 de agosto de 1881, com apenas 60 anos de idade. Seus sessenta anos de vida foram gastos de maneira abnegada e sem interesses próprios. Nenhum outro ministro Adventista do Sétimo Dia trabalhou mais do que ele no sentido de estabelecer princípios elevados e eficiência na vida das igrejas e instituições.

Disponível em: <https://www.adventistas.org/pt/espirtodeprofecia/pioneiros/tiago-white-1821-1881/> Acesso em: 24/07/2018.

⁵¹ E. G. White - Em 26 de novembro de 1827, nasceram Ellen e Elisabete, irmãs gêmeas, filhas de Roberto e Eunice Harmon, na pequena fazenda da colina (conhecida como “*Fort Hill Farm*”), no Maine, Portland, nordeste dos Estados Unidos. Com outros membros da família, Ellen assistiu às reuniões adventistas em Portland em 1840 e 1842, aceitando plenamente os pontos de vista apresentados por Guilherme Miller e seus companheiros, e confiantemente aguardou a volta do Salvador em 1843, e depois em 1844. Ellen era fervorosa obreira missionária, trabalhando com seus jovens companheiros, e fazia sua parte em proclamar a mensagem do advento. Casou-se com Thiago White em agosto de 1846 com quem teve quatro filhos. Durante toda a sua vida ela escreveu mais de 5.000 artigos e 49 livros; mas hoje, incluindo compilações de seus manuscritos, mais de 150 livros estão disponíveis em inglês, e cerca de 90 em português. Ellen G. White é a escritora mais traduzida em toda a história da literatura [religiosa]. Seus escritos abrangem uma ampla variedade de tópicos, incluindo religião, educação, saúde, relações sociais, evangelismo, profecias, trabalho de publicações, nutrição e administração. Sua obra-prima sobre o viver cristão feliz, *Caminho a Cristo*, já foi publicada em cerca de 150 idiomas. Os Adventistas do Sétimo Dia creem que Ellen White foi muito mais que apenas uma escritora talentosa – creem que ela foi apontada por Deus para ser uma mensageira especial, a fim de atrair a atenção de todos para as Sagradas Escrituras, e ajudá-los a se prepararem para a segunda vinda de Cristo, desde os 17 anos de idade até a ocasião de seu falecimento aos 87 anos. Disponível em: <http://www.centrowhite.org.br/ellen-g-white/biografia-de-ellen-g-white-1827-1915/> Acesso em 24/07/2018.

Esse material, intitulado “*A verdadeira educação*”, se disseminou no meio adventista provocando mudanças consideráveis em relação à compreensão da importância do investimento na educação das crianças e dos jovens. A partir daí é que surge o interesse da instituição em se empenhar por desenvolver a educação como parte de suas atividades (STENCEL, 2006).

Com esse espírito, em 03 de junho de 1872 foi inaugurada em *Battle Creek*, Michigan, a primeira escola adventista nos Estados Unidos, *Battle Creek College* (BCC). Como instituição, nesse período, os adventistas estavam convencidos de que a educação fazia parte do processo de reconstrução religiosa do ser humano. A partir de tal concepção, os adventistas passaram a empreender, além da obra missionária, a obra educacional. Algum tempo depois, em 1903, White escreve aquela que seria considerada a sua maior contribuição para educação adventista, o livro *Educação*, que se tornou uma fonte de princípios filosófico-cristãos sistematizados, que traduziam em linguagem simples, clara e ao mesmo tempo rica em concepções educacionais, os conceitos bíblicos aplicados ao desenvolvimento do corpo, do intelecto e do espírito, segundo os ensinamentos da igreja adventista.

1.4. A instalação da primeira Igreja Adventista no Brasil

Como requisito para compreender o momento em que a IASD se instala no Brasil, além de considerar o momento de expansão das instituições protestantes americanas e europeias, conforme mencionado anteriormente, é necessário observar alguns aspectos conjunturais do cenário brasileiro que favoreceram sua disseminação

A IASD se estrutura internamente como uma instituição com “[...] uma tendência de gerar ainda mais estruturas organizacionais”. (GREENLEAF, 2011, p. 20). Inicia-se um programa de missões estrangeiras, incluindo em seu roteiro a América do Sul. A estrutura organizacional não era perfeita, mas funcionava a contento.

Esses recém-chegados [os adventistas missionários vindos para América do Sul] não eram imigrantes segundo a definição tradicional, nem ativistas, tampouco materialistas. No entanto, planejavam ficar, fazer-se ouvir e atribuir um bom uso a todos os recursos que encontrassem. (...) para marcar seu caminho, deixaram igrejas, escolas, hospitais, fábricas de produtos alimentícios, casas publicadoras e lanchas médicas (GREENLEAF, 2011, p. 21).

Por volta de 1893, chega ao Brasil, vindo dos Estados Unidos, o colportor Albert B. Stauffer⁵², iniciando seus trabalhos missionários na região paulista de Rio Claro, Piracicaba e posteriormente, possivelmente por sua origem alemã, dirige-se às colônias de falas alemãs e inglesas em Santa Catarina e Paraná. (GREENLEAF, 2011, PEVERINE, 1988). Chegam também, em seguida, os Pastores Nowlen⁵³ e Snyders⁵⁴, ambos americanos, os quais iniciaram os trabalhos evangelísticos na mesma região. Esses colportores não eram assalariados. Tanto o trabalho de evangelização, quanto a própria manutenção se dava por meio da colportagem. Como não havia material institucional adventista em português (toda literatura que dispunham era em inglês ou alemão) optaram por atuar na região sul do país, junto às colônias alemãs. Após os primeiros colportores relatarem aos líderes nos Estados Unidos que no Brasil já havia alguns adeptos do adventismo, esses resolveram enviar um novo Pastor, Frank H. Westphal⁵⁵, a partir de 1894, que iria atuar nas comunidades adventistas nos países Argentina, Uruguai e Brasil com o fim de estruturá-las. Após alguns dias em solo brasileiro, “[...] fenômeno que ocorreu em fevereiro de 1895, Westphal teve a oportunidade de realizar mais de 20 batismos, ‘sendo o primeiro deles Guilherme Stein Jr⁵⁶, filho de imigrantes da Suíça e Alemanha’ [...]

⁵² A. B. Stauffer, colportor pioneiro na Argentina, Uruguai e Brasil. Em 1892, acompanhou Elwin Winthrop Snyder e C. A. Nowlen à Argentina, onde vendeu publicações aos colonos alemães. Em 1893, foi ao Uruguai onde trabalhou entre os colonos suíços e alemães. Em maio do mesmo ano veio ao Brasil, sendo o primeiro colportor a entrar no país. Nos primeiros anos do século XX, assumiu posições administrativas no Sul do país. Disponível em: http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/032s_stauffer_albert.htm. Acesso em: 24/07/2018.

⁵³ Sobre o Pastor C. A. Nowlen, não foi possível localizar sua biografia.

⁵⁴ E. W. Snyders, pioneiro, colportor e missionário adventista na Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai e Cuba. Foi educado em um lar Casou-se com Estelle Jane Ketring em 1895. Atuou no Paraguai e Argentina, assumiu a direção da Missão Adventista de Buenos Aires. Alguns anos mais tarde, em 1905, ele dirigiu a Missão Adventista em Cuba, onde permaneceu até que o clima tropical minou sua saúde. Foi necessário que ele voltasse aos Estados Unidos pelos problemas de saúde. Na Califórnia, assumiu o trabalho entre o povo mexicano, na área de Los Angeles. Mais tarde tentou assumir o trabalho pastoral na Geórgia, mas uma crise de gripe tirou sua vida. (Fontes: Seventh-day Encyclopedia, página 620; Review and Herald). Disponível em: http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/043s_elwin_snyder.htm. Acesso em: 24/07/2018.

⁵⁵ F. H. Westphal, adventista pioneiro. Nasceu no dia 14 de abril de 1873, num navio, quando seus pais vinham da Alemanha para o Brasil. Casou-se com Sophia H. Krume, e da união conjugal nasceram 11 filhos. Aceitou a mensagem adventista e foi batizado pelo pastor Huldreich Graf. Sob sua supervisão, foi fundada a primeira Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, em Gaspar Alto, SC, organizada em fevereiro de 1896. Faleceu e foi sepultado no dia 24 de fevereiro de 1926, aos 52 anos de idade, em Vitória, ES. Disponível em: http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/007w_westphal_gustavo.htm

⁵⁶ G. Stein Jr., descendente de imigrantes alemães, por parte do pai, e de imigrantes suíços, do lado materno, nasceu em Campinas (SP) no dia 13 de novembro de 1871. Foi o primeiro brasileiro a tornar-se membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, professor e fundador da primeira escola Adventista no Brasil. Aproveitando o avanço da cafeicultura e a expansão ferroviária no interior paulista, a partir de 1870, sua família instalou oficinas que contribuíram para a mecanização agrícola paulista. Havendo adquirido experiência como ferramenteiro em Campinas, Guilherme Stein Jr passou a trabalhar na Oficina Krähenbühl, fundada por seus parentes maternos em Piracicaba (SP), aos 17 anos, em 1888. Cinco anos depois (1893) casou-se com Maria Krähenbühl, sua prima em segundo grau, filha de João Krähenbühl, proprietário da Oficina onde trabalhava. Em abril de 1895 uniu-se oficialmente ao adventismo. A partir daí abandonou o trabalho na Oficina e passou a vender literatura Adventista, escrita em inglês, na região de Santa Bárbara, onde se localizavam colônias de americanos. No ano seguinte partiu com a esposa para Curitiba (PR), onde tornou-se professor no Colégio Internacional de Curitiba, cujas atividades

Com o batismo de Stein inicia-se formalmente a história da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil (p. 52). O nome de Guilherme Stein Jr. é relevante para a educação adventista, não só pelo fato de ser o primeiro converso da denominação, mas porque [...] ele vem a ser o primeiro professor e diretor das três primeiras escolas adventistas no Brasil. (MENSLIN, p. 52). Já no ano de 1895, chegam mais dois pastores, Huldreich F. Graf⁵⁷ e Frederick W. Spies⁵⁸(GREENLEAF, 2011, PEVERINE, 1988).

iniciaram-se em 1º de julho de 1896, como iniciativa de membros leigos adventistas. Em 15 de Outubro de 1897, Guilherme Stein Jr fundou, em Gaspar Alto (SC), a primeira escola Adventista missionária do Brasil. Dois anos depois, Guilherme Stein Jr e família deslocaram-se para o Rio de Janeiro a fim de iniciar a publicação de um periódico adventista no Brasil, intitulado “O Arauto da Verdade”. Em 1900 tornou-se também o primeiro brasileiro a ser credenciado como Ministro (Pastor Evangélico) pelos Adventistas do Sétimo Dia. Em 1904, transferiu-se para o Rio Grande do Sul e trabalhou na direção do Colégio Adventista de Taquari. Depois de breve permanência neste colégio em terras gaúchas, Guilherme Stein Jr retornou ao interior paulista e fixou residência em Rio Claro e, posteriormente, São Bernardo, dedicando-se ao trabalho de Editor na imprensa Adventista até a sua aposentadoria em 1918. Faleceu em 05 de outubro de 1957, em São Paulo. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_guilherme_stein_jr.htm. Acesso em: 24/07/2018.

⁵⁷ H. F. Graf, pastor, evangelista, missionário e professor. Nasceu no dia 8 de julho de 1855, na Posnânia, Alemanha. Aos 14 de anos de idade, emigrou para os Estados Unidos, onde conheceu a mensagem adventista, sendo batizado. Ocupou nos Estados Unidos diversos cargos como professor e pastor. No dia 20 de agosto 1895, foi enviado ao Brasil pela Associação Geral, onde dedicou-se ao trabalho evangelístico (1895-1903) e serviu como presidente da Missão Brasileira (1902-1903). Foi o primeiro pastor ordenado a trabalhar em terras brasileiras. Por ocasião da organização da União Sul-Americana, em 1906, tornou-se presidente da Associação Sul-Rio-Grandense. Durante 12 anos de permanência no Brasil, batizou mais de 1.400 conversos, deu milhares de estudos bíblicos, realizou mil pregações, organizou muitas igrejas e escolas. Com poucos recursos, ajudou a fundar várias escolas que convergiram para o desenvolvimento e estabelecimento do Colégio Adventista Brasileiro (CAB), atual Unasp-SP. Ajudou também na fundação da primeira Casa Publicadora adventista no Brasil, atual CPB. Foi responsável pela formação de muitos obreiros na causa de Deus. Em 1907, retornou aos Estados Unidos e trabalhou em Minnesota, Ohio, Califórnia, por dois anos. Por volta de 1915, aposentou-se e retornou ao Brasil para ficar mais perto de seus filhos. Faleceu na noite de 4 de dezembro de 1946, aos 91 anos de idade, em Taquari, RS. Disponível em: http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/013g_graf_huldreich.htm. Acesso em 24/07/2018.

⁵⁸ F. W. Spies, Missionário, pastor e administrador. Nasceu no dia 29 de junho de 1866, na Filadélfia, Pensilvânia, EUA. Converteu-se ao adventismo aos 22 anos de idade. Casou-se com Isadora Read em 1892, e da união conjugal nasceu uma filha: Mabel. Logo depois de sua conversão, dedicou-se à colportagem, e, quatro anos mais tarde, foi chamado à Alemanha como diretor de colportagem. Em 1896, foi convidado pela Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia a trabalhar como missionário no Brasil. Antes de sua partida, foi consagrado para a obra do ministério. O trabalho dos adventistas do sétimo dia era então pouco conhecido no Brasil, e o pastor Spies e sua esposa foram pioneiros entre os que aqui vieram disseminar a mensagem adventista. Dedicou-se inicialmente ao ministério e trabalho bíblico nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e em 1900 foi chamado para Santa Catarina, onde fixou residência, trabalhando não somente neste Estado, mas também no Paraná e no Rio Grande do Sul. Em 1903, mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, onde foi convidado a dirigir a obra dos adventistas a nível nacional. O trabalho desenvolveu-se de tal maneira que, em 1917 tornou-se necessária a divisão do território brasileiro em duas Uniões: União Sul-Brasileira e União Este-Brasileira. O pastor Spies presidiu ambas as Uniões. O casal Spies foi transferido em 1923 para a União Este, com sede no Rio de Janeiro. Em 1927, fixou residência em São Bernardo, onde gerenciou a Casa Publicadora Brasileira até 1932. Embora sendo aposentado em princípios de 1933, manteve-se ativo, dedicando-se mais a escrever artigos com mensagens de conforto e animação, e a cuidar da igreja alemã em São Paulo, onde esteve presente até o último sábado de sua vida. Faleceu no dia 31 de julho de 1935, aos 69 anos de idade, em Santo André, SP. Disponível em: http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/028s_spies_frederico.htm. Acesso em 24/07/2018.

A liderança da IASD da América do Norte, em especial os que eram responsáveis pela Comissão de Missões Estrangeiras, ao tomarem conhecimento da variedade linguística que existia entre os imigrantes que estavam chegando no Brasil, viam a educação como uma forte ferramenta para o proselitismo religioso (MENSLIN, 2015).

1.5. O projeto educacional adventista para o Brasil

Empreender um projeto missionário-educacional fazia parte dos planos dos primeiros adventistas que aqui chegaram. Além da preocupação com a disseminação da doutrina, passaram a se preocupar também com a educação dos seus filhos e dos recém conversos buscando oferecer a eles uma educação evangelizadora dentro dos princípios religiosos e defendidos pela instituição. (GROSS, 1996; VIEIRA, 1995). Com isso buscaram, assim que chegaram, criar escolas paroquiais. Embora muitas delas tenham surgido pequenas e sem muita projeção social, foram progressivamente crescendo, em alguns momentos enfrentando dificuldades financeiras e administrativas, até se tornar um sistema educacional com abrangência desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Diante dos ideais denominacionais e das necessidades dos novos adeptos, os adventistas se instalam no Brasil e, quase que concomitantemente criam a sua primeira escola, em Curitiba – PR⁵⁹, tendo como objetivo oferecer educação aos filhos dos missionários e novos conversos.

Mas era necessário encontrar um professor que fosse fluente na língua oficial do país, além de atender aos filhos de imigrantes em seus respectivos idiomas. Por conhecer as qualidades do jovem Guilherme Stein Jr., que era fluente em três idiomas além de ter estudado durante cinco anos no colégio Internacional de Campinas, de origem presbiteriana, Graf entende que este era o nome indicado para assumir a responsabilidade de iniciar o projeto educacional adventista, e assim, o convida para ser o primeiro professor e diretor do primeiro colégio adventista em solo brasileiro (MENSLIN, 2015, p. 54).

Com isso, Graf sente a necessidade de iniciar um projeto de evangelização por meio da educação, e, de acordo com Menslin (2015), graças a sua visão expansionista, três escolas iniciaram suas atividades nesses primeiros anos.

Em 1896, no dia 1º de junho, funda-se a primeira escola ligada à IASD, em Curitiba – PR, que passou a se chamar *Collegio* Internacional, atualmente Colégio Adventista de Curitiba; fora nomeado para dirigir e, também, lecionar nesta escola Guilherme Stein Junior. A nova escola estava abrigada em uma [...] ampla casa de alvenaria, alugada, ainda hoje existente, localizada na Rua

⁵⁹ Sobre a história do Colégio Adventista de Curitiba consultar Gross (1996) e Vieira (1995).

Paula Gomes antigo número 14, atual 290', construída com o auxílio dos membros, passou rapidamente de um modesto prédio com poucos alunos [...] a escola, que começou com meia dúzia de alunos, acusou ao cabo de seis meses uma matrícula de mais de 120 alunos (VIEIRA, 2011, p. 16 e 17).

Figura 1- Primeiro prédio do Colégio Internacional de Curitiba



Fonte: Portal Adventistas.org

Figura 2- Segundo prédio do Colégio Internacional de Curitiba



Fonte: Portal Adventistas.org

Segundo Vieira e Gross provavelmente esse bom desempenho tenha se dado tanto pela boa localização, cuja “[...] vizinhança era majoritariamente de imigrantes alemães bem-sucedidos: comerciantes, industriais, profissionais liberais, artesãos de renome, intelectuais” (GROSS, 2013, p. 16), e, também, pela oferta do ensino bilíngue (português e alemão). Nos anos seguintes foram fundadas mais duas escolas, cujo objetivo inicial seria a formação de missionários para atuarem na obra missionária: em 1897 fundou-se a escola missionária de Gaspar Alto, próximo a Brusque - SC que, posteriormente, foi transferida para Taquari – RS (1903) por ser uma região com maior presença de adventistas, à época. Tendo sido nomeado para diretor Emílio Schenk⁶⁰, as aulas se iniciaram em 19 de agosto de 1903 e funcionava em

60 Destaco que na biografia localizada de Schenk não foi possível identificar qualquer relação com o Colégio Internacional de Curitiba, no entanto, as datas e algumas informações sobre sua atuação coincidem com o momento e o lugar. E. Schenk veio da Alemanha em 1895 e fixou-se em Curitiba, Apicultor, filho e filho de apicultores, dedicou-se a difundir por todos os meios, a moderna técnica de criar abelhas. Fundou a “*Brasilianische Bienenflege*”, revista técnica, cujo o primeiro número data de 1897. De Curitiba veio para o Rio Grande do Sul,

regime de internato e externato misto (coeducação), situação bastante inovadora para o momento. Segundo Stencel (2006, p. 67) “[...] essas duas pequenas escolas lançaram as bases e serviram como o marco inicial daquela que se tornaria a primeira escola superior adventista no Brasil, o Instituto Adventista de Ensino (IAE)”. Posteriormente assume a direção dessa escola o Pastor John Liepke⁶¹.

fixando em Canoas. Foi na nossa cidade que ele começou a escrever o seu livro o *Brasilianischer Bienenzuchter* o (Apicultor Brasileiro) que alcançou 8 edições em alemão e português. A primeira edição, traz a data de 1890 e a última, 1946. Desenvolvendo uma série de pesquisas na cidade de Canoas e aprimoramentos ele vai para Taquari aonde constrói um grande apiário modelo 1903. Em 1910, a terceira edição do seu livro foi adquirida pelo governo do Estado para distribuição gratuita, por ordens expressa do Dr. Carlos Barbosa, governador do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1920 organizou a Primeira Exposição de Apicultura, inaugurada pelo governador do Estado Augusto Borges de Medeiros. Em 1922 por ocasião das comemorações do centenário da independência do Brasil organizou-se um colmeal modelo, no Rio de Janeiro. Apesar dos relevantes serviços para a apicultura Nacional Emilio Schenck, só em 1939 era nomeado oficialmente inspetor de agricultura e apicultura do Rio Grande do Sul. Em 1941, ao atingir a idade de 68 anos, foi aposentado compulsoriamente. Faleceu em Taquari, junto a suas abelhas 4 anos após. Disponível em http://www.jornalcorreiodenoticias.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8239:emilio-schenck&catid=8:fala-leitor&Itemid=14. Acesso em: 24/07/2018

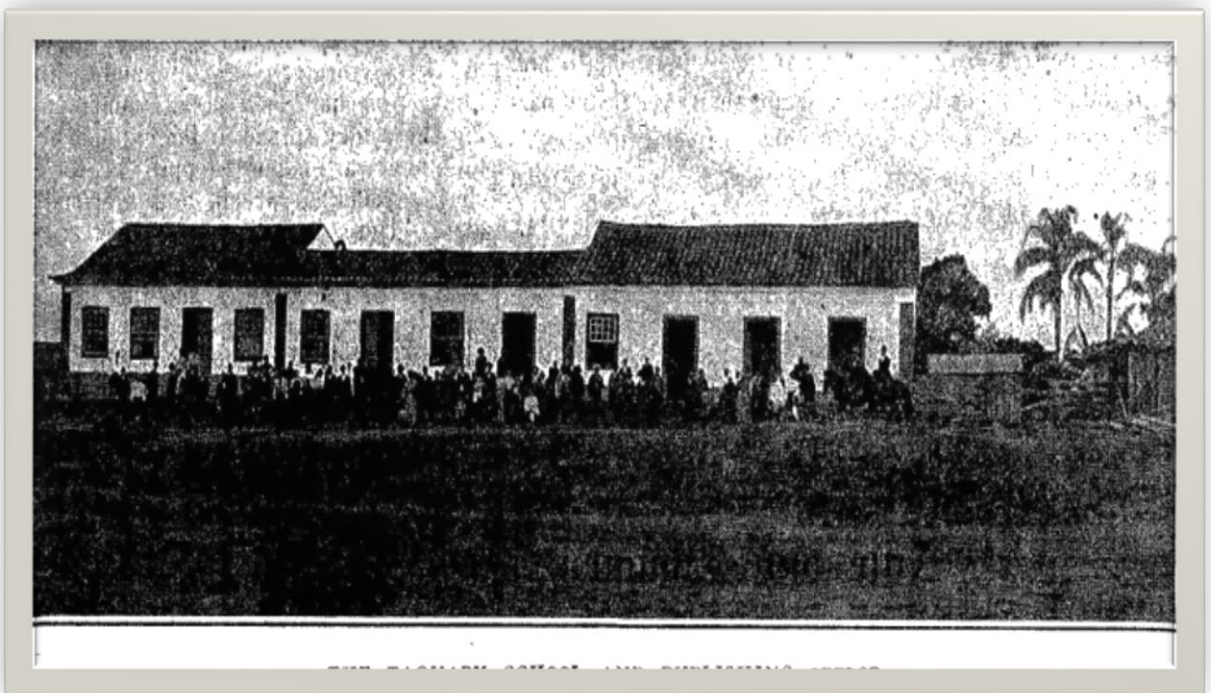
⁶¹ John Liepke (Johannes Rodolf Berthold Lipke), pioneiro da obra educacional e obra médica adventista. Nasceu no dia 27 de julho de 1875, em Berlim, Alemanha. Frequentou o Seminário Teológico em Hamburgo, entrando em seguida na obra da colportagem, tendo como chefe o pastor Frederico Spies. Em 1896, partiu para os Estados Unidos, onde se dedicou ao mesmo trabalho e continuou seus estudos no Colégio de Battle Creek, em Michigan, onde casou-se com Augusta Schuete. Criou dois filhos adotivos: Daniel e Berta. Em 1897, terminados seus estudos, recebeu um chamado para o Brasil, onde exerceu a profissão de professor no Rio Grande do Sul, na escola primária localizada em sua casa. Depois de um ano, foi chamado para Gaspar Alto, SC, onde fundou o primeiro colégio missionário. No ano seguinte, foi ordenado ao ministério e eleito diretor do campo. Foi presidente da Associação Rio Grande do Sul, Missão Leste do Brasil, da Missão São Paulo. Em 1915 foi escolhido para ser o primeiro diretor do Colégio Adventista Brasileiro (CAB), atual Unasp-SP, apoiado por John Boehm, fundador e primeiro administrador. No colégio, construiu o primeiro prédio da escola, o antigo dormitório dos rapazes e o prédio escolar, com a cozinha e o refeitório no subsolo. Neste tempo também foi construída a antiga represa com o objetivo de produzir energia elétrica para a nova instituição. Empenhou-se também na fundação da Casa Publicadora Brasileira (CPB). Em 1918, recebeu um convite para a presidência da Missão Rio-Grandense e, em 1920, retornou aos Estados Unidos, prosseguindo seus estudos em Medicina, em Loma Linda, Califórnia, formando-se em 1925. No ano seguinte, 1926, voltou ao Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão de médico até contrair o mal de Parkinson. Em 1935, mudou-se para São Paulo. Faleceu no dia 18 de junho de 1943, aos 69 anos de idade, em São Paulo, SP. (Fonte: *Revista Adventista*, agosto de 1943, p. 25). Disponível em: <http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/0131_lipke_john.htm>. Acesso em: 24/07/2018.

Figura 3- Escola Adventista de Gaspar Alto



Fonte: Centro Nacional da Memória Adventista - Unasp- EC

Figura 4 - Escola de Taquari



Fonte: Centro Nacional da Memória Adventista - Unasp- EC

1.6. O surgimento da maior escola adventista do Brasil

Com o crescimento da IASD e sua expansão para as demais regiões do país uma dificuldade se apresenta: a escola missionária de Taquari estava muito descentralizada considerando a extensão do país e isso dificultava o acesso dos jovens que pretendiam se dedicar aos estudos e ao trabalho como missionários.

Diante disso, os anos seguintes foram de intensas tomadas de decisões em relação aos encaminhamentos da educação adventista, tanto para o Pastor Liepke quanto para os demais líderes da instituição no sul do país, uma vez que esse campo missionário não dispunha de recursos financeiros para administrar e investir na escola. Com isso, no ano de 1910, a Conferência do Rio Grande do Sul, sede administrativa da IASD na região, recomendou a transferência da instituição para uma região mais centralizada, fechando assim a Escola Missionária de Taquari. No ano seguinte a propriedade foi vendida e o valor obtido enviado à Conferência da União Brasileira, sede da IASD em São Paulo, para compor um fundo que seria dedicado à compra de um local adequado para se instalar a futura escola missionária. No entanto, as dificuldades em se encontrar o local adequado aliadas à quantia insuficiente para contemplar os objetivos da instituição, fizeram com que se passassem cinco anos sem que se concretizasse o plano. Somente em 1915, após reunião da Assembleia da Missão Paulista, cuja ênfase foi dada à necessidade emergente de se fundar um colégio missionário para a preparação dos futuros obreiros, a decisão foi efetivamente tomada, porém faltava parte da quantia necessária. Após apelo feito pela senhora Isadora Spies⁶², missionária e esposa do Pastor F. Spies, cuja fala comoveu muitas pessoas, o problema começa a ser resolvido.

⁶² I. R. Spies, missionária pioneira no Brasil. Nasceu no dia 14 de dezembro de 1857, em Conneautville, Pensilvânia, EUA. Era filha de Martha e Hollis Read. Converteu-se ainda jovem, ouvindo as pregações de Saunders, por volta de 1890. Casou-se em 1892 com o pastor Frederico W. Spies, missionário pioneiro no Brasil. Um dia após o casamento, o casal embarcou para a Alemanha como missionários. Ali seu esposo deu início à obra de colportagem na qualidade de diretor desse departamento. Em 1896, a convite da Associação Geral, vieram ao Brasil, tornando-se um dos primeiros missionários neste país. Trabalharam, a princípio, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; e, posteriormente, em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Em 1903, acompanhou seu esposo ao Rio de Janeiro, onde ele deveria assumir a direção da Obra Adventista em t Rede de Educação Adventista possui atualmente cerca de 458 unidades escolares, odo o Brasil. Em 1915, preocupada com a obra educacional adventista no Brasil, Isadora Spies fez um veemente apelo em um concílio de pastores, incentivando a fundação de uma escola missionária. Após este veemente apelo, com a cooperação incansável de todos. O Seminário Adventista foi fundado, iniciando sua primeira aula no dia 3 de julho de 1915, com apenas 12 alunos. Em 1917 o Brasil foi dividido em duas Uniões; o casal Spies foi para o Sul, voltando em 1923 para o Rio de Janeiro. Em 1927, o pastor Spies assumiu a direção da Casa Publicadora Brasileira e ali permaneceram até 1932. Em 31 de julho de 1935, Isadora ficou viúva. Sofreu uma queda que a obrigou ao repouso. Faleceu no dia 8 de dezembro de 1937, aos 79 anos de idade, em Santo André, SP. (Fontes:

Eu creio que o tempo chegou no qual devemos prosseguir e estabelecer o nosso sistema de escolas como em outros campos. Quando chegar o tempo de avançar, Deus achará seus homens e providenciará o dinheiro necessário para o projeto. Não hesitemos, mas prossigamos pela fé. O trabalho é do Senhor⁶³ (CENTRO NACIONAL DA MEMÓRIA ADVENTISTA, 2018).

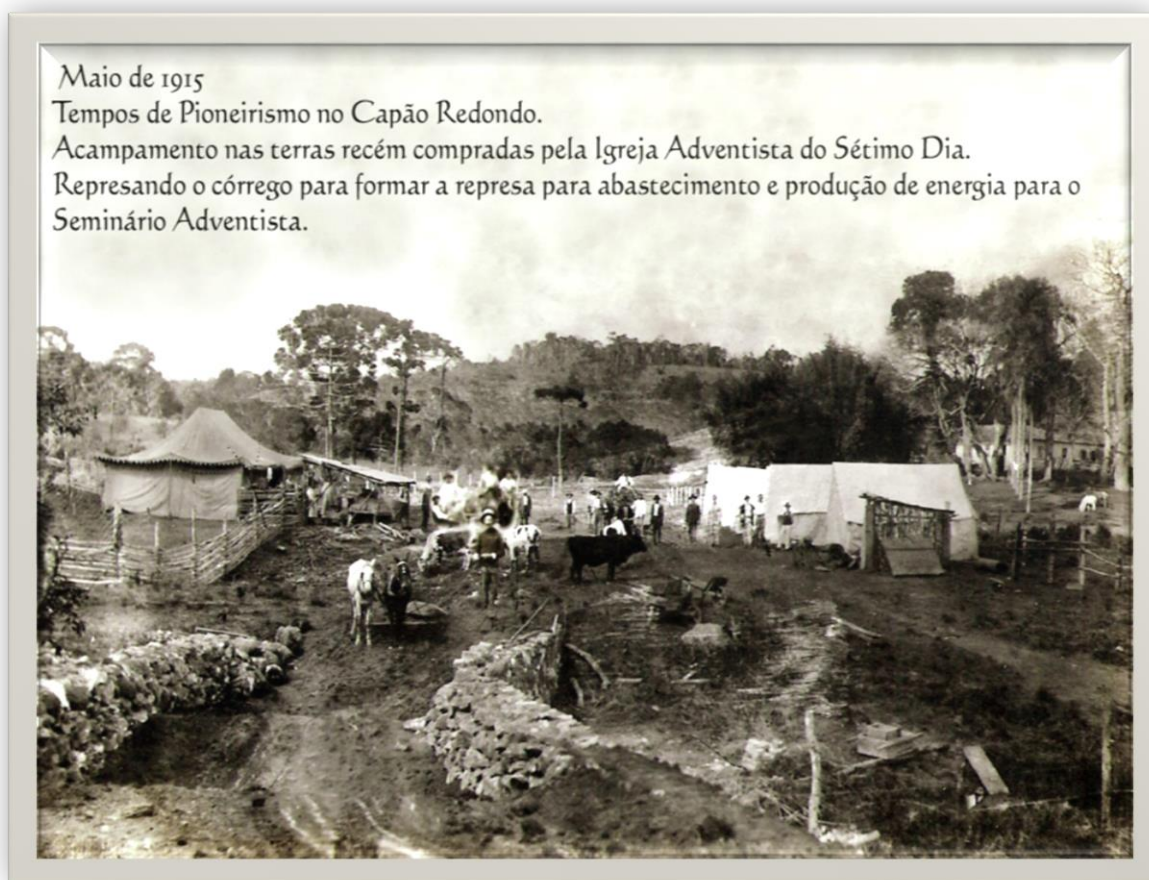
Motivados pelas palavras da Senhora Spies, o casal Boehn, recém-chegado dos EUA, idealizou a implantação de uma escola de nível superior que pudesse atender aos jovens adventistas. O Pastor Spies se empenhou em conseguir uma boa doação, fato que ocorreu numa das reuniões da Conferência Geral, órgão diretivo mundial da IASD, realizada em Washington DC, em 1909. Juntando-se a doação ao fundo reservado para a educação, o qual boa parte do valor era resultante da venda da propriedade de Taquari, obteve-se o montante necessário para finalmente realizar a compra da propriedade: uma fazenda localizada na região de Santo Amaro, zona sul da cidade de São Paulo. Com isso, em abril de 1915, efetivamente se escriturava o imóvel em nome da Associação dos Adventistas do Sétimo Dia do Brasil. (MENSLIN 2015).

Revista Adventista, janeiro de 1938, p. 16; *O Adeceano*, n. especial de aniversário, 1954, p. 12.). Disponível em: <http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/029s_spies_isadora.htm>. Acesso em: 24/07/2018.

⁶³ Informação disponível em:

http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/enciclopedia/8/029s_spies_isadora.htm.

Figura 5- A propriedade recém adquirida- Maio de 1915



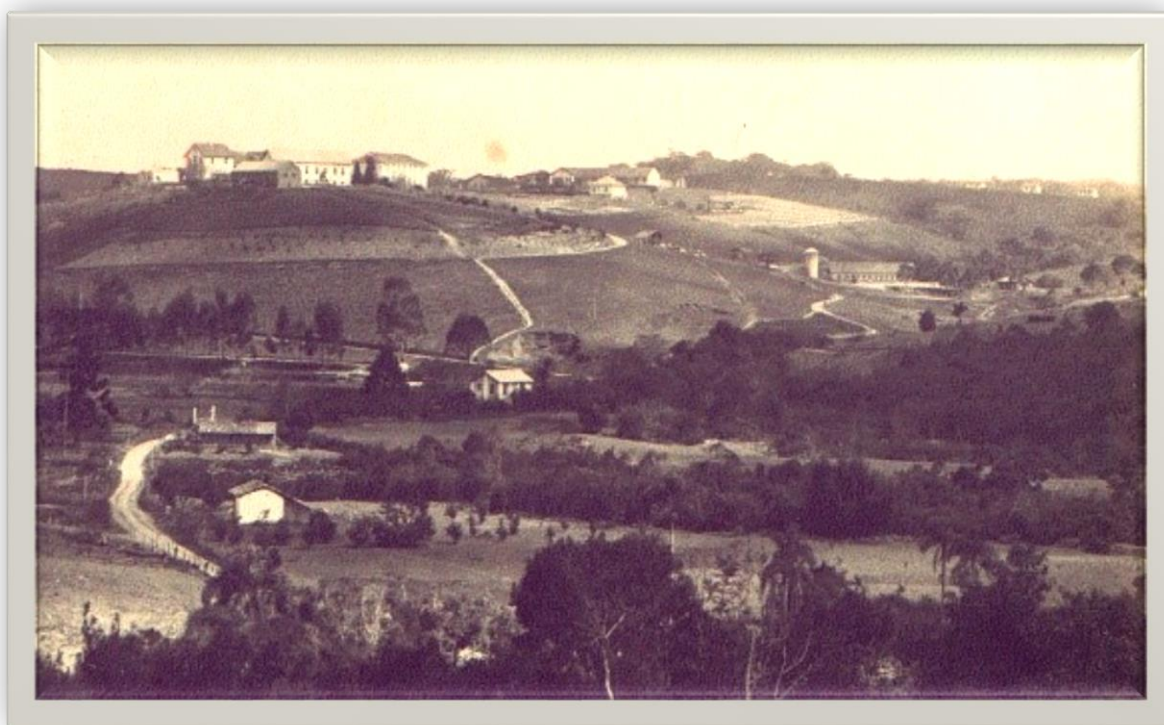
Fonte: Centro Nacional da Memória Adventista - Unasp- EC

Quase que imediatamente após a consolidação do negócio, transferiram-se para a propriedade o casal John Boehn e Augusta Boehn⁶⁴ para dar início ao que viria a se transformar

⁶⁴ Augusta Boehn, co-fundadora do Colégio Adventista Brasileiro (CAB), atual Unasp-SP, professora e preceptora. Nasceu numa fazenda em Kansas, EUA, em 1888. Filha mais velha do senhor Schneider, era dedicada ao trabalho, ao estudo da Bíblia e a Deus. Ainda jovem, ingressou no *Union College*, em Lincoln, Nebraska, onde foi aluna interna até o término de seu curso de Pedagogia. Formou-se em 1908 nesta escola, e concluiu a Faculdade de Enfermagem em Loma Linda, em meados de 1912. Após sua formatura em 1908, lecionou na escola primária de sua igreja em Kansas. Antes de ingressar para o internato, conheceu John Boehm, que trabalhava na fazenda auxiliando seu pai. Casaram-se em agosto de 1909 e da união conjugal nasceram 2 filhos: Oliver, que faleceu logo após o parto, e Harley Boehm, em julho de 1924, na Califórnia. Seu maior desejo era ser missionária em campos brasileiros, e no dia 1º de março de 1913, o casal chegou a São Paulo. No início da obra educacional em 1915, também auxiliou na fundação do CAB. Enquanto o marido construía, ela ficava nas barracas como enfermeira, conselheira, preceptora e orientadora no preparo dos alimentos. John Boehm foi convidado para visitar o Paraná em junho de 1918, e Augusta permaneceu até o dia 21 de outubro de 1919 no Colégio. No final de 1923, ela enfrentou alguns problemas com malária, e o esposo com insuficiência cardíaca. Seguiram, então, para o Hospital Adventista de Washington, Califórnia, EUA. Em 1930, voltaram para o Brasil e aproximadamente na década de 1940, serviu novamente como preceptora e auxiliando na área de música como pianista no Instituto Adventista Cruzeiro do Sul (IACS). Em 1954, o casal regressou aos Estados Unidos, fixando residência em La Sierra, Califórnia, para estarem mais próximos dos parentes. Faleceu no dia 14 de abril de 1967, aos 79 anos de idade, no

no maior internato/externato e centro educacional da IASD no Brasil, responsável pela formação de grande parte dos missionários, pastores, enfermeiros, professores e demais profissionais que viriam a compor o quadro administrativo ligado à IASD no país. Inicialmente, na sua fundação, em 1915, recebeu o nome de *Collegio* Missionário da Conferência da União Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia. Posteriormente, Seminário Adventista, Colégio Adventista Brasileiro, Instituto Adventista de Ensino e, finalmente, a partir de 1999, Centro Universitário Adventista de São Paulo- UNASP.

Figura 6- Visão panorâmica do Seminário/CAB em 1927



Fonte: Centro da Memória Adventista –Unasp – EC

Atualmente essa instituição centenária abriga diversos cursos nas áreas de humanas, exatas e biológicas, conforme mencionado anteriormente na introdução deste texto. O sistema educacional adventista se iniciou com o objetivo de formar pastores, enfermeiros e professores em consonância com a filosofia da instituição: pregar, curar e ensinar. Assim, se desenvolveu ao longo do tempo sem se afastar dessa premissa e, durante seu período de existência, tem efetivamente investido em formar pessoas nessas áreas de conhecimento, além de outras, oferecendo novos cursos com o intuito de prover formação profissional aos jovens ligados à instituição, bem como aos demais interessados.

Figura 7- Escola Normal Livre Adventista (1925)



Fonte: Centro de Memória – Unasp – *Campus* - São Paulo - SP

O CAB foi também a primeira instituição da IASD do Brasil a oferecer curso de formação de professores. Já nos primeiros anos de sua fundação deu início ao Curso Normal Livre (Escola Normal Livre Adventista, de São Paulo⁶⁵) por volta de 1920, nesse mesmo ano criou-se também uma escola Primária de Aplicação, a Escola Modelar (HOSOKAWA, 2001; INOUE, 2015).

⁶⁵ A Escola Normal do CAB já funcionava desde 1920 (HOSOKAWA, 2001), no entanto, só foi oficialmente reconhecida na década de 1940 por meio do *Decreto – n.. 14.181 de 06/03/194* (INOUE, 2015).

Figura 8- Demonstração dos alunos da escola primária ou “*Escola Modelar*”, em 1922. Professoras e normalistas à direita, no jardim do dormitório feminino.



Fonte: Hosokawa (2001)

A primeira turma de formandos do CAB, no ano de 1922, tinha como lema “Rumo ao Mar” e era composta por nove estudantes, sendo que dentre eles havia quatro normalistas do sexo feminino (HOSOKAWA, 2001). Diante do que se pôde observar, o CAB/IAE/UNASP tem oferecido contribuição importante para compor a história da educação adventista no Brasil e, em certa medida, um pouco da história da formação de professores e história da educação no Brasil, desde 1920.

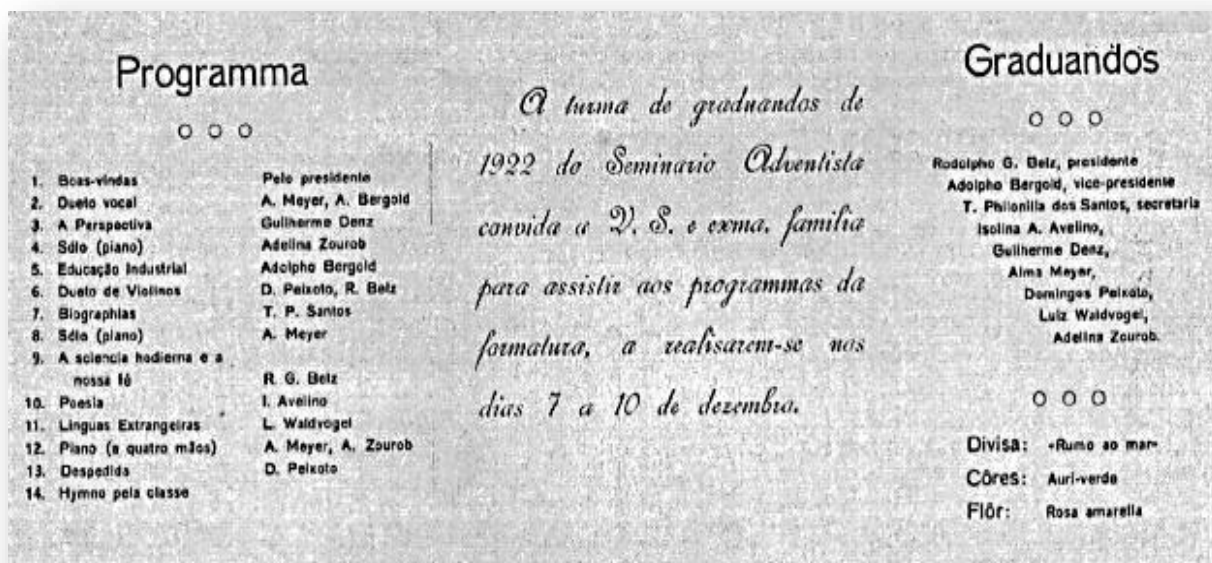
Figura 9- Formandos 1922 – Colação de grau



Fonte: Hosokawa. (2001)

Na figura acima estão à postos os primeiros formandos do Curso Ministerial e Curso Normal: Domingos Peixoto da Silva, Adolfo Bergold, Rodolpho Belz, Adelina Zorub, Philonila Assunção, Guilherme Frederico Denz, Isolina Avelino, Luiz Waldvogel e Alma Mayer. (HOSOKAWA, 2001).

Figura 10- Formandos de 1922. Programa e nomes dos formandos



Fonte: Hosokawa. (2001)

Após algumas décadas de relativo crescimento e expansão das escolas de ensino primário e secundário, o Seminário/CAB/IAE serviu de modelo para as demais escolas congêneres que foram criadas no Brasil. Algumas adotando o mesmo sistema de internato misto, oferecendo também cursos para formação de pastores e educadores, outras, em regime de externato, como as muitas escolas de educação básica que surgiram em dezenas de cidades do país. Para demonstrar essa expansão, será apresentado mais adiante uma tabela contendo as escolas adventistas em regime de internato que surgiram na sequência.

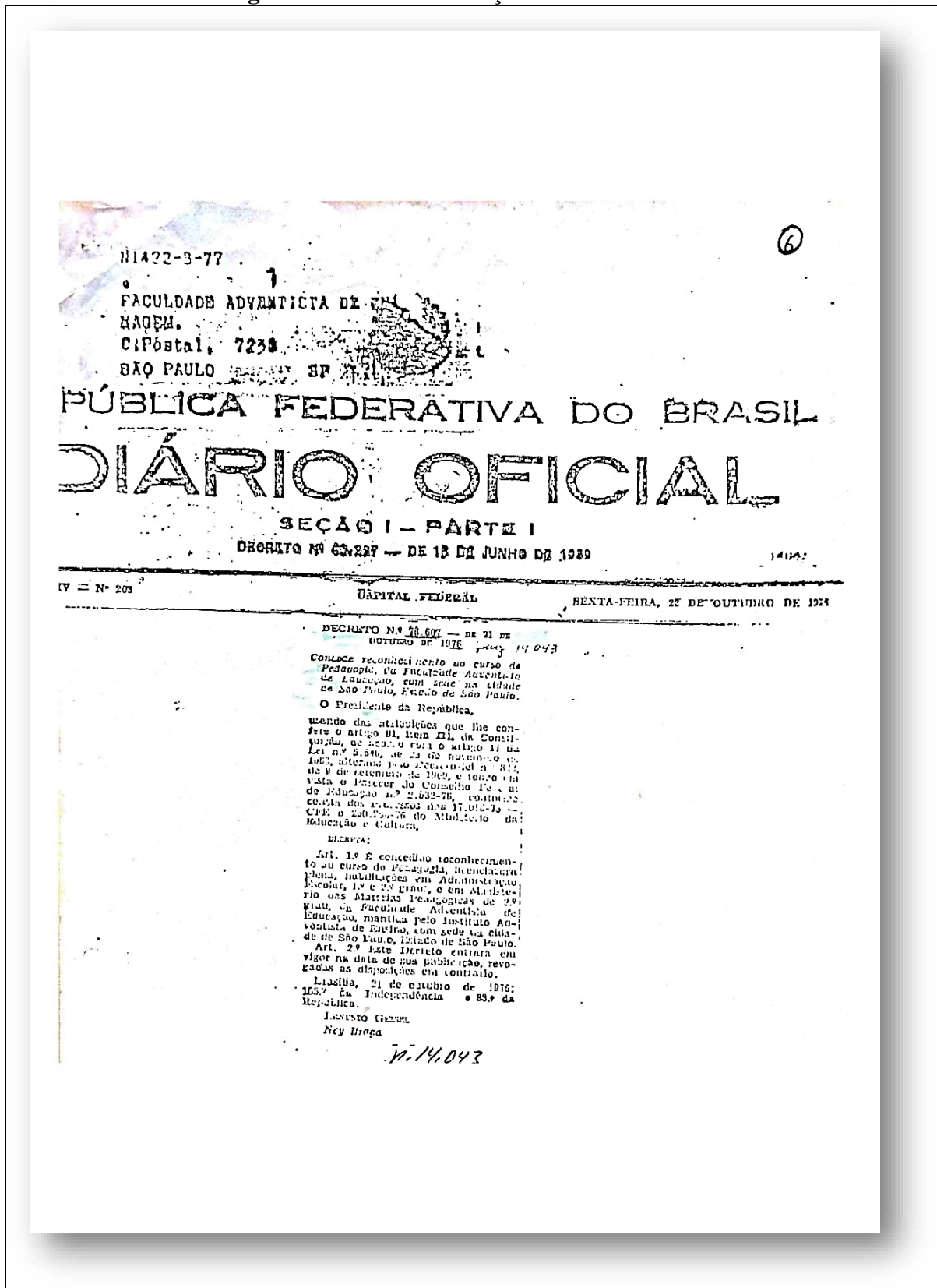
Ao longo da sua trajetória, a educação adventista enfrentou crescimentos e retrocessos influenciados por questões externas como guerras, crises mundiais ou por fatores internos como exigências políticas, econômicas, sociais ou educacionais, que afetaram direta ou indiretamente seu desenvolvimento. Durante as décadas de 1940 a 1960 houve a oficialização dos cursos secundários, especialmente o curso de formação de professores – Escola Normal Livre, assim como os demais cursos técnicos (HOSOKAWA, 2001; INOUE, 2015). A partir da década de 1960 a instituição adventista enfrentou problemas das mais diversas ordens, financeira, administrativa e educacional, sendo necessário fechar algumas das suas escolas (AZEVEDO, 1972). A Legislação Educacional passa a regulamentar as escolas primárias e secundárias, transformando-as em escolas de 1º e 2º graus e passando a exigir das instituições de ensino um maior investimento na estrutura e preparo do seu corpo docente.

Apesar das dificuldades enfrentadas no percurso, é nesse momento que a IASD funda o seu primeiro curso superior no Brasil com reconhecimento oficial pelo MEC, trata-se da Faculdade Adventista de Enfermagem (FAE), em 30 de maio de 1968, autorizado por meio do Decreto n. 62.800 do Conselho Federal de Educação, tendo iniciado efetivamente suas atividades em 1969.

No ano de 1971, tenta-se iniciar um curso de formação superior para professores de ensino religioso, o qual estaria ligado à Faculdade de Teologia (FAT)⁶⁶. No entanto, como esse curso não tinha reconhecimento legal, a autorização não foi consentida. Somente no ano de 1973, instala-se, oficialmente, o primeiro curso de Pedagogia – com a Faculdade Adventista de Educação (FAED), do Decreto n. 72.610, de 14 de agosto de 1973, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de agosto de 1973, o qual buscava estar em consonância com os requisitos legais do país.

⁶⁶ A FAT foi a precursora dos estudos superiores em Teologia da IASD no território brasileiro, no entanto, inicialmente não configurasse uma universidade/instituição de ensino no sentido clássico. Posteriormente a FAT passou a ser denominada Seminário Adventista de Teologia (SALT). O SALT foi criado em 24 de junho de 1979, por voto da Comissão Diretiva da DSA, sob número 79-235, e seu estabelecimento foi ratificado pelo “Conselho Universitário” da Associação Geral da IASD – IASD, órgão que, depois da devida avaliação, concedeu sua primeira acreditação ao SALT em 1987. O reconhecimento do curso se deu por meio da Portaria nº 1867 de 14/07/2003 DOU 16/7/2003 e renovação de Reconhecimento: Portaria nº 263, de 16/11/2012, DOU de 20/11/2012. Informações disponíveis em: <<https://www.adventistas.org/pt/salt/sobre-nos/historia/>>. Acesso em 30/06/2018.

Figura 11- DOU - Publicação do Decreto 72.610



Fonte: Arquivo permanente do Unasp-EC

Figura 12 - Edifício FAED e FAT em 1980



Fonte: Centro de memória Unasp- *Campus* – São Paulo

A trajetória dessa instituição seguiu seu rumo, alternando entre avanços e retrocessos, continuidades e discontinuidades, assim como em muitas outras questões educacionais no Brasil, que estão sujeitas a políticas educacionais complexas e ao sistema econômico instável, ocasionando assim momentos de incertezas quanto aos percursos a traçar (MENSLIN, 2015; RITTER, 2004, AZEVEDO, 2003).

As décadas de 1970 até início de 80 foram para a IASD um momento de consolidação de seus planos até então implementados, e, especialmente da tentativa de promover novos encaminhamentos para a educação superior adventista, a partir dos planos para a criação da tão sonhada Universidade Adventista do Brasil. Dessa forma, Stencil (2006) menciona:

A abertura dos cursos de Enfermagem e Pedagogia desencadeou um novo impulso entre a liderança do IAE, a qual passou a promover inúmeras reuniões de planejamento visando a consumação do tão almejado sonho quanto ao estabelecimento da universidade adventista do Brasil. No início da década de 1970, ocorreram várias reuniões sob a direção do Pr. Nevil Gorski, as quais visavam analisar e sondar as reais possibilidades sustentadas pela IASD.

Os anos que se seguiram foram de grande empenho e tentativas de planejamento para colocar em prática a Criação da futura Universidade. Conforme menciona Gorski (2018) em

entrevista concedida à autora, na década de 70, o Pr. Roger Wilcox, Presidente da Divisão⁶⁷ Sul-Americana, responsável pela IASD no continente, solicitou à direção do IAE a elaboração de um plano de expansão para o ensino naquela instituição para as próximas duas décadas. Com isso, contando com a colaboração de um seleto grupo de professores, elaborou-se então o plano que ficou conhecido como *Esboço Geral de Planejamento, 1973 – 1993*. Tal plano contou com a colaboração dos professores e líderes da IASD: Nevil Gorski, José Guimarães, Orlando Ritter, João Bork, Roberto Azevedo e outros professores do IAE. O projeto previa a abertura de 21 cursos para os anos seguintes, além da previsão de preparo dos professores especializados em níveis de graduação e pós-graduação.

Para Stencel (2006) ainda, o Prof. Roberto Azevedo teve papel fundamental no desenvolvimento da causa educacional adventista, em 1973, deixa o IAE, na função de professor que ocupava e passa a liderar o Departamento de Educação da União Sul-Brasileira, onde permaneceu até 1985. Nessa função, elaborou um plano decenal de educação para 1975-1984, cuja denominação é: *Projeto Educação* (AZEVEDO, 1974), sendo já o desdobramento de dois outros planos anteriormente elaborados, os planos: *Estratégia e Projeto São Paulo* (1972) e o *Projeto Brasil* (1973). Esses projetos traziam dados, compilações, análises e informações com projeções para a educação nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país.

Os planos de criação da Universidade Adventista acabaram por não se concretizar devido a uma série de fatores organizacionais dentro da Instituição adventista no Brasil, dentre eles a aposentadoria e realocação de funções de alguns dos seus líderes, dentre os principais articuladores da ideia, além do intenso processo burocrático que envolvia o Conselho Federal de Educação que se fechou para conceder autorizações de aberturas para novos cursos superiores (STENCEL, 2006; AZEVEDO, 1992; 2005)⁶⁸.

As próximas décadas viram chegar reservando ao IAE e também à FAED novos encaminhamentos e mudanças de estratégias quanto à sua manutenção e continuidade. A região em que o IAE estava localizado, o bairro do Capão redondo, na sub-região de Santo Amaro, havia se ampliado e se desenvolvido sobremaneira nas últimas décadas. O local escolhido para ser uma escola distante dos centros urbanos agora fazia parte de uma região suburbana de

⁶⁷ *Divisão* é a unidade administrativa da IASD que abrange diversas Associações. O Brasil pertence a Divisão Sul Americana que abrange também Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia e Equador.

⁶⁸ Para maiores detalhes em relação ao processo de implantação do Sistema Superior Adventista e suas implicações consultar STENCEL (2006).

intensa densidade populacional na região sul da cidade de São Paulo. Com isso, os planos de se manter a educação pautada nos princípios filosóficos adventistas estavam ameaçados.

Da mesma maneira que a cidade tomava conta do entorno da antiga fazenda do CAB/IAE, havia interesses por parte da sociedade e da prefeitura da cidade de São Paulo, em desapropriar parte da fazenda do IAE para a construção de um complexo habitacional popular. De fato, tal situação acabou por ocorrer após alguns anos de negociação, o que resultou na desapropriação de cerca de 80% de suas terras, por meio do Decreto 15.877 de 11 de maio de 1979 (STENCEL, 2006).

Em meio à nova realidade, tornava-se emergencial a busca por uma solução para o destino da instituição para os anos que viriam. Como manter o funcionamento do IAE, uma instituição com 64 anos de existência, milhares de alunos matriculados, funcionando à época com 3 cursos superiores (Enfermagem, Pedagogia e Teologia)?

Nesse período, o então diretor da instituição Walter Boger, passa a empreender esforços na busca de um local adequado para a transferência do *campus* do IAE para um local que permitisse a continuidade de suas atividades. Segundo Stencil (2006), em carta enviada ao professor Wandir Pires, que também assessorava a direção quanto a assuntos técnico-administrativos, Boger solicitou que o professor Pires empreendesse uma ampla pesquisa sobre a realidade do sistema educacional no IAE. Dentre os itens da pesquisa deveriam constar a realidade atual e as possíveis previsões para os futuros interesses dos alunos e cursos, além de questões de ordem técnica, junto ao CFE para mudança de sede e abertura de novos cursos.

O fato é que, ao longo de alguns meses, tal relatório ficou pronto e indicava, dentre outras questões importantes quanto aos encaminhamentos acadêmicos e administrativos do IAE, a necessidade urgente de se adquirir um novo terreno para a transferência da instituição, uma vez que, após a desapropriação, não mais seria viável a expansão dos cursos e do número de alunos.

Entre os anos de 1983 e 1984, uma comissão formada por líderes e servidores da IASD se envolveram para encontrar um terreno para abrigar a sede do NOVO-IAE, com isso, cerca de 70 propriedades foram visitadas na busca do local ideal (TIMM, 1999; STENCEL, 2006). Dentre as propriedades visitadas, foi escolhida a que melhor atendia à necessidade do grupo e ao perfil do que se pretendia encontrar. Segundo Stencil (2006, p. 194)

A partir do decreto oficial de n. 18.891, de 21 de julho 1983, que promulgava a desapropriação parcial dos terrenos do IAE e da Superbom, e com o recebimento da indenização pela Prefeitura do município de São Paulo no valor de Cr\$ 3.090.575.611,00 três bilhões, noventa milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e onze cruzeiros, cerca de US\$ 4.300.000,00 quatro milhões e trezentos mil dólares, o grupo de líderes apresenta aquela que

seria a melhor proposta para a futura construção do novo campus do IAE, a Fazenda Lagoa Bonita, localizada no município de Engenheiro Coelho, SP. Por fim, sob a orientação de especialistas na área de agronomia e demais áreas pertinentes, no dia 13 de setembro de 1983, os representantes dos órgãos superiores da IASD decidem unanimemente pela aquisição da Fazenda Lagoa Bonita.

Nos anos que se seguiram, os líderes da IASD passaram a investir esforços para a transferência do IAE (São Paulo), para o NOVO-IAE (Engenheiro Coelho), e, após negociações, votos tomados e retomados, convencionou-se manter os dois *campi*. Com isso, a partir de 1987 passa a ocorrer uma fase de implantação de novos cursos superiores no IAE/UNASP, o campus de São Paulo passou a oferecer preferencialmente cursos nas áreas de Ciências Exatas e Naturais e Ciências da Saúde, enquanto o campus de Engenheiro Coelho se concentrou nas áreas de Teologia, Humanidades e Tecnologia (STENCEL 2006).

No ano de 1992 a instituição passou a buscar junto ao MEC o processo de transformação em universidade, no entanto, não conseguiu obter resposta favorável junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Destaca-se que, no ano de 1992, o país viveu conturbadas questões políticas com o processo de afastamento do então presidente da república Fernando Collor de Melo, por crime de responsabilidade.

A partir desse momento, a liderança da IASD dedicou energias para implementar o projeto de criação de um centro universitário. Iniciou-se também o processo de construção das instalações para o novo *campus*, em Engenheiro Coelho, bem como a estrutura para o recebimento dos alunos e funcionários que atuariam nesse novo local. O primeiro curso que iniciou suas atividades no novo endereço foi o de Teologia (FAT), em 1991, seguido ao de Pedagogia (FAED) em 1992, em seguida vieram os novos cursos que foram sendo abertos, a partir desse momento nas áreas de humanidades e tecnologia. A Faculdade de Enfermagem (FAE) permaneceu no *campus* São Paulo, onde permanece até os dias atuais, assim como os novos cursos que se abriram nesse *campus* na área de saúde e exatas, conforme mencionado.

O credenciamento do Centro Universitário, junto ao MEC, só se efetivou em 09 de setembro de 1999, pelo *Parecer CNE/CES n. 762/1999*, em que transformou as Faculdade Adventista de Educação e a Faculdade Adventista de Enfermagem em **Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)**, *bi-campi* (São Paulo e Engenheiro Coelho). No ano de 2002 incorporou-se ao UNASP o Instituto Adventista São Paulo (IASP), fundado em 1949 em Hortolândia, que já atendia desde a educação básica até o ensino superior com a Faculdade

Adventista de Hortolândia⁶⁹, passando a ser uma instituição *tri-campi*. O reconhecimento oficial do UNASP como Centro Universitário só foi efetivamente concedido pelo CNE, em 2004, por meio da *Portaria n. 1.655*, de 3 de junho e publicada no *Diário Oficial da União* n. 109, no dia 8 de junho de 2004.

Atualmente denominado Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), o CAB/IAE compreende quatro *campi* no Estado: *campus* I na capital, *campus* II na cidade de Engenheiro Coelho, *campus* III na cidade de Hortolândia. Existe ainda o UNASP virtual com a oferta de cursos livres e de graduação na modalidade a distância. Essa tendência de implantação de cursos superiores adventistas também foi seguida pela organização adventista em outros estados como Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pará que oferecem cursos em diversas áreas.

A seguir, será apresentado um quadro contendo uma síntese das instituições adventistas brasileiras que oferecem Ensino Superior, a cidade e estado em que estão situados e os respectivos cursos oferecidos.

⁶⁹ Destaca-se que a união do IASP ao UNASP ocorreu inicialmente em 2002, de forma simbólica e intradenominacional, entando a sua oficialização junto aos órgãos regulamentares só se deu em 2018 (REVISTA ADVENTISTA, mar. 2019).

Quadro 1- Instituições Superiores Adventistas no Brasil

FACULDADE	LOCAL	CURSOS
UNASP Campus 1 Centro Universitário Adventista de São Paulo	São Paulo – SP	Administração, Análise e desenvolvimento de sistemas, Arquitetura e urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Comunicação social (publicidade e propaganda), Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de computação, Fisioterapia, Matemática, Nutrição, Pedagogia, Psicologia.
UNASP Campus 2 Centro Universitário Adventista de São Paulo	Engenheiro Coelho SP	Administração, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Engenharia de produção, Farmácia, História, Letras, Música, Pedagogia, Psicologia, Tradutor e Intérprete, Teologia, Tecnologia em Sistemas para Internet, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Banco de Dados. Pós-graduação lato-sensu e Mestrado em educação.
UNASP Campus 3 Centro Universitário Adventista de São Paulo	Hortolândia – SP	Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Comunicação Social (publicidade e propaganda), Direito, Engenharia de computação, Pedagogia, Psicologia, Sistemas de Informação.
UNASP - EAD Campus 4 Centro Universitário Adventista de São Paulo	Virtual	Administração EAD; Ciências contábeis EAD; Letras EAD; Pedagogia EAD
ENA Educandário Nordestino Adventista	Belém de Maria – PE	Teologia (transferido para o IAENE, em 1987)
IAENE/ FADBA Instituto Adventista de Ensino do Nordeste / Faculdade Adventista da Bahia -	Cachoeira – BA	Administração, Enfermagem, Fisioterapia, Pedagogia, Psicologia, Teologia e Pós-Graduação.
FADMINAS Faculdades Adventistas de Minas Gerais	Lavras – MG	Administração, Ciências Contábeis e Pós-graduação.
IAP Instituto Adventista Paranaense	Ivatuba/ Maringá – PR	Administração, Enfermagem Fonoaudiologia e Teologia Pós-graduação.
FAAMA - Faculdade Adventista da Amazônia	Benevides – PA	Teologia, Pedagogia

Fonte: www.unasp.edu.br; <http://www.educacaoadventista.org.br/ensino/ensino-superior/>

Tendo como marco a criação da primeira escola paroquial adventista em 1896, pode-se considerar que a IASD no Brasil tem atuado na esfera educacional há mais de 120 anos. O ano de 2019 consiste num marco referencial para o Ensino Superior dessa instituição no país, uma vez que se fecha um ciclo de meio século de existência, ao completar os 50 anos de criação da primeira Faculdade Adventista de Enfermagem- FAE (1969) e 45 anos da criação da Faculdade Adventista de Educação – FAED (1973).

Com isso, a educação adventista tem se transformado em uma das maiores instituições educacionais de confissão evangélica no país. Segundo consta em página da instituição, a Rede de Educação Adventista possui atualmente cerca de 458 unidades escolares, mais de 210 mil alunos e 10 mil professores. Possui ainda 16 colégios em regime de internato com Educação Básica e Ensino Superior. “A educação adventista está presente em 165 países, representada por 7.842 instituições que vão da Educação Infantil ao Ensino Superior, com aproximadamente 94 mil professores comprometidos na formação de 2 milhões de alunos” (EDUCAÇÃO ADVENTISTA, 2018).⁷⁰

1.7. A filosofia educacional adventista e o papel de Ellen G. White

Para se entender a filosofia educacional adventista é necessário considerar o papel dos escritos de Ellen G. White e sua influência pessoal na organização da instituição, tanto como igreja, quanto como instituição educacional. A crença de que White recebeu inspiração divina para escrever e divulgar seus ensinamentos, além de propagar a doutrina da volta de Cristo, tornou-a reconhecida no meio adventista como profetisa escolhida por Deus para disseminar esclarecimentos necessários para a compreensão da bíblia e orientar os fiéis com uma série de conselhos sobre a conduta cristã e o enfrentamento dos desafios do mundo secular. De fato, ninguém teve tanta influência sobre o pensamento dos adventistas do que White, seja na área da educação, seja em outras áreas como saúde, nutrição e religião. Conforme menciona Knight (1983, p.26)

É impossível compreender a educação adventista, quer atual ou histórica, sem entender o papel e o impacto de Ellen White sobre esse desenvolvimento. Ela não foi apenas a figura central nesse desenrolar, mas a única líder adventista que se distinguiu desde o início até o fim do período formativo.

⁷⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.educacaoadventista.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 06/07/2018.

As suas influências parecem ultrapassar as fronteiras da organização adventista e se prolongar na história, conforme apontam Gross & Gross (2012), quando se refere à repercussão mundial dos escritos de White⁷¹ (p. 13):

Ellen G. White está entre os autores norte-americanos mais traduzidos de todos os tempos e é também a autora feminina mais traduzida no mundo, sendo suas obras disponíveis em mais de cento e cinquenta idiomas.

Sobre a importância da educação no sistema teológico adventista, vê-se que a educação e religião não são coisas distintas. Estão intimamente ligadas pelo objetivo comum, conforme aponta Menslin (2015, p. 10):

Contudo, a principal razão de existir um sistema mundial como é a educação adventista vai muito mais além do que o interesse de proporcionar uma educação com qualidade ou mesmo uma educação que esteja cumprindo com os objetivos estabelecidos por políticas públicas ou métodos reguladores de avaliação. O objetivo de uma denominação religiosa manter um sistema integrado de educação está no fato de acreditar que a educação é a própria igreja, pois tanto a igreja como a escola visam o mesmo fim - salvação do ser humano, transformando-o a semelhança e imagem de seu Criador.

Para Knight (2004), o pensamento de Ellen White e, conseqüentemente, da igreja adventista, sobre educação surge num contexto histórico de ressurgimento de ideias

⁷¹ O livro Caminho a Cristo [*Step to Christ*], de Ellen G. White já foi traduzido em mais de 120 idiomas e a tiragem no Brasil ultrapassa 6,8 milhões de exemplares.

<<https://www.cpb.com.br/produto/detalhe/7666/caminho-a-cristo>>.

À época de sua morte, a produção literária de Ellen White totalizava aproximadamente 100.000 páginas: 24 livros em circulação; dois manuscritos de livros prontos para publicação; 5.000 artigos em periódicos da igreja; mais de 200 tratados e panfletos; aproximadamente 35.000 páginas datilografadas de documentos e cartas manuscritas; 2.000 cartas escritas à mão e diários, que resultaram, quando copiados, em outras 15.000 páginas datilografadas. As compilações dos escritos de Ellen White feitas após a sua morte totalizam um número de mais de 130 livros em circulação. <<http://www.centrowhite.org.br/perguntas/perguntas-sobre-ellen-g-white/os-escritos-de-ellen-g-white/>>. A revista americana *Smithsonian Magazine*, na edição de 17 de novembro de 2014, publicou uma pesquisa sob o título “Os 100 Americanos Mais Significantes de Todos os Tempos” (*The 100 Most Significant Americans Of All Time*) e dentre os religiosos aparece o nome de Ellen G. White <<https://www.smithsonianmag.com/smithsonianmag/meet-100-most-significant-americans-all-time->180953341/?no-ist>>. “Conforme a revista, foi adotada uma metodologia criada por Steven Skiena e Charles Ward. Skiena é professor da Universidade Stony Brook e pesquisador na área de computação e Ward é um engenheiro da Google especializado em metodologias de classificação. Os dois desenvolveram um método algorítmico para classificar figuras históricas como o Google classifica páginas da web. Só que Skiena e Ward resolveram catalogar as pessoas de acordo com a sua importância histórica, o que eles definem como “o resultado de forças sociais e culturais que agem sobre a massa de realização de um indivíduo.” Para se chegar a esse grupo, foram pesquisadas fontes como a *Wikipedia*, que tem mais de 840 mil páginas dedicadas a pessoas de todos os tempos e lugares, além de dados extraídos dos 15 milhões de livros que a *Google* digitalizou. Eles analisaram os dados para produzir um escore único para cada pessoa e usaram uma fórmula que incorpora o número de links para cada página, o número de páginas visitadas, a duração de cada entrada e a frequência das edições para cada página. Ellen White integrou a área que eles chamaram de figuras religiosas ao lado de outros nomes conhecidos. Porém na área de figuras religiosas foram classificados apenas 11 nomes. A listagem completa tem gente do nível de Abraham Lincoln, George Washington, Martin Luther King, Thomas Jefferson, Muhammad Ali, Oprah Winfrey, entre outros”. Disponível em: <[http://www.livrariaadventista.com.br/blog/ellen-white-lista-americanos-influentes- /> Acesso em 15/07/2018.](http://www.livrariaadventista.com.br/blog/ellen-white-lista-americanos-influentes-/)

educacionais que valorizavam os pensamentos de Rousseau e Condorcet que enalteciam o valor da educação e da bondade natural do homem, defendia a educação integral, ressaltando a importância do meio natural, distante das cidades para o pleno desenvolvimento das faculdades mentais do ser humano; também das ideias de Kant sobre o retorno às coisas naturais; um pouco do pensamento de Pestalozzi, na sua perspectiva de valorização do trabalho educativo a partir das mãos, do corpo e da mente, numa perspectiva holística e integral do ser humano e da apreciação do modelo de educação praticado no colégio Oberlin⁷², instituição metodista que visava o cuidado “ao corpo e coração tão bem quanto ao intelecto: seu alvo era a melhor educação do homem integral” (KNIGHT, 1983, P.164).

Distante no tempo em aproximadamente 40 anos, os princípios adotados pelo sistema adventista a partir de 1872, apresentam semelhanças com o que, em 1833, era fundamento do Instituto Oberlin: “O sistema educacional neste Instituto se propõe a cuidar do corpo e do coração bem como do intelecto; pois visa a melhor educação do ser humano como um todo”. (KNIGHT, 2004, p.1). A importância do trabalho manual, tanto para a saúde como para o custeio de despesas dos alunos, a reforma de saúde como uso de alimentos naturais com eliminação de álcool e fumo, a adoção de dieta vegetariana, o evitar alimentos entre as refeições, a prática de exercícios físicos, o repouso adequado, a forte ênfase na espiritualidade, o não uso de literatura ficcional inclusive dos clássicos da literatura, considerados como influenciadora para os jovens, são todos princípios da educação e modo de vida adventista que estavam presentes também no pensamento do Instituto Oberlin. (KNIGHT, 2004, p. 2).

Conquanto acredita-se que White tenha recebido inspiração divina para escrever e sintetizar princípios educacionais, é possível observar que o conteúdo de seus escritos, mormente no livro Educação, não está dissociado de todo um contexto filosófico de sua época (KNIGHT, 2012).

⁷²Fundado pelo Reverendo John J. Shipherd em 1833, no nordeste de Ohio, a Colônia e Escola de Oberlin teve como objetivo inicial preparar professores e missionários para trabalharem no então desolado Oeste americano. Adotando como inspiração primeira o pietismo, apesar de seu conservadorismo, o Oberlin tomou algumas medidas progressistas para a época, como a luta contra a escravidão, a admissão de alunos negros e a co-educação, sendo a primeira instituição da América a conferir o grau de Bacharel a mulheres. Outras de suas práticas educacionais inovadoras para a época foram: a educação integral, que envolve o físico, o mental e o espiritual; reforma nos hábitos de saúde, sobretudo no que diz respeito à alimentação, incluindo a dieta vegetariana; currículo centrado na Bíblia com forte crítica aos autores clássicos; instituições educacionais localizadas na zona rural e preocupação com as demais reformas sociais. O Oberlin College foi a referência principal para a constituição da filosofia educacional Adventista. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_oberlin_college.htm> Acesso em 01/06/2018.

O primeiro escrito de White traçando princípios educacionais, considerado como recebido por inspiração divina, é de 1872 (SCHWARZ; GREENLEAF, 2009), intitulado “*A Verdadeira Educação*” ou “*A Devida Educação*”, cujo título original é “*Proper Education*”. Nesse texto a autora esclarece que educação apropriada vai além do desenvolvimento harmoniosos de todas as faculdades humanas – físicas, morais e espirituais – mas tem como fim “[...] restaurar o homem à imagem do seu Criador”.

Sua declaração sobre “*A Devida Educação*” possui três seções. A primeira tem a ver com a importância da educação, a diferenciação entre educação e treinamento e a exposição da disciplina como autodomínio. A segunda fala da educação física e do trabalho manual com relação à educação tanto no lar como na escola. É no final dessa seção que a senhora White afirma que os adventistas devem ser “reformadores educacionais”. Finalmente, a terceira seção considera o ensino da Bíblia e as áreas comuns para aqueles que se preparam para o ministério (STENCEL, 2004, p. 13).

White estabelece um paralelo entre educação e redenção que norteará toda a filosofia adventista de educação. Com isso coloca diante dos membros e fiéis seguidores os princípios que deveriam conduzir a educação dos jovens e que acabou por se tornar na filosofia educacional adventista.

Segundo a autora, “O tempo que resta agora é muito breve” [...] “para realizar o que podia ter sido feito em gerações passadas; mas podemos fazer muito, mesmo nestes últimos dias, para corrigir os males existentes na educação da juventude.”⁷³. Diante dessa convocatória, os líderes da igreja, iniciaram o projeto para fundar a sua primeira escola.

O casal White idealizava uma escola campestre, com espaço para o cultivo de plantas e contato com a natureza, no entanto, estiveram ausentes por uma temporada, quando foram tomadas as decisões para a implantação da escola, ao retornarem perceberam que a propriedade reservada para a escola havia sido desmembrada e parte dela havia sido transferida para o Hospital de *Battle Creek*, também ligado aos adventistas, uma vez que os líderes não viam necessidade de tanto espaço para a implantação do colégio.

Inicialmente, havia apenas algumas salas de aula e uma capela, com pouco espaço para as acomodações das crianças. Assim que o casal White retornou a *Battle Creek*, “Ellen White viu o colégio construído na cidade, sem-terra para agricultura, sentiu-se desalentada e chorou”.

Apesar do colégio não estar de acordo com a proposta inicial, idealizada por White, ela prestigiou a instituição e incentivava os pais a enviarem seus filhos para receberem educação nos moldes dos princípios adventistas. Apesar das orientações de White, havia certa

⁷³ Frase do escrito “*Proper Education*” é citada no livro *Conselhos Sobre Educação*, p. 28-29. Disponível em: <<https://m.egwwritings.org/pt/book/1947.33>> Acesso em 15/05/2018.

obsessão da parte de alguns líderes para que se praticasse a educação segundo nos padrões do mundo secular, o que acabou resultando no fechamento do colégio por cerca de um ano, de 1882 a 1883. Essa experiência, embora tenha sido difícil, reestruturou o pensamento dos adventistas quanto aos objetivos da sua filosofia educacional. “O Colégio de *Battle Creek* foi reaberto e por dezoito anos levou avante o seu trabalho, continuamente tolhido pelo restrito campus que lhe tornou impossível promover os ideais expostos perante os adventistas do sétimo dia com ênfase educacional bem inequívoca.” Assim, em 1901, empreenderam o processo de mudança da escola para uma localização rural, “onde o povo de Deus pudesse desenvolver um campus colegial em harmonia com Sua instrução”. No ano de 1901 a escola foi transferida para *Berrien Springs*, Michigan, local onde atualmente se encontra a Universidade Andrews, primeira instituição adventista de Ensino Superior mundial.

Ellen White escreveu mais três livros que tratam especificamente sobre e princípios e conselhos educacionais, são eles: *Educação* (1903), *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes* (1913) e *Fundamentos da Educação Cristã*⁷⁴ (1923),

Ao buscar os conselhos de Ellen G. White em seus escritos sobre escolas adventistas, seu currículo, normas e trabalho, facilmente se observa que raramente ocorre uma distinção entre os diferentes graus escolares. Tais linhas divisórias não eram então perfeitamente estabelecidas como o são hoje nas instituições educacionais em geral. No que nos diz respeito, a educação elementar veio por último, com uma séria iniciativa tomada na virada do século dezenove⁷⁵.

Os escritos de Ellen G. White foram fundamentais para construção dos ideais e da filosofia adventista de educação. Mas não só isso, também influenciou a estrutura organizacional das escolas e da administração das instituições adventistas, como também escreveu orientações sobre outras áreas consideradas importantes para o bom andamento da vida do cristão. Assim, para Stencel (2004), não se pode considerar a solidez da obra educacional adventista sem considerar os escritos e a influência de Ellen White.

Conforme mencionado anteriormente, educação adventista no Brasil surge no momento de propagação das ideias protestantes trazidas pelos imigrantes europeus e americanos, as quais ressaltavam também o liberalismo, pragmatismo e individualismo norte-americanos que ganharam o mundo e acabaram se disseminando no final do século XIX. Essas influências circulavam tanto no campo das ideias, da política, da economia, como também da educação. Com isso, os protestantes norte-americanos além da pregação das doutrinas, influenciaram

⁷⁴ *Fundamentos da Educação Cristã* trata-se de compilação póstuma de artigos de Ellen G. White originalmente publicados em outros livros ou revistas.

⁷⁵ Disponível em: <<http://ellenwhite.cpb.com.br/livro/index/20>>

significativamente a educação, como forma de ascensão para um nível intelectual mais avançado, na medida em que atribuíam especial atenção ao estudo e compreensão da palavra divina. Partindo dessa concepção, cada crente deveria ser capaz de ler, compreender e seguir os ensinamentos bíblicos a partir do seu próprio entendimento. Com isso, onde passavam criavam igreja, escolas e colégios, chegando a estabelecer uma rede de instituições confessionais de caráter protestante que viria, de certa forma, modificar o cenário educacional brasileiro.

CAPÍTULO 2

2. A HISTÓRIA DA FORMACAO DE PROFESSORES ADVENTISTAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, tendo como objetivo compreender a relação da educação, do ensino e da formação de professores para as séries iniciais na instituição adventista e da formação de professores no Brasil, apresento questões históricas a partir das primeiras iniciativas nesse âmbito, centralmente a partir das primeiras iniciativas prescritas na *Lei de 15/10/1827*, [que] *Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império*, passando pela criação das Escolas Normais, Institutos de Educação, Habilitações Específicas para o Magistério, até chegar à instalação dos primeiros Cursos de Pedagogia no país.

Para tanto, vali-me das formulações de Certeau (2002), para quem o fazer historiográfico ocorre a partir das concepções de “um lugar”, ou seja, um recrutamento, um meio, uma profissão, etc., estas servirão como mediadoras do discurso, priorizando o que pode ou não ser dito; “os procedimentos de análise”, ou seja, a definição de categorias que servirão como norteadoras da pesquisa, ou seja, a análise das fontes e documentos; e “a construção do texto”, ou seja, uma forma subjetiva e independente de realizar uma escrita, uma produção de texto, na qual cada sujeito seleciona, prioriza e constrói seu trabalho atribuindo-lhe sentido e organicidade. Com isso, a posição que o historiador ocupa, para Certeau (2002), significa um “lugar”, que pode ser um lugar “socioeconômico, político ou cultural”, e este lugar diz muito sobre o sujeito que “produz” ou “fabrica” uma história a partir de suas próprias concepções, suas impressões, ao conjunto das suas particularidades. Por isso, “a partir desse ‘lugar’ são instaurados métodos e delineados uma ‘topografia de interesses’ que submeterá os documentos, as fontes e os questionamentos” (CERTEAU, 2002, p. 65).

Nessa perspectiva, encaminharei as análises que compõem este capítulo e os seguintes, na tentativa de uma escrita da história da formação de professores no Brasil, com a história da formação adventista no Brasil.

2.1. Primeiras iniciativas de formação de professores - As Escolas de primeiras letras

Segundo Tanuri (2000), os passos iniciais em relação ao preparo para o magistério acontecem antes mesmo de se fundarem as primeiras instituições para esse fim, conforme apontado na legislação de 1827.

A Lei de 15/10/1827, que manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império [...] também estabelece exames de seleção para mestres e mestras [...] os arts. 7º e 12º assim dispõem, respectivamente: ‘Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes em conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao governo para sua legal nomeação’. [...] serão nomeadas pelos Presidentes em conselho aquelas mulheres que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do art. 7º (TANURI, 2000, p. 14).

A autora percebe que embora não houvesse, ainda, instituições específicas para formação de professores no país, havia, nas primeiras escolas de ensino mútuo “[...] a preocupação não somente de ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método [Método monitorial mútuo ou Método Lancasteriano” (p. 63). Essa pode ser considerada como a primeira iniciativa de preparação de professores no Brasil, a qual se dava exclusivamente de forma prática sem investimento em teoria.

2.2. De uma escola para formação de professores primários ao centro disseminador de luzes – A Escola Normal

“[...] as primeiras Escolas Normais brasileiras só seriam estabelecidas por iniciativa das Províncias logo após a *Reforma Constitucional de 12/8/1834*” (TANURI, 2000, p. 63). Desde sua implantação as Escolas Normais foram pensadas como os *locus* especializado que habilitaria os professores a atuarem nas Escolas Primárias do país. Idealizadas como centros de produção e circulação de saberes pedagógicos, este seria o espaço específico onde se daria tal formação. Em 1835 tem-se a criação da primeira Escola Normal do Brasil⁷⁶, em Niterói – na Província do Rio de Janeiro, por meio da *Lei n. 10 de 1835*, cujo texto descreve:

Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827. ” A escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o

⁷⁶ A Primeira Escola Normal do Brasil tem início a partir das reformas à Constituição do Império, em 1824, cujas medidas confeririam maior autonomia às províncias. Outra consequência desta lei foi a transformação do Rio de Janeiro em Município Neutro, desmembrando-se este da Província do Rio de Janeiro. O povoado da *Villa Real da Praia Grande* (atualmente Niterói) seria escolhido capital da província, nesse caso seriam necessários realizar melhoramentos em infraestrutura para comportar as demandas de seu novo papel. O deputado Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai, apresenta à primeira Assembleia Provincial um projeto para construir uma Escola Normal onde se formariam os professores da província. Em 4 de abril de 1835, o presidente da província Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraá, sancionou o Ato n. 10 da Assembleia Legislativa, de 1 de abril de 1835, que criou a Escola Normal de Niterói (VILELA, 1990).

seguinte currículo: ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a: “ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever (COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS, 1835)

A partir dela e da propagação de um modelo de formação criado para as Escolas Normais, surge no país muitas outras iniciativas semelhantes e com o mesmo objetivo, preparar os professores que iriam atuar nas Escolas Primárias que estavam em pleno processo de expansão. Logo após a criação da Escola Normal da capital do Império, outras também foram sendo instaladas, como: em Minas Gerais, em 1840; Bahia, em 1841 e São Paulo, em 1846, que ficou conhecida como Escola Normal da Capital e Escola Normal Caetano de Campos⁷⁷, dentre outras que se sucederam no interior de São Paulo e em outros estados do país. Muitas dessas escolas, conhecidas como Escolas Normais Livres, eram de iniciativa privada, geralmente ligadas a instituições confessionais.

O Brasil enfrentava no século XIX o grande desafio de tentar reverter o alto índice de analfabetismo que atingia a maioria da população com taxas em torno de 82% nos censos de 1872 e 1890, e taxa de 65,3% em 1900 (BRASIL, 2018 & FERRARO; KREIDLOW, 2004). É nesse momento que a Escola Normal se torna fundamental, uma vez que havia a necessidade emergente de preparar professores para atuarem no magistério primário. Em sua trajetória, a Escola Normal “[...] cuja origem e desenvolvimento vinculam-se à difusão dos ideais liberais de secularização e expansão do Ensino Primário” (TANURI, 1979, p. 41), desde o seu início, ainda no período imperial, vem tentando se firmar, a despeito das diversas dificuldades enfrentadas, tanto em relação à sua qualidade, quanto para firmar sua identidade enquanto instituição formadora. Inicialmente, fora duramente criticada por oferecer uma formação pedagógica ineficiente e adotar um currículo rudimentar, semelhantemente às Escolas Primárias elementares, que consistia apenas em focar o conteúdo que seria ensinado em sala de aula, sendo basicamente: Gramática, Aritmética, Geometria, Caligrafia, Lógica, Religião e apenas algumas noções pedagógicas por meio das disciplinas Pedagogia ou Métodos e Processo de Ensino. Geralmente todas as disciplinas do curso eram ministradas por um ou dois professores e o curso tinha duração de dois anos – embora em determinados momentos da história, por meio de reformas e reorganização do sistema educacional sua duração tenha sido alterada para três

⁷⁷ “A Escola Normal de São Paulo foi criada pela lei n. 34, de 16 de março de 1846, a primeira lei de Instrução Primária na Capital da Província de São Paulo. A fundação dessa escola está relacionada ao ato adicional de 12 de agosto de 1834, que conferiu às então criadas Assembleias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar sobre a instrução pública, cabendo às Províncias o dever de criar estabelecimentos próprios para promovê-la (MONARCHA, 1999).

anos, quatro anos e cinco anos – (TANURI, 1979). “Pode-se dizer que nos primeiros 50 anos do Império, as poucas Escolas Normais do Brasil, pautadas nos moldes de medíocres escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e malsucedidos (TANURI, 2000, p. 65).

Somente a partir da década de 1870, começam a ocorrer mudanças substanciais na sociedade brasileira que viriam a influenciar os rumos das Escolas Normais. Transformações ideológica, política e cultural viriam repercutir também no setor educacional.

A crença de que ‘um país é o que a sua educação o faz ser’ generalizava-se entre os homens de diferentes partidos e posições ideológica e a difusão do ensino ou das ‘luzes’, como se dizia frequentemente nesse período era encarada como indispensável ao desenvolvimento social e econômico da nação (TANURI, 2000, p. 66).

Para que se colocassem em prática os ideais propagados por essas novas influências torna-se essencial investir na disseminação do ensino e isso se deu, principalmente, por meio da obrigatoriedade da instrução elementar e do investimento das Províncias na formação docente. “É no contexto desse ideário de popularização do ensino que as Escolas Normais passam a ser reclamadas com maior constância e coroadas de algum êxito” (p. 66). Paralelamente, começa a ocorrer a valorização das Escolas Normais, juntamente com o fortalecimento do seu currículo, assim com exigências maiores para o ingresso.

Para Monarcha (1999) e Tanuri (2000), nesse momento também, ocorre a abertura dessas escolas às mulheres, que, progressivamente foram ganhando espaço, chegando ao final do império com uma predominância maior em relação aos homens. Enquanto se firmava o conceito de profissionalização da mulher, como professora, compreendida como dotada de uma característica natural, por seu instinto maternal e habilidade específica para cuidar de criança, quase como uma extensão das atividades exercidas no lar, também se reforçava a ideia de que o magistério era a única profissão que permitiria à mulher conciliar suas funções domésticas, de esposa e mãe, esses aspectos revelavam o preconceito já cristalizado na cultura e sociedade brasileira, desde a colônia. Se por um lado, a abertura das escolas normais às mulheres facilitou seu acesso ao mundo do trabalho, por outro lado, o desinteresse dos homens pela função docente em virtude dos baixos salários e do desprestígio profissional, levaram a uma procura maior por parte das mulheres, o que pode ter contribuído para a institucionalização do magistério predominantemente feminino no Brasil. A Escola Normal então, rompe o Império enfrentando severos desafios para se consolidar. “À República caberia a tarefa de desenvolver qualitativa e, sobretudo quantitativamente as Escolas Normais e de efetivar a sua implantação como instituição responsável pela qualificação do magistério primário” (TANURI, 2000, p. 67).

Em sua trajetória, a Escola Normal Paulista, bem como as demais passam por diversas transformações desde sua implantação, no período colonial até seu encerramento, na década de 1970, tais transformações ocorreram em função de mudanças tanto na legislação estadual, quanto no sistema educacional brasileiro. Dentre as constatações que se pode observar estão as ocorridas nos primeiros anos da República, motivadas especialmente, pelo ideal republicano de expansão do ensino e instrução pública. Nota-se, nesse momento, em decorrência do investimento na formação dos professores, também o desenvolvimento tanto quantitativo, quanto qualitativo do Ensino Primário.

A Escola Normal, por meio da propagação dos ideais republicanos apregoados no Brasil no final do século XIX, torna-se a primeira instituição laica do gênero a ser instalada no país e visava a atender as necessidades educacionais em prol dos ideais proclamados para a instituição da República no país. Como centro especializado, desempenhou papel fundamental no processo de formação docente para a séries iniciais, durante várias décadas. Passando por momentos de crises e desprestígio institucional até se consolidar como centro produtor e difusor de conhecimento pedagógico. A sua criação esteve permeada por movimentos de reformulações, no entanto, mesmo diante dos desafios enfrentados, ainda no Império, atravessa a primeira República e chega às décadas de 1940/50, tendo desempenhado um papel fundamental como principal formadora de professores para a Escola Primária em todo o país (TANURI, 1979). Em seus anos iniciais, as Escolas Normais no Brasil tiveram como marca intensos desafios e dificuldades, seja de ordem financeira, administrativa ou pedagógica, dentre os motivos mais significativos encontra-se a falta de investimento governamental (MONARCHA, 1999). Diante desse quadro, nas primeiras décadas de sua instalação praticamente todas as Escolas Normais tiveram que lidar com os graves empecilhos administrativos e pedagógicos. Os problemas a que a Escola Normal estava submetida indica, de certa forma, a ineficiência do governo brasileiro em relação às suas políticas e estratégias de desenvolvimento educacional. As dificuldades eram tantas, conforme aponta Monarcha:

Tudo falta: regulamentos, uniformização de métodos didáticos, corpo de inspeção digno do nome, prédios escolares, material didático, compêndios, salários compatíveis com a importância do cargo, servidores do Estado, mestres qualificados, famílias responsáveis, discípulos dedicados. Tudo falha: o governo provincial, o professor de primeiras letras, a sociedade. Mas principalmente, falha a Escola Normal, pois é incapaz de responder às urgências sociais, culturais e políticas de sua época (MONARCHA, 1999, p. 44).

No contexto econômico, político e social em que a Escola Normal tentava se consolidar, vivenciava em seu interior situações de crises, reformas, fechamentos e reaberturas. Mesmo

diante dessas situações adversas, as Escolas Normais paulistas se tornaram as principais responsáveis por nutrir a sociedade educacional naquele momento, servindo ainda, como instituições modelares que viriam a influenciar outras instituições nos demais estados do país, numa época em que o sistema educacional brasileiro se consolidava e buscava instaurar uma identidade nacional.

Posteriormente com a proclamação da República e mudanças substanciais na Instrução Pública, por meio da Reforma de 1890 – Decreto n. 27, conduzida por Benjamin Constant (SCHELBAUER, 2003) que previa, efetivar a instrução popular no país, tendo como princípios a liberdade, gratuidade e laicidade do ensino, caracterizada também pela desoficialização do ensino, adotou-se, dentre outras medidas, a reforma e expansão das Escolas Normais; a criação das Escolas-modelo (classes primárias anexas às Escolas Normais que serviriam para a prática e estágio dos normalistas com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar a formação pedagógica); a reorganização do currículo; a adoção do método de ensino intuitivo. Com essas e demais sucessivas mudanças que vieram, a Escola Normal começa a entrar numa nova fase conquistando prestígio e respeito da sociedade. A nova organização prevista nas reformas a partir de 1890 consistiu em mudanças significativas para o aperfeiçoamento da formação professoral, naquele momento, com base na adoção e na inserção de um conjunto de saberes pedagógicos que vinha conquistando hegemonia no meio educacional, especialmente os desenvolvidos por Pestalozzi.

Com a importância que os republicanos atribuíam à instrução como forma de elevar o nível intelectual do país, muitas medidas de melhoria e reforma no ensino foram tomadas. A Escola Normal assumia um papel de ser a disseminadora das “luzes”, numa sociedade ainda praticamente na escuridão. Idealizada por esse grupo como um “centro multiplicador de luzes”, destinado a “espargir luz” por meio da formação dos seus professores primários, com vistas a promover o progresso e a liberdade do país através da educação laica, de qualidade e gratuita (MONARCHA, 1999).

A partir do final do século XIX e início do XX, a preocupação com o processo de formação do professor permeou a trajetória da Escola Normal, especialmente no estado de São Paulo. A busca por um profissional preparado para atender às novas exigências da sociedade em consonância com os ideais apregoados pelos republicanos, de uma escola pública que contemplasse a demanda da população, eram alvo tanto dos dirigentes político-administrativos, quanto dos intelectuais ligados à educação.

Essa busca pela formação do professor em consonância com as necessidades educacionais da época influenciou, de certa forma, a aprovação de reformas educacionais que

viriam a culminar com a ampliação do número de Escolas Normais, especialmente a partir do início do século XX. Com isso, a Escola Normal torna-se um *locus* destinado especificamente a formar os futuros professores para a Escola Primária, que tinham como missão resolver o problema do analfabetismo que o país enfrentava.

Conforme Nosella e Buffa (2002), a Escola Normal refletia todo um clima cultural da época, que era caracterizado, especialmente, pelo rigor na disciplina e nos estudos e com um currículo predominantemente humanista e de cultura geral, “[...] necessário à formação e à distinção dos dirigentes da sociedade tradicional” (p. 16).

Da mesma forma, as Escolas Normais eram consideradas significativos polos difusores dos ideais de renovação educacional que se difundiu na primeira metade do século XX. A partir, especialmente, do início do mesmo século a Escola Normal da Capital foi considerada instituição modelar que priorizava a formação de professores baseada na cultura geral, contribuindo para a formação da elite intelectual do país (MONARCHA, 1999).

Símbolo majestoso do progresso, a Escola Normal especialmente em São Paulo, era caracterizada como marca republicana. Segundo Carvalho (1989, p. 23), “[...] o sinal da diferença entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso”.

Em relação ao currículo adotado nas Escolas Normais, Almeida (1991) aponta que a formação de professores no estado de São Paulo se organizou da seguinte forma: a partir de 1846 até 1920 o currículo da Escola Normal da Praça da República, considerada instituição modelar, priorizava a cultura geral em detrimento das disciplinas propriamente pedagógicas; a partir de 1920 até 1961 essa instituição buscava preparar o professor para a utilização e aplicação das técnicas pedagógicas e metodologias do ensino; a partir de 1961 até 1971 buscava-se implementar as propostas da *Lei n. 4024/61* e posteriormente pela *Lei n. 5692/71* e de 1971 a 1990 priorizava-se um modelo de formação de professor tecnicista.

As escolas de formação de professores, especialmente as escolas paulistas eram consideradas centros de produção, divulgação e circulação de saberes pedagógicos. Nelas, geralmente, se concentravam os intelectuais ligados à educação, com formações diversas e em alguns casos autodidatas, que com frequência, também ocupavam cargos e funções de direção nas esferas administrativas do governo. Dessa forma, esses intelectuais eram responsáveis por conduzir os rumos da educação no país e fazer circular os saberes pedagógicos hegemônicos em cada momento histórico. Conforme aponta Carvalho (2003, p. 341)

É por meio, especialmente de liberais, maçons, positivistas, republicanos e protestantes norte-americanos que os novos modelos pedagógicos ganham espaço e se traduzem na criação

de novas escolas e das novas propostas educacionais, amplamente divulgadas por meio da imprensa. Com isso, os propagadores da República buscam dar ênfase à difusão desses modelos, por meio das questões de ordem para o novo momento político-educacional no país: “Educação, República e Cidadania” (CARVALHO, 2003).

As alterações realizadas na Escola Primária, no período republicano vieram acompanhadas pelas transformações na Escola Normal, de forma que uma não pode ser analisada independente da outra. A esse respeito Nagle (1974, p. 218) indica que

[...] na realidade, ambas constituíam duas facetas de um mesmo problema, pois a nova natureza e as novas funções atribuídas à escola primária se firmariam se, além de outras condições, fosse alterado e aperfeiçoado o curso de formação de professores primários.

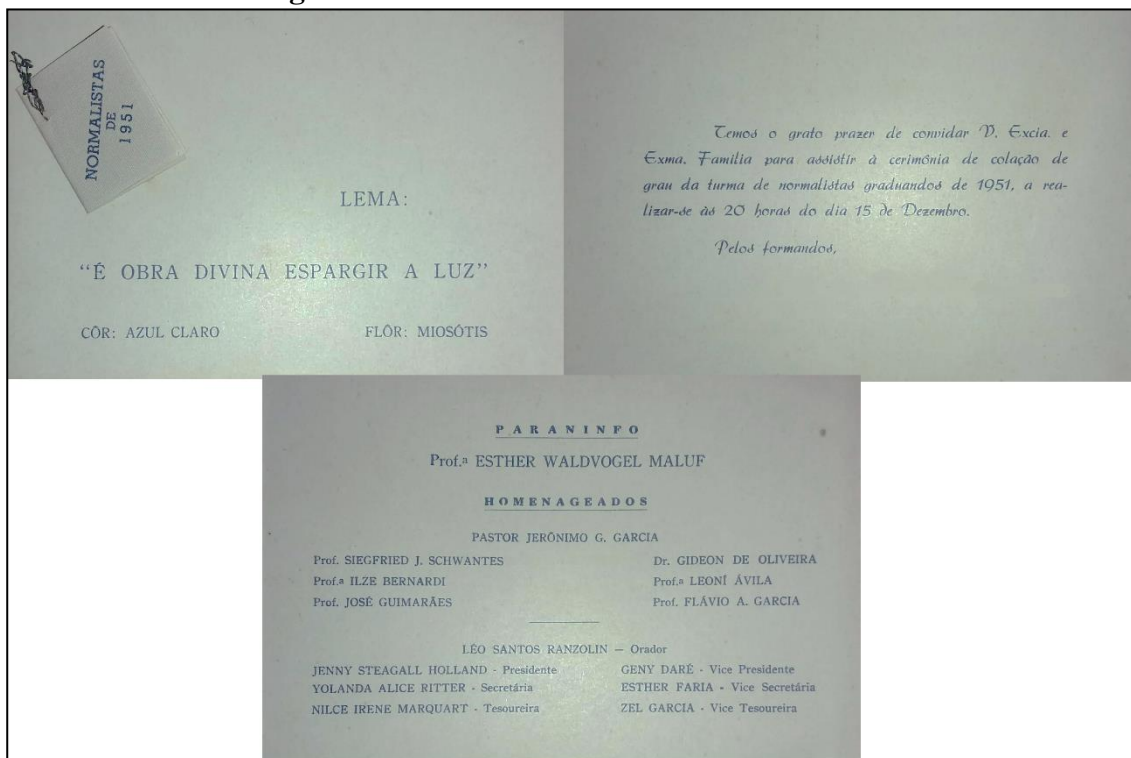
A Escola Normal paulista se expande a partir da década de 1910 e, especialmente, na década de 1920 sofre ainda maiores transformações. Essa preocupação com a Escola Normal se dá especialmente pela preocupação com a expansão da Escola Primária. Assim, há uma sucessão de Reformas na Instrução Pública, introdução de novas propostas educacionais e metodologias de ensino, a expansão das Escolas Normais e Primárias.

Paralelamente aos acontecimentos no âmbito público, aconteciam também iniciativas na esfera privada, envolvendo, especialmente instituições confessionais católicas ou protestantes que se empenhavam no investimento e na criação de suas escolas de ensino primário e também de formação de professores. Dentre elas destacam-se os adventistas, pois a vocação do CAB para a formação de professores vem desde seus primórdios.

Com uma presença marcante de mulheres nos cursos para formação de missionários e, muitas delas exercendo funções de direção na organização adventista, o CAB se viu diante da necessidade de ampliar o leque de opções para alunas. Primeiramente veio a construção de um prédio residência para moças, em 1920 e em seguida, “a escola passou a oferecer o curso de formação de professores paroquiais, criando uma *escola modelar*, em 1920, para que as normalistas pudessem aplicar a metodologia ensinada por professoras”. (HOSOKAWA, 2001, p. 102).

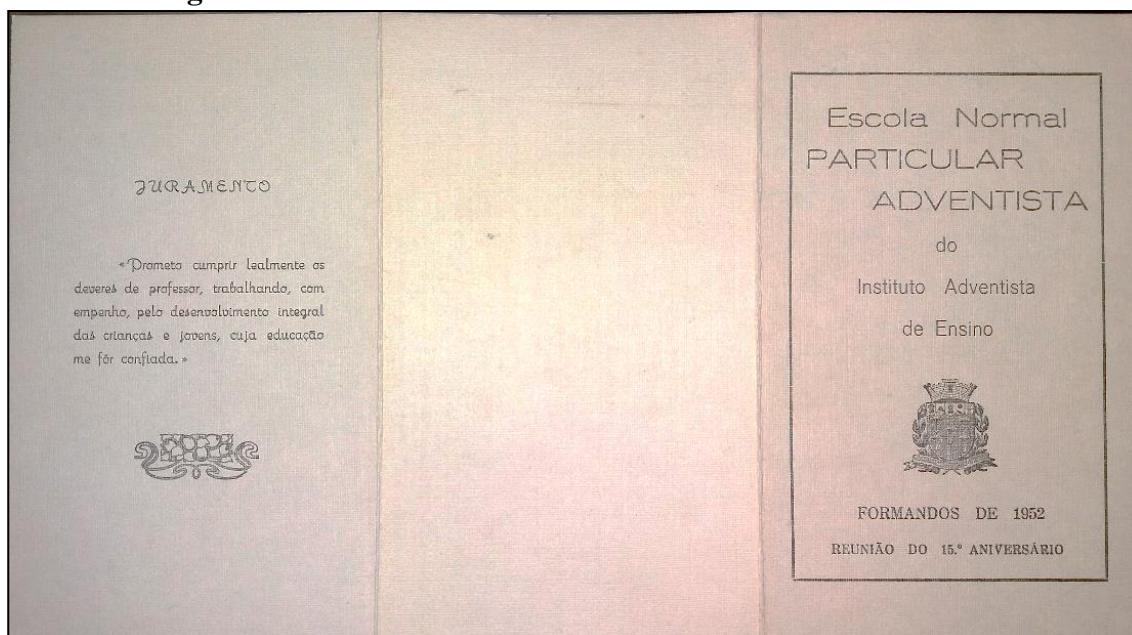
O CAB reproduziu o modelo social feminino vigente na época, idealizando o papel da mulher e seu espaço doméstico como esposa prezada, zelosa dos filhos, dedicando-se ao esposo. A escola criou o curso Normal com matérias específicas para as alunas restringindo o campo de atuação profissional caso optassem pelo trabalho fora do âmbito do lar: magistério, colportagem, instrução bíblica, secretaria, redação, música e posteriormente enfermagem. A primeira turma de diplomados do CAB, em 1922, era composta de nove estudantes sendo quatro normalistas.

Figura 13- Convite de Formatura Curso Normal 1951



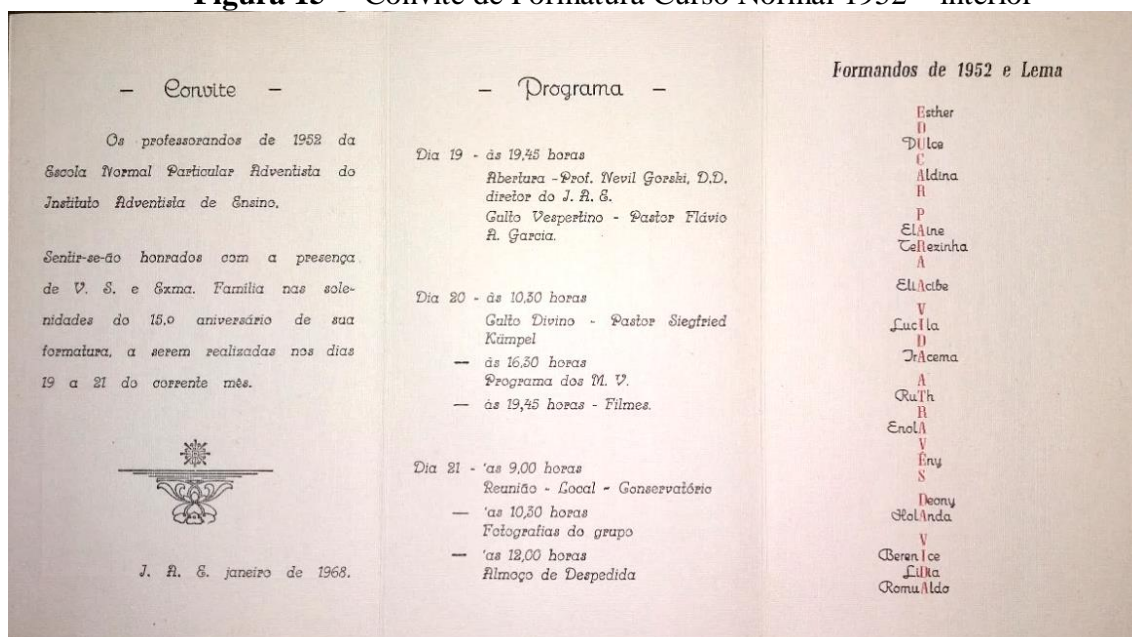
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 14- Convite de Formatura Curso Normal 1952 – frente e verso



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 15- - Convite de Formatura Curso Normal 1952 – interior



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Para Vidal e Faria Filho (2005, p. 52), os republicanos paulistas intentavam “[...] dar a ver a própria República e seu projeto educativo, por vezes, espetacular”, por meio especialmente da construção de seus prédios monumentais e a importância que atribuíam às cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. Para ver e ser vista, a escola compreendia edifícios majestosos, em estilo *neoclássico*, espaçosos e iluminados. Equipados com mobiliário,

material didático, atividades desempenhadas tanto pelos discentes quanto docentes, tudo a ser visto como a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna, evidenciando o progresso que a República instaurava (CARVALHO, 1989). O modelo de formação de professores implementado na recente República estava baseado em ideais de renovação educacional, propostos e divulgados pelos defensores dos princípios da Escola Nova, essa vinha sendo uma tendência marcante no modelo de formação de professores, desde o início do século XX, tendo sido amplamente divulgada no circuito que abrangia a formação de professores, na Escola Normal e ofereceu subsídios para a adoção de novas medidas com a intenção de renovar o sistema educacional e a reforçar o modelo de formação dos professores por meio da criação do Instituto de Educação.

Os Cursos Normais passaram a coexistir com os Institutos de Educação em todo o país até a década de 1970 quando foram extintos com a promulgação da *Lei 5692/71*, quando a formação de professores em nível médio passou a ocorrer nos Cursos de Habilitação Específica para o Magistério – HEM (TANURI, 2000) e a formação superior apenas nos Cursos de Pedagogia.

Esse fato também ocorreu no CAB/IAE, que foi progressivamente extinguindo as antigas turmas do Curso Normal e criando as turmas de Magistério, com formação em nível médio, que funcionaram até 1996, quando da aprovação da nova LDB 9394/96. No entanto, paralelamente a essa formação em nível médio, criou-se também a FAED, sendo ela o primeiro curso em nível superior ligado à IASD no Brasil.

2.3. Uma escola com nível superior - O Instituto de Educação

Após a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*⁷⁸, em 1932, novos encaminhamentos foram pensados para a educação no país. Dentre os defensores da Escola Nova estavam, principalmente, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira e muitos outros intelectuais que também foram signatários do documento.

⁷⁸ O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi lançado em 1932 por um grupo de 26 educadores e intelectuais propondo princípios e bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro. Redigido por Fernando de Azevedo, foi assinado entre outros por Anísio Teixeira, M. B. Lourenço Filho, Heitor Lira, Carneiro Leão, Cecília Meireles e A. F. de Almeida Júnior. Informação disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova> Acesso em: 25/06/2018.

Nesse mesmo ano, Anísio Teixeira, então Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal, começa a implementar no Rio de Janeiro algumas reformas que estariam em consonância com os ideais do *Manifesto*, dentre elas, a criação do primeiro Instituto de Educação do Distrito Federal⁷⁹, sendo também o primeiro do país (LABEGALINI, 2005). Seguindo o exemplo do Distrito Federal e tendo como princípio as ideias escolanovistas, Fernando de Azevedo, enquanto Diretor da Instrução Pública em São Paulo, cria o primeiro Instituto de Educação do estado, por meio da reforma manifesta no Decreto n. 5.884/1933, que foi traduzido como *Código de Educação do estado de São Paulo*, o qual previa também mudanças importantes na organização das Escolas Normais. Dentre as reformas empreendidas por Azevedo no estado de São Paulo, segundo Labegalini (2005, p. 55), o *Código de Educação* “[...] regulou a formação profissional de professores primários, secundários e administradores escolares, transformou o ‘Instituto Caetano de Campos [Escola Normal de São Paulo⁸⁰] em Instituto de Educação’, em nível então considerado universitário”. Com essa reforma, dava-se uma organização ao Instituto de Educação diferente das Escolas Normais. No *Anuário do Ensino Normal do Estado de São Paulo (1935-1936)*, Fernando Azevedo apresenta um relatório em que justifica as reformas empreendidas sobre a educação, especialmente sobre a formação dos professores.

O Instituto de Educação, escola de formação profissional superior, de nível universitario, abrange o Curso propedeutico, que existe tambem em todas as escolas normaes, mantendo alem disso escolas destinadas á applicação didactica dos alumnos e mestres e uma Escola de Professores, que precisamente lhe deu o cunho de escola normal superior. [...] esta reforma do ensino normal, sem duvida a mais radical e de maior alcance emprehendida até hoje, no Brasil, consistiu em destacar o Curso de formação profissional do Curso gymnasial ou propedeutico, pondo á base daquele a escola secundaria. Até então as Escolas Normaes do Estado, como alias as do paiz, eram instituições escolares de nivel primario superior ou secundario, que não passavam de Cursos gymnasiaes incompletos, com uma ligeira coloração profissional que lhe davam as materias de psychologia, pedagogia e didactica. Estabelecida a distincção essencial entre os dois Cursos, em todas as Escolas Normaes do Estado foi creado o Curso gymnasial fundamental de cinco annos, de accordo com a lei federal que regula a materia, e sobreposto aos estudos secundarios o Curso de formação profissional, de dois annos. (...) As Escolas Normaes organizadas como estavam, segundo a sua velha estructura tradicional, não serviam nem ao fim de dar uma cultura propedeutica e geral (função da escola secundaria) nem ao objectivo da preparação technica e profissional do professor primario. (ANNUÁRIO, 1936, p. 336-337).

⁷⁹ Fora nomeado como diretor desse Instituto Manoel Bergström Lourenço Filho.

⁸⁰ A Escola Normal de São Paulo mudou várias vezes de nome, de edifício, e sofreu alterações em seu currículo. Passou a se chamar Escola Normal Secundária, Complementar, Normal Primária, Instituto de Educação, Normal Modelo, Caetano de Campos e teve cursos com duração de 5, 4, 3 ou 2 anos).

O *Código* apresenta, ainda, as finalidades para as quais o Instituto de Educação fora criado e o que o compõe, descritos nos artigos 629 e 630:

- a) formar professores primários e secundários e diretores e inspetores de escolas;
- b) manter Cursos de aperfeiçoamento e de divulgação para os membros do magistério;
- c) ministrar ensino primário e secundário a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a prática de ensino, por parte dos candidatos ao professorado. (art. 629)

O Instituto de Educação se constitui das seguintes escolas e anexos:

- a) Escola de Professores
 - b) Escola Secundaria
 - c) Escola Primaria,
 - d) Jardim da Infância
 - e) Biblioteca
- (SÃO PAULO, 1933, p. 396)

A partir da Promulgação do *Código de Educação de 1933*, coexistiram no país dois modelos de instituição específica para formação docente, a Escola Normal e Instituto de Educação⁸¹. Ambas estavam aptas a formar os professores que atuariam nas escolas Primárias do país. Embora a denominação Professor Primário ainda tenha sido amplamente utilizada no Brasil após a década de 70, ela se refere especificamente para designar os professores formados pelas Escolas Normais e Institutos de Educação para atuarem no Curso Primário que consistia nas quatro séries iniciais da escolarização.

2.4. De bacharelado à licenciatura – A história do Curso de Pedagogia no Brasil

As ideias de renovação educacional propagadas pela Escola Nova permeavam todo o contexto de discussões sobre educação no Brasil, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. Muitas foram as reivindicações para a reformulação do sistema educacional.

Nesse clima de efervescência de ideias pedagógicas, de transformações sociais e de investimentos em formação intelectual foram criadas as primeiras universidades⁸² no Brasil.

Em abril de 1935, pelo decreto municipal nº 5.513, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), composta de cinco escolas: Ciências, Educação,

⁸¹ A Escola Normal funcionou no país de 1835 até 1971 e o Instituto de Educação, de 1933 até 1971. Ambos foram extintos a partir da promulgação da Lei 5692/71, quando se instituiu a Habilitação específica para o magistério.

⁸² Embora no período imperial já existissem cursos com nível superior, estes não faziam parte de um sistema de Universidade. Foi criada em 1934 a Universidade de São Paulo e em 1935 a Universidade do Distrito Federal que mais tarde se transformou na Universidade do Brasil.

Economia e Direito, Filosofia, e Instituto de Artes. O principal objetivo da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e "propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular". Na verdade, a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar "os quadros intelectuais do país" (CPDOC, 2018)⁸³.

No ano de 1939, por meio do *Decreto-Lei n. 1.190 de 4 de abril*, criou-se a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) cuja implantação resultou em cursos de licenciaturas, bem como o Curso de Pedagogia, cujo objetivo consistia em formar o pessoal docente para atuar no magistério secundário nas áreas específicas por meio das licenciaturas e, também, para o curso Normal, além de habilitar intelectuais que pudessem exercer as funções técnicas ligada à educação. Na Faculdade Nacional de Filosofia eram oferecidas as seguintes licenciaturas: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, além do Curso de Pedagogia. Por meio desse *Decreto-Lei* adotou-se o modelo de formação conhecido "3+1", que consistia na formação em três anos de estudo dos conteúdos teóricos e disciplinas específicas de cada área (bacharelado) e mais um ano para estudo dos conteúdos didáticos (disciplina de Didática), com isso o bacharel poderia obter também a licenciatura. Segundo determinação do *Decreto-Lei* o curso de Pedagogia tinha como objetivo principal formar pessoal habilitado para "preenchimento dos cargos técnicos de educação do Ministério da Educação" (Art. 51, c), portanto, sua característica era de curso de bacharelado (Art. 48, 11), tendo duração de três anos. O Curso de Pedagogia previsto pelo *Decreto-Lei n. 1.190*, em seu Capítulo III se organiza conforme descrito a seguir:

Art. 19 O curso de Pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. História da filosofia.
3. Sociologia.
4. Fundamentos biológicos da educação.
5. Psicologia educacional.

Segunda série

1. Estatística educacional.
2. História da educação.

⁸³Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>> Acesso em 12/07/2018.

3. Fundamentos sociológicos da educação.
4. Psicologia educacional.
5. Administração escolar.

Terceira série

1. História da educação.
2. Psicologia educacional.
3. Administração escolar.
4. Educação comparada.
5. Filosofia da educação. (BRASIL. 1939. Decreto-Lei n. 1.190)

Para a modalidade de Licenciatura, seria necessário cursar a complementação com o Curso de Didática que consistia em:

Art. 20 O Curso de Didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas:

1. Didática geral.
2. Didática especial.
3. Psicologia educacional.
4. Administração escolar.
5. Fundamentos biológicos da educação.
6. Fundamentos sociológicos da educação. (BRASIL. 1939. Decreto-Lei n. 1.190)

Por meio dessa complementação, o aluno/pedagogo recebia um segundo certificado, o qual o habilitava a lecionar em qualquer instituição, pública ou particular do Magistério Normal das disciplinas pedagógicas, além da função de assistente no Ensino Superior para matérias pedagógicas (Art. 51).

Por meio do *Decreto-Lei* fica evidente que havia distinção entre o trabalho técnico e o docente. O Curso de Pedagogia inicialmente foi planejado para ser um curso específico para formação de profissionais específicos para atuarem na administração educacional do país, como “Técnico do Ministério da Educação” (Art. 51). Esse modelo de formação conhecido com 3+1 perdurou inclusive na *LDB n. 4.024/61*. Apenas em 1962 houve algumas alterações em relação ao currículo mínimo do Curso de Pedagogia, o qual seria composto por sete disciplinas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação, acrescido de mais duas para o bacharelado e três para a licenciatura, que seriam escolhidas pela instituição. Com isso, mantém-se a dualidade dentro do curso de Pedagogia (bacharelado e licenciatura).

A Instituição adventista tardou a implementar um Curso de formação de professores em nível superior. Tal fato só veio a ocorrer na década de 1970 com a criação do seu primeiro curso de Pedagogia – na Faculdade Adventista de Educação (FAED), no IAE, em 1973.

2.5. A formação docente na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – n. 4024/1961*

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 20/12/1961* não trouxe mudanças representativas para o modelo de formação de professores vigente no país. Dessa forma que a Escola Normal, sendo a principal instituição formadora possuía, dentre as finalidades de formação docente estavam [...] formação de orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. (Artigo 52). O Ensino Primário nessa lei estava organizado em quatro séries (artigo 26), sendo obrigatório a partir dos 7 anos de idade (artigo 27). A terminologia Ensino Primário, no entanto, deixou de existir com a *Lei n. 5.692/1971*.

Em relação à formação docente, a *Lei* de 1961 não representou mudanças para o sistema adventista. A formação de professores acontecia prioritariamente, desde a década de 1920, na Escola Normal Livre Adventista, no CAB/IAE, a qual só obteve reconhecimento oficial na década de 1940. (HOSOKAWA, 2001; INOUE, 2015),

2.6. A Reforma universitária implementada na *Lei n. 5.540/68*

Na década de 1960, com o Regime Militar que se instalou no Brasil, houve uma série de medidas que resultaram em transformações no sistema educacional do país. O governo brasileiro estabeleceu convênio com os Estados Unidos com o intuito de oferecer assistência técnica e financeira no campo educacional, através do Ministério da Educação brasileiro (MEC) e da *United States Agency for International Development (USAID)*. Para Minto (2012), a verdadeira intenção desse convênio não estava na educação, mas na economia. A concepção que conduzia todo esse contexto de mudanças na educação, na sociedade e na economia provinha da teoria do capital humano, ou seja, havia uma forte ideia de que a educação é o meio para se alcançar o desenvolvimento econômico. Com base nesse pressuposto, os acordos

MEC/USAID traziam para a educação diretrizes políticas, técnicas e administrativas que viram a caracterizar o sistema educacional como “tecnicista” buscando a atender às demandas do mercado capitalista internacional.

A primeiras medidas se deram no Ensino Superior, por meio da *Lei n. 5.540/68*, conhecida como Reforma Universitária, em seguida, por meio da *Lei n. 5.692/71* que reformulou os ensinos primário e secundário. Por meio da reforma universitária de 1968, que implantou no Curso de Pedagogia o sistema de habilitações, estabelecendo que “[...] o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, seria feito em nível superior” (art. 30). Posteriormente, por meio do *Parecer do CFE n. 252/69* aboliu-se o dualismo existente entre bacharelado e licenciatura, ficando estabelecido que o Curso de Pedagogia formaria os especialistas em administração escolar, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão pedagógica e docência nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores.

Já no final do período da ditadura houve, no contexto das discussões acerca dos encaminhamentos em relação à nova ordem social democrática, propostas em torno do caráter “tecnicista” que permeava a organização escolar. Essas discussões passaram a ser frequentes em congressos e seminários sobre educação no país. A partir dessas discussões, algumas propostas de organização do curso de Pedagogia começam a ser formuladas pelos movimentos e associações ligadas ao curso, essas discussões perduraram até 2006 quando foram aprovadas as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia, por meio da Resolução n.1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse documento põe em evidência novamente o debate histórico sobre a identidade do Curso de Pedagogia e sua finalidade.

Da forma com está organizado atualmente, esse curso destina-se, à formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental (Creche, Pré-escola e 1º ao 5º ano, que corresponde ao que se denominava nas leis anteriores de Ensino Primário e 1ª à 4ª série do Primeiro grau), além do desenvolvimento de competências para atuar no ensino nos cursos de nível médio, na modalidade Normal; atuar no ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar; atividades de organização e gestão educacionais; e atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional. A partir da *Resolução* de 2006, as instituições que ofereceriam os novos cursos deveriam extinguir as habilitações imediatamente no ano seguinte ao da publicação, ou seja, 2007, o Curso de Pedagogia ficou organizado da seguinte forma:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do

Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; - produção e difusão do conhecimento científico- tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2005, p.7-8).

A partir da aprovação da *Resolução de 2006* as habilitações foram extintas e o Curso de licenciatura em Pedagogia passou a formar de forma integrada as funções a ele atribuídas. Além disso, O *Parecer CNE/CP - 5/2005* sugere que as instituições prescrevam em seus Projetos Pedagógicos dos Cursos os aprofundamentos que pretendam oferecer, como: a educação a distância; educação de pessoas com necessidades educacionais especiais; educação de pessoas jovens e adultos; educação étnico-racial; educação indígena; educação quilombola; educação do campo; educação hospitalar; educação prisional; educação comunitária ou popular. (BRASIL, 2005, p 10). Com isso, o curso de Pedagogia, por sua característica, pode ser considerado como licenciatura e como bacharelado, conforme nota emitida pela ANFOPE em 1998.

O curso de Pedagogia porque forma o profissional da educação para atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação é, ao mesmo tempo, uma licenciatura – formação de professores – e um bacharelado – formação de educadores/cientistas da educação (ANFOPE em 1998).

2.7. Habilitação Específica para o Magistério (HEM) – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – n. 5692/1971*

Com a aprovação da *Lei 5692/71* instituiu-se a Habilitação Específica para o Magistério (HEM), como principal meio de formação para os professores. A terminologia Ensino Primário deixou de existir, estabeleceu-se nova organização para a educação escolar no Brasil e o antigo Curso Primário passou a equivaler a 1ª à 4ª série do Ensino de 1º grau⁸⁴.

Com a promulgação dessa *Lei*, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, também promoveu mudanças na formação de professores, envolvendo

⁸⁴ Conforme mencionado anteriormente, após a *Lei n. 9.394/1996*, esse nível de escolaridade passou a equivaler a 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental e, atualmente, mediante aprovação da *Lei n. 10.172/2001* que alterou a *LDB* de 1996, equivale a 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (TANURI, 1979; 2000).

especialmente as Escolas Normais e Institutos de Educação. Sobre tais mudanças, Tanuri (2000, p. 80) afirma

[...] no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

Com isso, deixaram de existir o Curso Normal e os Institutos de Educação e a exigência para a formação dos especialistas e professores passou a ser exclusivamente nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, admitindo-se formação mínima a título de transição. “A nova Lei adotava, pela primeira vez, um esquema integrado, flexível e progressivo de formação de professores” (TANURI, 2000, p. 80).

Assim, nos artigos 29 a 33 da lei estavam estabelecidos que:

Art. 29. A formação de professôres e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

§ 1º Os professôres a que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando fôr o caso, formação pedagógica.

§ 2º Os professôres a que se refere a letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

§ 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores.

Art. 31. As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais referidos no § 2º do artigo anterior serão ministrados nas universidades e demais instituições que mantenham cursos de duração plena.

Parágrafo único. As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais, de preferência nas comunidades menores, poderão também ser ministradas em faculdades, centros, escolas, institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para êsse fim, com autorização e reconhecimento na forma da Lei.

Art. 32. O pessoal docente do ensino supletivo terá preparo adequado às características especiais dêsse tipo de ensino, de acôrdo com as normas estabelecidas pelos Conselhos de Educação.

Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso

superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação (BRASIL, 1971).

Com a promulgação da *Lei n. 5692/71*, o que se tem é a formalização da profissionalização de professores, equiparando-a a outras formações profissionais, precarizando essa formação e conferindo-lhe caráter técnico que, segundo Tanuri (2000), já havia sido evidenciado mediante iniciativas descentralizadas em vários estados. Saviani (1982) afirma que, com essa lei, a formação de professores deixa ser ministrada nas Escolas Normais e passou a ser realizada em cursos de habilitação profissional em nível de 2º grau. Nesse sentido, ao ser equiparada a tantas outras, teria passado a investir na quantidade em detrimento da qualidade, na adaptação em vez da autonomia, na formação profissional em detrimento da cultural geral. Para Warde (1986), no entanto,

[...] com o desaparecimento das escolas normais e surgimento da habilitação ao magistério, muitas escolas normais particulares, leigas e confessionais, que portavam uma tradição de bom ensino, fecharam suas portas; escolas normais públicas se descaracterizaram como tal. Um grande espaço foi preenchido por escolas particulares, mercantis, que literalmente vendem seus diplomas em cursos de fim de semana (WARDE, 1986, p. 78)

Assim, a despeito desse contexto complicado em relação à formação de professores no país, a Instituição adventista buscava priorizar o que entendia como um dos seus pilares, a educação. Envolvida no processo de formação de professores desde seus primórdios, acompanhava os ditames da legislação brasileira procurando se adequar às normas e requisitos necessários para a sua formalização. Nos anos 1970, portanto,

[...] o UNASP [IAE] possuía um curso de magistério de 4 anos de bom nível que sucedera o curso Normal oficializado nos anos 40. A grande necessidade, porém, era formar administradores e pessoal de apoio julgado muito importante na preservação da filosofia educacional adventista. A preocupação era mesmo de prover educação em nível superior, imaginando-se que com melhor titulação de diretores e professores, melhorasse a qualidade de ensino, a competência dos professores e o nome da escola (RITTER *apud* KLEIN, 2008 p. 60).

Com relação à formação praticada nas escolas que de magistério, tanto Tanuri (2000), quanto Mello *et al* (1985); Gatti (1987) entre outros afirmam haver uma maior fragmentação do curso, fruto de uma tendência tecnicista aplicada à educação que permeou o contexto educacional nas décadas de 1970 e 80, em decorrência das medidas e acordos realizados pelo governo com os organismos internacionais americanos cujo objetivo era otimizar e aligeirar a educação, tanto das crianças, quanto dos futuros professores.

Inúmeros trabalhos sobre o assunto são unânimes em apontar o “esvaziamento”, a “desmontagem”, a “desestruturação”, a “perda de identidade” ou a “descaracterização” sofrida pela Escola Normal no período, tendo-se vislumbrado inclusive sua “desativação” nos anos imediatamente posteriores [...] passando a HEM a ser uma opção “menor”, com classes maiores no período noturno, redução do número de disciplinas de instrumentação pedagógica para o primeiro grau, empobrecimento e desarticulação dos conteúdos, grande dispersão de disciplinas e fragmentação do currículo. (TANURI, 2000, p. 81/82)

Boa parte das críticas ao modelo de formação de professores adotado no país, se deve, especialmente, pela produção acadêmico-científica a partir da década de 1980, produzidas no âmbito das universidades e dos cursos de pós-graduação, que, seguindo uma tendência de época, realizavam pesquisas cujas análises se fundamentavam em teorias sociológicas, teorias do conflito e teorias críticas que buscavam uma compreensão da formação do professor analisando o contexto histórico-social (TANURI, 2000).

CAPÍTULO 3

3. A CONTRIBUIÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA

A criação de uma faculdade de educação representou para a educação adventista brasileira a concretização de um ideal diretamente relacionado com sua doutrina.

Tendo como princípio fundamental que o ministério de Cristo na terra possuía três importantes pilares, “**curar, salvar e educar**”, os adventistas entendiam que a criação da FAED seria um passo importante na consecução desse terceiro pilar. Uma instituição de formação de educadores para disseminação das ideias cristãs por meio da educação.

Em termos gerais, acreditava-se que o *ministério da cura* se daria mediante seus hospitais, clínicas médico-odontológicas flutuantes (lanchas missionárias) nos rios da Amazônia, dentre outros. Em termos educacionais, o IAE passou a ministrar o curso superior de Enfermagem a partir de 1969, com a FAE, além de outros cursos técnicos de enfermagem que já funcionava nessa instituição e em outras escolas da rede adventista. Em meio aos adventistas, acreditava-se que o *pilar da salvação* já vinha sendo desenvolvido pela igreja, por meio dos seus missionários ao pregarem o evangelho. Em termos educacionais, o *pilar da salvação* recebeu atenção principal com o estabelecimento de uma escola especializada em formar pastores, que mais tarde se configurou como um curso de formação superior em Teologia, com a FAT.

A FAED vem a ser estabelecida com o intuito de formar professores e demais especialistas da educação para que, tanto a rede adventista de educação, quanto outras redes educacionais, pudessem receber professores com formação profissional para divulgar, além do que consideravam ser a boa educação, em termos gerais, também a filosofia adventista de educação.

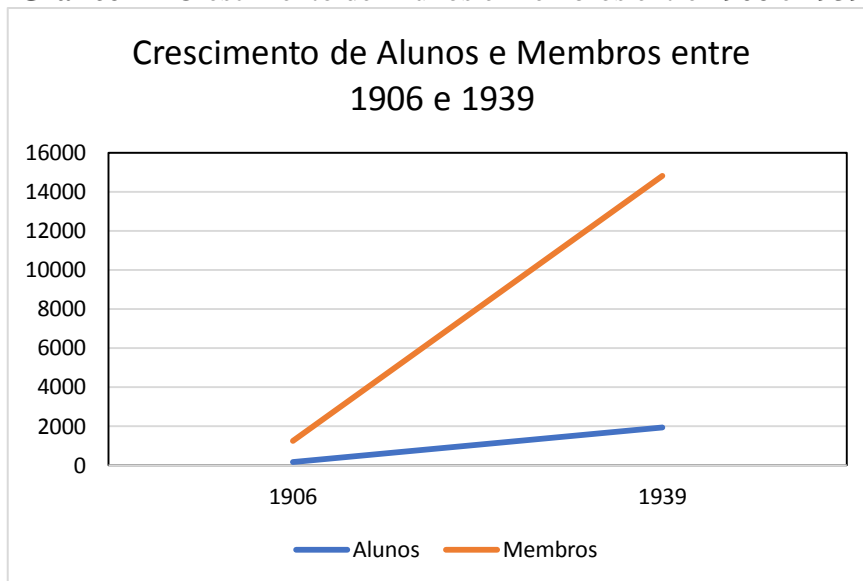
Dessa forma, a FAED, busca preencher uma lacuna que existia em relação ao cumprimento do seu ministério educacional: a formação de educadores conhecedores da filosofia educacional adventista. Tais profissionais iriam atuar não apenas nas escolas adventistas, mas também nos setores educacionais ligados à instituição e em outras redes de ensino, públicas ou privadas no país.

3.1. As condições do sistema educacional adventista

O sistema educacional adventista no Brasil cresce em número de alunos e escolas desde o início do século XX até os anos 1950, quando começa a enfrentar um decréscimo que perdura

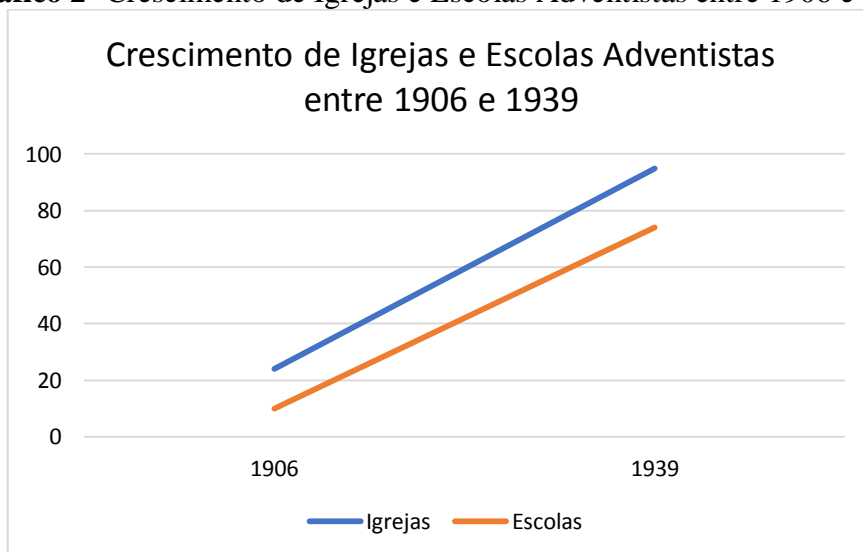
até o final dos anos 1960. Em estudo realizado sobre a chegada dos adventistas ao continente sul americano, Azevedo (2004) indica que no ano de 1906 o Brasil contava com 24 igrejas, compostas por 1070 membros e um total de 10 escolas com 178 alunos matriculados. (TIMM, 2004). Já em 1939 o total de igrejas chegava a 95 com 12.871 membros e 74 escolas com 1923 alunos.

Gráfico 1 - Crescimento de Alunos e Membros entre 1906 e 1939



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2- Crescimento de Igrejas e Escolas Adventistas entre 1906 e 1939



Fonte: Elaborado pela autora

Para Greenleaf (2011) e Menslin (2015), as décadas seguintes apresentaram relativo crescimento, tanto em número de igrejas, membros, quanto de escolas, grande parte delas consideradas escolas paroquiais visto serem instaladas nas dependências da igreja e visavam especialmente ao atendimento dos filhos dos servidores e membros adventistas, embora estivesse também aberta à comunidade.

Para Azevedo (2004, p. 35) o marcante crescimento desse período deveu-se ao compromisso dos líderes da denominação com o “ideal adventista de que junto a cada igreja deveria haver também uma escola. Esse ideal é na realidade um dos pilares da Reforma Protestante”, onde todos os filhos de famílias cristãs deveriam mandar seus filhos para as escolas (MENSLIN, 2017, p. 675).

O quadro a seguir mostra um dado bastante significativo. Havia um franco crescimento de igrejas que agregavam escolas a partir dos anos de 1940. O ápice desse crescimento se dá em 1950, quando o número de escolas ultrapassa o número de igrejas, contemplando a marca de 116,5% de escolas em relação ao número de igrejas. No entanto, o que se vê no momento seguinte é uma diminuição nessa relação a partir dos anos 1955, quando o percentual de escolas começa a diminuir para 93,3% em relação ao número de igrejas. Esse índice continuou decaindo até chegar ao menor valor histórico nos anos 1970, com 54,5% de escolas em relação ao número de igrejas (AZEVEDO, 2004).

Quadro 2 - Educação Adventista no Brasil de 1940 a 1970

		1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970
União Norte	Igrejas	6	8	13	22	32	36	50
	Membros	403	870	1.848	2.914	4.305	9.975	20.256
	Escolas	3	7	13	15	34	36	44
	Alunos	105	288	509	840	1.554	1.837	3.379
União Este	Igrejas	43	51	60	84	111	155	209
	Membros	4.701	6.888	8.707	12.609	17.831	28.964	50.460
	Escolas	28	54	64	85	84	117	105
	Alunos	843	1.889	2.417	2.386	3.971	5.568	5.231
União Sul	Igrejas	57	64	69	87	136	234	325
	Membros	8.745	11.839	16.812	24.174	36.623	58.086	90.471
	Escolas	63	70	88	80	126	169	172
	Alunos	2.253	3.500	2.910	3.279	4.874	7.502	9.392
Brasil	Igrejas	106	123	142	193	279	425	584
	Membros	13.849	19.597	27.367	39.697	58.759	97.025	161.187
	Escolas	94	136	165	180	244	322	321
	Alunos	3.201	5.677	5.836	6.505	10.399	14.907	18.392
	% de igrejas com escolas	88,7%	110,6%	116,5%	93,3%	87,5%	75,8%	54,5%

Fonte: (AZEVEDO, 2004, p. 35)

3.2. Antecedentes históricos e legais

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 20/12/1961*, que estruturava a educação brasileira, não representou a necessidade de alterações significativas para a educação adventista naquele período. Por determinação legal, a estrutura do ensino, de forma resumida, era a seguinte: o Ensino Primário composto de no mínimo quatro séries (artigo 26) e obrigatória para crianças a partir dos 7 anos (artigo 27). O Ensino Médio composto por dois ciclos, o Ginásial e o Colegial (artigo 34) que poderia ser o Ensino Secundário (artigo 44), Técnico (artigo 47) e de Formação de Professores (artigo 52). A formação de professores, nessa lei, se dava mediante do Ensino Normal, que

[tinha] por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. (artigo 52). A formação de professores para o Ensino Primário deverá se dar da seguinte forma (artigo 53): em Escola Normal de Grau Ginásial, diplomando regentes de Ensino Primário e as Escolas Normais de graus Colegial, diplomando professores de Ensino Primário (artigo 54) ⁸⁵.

A formação de professores do Ensino Médio era feita em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (artigo 59). A formação para professores do curso primário se dava especialmente nos Cursos Normais, que poderiam ser de nível ginásial ou colegial.

À falta de exigências legais e, como declarou Floriano Santos, líder da União Sul Brasileira (USB) dos adventistas (para as regiões Sudeste e regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil), permitiu uma certa acomodação, por parte da instituição adventista em relação aos seus princípios basilares educacionais, fazendo com que a administração, no período de 1955 até fins dos anos 1970, mantivesse uma estrutura simples, modesta, com diversas pequenas escolas paroquiais que, por vezes, ficavam aquém do nível de qualidade que a própria filosofia adventista pretendia. A organização adventista parecia acomodar-se na forma de conduzir seu sistema educacional, atendendo aos requisitos mínimos da legislação em vigor.

Decorridos dez anos da promulgação da *LDB de 1961*, entra em vigor a nova legislação educacional, a *Lei n. 5692*, promulgada em 11 de agosto de 1971, que fixou as bases para a

⁸⁵ Regente do Ensino Primário se difere do Professor do Ensino Primário tanto na sua formação, quanto na sua função. O Regente era formado no nível chamado Ginásial (o que pela organização atual equivaleria ao fundamental II, 5º ao 9º ano), já o Professor Primário era formado no nível chamado Colegial (atualmente Ensino Médio). O Ginásial e Colegial eram considerados Ensino Secundário (4 anos + 3 anos, em média), diferentemente da etapa anterior, que era o Ensino Primário, com duração de 4 ou 5 anos). Quanto à função, o Regente era um auxiliar do Professor.

educação de 1º e 2º graus, trouxe diversas reformulações, dentre elas, uma nova organização ao sistema escolar brasileiro.

Como previsto na *LDB de 1961*, os professores de Escolas Primárias formados por Escolas de Normais de nível colegial consistiam, pela sua pouca exigência, num elemento facilitador para a implantação de Escolas Primárias. Essa condição muda radicalmente com a promulgação da *Lei de 1971*.

A *Lei n. 5692/71* inicialmente altera a nomenclatura dos ciclos da educação. O que era chamado de Ensino Primário passa a ser denominado de 1º Grau e o que era chamado de Ensino Médio passa a ser denominado de 2º Grau (artigo 1, parágrafo primeiro). O 1º Grau teria duração de oito anos (artigo 18) e deveria ser ministrado a alunos dos sete aos catorze anos (artigo 20). O 2º Grau teria duração de três ou quatro anos (artigo 22). O artigo 30 traria exigências que provocariam radicais transformações nas escolas adventistas em virtude da exigência de Ensino Superior para professores do ensino de 1º grau (agora não mais 1ª à 4ª série, mas sim, 1ª à 8ª série do 1º Grau), como também do 2º Grau.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 5ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971).

Além disso, se tornava obrigatória a orientação escolar (artigo 10), cuja formação se daria em curso superior de Pedagogia (artigo 33). Como decorrência dessa legislação, as escolas que pretendessem oferecer o primeiro grau (oito primeiras séries) necessariamente precisavam compor seu corpo docente com professores de formação superior.

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a Escola Normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional Escola Normal perdia o status de "escola" e, mesmo, de "curso", diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o Curso Normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia (TANURI, 2000, p. 80).

Dessa forma, todo o sistema de formação de professores existente à época foi modificado, tanto na sua estrutura organizacional, quanto na sua filosofia e organização curricular, adquirindo um caráter produtivista e tecnicista, conforme indica Lira (2010, p. 80).

Para o cumprimento da nova legislação, buscou-se adequar as escolas do país na visão produtivista, por meio de uma pedagogia tecnicista que advogava uma reorganização do processo educativo, tornando-o mais objetivo e operacional e menos subjetivo e reflexivo. Entre as principais regulamentações determinadas pela Lei 5.692/71 destacam-se a ampliação da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, extinguindo a separação entre o ensino primário de quatro anos e ginásial de mais quatro anos, aglutinando em apenas um bloco de oito anos de ensino e, suprimindo o exame de admissão para o antigo ginásio; a criação da escola profissionalizante para o ensino do 2º grau, com duração de três ou quatro anos; a inserção do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas; e a inserção de um currículo mínimo com disciplinas específicas para os anos finais do 1º grau e em todo o período do 2º grau.

Assim, não mais seria permitida a existência de escolas com professores de formação básica (normal ginásial ou normal colegial) como eram a maioria delas no sistema adventista. Em setembro de 1972, Floriano Santos, escrevendo sobre influências da *Lei 5692/71* sobre a Educação Adventista (R. A., 1972) reconhece a situação em que estavam as escolas adventistas.

Em face da nova lei, não poderemos sequer pensar em continuar mantendo escolas ao nível da maioria das nossas escolas primárias paroquiais. [...] por aí percebemos que não podemos mais continuar pensando em escolas de fundo de porão de igreja, e onde apenas uma professora era a vítima e a heroína dessa situação. Um tremendo desafio é lançado à Igreja: ou nos atualizamos e nos aperfeiçoamos, ou sucumbimos com o nosso sistema educacional (R. A., 1972, p. 24)

Meslin (2015, p. 79) afirma que

Ao se aproximar os anos finais da década de 1960, a educação adventista não mais acompanhou o ritmo de crescimento da igreja e seus membros, existindo assim um distanciamento entre o número de membros e igrejas e o número de alunos e escolas. Além desse distanciamento, ocorre a principal crise no desenvolvimento educacional adventista, que estabeleceria novos rumos para a educação adventista e, também, colocaria em xeque as bases filosóficas de sua ideologia — a institucionalização do ensino como educação formal, tendo como base a implantação da Lei 5692/71.

3.3. Início do reerguimento do sistema educacional Adventista

A *Lei de 1971*, de certa forma, impõe sérias exigências às escolas primárias existentes no país, inclusive à maioria das escolas paroquiais ligadas às diversas denominações confessionais católicas ou protestantes. A maneira como o sistema adventista de educação vinha sendo constituído, em sua grande maioria de escolas paroquiais, em terrenos pequenos, aos fundos da igreja, com pouca estrutura física e contando apenas com o ensino das quatro

primeiras séries do ensino primário. Diante dessa realidade imposta pela legislação, as escolas adventistas teriam que se adequar. Segundo Nevil Gorski, à época diretor do IAE, *campus* onde viria a funcionar a FAED, declarou, em entrevista à autora,⁸⁶ sobre as condições das escolas adventistas no contexto do início dos anos 1970:

Com o fato de nossas escolas serem simplesmente escolas primárias, escolas de igreja, escolas paroquiais, como era o título usado, precisaríamos nos adequar às novas exigências legais, quanto aos prédios, ao ciclo básico de oito anos e à formação dos professores. (GORSKI, 2018).

Para Schünemann (2005), as mudanças exigidas a partir da nova lei se traduziram num fator de impulso para do sistema educacional adventista, de modos que

a consolidação das escolas paroquiais adventistas como uma rede expressiva ocorreu devido às mudanças legais exigidas pela LDB 5672/71. A integração do primário com o ginásio, obrigando as escolas a oferecer escola de Primeiro Grau completo de oito anos [...] A nova legislação, além de ampliar o tempo do Ensino Básico obrigatório, relacionou várias exigências ao funcionamento das escolas, como espaço para educação física, bibliotecas e laboratórios (SCHÜNEMANN, 2005, p. 9 e 10).

O mesmo pensamento parece estar presente nas reflexões de Gross (1996) quando analisa o panorama do sistema educacional adventista.

Obrigadas a implantar a 5ª série, e séries subsequentes até a 8ª, as escolas se viram obrigadas a sair dos porões e fundos de igreja e adquirir novas áreas, construir novos prédios, equipar-se melhor, investir em recursos físicos, materiais e humanos. A nova lei marcou o início da mais espetacular expansão de escolas adventistas (GROSS, 1996, p.62).

No periódico institucional da IASD, *Revista Adventista* (R.A.), de 1972, já se manifestava a respeito da repercussão da crise do sistema educacional adventista, com a redução do número de escolas em relação ao número de igrejas e de membros. As exigências da *Lei 5692/71* tornavam inviáveis a manutenção do sistema educacional adventista na forma como estava, o que causou grande apreensão nos administradores. Em setembro de 1972, o presidente na União Sul Brasileira (USB) dos Roberto Azevedo declara: “Nestes últimos dias nos estamos preocupando intensamente com as profundas implicações que esta lei [5.692/71] trouxe para o setor educacional de nossa Igreja”. (R.A. , 1972). E continua afirmando que

⁸⁶ Entrevista concedida em 30/07/2018.

Alguns países europeus já viveram esse momento, e alguns deles dolorosamente capitularam por razões várias, diante do desafio, e o resultado tem sido o mais sombrio o desalentador possível. Ao se fecharem as nossas escolas nesses países, começou a extinção da Igreja (R. A., 1972, p. 24).

A respeito das condições em que a educação adventista se encontrava e da necessidade de enfrentamento da crise no setor, em 1972 Roberto Azevedo⁸⁷, assessor de educação na Associação⁸⁸ Paulista (AP) e professor no Instituto Adventista de Ensino (IAE), fazendo parte daqueles que encabeçam estratégias para reerguimento da educação adventista, escreve um artigo para a Revista Adventista no qual demonstra de forma clara a real situação. Sob o título de “*A Obra Mais Importante*” o artigo trazia as seguintes informações:

Estamos na pátria da mocidade. Cerca de 55% da população brasileira tem menos de 20 anos de idade. [...]

Nossa euforia se transforma em preocupação quando pensamos nos 170 mil membros da Escola Sabatina. No mínimo 40% deles estão em idade escolar (do fundamental ao superior). Isto significa que devemos ter escolas para cerca de 68 mil jovens e juvenis. Temos em mãos um volume de dados que atestam o nosso descuido pela educação adventista no Brasil [...]

Ocupamos o segundo lugar em número de membros, mas o quinto entre os países que possuem instituições educacionais adventistas.

O Brasil conta com 8% da população [mundial de] adventista, mas com apenas 2% de instituições educacionais adventistas.

Por incrível que pareça, na União que mais tem crescido em número de membros, não fundamos nenhum colégio nos últimos 22 anos [...]

Na maior Associação do Brasil (e talvez do mundo), a Paulista, em 1941 havia 30% de alunos na escola primária (em relação ao número de membros) e, em 1971, apenas 6%. (R.A. , p. 1972, p. 12-13)

Destaca-se que, apesar de o sistema educacional adventista, da forma como estava estruturado, se encontrar em situação desconfortável, em decorrência das exigências da Lei 5692/71, havia uma certa concordância e entusiasmo com o teor geral dessa lei. Floriano Santos reconhece que os princípios dessa lei estão em consonância com a filosofia educacional adventista, a busca pela excelência no ensino. Lamentou, reconhecendo que a própria

⁸⁷ Segundo Stencel (2006, p. 168), “Nesta época entra em cena, um personagem importante quanto à análise e estabelecimento de estratégias que tinham como propósito auxiliar e nortear os primeiros esboços dos processos de planejamento e planificação universitária dentro da IASD, trata-se do Prof. Roberto César de Azevedo. Como professor de Biologia do Ensino Médio do IAE, Azevedo sempre se interessou por temas ligados ao desenvolvimento global da educação adventista no Brasil. Sendo assim, com frequência, buscava investigar, tabular pesquisas e efetuar projeções quanto às tendências e rumos da educação adventista no território brasileiro”.

⁸⁸ **Associação** é a unidade administrativa da organização adventista responsável pelas igrejas e escolas de uma determinada área ou unidade federativa. A abrangência de uma Associação depende do número de membros e instituições na região. Em estados como o de São Paulo há diversas Associações: a Associação Paulista Oeste, por exemplo, abrange grande parte do oeste do estado, enquanto na capital existem a Associação Paulistana, responsável pelo centro da cidade de São Paulo; a Paulista Leste, zona leste de São Paulo etc. A Associação Nordeste, outro exemplo, até poucos anos, abrangia vários estados da região Nordeste.

instituição havia se desviado dessa filosofia e, agora, por força de lei, precisava voltar aos seus princípios. (R.A. , 1972, p. 24)

Basicamente é esse também o teor das afirmações de Renato Emir Oberg, líder no setor de Educação da IASD para as regiões Nordeste e parte do Sudeste, quando, em entrevista à *Revista Adventista* (1972), declara que

A reforma do ensino no Brasil, que empresta um vigor todo especial à formação profissional do estudante já no fim do curso médio, está sendo recebida com grande entusiasmo pela família adventista: por toda parte corre um desejo de acompanhá-la, e os primeiros resultados já estão sendo notados. Aliás, há mais de meio século já a Sra. White chamava a atenção para esta necessidade, e hoje são os próprios responsáveis pelo ensino brasileiro que a compreendem. (R.A. , 1972, p. 12).

Segue relatando a inauguração de escolas que atendem aos requisitos da nova lei em Belo Horizonte, Recife e Vitória. Em Aracaju e Salvador, escolas estão “quase” prontas. Uma escola agropastoril está sendo planejada na regional da Bahia.

No exemplar de fevereiro de 1973, a mesma revista noticiou que o Instituto Adventista do Paraná (IAP) recebeu visita de inspetores da Secretaria de Educação e do estado.

Há duas semanas estiveram aqui três inspetores da Secretaria da Educação e Cultura do Paraná que ao concluir seu trabalho, após uma inspeção rigorosa em toda a escola, afirmaram que o IAP possui todas as condições para a implantação da Reforma do Ensino, tendo para tal até além do necessário. (...) O Serviço de Orientação Educacional, agora, obrigatoriamente exigido pela Lei 5.692, já há anos funciona nesta escola com orientador especializado (RA, 1973, p. 28).

No Rio de Janeiro, o Instituto Petropolitano de Ensino, hoje Instituto Petropolitano Adventista de Ensino, em 1972, adaptava-se aos parâmetros da nova *Lei de Diretrizes e Bases*. Na *Revista Adventista* de agosto de 1972, era anunciado seu sucesso quanto ao número de matrículas, bolsas de estudo e do aspecto legal dos cursos.

O Instituto Petropolitano de Ensino alcançou este ano um número recorde em sua história — mais de trezentos alunos se matricularam nos diversos cursos do hoje chamado ensino fundamental, [...] o IPE logo estará funcionando plenamente dentro da reforma do ensino como preconizada pelo Governo, [...] todos os 15 professores que trabalham na instituição possuem formação universitária (R.A. , 1972).

Em artigo da *Revista Adventista* datado de janeiro de 1977, o professor Renato Gross escreve algo que bem retrata a reviravolta que a educação adventista deu. Referindo-se

especificamente à Associação Paranaense (circunscrição administrativa da IASD no estado do Paraná) relata as condições em que se encontrava a educação adventista em todo o território nacional. Continua argumentando que a *Lei 5692/71* estabeleceu condições que obrigava a todo o sistema educacional adventista a se envolver em mudanças e adequações.

Quando, a 11 de agosto de 1971, o Presidente Emílio G. Médici sancionou a Lei n. 5.692, fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus em todo território nacional, a Igreja Adventista viu-se diante de um enorme desafio. Com escolas pequenas e acanhadas, em sua maioria nos fundos e porões de Igrejas, mal equipadas, com elemento humano em bom número sem habilitação legal, os membros desconcientizados do valor de nossa educação — diante deste panorama, como vencer o desafio que a mencionada lei apresentara? Como adaptar-se à nova realidade educacional brasileira? (R.A., 1977, jan. p. 35).

Após atitudes apresentar propostas e soluções concretas, o articulista faz um comparativo da situação das escolas adventistas no Paraná no momento anterior (1971) e ao momento em que se encontrava (1976), situação também sentida em outros estados brasileiros:

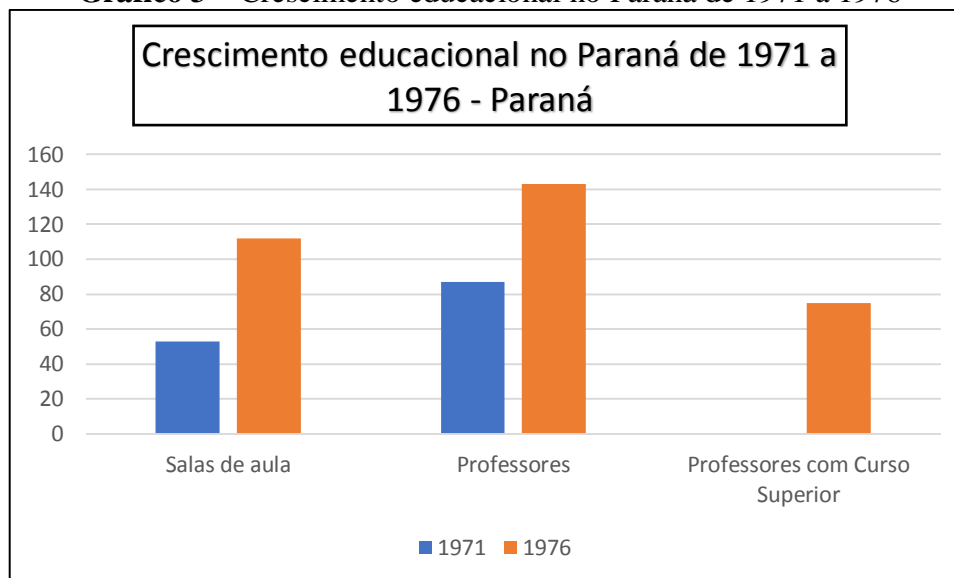
Assim foi em todo o Brasil. Assim foi e está sendo na Associação Paranaense. Vendo nosso sistema educacional neste 1976, não o podemos mais comparar com o daquele não tão longínquo 1971. Nestes 5 anos foram vencidas décadas de atraso no setor educacional! Graças a Deus, a Igreja soube estar à altura desta Reforma de Ensino!

[...] onde antes tínhamos uma escola, de uma sala, nos fundos da igreja, com 30 alunos, temos hoje majestoso prédio de dois pisos com mais de 10 salas, onde estudam umas 300 crianças e juvenis, até a 8ª série!

Nesta Associação as coisas marcharam assim:

- Salas de aulas em 1971: 53 salas
- Em 1976: — 112 salas de aulas (+ 115%)
- Professores: em 1971 — 87 professores
- Professores: em 1976 — 143 professores (+ 64,5%)
- Professores com Curso Superior: em 1971 — zero
- em 1976 — 75 professores (RA, 1977, jan. p. 35).

O gráfico a seguir identifica com maior clareza os dados apontados.

Gráfico 3 – Crescimento educacional no Paraná de 1971 a 1976

Fonte: RA, 1977, jan. p.35 (elaborado pela autora)

No ano de 1977, na edição de agosto deste ano, a *Revista Adventista* publica o seguinte artigo:

Conselho Regional de Educação [da igreja adventista] reúne-se em Brasília, sob a presidência do Pastor Nevil Gorski, diretor do Departamento de Educação da Divisão Sul-Americana. Foi realizada em Brasília, DF, na sede da Divisão, a reunião do Conselho Regional de Educação. Discutindo importante temário, o Conselho, constituído de departamentais de educação de vários campos brasileiros e de administradores, elaborou planos de desenvolvimento na área da educação para que nossa igreja possa avançar ainda mais, de acordo com suas possibilidades, oferecendo às nossas crianças e aos jovens, escolas e colégios dentro dos altos padrões de ensino que os escritos do Espírito de Profecia⁸⁹ estabelecem e também de acordo com as normas legais estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura. (RA, 1977, ago., p. 22).

A partir dessas iniciativas, a educação adventista passa por franco crescimento nas décadas que se seguem. O quadro abaixo mostra a situação da rede no período de 1970 até 2000. O que se nota, de antemão, é que o crescimento do número de escolas parece ser menor do que o número de alunos, mas, ao observar a média de alunos por escolas, percebe-se que o tamanho das escolas aumentou. Em 1970 cada escola tinha em média 57,29 alunos. Em 2000 essa média vai para 231,87, o quádruplo. Enquanto o número de escolas cresceu 30%, a capacidade de absorver alunos cresceu 400%.

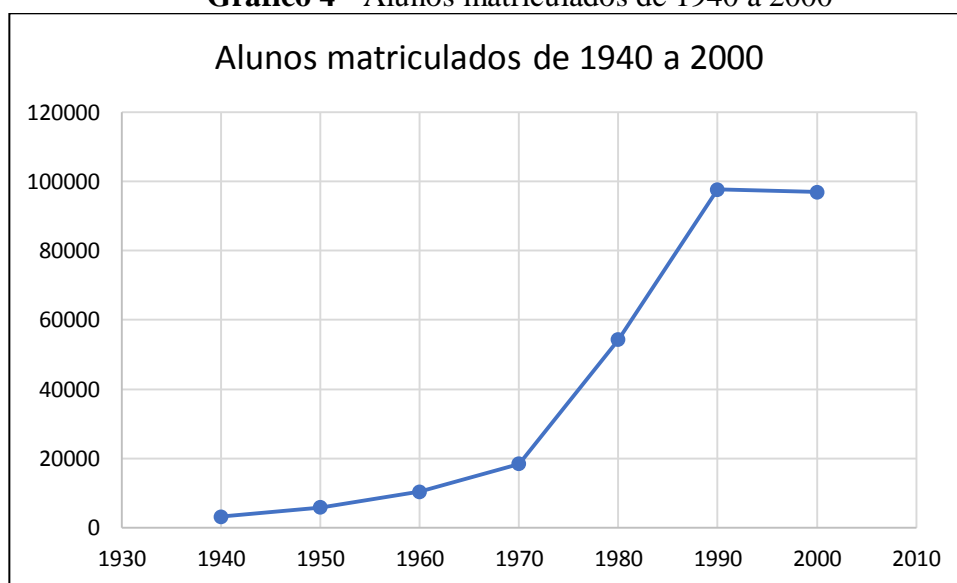
⁸⁹ Esta expressão “escritos do Espírito de Profecia” é uma referência usual dos adventistas para se referirem aos escritos de Ellen G. White.

Quadro 3 – Crescimento de alunos e escolas 1970-2000

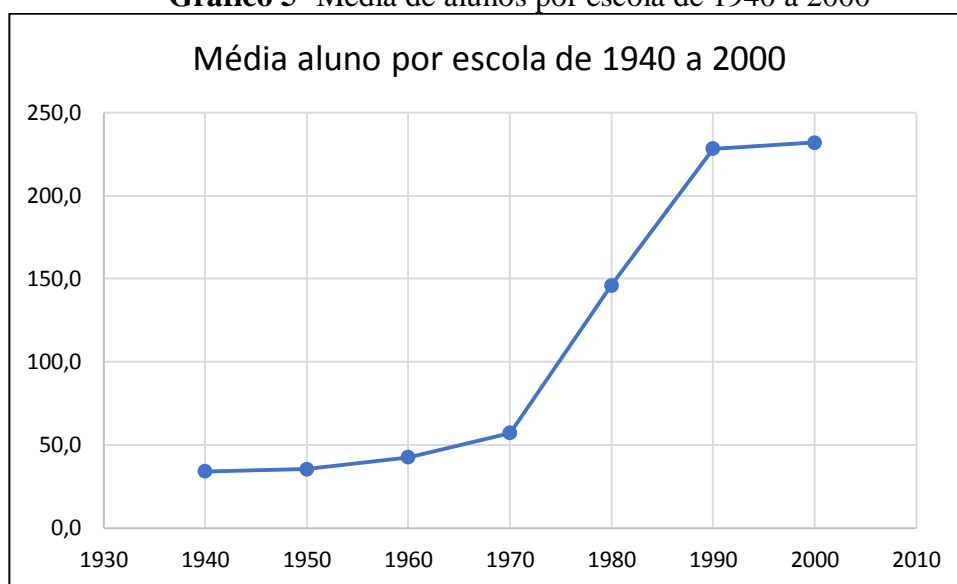
	Alunos matriculados	Escolas e Colégios	Média aluno/escola
1970	18392	321	57,29
1980	54312	372	146
1990	97686	428	228,23
2000	96923	418	231,87

Fonte: Boletim de Informações Departamento de Educação União Central Brasileira.
Ano XV – n. 57 – outubro/novembro de 2001

Unindo as informações constantes do Quadro 2 e do Quadro 3, elaborei os seguintes gráficos:

Gráfico 4 - Alunos matriculados de 1940 a 2000

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 5- Média de alunos por escola de 1940 a 2000

Fonte: Elaborado pela autora

3.4. A relação dos primeiros alunos da FAED com a rede adventista de ensino.

O Jornal da FAED, ano 5, n.10 de 1978 traz em sua capa uma frase que chama atenção para a compreensão do perfil dos primeiros alunos da FAED. “Realmente, como não podia deixar de ser, a maioria dos alunos que vieram estudar na FAED era composta de professores nas várias escolas da Associação Paulista Leste da IASD, e demais Associações na cidade de São Paulo”.

Figura 16- Jornal da FAED, Ano5, n. 10.

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Consta também nesse periódico uma pequena biografia de cada formando da turma de 1978, elaborada pelo diretor da FAED, prof. Orlando R. Ritter, nas quais se vê a relação dos alunos com as escolas adventistas (grifo meu).

1. CECILIA MARIA PORTO BAESSO. É natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 23-11-56. Batizou-se em 1966 e cursou o ginásio e o curso normal no IPAE, onde lecionou Português e Religião para o primário. Desde 1975 é aluna da FAED, tendo desde então lecionado na Escola Adventista de Cidade Dutra e na de Campo Limpo.
2. CÉLIA REGINA DE SOUZA, nasceu em 11-6-53 em Guaianazes, S. Paulo. (...). Lecionou na Escola Adventista do Brooklin (76), e na de Santo Amaro (77). Atualmente leciona de novo na Escola Adventista Germano Ritter, Brooklin. Deseja bastante trabalhar em algum colégio adventista.
3. DALVA AMÉLIA DA COSTA MENEZES. Nasceu em Colatina, ES, (...). Estudou na Escola Adventista de Colatina, (...) formou-se em Contabilidade no IAE, onde trabalhou na Tesouraria e depois na Superbom. Trabalha no departamento de Educação da Associação Paulista Leste e pretende dedicar-se ao magistério.
4. DULCELENITA MARIA NUNES DE OLIVEIRA. É de João Pessoa, (...). No IAE sempre trabalhou como aluna bolsista, e concluindo seu curso na FAED pretende trabalhar na obra educacional Adventista.
5. FELIX RIGOBERTO GAETE TORO. Natural de Roncagua, Chile (...). Atualmente é tesoureiro e professor de Educação Religiosa na Escola Adventista da Alvorada.
6. LINDA LESLI BRAUN. Nasceu (...) de Teófilo Otoni, Minas Gerais. (...). Iniciou seus estudos em 1961 na Escola Adventista desta cidade. (...). Terminado o 2.º grau, veio para cursar a FAED em 1975. Pretende trabalhar na obra como sempre almejou.
7. MARCIA PINTO LIMA. De Belo Horizonte, MG. As primeiras séries foram cursadas em escolas estaduais. A 7ª e a 8ª, e o 2º grau, na área de magistério, no IPAE, onde se formou em 1972. É pianista e tem como ideal dedicar-se à causa adventista.
8. MARIA JOSÉ NERIS. Natural de Centenário do Sul (PR(...)). Durante o tempo em que estudou [na FAED] foi professora e diretora da Escola de 1.º Grau Adventista de Valo Velho - SP. Tem como alvo "educar para Cristo" e continuar como professora na obra Adventista.
9. NASCIREMA AMARAL MACHADO. É natural de São José do Norte, RS (...). Sua formação de 1.º e 2.º graus foi obtida em escolas adventistas, inclusive no IACS e ENA. (...) Sua formação superior foi confiada à FAED.
10. NEIDE MACEDO SANTOS, de Campo Mourão, PR (...) optando pela área de Magistério na sua formação de 2.º grau. Em 1975 ingressou na FAED, e lecionou na escola de 1.º grau do IAE durante 3 anos. Após sua formatura na FAED pretende continuar os estudos.
11. NEMISA CAMARA DE LEMOS. Natural de Manaus, AM. (...). Estudou na Escola Adventista de Manaus e posteriormente no ENA, onde concluiu o curso Científico. (...) desde 1975 estuda no IAE. Já trabalhou na Superbom e na Biblioteca e participou do projeto Prisma no Instituto Adventista Agroindustrial da Transamazônica.
12. NILCE SILVA BRANDAO. É natural de Itararé, SP, (...). Veio ao IAE em 1969 onde, a nível de 2.0 grau, concluiu o Magistério em 1974. Desde 1975 frequenta a FAED e leciona na Escola de 1.º grau do IAE. É casada com Arlindo do Carmo Brandão, também formando FAT (...) e o ideal de ambos é trabalhar na causa de Deus.
13. NILZA ALVES MONTEIRO. De Aimorés, Minas Gerais (...). Estudou na Escola Adventista de Baixo Guandu – ES (...). Atualmente é diretora e professora da Escola Adventista de 1.º Grau de Jardim Lilah, e formada, pretende dedicar-se à obra educacional Adventista, se possível, como orientadora ou supervisora pedagógica.
14. OSWALDO REIS DE AZEVEDO. Nasceu em 4-3-35 em Santo Amaro, São Paulo. (...). Em 1974 concluiu o Técnico em Contabilidade e ingressou na FAED no ano seguinte. No IAE foi

- tratorista, administrador de fazenda, professor de técnica agrícola e no momento atua como auxiliar de administração na Escola de 1.º grau [do IAE].
15. SCHIRLEY STORCH DUTRA. É de Colatina. Nasceu em 7-12-57. Grande parte de sua formação de 1º e 2º graus foi obtida em escolas adventistas, inclusive no EDESSA e ENA. Foi batizada em 1967 e tem exercido na igreja os cargos de pianista, secretária dos M.V. e diretora musical. Desde 1975 estuda na FAED.
 16. SUELY LEONILDA SEEMUND. Natural de Xaxim, SC. (...) pretende continuar os estudos, mesmo ligada à obra educacional adventista como professora.
 17. WILMA MARTINS DE FARIAS. Natural de Três Rios, RS, onde nasceu em 29-4-52. Coursou o 1.º e 2.º graus em sua cidade natal, formando-se na área de Magistério em 1973. (...) em 1975 chegou ao IAE para cursar Pedagogia. (...) foi professora na Escola de Santo Eduardo e atualmente exerce a função de monitora do 2º grau nesta Instituição. (...) pretende dedicar-se à educação Adventista.

3.4.1. Origem dos alunos e destino dos egressos

Algumas informações importantes foram obtidas a respeito da origem dos alunos e alunas que vieram estudar na FAED, treze deles são outros estados brasileiros que não São Paulo e um de fora do Brasil.

Quadro 4 - Origem dos alunos da FAED - Jornal da FAED 1978

UF	Alunos	Percentual
AM	1	5,7
SC	1	5,7
PB	1	5,7
ES	2	11
RS	2	11
MG	3	17
PR	3	17
SP	3	17
CHILE	1	5,7
Total	17	100

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC (elaborado pela autora)

Desses, dez estudaram em escolas adventistas em sua formação básica. Como dito no início do periódico, a maioria já trabalhava em escolas adventistas em bairros distintos da cidade de São Paulo. Quanto aos planos para o futuro, oito declaram pretender continuar

trabalhando em escolas adventistas, uma pretende continuar os estudos e, quanto aos demais, não há informação.

No mesmo periódico, no exemplar do primeiro semestre de 1979, na página 6, há um artigo sobre os graduandos deste ano. "Em 1979, o número de graduandos da Faculdade Adventista de Educação, subiu para 28 contra 17 do ano passado". Logo em seguida, o articulista insere pequena biografia de cada um dos formandos nos mesmos moldes do citado anteriormente. O que se registra é idêntico: alunos provenientes de diversas unidades federativas, cuja maioria já estudou em escolas adventistas, já está trabalhando em escolas adventistas e pretende continuar suas atividades profissionais no sistema educacional adventista. São várias frases como "Seu ideal é trabalhar no Sistema Educacional Adventista", "(...) embora pretenda cursar Belas Artes depois de formada, quer dedicar-se ao magistério adventista".

Extraíndo as mesmas informações do *Livro de Matrículas* do ano de 1979, obtém-se dados semelhantes para os quais a análise tem o mesmo resultado básico: São Paulo com maior incidência (entre 20 e 30%) e outros 11 estados representados.

Quadro 5- Origem dos alunos da FAED – Livro de matrículas 1979

UF	Alunos	Percentual
MA	1	3
PE	1	3
GO	1	3
MT	1	3
RJ	1	3
ES	2	6
PR	3	9
RS	3	9
SC	3	9
BA	4	12
MG	6	18
SP	7	21
Total	33	100

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC (elaborado pela autora)

Em sua dissertação de mestrado, Klein (2008) analisa a origem dos alunos da turma de 1994 e, por meio de um questionário, compõe um quadro com dados que são, em suma, semelhantes aos expostos acima, considerada a proporção. Respondendo à questão “De que estado veio para o UNASP (nome atual do antigo IAE/FAED)?” obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 6- Origem dos alunos da FAED turma de 1994

UF	Alunos	Percentual
RR	1	3
PA	1	3
MT	1	3
MS	1	3
RJ	1	3
DF	2	6
BA	2	6
PR	2	6
RS	2	6
ES	4	12
GO	5	15
SP	11	32
Total	34	100

Fonte: Klein (2001)

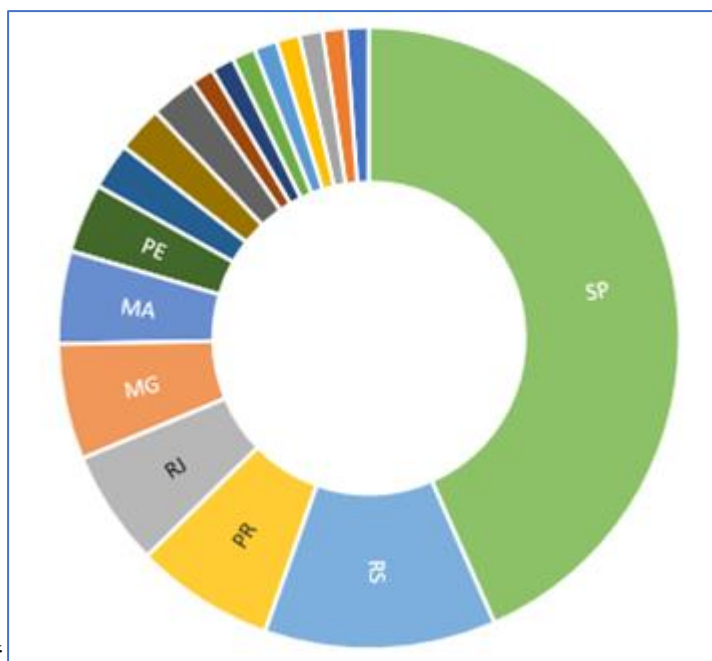
Muito embora haja maior incidência de alunos provenientes do estado de São Paulo, com 32%, a representatividade nacional é ampla pois os outros 68%, ou 23 alunos, vieram de 12 outras unidades federativas.

Com o intuito de melhor compreender o perfil de alunos egressos da FAED, além de perceber a contribuição que essa Faculdade pôde exercer ao longo dos seus 27 anos de funcionamento, elaborei um questionário, o qual foi disponibilizado pela *internet*⁹⁰, enviado individualmente por *e-mail* aos ex-alunos/alunas da FAED, os quais foram localizados por meio de contatos diretos com ex-faedeanos e por meio das redes sociais. Até o momento de encerramento deste texto, foram recebidas 83 participações. São ex-alunos e ex-alunas que se

⁹⁰ Disponível em: <http://goo.gl/forms/fxVhkRcqAHT33HMb>

formaram entre os anos de 1977 até 1999, que, em sua maioria, professavam a religião adventista na época do curso. Quanto à unidade federativa de origem temos os seguintes resultados: a maioria de São Paulo (43%) e os demais distribuídos por 17 outras unidades federativas.

Gráfico 6- Origem dos alunos da FAED – Pesquisa da autora



Fonte: Pesquisa realizada pela autora – 2018 (<https://goo.gl/forms/uJ1xIux4XOFeyzg12>)

Quadro 7- Origem dos alunos – pesquisa da autora

UF de origem	Quantidade	Percentual
BA	1	1
DF	1	1
MS	1	1
MT	1	1
PA	1	1
RR	1	1
SC	1	1
SE	1	1
ES	2	2
GO	2	2
RO	2	2
PE	3	4
MA	4	5
MG	5	6
RJ	5	6
PR	6	7
RS	10	12
SP	36	43
Total	83	100

Fonte: Pesquisa realizada pela autora – 2018

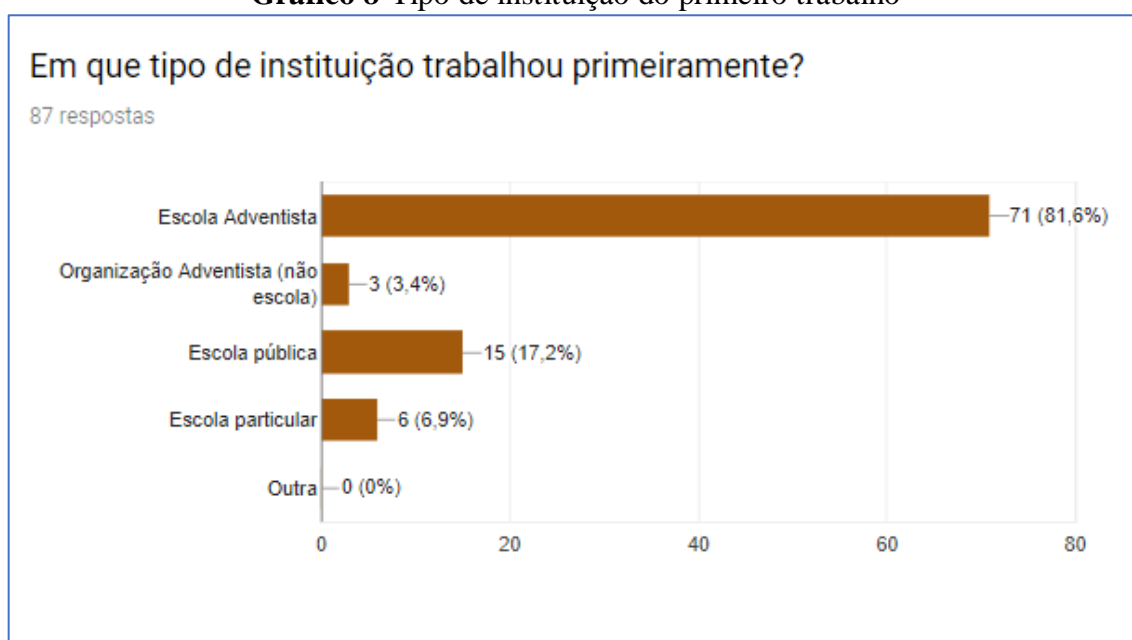
Essa pesquisa mostrou outro aspecto importante: a rápida absorção da mão de obra dos recém-formados professores da FAED pela rede adventista de educação. Ao responderem à pergunta “Quanto tempo levou até o primeiro trabalho na área educacional?”, 85,1% responderam que foi de imediato e outros 7% dentro de 1 ano, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7- Intervalo entre graduação e primeiro trabalho

Fonte: Pesquisa realizada pela autora – 2018 (<https://goo.gl/forms/uJ1xLux4XQFeyzg12>)

Diante da constatação dessa rápida colocação dos egressos da FAED no mercado de trabalho, busquei associar essa informação com a pergunta seguinte do questionário: “Em que tipo de instituição trabalhou inicialmente?”. O resultado foi que 81,6% foram absorvidos por escolas adventistas e outros 3,4% na organização adventista (não escola) perfazendo um total de 85% contra os demais tipos de instituições.

Gráfico 8-Tipo de instituição do primeiro trabalho



Fonte: Pesquisa realizada pela autora – 2018 (<https://goo.gl/forms/uJ1xLux4XQFeyz12>)

Nota-se que a contribuição da FAED para a rede educacional adventista é bastante significativa, assim como para as escolas públicas em geral, uma vez que fica evidenciada por esse emprego imediato da mão de obra especializada, conforme demonstrado nos resultados da pesquisa por meio dos questionários e dos gráficos apresentados.

Como o objetivo principal da FAED era formar os quadros das escolas da Rede Adventista, ao final do curso algo singular acontecia. Como informou a Prof^a Cleide, aluna da turma de 1978,

[...] a FAED recebia a visita dos Departamentais de Educação e Presidentes de Campos da IASD. Essas visitas tinham como objetivo conhecer os alunos formandos e convidá-los para trabalharem após a formatura nas escolas e associações da organização adventistas por eles dirigidas. A maior parte dos alunos após a formatura já possuía destino certo de trabalho.



Os Presidentes de Campos tinham como objetivo principal conhecer os formandos do teológico, os pastores, e suas respectivas noivas ou esposas (que geralmente eram alunas da FAED), para então convidá-los para o trabalho. A

partir da década de 80, com o aumento do número de alunos da FAED e do SALT, em vez dos Departamentais e Presidentes de Campos compareceram ao campus do UNASP, era preparado um livro com as fotos e informações dos alunos formandos. As informações consistiam em campo de origem (Associação da IASD que pertence), nome, idade, estado civil, ideal de trabalho, habilitações e um breve currículo da (o) aluna(o) e do respectivo cônjuge ou noivo (a). Este material era enviado para os dirigentes da organização adventistas em todo o Brasil, geralmente no final de outubro. Antes mesmo da formatura em dezembro, muitos alunos já haviam recebido o “chamado” para o trabalho em uma das escolas da Rede.

Juntamente com o diploma o aluno egresso recebia uma Carta de Recomendação que deveria ser entregue com sua documentação ao diretor da escola na qual trabalharia. Esta carta apresentava comentários sobre seu desempenho acadêmico e postura cristã, assinada pela coordenadora do curso de Pedagogia (KLEIN, 2008, p. 67-68).

Figura 17 – Nominata 1991 – p. 35

1. UNIÃO SUL BRASILEIRA

1.1. FEDERAÇÃO SUL RIOGRANDENSE		1.4. ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE	
30. Gisllaine Fortes de Oliveira	Pág 36	27. Almir Benedito Brandão	Pág 37
31. Márcia de Souza Lopes	Pág 36	21. Delma Marquart	Pág 37
1.2. FEDERAÇÃO CATARINENSE		19. Elair Voos	Pág 37
28. Ellen Roldan Felau	Pág 36	24. Eliezer Batista Xavier	Pág 37
29. Suzana Monteiro Chagas	Pág 36	26. Elvira Luiza Lopes de Souza	Pág 38
1.3. ASSOCIAÇÃO SUL-PARANAENSE		20. Janine Guilben Bacelar	Pág 38
22. Noemi Luísa Gomes Ferreira	Pág 37	25. Valdete Ferreira de Almeida	Pág 38
23. Selma Regina Pereira	Pág 37	18. Wanyse Feldkircher Paiva	Pág 37

FAEd - 35 - *Nomina 9*

Fonte: Arquivo permanente UNASP-EC

Figura 18- Nominata 1991 – p. 44

Líder de Desbravadores Professora de Juvenis Magistério	Auxiliar J.A. Auxiliar de Tesouraria Secretária de Escola Sabatina Professora Departamentos Infantis Magistério
IDEAL DE TRABALHO Supervisão Direção Professora	COLPORTAGEM 2 férias
2.1.22. SILMARA MAGALI DOS SANTOS (1.2.5) 23 anos - solteira	IDEAL DE TRABALHO Direção Orientação Professora
CURRÍCULO Corista Auxiliar J.A. Secretária da Igreja Secretária da Escola Sabatina Magistério	2.2.2. FILOMENA CONCEIÇÃO DE SOUZA (1.2.3.5) 24 anos - solteira
IDEAL DE TRABALHO Orientação Professora Direção	CURRÍCULO Secretária da Igreja Professora dos Primários Secretária da Escola Sabatina Científico Curso Básico em Computação
2.1.23. VALDENICE RAMOS MARTINS (1.2.3.5) 25 anos - solteira	COLPORTAGEM 2 férias
CURRÍCULO Diretora J.A. Secretária da Igreja Secretária das Dorcas Diretora de Escola Sabatina Enfermeira dos Desbravadores Professora de Escola Sabatina Infantis Magistério	IDEAL DE TRABALHO Orientação Professora Direção
COLPORTAGEM 2 férias	2.2.3. JUSSARA APARECIDA TEIXEIRA (1.2.3.4) 24 anos - solteira
IDEAL DE TRABALHO Professora Orientação Direção	CURRÍCULO Corista Vice-Diretora J.A. Professora dos Primários Professora dos Juvenis Professora de Escola Sabatina Magistério
2.2 FEDERAÇÃO PAULISTA LESTE	COLPORTAGEM 19 férias
2.2.1. ELEN GARCIA MUDO (1.2.3.5) 26 anos - solteira	IDEAL DE TRABALHO Professora Preceptoria Supervisora Direção
CURRÍCULO Corista Pianista	
<i>Nomina 91</i>	<i>- 44 -</i>
	<i>FAEd</i>

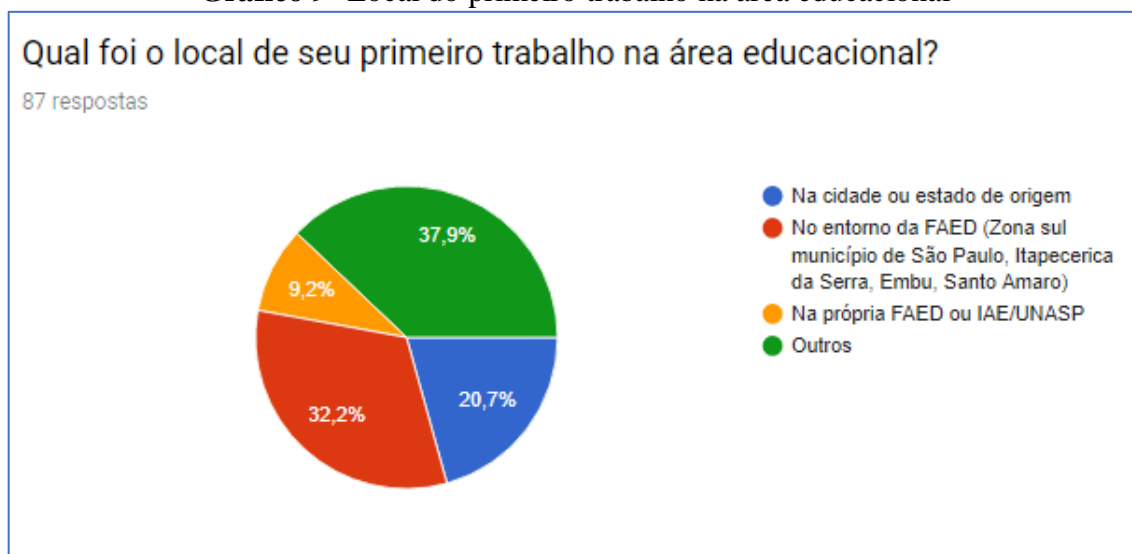
Fonte: Arquivo permanente UNASP-EC

Mas houve uma outra contribuição que ficou evidente na pesquisa realizada: o entorno da Faculdade absorve também uma boa parte desses novos educadores. Nas informações quanto à origem dos alunos da FAED vimos que cerca de 60% a 65% vinham de outras unidades federativas, no entanto buscamos localizar também o destino desses novos pedagogos. Ao responder à pergunta quanto ao primeiro local de trabalho após a formatura na FAED, apenas 20,7% retornaram à unidade federativa de origem. Mas 32,2% se estabeleceram no entorno da FAED, outros 37,9% foram trabalhar em locais diversos.

Se acrescentarmos ainda que, nos estágios, durante o curso, a participação efetiva dos estudantes se dá, principalmente, nas cidades e bairros circunvizinhos da FAED, concluimos que a contribuição dessa Faculdade não se deu apenas no fortalecimento das escolas do sistema educacional adventista por todo o Brasil, mas que teve uma efetiva contribuição no território próximo a sua localização, ou seja, o bairro do Capão Redondo e outros bairros vizinhos como Jardim Irene, Jardim Ângela, Jardim Lilah, Valo Velho, Santo Amaro, e cidades próximas como Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Na realidade a própria FAED, como também o IAE, terminam recebendo uma contribuição também relevante pois alguns formandos que haviam se destacado nos estudos terminavam por serem contratados e permanecem trabalhando na FAED ou IAE. Foram 9,2% das 87 respostas que se enquadraram nessa situação.

Gráfico 9- Local do primeiro trabalho na área educacional

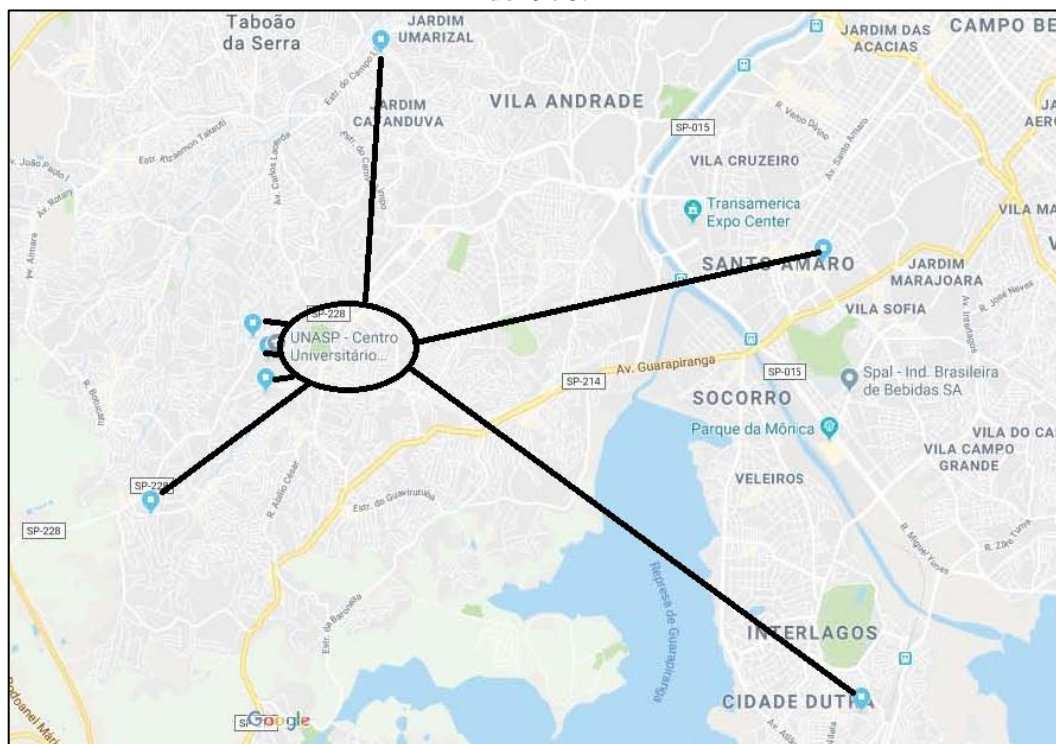


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em 2018 (<https://goo.gl/forms/uJ1xIux4XQFeyzg12>)

O Professor Orlando Ritter, ao ser entrevistado para esta pesquisa, relatou os casos de duas alunas que ele se recordava que, por seu desempenho e boa vontade, após formadas, passaram a trabalhar na própria instituição.

Com o objetivo de perceber se a contribuição da FAED no seu entorno pode ser considerada como relevante, busquei identificar em mapa da região as escolas que foram citadas pelos entrevistados como local de trabalho da turma de 1978, acima referida. Foi possível identificar sete escolas, as quais estão marcadas no mapa.

Figura 19- Mapa com localização das escolas onde trabalhavam alunos da FAED da turma de 1978.



Fonte: *Google maps*. (Elaborado pela autora).

3.5. O legado da FAED para a educação adventista

No artigo *FAED: Religião, Caráter e Educação*, escrito pelo professor Orlando Ritter, publicado no periódico *O Magistral*, ano 4, n.10, em dezembro de 1977, temos algumas afirmações a respeito do objetivo da FAED em sua formação de professores: “Capacitar professores que creiam nos princípios e objetivos educacionais da IASD para elevar a qualidade do sistema educacional adventista”.

Há estudos em andamento objetivando formar professores de Educação Religiosa para as escolas adventistas do primeiro grau e, quem sabe, do segundo.

Para o próximo ano pretende-se enriquecer os programas dos cursos de Administração Escolar de modo a permitir que os administradores escolares formados pela FAED estejam também capacitados para assumir secretarias e tesourarias de escolas adventistas do primeiro grau [...]

Além disso a FAED está capacitada a oferecer cursos de complementação pedagógica à portadores de diplomas de outros cursos superiores, especialmente à FAT e FAE, no âmbito do próprio IAE.

[...]

Finalmente outra grande possibilidade seriamente cogitada é a do oferecimento de cursos de graduação com licenciatura curta nas três áreas fundamentais do currículo da escola do 1º grau (Comunicação e Expressão, Ciências Físicas e Biológicas e Estudos Sociais), permitindo assim que praticamente possam ser formados pela FAED, administradores, professores e demais pessoal das escolas adventistas do 1º grau. Nesse dia certamente as 160 vagas atuais não serão demasiadas.

[...]

Somadas essas conseqüências com aulas oferecidas no período diurno e com estudos e pesquisas relativas ao Modelo Educacional Adventista a serem promovidos pelos professores dos vários departamentos da **FAED terá sido dado o grande passo para o estabelecimento definitivo da idoneidade e da maturidade do Sistema Educacional Adventista no Brasil, no qual à escola deverá estar reservado o honroso papel de ante-sala da cidadania celeste** (O MAGISTRAL, n. 10, *grifo meu*).

Em 1983 a mantenedora dá entrada junto ao CFE/MEC a um *Pedido de Reconhecimento de Escola ou Curso de Nível Superior* pleiteando o reconhecimento das habilitações de Orientação Educacional e Supervisão Escolar (Anexo 1). Documento não traz data completa senão apenas o ano do documento. Na segunda folha desse formulário de requerimento, no campo *Finalidades Declaradas Quando do Pedido de Autorização* consta uma declaração esclarecedora quanto aos objetivos da FAED:

- Suprir as necessidades de formação de professores dos Bairros e Cidades adjacentes a Escola.
- Ampliar o trabalho da Igreja Adventista do Sétimo Dia no ramo da Educação e preparar professores devidamente habilitados para a rede escolar adventista no âmbito nacional.

A FAED, portanto, surge em um momento estratégico e oportuno. Diante das circunstâncias, mostra-se como ferramenta importante na recuperação da qualidade do ensino da educação adventista ao formar os profissionais necessários para atender os requisitos da *Lei 5692/71*, consolidando a rede de ensino e a filosofia institucional.

Fica evidente que a contribuição da FAED para a educação adventista é de vital importância naquele período, anos 70 e 80, em que esse sistema enfrentava sérias dificuldades.

Tornou-se o celeiro de profissionais necessários para suprir a demanda criada pelas circunstâncias aqui descritas.

Com o passar dos anos, o que vai se constatar é que, muitos dos dirigentes do sistema educacional adventista que atuavam nas escolas como diretores, coordenadores, orientadores, além daqueles que atuavam diretamente nos escritórios da mantenedora como secretários, coordenadores e departamentais de educação, foram formados pela FAED. Dessa forma, Klein (2008) constata em suas pesquisas que a FAED atingiu os objetivos para qual foi criada: formar os professores e a liderança educacional da IASD de acordo com princípios filosóficos da instituição. “Nos seus 27 anos de história, a Faculdade Adventista de Educação já formou 1252 alunos, nos dois *campi* do Instituto Adventista de Ensino” (STENCEL, 2006, p. 167).

Portanto, por ora, chega-se à conclusão de que: a educação adventista chega aos anos 70 enfrentando muitas dificuldades para manter seu sistema educacional de pé. As suas escolas paroquiais, em sua grande maioria, não tinham prédios próprios, funcionavam nas dependências da própria igreja (salas anexas), e, em poucos casos, passavam de 2 salas de aula, onde uma professora normalista atendia até duas séries numa mesma sala.

A *Lei n. 5692/1971* cria novas condições para o funcionamento do ensino primário, evidenciando que as escolas Adventistas estavam longe de atender tais requisitos legais.

Decisões estratégicas são tomadas dentro da organização adventista com objetivo de melhorar as condições físicas e de pessoal dessas escolas adequando-as às exigências legais fazendo com que surja realmente uma rede de ensino e não apenas uma certa quantidade de escolas interligadas apenas pelo nome *Escola Adventista*.

Dentre essas estratégias ocorre a criação de um curso superior de educação com o fim de formar professores, orientadores, coordenadores e administradores para suprir as necessidades de pessoal da rede de ensino.

A grande maioria, quase totalidade dos alunos que chegam FAED tem relação direta com a igreja adventista. Quase todos eles professam a religião adventista, muitos são professores e funcionários de instituições educacionais adventistas, e depois de formados, quase todos são empregados em curto período de tempo na sua própria rede educacional ou nos setores administrativos da organização Adventista relacionados à educação.

A FAED cumpre, assim, o objetivo maior para o qual foi criada: formar profissionais de educação convictos da Filosofia Educacional Adventista, que professem a mesma fé, com o intuito de alavancar esse processo de reerguimento e consolidação do sistema educacional Adventista no Brasil.

CAPÍTULO 4

4. A CRIAÇÃO DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO - FAED

Neste capítulo tenho como objetivo apresentar de forma detalhada alguns elementos que considere significativos por retratarem o momento de criação e instalação da FAED. Devido à complexidade que uma análise ou mesmo descrição dessa natureza sugere, destacarei as informações relevantes obtidas por meio das entrevistas com os sujeitos que tiveram participação direta na instalação da FAED, buscando relacioná-las com os documentos institucionais e publicações pertinentes que envolvem a instituição adventista e seus atos.

A partir da necessidade de provimento de profissionais da educação para o sistema educacional adventista, de acordo com as exigências da *Lei 5692/71*, tornou-se imprescindível que a IASD envidasse esforços para a criação de uma escola de formação de professores em nível superior.

Em 1971 já se cogitava, dentro da organização adventista, a criação de uma Faculdade de Educação, conforme menciona em entrevista, Nevil Gorski, diretor do IAE entre os anos de 1966-1975.

Havia, naqueles dias, uma preocupação geral da obra com a preparação de professores com formação adventista para as nossas instituições [...] E começou-se a pensar, exatamente, em abrir uma Faculdade de Educação. Esse alvo se procurou fazer antecipando com a abertura de um curso de formação de professores de curta duração, ligado à Faculdade de Teologia, mas com fins educacionais e principalmente com matéria dos primeiros dois anos de uma Faculdade de Educação. Havia uma lei que dizia que aqueles que se formavam em instituições confessionais especialmente, e com duração de 2 anos, poderiam ter certas disciplinas consideradas como feitas, podendo aproveitá-las posteriormente em um curso específico. Realmente a Faculdade de Teologia concordou com o assunto. Foi votado e funcionou, não me lembro exatamente quanto tempo, mas houve pelo menos uma formatura de um grupo (GORSKI, 2018).

Em janeiro desse mesmo ano uma comissão formada por administradores locais e internacionais da organização adventista, fizeram uma visita de inspeção ao IAE (hoje UNASP-SP) com o intuito de avaliar se oferecia condições para abrigar uma Faculdade de Educação.

A *Revista Adventista* de fevereiro de 1971 noticiou a respeito dessa inspeção e sua conclusão.

Comissão de Inspeção. — Tendo em vista verificar a possibilidade da abertura de novos cursos, bem como traçar diretrizes gerais, estiveram conosco: Dr. C. B. Hirsch, da Associação Geral, R. A. Wilcox, A. J. Alva, E. Oliveira e D. L. Wood, da Divisão Sul-Americana, além de membros da UES, da UEB, da Associação Paulista e do IAE.

Foi aprovada e recomendada a abertura de uma Faculdade de Educação e de uma Faculdade de Administração (R.A. , 1971, p. 32).

Conforme mencionado, em 1971 e 1972, enquanto se estruturavam e se aguardavam os trâmites burocráticos para a instalação de um curso superior para formação de professores do ensino básico na instituição adventista, começou a funcionar um curso de formação para professores de ensino religioso, vinculado à Faculdade de Teologia (FAT)⁹¹, no entanto, como esse curso não tinha reconhecimento legal, a sua regularização não foi consentida. Alguns alunos e alunas chegaram a iniciar esse curso, mas tiveram que ser transferidos para conclusão dele em outras faculdades do entorno do IAE, como OSEC/UNISA.

A *Revista Adventista* de agosto de 1977, em artigo sobre a primeira turma a iniciar os estudos na Faculdade de Educação informa:

A primeira tentativa de estabelecer uma Faculdade de Educação foi feita no IAE, no ano de 1971, quando uma escola de educação superior foi iniciada em conjunto com a Faculdade de Teologia.

A Faculdade de Educação funcionou durante dois anos ligada à Faculdade Adventista de Teologia, quando então foi transformada oficialmente para a Faculdade Adventista de Educação. Alguns dos formandos iniciaram seus estudos no ano de 1971 e esperaram até que chegasse a oportunidade de terminá-los oficialmente (R.A. ,1971, p. 24).

De fato, o *Decreto-Lei 1051 de 21 de outubro de 1969* determinava que portadores e diplomas de cursos com duração mínima de dois anos oferecidos por Seminários de Teologia poderiam prestar exames das matérias cursadas em faculdades reconhecidas e obter a diplomação.

Art. 1º - Os portadores de diploma de cursos realizados, com a duração mínima de dois anos, em Seminários Maiores, Faculdade Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa, são autorizados a requerer e prestar exames, em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, das disciplinas que, constituindo parte do currículo de curso de licenciatura, tenham sido estudadas para a obtenção dos referidos diplomas.

⁹¹ A FAT foi a precursora dos estudos superiores em Teologia da IASD no território brasileiro, no entanto, inicialmente não configurasse uma universidade/instituição de ensino no sentido clássico. Posteriormente a FAT passou a ser denominada Seminário Adventista de Teologia (SALT). O SALT foi criado em 24 de junho de 1979, por voto da Comissão Diretiva da DSA, sob número 79-235, e seu estabelecimento foi ratificado pelo “Conselho Universitário” da Associação Geral da IASD – IASD, órgão que, depois da devida avaliação, concedeu sua primeira acreditação ao SALT em 1987. O reconhecimento do curso se deu por meio da Portaria nº 1867 de 14/07/2003 DOU 16/7/2003 e renovação de Reconhecimento: Portaria nº 263, de 16/11/2012, DOU de 20/11/2012. Informações disponíveis em: <<https://www.adventistas.org/pt/salt/sobre-nos/historia/>> Acesso em 30/06/2018.

Art. 2º Em caso de aprovação nos exames preliminares, de que trata o artigo anterior, os interessados poderão matricular-se na faculdade, desde que haja vaga, independentemente de concurso vestibular, para concluir o curso, nas demais disciplinas do respectivo currículo. (BRASIL, 1969)

Os alunos da FAT que fizeram esse “Curso de Preparação de Professores de Educação Religiosa”, começaram a solicitar da FAED, depois que ela obteve autorização de funcionamento, o aproveitamento dessas matérias nos termos do *Decreto-Lei* supracitado, se matriculando na Faculdade de Educação para cursar os dois últimos anos do curso.

No *Livro de Atas da FAED*, em ata de 06/10/1974, há o registro de um pedido desses. Jorge Walting, aluno da FAT, apresenta ofício à diretoria da FAED requerendo validação, na FAED, das disciplinas cursadas na FAT.

“A ideia quanto à criação da Faculdade Adventista de Pedagogia surgiu a partir da pessoa do Pr. Nevil Gorski”, (STENCEL, 2006, p. 166). Tão logo decidiu-se por sua implantação iniciou-se a corrida para a solicitação de aprovação junto ao CFE/MEC.

Informações importantes sobre o contexto imediato da criação da FAED foram localizadas por meio do documento intitulado no “*Pedido de Autorização de funcionamento de Curso*” (Anexo 1) no qual consta um documento, o sob o título de “*Anexo 2 - Condições do Meio e Necessidade do Curso Por Ocasão do Pedido de Autorização*”, datado de 21 de janeiro de 1971, o qual encontra-se em anexo a este texto (Anexo 2), e nos possibilita entender o contexto sócio-econômico da região em que seria implantada a FAED.

Inicialmente são citadas diversas informações quanto à localização onde seria inserida FAED. Referindo-se ao IAE, apresenta a sua localização em relação aos bairros e municípios vizinhos: localizado no bairro de Santo Amaro, município de São Paulo, na estrada de Itapequerica da Serra, a 9 km de Santo Amaro, 10 de Itapequerica da Serra e 25 da capital. Quanto a área que ocupa, são 60 alqueires, “onde predominam as melhores condições de salubridade e o necessário ambiente para o estudo e meditação”. Havia, na época, uma constante expansão dos bairros vizinhos da instituição. Além de Santo Amaro, outros bairros importantes de São Paulo estão próximos: Ibirapuera, Indianópolis, Butantã, Jabaquara, Capela do Socorro, Vila das Belezas, Ceci Madureira, Campo Limpo, Capão Redondo, Valo Velho, etc. Vê-se em toda a região crescimento demográfico, da vida econômica e política e intenso movimento comercial.

Localizado no sudoeste de São Paulo, tem como municípios vizinhos: “Itapequerica da Serra, a 10 km; Embu, a 12 km; Embu-Guaçu, a 13 quilômetros; Taboão da Serra, a 13 km”.

A população desses municípios e bairros, segundo estimativa Departamento de Estatísticas da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, “soma um total de 939.790 habitantes e é alvo de intenso movimento imigratório de outros estados da Federação Brasileira, o que faz com que a população esteja aumentando constantemente de forma acelerada. “A população escolar do Instituto Adventista de Ensino é constituída de alunos oriundos de toda essa região e especialmente de Santo Amaro” que, de município autônomo, passou a integrar no município de São Paulo como subprefeitura. Com uma área de 656.237 quilômetros quadrados e com um total de 163 vilas e povoados. O documento cita dados de periódico da época (“Guia Santo Amaro, 3ª Edição”, Editora Verbo Divino-Santo Amaro): 4200 firmas comerciais, 2096 indústrias, 31 agências bancárias, e, através da estrada de Ferro Sorocabana é ligado ao porto de Santos, levando diretamente às docas seus produtos exportáveis.

Segundo o documento, Santo Amaro conta com dois jornais diários e uma estação de radiodifusão. Seus tributos municipais, em 1970, chegaram a marca de Cr\$ 25.718.324,00. O valor da produção em 1968 foi de Cr\$ 875.669.220,00; o valor de vendas na mesma data, foi de Cr\$ 842.103.126,00.

Conforme dados coligidos nos órgãos públicos competentes, são estas as quantidades de unidades escolares no Bairro de Santo Amaro, em 1970:

- **Ensino primário**-122 escolas públicas e 85 particulares, com um efetivo de 71.321 alunos.
- **Ensino médio** - 25 escolas públicas e 21 particulares, com total de 15.780 alunos.
- **Ensino superior** - estabelecimentos de ensino.

Consta que há em todo o bairro de Santo Amaro apenas uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recentemente criada pela Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC) que mantém além de outras áreas uma sessão de Pedagogia.

Assim, continua a alegação, a Faculdade Adventista de Educação poderia suprir as necessidades de Santo Amaro como também, de outros bairros e dos municípios de Itapecerica da Serra, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu, “cidades que se encontram a pequena distância da escola e bastante distanciadas da capital”.

O sistema educacional adventista, em 1970, ainda segundo o documento citado, contava com uma rede da seguinte dimensão: ensino primário: 341 unidades escolares com total de 17.774 alunos; ensino médio: 22 unidades escolares de diversos ramos do ensino médio com total de 3.447 alunos matriculados no ano letivo de 1970.

Fecha-se o documento com a informação de que há forte interesse das comunidades vizinhas e que “os pedidos de reserva de matrícula para o curso de Pedagogia já excederam a casa dos 50 candidatos” (PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO, 1971). (*Anexo 1*).

Corroborando essas informações o professor Ritter (2018) declara que a escolha do IAE para a implantação da FAED se dava pela sua localização geográfica estratégica, uma vez que o colégio era considerado a maior instituição adventista do Brasil e nele já estavam funcionando os cursos de Teologia (FAT) e Enfermagem (FAE).

Mas é preciso perceber também o contexto amplo em que se dá o surgimento dessa escola. A FAED surge como uma das muitas estratégias para reerguer o sistema educacional adventista. Idealizado desde o início da década 1970, passava a ter maior importância nesse processo após o advento da *Lei n. 5692 de 1971* que exigia, como vimos, formação superior para os professores de 5ª a 8ª séries do 1º grau. Não apenas isso, mas também a formação de orientadores e outros profissionais da educação, considerados especialistas, necessários ao funcionamento de uma escola de acordo com os parâmetros determinados pela legislação, ou seja, diretores, supervisores, coordenadores e orientadores. Ao mesmo tempo em que se objetivava a formação de profissionais qualificados, que atendessem os requisitos legais, não se poderia perder de vista os ideais da filosofia institucional. Para a instituição era necessária a formação de professores com boa qualificação técnica profissional e comprometidos com os princípios educacionais e filosofia adventista.

Sobre a expectativa de autorização da Faculdade de Educação, na nota da *Revista Adventista* (R.A.) de Julho de 1971, temos ainda o seguinte: “A Faculdade de Educação do IAE deverá estar oficializada até o fim do presente ano, esperando-se o mesmo da Faculdade de Música” (R.A. , 1971, jul., p. 30).

Nos documentos internos da FAED, uma das s menções à autorização de funcionamento aparece em um Informe de 1972⁹². Datado de aproximadamente janeiro desse ano, pois se refere ao início das aulas em 07/02/1972, traz tópicos como início e horário das aulas, inscrições e matrículas, número de vagas (55), exames vestibulares, e a informação de que “Os papéis relativos à oficialização da Faculdade Adventista de Educação encontram-se em andamento e deverá sair no decorrer de 1972 uma vez que a comissão de inspeção já foi nomeada pelo MEC” (FAED/INFORME, 1972).

Assim, o referido Informe traz logo em seguida a informação de que

⁹² Anexo 3: Informe FAED 1972

Atualmente os que fizeram os dois primeiros anos receberão um diploma de Professor de Educação Religiosa fornecido pela Faculdade de Teologia e serão beneficiados com o Decreto-Lei 1051 (FAED/INFORME, 1972).

Neste mesmo informativo há o anúncio de que

(...) visto que o curso da Faculdade Adventista de Educação ainda não foi oficializado, o Instituto Adventista de Ensino sob os auspícios da **Faculdade de Teologia oferece um curso intitulado Curso de Formação de Professores de Educação Religiosa, cujo currículo será formado de todas as matérias do ciclo básico da Faculdade de Educação**, portanto os cursos serão idênticos. Este curso terá a duração de dois anos e uma vez concluído, mediante o diploma oferecido pela Faculdade de Teologia e de acordo com o **Decreto-Lei n. 1051 de 21 de outubro de 1969**, o candidato poderá ingressar na Faculdade de Educação, sem exame vestibular e recebendo o crédito das matérias feitas mediante a prestação de exames. A vantagem do curso de Educação Religiosa é que aqueles que concluírem o curso de formação de professores de Educação Religiosa estarão credenciados a lecionar Educação Religiosa em Escolas Adventistas de nível Fundamental (*SIC*) (*grifo meu*). (FAED/INFORME, 1972).

Vê-se aqui que a escola já *funcionava* antes de obter a autorização oficial, oferecendo matérias dos dois primeiros anos do curso de pedagogia dentro do curso de teologia com o intuito de “antecipar”, no dizer de Gorski, (2018), o início da formação de educadores dentro do Instituto Adventista de Ensino. Essas matérias seriam aproveitadas posteriormente, por força do *Decreto-Lei 1051/69*, quando da autorização e reconhecimento de uma Faculdade Adventista de Educação.

Durante o período de 1971 até 1973 a FAT oferecia então as matérias dos dois de primeiros anos da Faculdade de Pedagogia na forma de um curso de Professores de Educação Religiosa. Na *Revista Adventista* de Julho de 1971 (p.30) foi publicado o seguinte:

Curso de Preparação de Professôres de Educação Religiosa
Sob a direção do Dr. H. E. Walker, a Faculdade de Teologia está oferecendo a 64 alunos o curso de preparação de professores de Educação Religiosa. O currículo deste curso de 2 anos de duração é idêntico ao ciclo básico das Faculdades de Educação, com' acréscimo de Educação Religiosa. Pelo Decreto-Lei 1051 os portadores de diplomas dêste curso poderão Ingressar em Faculdades de Educação Oficiais, sem o exame vestibular, recebendo crédito das matérias feitas (AZEVEDO, 1971, p. 30).

Em entrevista, Roberto Azevedo, logo no início de sua fala, foi categórico e incisivo em afirmar que o governo havia concedido uma autorização inicial ou “promessa de autorização”, que era esse o procedimento normal, para logo depois, conceder a autorização plena. Diz ele que, sem motivo aparente, o órgão não deu a autorização no prazo combinado deixando a mantenedora em situação embaraçosa. O pedido de autorização de funcionamento foi feito em

1972, e protocolado no Conselho Federal de Educação formando o Processo de número 1.413/72.

Em 05/02/1973 foi publicada no Diário Oficial da União a *Documenta 147* com relatório da inspeção feita pelo MEC na Faculdade de Educação⁹³. Mas a conclusão da inspeção não era a esperada, ou seja, a plena aprovação da solicitação. Em relatório final, a decisão da comissão determinou que a escola cumprisse uma série de exigências para que pudesse ser concedida a autorização de funcionamento.

A Comissão nomeada pelo MEC era composta por dois professores da PUC do Rio de Janeiro: Danilo Martins de Lima e Creusa Capalbo. Datado de 10 de março de 1973, o relatório traz informações históricas, financeiras e estruturais (desde informações contábeis, estruturais, de biblioteca etc.), da mantenedora - o Instituto Adventista de Ensino. Declara, no item 4 do relatório, que o regimento da faculdade está constituído de 10 títulos, 23 capítulos, 136 artigos e que “[...] observa as disposições da legislação vigente e as normas emanadas do Conselho Federal de Educação”. Quanto ao corpo docente, traz, no item 6 do relatório, uma lista com os nomes e formação de quinze professores, bem como o parecer quanto à sua aceitação ou não. São eles: Advenir de Souza Lima (com documentos escolares de todos os seus estudos didáticos com os respectivos horários), Elda Rodrigues de Azevedo (aceita para a disciplina Princípios e métodos de orientação educacional), Gerson Pires de Araújo (aceito), Gideon de Oliveira (necessária comprovação de especialização), Hampton Eugene Walker (aceito), Hélio Ítalo Serafino (aceito), Iraci Castelo Cunha (títulos insuficientes), João Bork (necessária a apresentação de diploma de nível superior no qual figure e a disciplina para qual foi indicado), Lélia Morato de Azevedo (pode ser aceita para a prática de ensino nas escolas de primeiro e segundo graus), Maria do Carmo Pacheco Rabelo (aceita), Neander Calvin Hard (aceito), Nevil Gorski (aceito), Orlando Ruben Ritter (aceito), Pedro Apolinário (necessária comprovação de especialização na disciplina) e Valdemar Gröschel (aceito).

Enfim, no item oito temos o voto do relator:

O relator é de opinião que o processo baixe em diligência para que a mantenedora, dentro de 90 dias, cumpra as exigências abaixo formuladas:

1. Apresentar nova previsão orçamentária trienal do curso a serem instalados.
2. Substituir professores cujos títulos não foram aceitos e completar a documentação de outros.
3. O regimento deverá fixar em 160 o número total de matrículas iniciais anuais.

⁹³ Anexo 4: *Documenta 147* de 05/02/1973.

No Regimento e em todas as peças importantes do processo devem ser atualizadas as denominações dos cursos pretendidos, obedecendo a legislação específica vigente. (DOCUMENTA 147 de 05/02/1973).

A Câmara do Ensino Superior concordou com o voto do relator em uma sessão datada de 5 de fevereiro de 1973. As exigências foram cumpridas pela mantenedora e os documentos comprobatórios foram enviados à comissão que os aceita. No entanto, quanto aos professores apresentados, algumas ressalvas são feitas: a documentação do professor Pedro Apolinário é considerada inadequada. A FAED havia feito novas indicações de professores e a análise da comissão foi a seguinte: Belisário Marques de Andrade é indicado para lecionar as disciplinas Sociologia geral e Princípios e métodos de orientação educacional, sendo aceito; Fernanda Marson é indicada e aceita para lecionar de Língua portuguesa, aceita; Francisco das Chagas Valle é indicado e aceito para lecionar Biologia geral e Biologia educacional; José Ribeiro é indicado e aceito para lecionar Sociologia geral e para Estudo de problemas brasileiros, como coordenador; Maria Elisa Moura Pimenta é indicada e aceita para lecionar Filosofia geral; Mirtha Eva Pizarro é indicada e aceita para lecionar Técnicas de pesquisa e Técnicas de pesquisa em educação. Assim, conclui o relator, “Está completo o corpo docente uma vez que para a disciplina Língua portuguesa foi aprovada um dos professores apresentados”. (DOCUMENTA 147, 1973).

Em 05 de outubro de 1975 formou-se uma banca examinadora para apreciar mais cinco outros casos de exames de validação dos alunos que concluíram o curso de educação religiosa da Faculdade de Teologia. Compunha essa banca os professores: Belizário Marques Andrade, Maria do Carmo Rabello, Hampton Eugene Walker, Neander Harder e outros. (LIVRO DE ATAS, f. 9)

Figura 20- Ata de Reunião de 06/10/1974

H. Walker 6

Ata da 6ª Reunião de Congregação da Faculdade Adventista de Educação do Instituto Adventista de Brasília, realizada às 8 horas do dia 6 de outubro de 1974, na sala 8 do prédio Central do Instituto, com a presença dos seguintes professores: Diretor geral prof. Menil Gorski, Diretor da Faculdade Dr. Hampton Eugene Walker, Diretor Pastoral prof. Orlando Ritter, Secretário geral prof. Wandy P. Paiva, Prof. Jerson P. Paiva, Prof. Neander Harder, Helvia Costa Paiva, Prof. Noemi Gorski, Ausentes: Dr. Belisário Marques, Lucila S. Araujo.

O Diretor da Faculdade Adventista de Educação Dr. H. Walker, dando abertura à Reunião convidou o prof. Neander Harder para que pedisse as bênçãos de Deus.

Foi então apresentado o ofício do aluno Jorge Walting, requerendo validação na Faculdade Adventista de Educação, das disciplinas já cursadas através da Faculdade Adventista de Teologia e solicitando, caso seja aprovada matrícula na Faculdade Adventista de Educação.

A comissão apreciou o requerimento e baseado no decreto Lei 1.051/69 e Art. 52 do regimento interno, vetou submeter a exame de validação as disciplinas cursadas e solicitou aos Diretores de Departamentos que processassem os referidos exames no prazo de 10 dias.

Será lavrada a ata com os resultados obtidos. Tal decisão será baseada nos

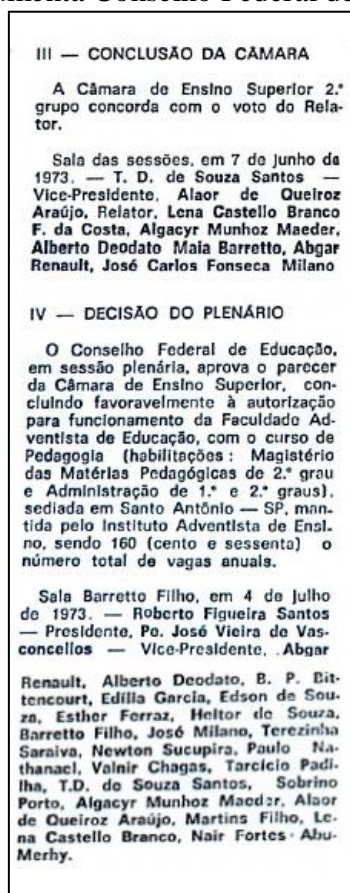
1.1 A autorização de funcionamento da FAED

Dessa forma, é emitido o Parecer de número 1058/73 CESu (2º grupo) aprovado em 04/07/1973, Processo 1413/72 CFE⁹⁴. O relator, conselheiro Alaor de Queiroz Araújo, em seu voto declara que:

[...] tendo sido cumpridas as exigências feitas, [do parecer 239/73] **o Conselho Federal de Educação poderá autorizar o funcionamento da Faculdade Adventista de Educação** [...] com os cursos de Pedagogia com as habilitações: Magistério das matérias pedagógicas do segundo grau e Administração escolar de primeiro e segundo graus (PARECER 1058/1973 *grifo meu*).

A Câmara de Ensino Superior concorda com o voto do relator e a decisão de plenário é aprovar o parecer “[...] concluindo favoravelmente a autorização para funcionamento da Faculdade Adventista de Educação” em 4 de julho de 1973.

Figura 21- Documenta Conselho Federal de Educação (1973)

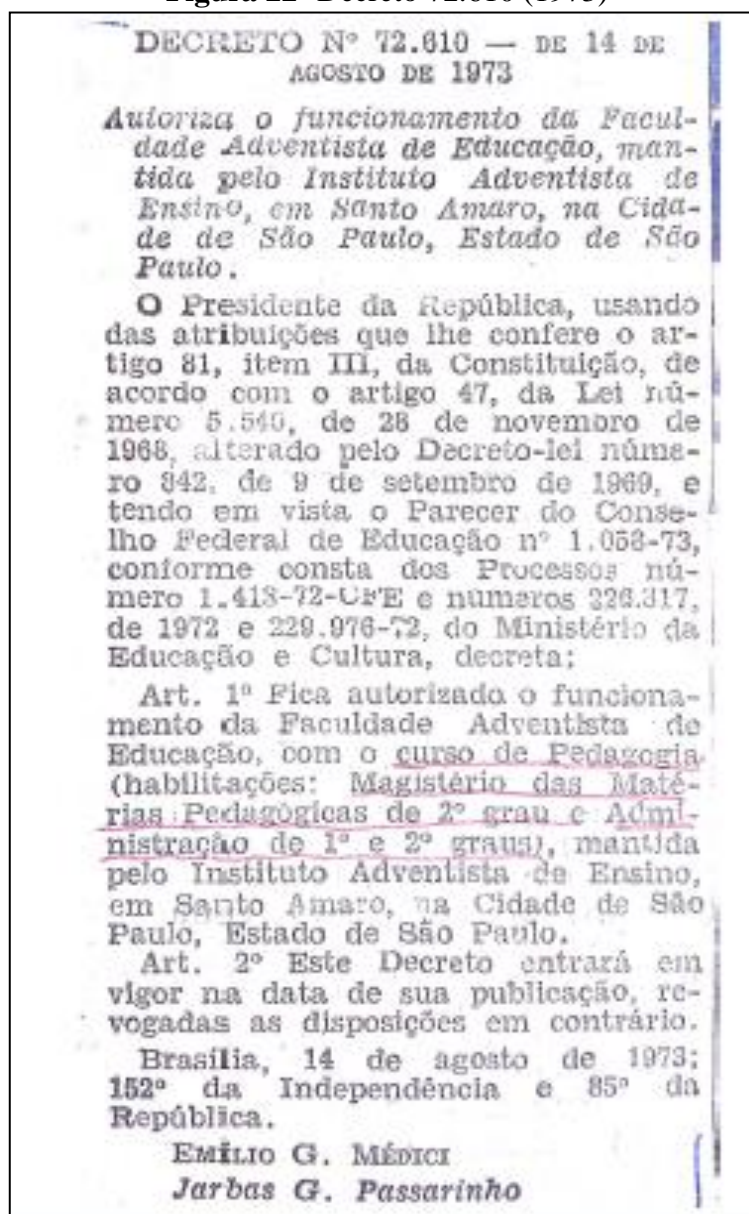


Fonte: Arquivo permanente UNASP-EC

⁹⁴ Anexo 5: Documenta Conselho Federal de Educação- Publicação parecer 1058/73 - autorização para funcionamento da FAED.

Passados 41 dias da data do parecer, ou seja, no dia 14/08/1973, é publicado no *Diário Oficial da União* (Seção I, parte I, página 8037) o Decreto 72610/73 autorizando o funcionamento da Faculdade Adventista de Educação⁹⁵.

Figura 22- Decreto 72.610 (1973)

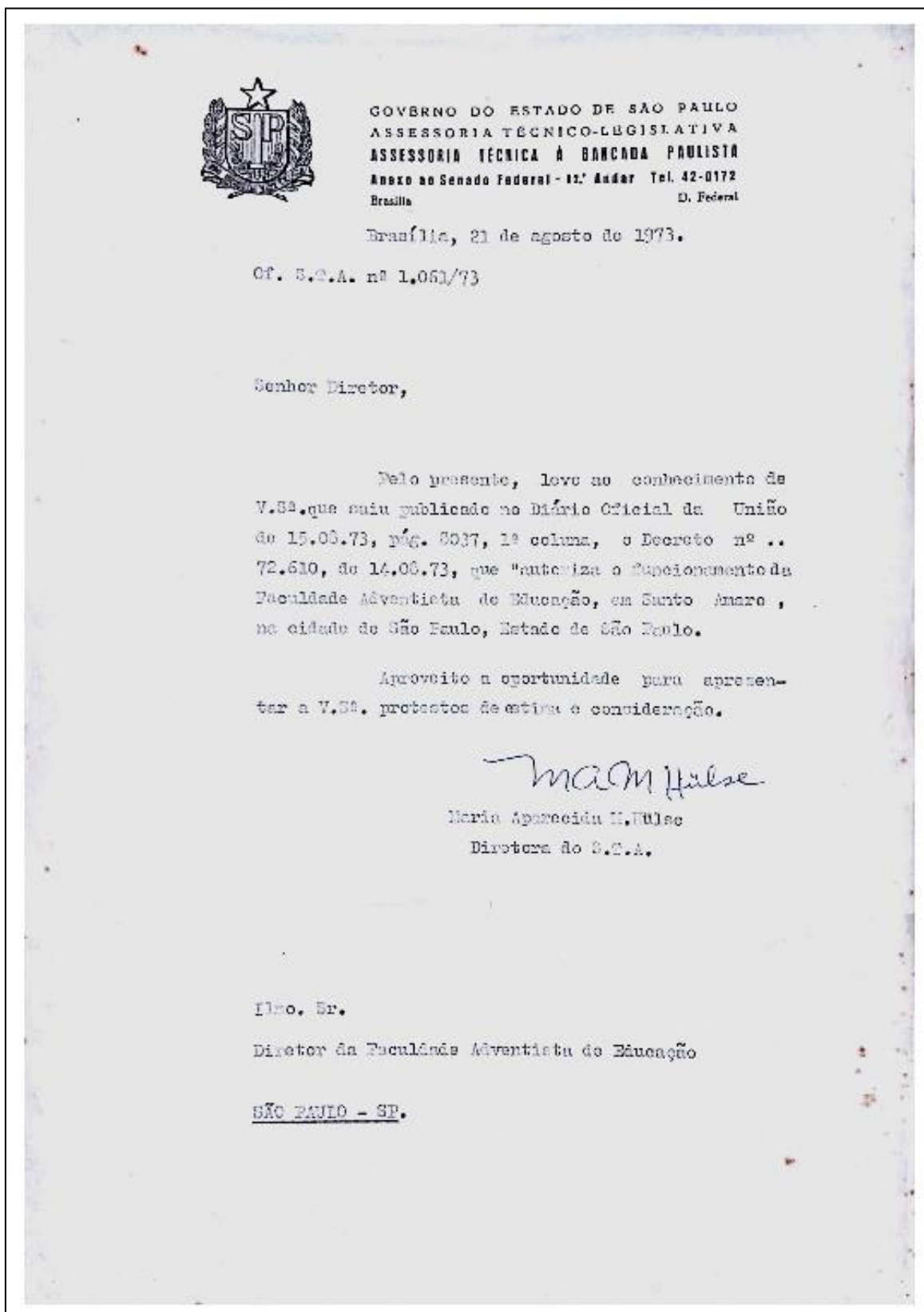


Fonte: Arquivo permanente UNASP-EC

A Assessoria Técnica e Legislativa/Assessoria Técnica à Bancada Paulista, do Governo do Estado de São Paulo, através do *Ofício STA 1061/73, de 21/08/1973*, comunica ao então diretor do IAE, senhor Orlando Rubem Ritter, sobre a tal publicação.

⁹⁵ Anexo 6: DOU - Publicação Autorização - Decreto 72610 de 14/08/1973

Figura 23- Ofício STA 1063/73.



A autorização para funcionamento da primeira Faculdade Adventista de Educação do Brasil somente foi concedida no ano de 1973, quando instala-se, oficialmente, o curso de Pedagogia – por meio do Decreto n. 72.610, de 14 de agosto de 1973, assinado pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho e pelo Presidente da república em exercício Emílio Garrastazu Médici, tendo sido publicado no *Diário Oficial da União* do dia 15 de agosto de 1973. O documento de autorização de funcionamento da FAED concedia permissão para a implantação do Curso de Pedagogia com habilitações de Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau e Administração de 1º e 2º graus com 160 vagas. Ou seja, o profissional formado poderia lecionar matérias didático-pedagógicas em cursos de formação em nível de 2º grau e atuar na administração (direção, supervisão, coordenação e orientação) nas escolas de 1º e 2º graus.

Ainda sob a direção de Nevil Gorski, enquanto diretor geral do IAE, foi convidado para dirigir a FAED o missionário americano Dr. Hampton Eugene Walker “que já estava trabalhando há 20 anos em terras brasileiras. Nesta época exercia a função de Diretor do Departamento de Jovens da União Norte-Brasileira (UNB) da IASD. A razão pela qual fora escolhido é que era o único obreiro que possuía o título de doutor em educação no Brasil naquele período” (STENCEL, 2006, p. 167).

Ainda no ano de 1973 administradores da Conferência Geral (os mesmos que fizeram a inspeção para instalação do curso de Pedagogia, em 1971) solicitam ao dirigente do IAE, Pastor Nevil Gorski, a elaboração de um plano de expansão para o sistema educacional adventista.

Um dos momentos mais importantes no processo de implantação, planificação e desenvolvimento do Ensino Superior adventista no Brasil ocorreu no ano de 1973. Roger Wilcox, na época Presidente da Divisão Sul-Americana (DSA) da IASD, solicitou ao Diretor do IAE, Nevil Gorski, para que elaborasse um plano de desenvolvimento e expansão bi-decenal, ou seja, para vinte anos. Com o apoio e participação de um grupo de professores e líderes do IAE, fora então estabelecido o primeiro plano de expansão universitária da IASD no Brasil. Este grupo era composto das seguintes pessoas: Nevil Gorski, José Guimarães, Orlando Ritter, João Bork e outros professores do IAE (GORSKI, 2000). No entanto, haviam duas posições entre os obreiros da instituição: os que se entusiasmavam com a ideia vendo a necessidade dos jovens em ter uma formação cristã adventista e os que tinham receio em relação à abertura dos cursos superiores, temendo que isso promoveria a secularização do IAE. (GORSKI, 2000, apud STENCEL, 2004).

Sobre isso o próprio Nevil Gorski declarou em entrevista:

Quando eu estava como diretor do colégio [IAE] no ano de 1973, a Divisão me fez um pedido, e fez também a outros colégios, um estudo referente a 20 anos para o futuro. O que vocês fariam nesses 20 anos? Aquilo mexeu muito com a minha cabeça. E sem o conhecimento das dificuldades, eu me lembro bem que eu fui pontuando: em 73 nós já havíamos aberto a Faculdade de Enfermagem que já estava funcionando bem, felizmente; a Faculdade de

Educação tinha recém sido aprovada, mas em minha mente, naquele tempo, eu queria que em 1980 nós já pudéssemos nos tornar uma Universidade. Mas eu também não conhecia nem quais eram as necessidades para se abrir uma universidade, mas pus lá (GORSKI, 2018).

Para uma melhor compreensão dos objetivos da instituição o Pastor Nevil Gosrki⁹⁶, diretor do IAE, referindo-se ao momento de fundação da FAED, em entrevista explica:

ENTREVISTADORA: Pastor, por que criar uma faculdade de educação no contexto adventista, havia algum motivo para que a Instituição priorizasse esse curso?

NEVIL GORSKI: Especialmente visando a necessidade de professores que tivessem a formação com a nossa filosofia de vida e filosofia da educação para as nossas escolas. Porque com o fato de as nossas escolas, serem simplesmente escolas primárias, escolas de igreja, escolas paroquiais como era o título usado, passou a ser escolas maiores que formavam alunos com maior nível de estudo do que antes que era a questão do nível médio. Então as escolas cresceram e precisavam de professores com formação mais adequada. E foi esse especialmente o motivo de ter uma faculdade de educação. Para preparar professores para atuar nas escolas adventistas e servir a sociedade e a comunidade em geral (GORSKI, 2018).

1.2 Os primeiros vestibulares

Uma vez autorizada a abertura e funcionamento da FAED, foi marcado então o primeiro vestibular para a semana seguinte à publicação da autorização, dia 21 de agosto de 1973. Cartazes são espalhados e publicações são feitas em jornais de grande circulação.

Um cartaz⁹⁷ medindo aproximadamente 35x50cm trazia já as matérias do vestibular (Português, Inglês, Conhecimentos Gerais, Teste de Personalidade e Entrevista), o prazo para inscrição (até as 17h do dia do vestibular, 21/08/73), valor da inscrição e a documentação necessária.

⁹⁶ Entrevista concedida à autora deste texto em 30/07/2018.

⁹⁷ Anexo 7: Cartaz anunciando primeiro vestibular

Figura 24- Panfleto anunciando o primeiro vestibular.

Fonte: Arquivo permanente UNASP-EC



Houve publicação no jornal *Diário Popular* de 18/08/1973, com a 1ª chamada para o vestibular⁹⁸. O texto da publicação, na íntegra:

FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO, autorizada pelo Decreto 72.610. PERÍODO NOTURNO. VESTIBULAR: 21 de agosto, às 19 horas - 160 Vagas - Matérias do Vestibular: Português, Inglês, Conhecimentos Gerais, Teste de Personalidade e Entrevista. Inscrições até dia 21 de agosto às 19 horas. Taxa de Inscrição: Cr\$130,00. Documentos para inscrição - Fotocópia da cédula de identidade, Prova de conclusão do ciclo colegial ou equivalente, 2 fotografias 3x4. Endereço: Estrada de Itapecerica da Serra, km 23, (Via Santo Amaro), Fone 269-4011.

O mesmo texto foi publicado no jornal *Folha de São Paulo*, Ano LIII, n. 16.131, de 18/08/1973⁹⁹, na mesma data. Em 29/08/1973, novas publicações nos mesmos jornais, da 2ª chamada para o vestibular.

⁹⁸ Anexo 8- Publicação em jornais vestibular 1973 - Jornal Diário Popular

⁹⁹ Anexo 9: Publicação em jornais vestibular 1973 - Jornal Folha de São Paulo

Figura 25- Publicação do 1º vestibular na Folha de São Paulo

Fonte: Arquivo permanente UNASP-EC

Inscreveram-se para o vestibular, 32 candidatos sendo que 27 foram aprovados. Na segunda chamada, os outros quatro alunos foram aceitos na faculdade (STENCEL, 2006, p.167).

Encontramos nos arquivos da FAED um documento¹⁰⁰, em papel timbrado da FAED, sem data, sem assinatura e sem endereçamento contendo uma listagem dos alunos da primeira turma da Faculdade, em agosto de 1973. Na lista aparecem os seguintes nomes:

1. Ana Maria Calcidoni
2. Anaester de Mello;
3. Darlei Teixeira Nunes.
4. Delma Alves Monteiro.
5. Dilza Melo da Costa.
6. Dinorá Storck Cremonesi.
7. Dulce Léa Gorski Ebling.
8. Edgard Pereira dos Santos.
9. Edith Almeida Fernandes.
10. Elenita Marquart Paula.
11. Elizabeth Lima Turcílio.
12. Eroni Terezinha de Azevedo.

¹⁰⁰ Anexo 10: Relação de Alunos Turma 1973.

13. Eunice Lourenço Walting.
14. Geci Batista de Souza.
15. Georges Alexandre Tichy.
16. Ivanaudo Barbosa de Oliveira.
17. Ivone Camilo da Silva.
18. Leny Tavares.
19. Lígia Engelberg de Souza.
20. Lindomar Prego Fragoso.
21. Maria Aurora Lambeth.
22. Maria de Lourdes Mello.
23. Marlene Ritter.
24. Marly Andrade de Verçosa.
25. Mercedes Dias Guarda.
26. Miriam Borges Monteiro.
27. Neli da Rocha Cardoso.
28. Neusa de Oliveira Santos.
29. Nilce Maria de Lima.
30. Nilo Sérgio Rodrigues Valença.
31. Nilva Will Lepesievez.
32. Raquel da Silva.
33. Reni Figueira Menezes.

Como se sabe, a primeira turma oficial da FAED teve início em agosto de 1973, no entanto, o IAE já se preparava para as novas turmas que viriam no ano seguinte, conforme pôde-se notar na publicação para o novo vestibular, veiculada na *Revista Adventista*. As edições de novembro e dezembro de 1973¹⁰¹ trazem um informe idêntico, com o seguinte texto:

IAE INFORMA

VESTIBULARES NO INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

A entrada, para a escola superior brasileira, está subordinada por lei federal, a exames vestibulares, porque não há escolas suficientes para atender a todos os que a elas aspiram.

¹⁰¹ Anexo 11: Vestibular IAE 1974 – *Revista Adventista*, dez de 1973 p. 30.

No IAE estes exames serão uniformizados para as suas três faculdades e processar-se-ão nos dias 4 a 8 de fevereiro de 1974. Os vestibulares constam de:

ENFERMAGEM:

Português, Inglês, Física, Química, Biologia, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.

Número de vagas: — 60

TEOLOGIA:

Português, Inglês, Doutrinas Bíblicas, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista. Número de vagas: — 40

EDUCAÇÃO:


Português, Inglês ou Francês, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.

Número de vagas: — 160

O IAE oferecerá aos que pretendem ingressar em suas Faculdades, um curso preparatório para o Vestibular do dia 2 de janeiro a 1.º de fevereiro de 1974. Os interessados que precisarem de qualquer informação adicional, ou programa para os respectivos exames, devem escrever para:
Prof. Nevil Gorski Caixa Postal, 7258 01000 - S. Paulo.

Figura 26- Vestibular da FAED (1974)

uniões e instituições



tes do ENA encomendaram mais de 60 mil cruzeiros de literatura.

A COLPORTAGEM ACOMPANHA O CRESCIMENTO DA UNIÃO NORTE

A União Norte indubitavelmente é um campo em expansão. Com o advento do progresso a igreja conquista a Amazônia.

Saimos da era das barrancas de rios, do trabalho simplesmente assistencial, para enfrentarmos grandes centros com evangelismo promissor, com obreiros e leigos.

Grandes e pequenas conferências apregoam dos púlpitos, salões e tendas a mensagem redentora.

Novos grupos e igrejas surgem do dia para a noite; no Maranhão, Acre, Rondônia e na Transamazônica. Lanchas são reformadas, escolas de gabarito e eficiência dispensam alunos por falta de vagas.

A Obra de Deus cresce em toda a extensão da União Norte e, a colportagem acompanha o progresso. Com o apoio da Divisão e União, de janeiro a março de 1973 entregamos 40% a mais que o mesmo período do ano anterior. De Quixeramobim no Ceará, a Xapuri no Acre, na Transamazônica e no território do Amapá estamos presentes cumprindo o dever que o progresso da Obra exige.

Os colportores separados pelas distâncias sentem-se unidos no ideal, na confiança em Deus e na direção da Obra, seguros de que o propósito do Mestre para o Norte será alcançado nesta geração. A Amazônia está sendo conquistada pelo ar, por terra e através dos rios. O ministério da página impressa participa ativamente desta conquista. Trinta mil livros *O Grande Conflito* foram deixados nos lares do povo, livros que

serão testemunhos de Deus para uma geração condenada.

PUBLICAÇÕES

A Casa Publicadora Brasileira auxiliou com 50% na compra de 4 motores para as lanchas de Colportagem que operam na Amazônia. Esta colaboração da CPB serve de estímulo e ânimo para aqueles que distribuem a mensagem da página impressa nesta região difícil do Brasil.

ATIVIDADES LEIGAS

* O grupo de Canudos (Belém) em 1972, realizou uma das mais bem sucedidas campanhas missionárias da Missão Baixo-Amazonas. Somente o irmão Manoel Lima, dinâmico diretor missionário do grupo, levou à decisão 35 almas que foram batizadas.

* O dedicado Pastor Larry Engel, departamental da Missão Costa-Norte, organizou um trabalho de impacto para a Semana Santa. Basta dizer que, visitou várias cidades do interior, como Santa Inês e Coroatá no Maranhão, Parnaíba no Piauí, Sobral no Ceará, bem como as capitais dos três estados. Centenas de leigos se alistaram para exaltar a mensagem da cruz.

MV

* No Ano da Juventude, o Departamento MV da União, organizou a I Olimpíada da Mocidade Adventista do Norte. Este acontecimento jovem realizou-se em Belém do Pará no mês de julho próximo, com os jovens do Acre até o Ceará, numa verdadeira festa de confraternização cristã.

A I Olimpíada MV da UNB, teve por base o plano da Medalha de Prata com a diferença que as

diversas áreas de atividades foram atingidas por "equipes" e não por indivíduos.

As equipes participaram de provas de aptidão física, como corridas, saltos, natação e Volley-ball.

IAE Informa

VESTIBULARES NO INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

A entrada, para a escola superior brasileira, está subordinada por lei federal, a exames vestibulares, porque não há escolas suficientes para atender a todos os que a elas aspiram.

No IAE estes exames serão uniformizados para as suas três faculdades e processar-se-ão nos dias 4 a 8 de fevereiro de 1974.

Os vestibulares constam de:

ENFERMAGEM:

Português, Inglês, Física, Química, Biologia, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.
Número de vagas: — 60

TEOLOGIA:

Português, Inglês, Doutrinas Bíblicas, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.
Número de vagas: — 40

EDUCAÇÃO:

Português, Inglês ou Francês, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.
Número de vagas: — 160

O IAE oferecerá aos que pretendem ingressar em suas Faculdades, um curso preparatório para o Vestibular do dia 2 de janeiro a 1.º de fevereiro de 1974.

Os interessados que precisarem de qualquer informação adicional, ou programa para os respectivos exames, devem escrever para:

Prof. Nevil Gorski
Caixa Postal, 7258
01000 - S. Paulo

26

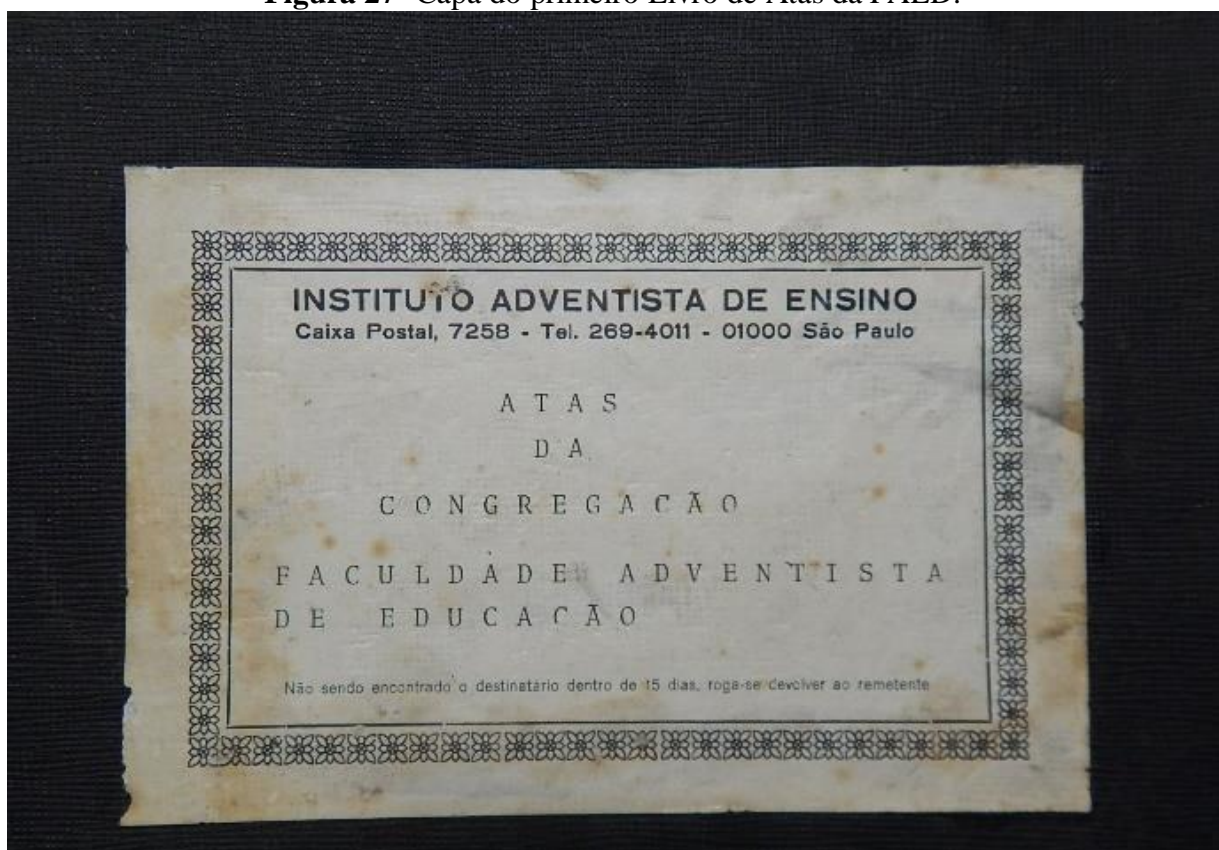
REVISTA ADVENTISTA, Novembro de 1973

Fonte: Revista Adventista, dez de 1973

1.3 O livro de atas – Primeira reunião da congregação

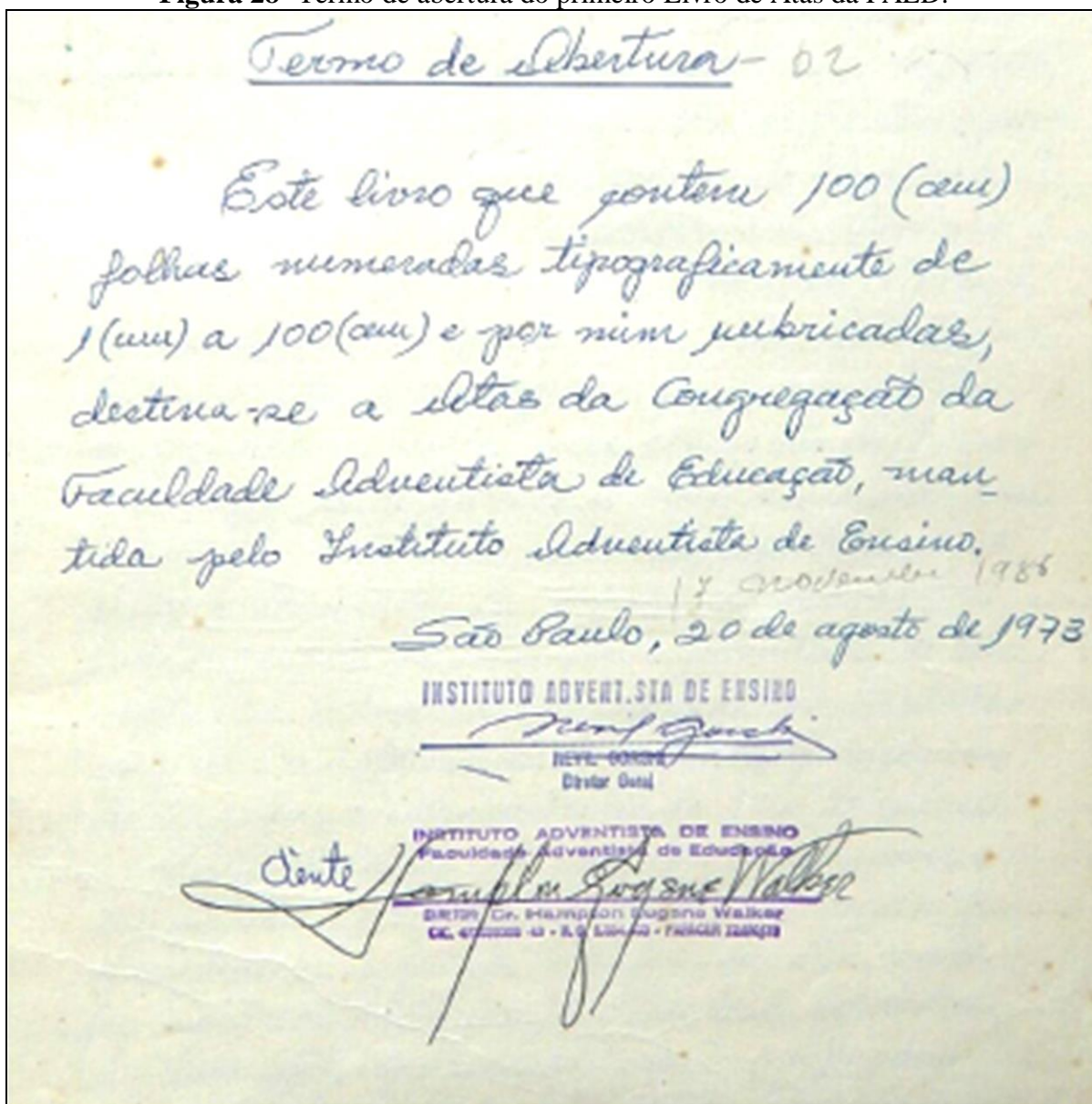
Em 20 de agosto de 1973 é aberto um livro de atas na Faculdade de Educação sob o seguinte título “LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO”¹⁰², assinado pelo diretor geral do Instituto Adventista de Ensino, Nevil Gorski, e pelo diretor da Faculdade Adventista de Educação, Dr. Hampton Eugene Walker.

Figura 27- Capa do primeiro Livro de Atas da FAED.



Fonte: Arquivo permanente UNASP - EC

¹⁰² Anexo 12: Capa e termo de abertura do Primeiro Livro de Atas FAED.

Figura 28- Termo de abertura do primeiro Livro de Atas da FAED.

Fonte: Arquivo permanente UNASP - EC

A primeira reunião da Congregação, datada de 20 de agosto de 1973, é realizada sob a condução do diretor da instituição Nevil Gorski e, estando ausente o diretor da faculdade de educação Hampton Eugene Walker, contou com a presença dos Professores Belisário Marques de Andrade, Neander Harder, Pedro Apolinário, Gerson Pires de Araújo, José M Guimarães, Orlando Rubens Ritter, Maria do Carmo Rabello, Eliseu Menegusso. O primeiro registro dessa primeira “Ata de Reunião da Congregação” é uma manifestação de “Gratidão a Deus pela concessão especial do favor Divino alcançado com o Decreto n. 72.610/73 que autorizou o funcionamento da Faculdade Adventista de educação”. Eis mais uma vez emergindo a importância que a escola dá às questões religiosas.

A primeira votação feita foi em decorrência do artigo 36 do Regimento Interno, aprovando a indicação, feita pelo diretor geral da mantenedora, professor Nevil Gorski, para a chefia dos vários departamentos da escola para o semestre inicial até posterior indicação a ser feita pelo diretor da Faculdade Adventista de Educação. Foram os seguintes chefes de departamento nomeados nessa ocasião:

- Professor Gerson Pires de Araújo - Fundamentos de educação e civismo.
- Professora Maria do Carmo Rabelo - Didática e Prática de ensino.
- Professor Orlando Rubens Ritter - Administração escolar.
- Professor Belisário Marques de Andrade - Psicologia da educação.
- Professor Neander Calvin Harder - Línguas.

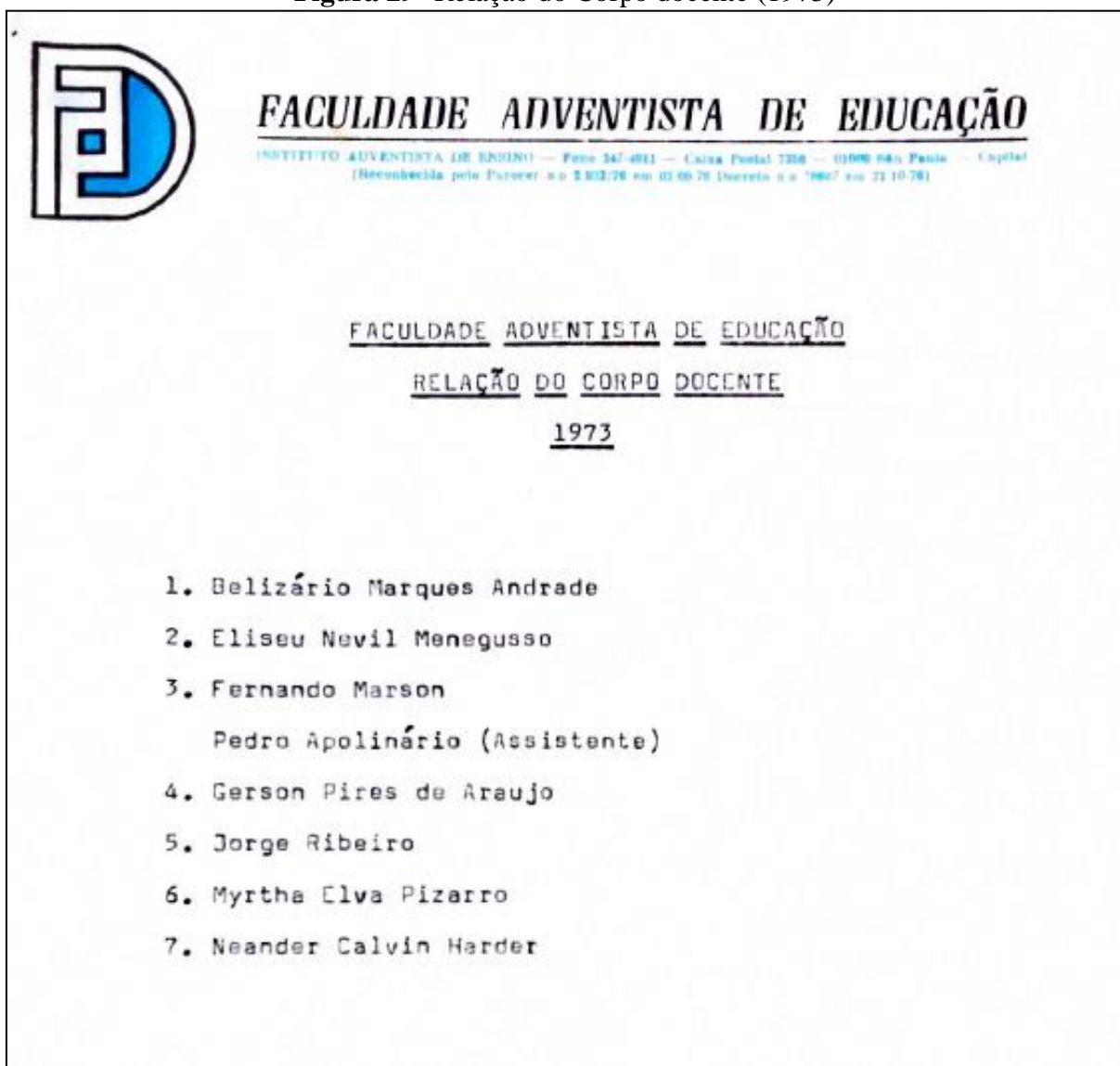
Em outro voto é estabelecido o calendário escolar de 90 dias letivos, a começar de 22 de agosto de 1973 a 28 de dezembro de 1973, para o primeiro semestre do primeiro ciclo de disciplinas.¹⁰³

1.4 O corpo docente em 1973

Em documento localizado no arquivo permanente do UNASP, Campus Engenheiro Coelho, em papel timbrado da FAED, sem assinatura ou destinação, com diversas rasuras em algumas páginas como se fosse um rascunho, consta uma relação dos professores da FAED em 1973, logo na primeira página traz o título “Faculdade Adventista de Educação. Relação do Corpo Docente. 1973”. Constam nesta lista: 1. Belizário Marques Andrade, 2. Elizeu Nevil Menegusso, 3. Fernando Marson, Pedro Apolinário (assistente), 4. Gérson Pires de Araújo, 5. Jorge Ribeiro, 6. Myrtha Elva Pizarro, 7. Neander Calvin Hearder.

¹⁰³ Anexo 13: Ata da primeira reunião da Congregação - 20/08/1973

Figura 29- Relação do Corpo docente (1973)



Fonte: Arquivo permanente UNASP - EC

A segunda folha desse documento traz um índice e outros nomes de professores aparecem. São eles: Advenir de Souza Lima, Elda Rodrigues de Azevedo, Gideon de Oliveira, Hampton Eugene Walker, Hélio Ítalo Serafino, Iraci Castelo Cunha, João Bork, Leila Morato de Azevedo, Maria do Carmo Pacheco Rabello, Nevil Gorski, Orlando Rubem Ritter, Waldemar Gröschel.

Figura 30- Documentação do Corpo docente (1973)

<u>Í N D I C E</u>	
<u>DOCUMENTAÇÃO DOS PROFESSORES</u>	
1973	
	<u>PASTAS</u>
Relação do Corpo Docente	-
Advenir de Souza Lima	1
Elda Rodrigues de Azevedo	2
Gerson Pires de Araújo	3
Gideon de Oliveira	4
Hampton Eugene Walker	5
Hélio Italo Serafino	6
Iraci Castelo Cunha	7
João Bork	8
Leila Morato de Azevedo	9
Maria do Carmo Pacheco Rabello	10
Neander Calvin Harder	11
Nevil Gorski	12
Orlando Rubem Ritter	13
Pedro Apolinário	14
Waldemar Gröschel	15

Fonte: Arquivo permanente UNASP - EC- 2018

1.5 Segunda reunião da Congregação

Na segunda reunião da Congregação da FAED, realizada em 06/02/1974, são tomadas decisões com o intuito de estruturar a FAED. O voto 05/74 merece ser destacado dentre os demais pois indica os pontos votados nessa reunião:

Votado organizar os seguintes departamentos incumbindo sua liderança aos respectivos diretores e suplentes para o biênio de 74 e 75 conforme relação abaixo:

1. Fundamentos de educação e civismo, Professor Gerson Pires de Araújo e professora Leila Arouca.
2. Didática e prática de ensino, Professora Maria do Carmo Rabelo e professor Hélio Serafino.
3. Administração escolar, Professor Belisário Marques e professora Elda Bonfim.
4. Psicologia da Educação, Professor Belisário Marques e professora Elda Bonfim.
5. Línguas, Professor Fernando Maison e Professor Pedro Apolinário. (ATA, 06/02/1974).

Estiveram presentes nessa reunião da Congregação Dr. Hampton Eugene Walker, diretor da FAED; Nevil Gorski, diretor do IAE; Wandir Pires, secretário geral e ainda os professores Pedro Apolinário, Neander Garner, Maria do Carmo Rabelo, Gerson Pires de Araújo e Maria Elisa de Moura R. Oliveira.¹⁰⁴

Não apenas as aulas começam, mas as demais atividades estudantis também, inclusive atividades do diretório acadêmico. Na reunião da Congregação da FAED em 13 de março de 1974, foi apresentada pela secretária a listagem com os nomes dos componentes da chapa eleita pelos alunos para o diretório acadêmico de 1974 da Faculdade.

A congregação aprova, por unanimidade, a referida chapa composta dos seguintes nomes:

- Presidente - Ivanaudo Barbosa Oliveira.
- Vice-presidente - Hercílio Leite.
- Secretária - Mercedes Guarda.
- Vice-secretária - Marli Almeida Dias
- Tesoureiro - Irene Faiok Bonfim.
- Vice tesoureiro - Helenir Oliveira Moura.

Outra decisão quanto à estruturação e organização interna da FAED que aparece nos documentos analisados está na 4ª reunião da Congregação datada de 25 de junho de 1974. Nessa reunião foram votados os pré-requisitos das matérias dos quatro primeiros semestres¹⁰⁵.


¹⁰⁴ Anexo 14: Ata de reunião de 06/02/1974

¹⁰⁵ Anexo 15: Ata de reunião de 25/06/1974

1.6 O reconhecimento do curso

Alcançada a autorização para o funcionamento, restava ainda obter o reconhecimento do curso. A documentação para subsidiar o pedido foi juntada na forma de um anexo ao pedido. Resultando em um volume com 97 folhas, contendo documentação farta a respeito da estrutura física, financeira, regimental etc. intitulado “*Anexos Comprobatórios e Elucidativos ao Pedido de Reconhecimento da Faculdade Adventista de Educação do Instituto Adventista de Ensino*” A data provável desse documento (já que não localizei o pedido de reconhecimento ou a data desse pedido em outros documentos) é setembro de 1975. Essa data é encontrada em uma declaração (folha 73 do anexo) na qual consta a data de 03/09/1975. (Os demais documentos são de datas anteriores ou não têm datas).

Figura 31- Anexo ao pedido de reconhecimento do curso
Declaração sobre propriedade do imóvel (1975)



0031
[Handwritten Signature]

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

DECLARAÇÃO

Declaramos que, de acordo com a folha 03 do anexo 05, a propriedade em que funciona o Instituto Adventista de Ensino pertence à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, entidade eclesiástica hierárquicamente superior a esta instituição.

Como na Organização Adventista tais propriedades são consideradas como pertencentes às instituições que nelas funcionam, embora registradas em nome da entidade superior, os respectivos valores de aquisição constam de seus balanços, porém, sem a correspondente reavaliação.

Informamos outrossim, que sobre as mesmas - não pesam ônus reais de qualquer espécie.

O anexo 05 folhas 03 a 06 trazem a avaliação atualizada do patrimônio feita pelo Administrador Regional de Campo Limpo, região da Prefeitura de São Paulo onde se encontra estabelecido o Instituto.

São Paulo, 03 de setembro de 1975.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
[Handwritten Signature]
NEVIL GORSKI
Diretor Geral

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Em reunião da Congregação realizada em 05/10/1975, são eleitos os professores Hampton Eugene Walker, Wandir Pires de Araújo e Pedro Apolinário para comporem uma comissão de revisão e reformulação do regimento interno da FAED visando atender os requisitos do Conselho Federal de Educação e alcançar o seu reconhecimento junto ao MEC¹⁰⁶.

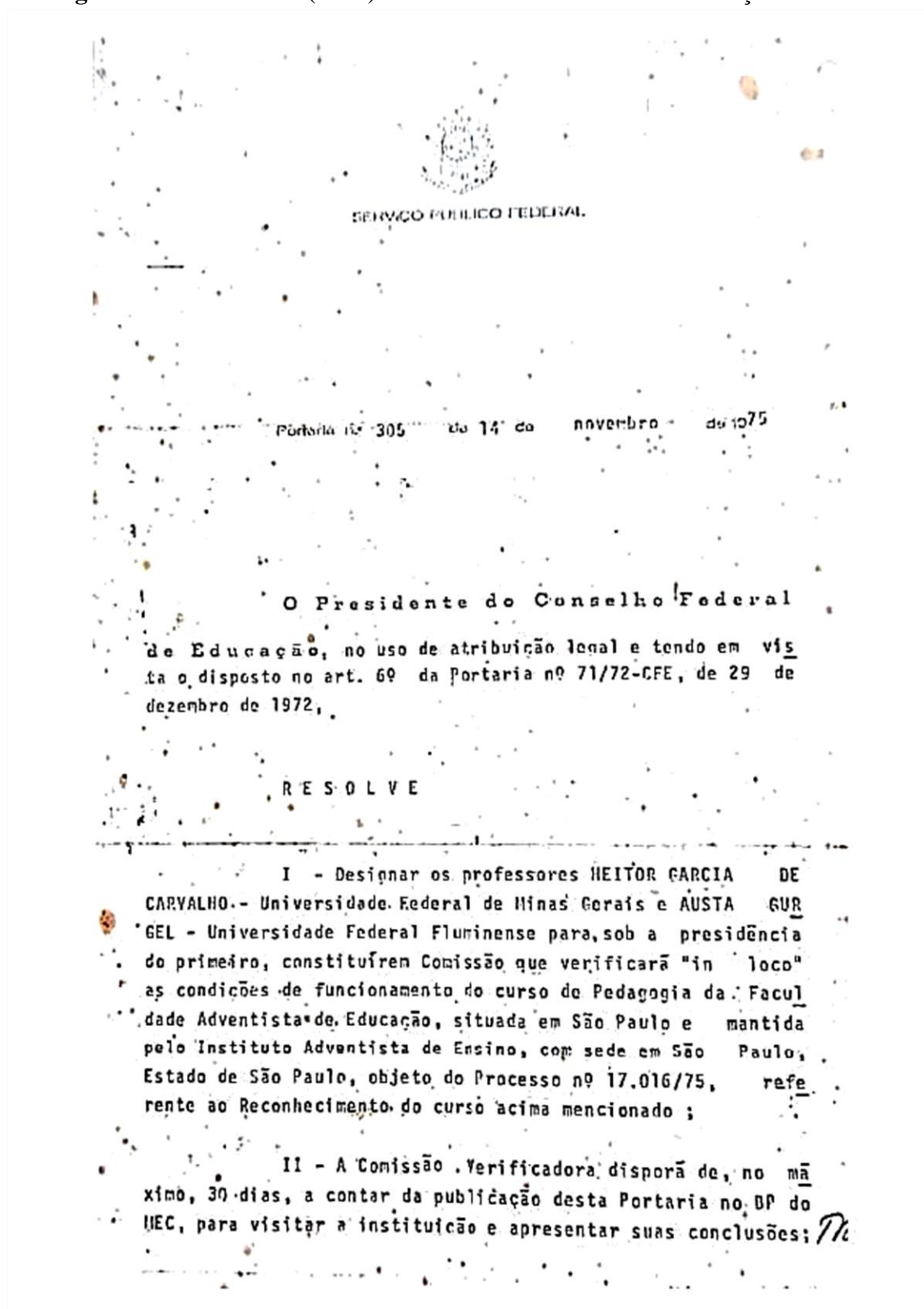
Ainda no ano de 1975 é encaminhado ao CFE o pedido de reconhecimento de curso e das habilitações em **Administração Escolar de 1º e 2º graus e Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º Grau**. No CFE recebe o número de processo 17.016/75.

Em decorrência dos trâmites para o reconhecimento, através da *Portaria n. 305 de 14 de novembro de 1975*, o Presidente do CFE resolve designar uma comissão composta pelos professores Heitor Garcia de Carvalho da Universidade Federal de Minas Gerais, Austa Gurgel, da Universidade Federal Fluminense, para constituir uma comissão que verificaria as condições de funcionamento do Curso de Pedagogia da FAED. A portaria de nomeação estabelece que a comissão teria o prazo máximo de 30 dias, a partir da publicação da portaria, para visitar a instituição e apresentar suas conclusões¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Anexo 16: Ata da comissão de 05/10/1975.

¹⁰⁷ Anexo 17: Nomeação de comissão do CFE para auditar FAED - nov/1975.

Figura 32- Portaria 305 (1975) CFE Nomeia Comissão de verificação da FAED.



Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

A comissão, após a inspeção, emite um relatório com parecer conclusivo: o *Parecer n. 1712 de 1976*, aprovado em 02/06/1976 que é publicado na *Documenta 187*¹⁰⁸.

O cabeçalho do relatório é o seguinte:

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO – SP
Reconhecimento do curso de Pedagogia, da Faculdade Adventista de Educação - Parecer n. 1.712/76 CESu, 1º Grupo Aprovado em 2/6/76. Processo n. 17.016/75

Destacam-se os seguintes pontos do Parecer:

I - RELATÓRIO

O Presidente do Instituto Adventista de Ensino encaminhou a este Conselho pedido de reconhecimento do curso de Pedagogia, ministrado pela Faculdade Adventista de Educação, São Paulo, SP.

O curso foi autorizado pelo parecer n. 1058, de 4/7/73 deste Conselho (Decreto n. 72.610, de 14/08/1973).

A comissão começa a analisar os documentos encaminhados e a fazer observações. Elencamos as seguintes:

- Capacidade Financeira da Mantenedora

Na tabela “Demonstrativo da Receita e Despesa 1972-1974”, “não constam dos formulários 03.02/A e 03.03/B a receita prevista nem a despesa estimada”.

Na tabela “Porcentual de Receita Arrecadada – 1972-1974”, “A fonte de renda mais representativa, conforme se observa na tabela supra, foram as anuidades escolares que, em 1974, constituíram-se em 65,94% da receita”.

Na tabela “Percentual da Despesa Realizada 1972 – 1974”, “A Instituição não destinou verbas para o aperfeiçoamento do pessoal docente, não atendendo, portanto, à *Resolução 06* desse Conselho”.

- Capacidade Financeira da Escola

Na tabela Percentual de Receita Arrecadada – 1973-1975”, “Há discrepância entre a receita e a despesa devido ao não preenchimento das vagas aprovadas. Em consequência, observa-se a presença de contribuição da entidade mantenedora”.

- Edifício, Instalações e Equipamentos

A Comissão Verificadora, ao referir-se às instalações, informa que há condições de funcionamento do curso: os estudantes podem viver e estudar em um ambiente tranquilo, bonito em contato com a natureza...Os prédios são bons, limpos e bem conservados (PARECER 1712, 1976).

¹⁰⁸ Anexo 18: Documenta 187 CFE - Publicação de Parecer 1712/76 - reconhecimento do curso de pedagogia.

- Biblioteca

A biblioteca ocupa uma área total de 257,45 m², dos quais 69,61 m² destinam-se ao acervo e 187,84 à sala de Leitura. O acervo específico constitui-se de 1.428 títulos e 2.425 volumes; são relacionados 129 títulos de periódicos. A Comissão Verificadora esclarece que a biblioteca é organizada, usa o sistema de classificação decimal, conta com bibliotecário formado e tem sido constantemente ampliada e atualizada.

- Regimento

A Faculdade Adventista de Educação apresenta projeto do novo Regimento em três vias, devidamente rubricadas. A peça estrutura-se em 10 títulos e 136 artigos; o currículo pleno do curso de Pedagogia constitui-se em anexo ao Regimento. São feitas 17 observações. São supressões, inclusões e correções que devem ser atendidas para tê-lo aprovado.

Currículo: “O currículo mínimo está atendido. [...] A carga horária atinge o total de 2.240h/a”.

A integralização do currículo é controlada através de sistema de créditos. Deve ser revista a denominação do ciclo básico para 1º ciclo de estudos. As horas destinadas a Educação Física e Estudos de Problemas Brasileiros somam-se à duração mínima prevista para o curso.

- Funcionamento do Curso

O Regimento ora submetido à aprovação deste Conselho contém outras habilitações que devem ser eliminadas.

Com referência ao histórico das disciplinas, informa a Comissão que ‘a programação foi desenvolvida cabalmente, havendo coincidência com o registrado nos documentos. Há atualização de programas sendo utilizados recursos audiovisuais e métodos didáticos atuais’. A Comissão considerou regular o controle de frequência e de aproveitamentos dos alunos, bem como os demais serviços de secretaria.

- Corpo Docente

As observações feitas são sobre Silvana Moraes Marques, sobre quem a comissão pede o parecer que a teria aprovado. Esther Sarli, “não pode ser aceita por insuficiência de horários”.

A Comissão passa então para o voto da Relatora, que traz o seguinte teor:

[...] em face do exposto, julga a relatora que processo deve baixar em diligência a fim de que, no prazo de 60 dias a interessada providencie:

Correção do pagamento na forma indicada;

- a) Completar o corpo docente e substituir a professora não aceita;
- b) Dar atendimento à resolução n. 6/72 deste conselho. (PARECER 1712, 1976).

Não fica claro, sobre o segundo item, se está se referindo à professora Silvana Moraes Marques, sobre quem o relatório traz “informe o número do parecer que a terá aprovado” ou à

professora Ester Sarli, sobre quem o relatório diz primeiro que “não pode ser aceita por insuficiência de horários” e, mais adiante, “não tem parecer”.

Por fim a conclusão da câmara é concordar com a relatora.

A escola busca atender às exigências feitas e, após novas diligências, através do *Parecer* 2932/76, datado de 02 de setembro de 1976, declara a comissão que as três exigências feitas foram atendidas. Conclui a relatora que

VOTO DA RELATORA

Considerando cumpridas as exigências formuladas pela Câmara, julga a relatora que o Conselho Federal de Educação pode conceder o reconhecimento ao Curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação com habilitações em Administração Escolar de 1º e 2º. Grau e em Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º Grau e com um total anual de 160 vagas de ingresso. (DOCUMENTA CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO n.190, fl. 138).

O plenário da Câmara, decide por unanimidade, aprovar o relatório. (Idem).

A *Revista Adventista* publica em seu exemplar de outubro de 1976 a seguinte nota:

FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

O Processo 17.016/75, no qual o IAE solicitou o reconhecimento da Faculdade Adventista de Educação. (Curso de Pedagogia), foi aprovado no dia 2 de setembro último pelo Conselho Federal de Educação, através do parecer 1.712/76, pela Relatora-Conselheira Maria Antônia McDowell, faltando agora o decreto federal e a publicação no Diário Oficial, que é trabalho de rotina, segundo informa o Prof. Wandyr Pires de Araújo, secretário geral do IAE. Ele faz questão de ressaltar os esforços da Prof.^a Eurides Brito da Silva, membro do Conselho Federal de Educação.

Figura 33- Revista Adventista (1975)
Aprovado o pedido de reconhecimento

abrindo ao Evangelismo, na Missão Brasil Central. Muitos irmãos estão se mudando para novos lugares onde não existe o trabalho estabelecido, como é o caso de Divinópolis e Lagoa do Bauzinho, onde surgiram novos grupos de crentes.

Pastor Batista Torna-se Adventista

O Pastor batista, Feliciano Pereira Lima, de Figueirópolis, Goiás, depois de investigar por muitos anos a doutrina adventista, decidiu-se pela

verdade. Foi batizado e agora está pregando como voluntário, a mensagem do advento em sua comunidade. Já estabeleceu um novo grupo nesta cidade e vários dos seus interessados já foram batizados. Desde que cursou teologia batista no Norte, o irmão Feliciano tinha uma especial apreciação pelas doutrinas adventistas. Finalmente, decidiu romper seu vínculo com os batistas, para unir-se ao povo do advento. Que o Senhor bendiga seu testemunho em favor da verdade. — David Moréz

FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

O Processo 17.016/75, no qual o IAE solicitou o reconhecimento da Faculdade Adventista de Educação (Curso de Pedagogia), foi aprovado no dia 2 de setembro último pelo Conselho Federal de Educação, através do parecer 1.712/76, pela Relatora-Conselheira Maria Antônia McDowell, faltando agora o decreto federal e a publicação no Diário Oficial, que é trabalho de rotina, segundo informa o Prof. Wandyr Pires de Araújo, secretário geral do IAE. Ele faz questão de ressaltar os esforços da Prof. Eurides Brito da Silva, membro do Conselho Federal de Educação.

LUZEIRO XIV: PARA O AMAZONAS



A Assistência Social Adventista no Amazonas contará com mais uma lancha, a Luzeiro XIV, construída na Indústria Naval do Ceará. A lancha, que tem 18,5 m de comprimento por 5,5 m de largura, partiu de Fortaleza no início de agosto, atracando em Belém no dia 5, depois de uma viagem difícil na costa do Maranhão onde quase naufragou. A "Luzeiro XIV" esteve aberta à visitação pública na capital paraense, seguindo depois para Manaus, a fim de prestar socorros aos ribeirinhos do Amazonas e afluentes. A embarcação custou mais de dois milhões de cruzeiros, sendo construída com recursos da "Evangelisch Zentralstelle Für Entwicklungshilfe E. V." da LBA e Assistência Social Adventista. — Levy Silveira

14

DIVISÃO SUL-AMERICANA COMUNICAÇÃO

* Quando nos referimos aos 220 mil membros que temos no Brasil, enchemos de justa alegria. É certo que essa conquista representou muito trabalho e muitas lágrimas de obreiros e membros da igreja. E, aparentemente, um número que impressiona. Mas ...

* Os 220 mil membros do Brasil são uma pequena conquista se compararmos com o que fizeram alguns outros países mesmo aqui na Divisão Sul-Americana. Enquanto em nosso país alcançamos o índice de um adventista para cada 500 habitantes, outros países mostram um índice muito melhor do que o nosso.

* A Bolívia apresenta o índice de um adventista para cada 271 habitantes. O Chile, um para 344, estando em primeiro lugar o Peru com o impressionante índice de um adventista para cada 260 habitantes.

* Saíndo um pouco do território de nossa Divisão vamos encontrar as Filipinas com uma população de 47.273.125 habitantes e com 173.865 membros, apresentando a média de um adventista para 273 habitantes.

* Se a Obra no Brasil trabalhar intensamente para alcançar esses países no que diz respeito ao número de membros, precisará atingir em pouco tempo o número de 400 mil membros. Se tivéssemos hoje 400 mil membros não estaríamos ainda em primeiro lugar. Ainda estaríamos abaixo do Peru, Bolívia e Filipinas e possivelmente abaixo de alguns outros países.

* Portanto, sejamos realistas; a Igreja Adventista do 7.º Dia, no Brasil, apresenta hoje um déficit de mais de 150 mil membros em relação aos países citados.

* Quando pensarmos nos 220 mil membros que temos, pensemos também na impressionante população do país — 110 milhões de habitantes, e veremos que estamos avançando muito pouco.

* Alguns outros países

que enfrentam crises financeiras estão avançando mais depressa em número de batismos, em relação à população.

* Quando vemos o Paraguai que ainda não atingiu dois mil membros, possuindo dois grandes sanatórios e colégios, ficamos a pensar sobre o que está ocorrendo com alguns campos de maiores recursos.

* Há necessidade de um avanço mais acelerado. No sábado, dia 4 de setembro, o diretor missionário de uma das grandes igrejas comunicou à congregação que quase todo o alvo da coleta estava alcançado. Mas demonstrou grande tristeza em suas palavras ao dizer que apenas sete pessoas dos 400 membros haviam saído ao trabalho. Não será esse um grave sintoma do que se passa em muitas igrejas?

* Se cada cinco membros trabalhassem e ganhassem uma alma para Cristo, não teríamos a média anual de 20 mil batismos no Brasil, mas 40 mil. Se não passarmos da média de 10% em batismos, levando em conta o número de membros, para 15 ou 20%, estaremos ficando para trás em relação a alguns países sul-americanos que enfrentam graves problemas financeiros mas que os superam com um trabalho de grande dedicação e sacrifício.

* Quando apresentamos o nosso "grande" número de membros mas o comparamos com a população, verificamos que muito teremos de avançar. Os nossos leigos devem ser levados a avançar mais depressa e o evangelismo pessoal e público deve ser a nossa maior preocupação.

* Que Deus nos ajude a avançar com fé e com muita dedicação. O nosso índice de um adventista para 500 habitantes é um desafio para cada pastor, para cada membro. Vamos melhorar? Vamos, pela graça de Deus e pelo nosso árduo e constante trabalho na busca de almas para o Reino de Deus. — Arthur S. Valle

Em entrevista concedida à autora deste trabalho¹⁰⁹, a representante do Conselho Federal de Educação, Eurides Brito da Silva menciona que o processo de solicitação de reconhecimento da Faculdade de Educação foi de certa forma um processo bastante tranquilo para ser analisado, uma vez que a Instituição procurava atender aos requisitos exigidos pelo MEC e enviava toda a documentação necessária conforme aos padrões e critérios necessários. Após a apreciação da documentação, procedia-se à visita da comissão designada para a inspeção a fim de avaliar se a instituição possuía condições estruturais e materiais para abrigar um curso de licenciatura. Nessa fase, menciona a assessora, os demais membros do CFE que não conheciam o IAE/FAED ficavam admirados com a estrutura que encontravam, uma vez que o campus era dotado de uma infraestrutura exemplar, ficando a cargo da comissão apenas observar e sugerir melhorias secundárias e que, geralmente, eram prontamente atendidas pela mantenedora. (BRITO, 2018).

Por fim, é publicado no *Diário Oficial da União* do dia 22 de outubro de 1976 o Decreto 78.607 com o reconhecimento do curso de Pedagogia - Licenciatura Plena com as habilitações em Administração Escolar e Magistério de Matérias Pedagógicas do 2º Grau da Faculdade Adventista de Educação.

O texto do Diário Oficial é o seguinte:

É concedido reconhecimento ao curso de Pedagogia, licenciatura plena, habilitações em Administração Escolar, 1º e 2º graus, e em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau da Faculdade Adventista de Educação [...].¹¹⁰

¹⁰⁹ Entrevista concedida à autora em 30/07/2018.

¹¹⁰ Anexo 19: DOU de 22/10/76 - Publica Decreto 78607 que reconhece o curso de Pedagogia e habilitações.

Figura 34- Decreto 78.607
Diário Oficial da União do dia 22 de outubro de 1976

11422-3-77

FACULDADE ADULTISTA DE ENFERMAGEM.
C/Postal, 7238
SÃO PAULO, SP

6

PÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE I
DECRETO Nº 78.607 - DE 21 DE JUNHO DE 1976

IV - Nº 103

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1976

DECRETO Nº 78.607 - DE 21 DE OUTUBRO DE 1976

Concede reconhecimento ao curso de Pedagogia, da Faculdade Adultista de Educação, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

quando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item XI, da Constituição, de acordo com o artigo 11 da Lei nº 5.590, de 23 de novembro de 1976, alterada pela Resolução nº 312, de 9 de setembro de 1976, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 2.632-76, emitido em 22 de setembro de 1976, resolve:

DECLARA:

Art. 1º É concedido reconhecimento ao curso de Pedagogia, mantida pela Faculdade Adultista de Educação, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1976; 165ª da Independência • 83ª da República.

JANSENIO GOMES
Ney Braga

11.14.043

Fonte: Arquivo permanente UNASP - EC

4.1. Formatura da primeira turma

A turma que iniciou os estudos na FAED iniciada em agosto de 1973 viria a se graduar em 26 de junho de 1977, sendo esta a primeira colação de grau da primeira Faculdade Adventista de Educação do Brasil e foi presidida por seu primeiro diretor, o americano Dr. Hampton Eugene Walker.

Foi em uma reunião da Congregação da FAED em 6 de março de 1977¹¹¹ que se decidiu estabelecer o fim de semana dos dias 24 a 26 de junho desse mesmo ano, como data para a formatura e colação de grau dessa turma. De acordo com Ritter (2018), em entrevista, essa foi a única turma noturna a se formar no período de existência da FAED.

Formaram-se nesta primeira turma da FAED apenas 10 alunas, com a titulação em Licenciatura em Pedagogia, Habilitação em administração escolar e Habilitação em educação religiosa.

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA:

1. Damaris Ribeiro Vidal Cypriano
2. Edith Almeida Fernandes
3. Elenita Marquat Paula
4. Elizabeth Lina Turcílio
5. Ione Bueno Marques
6. Maria Aparecida T. Almeida
7. Maria Aurora Pinheiro Lamberth
8. Maria de Lourdes Mello
9. Mercêdes Dias Guarda
10. Míriam Monteiro Borges

HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Elenita Marquat Paula

Elizabeth Lina Turcílio

Ione Bueno Marques

Maria Aurora Pinheiro Lamberth

Maria de Lourdes Mello

Mercêdes Dias Guarda

¹¹¹Anexo 20: Ata da reunião de 06/03/1977.

HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO RELIGIOSA.

Damaris Ribeiro Vidal Cypriano

Edith Almeida Fernandes

Elenita Marquat Paula

Elizabeth Lina Turcílio

Ione Bueno Marques

Maria Aparecida T. Almeida

Maria Aurora Pinheiro Lamberth

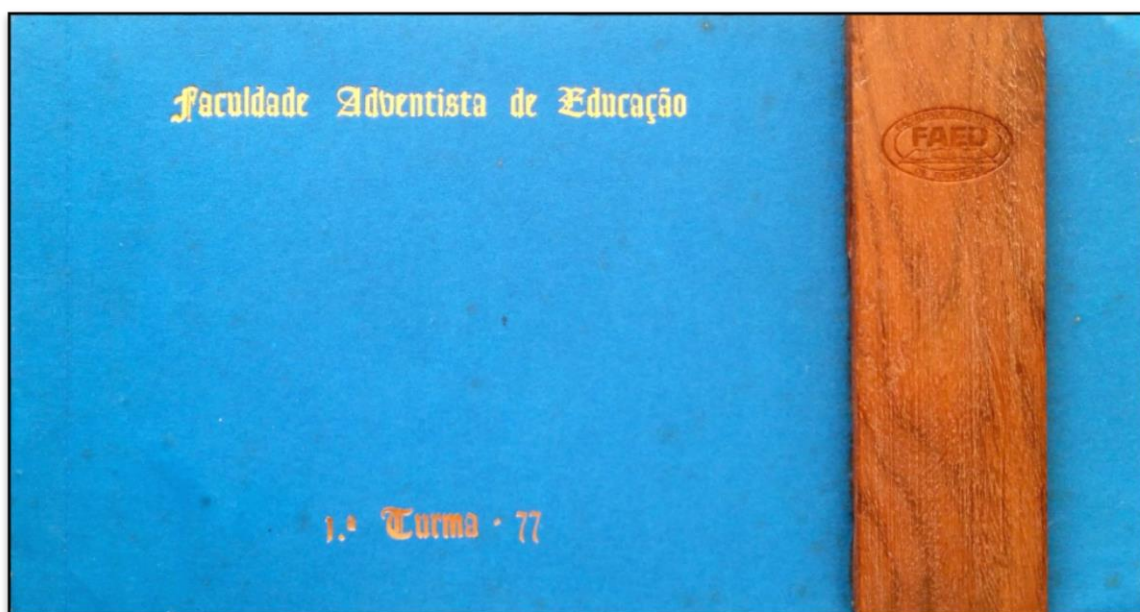
Maria de Lourdes Mello

Mercêdes Dias Guarda

Míriam Monteiro Borges

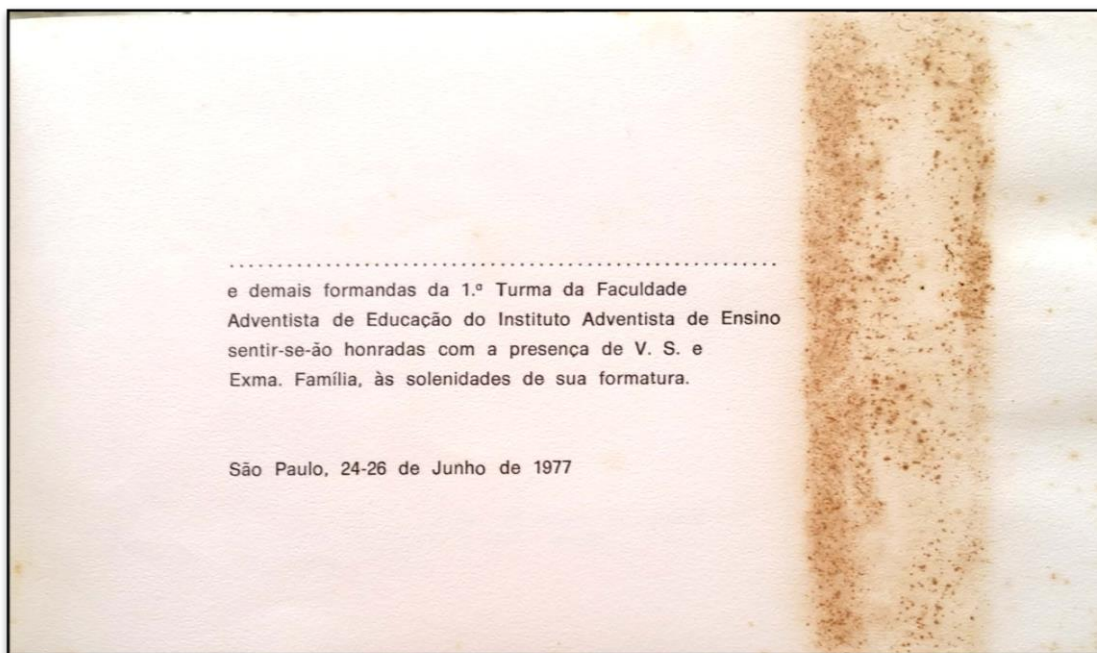
Ao comparar os nomes dos matriculados na primeira turma da FAED, conforme descrito anteriormente neste capítulo, percebe-se que dos 33 alunos e alunas que constavam na lista de matriculados, apenas 10 concluíram o curso e participaram da formatura, sendo todas do sexo feminino.

Figura 35 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 - Capa



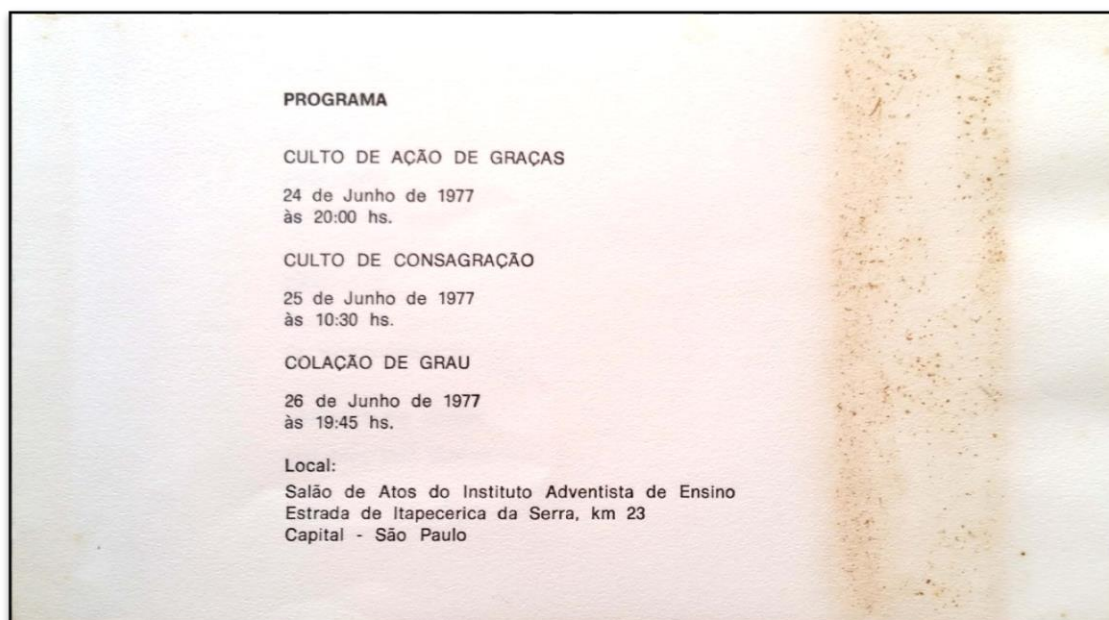
Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 36 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – Fl. 1



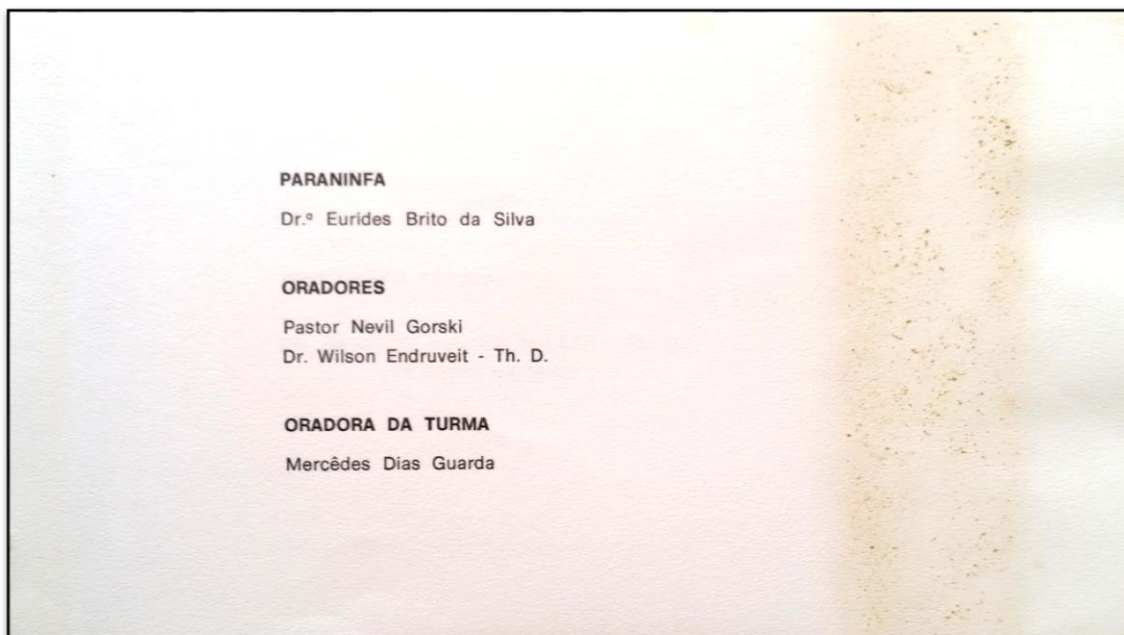
Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 37 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – fl. 2



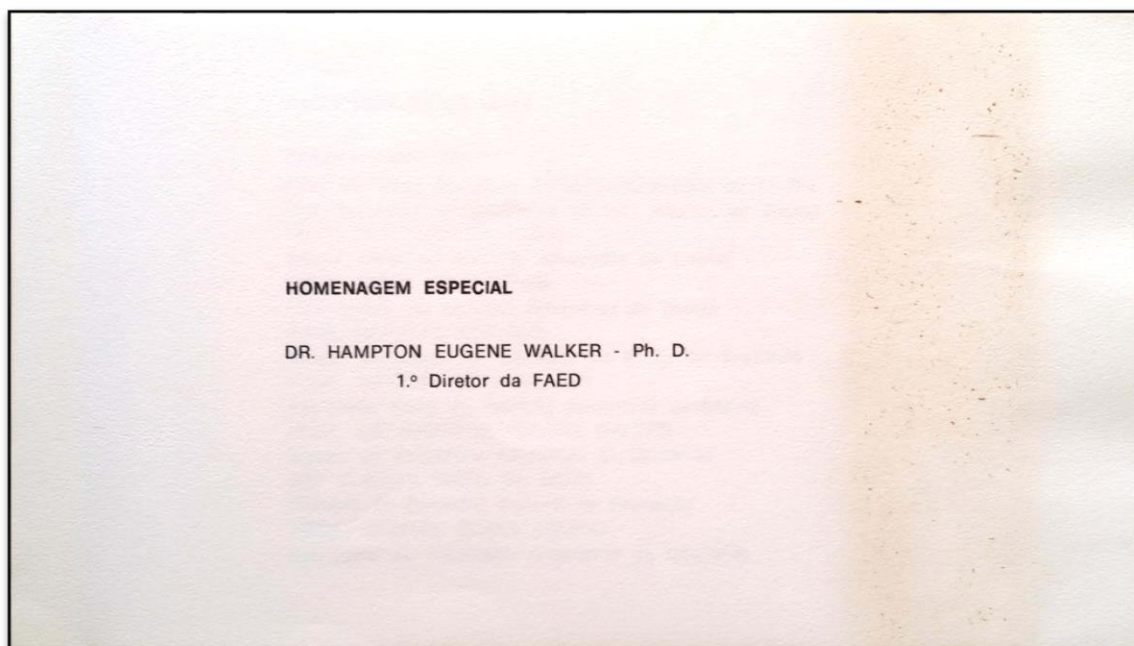
Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 38 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – fl. 3



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 39 - Convite de formatura primeira turma FAED – Jun/1977 – fl.4



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 40 – Formandas da primeira turma- FAED- – Jun/1977



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 41– Formandas da primeira turma- FAED- – Jun/1977



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 42 – Alunas da primeira turma FAED- Culto de ação de graças



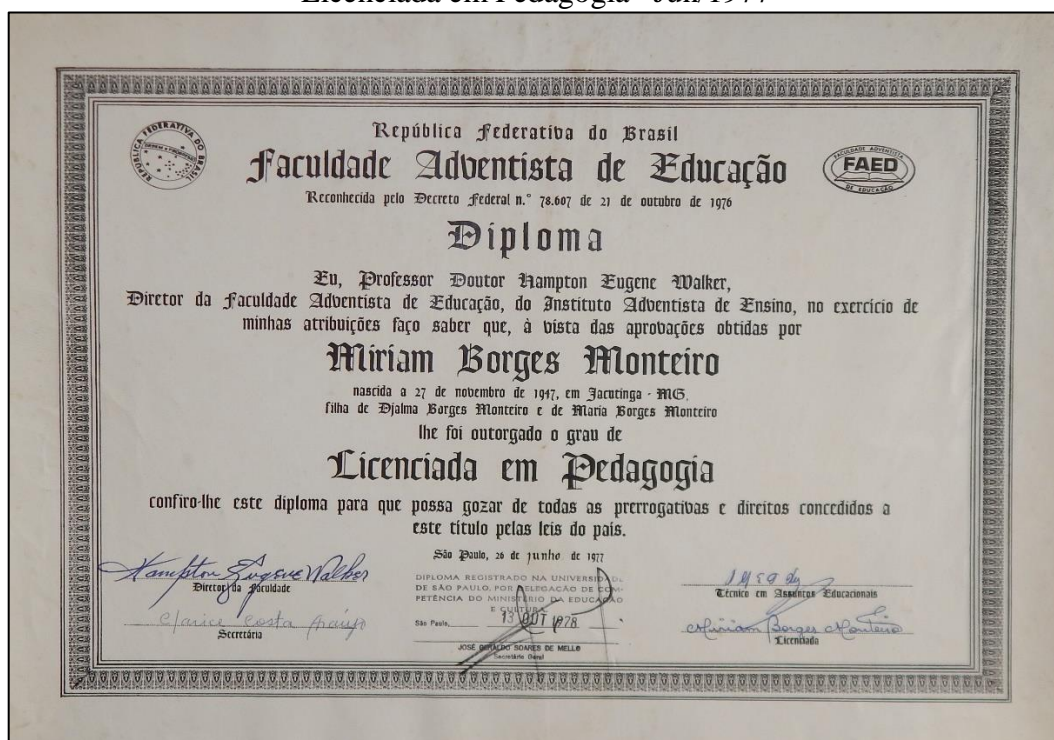
Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 43 – Alunas da primeira turma FAED e diretor Hampton Eugene Walker



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 44 – Diploma de aluna formada pela primeira turma- FAED
Licenciada em Pedagogia– Jun/1977



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Figura 45 – Diploma de aluna formada pela primeira turma- FAED
Habilitação em Professor em educação Religiosa - Jun/1977



Fonte: Arquivo pessoal da aluna Miriam Borges Monteiro

Houve grande repercussão dessa formatura no meio adventista, conforme noticiado pela *Revista Adventista*:

Um evento inédito realizou-se no Instituto Adventista de Ensino, no dia 26 de junho de 1977 — a primeira formatura da primeira e única Faculdade Adventista de Educação do Brasil [...] Foram dez as formandas nessa primeira colação de grau. Em sua maioria já exerciam funções educacionais, especialmente no magistério. O curso, então concluído, será de grande importância do aprimoramento profissional dessas pessoas, que já se tem destacado no Exercício do seu trabalho. (R.A. 1977).

Na mesma revista destaca-se a presença da Sra. Eurides Brito da Silva, membro do Conselho Federal de Educação do Ministério da educação, conforme noticiado:

Figura 46- Revista Adventista: a Primeira Colação de Grau da FAED

NOTICIÁRIO

do solução plausível, dirigida se ao "coração", pedindo conselhos.

Vários professores participaram do programa. Alguns respondendo com circunspeção; outros, com apenas três palavras.

Assim transcorreu aquela noite alegre, 12 de junho, Dia dos Namorados. Oxalá hajam aproveitado. — **Aurea Soares, diretora interna**

escola de educação superior foi iniciada em conjunto com a Faculdade de Teologia. Para organizá-la e dirigí-la, veio para o Brasil o missionário americano, Dr. Hampton Eugene Walker com a esposa, que já haviam trabalhado aqui durante 20 anos, tendo nascido em nossa terra os seus dois filhos.

A Faculdade de Educação funcionou durante dois anos ligada à Faculdade Adventista de Teologia, quando então foi transformada oficialmente para a Faculdade Adventista de Educação.

Alguns dos formandos iniciaram seus estudos no ano de 1971 e esperaram até que chegasse a oportunidade de terminá-los oficialmente.

A Faed é um curso de 4 anos de nível universitário para a preparação de professores do 1.º e 2.º Graus. Os formandos deste curso receberão o título de "Licenciado em PEDAGOGIA" com o direito de escolher três registros nas seguintes áreas específicas: Sociologia da Educação; Filosofia da Educação; Psicologia da Educação; Metodologia e Didática; Es-

trutura e Funcionamento do Ensino de 1.º e 2.º Graus e História da Educação. Cada formando poderá adquirir as duas habilitações oferecidas pela Faculdade de Educação: (1) Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais, e Administração Escolar para as escolas de 1.º e 2.º Graus.

Outro fato inédito no IAE é que essa formatura foi realizada no fim do primeiro semestre do ano escolar. A razão é que esta primeira turma começou seus estudos no princípio do segundo semestre do ano de 1973.

Foram dez as formandas nessa primeira colação de grau. Em sua maioria já exerciam funções educacionais, especialmente no magistério. O curso, então concluído, será de grande importância no aprimoramento profissional dessas pessoas, que já se têm destacado no exercício do seu trabalho.

Durante as solenidades de formatura, esteve presente a Professora Eurides Brito, membro do Conselho Federal de Educação, além de outras autoridades e dirigentes da organização Adventista. — **Erló Köhler**

FAED — Primeira Colação de Grau

Um evento inédito realizou-se no Instituto Adventista de Ensino, no dia 26 de junho de 1977 — a primeira formatura da primeira e única Faculdade Adventista de Educação do Brasil.

A primeira tentativa de estabelecer uma Faculdade de Educação foi feita no IAE, no ano de 1971, quando uma

Prof.ª Eurides Brito: representante do MEC na primeira formatura da FAED



Prof. Walker: cumprimentando uma das formandas da FAED.

Recolta Integrada em Bauru

Nos dias 16 e 17 de julho, a mocidade de Ribeirão Preto e São Carlos uniu-se à juventude adventista de Bauru, a fim de executar juntos o trabalho da recolta nesta cidade.

A recolta teve características de um verdadeiro congresso, reunindo cerca de





Um dos 5.000 lares de Bauru visitados pelos jovens recoltistas.

Ao fim do ano aconteceu outra formatura. A daqueles que iniciaram o curso no primeiro semestre de 1974. A seguir a listagem dos formandos, sendo 19 do sexo feminino e apenas um do sexo masculino. A lista encontrada nos documentos da FAED também traz a data de nascimento do formando, sua origem e a área em que pretende atuar.

- 1- Abigail Severino Chaves**
16 de outubro de 1953 são Paulo - Capital Objetivo: Orientadora e professora.
- 2- Daisy Lima da Silva**
03 de abril de 1951 Recife - Pernambuco Objetivo: Professora e Orientadora pedagógica.
- 3- Helenir Oliveira Moura**
08 de setembro de 1952 Araci - Bahia Objetivo: Diretora ou Secretária de Escola.
- 4- Ione Aparecida Winckler**
22 de junho de 1954. Xanxerê - Santa Catarina Objetivo: Orientadora e Professora.
- 5- Irmgard Sartoti**
26 de março de 1952 Presidente Getúlio - S. C. Objetivo: Professora e Orientadora.
- 6- Irene Edith Faiock Bonfim**
28 de janeiro de 1936- Cachoeira - Rio Grande do Sul Objetivo: Professora e Orientadora.
- 7- Laodicéa Da Conceição Borges**
20 de junho de 1951 Salvador - Bahia Objetivo: Diretora de Escola e Orientadora.
- 8- Lindinalva Ferreira Duarte**
14 de outubro de 1950 São Paulo - Capital Objetivo: Diretora e Orientadora.
- 9- Maria Das Graças C. Schulz**
27 de janeiro de 1950 Teófilo Otoni- Minas Gerais - Objetivo: Professora e Orientadora.
- 10- Marilene Rocha Peralta**
11 de agosto de 1955; - São Paulo - Capital Objetivo: Professora e Orientadora.
- 11- Miriã Dos Santos Goulart**
17 de setembro de 1953 Goiânia - Goiás Objetivo: Orientadora e Diretora.
- 12- Noemia Canuto De Souza**
04 de março de 1950 Garça - são Paulo Objetivo: Orientadora e Professora.
- 13- Osvaldina Marques Dourado**
17 de novembro de 1953 Guiratinga - Mato Grosso Objetivo: Professora e Orientadora.
- 14- Reni Menezes Shikako**
18 de novembro de 1953 Monte Alegre - Minas Gerais. Objetivo: Professora e Orientadora.
- 15- Romeu Nunes Delgado**
20 de fevereiro de 1951 Corumbá~ -Mato Grosso Objetivo: Administrador Escolar.
- 16- Rute Leão Melo**
18 de novembro de 1942 Manaus - Amazonas Objetivo: Orientadora.
- 17- Santa Martins Da Rosa**
06 de janeiro de 1951 São Pedro do Turvo - São Paulo· Objetivo: Professora e Orientadora.

18- Semilda Person

23 de setembro de 1953 Santa Rosa - Rio Grande do Sul Objetivo: Orientadora Educacional e Professora no 2º grau.

19- Solange Cerqueira da Silva

07 de abril de 1953 Teresópolis - Rio de Janeiro Objetivo: Professora e Orientadora.

20- Vasti Ferreira

01 de outubro de 1952 Taquara - Rio Grande do Sul Objetivo: Administradora Escolar e Professora.

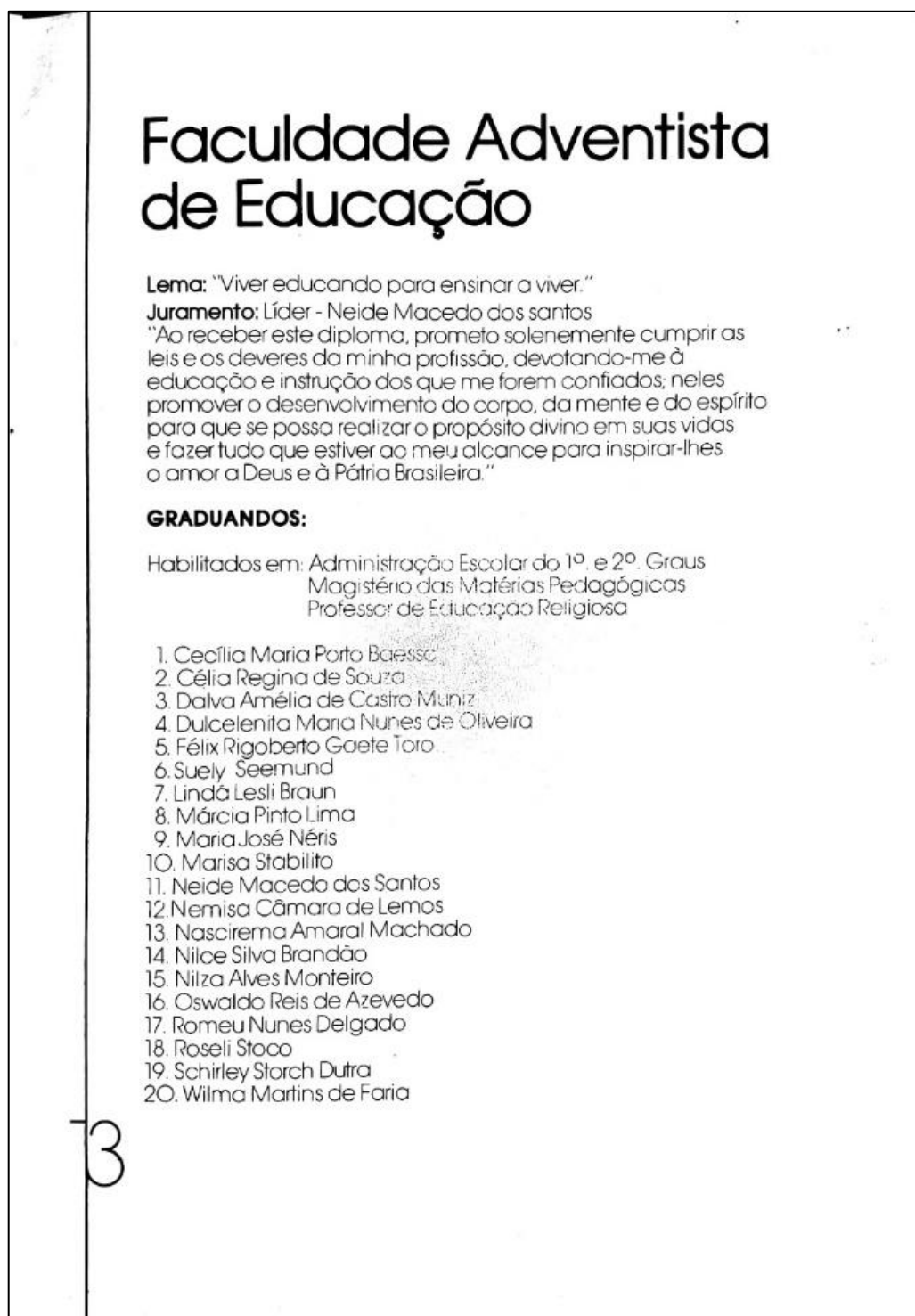
Nesta segunda formatura já se constata um aumento significativo no número de formandos, passando de dez para vinte formandos ao todo.

Abaixo os convites de formatura das turmas de 1978 (apenas capa e folha com rol de formandos da FAED), 1983 e 1990. Nas duas primeiras, vê-se que as três faculdades do IAE faziam a formatura numa mesma programação. Já em 1990 tem-se a formatura apenas da FAED, com um número bem expressivo em relação aos anos anteriores, com um total de 70 formandos.

Figura 47 - Convite da Formatura (1978) – Capa

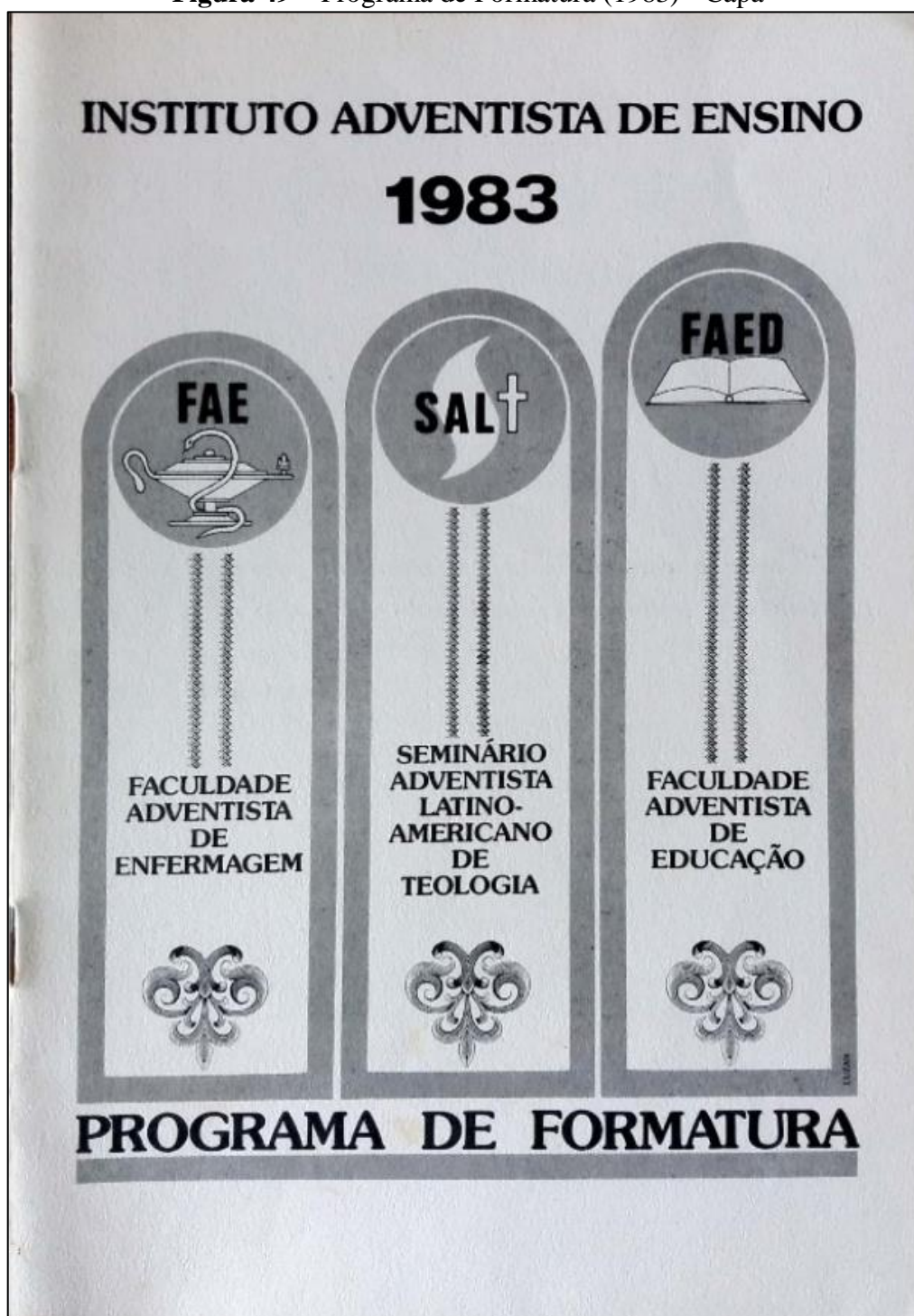


Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Figura 48- Convite da Formatura (1978) – FAED

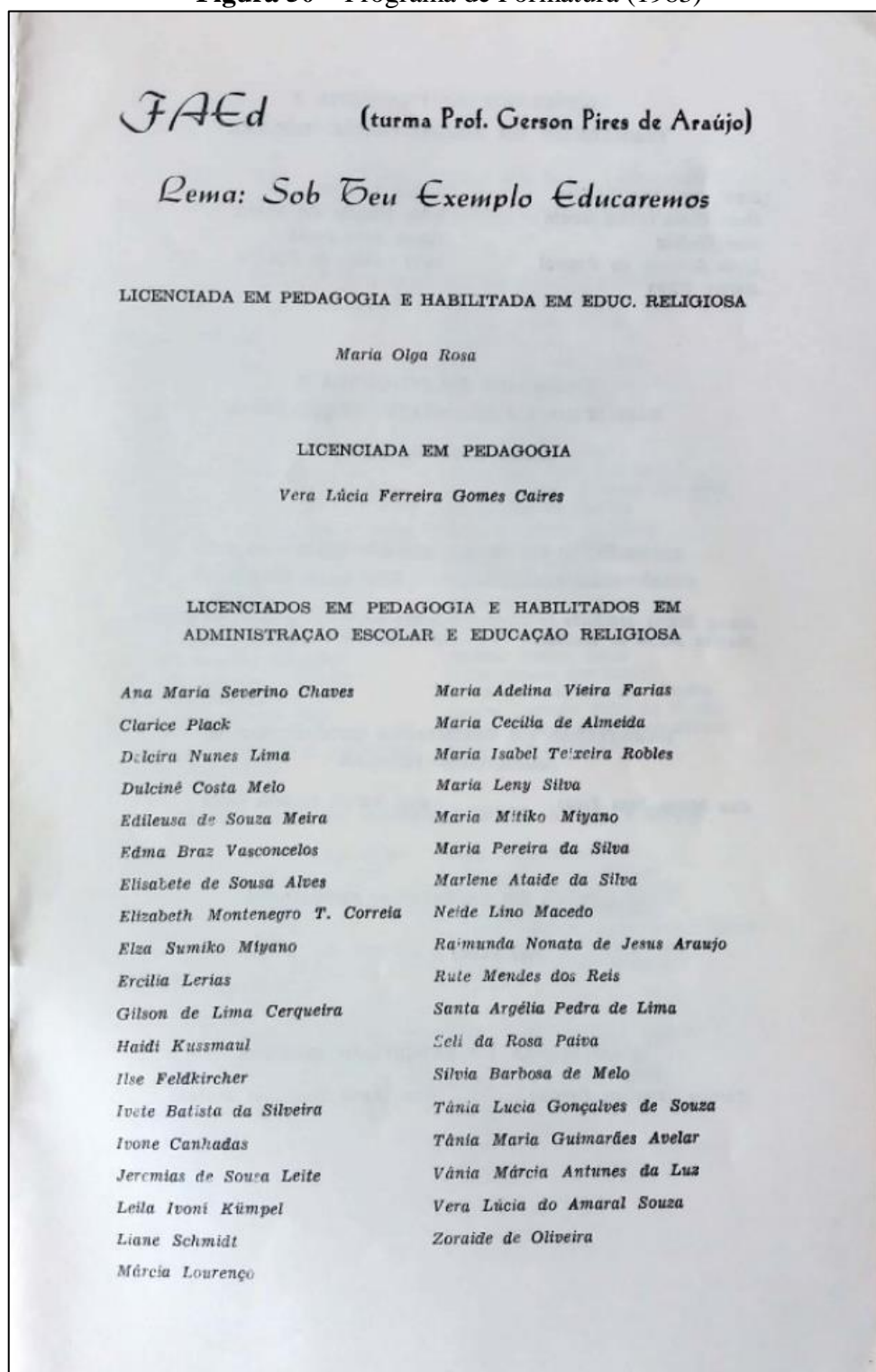
Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Figura 49 – Programa de Formatura (1983) - Capa



Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Figura 50 – Programa de Formatura (1983)

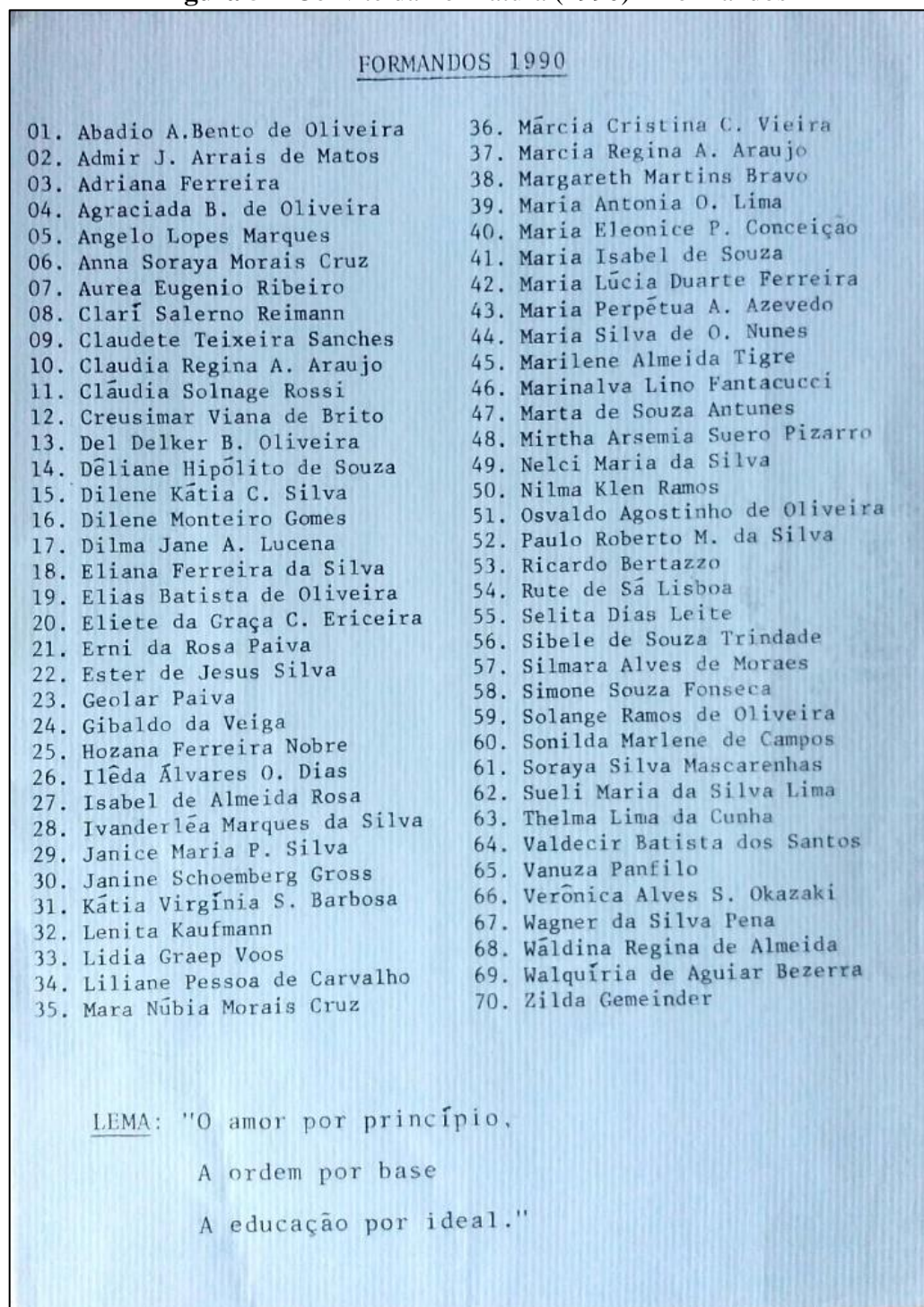


Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Figura 51- Convite da Formatura (1990) - Capa



Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

Figura 52- Convite da Formatura (1990) – Formandos

1.7 Habilitações

1.7.1 Administração escolar -1º e 2º graus e em Magistério das matérias pedagógicas de 2º grau

Em 01 de setembro 1976, o Conselho Federal de Educação, acolhendo o contido no *Processo 17016/75*, concorda com o *Parecer 2932/76*, CESu 1º grupo, defere o pedido de reconhecimento do Curso de Pedagogia, licenciatura plena, habilitação em Administração Escolar -1º e 2º graus e em Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º Grau. Esse ato foi publicado na *Documenta 190* do Conselho Federal de Educação, p. 137-138.

Na reunião da Congregação de 06 de março de 1977¹¹², fica estabelecida intenção de avançar no que se refere às habilitações da faculdade. É registrado um voto no qual a Congregação fará sugestão ao conselho deliberativo da mantenedora que estude a possibilidade de encaminhar à organização superior o pedido para oferecer a habilitação de Orientação Educacional na FAED. Mas é só em 14 de dezembro de 1978, em reunião da direção de departamentos¹¹³, dentre as outras decisões, foi votado enviar carta ao Conselho Federal de Educação a solicitando informações a respeito da habilitação em Orientação Educacional.

1.7.2 Orientação educacional e supervisão escolar

Na 26ª reunião da Congregação, realizada dia 4 de setembro de 1979¹¹⁴, dentre os votos tomados há o de solicitar ao conselho deliberativo autorização para enviar ao MEC solicitação de autorização para implantação das habilitações de **Orientação Educacional e Supervisão Escolar**.

Encontramos no arquivo permanente da do UNASP, um documento anônimo de duas páginas, do qual consta apenas data de 1981, intitulado de “Descrição da natureza do curso pretendido envolvendo sua concepção e objetivo”. O segundo parágrafo desse documento deixa claro seu conteúdo e objetivo: é um pedido de autorização para oferecer as habilitações citadas.

Eis o texto do segundo parágrafo:

Oferecendo desde o início habilitações em Administração Escolar, 1º e 2º graus e Magistérios das matérias pedagógicas, pleiteia agora oferecer também

¹¹² Anexo 20: Ata da reunião de 06/03/1977.

¹¹³ Anexo 21: Ata da reunião de 14/12/1978.

¹¹⁴ Anexo 22: Ata da reunião de 04/09/1979.

as habilitações: Orientação Educacional e Supervisão Escolar, 1º e 2º Graus sem aumento do número de vagas.¹¹⁵

Em 9 de Abril de 1980, através da *Documenta n. 233* Conselho Federal de Educação¹¹⁶, publicou o *Parecer 353/80*, de 09 de abril de 1980, *Processo 2108/79*. Este parecer contempla vários processos de várias instituições de ensino, dentre elas, o da Faculdade Adventista de Educação. O relatório começa com os seguintes dizeres: "Vinte e nove instituições solicitaram ao Conselho Federal de Educação autorização para o funcionamento de cursos novos ou de novas habilitações em cursos já existentes na área de pedagogia. Este parecer abrange dez casos...". O Parecer diz ainda o seguinte:

Em todos os DGEs a que pertencem às instituições pleiteantes não está comprovada a necessidade social da expansão de vagas do curso de Pedagogia. As análises feitas no parecer n. 812/79, cuja conclusão afirmou não ser aconselhável conceder novas autorizações do curso de pedagogia, nessas regiões, continuam válidas nesse ano de 1980. As correlações candidato/vaga nos concursos vestibulares andam, nas hipóteses mais otimistas, em volta de um. Por outro lado, há excesso de diplomados a espera de emprego. Sendo certo, entretanto, que as entidades fizeram seus pedidos com o fito de completarem o leque de ofertas de habilitações, segundo o elenco constante da resolução n. 2/69, sem qualquer intenção do aumento de vagas, NADA IMPEDE QUE SE AUTORIZE O PROSSEGUIMENTO DA ANÁLISE DOS RESPECTIVOS PROCESSOS. VOTO DO RELATOR. Em face das razões constantes no parecer, somos favoráveis ao prosseguimento da análise dos processos: (...) 1615/79 com as 160 vagas totais anuais já existentes. (...). Conclusão da Câmara: A Câmara de Planejamento aprova o voto do relator. (DOCUMENTA n. 233, 1980)

O parecer finda a decisão com os seguintes dizeres: "As instituições ficam com o prazo de 90 (noventa) dias para apresentarem os respectivos projetos". Finalmente sai a publicação na *Documenta 241* de dezembro de 1980, do Conselho Federal de Educação, do *Parecer 1405/80 CESu*, 1º grupo, aprovado em 4/12/1980, *Processo 1328/80*, autorizando as habilitações em **Orientação Educacional e Supervisão Escolar**.

Eis o texto do voto da relatora e da conclusão da câmara:

II - VOTO DA RELATORA

À vista dos dados constantes do processo e do relatório dos Técnicos em Assuntos Educacionais, designados pela Portaria n.59, de 27/10/80-DEMEC/ SP, vota a Relatora, no sentido de autorizar o funcionamento das habilitações: Orientação Educacional e Supervisão Escolar no curso de Pedagogia, ministrado pela Faculdade Adventista de Educação, com sede na cidade de São Paulo - SP, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, sem

¹¹⁵ Anexo 23: Descrição da natureza do curso pretendido envolvendo sua concepção e objetivo 1981

¹¹⁶ Anexo 24: *Documenta 233* - Conselho Federal de Educação – Publicação: habilitação em orientação escolar Abr/1980.

aumento de vagas, para completar o leque de oferta das habilitações. Permanecem, pois, as 160 vagas anteriormente autorizadas. É o nosso parecer.

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 1º Grupo, acompanha o voto da Relatora. Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1980.

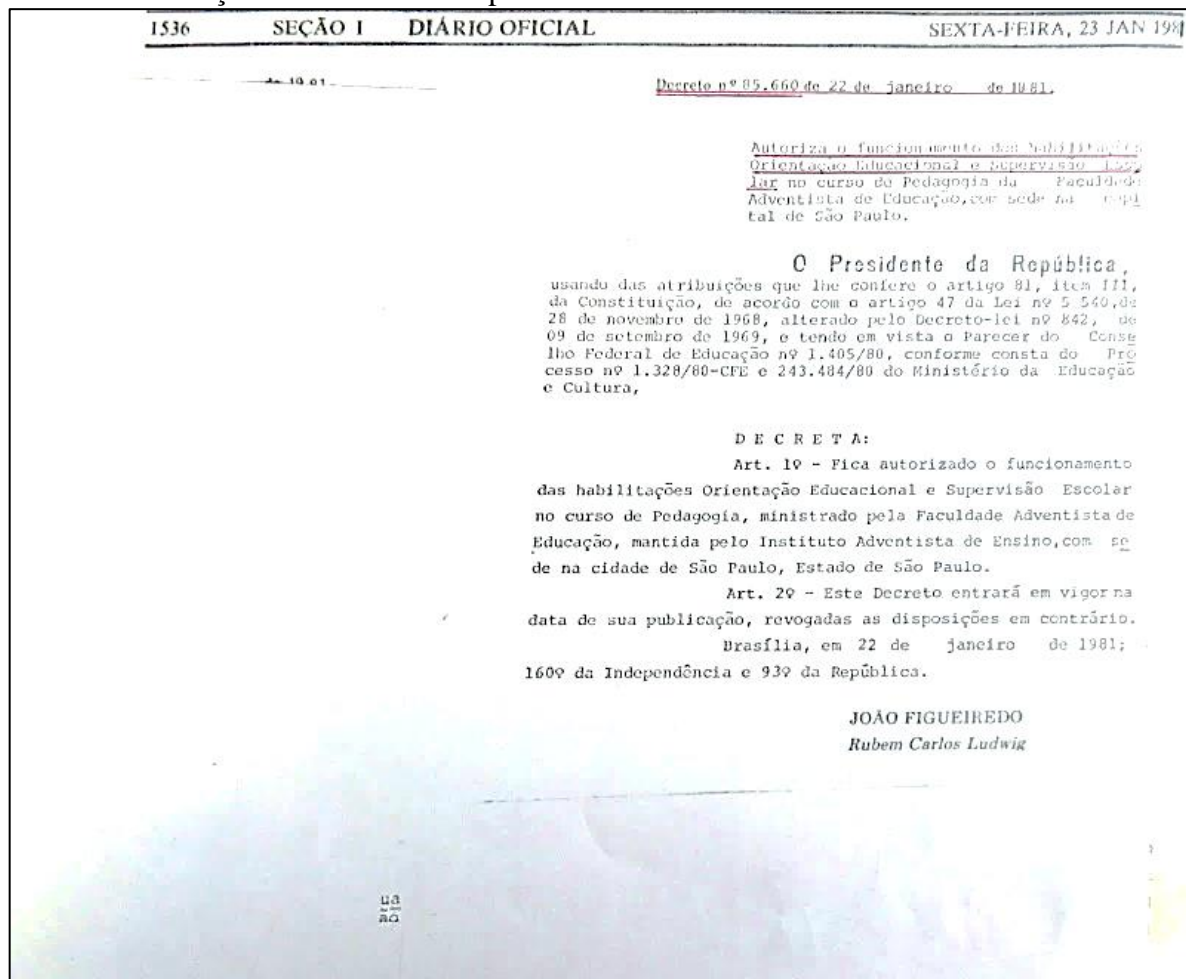
Dom Serafim Fernandes de Araújo-Presidente. Eurides Brito da Silva - Relatora.

Figura 53- Documenta 241, de dez (1980) – CFE - Parecer 1405
Autorização de habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar.

de implantação de mais duas habilitações.	Eunice Lourenço Welling — Currículos e Programas — Pode ser aceita.
II — VOTO DA RELATORA	Waldemar Groschei — Medidas Educacionais — Grêmios Vocacionais — Estatística Aplicada à Educação — Pode ser aceita.
A vista dos dados constantes do processo e do relatório dos Técnicos em Assuntos Educacionais, designados pela Portaria n.º 59, de 27/10/80 — DMEC/SP, vota a Relatora, no sentido de autorizar o funcionamento das habilitações: Orientação Educacional e Supervisão Escolar no curso de Pedagogia, ministrado pela Faculdade Adventista de Educação, com sede na cidade de São Paulo — SP, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, sem aumento de vagas, para completar o leque de oferta das habilitações. Permanecem, pois, as 160 vagas anteriormente autorizadas.	Humberto Luis dos Reis — Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1.º e 2.º Graus — Pode ser aceita.
É o nosso parecer.	Isai Sogovia Oliveira — História Geral — Mestre em História — Pode ser aceita.
III — CONCLUSÃO DA CÂMARA	Renato Gross — Princípios e Métodos de Supervisão Escolar — Currículos e Programas — Pode ser aceita.
A Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, acompanha o voto da Relatora.	Uairir Santos de Aguiar — Educação Física — Pode ser aceita.
Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1980. — Dom Serafim Fernandes de Araújo — Presidente, Eurides Brito da Silva — Relatora.	José Iran Miguel — Língua Portuguesa — Pode ser aceita.
ANEXO	Gláucia Basso dos Santos — História da Educação — Didática Geral — Metodologia do Ensino de 1.º e 2.º Graus — Pode ser aceita.
CORPO DOCENTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL TUIUTI — PI
Maria do Carmo Pacheco Rabello — Princípios e Métodos de Orientação Educacional — Mestre em Orientação Educacional — Pode ser aceita.	Autorização para funcionamento dos cursos de Fisioterapia, de Terapia Ocupacional e de Fonoaudiologia, da Faculdade de Reabilitação Tuíuti
Obs.: Deve deixar de lecionar Psicologia da Educação para não ultrapassar o total de 3 disciplinas.	Parecer n.º 1.409/80 CESu, 1.º Grupo Aprovado em 4/12/80 Processos n.ºs 20, 21 e 22/80
Gerson Feres de Araújo — Filosofia Geral — Pode ser aceita.	I — RELATORIO
José Carlos Juliano Ehling — Sociologia da Educação — Psicologia da Educação — Pode ser aceita.	1. Preliminares
Iraci Castelo Cunha — Sociologia da Educação — Filosofia Geral — Pode ser aceita.	1.1. Pelo DC-197/80, de 4/11/80 a Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, aprovou a designação de nova Comissão Verificadora para verificar in loco se as deficiências apontadas pela primeira Comissão Verificadora e tidas como sanadas pela Sociedade Educacional Tuíuti, de fato e foram de modo satisfatório (Cl. 52-487/80 Item 2, do Mérito).
Documenta (241) Brasília, dez, 1980	58

Em 04 de dezembro de 1980 foi publicado no *Diário Oficial da União* o Parecer 1405/80 CESu.

Figura 54- DOU - Publicação de Autorização de Habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar – Decreto n. 85660 de 23/01/1981



Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

1.7.3 Magistério do 1º nível

Em continuidade ao ideal de ampliação das habilitações a serem oferecidas pela FAED, em reunião da congregação da FAED realizada em 1 de abril de 1981¹¹⁷ dentre os votos proferidos, destaca-se o de encaminhar ao conselho deliberativo da Mantenedora e ao Conselho Federal de Educação solicitação para autorização da habilitação de Magistério do 1º nível.

¹¹⁷ Anexo 25: Ata da reunião de 01/04/1981.

Não encontramos muitas informações a respeito do processo autorizador dessas habilitações mas o diretor da Faculdade Adventista de Educação, Professor Orlando Rubem Ritter, através do *Ofício 128/ 86*, de 18 de dezembro de 1986¹¹⁸, se dirige ao Professor Nelson Boni, delegado de ensino do ministério de Educação e Cultura, SP, fazendo uma série de solicitações de esclarecimentos a respeito de legislação vigente quanto à reestruturação do curso e encontramos nesse documento a declaração, na folha número 4, que afirma que em 1986 já está se formando a terceira turma com habilitação em Magistério para as séries iniciais do 1º grau e Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau.

1.7.4 Reconhecimento das habilitações orientação educacional e supervisão escolar

O Professor Walter Boger, diretor geral do IAE, em 15 de agosto de 1983, encaminha à doutora Dalva de Assumpção Souto Mayor, Delegada do MEC, processo que “tem o objetivo de reconhecer as habilitações de Orientação Educacional e Supervisão Escolar do Curso de Pedagogia desta instituição.”


Vimos por meio desta solicitar a que V. Sa. digno-se encaminhar ao setor competente o presente processo que tem o objetivo de Reconhecer as Habilitações de Orientação Educacional e Supervisão Escolar do Curso de Pedagogia desta instituição (CARTA, 1983).¹¹⁹

O processo em si conta com 49 páginas, contendo toda a documentação necessária para o reconhecimento do curso. Após envio de diversos outros documentos complementares para satisfazer as diligências do Conselho Federal de Educação, através do *Ofício 1145/DEMEC/SP/DSC* de junho de 1987, a Delegacia Estadual do Ministério da Educação e Cultura (DEMEC), de São Paulo, informa sobre a nomenclatura a ser adotada e que “o pedido aprovado foi encaminhado para a Divisão de Registros Acadêmicos da USP e ao Setor de Registro desta DEMEC/SP, sua proposta aprovada com as modificações referidas acima.” (OFÍCIO n. 1145 - DEMEC/SP/DSC de junho de 1987).

¹¹⁸ Anexo 26: Ofício 128/86 FAED.

¹¹⁹ Anexo 27: Carta de Encaminhamento de Processo ao MEC 15/08/1983.

Figura 55- Ofício 1145/DEMEC/SP/DSC de junho de 1987



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 DELEGACIA DE SÃO PAULO

Ofício nº 1145 /87/DEMEC/SP/DSC Em 08 de junho de 1987

Do Delegado do Ministério da Educação em São Paulo

Ao Diretor da Faculdade Adventista de Educação

Assunto - Encaminha parecer à respeito do apostilamento de habilitação reestruturada em Pedagogia Par.584/83

Ref: Processo nº 23033.027654/86-14

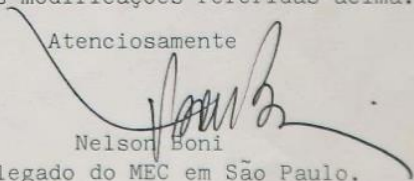
Atendendo a solicitação de V.Sa. protocolada neste Órgão sob o número acima epigrafado, cumpre-me informá-lo que analisamos a sua proposta de apostilamento da habilitação reestruturada do curso de Pedagogia pelo Parecer nº 589/83 do CFE e, concordamos com a mesma, porém com as seguintes modificações:

Em relação ao nome da habilitação, a mesma passaria a ser Magistério para as séries Iniciais do 1º Grau/Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau.

No que diz respeito a citação do ato oficial que reestruturou o curso, a mesma deve ser: Reestruturada pelo Parecer nº 589/83 do CFE, homologada pelo Despacho Ministerial de 23.03.84 - D.O.U. de 26.03.84.

Informo ainda, que encaminhamos à Divisão de Registros Acadêmicos da USP e ao Setor de Registro desta DEMEC/SP, a sua proposta aprovada com as modificações referidas acima.

Atenciosamente


 Nelson Boni
 Delegado do MEC em São Paulo.

Ilmo. Sr.
 Prof. Orlando Rubem Ritter
 DD. Diretor da Faculdade Adventista de Educação
 Estrada de Itapecirica da Serra, nº 23
 05835 - Itapecirica da Serra - SP.

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

1.8 Implantação dos cursos de Letras e de Ciências

No ano de 1988, dois novos cursos são implantados no IAE, ambos vinculados à Faculdade Adventista de Educação. O Decreto 96.045, de 18/05/1988, publicado no Diário Oficial da União em 19/05/1988, autorizou o funcionamento do curso de Letras com habilitação em Português e Literatura da Língua Portuguesa.

A *Revista Adventista* de novembro de 1988 trouxe a notícia a respeito do início da Faculdade de Letras:

União Central informa:

Educação e Saúde

Curso superior — O IAE já está com a Faculdade Adventista de Letras funcionando. A 1ª turma tem 36 alunos e as aulas tiveram início em agosto.

Figura 56- Revista Adventista (1988)¹²⁰

Gente em Destaque

Bodas de Ouro



Do casal Antônio e Thereza Rizzoli, no dia 30 de julho, na Igreja do IASP, em Hortolândia. Segundo Luiz Neves, amigo da família, oito filhos do casal, 22 netos, noras, genros e familiares de perto e de longe reuniram-se para um prazeroso culto de Ação de Graças. A cerimônia foi oficiada pelo Pastor Honório Perdomo, aposentado.

Bodas de Ouro



Do casal Manoel Antônio e Valdomira Granja, em Sapiranga, RS, no dia 28 de setembro de 1986. Na mesma ocasião, foi realizado o casamento da neta do casal, Clenira, com Augusto da Silva.

Bodas de Ouro



Do casal Justino e Adelina Fonseca, no dia 28 de julho, em Santa Bárbara do Sul, RS. Adventistas dedicados, o casal colaborou com a construção da nova igreja da cidade. O Pastor Waldemar Leitzke, jubileado e cunhado do casal, realizou a cerimônia.

Bodas de Ouro



Do casal Maurício e Maria Valéria Castelhão, no dia 19 de junho, em Catu, BA. Pioneiros adventistas em Catu, o casal tem dois filhos que trabalham no Hospital Silvestre, Valvaldo e Valmir, «ov e netos e dois bisnetos».

União Central informa

Educação e Saúde

Curso superior — O IAE já está com a Faculdade Adventista de Letras funcionando. A 1ª turma tem 36 alunos e as aulas tiveram início em agosto.

Santo André terá 22º grau em 1989 — É a primeira escola em toda a União a ter seu pedido para implantação do 2º grau aprovado pelos órgãos competentes. Iniciará em 1989.

Festival de corais — O Departamento de Educação da APS realizou, em 11 de setembro, na Igreja do IAE, o VI Festival de Coros das Escolas Adventistas do Sétimo Dia, com mais de 2.000 vozes.

Novo hospital — Está em projeto, o futuro Hospital de Artur Nogueira, no Novo IAE, que terá 30 apartamentos para medicina convencional, e 30 para tratamentos naturais.

Penetração

Mato Grosso — A cidade de Jaciara, evangelizada em 1986, é hoje sede de distrito. As cidades de Juru, Vila Bela, Vila Rica, e as vilas de Gaúcho do Norte, Entre Rios e Três Barras, foram penetradas em 1987, bem como os bairros cuiabanos CPA IV, Osmar Cabral e Ribeirão do Lipa, além de Jardim Imperial, em Várzea Grande. A população dos 24 municípios não alcançados (total de 157.232 habitantes) corresponde a 10,57% do total do Estado.

Goiás — O ano de 1987 terminou com 126 municípios em que há adventistas, contra 118 ainda não atingidos. A área não atingida corresponde a 19,34% da população do Estado. Ao todo, 13 municípios foram penetrados em 1986 e 1987.

Associação Paulista Oeste — Em 1986 e 1987, foram penetradas 14 cidades: Américo Brasiliense, Brotas, Duartina, Guaraçaf, Iacanga, Ibirá, Itapira, Planalto, Potirendaba, Santa Gertrudes, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Tabapuã e Urânia. Quinze novos bairros foram evangelizados em cidades maiores. Dos 451 municípios do Campo, 211 não possuem nenhum adventista (46,78%).

Revista Adventista, Novembro 88

Fonte: *Revista adventista* - novembro de 1988. p. 26

¹²⁰ A notícia sobre a primeira turma da faculdade de letras está destacada em amarelo mas destacamos também, em azul, notícias sobre o crescimento do sistema educacional adventista: inauguração da escola na Vila Galvão, planos de construção no Tucuruvi, prosseguimento de obras em São José dos Campos, planos de construção de escola em Osasco e início do 2º grau na escola de Santo André.

O Decreto 97.332 de 21/12/1988, publicado no Diário Oficial da União em 22/12/1988, autorizou o funcionamento do curso de Ciências, Licenciatura de 1º grau. A *Revista Adventista* de janeiro de 1989, p. 28, anuncia o início de seu funcionamento para 1989. Um total de 370 vestibulandos concorreriam às vagas das faculdades de Teologia, Educação, Enfermagem, Letras e Ciências já em janeiro de 1989, conforme noticiou a *Revista Adventista* de março de 1989, p. 81.

Em meio aos documentos da FAED, encontrei parte de um documento datilografado em formulário padronizado do MEC, o qual se refere provavelmente ao processo de pedido de autorização de funcionamento do curso de Ciências¹²¹, contendo o *Regimento da Faculdade Adventista de Educação*, datado ao fim como sendo de 19/05/1985. No Título III – Da Organização Didática-, Capítulo I – Dos Cursos, artigo 23 traz o rol de cursos oferecidos pela faculdade:

Art. 23 – A Faculdade ministrará o curso de Graduação em Ciências nas seguintes modalidades:

- I. Habilitação em Ciências para o magistério do primeiro grau.
- II. Habilitação em Matemática para o magistério do primeiro grau.
- III. Habilitação em Matemática (plena) para o magistério do segundo grau.
- IV. Habilitação em Biologia (plena) para o magistério do segundo grau.
- V. Habilitação em Física (plena) para o magistério do segundo grau.
- VI. Habilitação em Química (plena) para o magistério do segundo grau.

1.9 Curso de Educação Artística

No ano de 1996 foi dada entrada a pedido de autorização para que a FAED oferecesse o curso de Educação Artística, com habilitação em música, a ser ministrada no *campus* de Engenheiro Coelho. O processo é protocolado no MEC sob número 23000.006864/96-19. Analisado o pedido, foi publicado no *Diário Oficial da União* de 23 de maio de 1997 um parecer favorável ao prosseguimento do processo de autorização do curso. Quatro meses após, em setembro de 1997, o Ministério da Educação e do Desporto designa (portaria 172, publicada no *Diário Oficial da União* em 10 de setembro de 1997) comissão para verificar a existência de condições para a autorização de funcionamento. Tal comissão verificadora disporia do prazo de 30 (trinta) dias para visitar a instituição e apresentar relatório conclusivo.

¹²¹ Devido ao documento estar incompleto não foi possível precisar qual sua finalidade.

Após parecer favorável da comissão, em 11 de maio de 1998, foi publicada no *Diário Oficial da União* portaria que autoriza o funcionamento do curso de Educação Artística. A portaria N. 372, de 8 de maio de 1998, tem o seguinte teor:

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.845, de 28 de março de 1996, e tendo em vista o Parecer nº 215198W Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo nº 23000.006864196-19, do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Educação Artística, licenciatura plena, com habilitação em Música, a ser ministrado pela Faculdade Adventista de Educação, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, com sede na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA (DOU, de 11 de maio de 1998)

Assim, estava autorizado o funcionamento do curso de Educação Artística, licenciatura plena, com habilitação em Música, a ser ministrado pela Faculdade Adventista de Educação, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, com sede na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo, com sessenta vagas totais anuais, no turno diurno.

Em 2002 é conquistado o reconhecimento do curso. Após verificação das condições de funcionamento e demais exigências legais, em 13 de maio de 2002 seria publicada no *Diário Oficial da União* a portaria N. 1.379, de 9 de maio de 2002 que reconhece, pelo prazo de quatro anos, curso de Educação Artística.

1.10 Um novo curso de Pedagogia no campus São Paulo

Conforme mencionado anteriormente neste trabalho, a FAED foi transferida para o *campus* Artur Nogueira/Engenheiro Coelho nos anos 1992-1994. No entanto, logo após a promulgação da LDB 9394/96, e da crescente demanda em formação de nível superior para atuar nas escolas de Educação Básica do país, voltou a crescer a procura pelo curso de pedagogia no *campus* São Paulo, com isso, um novo curso de Pedagogia foi aberto em 1997, e autorizado pela Portaria n. 860/98 e Portaria n. 81/99 em 1999. Em setembro desse mesmo ano, o UNASP passou a constituir-se Centro Universitário Adventista de São Paulo (KLEIN, 2008).

1.11 Impressões de um diretor sobre o ambiente escolar na FAED

Apesar do vasto conjunto de documentos e fontes encontrados e explicitados nesta pesquisa serem essenciais para a sua solidez, há um tipo de fonte cuja relevância e pertinência tornam-se de fundamental importância para o enriquecimento deste trabalho e, portanto, dela não se pode prescindir, especialmente porque não consta em documentos oficiais, decretos, atas, publicações institucionais etc. Trata-se do depoimento do Professor e ex-diretor da FAED, Orlando Rubem Ritter, o qual foi concedido à autora deste texto por ocasião de entrevista concedida em 30 de julho de 2018, no apartamento da família, na cidade de Peruíbe, durante sua passagem rápida pelo estado de São Paulo. Apesar de ter residido no estado por mais de 70 anos, atualmente o professor Ritter e a esposa Edda residem em Campo Grande-MS, ao lado de uma de suas filhas. Certamente que os seus 94 anos de idade poderiam ser um empecilho para que nos concedesse a entrevista, mas, felizmente, além da boa vontade dos familiares que proporcionaram o nosso encontro, ainda foi possível contar com a vivacidade da sua memória, que trazia à tona fatos e detalhes de toda a sua passagem pelo Seminário/CAB/IAE/ como aluno, professor e diretor. Portanto, suas palavras, carregadas de informações, com certa melancolia e extremo orgulho da escola que dirigiu por mais de 20 anos, relata:

A Faculdade Adventista de Educação (FAED) foi fundada no segundo semestre de 1973 e registrou um desenvolvimento notável, especialmente depois de 1978, quando passou a funcionar no período vespertino e adotou o lema ‘Educando educadores’ [...] Com um uniforme sugerido e escolhido pelos próprios alunos em 1977 (isso parece incrível num curso superior, mesmo sendo adventista), as moças, com suas saias azuis (azul Faed), e blusas brancas, coloriam as alamedas iaenses (RITTER, 2018).

Em relação aos depoimentos prestados pelo Professor Ritter, percebe-se a adoção de todo um conjunto de apropriações, representações e práticas (CHARTIER, 1990) de um modelo cultural característico da época em que se procura reproduzir um modelo que fosse considerado o ideal, culto e exemplar. Para tanto, Silva (2006, P. 54), ao estudar a utilização dos uniformes escolares, menciona a sua contribuição para a consolidação da cultura escolar¹²²

Procura-se estudar os uniformes escolares, enquanto prática de uso recorrente na escola, podendo contribuir para que melhor se conheçam objetos pertinentes à cultura escolar, que podem influenciar na formação das pessoas assim como o espaço escolar e a relação professor-aluno. Desta forma, pergunta-se, como fez Marta Carvalho (1998), citando Pierre Bourdieu, se, mediante esses estudos é possível chegar a compreender: “o que é que as

¹²² Embora a autora aborde a utilização dos uniformes escolares nas escolas públicas de São Paulo, no período de 1950 a 1970, considero que a análise empreendida sobre a representação da utilização desses uniformes na consolidação da cultura pedagógica, possui semelhança em relação ao contexto da FAED.

“pessoas fazem com os modelos que lhes são impostos ou com os objetos que lhes são distribuídos” (op. cit., p. 34) A cultura escolar, esse conjunto de valores, regras, normas, objetos, é construída através de conflitos e em função de dinâmicas sociais. Os processos organizacionais que existem no interior na instituição escolar fazem referência a este jogo educacional e cultural formado pela estruturação do saber e pela transmissão de conteúdos cognitivos e simbólicos. Através do conceito de cultura escolar são colocadas em foco as práticas que constroem a sociabilidade escolar e, de uma forma também escolar, de transmissão cultural.

Figura 57 - Alunas da FAED uniformizadas (1985)



Fonte: Foto cedida pelo historiador Elder Hosokawa

Figura 58 - Alunos uniformizados em frente à Escola E.F.-IAE-SP



Fonte: Foto cedida pelo historiador Elder Hosokawa

Figura 59- Prédio FAED e FAT (Década de 1980)



Fonte: Foto cedida pelo historiador Elder Hosokawa

Figura 60- Orlando Ritter (ao centro) com alunos (as) da FAED (Década de 1980)



Fonte: Foto cedida pelo historiador Elder Hosokawa

Em tom saudoso, relembro momentos de êxito da Instituição e também de sua atuação enquanto aluno, professor e diretor.

Aos 6 anos de idade, em 1930, conheceu o CAB, onde passou uma semana hospedado enquanto seu pai participava de reuniões administrativas da igreja. Em 1938 chega definitivamente ao CAB, aos 14 anos incompletos, para se matricular no primeiro ano ginásial. Pretendia fazer teologia em seguida. Em 1943,

atendendo a sugestão do professor Renato Oberg [...] que pediu que alguns alunos com bom aproveitamento, entre eles Nevil Gosrki e eu, ingressássemos na Universidade de São Paulo (USP). O objetivo era formar professores para o Colégio, que necessitava de mais profissionais (RITTER, 2014, p. 51).

A partir de 1944, enquanto cursava Matemática e Física na USP, já lecionava essas matérias no CAB. Era a primeira vez que dava aulas. Concluí meu curso na USP em 1949. Envolve-se com as matérias de Ciência e Religião e Criacionismo. Nos anos 1960 exerceu atividades de direção interna do IAE (63-65 e 67-68), de vice diretoria do Ensino Básico (62-65), diretoria da Faculdade de Teologia (69-70) e vice-diretor geral do IAE (69-76). Em 1973 deixa de lecionar Física e Matemática e começa suas atividades na FAED lecionando Técnicas de Pesquisa e Princípios de Administração Escolar. Em 1977 assume a direção da FAED

exercendo esse cargo até a completa mudança de sede da FAED para Artur Nogueira/Engenheiro Coelho, entre 1992 e 1994¹²³

Ritter relata em seu livro autobiográfico muitos momentos vivenciados durante os 66 anos no CAB/IAE/UNASP, dos quais atuou como professor por cerca de 60 anos.

A personalização institucional da FAED era também evidenciada pelo fato de a Escola possuir uma bandeira que era hasteada com a bandeira nacional e do IAE, e um hino cantado em cerimônias especiais. A recepção e a integração de alunos da FAED eram feitas no início do ano letivo, no salão nobre da instituição, quando eram apresentados professores, administradores e alunos calouros. Na ocasião eram apresentados os ideais educacionais da instituição. Primava-se para que as partes a serem apresentadas fossem marcadas por alegria e permeadas pela solenidade. Após o programa era servido um jantar que, por sua qualidade, passou a ser marcante na instituição (Op. cit., p. 89-90).

O hino a que se refere o professor Ritter é o Hino da FAED, composição musical de Gérson Gorski Damaceno e letra baseada em poema de Dulcelenita de Oliveira (formanda de 1978). Eis a letra:

1. *Na colina iaense, na capital Bandeirante!
A FAED resplandece como o sol com seu brilho Radiante!*
Coro:
FAEDE faculdade sorriso!
FAEDE que inspira otimismo!
FAEDE deve preparar obreiros!
2. *O teu lema é sublime e o teu alvo gigante:
Educando o ser humano para mudar sempre seu semelhante.*
3. *Em tua graça confiamos, Templo de muito altruísmo.
De ti muito esperamos, pois tu és um rincão de idealismo.*

¹²³ A mudança para o campus de Artur Nogueira/Engenheiro Coelho deu-se em fases. Em 1992 tem início no campus de Artur Nogueira as turmas de 1º e 2º anos enquanto continuava em São Paulo os 3º e 4º anos. Com a formatura de 1994, extingue-se a FAED em São Paulo.

Figura 61- Partitura do Hino da FAED

Exercício
1993

Letra
Baseada em Poema de
Dulcilenita de Oliveira -FORMANDA DE 1978.
Com Vida, =104
Introdução

Música
Gerson Gorski Damaceno
(16/09/78)

HINO DA FAED

1. Na Co-li - na i - a - en - se, na Ca-pi - tal ban-dei-
2. O teu le - ma é su - bli-me, e o teu al - vo gi -
3. Em tua gra-ça con-fi - a - -mos, Templo de mui-to altru-

1. ran- te! A FA - E - - - DE*, res-plan - de -ce co - mo o
2. gan - te: E -du - can - - do o Ser Hu - - ma -no p'ra mol -
3. is - mo. De ti mui - - to es -pe - - -ra-mos, pois tu

F molto rall.
1. Sol com seu bri-lho ra - -dian -te! FA - E - DE
2. dar sem-pre seu se-me - -lhan - te!
3. És um rin-eão de i-dea -lis - mo!

fa-cul-da-de sor - ri -so! FA - E - DE que ins-pi-ra o-ti-
mesmo! FA - E - DE, de-ve pre-pa - - - rar, o -brei-ros
com a -mor pa-ra que pos-sam e - - -du - - - car!

Obs. A Introdução pode ser repetida entre as 2a.e3a. estrofes.
(*) A sigla FAED, quando cantada, deve ser pronunciada FAEDE (com a vogal E)
© Gerson Gorski Damaceno, Cincinnati, Ohio, USA, 1978.

Fonte: Arquivo permanente UNASP – EC

A FAED refletia um clima cultural característico da época, menciona Ritter (2018), especialmente no contexto adventista, que era a formação intelectual, moral e religiosa da juventude. Havia muitas atividades acadêmicas e culturais que promoviam o desenvolvimento dos alunos.

As semanas de Educação e Cultura eram realizadas todos os anos no segundo semestre. Eram abordados temas educacionais e culturais e em um ou dois dias havia oficinas pedagógicas para aprendizagem das atividades práticas. O Diretório Acadêmico Walker era dirigido por alunos e homenageava o primeiro diretor da escola. Além disso, procurava harmonizar os interesses do corpo discente com a atuação do corpo docente e da administração da escola. Ao diretório competia inclusive imprimir o *Jornal da Faed*, órgão geral de comunicação e o *Magistral*, periódico mais voltado para temas educacionais. (*Op. cit.*, p. 90-91).

Ainda para Ritter, merecem destaques os eventos ocorridos em torno das comemorações para a formatura. “Como as formaturas marcavam o fim das atividades letivas, procurava-se permeá-las da maior solenidade possível”. No dia da cerimônia havia uma reunião de despedida em que alunos e professores podiam expressar sua gratidão, recordações e compartilhar experiências. “Era para ficar na memória”. Nessa mesma noite, a escola oferecia o jantar dos formandos. “Os jantares eram inesquecíveis” Ficavam à cargo do planejamento e organização da secretária da FAED, professora Clarice Araújo “O que era sempre muito bem feito” (RITTER, 2018). Fica evidente na fala do ex-diretor todo um envolvimento emocional de apreço e admiração pela instituição, pelas memórias preservadas e pelo modelo de organização e seriedade com que os trabalhos na FAED eram conduzidos, durante a sua atuação como diretor.

As formaturas, com seu cerimonial, também eram memoráveis. Cabe destacar a entrada sublime dos formandos trajando becas azuis e conduzindo as bandeiras do Brasil, do IAE e da Faed. Ao cerimonial da colação de grau era dado um caráter muito sério, como era o caso do juramento, da conferição dos títulos pelo diretor e entrega dos diplomas. Mesmo os aplausos na forma de palmas mais fortes ou mais fracas condiziam com a solenidade da hora (RITTER, 2018).

Outro evento destacado por Ritter era a “Cerimônia do livro”, quando um aluno formando, que deveria estar devidamente uniformizado, passava a um aluno pré-formando o livro *Educação* da autora Ellen White, o qual estava encapado em azul, que simbolizava a cor da FAED e indicava que os princípios educacionais presentes naquele livro deveriam continuar norteando a educação adventista, como vinha sendo feita até ali.

Assim, menciona o diretor,

finalmente, antes do encerramento era entoado por todos o hino do IAE. Havia uma vibração especial quando se cantava na terceira estrofe: ‘Colégio (IAE ou FAED), é grande honra ser um filho teu, porque tu és de nobres almas corifeu. Em ti confia a nação!’ Era de fato uma honra, tanto para o diretor e o professor, quanto para os alunos, ser um filho do Colégio e ter o IAE e a FAED impregnados no coração (RITTER, 2018).

Poucas pessoas têm a vida tão ligada a uma instituição como teve Orlando Ritter. Merece destaque a sua atuação pois, falar da história da FAED sem mencionar sua influência e atuação é deixar uma lacuna irreparável. Não fosse questão de objetividade científica manter o foco no tema proposto, certamente um capítulo desta tese deveria ser dedicado a esse professor.

CAPÍTULO 5

5. FORMAÇÃO DE PROFESSORES ADVENTISTAS: DA ESCOLA NORMAL À FAED

A partir do que foi apontado anteriormente neste texto, a formação de professores na instituição adventista no Brasil se iniciou por volta de 1920 no CAB/IAE com a implantação do Curso Normal Livre (Escola Normal Livre Adventista de São Paulo¹²⁴) e da Escola Primária de Aplicação, criada para que as normalistas pudessem se preparar para o exercício da docência. Nesse período (desde 1918) funcionou também o curso de formação para ministros/pastores/obreiros bíblicos. Sob o lema “*Rumo ao mar*”, em 1922, formou-se a primeira turma do CAB. Dos nove formandos, cinco eram homens e formaram-se como pastores e quatro mulheres como professoras primárias¹²⁵ (HOSOKAWA, 2001).

Havia uma alta quantidade de professores estrangeiros, americanos e alemães atuando no CAB nesse período, por conta da origem dos primeiros missionários adventistas chegados ao Brasil. As aulas eram ministradas português, mas havia uma predominância das línguas inglesa e alemã no contato e convívio dos professores, alunos e líderes da instituição (KLEIN, 2008). Devido às exigências legais, as escolas deveriam prioritariamente contratar professores brasileiros para ministrarem as disciplinas Português, Geografia e História do Brasil. Em decorrência disso, em 1920 passou a fazer parte do rol de professores do CAB, Albertina Rodrigues da Silva que havia recém se formado pela Escola Normal Secundária de São Paulo, conhecida como Escola Normal da Praça e mais tarde Escola Normal Caetano de Campos (SIMON, 1991). Albertina havia se convertido ao adventismo e se tornou a primeira professora brasileira adventista a lecionar no CAB.

¹²⁴ O reconhecimento dessa Escola Normal só se deu oficialmente na década de 1940, por meio do *Decreto – n. 14.181, de 06/03/1941* (INOUE, 2015).

¹²⁵“Adelina Zorub, paulista, única da turma que não fez carreira como obreira, filha de libaneses convertidos ao adventismo antes de migrarem ao Brasil, cursou enfermagem nos Estados Unidos e atuou na área da saúde no Rio de Janeiro; Isolina Avelino, potiguar, foi professora, tradutora, articulista, autora de dezenas de poesias e letras de hinos, várias composições em parceria com seu esposo, Luiz Waldvogel, formado na mesma turma; Alma Meyer, filha de missionários americanos radicados no Rio de Janeiro, foi professora de música e casou-se com o gerente da fazenda do CAB, Adolpho Bergold, colega de formatura; Philonila Santos, baiana, fez carreira no magistério lecionando em escolas adventistas em São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória (HOSOKAWA, 2001, p. 115).

Figura 62- Aula de português com a professora Albertina R. Simon – Primeira professora brasileira admitida pelo Escola Normal - *Collegio Adventista*



Fonte: Hosokawa (2001)

Por volta de 1937 o CAB iniciou suas primeiras turmas de Ginásio oferecendo o curso de Teologia e Educação Religiosa. Segundo Hosokawa (2001, p. 8) as reformas educacionais e a política de nacionalização durante o governo de Vargas influenciaram de modo decisivo o CAB. “No espaço de três anos, foram oficializados vários cursos: Comercial, Científico, Clássico e Normal, os quais refletiam as mudanças provocadas pela reforma do Ensino Secundário proposta em 1942 por Gustavo Capanema”.

Nas décadas que se seguiram, a Instituição Adventista, por meio do CAB/IAE, continuou se desenvolvendo e investindo na formação de professores, sempre oferecendo cursos específicos conforme a previsão da legislação brasileira vigente em cada período.

Uma mudança significativa ocorre a partir da década de 70 em decorrência do advento da *Lei 5692/71*. O Curso Normal foi extinto e passa funcionar a Habilitação Específica para o Magistério, em formação secundária. O Curso Magistério oferecido no IAE, segundo Ritter (2018), era muito conceituado e seu currículo era bastante sólido, sendo considerado melhor que muitas faculdades de Pedagogia.

Diversas exigências vieram com a lei, conforme descrito em capítulos anteriores, mas em especial, criou-se a necessidade de formação superior para professores de 1º grau e para os especialistas da educação. Com isso, a IASD percebeu a necessidade de implantar um curso de formação docente em nível superior para suprir a carência de pessoal qualificado em suas

escolas primárias. É nesse contexto que o IAE, sendo a maior escola adventista do Brasil e a única a oferecer curso superior (Enfermagem e Teologia), inicia a partir de 1971, um curso preparatório para professores. Ligado à Faculdade de Teologia (FAT), esse curso visava à formação de professores de Ensino Religioso/Instrutor Bíblico, funcionando nessa condição (ligado à FAT) até 1972, enquanto aguardava-se a autorização para funcionamento da Faculdade de Educação, por parte do CFE/MEC, o que só ocorreria em agosto de 1973. Esse curso possuía programa semelhante à proposta para os dois primeiros anos do curso de pedagogia que se pretendia obter autorização. Dessa maneira, as duas primeiras turmas que iniciaram os estudos através da FAT, concluíram o programa e receberam o título de “Instrutor Bíblico de Primeiro e Segundo Graus”.

Posteriormente tais alunos poderiam ingressar na FAED e prosseguir os estudos eliminando as disciplinas já cursadas. Devido à demora na regularização desse curso, alguns alunos desse grupo decidiram concluir seu programa de pedagogia e fizeram-no através da Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC), atual Universidade Santo Amaro (UNISA) Universidade Mogi das Cruzes (UMC) valendo-se de um acordo de parceria entre as instituições. (KLEIN, 2008; STENCEL, 2006).

Segundo Klein (2008),

A propaganda sobre o início desta turma foi discreta, praticamente de boca em boca por aqueles que freqüentavam o Colégio e as IASD da região. Mesmo assim, foram matriculados nesta turma quase 50 alunos, sendo a grande maioria de mulheres e 12 homens, dos quais apenas 5 concluíram o curso. Todos os alunos eram membros da IASD, na faixa etária dos 20 aos 40 anos, em sua maioria oriundos de São Paulo, alguns do interior do estado, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Não havia nesta turma muitos alunos do internato, provavelmente devido à pouca publicidade. Mais da metade da turma era casada e já possuía uma profissão, neste sentido as aulas noturnas ajudavam. Havia pastores, professores, diretores de escola, funcionários do UNASP, contabilista, dentista, professores da área de artes e música, que buscavam na pedagogia uma complementação, por isso as aulas no horário noturno eram interessantes. Muitos desses não concluíram o curso que teria a duração de 3 anos e oferecia habilitações em Administração Escolar e Licenciatura para as matérias do magistério (sociologia, história da educação e didática), desistindo do curso no percurso das atividades letivas. Devido a complicações no processo de autorização de funcionamento, o curso foi encerrado no início de 1973. Os alunos receberam um diploma como professores de Bíblia e, aqueles que queriam o diploma de Pedagogia foram encaminhados para terminar o curso na OSEC, a atual UNISA[...] onde os alunos cursaram mais um ano e meio para, então, receberem o diploma do curso de Pedagogia

Sobre esse curso, o professor e também secretário do IAE, Wandir Pires de Araújo, menciona em entrevista que ficou sob sua responsabilidade cuidar do processo de

transferência dos alunos para a OSEC. “[Até que eles] fizessem um exame de validação das matérias cursadas [na FAED/FAT] para obterem reconhecimento dos seus históricos. A OSEC não poderia resolver o caso até que as matérias fossem validadas (KLEIN, 2008).

Tão logo se iniciou o segundo semestre de 1973, por meio do Decreto n. 72.610, de 14 de agosto de 1973 foi autorizado o funcionamento da Faculdade Adventista de Educação. Estavam à frente dessa conquista o Diretor Geral, Nevil Gorski, o Vice-diretor Orlando R. Ritter, o Dr. Hampton E. Walker, o qual foi nomeado Diretor da FAED.

Na condução do processo de estruturação e organização da grade curricular, escolha dos professores e demais decisões para o funcionamento da FAED estavam os professores Walker e Ritter.

Segundo o professor e diretor Ritter (2018), ideia de se instituir uma Faculdade de Educação consistia num fator fundamental para a organização. A educação adventista carecia de profissional habilitado para atuarem na sua rede de escolas primárias, especialmente a partir das mudanças da legislação que exigia profissionais com formação adequada. “Além do mais, na visão filosófico-educacional adventista os primeiros anos de vida e os primeiros anos escolares são considerados de suma importância” (RITTER, 2018). Mas, a questão mais importante de todas elas, segundo Ritter, era a preocupação era a melhor titulação de diretores e professores para a rede adventista, que certamente colaboraria para a melhora na qualidade do ensino e para a boa reputação das suas escolas. Para Ritter ainda, a FAED não era mais um Curso de Pedagogia, era uma Faculdade de Educação no seu sentido amplo, considerando a complexidade do termo educação como algo amplo, complexo, integral.

Além da formação curricular, religiosa e moral oferecida na FAED e no IAE em geral, havia a *Escola Modelo*, ou *Escola de Aplicação* da FAED, a qual foi construída em 1988 e inaugurada em 1989 para promover os estágios e servir como fonte de modelo educacional para os alunos e alunas. Objeto de doação, foi construída em 1988 sem quaisquer despesas para o IAE. Diante disso, Ritter conclui que a FAED se tornava uma referência no IAE e em toda a comunidade adventista no Brasil.

A *Revista Adventista*, na edição de abril de 1989, na página 18, noticia a inauguração:

Complementando seus ideais pedagógicos, a Faculdade Adventista de Educação, no IAE, inaugurou a sua Escola Modelo, no dia 19 de fevereiro. Esse empreendimento, financiado pela Golden Cross, veio concretizar um

antigo sonho do Prof. Orlando Ritter, diretor da FAED. Dispondo de cinco salas amplas, equipamento adequado, salão de atos, salas de tecnologia e de direção, bem como de dois pátios, a Escola está funcionando com 270 crianças. Sob a direção do Prof. Roberto Faustino, o corpo docente é formado pela própria faculdade (R.A., abril de 1989, p. 18)

Figura 63- Revista Adventista de abril 1989, p. 18

PLANO GERAL

A Casa está imprimindo a Bíblia Tio Luiz doa Livro sobre sábado



■ A rotativa da Casa Publicadora Brasileira está trabalhando a todo vapor desde o dia 15 de março último. Dezenas e dezenas de toneladas de papel estão sendo transformadas em exemplares das Escrituras Sagradas. Isto se tornou possível depois que uma comissão da Sociedade Bíblica do Brasil concluiu, após uma visita à Casa, que nosso equipamento está a altura dessa responsabilidade. São 42 cadernos de 32 páginas cada um, sendo que vários já foram impressos. Todos os obreiros da editora estão felizes com esta oportunidade tão auspiciosa. Tanto é que,

no dia 21 de março, às 14:00h, houve uma reunião na seção de Impressão, quando membros da administração, juntamente com impressores, dedicaram alguns momentos de oração em favor desse trabalho. Logo que os exemplares ficarem prontos, líderes da Sociedade Bíblica do Brasil virão à Casa para uma reunião de dedicação, na capela da editora. E um ponto importante: ao lado do logotipo da Casa, constarão em cada exemplar da Bíblia as seguintes palavras — “Impressão e Acabamento na Casa Publicadora Brasileira”. Mais detalhes na próxima edição.

Renovação do voto conjugal

■ O Pastor Alcides Campolongo, evangelista da União Central-Brasileira, promete uma grande festa para o dia 21 de maio próximo, na Igreja do Instituto Adventista de Ensino, São Paulo. Para dar mais significado e poesia à cerimônia, o ato de renovação do voto conjugal será realizado às 18:00h. Quem deverá participar: todos os casais indistintamente — tanto aqueles cuja cerimônia de casamento foi realizada pelo Pastor Campolongo, como os demais que quiserem unir-se nessa festa especial. Inscrições através de carta para Caixa Postal 57037 — CEP 04093 — São Paulo, SP; telefone: (011) 511-0773.

O evangelho dos didáticos

■ Lançados há apenas cinco anos, os livros didáticos da Casa ocupam um espaço cada vez mais significativo. Em 1986, eles correspondiam a apenas 4% das vendas da Casa. Hoje, correspondem a 32%, enquanto que os denominacionais correspondem a 27% e os de colportagem a 41%. Ao todo são 55 livros com 38 títulos diferentes, cujas vendas em 1988 atingiram um total de 704.097 livros para mais de duas mil escolas, das quais 1.600 não são adventistas. É o evangelho sendo pregado através dos didáticos. Como há 200 mil escolas no país, 99% podem ainda ser atingidas.

■ Entre ficar com os livros e doá-los à Casa Publicadora Brasileira, o Pastor Luiz Waldvogel, ex-Redator-Chefe desta editora, preferiu a segunda alternativa. Primeiro, ele telefonou dizendo que tinha alguns livros para doar. E, no dia 22 de março, Egmon Azevedo, diretor da “Biblioteca Luiz Waldvogel”, sob a custódia da Redação, foi com o redator César Pagani à casa do Tio Luiz, em Hortolândia. Dentre os três mil livros que estavam nas estantes, foram escolhidos 512 (os melhores), que agora estão na biblioteca da editora. No momento em que entregava os livros aos emissários da Casa, disse Tio Luiz: “Parece que estou ligado à CPB pelo cordão umbilical.” Pastor Luiz Waldvogel, muito obrigado pela doação desses livros! Eles continuarão frutificando seu ministério.

Escola modelo

■ Complementando seus ideais pedagógicos, a Faculdade Adventista de Educação, no IAE, inaugurou a sua Escola Modelo, no dia 19 de fevereiro. Esse empreendimento, financiado pela Golden Cross, veio concretizar um antigo sonho do Prof. Orlando Ritter, diretor da FAED. Dispondo de cinco salas amplas, equipamento adequado, salão de atos, salas de tecnologia e de direção, bem como de dois pátios, a Escola está funcionando com 270 crianças. Sob a direção do Prof. Roberto Faustino, o corpo docente é formado pela própria faculdade.

■ Da autoria de Gaspar César, formado em Teologia pelo IAE, e mestrado em Teologia pelo SALT, está à disposição dos interessados o livro “O Sábado — Seus Simbolismos e Significados Para a Família Humana”. Com apenas 83 páginas, essa obra elucida e inspira. Pedidos: Pr. Gaspar César, Rua Epaminondas, 304 — CEP 31710 — Belo Horizonte, MG. Fone: (031) 494-1158.

Número especial

■ Na edição de maio próximo, a Revista Adventista dedicará a maior parte de seu espaço à Obra de Publicações, especialmente a Colportagem. Artigos, entrevistas e relatos conscientizarão a Igreja sobre a importância desse ramo de evangelismo, e espera-se que muitos membros tomem a decisão de ingressar nas fileiras da Colportagem. Chegou o tempo para a arrancada final.

Especialidade em enfermagem

O Curso de Especialização em Administração Aplicada à Enfermagem, da Faculdade Adventista de Enfermagem, no IAE, foi autorizado pela Delegacia Regional do MEC, em São Paulo. Com o objetivo de preparar enfermeiros para o exercício do magistério superior na área de Enfermagem, o curso será oferecido para enfermeiros com no mínimo dois anos de prática profissional.

É a hora e a vez da família anunciar a Cristo através do Seminário As Revelações do Apocalipse. É tão fácil como estudar a lição da Escola Sabatina em família.

Como principal instituição responsável pela formação de professores ligada à IASD no Brasil, a FAED teve uma intensa atuação durante 27 anos, tendo seu início de atividades em 1973 como a primeira Faculdade de Educação da IASD, com sede no IAE (antigo CAB), até 1999, quando, por questões de reorganização do sistema educacional superior adventista, passou a integrar o Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), deixando de ser uma Unidade, com relativa independência e autonomia, passando a ser Curso de Pedagogia, vinculado e integrado ao sistema de Centro Universitário, conforme as normatizações CFE/MEC.

A FAED representou para a comunidade adventista a concretização de um ideal que se pretendia alcançar desde tempos remotos, conforme indicado em outros momentos, com a Faculdade de Educação, a IASD dava um passo decisivo no avanço das suas ações ligadas ao pilar “educar” da tríade basilar de sua filosofia: “Salvar, Curar e Educar”.

5.1. Os princípios fundamentais da filosofia educacional adventista

Os princípios educacionais adventistas estão presentes em toda a sua rede mundial de educação e foram concebidos a partir de uma visão bíblico-cristã sistematizada em forma de cartas, livros e escritos diversos pela escritora Ellen G. White, entre as décadas de 1870, quando a autora começa a escrever sobre a instrução para a educação das crianças e jovens adventistas e 1915, ano de seu falecimento. Boa parte dos seus escritos sobre o tema estão pulverizados em muitos de seus escritos, no entanto, a grande maioria se concentra de forma especial nos seguintes livros: *Educação, Conselho aos professores, pais e estudantes, Conselhos sobre educação, Fundamentos da educação cristã, Mente, caráter e personalidade – volume I, Mente, caráter e personalidade – volume II* e *Orientação da criança*. Alguns desses livros foram escritos por ela e outros, frutos de compilações póstumas.

Tendo como matriz filosófica os princípios whiteanos, as instituições educacionais adventistas sempre primaram pela manutenção de suas ideias na condução das suas escolas de educação básica e superior, como é o caso da FAED.

Com base nesse pensamento, a Conferência Geral (CG) dos Adventistas, órgão direcional mundial da IASD, publicou documento intitulado *Declaração da Filosofia Educacional Adventista do Sétimo Dia* (2003) que sintetiza o pensamento da autora e o coloca de forma didática numa sequência de princípios:

Premissas

- Os Adventistas do Sétimo Dia reconhecem que Deus é o Criador e Mantenedor do universo-animado e inanimado.
- Ele criou seres humanos perfeitos à Sua própria imagem com o poder de escolher, pensar e fazer.
- Deus é a fonte de tudo que é verdadeiro, bom e belo, e escolheu revelar-Se à humanidade.
- As pessoas, por sua própria escolha, rebelaram-se contra Deus e caíram num estado de pecado que tem afetado o planeta todo, mergulhando-o num conflito cósmico entre o bem e o mal. Apesar disso, o mundo e os seres humanos ainda revelam, embora de modo velado, a bondade e a beleza de sua condição original.
- Deus enfrentou o problema do pecado por seu plano de redenção. Este plano visa restaurar os seres humanos à imagem de Deus e o universo caído de volta a seu estado original de perfeição, amor e harmonia.
- Deus nos convida a escolher Seu plano de restauração e a nos relacionar com este mundo de um modo criativo e responsável até que Ele intervenha na história criando novos céus e nova terra.

Filosofia

- A filosofia educacional da Igreja Adventista do Sétimo Dia é centrada em Deus. Os adventistas creem que sob a direção do Espírito Santo, o caráter e os propósitos de Deus podem ser compreendidos como revelados na Bíblia, em Jesus Cristo e na natureza. As características distintivas da educação adventista--derivadas da Bíblia e dos escritos de Ellen G. White--destacam o propósito redentor da verdadeira educação: restaurar seres humanos à imagem do seu Criador. Os adventistas do sétimo dia creem que Deus é infinitamente amoroso, sábio e poderoso. Ele se relaciona com os seres humanos num nível pessoal e apresenta Seu caráter como a norma suprema para a conduta humana.
- Os adventistas reconhecem, contudo, que os motivos humanos, o pensar e a conduta não satisfazem o ideal de Deus. A educação em seu sentido mais amplo é um meio de restaurar seres humanos a seu relacionamento original com Deus. Operando juntos, lares, escolas e igrejas cooperam com as agências divinas em preparar os estudantes para uma cidadania responsável neste mundo e no mundo porvir.
- A educação adventista provê mais do que conhecimento acadêmico. Promove um desenvolvimento equilibrado da pessoa toda--espiritualmente, intelectualmente, fisicamente e socialmente. Ela abarca a eternidade. Procura desenvolver uma vida de fé em Deus e respeito pela dignidade de todos os seres humanos; formar caracteres semelhantes ao do Criador; encorajar pensadores em vez de meros refletores dos pensamentos de outros; promover serviço amável em vez de ambição egoísta; assegurar o máximo desenvolvimento do potencial de cada indivíduo; e abraçar tudo que é verdadeiro, bom e belo (CONFERÊNCIA GERAL, 2003).¹²⁶

¹²⁶Disponível em: http://circle.adventist.org/download/PhilStat03_Po.pdf. Acesso em 15/07/2018.

Ainda em conformidade com a filosofia institucional, E.M. Cadwallader faz uma retomada desses princípios em um documento intitulado *Filosofia Básica da Educação Adventista* (2006)¹²⁷, os quais apresento a seguir:

1. A única educação verdadeira é a cristã ou a educação que inclui o ensino religioso baseado na Bíblia;
2. O processo educacional está preocupado com o indivíduo por completo durante todo o período de sua existência;
3. A educação deve ser prática, bem como cultural e acadêmica;
4. A educação deve preparar uma pessoa para ser útil e deve inspirá-la com o ideal de serviço;
5. O currículo deve ser suficientemente vocacional para assegurar que todo aluno deixe a escola com meios dignos para ganhar seu sustento;
6. A política educacional não deve ser limitada pela tradição;
7. É obrigação da Igreja educar todos os seus membros, sejam adultos ou crianças;
8. Uma localização rural e pitoresca é ideal para um internato;
9. A maior parte possível do trabalho de cuidar da instituição deve ser feita pelos estudantes e todos devem ter algum trabalho de experiência;
10. Os professores devem ser bem qualificados academicamente, mas acima de tudo, devem ser cristãos praticantes imbuídos do espírito missionário;
11. A saúde é um fator primordial no sucesso do aluno; tanto a escola como o aluno devem estar preocupados com os princípios de saúde;
12. A verdadeira educação é o desenvolvimento harmônico dos aspectos físicos, mentais, morais, espirituais, estéticos, vocacionais, emocionais, sociais e religiosos da natureza humana;
13. A Bíblia deve ser considerada o livro mais importante em todos os níveis de educação (CADWALLADER, 2006, p. 89).

White também escreveu muitos conselhos e recomendações em relação à educação para os adventistas e novos conversos, destacando pontos essenciais sobre a instrução das crianças e jovens e sobre o trabalho educativo a ser desenvolvido. A seguir, apresento alguns pontos específicos sobre a importância da educação defendidos pela autora em seus livros¹²⁸.

A compreensão da educação:

Nossas ideias acerca da educação têm sido demasiadamente acanhadas. Há a necessidade de um objetivo mais amplo e mais elevado. A verdadeira educação significa mais do que avançar em certo curso de estudos. É muito mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo, e todo o período da existência possível ao homem. É o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais (EDUCAÇÃO, p. 13)¹²⁹.

¹²⁷ Este documento resulta da tradução da tese doutoral defendida pelo Dr. E. M. Cadwallader, cujo título original é: *Principles of Education in the Writings of Ellen G. White* [Princípios da Educação nos Escritos de Ellen G. White] o qual efetuou um estudo sistematizado nos escritos de Ellen G. White quanto à sua filosofia educacional. Este documento foi traduzido sob a coordenação do Dr. Renato Stencil, diretor do Centro Nacional da Memória Adventista e Centro de Pesquisas Ellen G. White.

¹²⁸ A consulta aos livros de White, neste tópico, foram realizadas em ambiente virtual, por meio do site da Casa Publicadora Brasileira (CPB) – Editora adventista que detém os direitos autorais, portanto, não constam data de publicação ou edição. Disponível em: <http://ellenwhite.cpb.com.br/livro/index/36>> Consulta em: 07/01/2019.

¹²⁹ Disponível em: <http://ellenwhite.cpb.com.br/livro/index/36>. Acesso em 06/01/2019.

A fonte da sabedoria:

A fonte de semelhante educação é apresentada nestas palavras das Escrituras Sagradas, referentes ao Ser infinito: NEle "estão escondidos todos os tesouros da sabedoria". Col. 2:3. "Conselho e entendimento tem." Jó 12:13.

O mundo tem seus grandes ensinadores, homens de poderoso intelecto e vasta capacidade de pesquisa, pessoas cujas palavras têm estimulado o pensamento e revelado extensos campos ao saber; tais indivíduos têm sido honrados como guias e benfeitores do gênero humano; há, porém, Alguém que Se acha acima deles. Podemos delinear a série dos ensinadores do mundo, no passado, até ao ponto a que atingem os registros da História; a Luz, porém, existiu antes deles. Assim como a Lua e as estrelas do nosso sistema planetário resplandecem pela luz refletida do Sol, assim também os grandes pensadores do mundo, tanto quanto são verdadeiros os seus ensinamentos, refletem os raios do Sol da Justiça. Cada raio de pensamento, cada lampejo do intelecto, procede da Luz do mundo.

Muito se fala presentemente acerca da natureza e importância de uma "educação superior". A verdadeira "educação superior" é transmitida por Aquele com quem estão a "sabedoria e a força" (Jó 12:13) e de cuja boca "vem o conhecimento e o entendimento"- Prov. 2:6 (*Op. cit.*, p. 13).¹³⁰

Sobre a verdadeira educação:

A verdadeira educação não desconhece o valor dos conhecimentos científicos ou aquisições literárias; mas acima da instrução aprecia a capacidade, acima da capacidade, a bondade, e acima das aquisições intelectuais, o caráter (*Op. cit.* p. 225).

É a obra da verdadeira educação desenvolver esta faculdade, adestrar os jovens para que sejam pensantes e não meros refletores do pensamento de outros (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE, p. 361).

Sobre a educação essencial ao jovem:

A educação essencial a ser obtida por nossos jovens hoje em dia, e que os habilitará para os cursos superiores da escola do alto, é a que os ensinará a revelar ao mundo a vontade de Deus. Negligenciar este aspecto de seu preparo e introduzir em nossas escolas um método mundano, é causar prejuízo tanto aos professores como aos alunos (FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, p. 512).

A educação e o pensamento independente:

A educação que consiste no exercício da memória, com a tendência de descoroçar o pensamento independente, tem uma influência moral que é pouco tomada em conta. Ao sacrificar o estudante a faculdade de raciocinar e julgar por si mesmo torna-se incapaz de discernir entre a verdade e o erro, e cai fácil presa do engano" (EDUCAÇÃO, p. 230).

Aos jovens devem dar-se recursos para o desenvolvimento próprio. Eles devem ser atraídos, estimulados, encorajados e impelidos à ação (CONSELHOS SOBRE EDUCAÇÃO – p. 426).

¹³⁰Disponível em: <http://ellenwhite.cpb.com.br/livro/index/36/13/19/fonte-e-objetivo-da-verdadeira-educacao>. Acesso em: 05/01/2019.

Sobre o Ensino Religioso e estudo da bíblia:

Talvez alguns argumentem que, se o Ensino Religioso for tornado preeminente, nossa escola ficará impopular; que os que não pertencem à nossa fé não apoiarão o colégio. Muito bem, nesse caso, vão eles para outros, onde encontrem sistema de educação ao seu sabor. Nossa escola foi estabelecida, não meramente para ensinar as ciências, mas com o fito de ministrar instrução nos grandes princípios da Palavra de Deus, e nos práticos deveres da vida diária” (Op. cit., 25).

Sobre o estudo da língua:

Um dos ramos fundamentais do saber é o estudo da língua. Em todas as nossas escolas deve-se ter o cuidado especial de ensinar aos estudantes o uso correto da língua materna, no falar, ler e escrever (CONSELHOS AOS PAIS PROFESSORES E ESTUDANTES, p. 193).

Sobre o estudo dos números:

Nos estudos dos números deve o trabalho ser prático. Que se ensine cada jovem e criança, não simplesmente a resolver problemas imaginários, mas fazer com precisão as contas de seus próprios ganhos e gastos. Que aprenda o devido uso do dinheiro, usando-o (EDUCAÇÃO, p. 238-239).

Sobre o ensino da História:

Conforme muitas vezes é ensinada, a História é pouco mais do que um relatório sobre o surgimento e queda de reis, intriga das cortes, vitórias e derrotas dos exércitos, toda uma narrativa de ambição e avidez, engano, crueldade e mortandade. Ensinada desta maneira, seus resultados não poderão deixar de ser prejudiciais. As pungentes repetições de crimes e atrocidades, as monstruosidades, as crueldades que são descritas, plantam sementes que em muitas vidas produzirão frutos em uma messe de males. Muito melhor é aprender, à luz da profecia de Deus, as causas que determinam o surgimento e queda de reinos. Estudem os jovens estes relatos e vejam como a verdadeira prosperidade das nações tem estado relacionada com a aceitação dos princípios divinos (EDUCAÇÃO, p. 238).

Sobre o ensino das ciências:

No estudo da fisiologia, os alunos devem ser levados a ver o valor da energia física, e como pode ela ser preservada e desenvolvida de modo a contribuir no mais alto ponto para o sucesso na grande luta da vida (Op. Cit., p. 196).

Sobre o uso de ficção de baixo valor:

Obras de ficção de baixo valor não trazem proveito algum. Não transmitem genuíno conhecimento; não inspiram grandes e bons propósitos; não suscitam no coração ardentes desejos de pureza; não produzem na alma fome de justiça” (FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, p. 92).

Tem sido o costume exaltar livros e autores que não apresentam o devido fundamento para a educação verdadeira. De que fonte esses autores obtiveram sua sabedoria, uma grande parte da qual não merece nosso respeito, mesmo que os referidos autores sejam por sábios? (Op. cit., p. 381).

Sobre a educação física:

O preparo físico deve ocupar um lugar importante em todo sistema de educação (Op. cit., p. 59).

Sobre o ensino da música:

Haja canto na escola, e os alunos serão levados para mais perto de Deus, dos professores e uns dos outros” (EDUCAÇÃO, p. 167).

Sobre o trabalho manual:

Bom seria que se pudesse ter junto ao nosso colégio terra para cultivo, bem como oficinas sob a direção de homens competentes para instruírem os alunos nas várias modalidades do trabalho manual” (CONSELHOS AOS PAIS PROFESSORES E ESTUDANTES, p. 77).

Por fim, para a autora, a aprendizagem dos alunos é constante e perene, estendendo-se por toda a vida e por toda a eternidade.

Na escola de Cristo, os estudantes nunca se formam. Entre os discípulos há tanto velhos quanto jovens. Os que dão atenção às instruções do divino Mestre, adiantam-se constantemente em sabedoria, correção e nobreza de alma, e assim preparam-se para entrar naquela escola superior onde o adiantamento continuará por toda a eternidade” (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE, p. 367).

5.1.1. Perfil do professor na filosofia adventista

Desde os primórdios da IASD a questão educacional se fazia tão importante quanto a obra de evangelização. A valorização da pessoa do mestre o modelo de conduta a ser observado a até imitado pelos alunos sempre foi fator ressaltado em documentos da igreja. Na *Declaração da Filosofia Educacional Adventista do Sétimo Dia* da Conferência Geral da IASD, estão descritas sucintamente algumas orientações a respeito do perfil do professor. “Idealmente, o professor deveria ser tanto um cristão adventista dedicado como um modelo das graças cristãs e competência profissional”. (CONFERÊNCIA GERAL, 2003).

Da mesma forma, a escritora White (1975) apresenta algumas características que são apontadas como necessárias para que o professor exerça sua função de forma a atuar em consonância com os princípios da filosofia adventista, apresento a seguir alguns pontos destacados por White sobre o perfil do professor.

Os professores de nossas escolas têm pesada responsabilidade a cumprir. Devem ser em suas palavras e caráter o que desejam que seus estudantes se tornem: homens e mulheres que temam a Deus e pratiquem a justiça. Se eles mesmos conhecem o caminho, podem preparar a juventude a andar nele. Não somente os educarão nas ciências, mas os ensinarão a ter independência moral,

a trabalhar por Jesus, e a assumir encargos em Sua causa. (WHITE, EDUCAÇÃO, 1975, p. 48).

Os professores têm a fazer por seus alunos mais que lhes comunicar conhecimento tirado de livros. Sua posição como guias e instrutores da juventude é por demais cheia de responsabilidade, pois é-lhes dada a obra de moldar o espírito e o caráter. Os que empreendem essa obra devem possuir caráter bem equilibrado, simétrico. Devem ter maneiras finas, ser corretos no vestuário e cuidadosos em todos os hábitos; e devem possuir aquela cortesia cristã que conquista a confiança e o respeito. O professor deve ser aquilo que deseja que seu aluno se torne. (p. 65).

A verdadeira educação não desconhece o valor dos conhecimentos científicos ou aquisições literárias, mas, acima da instrução, aprecia a capacidade; acima da capacidade, a bondade; e acima das aquisições intelectuais, o caráter. O mundo não necessita tanto de homens e mulheres de grande intelecto, quanto de nobre caráter. Precisa de homens e mulheres cuja habilidade seja dirigida por princípios firmes. (p. 225)

O verdadeiro professor não se contenta com pensamentos obtusos, espírito indolente ou memória inculca. Procura, constantemente, consecuições mais elevadas e melhores métodos. Sua vida é de contínuo crescimento (p. 278).

Deus não quer que nos satisfaçamos com mente preguiçosa, indisciplinada, pensamentos obtusos e memória fraca. Quer que todo professor seja eficiente, não se contentando, apenas, com certa medida de êxito, mas compreendendo sua necessidade de constante diligência em adquirir conhecimento” (FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ – pág. 119).

Conquanto o professor tenha de ser firme e decidido, não deve ser opressor e ditatorial. Ser áspero e severo, ficar longe de seus discípulos, ou tratá-los indiferentemente, corresponde a fechar a passagem pela qual poderia influir neles para o bem (EDUCAÇÃO, p. 280).

Os professores devem considerar que estão lidando com crianças, não com homens e mulheres. São crianças que têm tudo a aprender, e algumas têm tanto mais dificuldade do que outras para fazê-lo. O aluno de mente lenta necessita de muito mais encorajamento do que tem recebido” (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE, p. 199).

Ainda em tenra idade, devem as crianças ser ensinadas a ler, a escrever, a compreender os números, a fazerem suas próprias contas. Podem prosseguir passo a passo neste conhecimento. Mas, antes de tudo, deve ensinar-se-lhes que o temor do Senhor é o princípio da sabedoria (CONSELHOS AOS PAIS PROFESSORES E ESTUDANTES, p. 150).

Ninguém que lida com os jovens deve ser de coração duro, e sim, afetuoso, terno, compassivo, cortês, cativante e sociável; deve saber, no entanto, que precisam ser feitas repreensões, sendo até mesmo necessárias graves censuras para eliminar algum mau procedimento. Palavras ásperas e iradas não são de origem celeste. Ralhar e irritar-se nunca ajudam. Em vez disso, despertam os piores sentimentos do coração humano (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE, p. 501).

Os professores devem considerar que estão lidando com crianças, não com homens e mulheres. São crianças que têm tudo a aprender, e algumas têm tanto mais dificuldade do que outras para fazê-lo. O aluno de mente lenta necessita de muito mais encorajamento do que tem recebido” (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE, p.199).

Ainda em tenra idade, devem as crianças ser ensinadas a ler, a escrever, a compreender os números, a fazerem suas próprias contas. Podem prosseguir passo a passo neste conhecimento. Mas, antes de tudo, deve ensinar-se-lhes que o temor do Senhor é o princípio da sabedoria” (CONSELHOS AOS PAIS PROFESSORES E ESTUDANTES, p. 150).

Todo professor deve cuidar de que seu trabalho tenda a resultados definidos. Antes de tentar ensinar uma matéria, deve ter em seu espírito um plano distinto, e saber o que precisamente deseja conseguir” (EDUCAÇÃO, p. 233). Todas as matérias desnecessárias devem ser extirpadas dos cursos de estudo, e oferecidas ao aluno unicamente os estudos que lhe forem de real valor” (FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, p. 447).

O máximo cuidado deve ser tomado na educação dos jovens, variando a maneira de instruí-los, de modo a suscitar as altas e nobres faculdades da mente (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE I, p.189).

O uso de comparações, quadros-negros, mapas e gravuras será de auxílio na explicação destas lições e da fixação das mesmas na memória. Pais e professores devem constantemente procurar métodos aperfeiçoados (MENTE CARÁTER E PERSONALIDADE, p.194).

5.1.2. A filosofia educacional adventista na FAED

A filosofia educacional adventista, conforme mencionado, se baseia primeiramente nos princípios bíblicos e foi sistematizada por meio dos escritos de White. Embora esses princípios sejam gerais para toda e qualquer forma de educação, tanto das crianças quanto dos jovens e adultos, foi possível destacar, em meio aos documentos da FAED, algumas citações específicas quanto à filosofia no contexto da formação de professores, como uma menção do Professor Gerson Pires de Araújo, professor da FAED, no artigo *Objetivos Gerais na Educação Cristã*, publicado em periódico faedeano *O Magistral*, no qual, ao traçar os objetivos que dão título ao artigo, propõe o fim último da educação cristã, conforme concebida pelos adventistas. Inicia o artigo com o seguinte parágrafo:

Embora ele [o professor] seja professor de uma determinada disciplina e que tenha objetivos específicos ao lecionar sua matéria, não deverá nunca perder de vista os objetivos gerais da educação cristã que darão direção ao seu ensino, objetivos estes que procurarão alcançar o fim último da educação que é a formação de um caráter à semelhança de Cristo. (O MAGISTRAL, 1986, ano 3, n. 8, dez).

A seguir, o articulista elenca 15 objetivos do professor, objetivos estes que deixam transparecer a filosofia adventista para educação dentro do contexto da FAED.

1. Mostrar que cada matéria é relacionada a Deus e dele deriva.
2. Revelar que cada disciplina é parte da unidade de Verdade que tem sua origem na Trindade.
3. Levar o aluno a sentir que as matérias são parte da revelação de Deus ao homem.
4. Mostrar que o mais elevado propósito da criação é revelar a Deus.
5. Evidenciar 'que em virtude do pecado o homem ficou anuviado para perceber e compreender a Deus.
6. Apontar a necessidade de revelação especial que proveja uma interpretação e guia nesta revelação geral através da natureza.

7. Mostrar o plano divino de redenção através de Cristo por cuja morte expiatória o homem pode novamente se livrar dos efeitos do pecado.
8. Apontar que o alvo pessoal de cada indivíduo deve ser um caráter semelhante ao de Cristo e que para isto deve o estudante viver uma vida de companheirismo com Ele.
9. Patentear que o propósito social da redenção é que o educando venha a exercer uma positiva influência cristã sobre a sociedade moderna preparando-se para a reunião final da raça humana como uma grande família de Deus.
10. Tornar claro a cada aluno que as verdades divinas são inerentes a cada matéria do currículo e que as verdades científicas e filosóficas, se são verdades, constituem parte da revelação divina.
11. Integrar e relacionar cada área de estudo com a Palavra de Deus e com outras disciplinas.
12. Revelar aos educandos as implicações destas verdades tanto para o indivíduo em particular como para a igreja e para a sociedade.
13. Apontar aos alunos os princípios cristãos de bondade, beleza e verdade que se acham relacionados a cada matéria, como solução para os problemas que afligem a humanidade.
14. Ajudar ao educando a fazer julgamentos sábios e a alcançar o ajustamento pessoal.
15. Levar o aluno a compreender que a única solução para o problema do homem, ou seja, da raça humana, é aceitar o plano de redenção feito por Deus e que não há possibilidade de elevar o homem sem a atuação do poder do evangelho em sua vida (O MAGISTRAL, 1986, ano 3, n. 8, dez).

Fica evidente na filosofia adventista a ideia de formação integral do ser humano. Em praticamente todas as publicações da instituição esse fator está presente, quando se ressalta a importância da educação do corpo, da mente e do espírito. Essa é também a ideia presente no modelo de educação praticado nos internatos adventistas. Em virtude de a FAED estar localizada dentro de um internato, tais princípios eram valorizados e almejado por toda a liderança. A esse respeito Timm (1998) aponta alguns princípios básicos indicados por White para o funcionamento das escolas em regime de internato.

1. Localização adequada – devem ser estabelecidos distantes das grandes cidades. [...]
2. Ênfase espiritual – O componente fundamental da filosofia adventista de educação integral, de acordo com Ellen White, é o conhecimento experimental do plano da salvação [...]
3. Excelência acadêmica – A espiritualidade jamais deve ser usada como uma desculpa para a mediocridade, e superficialidade e a desatualização acadêmica [...]
4. Complementação prática – todo conhecimento teórico, para ser válido, deve ter uma utilidade prática que sirva para o benefício da humanidade e o progresso do reino de Deus [...]
5. Desenvolvimento físico – Distantes da poluição das grandes metrópoles, os internatos adventistas oferecem também uma oportunidade valiosa para o desenvolvimento físico de seus alunos. Esse aspecto jamais deveria ser negligenciado, pois a saúde física é fundamental para o crescimento intelectual, social e espiritual dos estudantes [...]
6. Sociabilidade cristã – Uma das mais valiosas características dos internatos adventistas é o ambiente de sociabilidade cristã, entre

professores, estudantes e funcionários, provenientes dos mais diferentes lugares. A escola deveria zelar constantemente pela preservação dos valores morais e espirituais do campus [...]

7. Compromisso missionário – [...] “nossas escolas devem ser escolas de preparo de missionários” onde os estudantes recebam o treinamento necessário para difundir efetivamente as boas novas da salvação em Cristo (WHITE, apud TIMM, 1998, p. 8 a 10).

Orlando Rubem Ritter, à frente da direção da FAED por mais de 20 anos, publicou no Jornal da FAED, um artigo com o título *Formai-os Integralmente!* no qual explica que, na visão da educação cristã, o homem sendo um todo composto de aspectos espiritual, físico e intelectual, deve ser educado integralmente.

Segundo a visão cristã, o homem é uma unidade. Embora apresente diversos aspectos como o físico, mental, espiritual e outros, o homem é o homem, não existindo separadamente entidades como corpo, alma, mente, homem exterior, homem interior, como muitos pretendem. Daí o motivo pelo qual a educação deve ser integral e considerar todas as potencialidades; deve envolver todos os aspectos do homem e desenvolver-se harmoniosamente, equilibradamente, desde o nascimento, até o fim da vida do indivíduo, para reiniciar-se sob outro contexto na ressurreição ou, na glorificação e então prolongar-se pela eternidade na Escola do Além. O físico e o intelectual devem estar equilibrados com o social e o espiritual; o natural com o sobrenatural, o pessoal com o interpessoal, a razão com a fé, a tecnologia com a arte, o intelecto com a religião, a instrução com a formação, a cultura com a devoção **e isso ao mesmo tempo, no mesmo lugar, sob o mesmo teto e envolvendo as mesmas pessoas!** (O MAGISTRAL, 1980, ano 7, n.13 *grifo meu*).

No “Informativo FAED -1984”, há uma alusão, logo em seu primeiro item, quanto aos fundamentos da FAED. No qual estão declarados:

A FAED é uma escola de fundamentos religiosos, mantida pela Igreja Adventista, que se preocupa com todos os aspectos da educação e da vida. É uma escola cristã e como tal, sua filosofia é basicamente criacionista e supernaturalista, primando para que religião, erudição e caráter íntegro sejam mantidos juntos e em harmonia. (INFORMATIVO FAED -1984).

Na folha 6 desse periódico, sob o título “Exemplo Digno” consta:

Sendo uma Faculdade de "Educação" e formando aqueles que exercerão influências formativas, a FAED espera que seus alunos já vivam como educadores, desenvolvendo virtudes como assiduidade, pontualidade, aplicação, cortesia, bondade, linguagem esmerada e exemplo digno e respeito ao princípio de autoridade. (INFORMATIVO FAED -1984).

Na última página, a de número 7, o periódico traz o tópico “Objetivos Gerais da FAED”.

1. Em seus domínios criar vivência favorável.
 - 1.1 Ao melhor conhecimento, compreensão a apreciação da vontade de Deus.
 - 1.2 Ao desenvolvimento de elevados padrões morais típicos do caráter cristão, bem como de um corpo sadio e de uma mente saudável.

- 1.3 Ao aprimoramento das capacidades intelectuais e da faculdade de escolher acertadamente.
- 1.4 Ao desenvolvimento de uma vida social sadia, sem comprometer o caráter e sem perder as marcas fundamentais da individualidade.
- 1.5 À compreensão do valor da recreação sadia e da correta apreciação da beleza.
2. Prover uma correta perspectiva da Educação Adventista, e de seus princípios básicos, comparando-a e contrastando-a com outras visões educacionais.
3. Realçar a personalidade do Grande Mestre, do Mestre dos mestres, evidenciando que verdadeira educação consiste no partilhar de caracteres e personalidades cristãs por parte de educadores e educandos.
4. Formar lideranças escolares, provendo uma correta compreensão da organização da Igreja Adventista e do seu Sistema Educacional, bem como das suas origens e tradições.
5. Prover oportunidades para ampla participação em variada e representativa gama de estágios em escolas de 1º e 2º Graus.
6. Prover condições para o desenvolvimento de uma filosofia sobre avaliação, coerente com o conceito adventista de Educação Integral.
7. Despertar o senso de missão e o espírito de serviço e levar educadores e educandos a viverem para honra e glória de Deus, preparando-se para o ingresso na Escola do Além (INFORMATIVO FAED -1984).

A partir da compreensão sobre a filosofia educacional adventista, percebe-se que a criação da FAED vinha justamente atender a um grande anseio em meio ao povo adventista que consistia em contemplar o que a igreja entendia como um dos pilares fundamentais do ministério de Jesus Cristo na terra: a educação (educar, curar e salvar). Com isso, criar uma faculdade que oferecesse aos jovens a oportunidade de ingressarem em um curso superior que prezasse pela filosofia adventista minimizando assim as dificuldades quanto cumprimento dos seus princípios religiosos era uma grande conquista tanto para os fiéis, quanto para a liderança da IASD.

5.2. A formação de professores na FAED

Como já explanado neste trabalho, a educação adventista busca formação integral de seus alunos. Assim estão demonstrados nos princípios filosófico educacionais whiteanos, adotados como filosofia oficial pela igreja. Nesse contexto, é possível melhor compreender o modelo de educação praticado pelas escolas adventistas, especialmente os seus internatos.

Ao analisar o currículo da FAED e as práticas que aconteciam em todo o seu conjunto de vivências intra e extraclases, percebe-se que na sala de aula eram trabalhadas as matérias do currículo formal, ou seja, o aprendizado das matérias oficiais, necessárias ao desempenho

das atividades do profissional. Mas fora de sala de aula, havia todo um conjunto de atividades formadoras que visava a uma formação maior, mais ampla e integral, conforme defendem os educadores adventistas, priorizando a formação dos valores morais, de sociabilização, religiosos etc. que devem ocupar lugar de importância na formação de um bom profissional e, certamente, na formação da pessoa como um todo.

Certamente que em todo ambiente escolar a presença do currículo, como uma estrutura norteadora da aprendizagem é essencial. É por meio dessa estrutura que as relações entre o conhecimento, a cultura e demais elementos da sociedade são estabelecidos. Para tanto, busco retomar a compreensão de currículo apontada por Goodson (1997, p. 17) como um percurso a ser seguido como conteúdo apresentado para estudos e é também “um artefacto social concebido para realizar determinados objetivos humanos específico” Com isso entende-se que o currículo, de certa forma, conduz ou direciona o conjunto das aprendizagens, das práticas e da legitimação de determinados interesses.

Goodson (1997) promove uma discussão a respeito da desnaturalização das disciplinas escolares, para esse autor, as disciplinas são construídas social e politicamente nas instituições escolares e têm como objetivos atender às finalidades sociais da educação

Assim, para Nóvoa (*apud* GOODSON, 1997, p. 16)

Na verdade, enquanto construção social, o currículo foi concebido para surgir como um elemento «natural», de tal modo que não é sujeito ao escrutínio do pensamento e da crítica. O mesmo se passa com o modelo escolar que consagra o currículo existente. Mas trata-se, num e noutro caso, de discursos que constroem as nossas possibilidades (e impossibilidades) e que marcam, sempre, a predominância de certos pontos de vista (e interesses) sobre pontos de vista (e interesses) concorrentes.

Ainda na visão do autor, “o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação” (p. 20). Portanto, destaca-se que o currículo escrito – entendido como “o plano de estudos, as orientações programáticas ou os manuais das disciplinas” – carrega uma gama de significados, dentre eles o “simbólico”, mas também um significado “prático”. “Simbólico, porque determinadas intenções educativas são, deste modo, publicamente comunicadas e legitimadas. Prático, porque estas convenções escritas traduzem-se em distribuição de recursos e em benefícios do ponto de vista da carreira” (p. 20).

Portanto, o currículo se refere a ao que está descrito nos documentos oficiais da instituição, no seu regimento, no plano de ensino, com seus objetivos, conteúdos, metodologias

e atividades, que sem dúvida, buscam atender a um objetivo pré-estabelecido em função do que determinada instituição pretende implementar em seu modelo de formação.

5.2.1. O currículo oficial na FAED

A partir da compreensão sucinta a respeito do currículo, trago ao cerne de discussão deste trabalho, o conteúdo de alguns documentos localizados que nos revelam o currículo adotado na FAED em alguns momentos específicos. Embora não tenha sido possível evidenciar com certeza todas as mudanças do currículo e grade curricular da FAED durante todo o seu período de existência, considero que os documentos encontrados nos permitem perceber que havia uma preocupação em adequar o currículo ao contexto social e educacional vigente.

Reafirmo neste ponto do trabalho a busca de equilíbrio que a instituição adventista procura na formação de seus currículos. Nos princípios educacionais adventistas elencados por Cadwallader (2006), o primeiro item estabelece que “1. A única educação verdadeira é a cristã ou a educação que **inclui o ensino religioso baseado na Bíblia**” (grifo meu). Portanto está no cerne da principiologia educacional adventista o ensino religioso, como seria de se esperar de uma instituição confessional. No entanto, no item 5 temos a valorização de um currículo técnico, formador de bons profissionais: “5. O currículo deve ser suficientemente vocacional para assegurar que todo aluno deixe a escola com meios dignos para ganhar seu sustento”. Cadwallader (2006)

No documento *Anexos ao Processo de Reconhecimento - 0003*, consta como segundo anexo um documento intitulado *Condições do Meio e Finalidade do Curso por Ocasão do Pedido de Autorização*, no qual está inserido o *Regimento da Faculdade Adventista de Educação*. A partir do artigo 25 até o 35 consta o *Capítulo II* sob o título *Currículos*.

Tal documento está descrito literalmente abaixo e nos dá um panorama a respeito do currículo adotado na FAED no seu primeiro ano de funcionamento.

CAPÍTULO II

Dos currículos

Art. 25 - Os cursos de graduação serão constituídos de dois ciclos;

- a. Primeiro ciclo;
- b. Ciclo profissional.

§ 1º - O Primeiro Ciclo, comum ao grupo de cursos afins, terá as seguintes finalidades:

- a. Permitir ao estudante que se recupere de insuficiência evidenciados pelo concurso vestibular na sua formação;
- b. Orientar para escolha da carreira;
- c. Dar base à realização de ciclos ulteriores.

§ 2º- O Ciclo Profissional terá por finalidade a habilitação específica e constará das matérias dos currículos mínimos baixados pelo Conselho Federal de Educação e das matérias complementares adotadas pela Faculdade.

Art. 26 - Os currículos do curso abrangerão sua sequência ordenada de disciplinas, hierarquizadas por meio de pré-requisitos, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma.

Art. 27 - Considera-se pré-requisito de uma disciplina o estudo de outra ou de outras, que se fizerem necessárias ao seu conhecimento.

Art. 28 - Os cursos a serem ministrados na faculdade serão divididos em períodos de duração de um semestre, para melhor atendimento e fins didáticos, adotando-se o sistema de crédito.

Art. 29 - A unidade de crédito equivale a uma hora por semana por semestre, quando se tratar de aula teórica; quando se tratar de aula prática (seminários, debates, etc.) ou pesquisa, duas horas de aula por semana, por semestre, equivalem a um crédito.

Art. 30 - O primeiro ciclo com a duração de dois períodos semestrais, perfazendo um total de trinta e quatro (34) créditos, no mínimo, constituído de um núcleo de matérias comuns e de um conjunto de matérias diversificadas, oferecidas pela Faculdade, das quais o aluno escolherá, no mínimo, dois, abrangerá as seguintes disciplinas:

a. 1º período

Obrigatórias

1. Língua Portuguesa I
2. Sociologia Geral I
3. Filosofia Geral I
4. Técnicas de Pesquisa I
5. Estudo de Problemas Brasileiros I

1º Período

Optativas

1. Língua Inglesa I
2. Psicologia Geral I
3. Biologia Geral

b. 2º Período

Obrigatórias

1. Língua Portuguesa II
2. Sociologia Geral II
3. Filosofia Geral II
4. Técnica de Pesquisa II
5. Estudos de problemas brasileiros

Optativas

1. Língua Inglesa II
2. Psicologia Geral II
3. Biologia Geral II

Art. 31 - O ciclo profissional de curso de Pedagogia, segundo as diversas habilitações, terá o seguinte currículo mínimo:

a. Parte comum às diversas habilitações

Obrigatórias

1. História da Educação I
2. História da Educação II
3. Filosofia da Educação I
4. Filosofia da Educação II
5. Psicologia da Educação I
6. Psicologia da Educação II
7. Sociologia da Educação I
8. Sociologia da educação II
9. Didática I
10. Didática II

Optativas

1. Biologia Educacional I
2. Biologia Educacional II
3. Técnicas de Pesquisas em Educação I
4. Técnicas de Pesquisa em Educação II
5. Modernas Tecnologias em Educação I
6. Modernas Tecnologias em Educação II
7. Métodos de Avaliação em Educação I
8. Métodos de Avaliação em Educação II
9. Relações Humanas

b. Disciplinas Específicas

I - Habilitação em Orientação Educacional Para as Escolas de 1º e 2º graus

1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
2. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau II
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau I
4. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau II
5. Princípios e Métodos de Orientação Educacional I
6. Princípios e Métodos de Orientação educacional II
7. Orientação Vocacional I
8. Orientação Vocacional II
9. Medidas Educacionais I
10. Medidas Educacionais II

II -Habilitação em Administração Escolar Para as Escolas de 1º e 2º graus

1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau I
2. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau II
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º grau I
4. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º grau II
5. Princípios e Métodos de Administração Escolar I
6. Princípios e Métodos de Administração Escolar II
7. Princípios e Métodos de Administração Escolar III
8. Princípios e Métodos de Administração Escolar IV
9. Estatística Aplicada à Educação I
10. Estatística Aplicada à Educação II

III - Habilitação em Administração Escolar Para as Escolas de 1º grau

1. Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º grau I
2. Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º grau II

3. Administração da Escola de 1º grau I
4. Administração da Escola de 1º grau II
5. Estatística Aplicada à Educação I
6. Estatística Aplicada à Educação II

IV - Habilitação em Supervisão Escolar para Escolas de 1º e 2º graus

1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau I
2. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau II
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau I
4. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau II
5. Princípios e Métodos de Supervisão Escolar I
6. Princípios e Métodos de Supervisão Escolar II
7. Currículos e Programas I
8. Currículos e Programas II
9. Supervisão da Escola de 1º grau I
10. Supervisão da Escola de 1º grau II

V - Habilitação em Supervisão Escolar em Escolas de 1º grau

1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau I
2. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau II
3. Supervisão da Escola de 1º grau I
4. Supervisão da Escola de 1º grau II
5. Currículos e programas

VI - Habilitação em Inspeção Escolar Para Escolas de 1º e 2º graus

1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau I
2. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º grau II
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º grau I
4. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau II
5. Princípios e Métodos de inspeção Escolar I
6. Princípios e Métodos de inspeção Escolar II
7. Legislação do Ensino
8. Inspeção da Escola de 1º grau I
9. Inspeção da Escola de 1º grau II

VII - Habilitação em Inspeção para Escolas de 1º grau

- Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º grau I
1. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º grau II
 2. Dispersão da Escola de 1º grau I
 3. Inspeção da Escola de 1º grau II
 4. Legislação do Ensino

VIII - Habilitação em Magistério dos Cursos Normais

1. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º grau I
2. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º grau II
3. Metodologia para Escola do 1º grau I
4. Metodologia para Escola do 1º grau II
5. Metodologia para a Escola do 2º grau I
6. Metodologia para a Escola do 2º grau II
7. Prática de Ensino na Escola de 1º grau I
8. Prática de Ensino na Escola de 1º grau II
9. Prática de Ensino na Escola de 2º grau I
10. Prática de Ensino na Escola de 2º grau II

§ único - A disciplina "Prática de Ensino" é diversa da experiência docente, uma vez que se trata de prática do ensino das disciplinas exigidas para a habilitação.

Art. 32 - O Estágio Supervisionado consiste na prática das atividades correspondentes às várias habilitações, abrangendo um mínimo de 5% dos créditos fixados para cada habilitação.

Parágrafo único - Além do estágio e exigir-se-á a experiência de magistério.

- a. De três anos, obtida antes de ingressar no curso para Habilitação em Orientação Educacional;
- b. De um ano para Habilitação em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar;

Art. 34 - Para o recebimento do diploma de Licenciatura em Pedagogia poderá o aluno optar até por duas habilitações.

Art. 35 - O curso de graduação para Licenciatura em Pedagogia, de que resultará o título único de licenciado, terá duração mínima de:

- a. 2.200 horas para as habilitações: Orientação Educacional Para as Escolas de 1º e 2º grau; Administração Escolar Para as Escolas de 1º e 2º Graus; Supervisão Escolar Para as Escolas de 1º e 2º graus; Inspeção Escolar Para as Escolas de 1º e 2º graus; Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais.
- b. 1.200 horas para as habilitações Administração Escolar Para as Escolas de 1º grau; Supervisão Escolar em Escolas de 1º Grau; Inspeção Escolar Para as Escolas de 1º grau.

Conforme foi possível observar, nesse documento não há menção de disciplina religiosa ou confessional constante na matriz curricular da FAED por ocasião do pedido de autorização de funcionamento, a despeito de ser uma instituição confessional que declaradamente oferecia um ensino diferenciado, pautado numa filosofia educacional bíblico-cristã.

5.2.2. A introdução das disciplinas bíblico-religiosas

Nos registros concernentes a currículos encontrados nesta pesquisa, só foi possível localizar disciplinas de caráter religioso nas matrizes curriculares em 1979. No entanto em 1977, localizei a *Ata da 14ª reunião da Congregação da FAED, em 15/05/1977*¹³¹ em que menciona decisão a esse respeito.

Considerando o desenvolvimento do Ensino Religioso no estabelecimento, votado nomear o professor José Carlos Ebling como coordenador da área de educação religiosa da FAED.

¹³¹ Anexo 28 - Ata da reunião de 15/05/1977

Orlando Ritter, em entrevista à autora, referindo-se à inserção de matérias de cunho bíblico religioso, declara que a inserção dessas disciplinas não apresentou dificuldades para aprovação.

A gente não teve muitas dificuldades em questão de oficialização. Tanto é que foi possível colocar no regimento as disciplinas de teologia, de Bíblia, como fornecendo conteúdo para a média final, ou seja, eram disciplinas oficiais. Se fosse reprovado, seria reprovado mesmo! Então isso mostra como era naquele tempo. Hoje quem é que vai pensar uma coisa assim, né? [...]
A gente estudava, por exemplo, Cristo e os Evangelhos, Epístolas, Apocalipse e Daniel. Lecionavam isso na FAED (RITTER, 2018).

Confirmando tal declaração, vê-se na *Ata da 25ª reunião da Congregação, em 11/04/1979*¹³², que ficou votada a intenção de introduzir a disciplina de Educação Religiosa entre as disciplinas oficiais do curso de pedagogia. Conforme apresentado abaixo, na transcrição das grades de horários do ano de 1979, 1980 e 1981:

Primeiro ano

- Técnica de pesquisa I
- Psicologia geral I
- Filosofia geral I
- Sociologia geral I
- Língua portuguesa I
- **Introdução à bíblia I**

Segundo ano

- Filosofia da educação I
- Psicologia da educação I
- História da educação I
- Sociologia da educação I
- Biologia da educação I
- Didática I
- **Filosofia cristã I**

¹³² Anexo 29, Ata de da reunião de 11/04/1979

Terceiro Ano

- Metodologia do ensino de 1º e 2º graus I
- Prática de ensino de 1º e 2º graus I
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus I
- Princípios e métodos da orientação educacional I
- Princípios e métodos da administração escolar I
- Filosofia III
- **Vida e ensinamentos de Jesus I**

Quarto Ano

- Estatística aplicada à educação I
- Princípios e métodos da orientação educacional II
- Prática de ensino de 1º e 2º graus III
- Princípios e métodos da administração escolar III
- Metodologia do ensino de 1º e 2º graus III
- **Metodologia do ensino religioso I**

Concernente a esse horário de aulas, foi possível observar que se referem às disciplinas cursadas no primeiro semestre ou no primeiro módulo do ano letivo, uma vez que as disciplinas do primeiro ano são possivelmente as iniciais do curso. No conjunto de documentos analisados, não foi possível localizar a grade de horários referente ao segundo semestre letivo e nem documentos que contivessem a matriz curricular completa do curso nesses anos.

Em outro documento localizado, intitulado “*Curso de Pedagogia – Disciplinas Obrigatórias do Núcleo Comum – 1996*”, encontrei a seguinte matriz curricular na qual constam também diversas disciplinas de cunho bíblico-religioso (grifo meu):

Primeiro semestre

- Sociologia geral I
- Psicologia geral I
- Filosofia geral I
- História da educação I
- Didática I
- Educação física I
- **Cultura geral, moral e religiosa I**

Segundo semestre

- Sociologia da educação I
- Psicologia geral II
- Filosofia geral II
- História da educação II
- Didática II
- Educação física II
- **Cultura geral, moral e religiosa II**

Terceiro semestre

- Psicologia da educação I
- Filosofia da educação I
- Sociologia da educação I
- Métodos e técnicas da pesquisa I
- Didática III
- Estatística aplicada à educação
- **Fundamentos do cristianismo I**

Quarto semestre

- Psicologia da educação II
- Filosofia da educação II
- Sociologia da educação II
- Métodos e técnicas da pesquisa II
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1 e 2 graus I
- **Fundamentos do cristianismo II**

Disciplinas eletivas do núcleo comum

- Higiene escolar
- Informática aplicada à educação
- Fundamentos da expressão e comunicação humana
- Tecnologia educacional
- Literatura infanto-juvenil
- Educação para o lar

- Biologia educacional

Quinto semestre

- Metodologia do ensino da pré-escola
- Métodos e técnicas de alfabetização I
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1 e 2 graus II
- Prática de ensino I (Estágio supervisionado – Pré-escola, alfabetização e matérias pedagógicas)

- Estudo em ciências da religião

Sexto semestre

- Métodos e técnicas de alfabetização II
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus III
- Prática de ensino II (Estágio supervisionado – Pré-escola, alfabetização e matérias pedagógicas)

- Metodologia do ensino de comunicação e expressão

- Ética profissional-cristã

Sétimo semestre

- Metodologia do ensino de matemática
- Metodologia do ensino de educação física
- Metodologia do ensino de educação artística
- Prática de ensino III (Estágio supervisionado – Pré-escola, alfabetização e matérias pedagógicas)

- Estudos sobre o velho testamento

Oitavo semestre

- Metodologia do ensino de Educação moral e religiosa
- Metodologia do ensino de estudos sociais
- Metodologia do ensino de ciências
- Prática de ensino IV (Estágio supervisionado – Pré-escola, alfabetização e matérias pedagógicas)

- Estudos sobre o novo testamento

Habilitação em Administração Escolar

Quinto semestre

- Princípios e métodos de Administração Escolar de 1º e 2º graus I
- Economia aplicada à educação
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus II
- Disciplina eletiva
- **Estudo em ciência da religião**

Sexto semestre

- Princípios e métodos de Administração Escolar de 1º e 2º graus II
- Psicologia organizacional
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus III
- Disciplina eletiva
- **Ética profissional cristã**

Sétimo semestre

- Técnicas e métodos de administração escolar I
- Administração e desenvolvimento de recursos humanos
- Disciplina eletiva
- Disciplina eletiva
- **Estudos sobre o velho testamento**

Oitavo semestre

- Tendências da educação contemporânea
- Técnicas e métodos de administração escolar II
- Disciplina eletiva
- Disciplina eletiva
- **Estudos sobre o novo testamento**

Habilitação em Orientação Educacional

Quinto semestre

- Princípios e métodos da Orientação educacional I
- Orientação vocacional I

- Disciplina eletiva
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus II
- **Estudo em ciência da religião**

Sexto semestre

- Princípios e métodos da Orientação educacional II
- Orientação vocacional II
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus III
- Disciplina eletiva
- **Ética profissional cristã**

Sétimo semestre

- Orientação vocacional na escola de 1º e 2º graus I
- Medidas educacionais I
- Disciplina eletiva
- Disciplina eletiva
- **Estudo Sobre o velho testamento**

Oitavo semestre

- Orientação vocacional na escola de 1º e 2º graus II
- Medidas educacionais II
- Disciplina eletiva
- Orientação vocacional na escola de 1º e 2º graus I
- Medidas educacionais I
- Disciplina eletiva
- **Estudo Sobre o novo testamento**

Habilitação em Orientação Educacional

Quinto semestre

- Princípios e métodos da Supervisão escolar I
- Metodologia do ensino de 1º e 2º graus II
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus II
- Disciplina eletiva
- **Estudo em ciência da religião**

Sexto semestre

- Princípios e métodos da Supervisão escolar II
- Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus III
- Avaliação do processo ensino-aprendizagem
- Disciplina eletiva
- **Ética profissional cristã**

Sétimo semestre

- Supervisão escolar de 1º e 2º graus I
- Currículos e programas I
- Disciplina eletiva
- Disciplina eletiva
- **Estudo Sobre o velho testamento**

Oitavo semestre

- Supervisão escolar de 1º e 2º graus I
- Currículos e programas II
- Disciplina eletiva
- **Estudo Sobre o novo testamento**

Disciplinas eletivas da parte diversificada

- Sociologia da educação III
- Filosofia da educação III
- Filosofia da educação IV
- Psicologia da educação III
- Psicologia da educação IV
- Qualquer disciplina de uma segunda habilitação

Resumo

Núcleo comum	1368hs
Habilitação	1080hs
Sub-total	2448hs
Educação física	72hs

Estágio supervisionado	130hs
Total	2650hs

Complementação pedagógica

Disciplinas obrigatórias do Núcleo comum, com 2 semestres - 38 créditos – 684 horas

Disciplinas da parte diversificada 30 créditos – 540 horas

Disciplinas obrigatórias do Núcleo comum

Primeiro semestre

- História da educação I
- Didática I
- Psicologia da educação I
- Filosofia da educação I
- Sociologia da educação II
- **Fundamentos do cristianismo I**

Segundo semestre

- História da educação II
- Didática II
- Psicologia da educação II
- Filosofia da educação II
- **Fundamentos do cristianismo II**
- Metodologia do ensino de 1º e 2º graus I
- História da educação III

Em outro documento localizado, intitulado *Instituto Adventista de Ensino – Campus 2 – Faculdade Adventista de Educação – 1999*, encontrei outra matriz curricular. No referido documento constam as seguintes informações:

DOU n. 103 – TERÇA-FEIRA, 1º JUN 1999 – DIÁRIO OFICIAL – SEÇÃO 3
 Instituto Adventista de Ensino — Campus 2
 Faculdade Adventista de Educação
 AVISO
 GRADE CURRICULAR

O diretor geral do Instituto Adventista de Ensino – Campus 2, Engenheiro Coelho, SP, usando de competência delegada pela portaria n. 1670-A, de 30

de novembro de 1994, art. 3º (DOU de 7 de dezembro de 1994) publica a seguinte grade curricular, do Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena, com Habilitação em Magistério e Gestão Educacional, que foi aprovada pela Congregação da Faculdade Adventista de Educação, conforme Ata lavrada do dia 13 de maio de 1999:

Disciplinas obrigatórias

1º semestre

Sociologia Geral

Psicologia Geral

Filosofia Geral

História da Educação

Cultura Moral e Religiosa

Educação Física e Princípios de Saúde

Leitura e Produção de Textos I

Formação Pessoal e Social

Optativa

2º semestre

Sociologia da Educação

Psicologia da Educação

Filosofia da Educação

Trabalho de Conclusão de Curso

Informática Aplicada /Educação

Leitura e Produção de Textos II

Didática I

História da Educação Judaico-cristã

Optativa

3º semestre

Movimentos Sociais-e Gestão

Psicologia-da Educação II

Teoria da Organização Escolar I

Educação-de Jovens e Adultos

Metodologia do Trabalho Científico

Fundamentos do Cristianismo

Metodologia e Prática do Ensino Fundamental

Optativa

4º semestre

Psicologia Social -e do Adolescente

Educação-Infantil -Teoria e Prática

Teoria e Organização Escolar-II

Tendências da Educação Contemporânea

Metodologia e Prática de Educação Artística

Trabalho de Conclusão de Curso

Filosofia da Educação Cristã

Optativa

5º semestre

Metodologia e Prática de Língua Portuguesa

Gestão e Coordenação Educacional - Teoria e Prática

Alfabetização - Teoria e Prática I

Trabalho de Conclusão de Curso

Estrutura e Funcionamento do Ensino: Educação e Sociedade

Política de-Educação Continuada e à Distância

Educação e Trabalho

Estudos em Ciência e Religião

Optativa

6º semestre

Metodologia e Prática da Educação Física

Metodologia e Prática de Matemática

Currículos e Conhecimento escolar

Gestão e Coordenação Educacional -Teoria e Prática

Economia Aplicada à Educação

Trabalho de Conclusão de Curso

Tecnologia Educacional

Ética Cristã

Optativa

7º semestre

Gestão e Desenvolvimento de-Recursos Humanos

Orientação -Pessoal e Social--Teoria e Prática I

Organização do Trabalho Pedagógico -Teoria e Prática I

Estudos de Literatura Judaico-Cristã I

Educação -Especial -Teoria e Prática

Trabalho de Conclusão de Curso

Metodologia e Prática do Ensino Médio

Metodologia e Prática do Ensino Religioso

Optativa

8º semestre

Orientação Pessoal e Social - Teoria e Prática

Organização do Trabalho Pedagógico - Teoria e Prática II

Metodologia e Prática do Ensino Ciências

Metodologia e Prática de História e Geografia

Avaliação do Desenvolvimento-Pessoal e Social

Trabalho de Conclusão de Curso

Estudos de-Literatura Judaico-Cristã II

Optativa

Optativas

Introdução à Informática

Educação Ambiental

Seminários Pesquisa Pedagógica

Sexualidade Humana e Educação

Antropologia e Educação

Tópicos de Gestão Educacional

Tópicos de Política Educacional

Tópicos de Educação de Adultos e Populações Rurais

Habilitação em magistério e gestão educacional

- Créditos em sala com presença obrigatória	2916h
- TCC, estágios e estudos independentes	648h
Total	3852h

5.2.1. Formação extraclasse na FAED

Nas salas de aula, incluindo ainda atividades de estágios, como era de se esperar, acontecia a formação técnica dos estudantes da FAED. No entanto, em todo o ambiente da instituição havia atividades outras que faziam parte do processo de formação dos alunos. Relembrando que o ideal da educação adventista é a formação integral do ser humano, por meio do desenvolvimento das capacidades físicas, mentais e espirituais, essa filosofia fica bastante evidente no contexto do internato em que a FAED estava inserida.

Orlando Ritter ao falar sobre a importância da alteração do turno da FAED, do noturno para o diurno, coloca como motivo a questão da educação integral. Ele se declara defensor do “Dia letivo integral”:

Eu era um defensor do que eu chamava de “O dia letivo integral”. Estudar de manhã, almoço, trabalho para o colégio 2 horas, 2 horas de esporte, estudo ou o que quiser, quisesse. Estudo à noite. Nove e quarenta e cinco, silêncio; apagar a luz e dormir. Isso eu mantive como diretor interno (RITTER, 2018).

5.2.2. Hora educativa

O trabalho é uma constante na vida dos alunos dos internatos adventistas. Muitos alunos recebem bolsas de estudo em forma de trabalho. Exercem atividades diversas para obterem descontos nos pagamentos do estipêndio¹³³. Nos anos 70 e 80, nos internatos ligados à IASD os alunos bolsistas, se classificavam em 3 tipos: o aluno *industrialário*, que pagava todas as suas despesas com uma carga horária maior de trabalho, esses bolsistas trabalhavam nos diversos setores da instituição durante o período de aulas (4,5 horas por dia e 9 horas aos domingos) e

¹³³ Estipêndio refere-se à 1. Designação de pagamento de mensalidades, ordenado, honorários ou remuneração; do mesmo significado de salário, pensão ou paga. <<https://www.lexico.pt/estipendio/>>

jornada completa no período de férias letivas, com direito a folga anual. Essa modalidade de bolsa acudia muitas pessoas provenientes de condições econômico-social precárias, que não tinham nenhuma possibilidade de pagamento de estudos. Havia o aluno bolsista *semi-industriário* fazia a mesma jornada do *industriário*, mas apenas no período letivo. Dessa forma obtinha um desconto de 50% ou 60% no valor do estipêndio. Havia ainda a modalidade *semi-semi-industriário*, a jornada restringia-se aos trabalhos de segunda à sexta e o desconto era de 75%. Alunos que pagavam integralmente o estipêndio e, portanto, não trabalhavam, eram denominados *regulares*. No entanto eram submetidos a uma atividade laboral de 2 horas diárias, de segunda à sexta, sob o título de *hora educativa*. Todos os dias, às 8h, para os alunos do turno vespertino, e às 13h para os do turno matutino, chefes de setores dirigiam esses alunos em atividades diversas dentro dos diversos setores da escola.

Dessa forma buscava-se desenvolver a disciplina e todas as outras virtudes que o trabalho pode proporcionar a um jovem em formação.

5.2.3. Encontro Formal – Jantar especial

O professor Orlando Ritter relata que a FAED possuía uma sala especial onde, mensalmente se realizava um encontro formal, algo como um jantar especial, no qual se desenvolvia comportamento, etiqueta.

Ali tinha razões para educar à vontade. Por exemplo, a sala especial da escola com piano branco, lustres da Áustria, poltronas da Itália, tapete da China... E a gente, então, uma vez por mês, fazia lá um encontro formal onde eram servidos alimentos, mas as pessoas bem vestidas, e com oração, com comportamento, para os alunos aprenderem a se comportar em contextos mais elevados (RITTER, 2018).

5.2.4. Capelas

Havia na FAED uma reunião semanal com a presença de todos os alunos de todas as turmas, reunião de caráter cultural e religioso fazia parte de sua rotina. Mesmo quando o assunto era de cunho cultural, havia a apresentação musical de hinos e cânticos religiosos, leitura da Bíblia e preces introdutórias e de encerramento de cada uma dessas reuniões que se denominaram *Capelas*.

Essas *Capelas* foram introduzidas na FAED a partir de 1975 por decisão tomada em reunião da Congregação em 10/02/1975¹³⁴. Deveriam ser “realizadas entre o segundo e o quinto período no decorrer da semana, tendo início na segunda-feira dia 24 de fevereiro depois na terça dia 11 e assim por diante”. Posteriormente viriam a ser realizadas em dia e horário fixos.

5.2.5. Cultos regulares da igreja

Às sextas-feiras à noite e aos sábados de manhã, toda a comunidade do IAE se reúne na igreja central do *campus*, onde acontecem os cultos principais e as atividades denominadas *Escola Sabatina*.

5.2.6. Semanas de Oração

Duas vezes ao ano, uma em cada semestre letivo, acontece uma semana especial de ênfase espiritual, chamada *Semana de oração*. Nessa semana, geralmente se recebe um palestrante, pastor convidado que partilha a mensagem durante uma semana inteira com o objetivo de incentivar e desenvolver a comunhão espiritual de todos. As reuniões se dão na igreja do campus sendo uma no horário escolar (matutino e vespertino) e a principal, à noite. No âmbito do internato, geralmente as atividades têm um foco especial em atender aos interesses e necessidades dos alunos internos, embora se estendam a toda a comunidade (funcionários, professores, vizinhos etc.).

5.2.7. Cultos matutinos e vespertinos

A rotina dentro dos internatos adventistas, especialmente os brasileiros, são muito semelhantes. Segundo Klein (2008, p. 35),

Às 5 horas da manhã, no sistema de som do dormitório começa a tocar uma música instrumental suave para que os alunos despertem. Às 5:30h toca o primeiro sinal, depois deste são tocados mais dois avisando do horário do culto matutino. Todos os alunos [as] devem se dirigir à capela dos dormitórios. Os cultos matutino e vespertino duram em média meia hora. Cantam hinos, leitura da meditação matinal, lição da escola sabatina e oração. Em seguida o refeitório começa a servir o desjejum (p. 32). O jantar é encerrado às 18:30h quando inicia o culto vespertino. Este pode ser no salão geral com rapazes e moças juntos ou nas capelas individuais dependendo da programação. Consiste de hinos, uma reflexão apresentada por um convidado e oração. Após este culto começa o horário de estudo. Nele o aluno pode se dirigir à biblioteca, laboratórios, salas de estudo dos

¹³⁴ Anexo 30 - Ata da reunião de 10/02/1975

dormitórios ou permanecer no quarto. Monitores acompanham toda a rotina de atividades destes locais prezando pela ordem, pois, neste horário os alunos de bolsa trabalho aproveitam para colocar seu estudo e pesquisas em dia. A biblioteca e laboratórios encerram suas atividades às 21:30h. O horário de silêncio acontece às 22h e todas as luzes dos quartos dos dormitórios são apagadas.

Enfim, os esforços para a formação de professores, na FAED, como também referentes aos demais cursos em todo o ambiente do internato, não se restringiam à formação acadêmica. Há um sem fim de atividades diversas com o intuito de desenvolver moralidade, civismo, religiosidade, respeito e tantas outras virtudes. Além das citadas acima, ainda aconteciam diversas atividades artístico-culturais como apresentações musicais tanto de alunos e professores da Escola de Artes e do Conservatório Musical da instituição, bem como de convidados, programas culturais (encenações, palestras, simpósios, etc.), Festas da Amizade, Jogos e atividades esportivas, entre tantas outras atividades que visavam promover a socialização e o desenvolvimento das habilidades sociais, morais e religiosas dos alunos. Era objetivo da instituição que o professor ou qualquer outro profissional formado na instituição devesse ser não apenas um profissional qualificado, mas um exemplo a ser seguido por aqueles que com ele convivesse. O professor Orlando Ritter, acreditava ser esse o modelo ideal de educação integral. E ainda, pretendendo ressaltar essa necessidade de o professor ser exemplo a ser seguido por seus alunos, costumava afirmar que cada professor deveria ter a ousadia de afirmar “O currículo sou eu!”¹³⁵

¹³⁵ Afirmação do Pastor Antônio Marcos Alves, atual diretor geral do UNASP, campus Engenheiro Coelho, ex-aluno da FAED, em palestra proferida na Semana Pedagógica em 2018, nessa instituição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta Tese de Doutorado busquei compreender qual a contribuição do Curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação – FAED, do Instituto Adventista de Ensino (IAE) para a formação de professores. O contexto considerado é, primariamente, o da organização adventista, especificamente, sua rede de escolas. Em segundo lugar, o contexto geográfico, ou seja, escolas (adventistas e não-adventistas) da zona sul da grande São Paulo (Santo Amaro, Capão Redondo e bairros circunvizinhos e municípios da região: Itapecerica da Serra, Embu das Artes, etc.) onde a FAED estava instalada. O contexto se expande ainda ao restante do estado paulista e demais estados do país pelo fato de que boa parte dos alunos da FAED vieram de locais distantes da escola, conforme demonstrado anteriormente nesta tese, sendo posteriormente inseridos profissionalmente em instituições ligadas à mantenedora por todo o território nacional.

A FAED/IAE foi a primeira instituição da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) a implantar um curso de formação de professores em nível superior no Brasil e permaneceu assim por cerca de 15 anos. Posteriormente vieram os cursos de Ciências e Matemática (1988), Letras (1988) e Educação Artística com habilitação em música (1998) ligados à FAED. Destaquei que a FAED foi também, a principal responsável por prover mão de obra qualificada (professores, administradores, diretores, coordenadores e orientadores) às escolas da rede educacional adventista em âmbito nacional, além das diversas escolas públicas ou privadas por todo o país que também receberam seus egressos.

Conforme foi possível constatar, a *Lei n. 5692/71*, afetou o funcionamento das escolas de 1º e 2º graus no país. As mudanças impostas ao sistema de ensino promoviam uma reestruturação dessas escolas e, no que concerne à rede adventista, as exigências legais causariam grande impacto já que a maioria de suas escolas até os anos 60 e 70 se limitavam ao ensino de 1ª a 4ª séries e funcionavam como pequenas escolas paroquiais, nas dependências das igrejas. A partir da promulgação dessa lei, as escolas primárias não poderiam se limitar em oferecer apenas o Ensino Primário de 4 anos mas agora, o 1º grau completo de 8 anos. E passou a exigir a formação superior dos profissionais da educação não mais apenas com magistério, conforme permitido na lei anterior.

Nesse contexto de necessidade de reestruturação do sistema educacional adventista, a FAED é criada com o fim primário de prover profissionais qualificados para atuarem na rede de escolas adventistas, bem como nas sedes administrativas da IASD, nos setores responsáveis pela gestão educacional.

As medidas de reestruturação da rede adventista de educação compreenderam 1) a adequação do tempo e dos níveis de ensino, 2) estruturação do espaço escolar com prédios

preparados especialmente para esse fim e 3) a formação dos profissionais qualificados e comprometidos com a filosofia educacional institucional, nesse caso, por meio da recém-criada Faculdade Adventista de Educação – FAED.

A FAED rapidamente conquistou a atenção da comunidade adventista, uma vez que conciliava a formação em nível superior com a formação integral preconizada nos princípios da filosofia educacional adventista. O funcionamento em regime de internato misto e sua localização estratégica em um estado, São Paulo, em intenso processo de expansão econômico-industrial e de acolhimento migratório, contribuíram para que a FAED/IAE - SP atraísse estudantes de todas regiões do país e também alguns do exterior.

Para a concretização da pesquisa realizei um intenso trabalho de recuperação, reunião e seleção de fontes documentais primárias como atas, regimentos, livros de registro da FAED, diversos documentos institucionais, publicações no Diário Oficial da União, entre outros, a que tive acesso. Efetuei a digitalização, ordenação e categorização desse conjunto de documentos para que pudesse proceder a análise e compreensão do momento histórico da instalação e desenvolvimento dessa instituição. Além disso, utilizando os procedimentos da História Oral, solicitei entrevistas e depoimentos de pessoas que tiveram envolvimento direto com a FAED durante o período estudado, dentre eles alunos egressos, professores, coordenadores e diretores, tendo sido possível entrevistar o segundo diretor, Orlando Rubem Ritter, que atuou nessa função por mais de 20 anos, um dos professores da primeira turma, professor Hélio Serafino, ambos com mais de 90 anos de idade, além de uma aluna também da primeira turma, Miriam Monteiro Borges. Realizei buscas nos arquivos do Acervo Permanente do Unasp, tanto no campus São Paulo quanto Engenheiro Coelho, locais onde a FAED funcionou. Nesses arquivos localizei fontes documentais primárias e secundárias importantes para a compreensão da história da FAED. Esse material foi digitalizado e categorizado. Para melhor organização e facilitar a busca pelas informações constantes no material digitalizado, foi necessário elaborar um banco de dados contendo sucintamente as informações dos documentos, bem como número de identificação, data e pessoas envolvidas. Realizei também busca em fontes secundárias como teses, dissertações, TCCs, periódicos, anuários, fotos, vídeos e documentários a respeito da FAED e, para otimização desse material, elaborei dois instrumentos de pesquisa, os quais estão em apêndice a este texto (SALES, 2016; SALES, 2017), os quais me permitiram perceber o estado da arte dessa temática.

O recorte temporal da pesquisa se inicia no ano de fundação da FAED – 1973 e se encerra no ano de 1999, quando a instituição mantenedora entra em novo ciclo estrutural, acadêmico e jurídico e se converte em Centro Universitário, promovendo com isso a ampliação

do seu rol de cursos e faculdades. Nesse momento a FAED é oficialmente transformada em Curso de Pedagogia do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, conforme regulamentação do Conselho Federal de Educação. Por ocasião dessa reestruturação, o UNASP passou a agregar três *campi*: São Paulo, Engenheiro Coelho e Hortolândia, todos no estado de São Paulo, e a oferecer diversos cursos de Graduação e Pós-graduação nas áreas de exatas, humanas e biológicas. Essas medidas fazem parte de um plano já idealizado pela liderança da IASD desde a década de 1970 para a condução do processo de transformação em Universidade, no entanto, até o momento esse plano não foi concretizado.

Como fundamentação teórico-metodológica utilizei os pressupostos da História Cultural e da História Oral, os quais me permitiram realizar questionamentos em relação às fontes documentais encontradas e buscar, a partir delas realizar o entrecruzamento com os indícios percebidos, com as fontes secundárias e com os depoimentos obtidos por meio das entrevistas e relatos orais.

Com isso, destaco que o trabalho historiográfico aqui realizado pôde trazer ao presente aspectos pouco conhecidos de uma realidade que em algum momento da história fora carregada de significados para os sujeitos do seu tempo. Portanto, Chartier (1990), quando atribui ao historiador uma responsabilidade ao compreender essa realidade, a qual se manifesta “[...] em diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança ou ruptura, invenção ou inércia ao mesmo tempo” (p. 68), nos permite conhecer, revisitar e compreender tal realidade. Para isso, também Le Goff (2015, p. 7) chama atenção para o fato de a realidade estar em constante processo e movimento “[...] a história não é estática [...] como o tempo que é sua matéria, inicialmente parece ser contínua, mas ela também é feita de mudanças”.

Vislumbrando percursos da história da FAED/IAE/UNASP percebe-se que sua trajetória foi marcada por mudanças que permitiram, no presente, ser o que ela é: uma instituição de tradição na formação de professores a partir de sua filosofia confessional e com o mesmo padrão curricular das demais instituições reconhecidas pelos setores avaliadores do Ministério da Educação, conforme apontado anteriormente nesta tese.

É por meio desse novo olhar que nos proporciona a *Nova História Cultural*, especialmente em Chartier (1990), Ginzburg (1989), Le Goff (2003), Bloch (2001) e Prost (2008), Certeau (1982), Thompson (1981) e Carvalho (2003), que busquei evidenciar nesta pesquisa uma “outra história” ou uma “história lacunar” até mesmo uma “história vista de baixo”, que talvez estivesse esquecida, silenciada ou não contada, por não ser a história oficial ou a história dos grandes feitos, dos grandes sujeitos. Mas se constitui na história de um

determinado grupo que não é maioria, mas que possui uma representatividade relevante no seu contexto, no seu tempo e em seu lugar.

Portanto, ressalto que nesta tese busquei atender aos objetivos para os quais me propus desde o início; os quais se referem, de uma forma geral, à compreensão do processo de criação, instalação e consolidação do Curso de Pedagogia da FAED durante seu período de funcionamento. Considero ter contemplado tal objetivo a partir da análise dos documentos encontrados e evidenciados ao longo desta tese, os quais me permitiram conhecer mais detalhadamente o processo inicial para autorização de funcionamento, da organização do currículo, escolha dos professores, primeiros vestibulares, primeiros alunos matriculados, primeira formatura, os jornais e informativos que circularam, além de outros eventos demonstrados por meio dos documentos e do registro deles.

Considero também que foi possível realizar a análise da conjuntura histórico-educacional em que FAED foi criada, bem como do seu desenvolvimento, a partir do estudo das mudanças empreendidas pela *Lei n. 5692/71*, que tornou obsoleto o sistema educacional adventista. E como isso se transformou numa mola propulsora para a retomada dos investimentos necessários para a melhoria do nível e da qualidade das suas escolas.

Considero que foi possível demonstrar que a FAED desempenhou um papel relevante na disseminação do conhecimento necessário à formação do professor e também dos especialistas da educação, conforme exigência da lei naquele momento, e que esses profissionais carregavam consigo, além da cultura pedagógica proporcionada por sua formação, também levavam um pouco da compreensão do seu modelo de formação integral proporcionada pelo contato com a filosofia educacional adventista e de princípios bíblico-cristãos.

Considero ainda que foi possível evidenciar a contribuição que a FAED trouxe, não somente ao meio educacional adventista com o provimento de boa parte dos seus professores e profissionais especializados, mas também à sociedade, observada a partir da pesquisa realizada com os egressos demonstrada por meio dos gráficos e quadros aqui demonstrados. Tais resultados nos permitiram perceber que 85% dos alunos que responderam à pesquisa começaram a atuar profissionalmente imediatamente após se formarem e outros 7%, dentro de um ano. Os egressos da FAED saíram formados para atuar nas diversas instâncias da sociedade como professores, diretores, coordenadores e orientadores educacionais, tanto no entorno da FAED (cidade de São Paulo) e estado de São Paulo, como nos demais estados brasileiros. Ao responder às perguntas sobre o tipo de instituição em que trabalhou inicialmente ao se formar, 81,6% responderam que foram absorvidos por escolas adventistas e outros 3,4% na organização adventista (não escola) perfazendo um total de 85% contra os demais tipos de instituições

(públicas e particulares). Sobre o local de origem quando vieram estudar na FAED, 65% responderam que vieram de outros estados e apenas 35% do estado de São Paulo. Quanto ao primeiro local de trabalho após a formatura, 32,2% se estabeleceram no entorno da FAED, 20,7% retornaram à unidade federativa de origem e outros 37,9% foram trabalhar em locais diversos no Brasil, possivelmente atendendo ofertas de trabalho nas escolas da rede adventista. Tal apuração de dados se confirma também nos depoimentos dos entrevistados que mencionam que boa parte da liderança educacional da instituição adventista se formou pela FAED e passou a ocupar diversas funções na área, dentre elas destacam-se as de: professores, coordenadores e orientadores e diretores em escolas de Ensino Básico, Missões, Associações e Uniões (gerindo uma determinada quantidade de escolas) e diretores de Faculdades e Centros universitários.

Por fim, destaco que nos registros da FAED consta que durante os seus 27 anos de história, formou 1252 alunos - entre 1973 - no campus São Paulo onde fora criada, continuou atuando no campus Engenheiro Coelho/Artur Nogueira - a partir de 1992 para onde foi transferida e encerrou suas atividades - em 1999 - Posteriormente a essa data, a Faculdade iniciou um novo ciclo de vida com o Curso de Pedagogia pertencente ao Centro Universitário Adventista de São Paulo - Unasp - EC e continua formando professores até os dias atuais.

O ano de encerramento desta tese, 2019, pode ser considerado como um ano bastante significativo para a História da educação adventista no Brasil. Completa-se 123 anos da implantação da primeira escola adventista, 104 anos da criação do Seminário/CAB/IAE, 50 anos da implantação do primeiro curso de ensino superior adventista com a FAE e a FAED conta com 45 anos desde sua criação. Pode-se dizer que a FAED deixou um legado. Atualmente na organização adventista existem 08 novos cursos de pedagogia no Brasil, sendo 04 no Estado de São Paulo, 01 no estado do Paraná, 01 em Minas Gerais, 01 na Bahia e 01 no Pará, todos sofreram direta ou indiretamente influência da FAED.

Embora esteja encerrando esta pesquisa, dentro do que me propus a desenvolver nesses quatro anos de trabalho, compreendo que o tema não se encerra por aqui. Muitas possibilidades de interpretação e investigação ainda podem surgir da história da formação de professores adventistas e até mesmo da investigação sobre a criação, desenvolvimento e a contribuição da FAED para o contexto da história da formação de professores no Brasil. Ao chegar ao final desta tese muitas questões surgiram em minha mente e possivelmente continuarão a surgir. Tenho a certeza de que nem todos os aspectos que dizem respeito à criação, instalação e desenvolvimento da FAED foram explorados com a profundidade que mereciam, ora por falta de elementos que auxiliassem na compreensão dos dados, ora pelas informações escassas ou incompletas e, talvez até por limitações desta pesquisadora. Dentre as minhas certezas,

compreendo que nenhum tema é suficientemente esgotável ao ponto de não haver mais nada a ser dito, com isso, reconheço os limites desta tese, que poderá gerar novos problemas de pesquisa e estará aberta para possibilidades de interpretações e de contribuições sempre que for necessário. Certamente que os desafios encontrados ao longo desses quatro anos de pesquisa foram grandes, no entanto, superados cada um a seu tempo e se constituíram em experiências enriquecedoras para esta pesquisadora que, apesar da pouca experiência, se identifica com tantos outros pesquisadores que se deparam constantemente com os dilemas encontrados na constatação da história da formação de professores em nosso país. Sejam eles dilemas do passado, contados diretamente pelos sujeitos entrevistados ou pelos registros nos documentos e na literatura; sejam dilemas observados na história do presente, constatados em nossas observações e experiências no fazer docente, uma vez que boa parte de nós, pesquisadores-professores ou professores-pesquisadores, também vivenciamos em nosso dia a dia, seja na sala de aula, nas políticas educacionais, na sociedade ou na história da nossa profissão.

REFERÊNCIAS

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *A escola normal paulista: estudo dos currículos (1846 a 1990) destaque para a prática de ensino*. *Boletim do Departamento de didática*. a.11, n.9, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Norma Brasileira de Referências (NBR-6023)*. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira*. Brasília, DF: Editora UnB, 6ª ed. 1997.

BARBANTI, Maria L. Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. 1977. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1977.

BECK, Nestor Luis João (coord.). *As origens da Universidade Luterana do Brasil*. Canoas, RS: Editora da Ulbra, 1994.

BOAVENTURA, Elias. *Educação Metodista no Brasil origem e ideologia*. Piracicaba, SP: Dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, 1978.

_____. *Reflexões sobre o papel dos metodistas no ensino superior Brasileiro*. Piracicaba, SP: 1989

_____. *Universidade e Estado no Brasil*. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1989.

BORGES. Michelson. *A chegada do adventismo ao Brasil*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2001.

BOTO, Carlota. Nova história e seus velhos dilemas. *Revista Usp*, São Paulo, n. 23, p. 23-33, 1994. Trimestral.

BRANDÃO, José. E. de A. A evolução do ensino superior brasileiro: Uma abordagem histórica abreviada. In: Moreira, D. A. (org.) *Didática Magna do Ensino Superior*. São Paulo, SP: Thompson & Pioneira, 1997.

BRAZIL. *Coleção de leis do Império do Brazil – 1827- Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio*. Página 71, Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 28/06/2018

_____. *Constituição Imperial dos Estados Unidos do Brazil.1824*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 28/06/2018

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 28/06/2018.

_____. *Decreto de Criação da Escola Normal 1835 – n. 10*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99970>. Acesso em: 28/06/2018

_____. *Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28/06/2018.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lex – Legislação Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 28/06/2018.

_____. *Lei n. 5.540/68 - Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 28/06/2018

_____. *Decreto-Lei 1051 de 21 de outubro de 1969*. Provê sobre o aproveitamento em cursos de licenciatura, de estudos realizados em Seminários Maiores, Faculdades Teológicas ou instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1051-21-outubro-1969-351783-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28/06/2018

_____. Ministério da Educação brasileiro (MEC) e da United States Agency for International Development (USAID).

_____. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 28/06/2018.

_____. *Diário Oficial da União* (Seção I, parte I, p. 8037) o Decreto 72610/73.

_____. *Diário Oficial da União*. Publicação Autorização - Decreto 72610 de 14_08_1973.

_____. Ministério de educação. *Documento norteador para as comissões de verificação com vistas a autorização e reconhecimento de Curso Normal Superior*. Portal mec. Acesso em 09/05/2018. <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Normasup.pdf>

_____. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP 5 de 13.12.2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 05/05/2018.

_____. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n. 1/2006 Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia*. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em 05/10/2018.

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento*. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, J.C; GATTI JR., (Org.) *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CADWALLADER, Edward M. *Filosofia básica de la educación adventista*. Tomos 1, 2 e 3. Villa Libertador San Martín, Argentina: Centro de Investigacion White, 1993, 1995, 1996.

CALVANI, Carlos Eduardo. Educação no projeto Missionário do protestantismo no Brasil. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2009

CARDOSO, Luis de Souza; *A Formação do Protestantismo de missão no Brasil – Evangelizar e Educar*. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais7/Trabalhos/xAFormacao%20do%20Protestantismo%20de%20missao%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 01/06/2018.

CARVALHO, Francisco Luiz Gomes de. Colégio internacional de Curitiba (1896 – 1904): escola americana para a comunidade alemã. - *Anais do V Congresso da ANPTECRE “Religião, Direitos Humanos e Laicidade”* ISSN:2175-9685 - Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/5anptecre?dd1=1564>

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CASTRO, Rosane Michelli de. *A produção de uma faculdade: as revistas Alfa, Estudos Históricos e Didática e a FAFI de Marília*. Fundepe; Fapesp. Marília: 2009.

CAVALCANTE, Margarida Jardim. *Cefam: uma alternativa pedagógica para a formação do professor*. São Paulo: Cortez, 1994.

CENTRO NACIONAL DA MEMÓRIA ADVENTISTA. Disponível em: <http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/>

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 4. ed. Tradução Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CUNHA, Marcus Vinícius da. *A educação dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

DIAS, Márcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAUJO, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de; Lopes, A. de P. C. *As escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

CHARTIER, Roger. Educação. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVELS, J. *A nova história*. Trad. M. Arinto e R. Esteves. Coimbra: Almedina, 1990b. p. 160-162.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAMON, Magda *Trajatória da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH- FUMEC, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 215-224.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Trad. Guacira Lopes Louro. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 2, p. 117-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 548-566, set./dez. 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1989.

_____. *A Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1988. (Coleção Educação em questão).

_____. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves Editora, 1985.

_____. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E.M.T. *500. Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

CUNHA, Marcos Vinícius. *A escola dos educadores: da Escola Nova à escola de hoje*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n86, p. 5 – 14, ago. 1993.

DIÁRIO POPULAR. *Jornal*. 18/08/1973

DIAS FILHO, Ailton Gonçalves. *A imigração norte-americana e a implantação do protestantismo em Americana e Santa Bárbara d'Oeste, SP*. Disponível em:

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DIVISÃO SUL AMERICANA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. *Pedagogia Adventista*. 2 ed. Tatuí, SP: CPB, 2009.

EDUCAÇÃO ADVENTISTA, 2018 site <http://www.educacaoadventista.org.br/quem-somos/>.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; BERTUCCI, Liane Maria. *Experiência e cultura: contribuições de E.P. Thompson para uma história social da escolarização*. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/1-fariafilho-bertucci.pdf>. Acesso em: 02/07/2018.

_____. IRLÉN Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

_____.; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FÁVERO, Maria de Lurdes de A. *Universidade Brasileira em Busca de Sua Identidade*. Rio de Janeiro: Vozes 1977.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EdUSP, 2010.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Revista Educação e Realidade*, jul-dez de 2004. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>). Acesso em 05/05/2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOLLIS, Rodrigo; NOVAES, Allan; DIAS, Marcelo. *Sociologia e adventismo: desafios brasileiros para a missão*. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2015.

FRANÇOIS, Etienne. A Fecundidade da História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala* (1938)

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Antonio Narino. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Sinais: raízes e um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-180.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad: Frederico Carotti. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOODSON, I. *Currículo: teoria e história*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOLDMAN, Frank.P. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo, SP: Livraria Pioneira. 1972.

GORSKI, Nevil. *De aluno a reitor: O legado de Nevil Gorski*. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2011.

GREENLEAF, Floyd. *Terra de esperança: o crescimento da igreja Adventista do Sétimo dia na América do Sul*. Tad. Cecília Eller Nascimento. Tatuí, SP: CPB, 2011.

GROSS Renato. *Colégio Internacional de Curitiba*. Rio de Janeiro, RJ: Collins Editora, 1996.

_____. & GROSS, Janine Schoemberg. *Filosofia da educação cristã: uma abordagem adventista*. Tatuí, SP: CPB, 2012.

GROSS, Janine S. *Paulo Freire e Ellen White: Encontros e desencontros e seus reflexos no ensino superior da Faculdade Adventista de Educação*. Dissertação de Mestrado em educação, PUC – PR, 1999.

HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e Educação Brasileira (presbiterianismo e seu relacionamento com o Sistema Pedagógico)*. São Paulo, SP: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Olympio, 1983.

HOSOKAWA, E. 2001 *Da Colina Rumo ao Mar: Colégio Adventista Brasileiro, Santo Amaro (1915-1947)*, Dissertação (mestrado em História Social), São Paulo, USP, 2001.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *Protestantismo no Sul do Brasil: nos quinhentos anos do nascimento de Lutero (1483 – 1983)*. Porto Alegre – RS: Ed. Sinodal, 1983.

INOUE, Leila Maria. *Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)*. 2015. 156 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

JARDILINO, José Rubens Lima. *Educação e protestantismo brasileiro: reflexões e hipóteses*. In: SOUZA E MARTINO (Orgs.). *In: Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004.

JULIA, Dominique. *A Cultura escolar como objeto histórico*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9.43, Jan/jun. 2001.

KLEIN, Débora. *Pedagogia na colina: a faculdade adventista de educação da universidade adventista de São Paulo de 1971 a 1999*. São Paulo: Uninove, Dissertação de Mestrado, 2008.

KNIGHT, George R. *Filosofia e educação: uma introdução da perspectiva cristã*. Trad. GRÖSHEL JR., Amilcar. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2015.

_____. *Mitos na Educação Adventista: um estudo interpretativo da educação nos escritos de Ellen G. White*. Trad. SCHÄFFER, Ana M.M.; SOUZA, Fernanda C. de Andrade. Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2010.

LABEGALINI, Andréia. C. F. Baraldi. *A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a 1975)*. 2005. 315f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

LE GOFF, Jacques. (Org.). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. [original:1978].

_____. *Memória-História* (Enciclopédia Einaudi). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LÈONARD, Émile G. *O protestantismo Brasileiro: Estudos de Eclesiologia e História Social*. Trad. SCHÜTZER, Linneu de Camargo. 2ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo, JUERP/ASTE, 1981.

LESSA, Rubens. Professor Orlando Rubem Ritter: educador por excelência. *Revista Adventista*. Tatuí: CPB, mai/2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 7. ed. São Paulo: Cortês, 2004.

LIRA, A. T. Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Tese (Doutorado) — Universidade

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MANACORDA, Mario. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Trad. Gaetano Lo Monaco. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MARIZ, Anna Carolina Almeida. *A informação na internet: arquivos públicos brasileiros – Rio de Janeiro, 2012 – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003*.

MARTINS, Andréia. 2007. *Estratégias de difusão da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil: Um estudo sobre o seminário/Colégio Adventista Brasileiro – 1915 a 1937*, Dissertação (mestrado em História da Educação), São Paulo, USP, 2007.

MASCARO, C. *O ensino normal no Estado de São Paulo: subsídios para estudo da sua reforma*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1956.

MAXWELL, C. Mervyn. *História do Adventismo*. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1982.

MENDONÇA, Antonio Gouveia. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990

MENSLIN, Douglas. *Educação Adventista: 120 anos de escolas paroquiais a uma rede de ensino: permanências e rupturas de um ideário educacional*. Curitiba, PR: Ed. DVK, 2015.

_____. Educação Adventista: realidade em expansão. In: *Revista Pistis Praxi Teologia e Pastoral.*, Curitiba, v. 9, n. 3, 666-683, set./dez. 2017. Disponível em:

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF; São Bernardo do Campo, SP: EDITEO, 1994.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário L. Notas para uma história da formação do alfabetizador no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 89, n. 223, set/dez. 2008b. Brasília: INEP, 2008. p. 467-476.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1976.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A sociedade de educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Ed. Unesp. 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Scholla Mater: a antiga escola normal de São Carlos (1911 – 1933)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 1996.

PAGNI, Pedro Angela. *Do Manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando Azevedo e Anísio Teixeira*. Ujuí: Editora Unijuí, 2000.

PALLARES BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PASTORE, José. *O Ensino Superior em São Paulo: Aspectos quantitativos e qualitativos de sua experiência*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1972.

PEVERINE, Hector. *Em las huellas de la providencia*. Buenos Aires: ACES, 1988.

POLIANTÉIA comemorativa do 1º centenário do Ensino Normal de São Paulo. São Paulo: [s. n], 1946.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMALHO, Jether P. *Prática Educativa e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

RIBEIRO, B. *Igreja evangélica e República brasileira (1889-1930)*. São Paulo, SP: Semeador, 1991.

_____. *Protestantismo e cultura brasileira*. São Paulo, SP: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

RITTER, Orlando. *O professor: sessenta anos educando gerações*. Tatuí, SP: CPB, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SALES, Giza Guimarães Pereira. *Agente mediador da circulação de saberes pedagógicos: o bibliotecário da Escola Normal Paulista*. Marília, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

_____. *As concepções de linguagem apresentadas por J. Budin (1914–1953) em Metodologia da linguagem (1949)*. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA. 2010b, Marília. *Cadernos de resumos*. ... Marília: Universidade Estadual Paulista, 2010.

_____. Aspectos da análise da configuração textual de Metodologia da Linguagem (1949), de J. Budin. *Revista de Iniciação Científica da FFC/Unesp*. 2010a, Marília, v. 10, n. 2, 2010.

_____. *Bibliografia de e sobre J. Budin (1914-1953): um instrumento de pesquisa*. Marília, 2009e. (digitado).

_____. Bibliotecas para formação de professores primários no Brasil: circulação de saberes por meio dos manuais pedagógicos. In: 18. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. 2012b, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2012.

_____. Circulação de saberes pedagógicos: os manuais de ensino na história da escola primária no Brasil. In: X CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2012a, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

_____. Leituras para professores e alunos: a circulação de saberes pedagógicos e a história da escola primária no Brasil. In: VII ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN. 2012c, Santiago, *Cadernos de resumos*. ... Universidade Acalá, 2012.

_____. Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin e a formação de professores alfabetizadores no Brasil. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17, 2009b. *Anais...* Campinas: ALB, 2009.

_____. *Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin e o ensino da linguagem no Brasil*. In: 17 SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP, 2009d. *Anais...* São Paulo: USP, 2009.

_____. *Um estudo sobre Metodologia da linguagem, de J. Budin (1949)* In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

_____. *Um estudo sobre Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin*. Marília, 2009a. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2009.

_____. *Um estudo sobre Metodologia da linguagem (1949), de J. Budin (1914-1953)*. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 2009c. *Anais...* São José do Rio Preto: Unesp, 2009.

SANTOS, Rita Rosane Dias dos. *Instrumento de Pesquisa: meio de acesso a informação*. 2014. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria. Restinga Seca, 2014.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947*. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto%20n.17.698,%20de%2026.11.1947.htm>>.

_____. *Decreto n.5.884, de 21 de abril de 1933*. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>.

_____. *Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894*. Aprova o regimento interno das escolas publicas .Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>.

SAVELI, Esméria de Lourdes; TENREIRO, Maria Odete Vieira. *Escolarização obrigatória no brasil: aspectos históricos e constitucionais*. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6005_3511.pdf. Acesso em 03/07/2018.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

_____. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. *Revista do Centro de Educação*. Santa Maria, v.30, n.2, p.11-26, 2005.

_____. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHULZ, Almiro. *Educação Superior Protestante No Brasil*. Engenheiro Coelho – SP: UNASPRESS, 2003.

SCHUNEMMANN, Haller. O desenvolvimento das escolas paroquiais adventistas no Brasil. *Comunicações* Ano 12, n. 1, p. 1 a 8. UNIMEP, jul/2005.

SCHELBAUER, Anaete Regina. *A constituição do Método de Ensino Intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação de São Paulo. SP. 2003.

SILVA, Carmen Silva Bissolli. *Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade*. 2.ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Katiene Nogueira da. *Criança Calçada, Criança Sadia! Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970)*. São Paulo, 2006. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Marcos. *Pedagogia Adventista, Modernidade e Pós-Modernidade*. Tese Doutoral defendida no Departamento de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 2001.

SILVA, Vivian Batista da. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. 2005. 400 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

_____. *Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971)*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

SIMON, Albertina R. *Uma vida a serviço de Deus*. São Paulo, Editora Universitária Adventista, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de.; VALDEMARIN, Vera T. (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

_____. *Alicerces da Pátria: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)*, Araraquara, 2006, 367f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006

SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. (Orgs.). *Do público ao privado, do confessional ao laico: História das instituições escolares na Ituitaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

STENCEL, Renato. *História da educação superior adventista no Brasil*. Piracicaba, 2006, 275f. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de Piracicaba – Faculdade de Ciências Humanas, Piracicaba, 2006.

TANURI, Leonor M. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo, 1979. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1979.

_____. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000. Disponível em:

TEIXEIRA, Anísio. *Aspectos americanos de educação*. Salvador. Tip. De São Francisco, 1928.

_____. *Educação no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional 1969.

_____. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. MENEZES, Renata (Orgs.). *As religiões no Brasil*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2006.

TIMM, Albert. R. (Org.). *Instituto Adventista de Ensino, Campus 2 – 15 Anos de História*. Engenheiro Coelho, SP: Imprensa Universitária Adventista, 1999.

_____. *A educação adventista no Brasil: uma história de aventuras e milagres*. Engenheiro Coelho: UNASPRESS — Imprensa Universitária Adventista, 2004.

TOLEDO, Maria Rita; MOGARRO, Maria João. *Circulação e apropriação de modelos de leitura para professores no Brasil e em Portugal: edições pedagógicas da Companhia Editora Nacional nas bibliotecas Portuguesas*. 2011.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O manual didático *Práticas escolares: um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica*. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 17, p. 13-40, mai./ago. 2008.

_____. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas docentes no Instituto de Educação do Distrito Federal (1927-1937)*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2001.

_____. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana G. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. *Culturas escolares. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. *Protestantismo e educação: a presença liberal norte-americana na Reforma Caetano de Campos – 1890*. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de Piracicaba – Faculdade de Ciências Humanas, Piracicaba, 2006.

VIEIRA, Maria Pillar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

VIEIRA, R.C. de C. *Centenário da Educação Adventista no Brasil (1896 – 1996)*. Destacando a contribuição de um pioneiro. Brasília, DF.

_____. *Vida e obra de Guilherme Stein Jr.: Raízes da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1995.

VILLELA, Heloísa. *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Niterói: UFF, 1990. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

WALDVOGEL, Luiz. *Memórias do tio Luiz*. Tatuí: CPB, 1988

WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma historiografia da Educação Brasileira. *Em Aberto*, Brasília, v.3, n.23, set./out., p.1-6, 1984.

WHITE, Ellen G. *Conselhos aos Professores, Pais e Estudantes*. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1975.

_____. *Fundamentos da Educação Cristã*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1975

_____. *Educação*. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1977.

_____. *Conselhos sobre Educação*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

ANEXOS


ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1- Pedido de Reconhecimento de Habilitações 1983, fl. 1 e 2	274
Anexo 2 - Condições do Meio e Necessidade do Curso por Ocasão do Pedido de Autorização	276
Anexo 3- Informe FAED 1972	280
Anexo 4- Documenta 147 de 05/02/1973.....	283
Anexo 5- Documenta Conselho Federal de Educação- Publicação parecer 1058/73 - autorização para funcionamento da FAED	286
Anexo 6- DOU - Publicação Autorização - Decreto 72610 de 14/08/1973.....	289
Anexo 7- Cartaz anunciando primeiro vestibular	291
Anexo 8- Publicação em jornais vestibular 1973 - Jornal Diário Popular	292
Anexo 9- Publicação em jornais vestibular 1973 - Jornal Folha de São Paulo	293
Anexo 10- Relação de Alunos Turma 1973.....	294
Anexo 11- Vestibular IAE 1974 – Revista Adventista, dez de 1973 p. 30	295
Anexo 12- Capa e termo de abertura do Primeiro Livro de Atas FAED.....	296
Anexo 13- Ata da primeira reunião da Congregação - 20/08/1973	298
Anexo 14- Ata de reunião de 06/02/1974.....	301
Anexo 15- Ata de reunião de 25/06/1974.....	303
Anexo 16- Ata da comissão de 05/10/1975	305
Anexo 17- Nomeação de comissão do CFE para auditar FAED nov/1975.....	307
Anexo 18- Documenta 187 CFE - Publicação de Parecer 1712/76 - reconhecimento do curso de pedagogia.	308
Anexo 19- DOU de 22/10/76 Publica Decreto 78607 reconhece o curso de pedagogia e habilitações.....	312
Anexo 20- Ata da reunião de 06/03/1977.....	313
Anexo 21- Ata da reunião de 14/12/1978.....	316
Anexo 22- Ata da reunião de 04/09/1979.....	319
Anexo 23- Descrição da natureza do curso pretendido envolvendo sua concepção e objetivo 1981.....	326
Anexo 24- Documenta 233 Conselho Federal de Educação.....	328
Anexo 25- Ata da reunião de 01/04/1981.....	330
Anexo 26- Ofício 128/86 FAED.....	333
Anexo 27- Carta de Encaminhamento de Processo ao MEC 15/08/1983	337

Anexo 28 - Ata da reunião de 15/05/1977	338
Anexo 29 - Ata da reunião de 11/04/1979	339
Anexo 30 – Ata da reunião de 10/02/1975	340
Anexo 31 - Transcrição de Entrevista com Orlando Rúben Ritter	342
Anexo 32 - Transcrição de Entrevista - Eurides Brito	353
Anexo 33- Transcrição de Entrevista - Nevil Gorski	357
Anexo 34 - Transcrição de entrevista – Nair Elias Santos Ebling	368
Anexo 35 – Transcrição de Entrevista com Roberto Azevedo	371
Anexo 36 – Transcrição de entrevista com Vandir e Clarice Pires de Araújo	379
Anexo 37 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	388
Anexo 38 - Parecer Consubstanciado do CEP	389

Anexo 1- Pedido de Reconhecimento de Habilitações 1983, fl. 1 e 2

00005

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO		PEDIDO DE RECONHECIMENTO (DE ESCOLA OU CURSO DE NÍVEL SUPERIOR)					
01 IDENTIFICAÇÃO							
Denominação da Mantenedora INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO					Sigla (optativa) I.A.E.		
Endereço (Rua - Avenida - Praça, etc. e N.º) Estr. de Itapeperica da Serra km. 23			Município São Paulo				
02 DADOS SOBRE A ESCOLA							
Nome da Escola FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO							
CURSOS AUTORIZADOS E/OU JÁ RECONHECIDOS (ANEXAR CÓPIA DA DOCUMENTAÇÃO)							
NOMES DOS CURSOS	R/A	ATO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO	CONSELHO DE EDUCAÇÃO COMPETENTE	PARECER		DECRETO	
				NÚMERO	DATA	NÚMERO	DATA
P E D A G O G I A Habilitações: <input checked="" type="radio"/> Administração do Ensino de 1º e 2º Grau <input checked="" type="radio"/> Magistério das Matérias Pedagógicas	R	Nada a Declarar	CFE	2.932/7602/09/86	78.607/7631/10/76		
	R						
P E D A G O G I A Habilitações: <input checked="" type="radio"/> Orientação Educacional <input checked="" type="radio"/> Supervisão Escolar	A		CFE	1.405/80	4/12/80	85.660/8122/01/81	
	A						
LEGENDA → R - Cursos já Reconhecidos / A - Cursos Autorizados e ainda não Reconhecidos							
03 CURSO A SER RECONHECIDO (Dados referentes à autorização)							
Nome do Curso Pedagogia			N.º do Parecer 1.405/80 Data 4/12/80				
Habilitações: Orientação Educacional Supervisão Escolar			N.º do Decreto 85.660/81 Data 22/01/81				
Indicar o ato do Conselho Universitário → Nada a Declarar			Indicar o Conselho Competente → C.F.E.				
04 REQUERIMENTO							
EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO BRASÍLIA - DF							
Instituto Adventista de Ensino acima							
Identificada, requer a V. Exa. que se digne submeter ao Egrégio Conselho Federal de Educação o Pedido de Reconhecimento do Curso acima referido ministrado pela Faculdade Adventista de Educação							
Nestes termos, Pede Deferimento							
São Paulo, de de 1983 (Cidade - Estado - Data)							
_____ Assinatura							
SIGNATÁRIO							
Nome WALTER BOGER			Cargo DIRETOR GERAL				

05 - CONDIÇÕES JURÍDICAS E FISCAIS DA MANTENEDORA (1)				COMPROVAÇÃO		VERIFICADOR		RELATOR		
DATA DA CRIAÇÃO	EPOCA	NATUREZA JURÍDICA		Anexo	Folha	C	N/C	S	D	I
1915	DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO	Associação		01						
	ATUALMENTE	Associação		01						
FINALIDADES										
DECLARADAS QUANDO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO										
- Suprir as necessidades de formação do Professor dos Bairros e Cidades adjacentes a Escola										
- Ampliar o trabalho da Igreja Adventista do 7º Dia no ramo da Educação e preparar professores devidamente habilitados para a rede escolar adventista no âmbito nacional.				01						
OUTRAS → ACRESCENTADAS ATÉ ESTA DATA										
Nada a declarar										
REGISTRO → CARTÓRIO DAS PESSOAS JURÍDICAS										
REGISTRO INICIAL DOS ESTATUTOS										
Número	Livro	Folhas	Data							
17.617	A - 8	Inexistente	18.03.69							
IMPORTANTE → ACRESCENTAR CERTIDÕES DE TODAS AS ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS										
CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO NA DATA DA CRIAÇÃO										
- Terreno - 60 alqueires de terra cedida pela União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º Dia.										
- Prédios - Edifícios p/internato, aulas, Auditórios, Escritórios, Biblioteca, Campos de esporte.										
Bens Móveis - Móveis e equipamentos										
DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CASO DE DISSOLUÇÃO										
Declarada quando do Pedido de Autorização										
- Deve ser incorporado à União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º Dia ou outra organização da Instituição mantida pela Igreja Adventista do 7º Dia no Brasil.										
ATUALMENTE, CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO										
Deve ser incorporado a outras instituições congêneres da União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º Dia.										
REGULARIDADE FISCAL										
C G C		I N P S		INSC. MUNICIPAL						
43586056/0001-82		21-905 00019-01		1.020.600-5						
RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA										
DEC. FEDERAL	ANO	DEC. ESTADUAL	ANO	DEC. MUNICIPAL	ANO					
70.120	72	8.756	65	6.136	65					
1) S - SATISFATORIO; D - EM DILIGÊNCIA (PARA NOVOS ESCLARECIMENTOS OU APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR); I - INSUFICIENTE (QUANDO A FALHA NÃO PARECER SANÁVEL EM PRAZO INFERIOR A UM ANO)										
2) C - COMPROVADO; N/C - NÃO COMPROVADO										
LE G E N D A										
SPF - MFC - Conselho Federal de Educação										

Fonte: Arquivo permanente do Unasp-EC

Anexo 2 - Condições do Meio e Necessidade do Curso por Ocasão do Pedido de Autorização

A N E X O 0 0 2

CONDIÇÕES DO MEIO E FINALIDADES DO CURSO POR OCASIÃO

DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO 01-03

Anexo 2

0020

CONDIÇÕES DO MEIO E NECESSIDADE DO CURSO

O Instituto Adventista de Ensino, localizado no bairro de Santo Amaro, município de São Paulo, na estrada de Itapeccrica da Serra, a nove quilômetros de Santo Amaro, dez de Itapeccrica da Serra e vinte e cinco da Capital, ocupa uma área de 60 alqueires de terra, onde predominam as melhores condições de salubridade e o necessário ambiente para o estudo e meditação.

Nessa região da grande metrópole paulista, em fase de constante expansão, vários bairros vizinhos da instituição se projetam no crescimento demográfico, na vida econômica e política, distinguindo-se especialmente pelo seu intenso movimento comercial; entre eles, além de Santo Amaro, podem se mencionar: Ibirapuera, Indaiatuba, Butantã, Jabaquara, Capela do Socorro, Vila das Belasas, Ceci Madureira, Campo Limpo, Capão Redondo, Valo Velho, etc.

O estabelecimento se encontra a sudoeste do município de São Paulo, e tem como municípios vizinhos: Itapeccrica da Serra, a dez quilômetros; Embu, a doze quilômetros; Embu-Guaçu, a treze quilômetros; e Taboão da Serra, a treze quilômetros.

A população desses municípios e bairros, segundo estimativa do Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, soma um total de 939.790 habitantes. Entretanto, considerando o intenso movimento migratório de outros estados da federação brasileira, possivelmente tal população deve já ultrapassar de 1.000.000 de habitantes.

A população escolar do Instituto Adventista de Ensino é constituída de alunos oriundos de toda essa região, e especialmente de Santo Amaro, incluindo inúmeros povoados e pequenas bairros adjucentes à Escola.

Santo Amaro, que até 1958 se constituía município autônomo, passou a integrar o município de São Paulo como subprefeitura. Ocupa uma área de 656.237 quilômetros quadrados e abrange atualmente um total de 163 vilas e povoados, sendo em fase de grande desenvolvimento, onde a indústria e o comércio tem sido grandemente incrementados nestes últimos tem-

0021
15/157

pos. Segundo publicação recente de o "Guia Samaró, 3ª Edição" composto e impresso pela Editora Verbo Divino - Santo Amaro, verifica-se que há no subdistrito 4.200 firmas comerciais, - 2.900 indústrias das mais categorizadas, 31 agências bancárias e é servido pela Estrada de Ferro Sorocabana que liga, através de 10 estações, o bairro ao porto de Santos, levando diretamente às docas seus produtos exportáveis.

Sob o ponto de vista de comunicação há em Santo Amaro dois jornais diários e uma estação de radiodifusão.

Seus tributos municipais, em 1970, conforme previsão da arrecadação do Imposto Predial da Prefeitura Municipal atingiram a importância de R\$ 25.710.324,00. O valor da produção em 1969 foi de R\$ 875.669.220,00; o valor de vendas na mesma data, foi de R\$ 842.105,126,00 (Fundação IBGE).

As unidades escolares do ensino primário, ensino médio e superior no bairro de Santo Amaro, em 1970, conforme dados coligidos nas competentes repartições municipais, estaduais e federais, poderão ser enumeradas como segue: a) Ensino Primário - 122 escolas públicas e 85 particulares, com um efetivo de 71.521 alunos; b) Ensino Médio - 25 escolas públicas e 21 particulares, com um total de 15.700 alunos; c) ensino superior - 5 estabelecimentos de ensino.

Possui Santo Amaro 13 entidades médico-hospitalares, 13 ambulatórios, 17 clínicas médicas, 2 pronto-socorros; 3 entidades federais, 7 postos de puericultura municipais, 8 postos de puericultura estaduais. (Serviço Social da Prefeitura Municipal).

Como o bairro apresenta grande índice de progresso e crescimento e é habitado por pessoas de todas as camadas sociais, com as mais variadas categorias de trabalhadores e predomínio das classes menos favorecidas, a criação de uma Faculdade de Educação trará grandes possibilidades para a juventude local, permitindo-lhe prosseguir os estudos de nível superior neste ramo de ensino que é, sem dúvida, de importância vital para o crescimento cultural do país.

Há atualmente em Santo Amaro apenas uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recentemente criada pela Organização Santamarense de Educação e Cultura (OSEC) que mantém além de outras áreas uma seção de Pedagogia.

1
0022

A Faculdade Adventista de Educação estaria em condições de suprir as necessidades locais de Santo Amaro, de outros bairros, e também dos municípios de Itapeverica da Serra, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu, cidades que se encontram a pequena distância da Escola e bastante distanciadas da Capital, local de mais difícil acesso.

A par disto a criação de tal Escola visa especialmente atender às necessidades do trabalho da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, no setor educacional, representado por um grande número de escolas do ensino primário e médio, nos vários estados da federação, como segue: a) ensino primário, 341 unidades escolares com um total de 17.774 alunos; b) ensino médio, 22 unidades escolares de diversos ramos do ensino médio com um total de 3.447 alunos matriculados (ano letivo de 1970).

Assim a Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, tendo em vista ampliar o seu trabalho no ramo da educação seria grandemente beneficiada por mais uma escola de nível superior que habilitará os candidatos ao exercício do magistério de ensino médio e superior e proporcionará aos diplomados diversas habilitações no campo da Educação.

O interesse dos sertado em nossos vizinhos e pessoas relacionadas com esta instituição de ensino é grande e os pedidos de reserva de matrícula para o curso de Pedagogia já excederam a casa dos 50 candidatos.

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

Anexo 3- Informe FAED 1972

FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

DO

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

(Informe-1972)

INÍCIO E HORÁRIO

A Faculdade Adventista de Educação iniciará as suas aulas para o primeiro e segundo anos no dia 7 de fevereiro de 1972, no período noturno, das 19:20-horas às 22:10 horas, de 2ª a 5ª feira e aos sábados à noite.

INSCRIÇÕES E MATRÍCULA

As inscrições para ingresso no curso da Faculdade Adventista de Educação poderão ser feitas até o próximo dia 7 de fevereiro mediante o pagamento de uma taxa de R\$ 200,00 que fará parte da anuidade a ser paga. A matrícula definitiva será feita depois do dia 7, após a realização do Exame mediante apresentação de documentos.

VAGAS

Vagas 55.

DURAÇÃO

Para os que levarem a carga máxima oferecida que será de 18 ou 19 aulas-semanais a duração do curso completo da Faculdade de Educação será de 4 anos, - equivalendo a um total de 2.200 horas aula acrescidas de 5% em estágios. A matrícula pode ser feita por disciplinas, e o tempo para completar todas as exigências para se formar não poderão ultrapassar 7 anos.

EXAMES VESTIBULARES

O ingresso ao curso da Faculdade de Educação será procedido de um exame-vestibular que será efetuado no dia 6 de fevereiro às 8:00 horas. Este exame - versará sobre: Português, Inglês (ou Francês) e Conhecimentos Gerais, abrangendo programa não superior ao de nível colegial. Não haverá cursinho, entretanto, a orientação para cada área do exame será encontrada no fim deste informe preparada pelo professor da matéria indicada.

VANTAGENS DO CURSO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Aquêles que concluírem a Faculdade de Educação oficializada estarão credenciados a lecionar as matérias de Sociologia, Psicologia, Didática e todas as matérias do Curso Normal em escolas de nível médio além de estarem credenciados para o magistério de nível fundamental. Os candidatos que tiverem um ano de experiência no magistério, uma vez concluído o ciclo básico da Faculdade de Educação poderão escolher o ramo da Administração Escolar que capacita o candidato a cargos administrativos no setor escolar.

OFICIALIZAÇÃO

Os papéis relativos a oficialização da Faculdade Adventista de Educação encontram-se em andamento e a oficialização deverá sair no decorrer de 1972 uma vez que a comissão de inspeção já foi nomeada pelo M.E.C. Atualmente os que fizerem os dois primeiros anos receberão um diploma de Professor de Educação Religiosa fornecido pela Faculdade de Teologia e serão beneficiados com o Decreto-Lei 1051 que diz o seguinte:

Art. 1º - Os portadores de Diplomas de Cursos Realizados, com a duração mínima de 2 anos, em Seminários maiores, Faculdades Teológicas ou Instituições equivalentes de qualquer confissão religiosa são autorizados a requerer e prestar exames em Faculdade de Filosofia Ciências e Letras das disciplinas que compõem parte do currículo do curso de licenciatura, tenham sido estudadas para a obtenção dos referidos diplomas.

Art. 2º - Em caso de aprovação nos exames preliminares de que trata o artigo anterior, os interessados poderão matricular-se na Faculdade desde que haja vaga, independentemente de concurso vestibular, para concluir o curso nas demais disciplinas do respectivo currículo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CURSO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Visto que o curso da Faculdade Adventista de Educação ainda não foi oficializado o Instituto Adventista de Ensino sob os auspícios da Faculdade de Teologia oferece um curso intitulado Curso de Formação de Professores de Educação Religiosa, cujo currículo será formado de todas as matérias do ciclo básico da Faculdade de Educação, portanto os cursos serão idênticos. Este curso terá a duração de dois anos e uma vez concluído este curso, mediante o diploma oferecido pela Faculdade de Teologia e de acordo com o Decreto-Lei, nº 1051 de 21 de Outubro de 1969, o candidato poderá ingressar na Faculdade de Educação, sem exame vestibular e recebendo o crédito das matérias feitas mediante a prestação de exames. A vantagem do curso de Educação Religiosa é que aqueles que concluírem o curso de Formação de Professores de Educação Religiosa estarão credenciados a lecionar Educação Religiosa em Escolas Adventistas de Nível Fundamental.

DOCUMENTOS

1. Uma via Certificado de Conclusão do 1º e 2º Ciclo.
2. Duas vias das Fichas Módulo 18 e 19.
3. Título de Eleitor. (para maiores de 18 anos).
4. Documento que comprove estar em dia com o Serviço Militar. (Candidatos Sexo Masculino).
5. Cinco Fotografias 3x4.
6. Atestado de Saúde e Vacina.
7. Atestado de Boa Conduta.

PREÇOS - De acordo com a tabela de preços do Instituto

Os preços serão de acordo com o tipo de aluno, sua carga de horas semanais, internato ou externato, e etc. O estipêndio será pago em várias prestações de acordo com a situação do aluno, quer internato ou externato. Procure o preço de seu estipêndio no escritório da escola.

PROGRAMA DO VESTIBULAR

DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

PORTUGUÊS

1. Redação de 30 linhas no mínimo, sobre assunto a escolher pela banca examinadora.
2. Gramática:
 - a) Morfologias: estrutura, formação, flexão e classificação das palavras.
 - b) Ortografia e acentuação das palavras.
 - c) Emprego da crase.
 - d) Verbos irregulares-ocasionais, defectivos e abundantes.
 - e) Concordância nominal.
 - f) Concordância verbal.

- g) Regência verbal (dos verbos de emprêgo mais comum).
- h) Tropologia pronominal.
- i) Pontuação.
- j) Analogia Vocabular.
- l) Estilo.
- m) Linguagem figurada.

BIBLIOGRAFIA:

Gramática - Napoleão Mendes de Almeida
 Português Prático - Marques da Cruz
 A Linguagem Usual e a Composição - Júlio Nogueira

INGLÊS

- | | |
|---------------------------------------|--|
| 1) Plural form | 15) Present continuous-Negative and interrogative. |
| 2) Indefinite article | 16) Adjectives - comparative degree |
| 3) Verb to be - all tenses | 17) Adjectives - superlative degree |
| 4) Verb to have - all tenses | 18) Past continuous tense |
| 5) Possessive adjectives | 19) Future continuous tense |
| 6) This, that; These, those | 20) Some and Any |
| 7) Personal pronouns -Objective case | 21) Possessive pronouns |
| 8) Irregular verbs | 22) Reflexive pronouns |
| 9) Negative form | 23) Present perfect tense |
| 10) Question form | 24) Say and Tell |
| 11) Adjectives, adverbs | 25) Past perfect tense |
| 12) Good and Well | 26) Sequence of tenses |
| 13) Much and Many | 27) Tag endings |
| 14) Relative pronouns - Who and Which | 28) Still - Any more |

BIBLIOGRAFIA:

Graded Exercises in English
 Por Robert J. Dixon
 Ed. Ao livro técnico

Regents English Workbook
 Por Robert Dixon
 Book 1 and 2

CONHECIMENTOS GERAIS

Acompanhar através de jornais e revistas os temas da atualidade. Exemplos: Crises do Oriente Médio, Oceano Índico, Extremo Oriente, Problemas Políticos e Sociais na América Latina, Poluição e Avanço da Tecnologia.

Jornais recomendados: O Estado de São Paulo, Fôlha de São Paulo, Jornal da Tarde. O mais importante dos Jornais são os antigos de analistas e não as notícias.

Revistas: Visão, Veja e outras mais especializadas (Conjuntura Econômica, Contexto).

Ter dos assuntos a noção do particular e do geral. Não preocupar-se com frases feitas, "slogans" ou a idéia da maioria. Apresentar concepção racional dos problemas.

FRANCÊS (optativa)

Consulte com a professora Eunice L. Walting.
 Nanger I - Cours de Langue et de Civilization Française

Anexo 4- Documenta 147 de 05/02/1973.

Auterizações para funcionamento da FAED - Paraver - CEsu / CFE 02/1973

INSTITUTO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

(SANTO AMARO - SP)
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

Paraver, 02-238/73 - CEsu (C-Grupo), aprovado em 02-fevereiro-1972 (Proc. n.º 1.410/72 - CFE)

RELATORIO

1 - O Instituto Adventista de Ensino, sediado em Santo Amaro - São Paulo, requereu a este Conselho autorização para funcionamento da Faculdade de Educação, com o curso de Pedagogia, com o ensino interno e externo, com as seguintes habilitações: Ensino das Disciplinas e Práticas dos Cursos Normais e Administração Escolar para aplicação nas escolas de 1.ª e 2.ª

A faculdade está situada no km 23 da Estrada São Paulo-Itapeteca da Serra de São Paulo, em uma propriedade de 60 alqueires.

Foram designados os professores Danilo Martins de Lima e Freusa Galvão, ambos de PUC de Ribeirão Preto, para constituírem a comissão incumbida de verificar as possibilidades, de acordo com a legislação vigente, de ser atendida a solicitação objeto do presente processo.

O Relatório da comissão está datado de 18-3-72 e o pronunciamento da Assessoria Técnica do DAU se verificou em 21-7-72. Pouco mais de um mês depois, o processo foi encaminhado à apreciação do Conselho Federal de Educação.

2 - Entidade Mantenedora

1.2. - Estatuto

O Instituto Adventista de Ensino é uma entidade de caráter não lucrativo, criada para a educação e constituída por escolas de nível elementar, médio e superior e por departamentos e serviços auxiliares.

Foi fundado em 1915, em Santo Amaro, sub-estados de Associação dos Adventistas do Sétimo Dia, no Brasil.

Não tem objetivos comerciais e não visa lucros pessoais, tanto assim que anualmente recebe subvenções do Sétimo Dia para auxiliar em sua manutenção, empregando em sua maioria todos os seus bens, rendas e receitas, para atingir os seus objetivos que são: morais, educativos, vocacionais, espirituais, assistenciais e filantrópicos, de duração indeterminada.

Os membros da Diretoria do Instituto não recebem remuneração pelos cargos que ocupam.

A organização do Instituto compreende: membros, assembleia, conselho deliberativo, comissões consultivas, diretoria, assistente de administração, superintendência, comissões internas, departamentos e seções auxiliares.

Possui diversos imóveis, constantes de terrenos e lojas na capital e no interior e Guanabará. E propriedade da Fábrica de Produtos Alimentares, Saneamento e mais de uma centena de cabanos para todos os bens imóveis e móveis que possui.

Em caso de dissolução, o patrimônio remanescente será incorporado, a critério da Assembleia, à União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, para ser empregado em instituição mantida pela Igreja no Brasil, que preencha os requisitos legais para recebê-lo.

O Estatuto acha-se inscrito no Registro de Títulos e Documentos - 2.º Ofício - e foi publicado no DO do Estado de São Paulo de 15-1-72.

2.2 CAPACIDADE FINANCEIRA

Instituto Adventista de Ensino: Balanço Geral em 1970

Ativo
Imobilizado - terrenos, prédios, instalações, equipamentos, móveis e veículos .. 988.862,35

Disponível - Caixa e Bancos .. 86.061,16
Realizável .. 410.107,97
Resultado pendente .. 16.024,04

O Ativo totaliza .. 1.501.856,72
Passivo - Sob o título - Não Exigível - compreende o patrimônio - Cr\$ 923.721,83
O Passivo totaliza igual ao Ativo.
Outras Fontes de Renda:
Contribuição dos alunos
Sobreviventes da Igreja Adventista do Sétimo Dia, no Brasil.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

Balanco Geral

31 de dezembro de 1970

Table with columns: Saídas, Cr\$, Despesas com Pessoal e Materiais, Despesas Gerais, Despesas Tributárias, Depreciações, Salvo Verbas Disponíveis, Líquido para Verbas Disponíveis, Variação Patrimonial, Bolsas de Estudo Totais e Parciais Concedidas, Entradas, Entradas de anuidades, Resultado dos Departamentos Internos, Subvenções dos Poderes Públicos, Subvenções de Organizações Adventistas, Entradas de Verbas Disponíveis.

Entradas
Entradas de anuidades .. 1.179.019,23
Resultados dos Departamentos Internos .. 572.643,31
Subvenções dos Poderes Públicos .. 11.994,00
Subvenções de Organizações Adventistas .. 2.436,50
Entradas de Verbas Disponíveis .. 371.507,50
Total .. 462.019,46

Valor das Bolsas de Estudos e Parciais Concedidas .. 549.993,63

BENS IMÓVEIS E MÓVEIS

O estabelecimento tem sua sede em uma propriedade em Santo Amaro, no Sétimo Dia, constituída de 60 alqueires, prédios, casas, etc., cedidas gratuitamente ao Instituto Adventista de Ensino, cuja escritura encontra-se em andamento, cuja autorização de cessão anexo).

Terreno de 60 alqueires no valor aproximado de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

3 internatos, 3 edifícios com salas de aula, sede da Faculdade de Educação, servatório de Música, 2 pavilhões de tipografia e artes industriais, 16 casas de residências de professores, duas oficinas de marcenaria e móveis, 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

MÓVEIS

Compreende móveis e equipamentos dos edifícios, veículos, tratores e 163 cabeças de gado, no valor de Cr\$ 500.000,00.

Numerário em bancos (comprovado) Cr\$ 304.592,74.

O Instituto possui condições mais que suficientes para manter a faculdade.

Faculdade Adventista de Educação
Previsão Orçamentária: 1972 - 1973 1974

Resumo:

Table with columns: 1972 - Despesa e Receita, 1973 - Despesa e Receita, 1974 - Despesa e Receita.

A discriminação dos elementos da Receita e Despesa não satisfazem, havendo, em nosso entender, necessidade de apresentação de nova previsão orçamentária trienal.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA MANTENEDORA

O pessoal da mantenedora é considerado missionário e recebe ainda os seguintes subsídios suplementares para as despesas com aluguel de casa, 90%, despesas médicas e dentárias, 75%, educação, 50%.

	Cr\$
Diretor-Geral	1.632,91
Vice-Diretor	1.718,46
Diretor-Administrativo	1.675,09
Secretário	1.346,18
Relações Públicas	1.511,18
Contador	1.134,77
Caixa	1.132,72
Auxiliar-Secretaria	504,43
	975,00
	1.002,95
	796,27
	726,90
tesouraria	986,63
	911,54
	825,00
	667,63
Bibliotecário	1.535,66

Prédio e Instalações

O Instituto Adventista de Ensino ocupa uma grande gleba de 66 alqueires, onde, além das instituições educacionais mantidas, encontra-se um estabelecimento industrial e outro agropecuario, que oferecem oportunidade de trabalho remunerado aos estudantes internos ou externos da agremiação.

Para o funcionamento da faculdade foram destinadas dependências do bloco do Auditorio para as salas de aula e parte do edificio central e no prédio da Faculdade de Enfermagem são salas supletivas.

O chamado "bloco do auditorio" é uma construção nova composta de dois pavimentos:

Térreo — Com o salão do atos e dependências.
Subsolo — Estão localizadas quatro salas de aula:

Sala 1 — 7,80 x 6,40	47,92 m ²
Sala 2 — 7,30 x 6,70	55,30 m ²
Sala 3 — 7,60 x 6,70	52,26 m ²
Sala 4 — 6,40 x 6,00	38,40 m ²
	193,88 m ²

Ainda no subsolo se encontra a sala de Física com 51,60 m².

TABELA DE REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ADMINISTRATIVO DA FACULDADE

	Cr\$
Diretor	1.453,40
Secretário	1.346,18
Contador	1.134,77
Auxiliar secretaria	504,43
	975,00
	1.002,95
	796,27
tesouraria	986,63
	911,54
	825,00
	667,63
Bibliotecário	1.535,66

Os vencimentos do pessoal administrativo da faculdade são acrescidos dos mesmos subsídios concedidos ao pessoal da mantenedora.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A hora-aula será de Cr\$ 30,00. Para os professores-missionários em número de 11 (onze), os salários são mensais, variáveis para cada um e acrescidos dos subsídios concedidos ao pessoal administrativo, nas mesmas proporções.

3. A BIBLIOTECA

a) A biblioteca dispõe de 216,12 m², sendo que 76,22 estão destinados ao acervo, catalogado pelo sistema Decimal de Dewey, possuindo os móveis indispensáveis.

b) A área restante — 133,90, é ocupada por 11 mesas grandes para estudo e 52 cadeiras, além de pos-suir uma estante de madeira para revistias, à disposição dos alunos e o arquivo de aço com 10 gavetas para o fichário a ser manipulado pelos con-sulentes.
 c) Os 13.662 títulos constituem o seu acervo, em que estão incluídos 107 dicionários e coleções.

Os títulos específicos para o Curso de Pedagogia estão distribuídos em:

Títulos	
História Geral e de Educação	295
Filosofia	165
Psicologia Geral e de Educa-ção	174
Administração Escolar e Esta-tística	162
Sociologia Geral e de Educa-ção	50
Didática	215
	1.062

Os demais títulos incluem, entre outros, obras de cultura geral e reli-giosa, literatura e artes, ciências pu-ras e aplicadas.

Não há revistas especializadas pois aguardam a indicação a ser feita pe-los professores quando a faculdade for autorizada.

MATERIAL DIDÁTICO

A faculdade está bem equipada de material didático, cuja especificação encontra-se às fls. 46-49 e 55, desta-cando-se aparelhos de projeção cine-matográfica, de 8 e 16 milímetros, projetores fixos de dispositivos au-tomáticos, projetores simples, epidis-cópio, gravadores de fita, tela acríli-ca.

Possui a faculdade uma sala de 53,76 m² reservada para as técnicas audiovisuais.

ESTÁCIOS SUPERVISIONADOS — Serão realizados no Colégio Adven-tista Brasileiro (Curso 2º Grau com-pleto), Escola Normal Adventista e Escola Primária Adventista, pertencen-

centes, como a faculdade, ao Insti-tuto Adventista de Ensino. A relação completa das dependências das três escolas, bem como dos laboratórios e do material didático, está às fls. 57-52 do pasta 6.

A prática de Educação Física, será feita nas instalações já existentes, pertencentes ao Instituto.

4 — REGIMENTO

Está constituído de 10 títulos, 23 capítulos e 136 artigos.

Observa as disposições da legisla-ção vigente e as normas emanadas do Conselho Federal de Educação.

5 — CONDIÇÕES DO MEIO E NECES-SIDADE DO CURSO

Santo Amaro, que até 1935 se constituía município autônomo, pas-sou a integrar o Município de São Paulo, como subprefeitura.

Ocupa uma área de 656.237 km² e abrange atualmente um total de 163 vilas e povoados, zona em fase de grande desenvolvimento, onde a in-dústria e comércio têm sido grande-mente incrementados nestes últimos tempos.

Há em Santo Amaro 4.200 firmas comerciais e 2.900 indústrias mais categorizadas, 31 agências bancárias e o município é servido pela Estrada de Ferro Sorocabana que liga 10 es-tações ao porto de Santos, levando diretamente às docas seus produtos exportáveis.
 Situação do ensino em 1970 :

- a) Ensino Primário — 122 escolas públicas e 85 particulares, com um efetivo de 71.321 alunos.
- b) Ensino Médio — 25 escolas pú-blicas e 21 particulares, com um to-tal de 15.780 alunos.
- c) Ensino Superior — 5 estabele-cimentos de ensino.

Há, atualmente, em Santo Amaro, apenas uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recentemente cria-

... para o desenvolvimento continuarem-se no
 Educação e Cultura — OSEC — que
 também, além de outras áreas, uma
 seção de Psicologia.

A Faculdade Adventista de Educa-
 ção estaria em condições de suprir
 as necessidades locais de Santo Ama-
 ro, de outros bairros, e, também, dos
 municípios de Itapemirim da Serra,
 Taboão da Serra, Embu-Guaçu, cidada-
 des que se encontram a pequena dis-
 tância da escola e bastante distancio-
 das da capital.

6. CORPO DOCENTE

- 1 — Advenir de Souza Lima — Es-
 trutura e Funcionamento do Ensino de
 1.º e 2.º Graus. — Comprove com do-
 cumentos das escolas todos os seus
 estudos didáticos, com os respectivos
 horários.
- 2 — Elda Rodrigues de Azevedo —
 Sociologia da Educação — Princípios
 e Métodos de Orientação Educacio-
 nal. — Pode ser aceita para Princí-
 pios e Métodos de Orientação Edu-
 cacional.
- 3 — Gerson Pires de Araújo —
 Psicologia Geral e Filosofia da Edu-
 cação. — Pode ser aceito.
- 4 — Gideon de Oliveira — Biologia
 Geral e Biologia Educacional. — Com-
 prove especialização.
- 5 — Hampton Eugene Walker —
 Princípios e Métodos de Administra-
 ção Escolar. — Pode ser aceito.
- 6 — Hélio Italo Serafino — Meto-
 dologias do Ensino de 1.º e 2.º Graus e
 Modernas Técnicas de Educação. —
 Pode ser aceito.
- 7 — Inaci Castelo Cunha — Filoso-
 fia Geral e Sociologia Geral — Títu-
 los insuficientes.
- 8 — João Bork — Técnicas de Pes-
 quisas e Técnicas de Pesquisas em
 Educação. — Apresente diploma de
 nível superior, no qual figure a dis-
 ciplina para que foi indicado.

- 9 — Leila Morato do Azevedo —
 Estudo de Problemas Brasileiros —
 Prática de Ensino nas Escolas de 1.º
 e 2.º Graus. — Pode ser aceita para
 Prática de Ensino nas Escolas de 1.º
 e 2.º Graus.
- 10 — Maria do Carmo Pacheco Re-
 bello — Psicologia da Educação e Di-
 didática. — Pode ser aceita.
- 11 — Neander Calvin Harder —
 Língua Inglesa — Pode ser aceito.
- 12 — Nevil Gorski — Estatística
 Aplicada à Educação. — Pode ser
 aceito.
- 13 — Orlando Rubem Ritter —
 Princípios e Métodos de Supervisão
 Escolar e Métodos de Avaliação em
 Educação. — Pode ser aceito.
- 14 — Pedro Apolinário — Língua
 Portuguesa. — Comprove especializa-
 ção na disciplina.
- 15 — Waldemar Gréschet — Histó-
 ria da Educação e Relações Humana-
 nas. — Pode ser aceito.

8 — VOTO DO RELATOR

O Relator é da opinião que o pro-
 cesso balde em diligência para que a
 mantenedora, dentro de 90 (noventa)
 dias, cumpra as exigências abaixo
 formuladas:

- 1 — Apresentar nova previsão or-
 çamentária trienal do curso a ser
 instalado.
- 2 — Substituir professores cujos
 títulos não foram aceitos e comple-
 tar a documentação de outros.
- 3 — O Regimento deverá fixar em
 160 o número total de matrículas ini-
 ciais anuais.
- 4 — No Regimento e em todas as
 peças importantes do processo de-
 vem ser atualizadas as denominações
 dos cursos pretendidos, obedecendo
 a legislação específica vigente.

A Câmara de Ensino Superior, 2.º
 grupo, concordou com o voto do Re-
 lator.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro
 de 1973. — T. D. de Souza San-
 tos — Vice-Presidente, Alair de Quei-
 roz Araújo — Relator, Alagar Ribault,
 Lena Castello Branco F. da Costa, Al-
 berto Dodato.

REGIMENTO GERAL

Resolução n.º 246/73 — CEEU (2.º Grupo), aprovada
 em 05/fevereiro/1973 (Proc. n.º 519/72 — CFE)

Este processo, em que a Universi-
 dade Católica de Felotas pede apro-
 vação do seu Regimento Geral, deve
 ser baixado em diligência, para as
 seguintes modificações:

Art. 2.º — Dispõe que "este Regi-
 mento Geral será complementado por
 regulamentos ou regulamentos". Pare-
 ceu inconveniente o uso da in-
 conveniente, que poderá dar a im-
 pressão de que, além do Regimento
 Geral, continuarão a existir Regimen-
 tos parciais das várias unidades da
 universidade. Embora os parágrafos
 tornem claro o pensamento que se
 pretende exprimir, pensamos que o
 melhor é optar pela palavra Regula-
 mentos, admitida no caput do pró-
 prio artigo 2.º.

Assim, propomos se cortem as pa-
 lavras "regimentos", tanto no
 "caput" como nos parágrafos.

Art. 14 — Se aceita a proposta re-
 lativa ao art. 2.º, substitua-se regi-
 mento por regulamento.

Art. 15 — Idem.

Art. 28 — Regimento. Ver nota so-
 bre o art. 2.º.

Art. 36 — J — Obscura a redação.
 Que significa resolver sobre a dispen-
 sa temporária de encargos de pesqui-
 sa ou de ensino ou de ambos para
 seus professores? Dispensa de en-
 cargos para professores?

Art. 40 — Se aceita a sugestão
 feita acerca do art. 2.º, cortar regi-
 mentos.

Art. 47 — Em vez de um ciclo bí-
 sico deve ser primeiro ciclo.

Idem §.1.º — deve ser feita a mes-
 ma correção.

Art. 48 — Leia-se do primeiro ci-
 clo profissional em vez de dos ciclos
 básico e profissional.

Art. 49 — A redação não é satis-
 fatori, podendo ser substituída por
 esta: "A integralização do tempo fi-
 xado para o curso será expressa em
 créditos".

Art. 50 — § 1.º — acrescentem-se
 as seguintes palavras após COCEP:
 as quais deverão ser apresentadas em
 anexo a este Regimento.

Idem — § 4.º — Convém alterar a
 redação para não parecer que a ex-
 pressão cursos monográficos é uma
 disciplina, quando se trata de uma
 das formas de ensino. Seria, em vez
 de professores palestrantes, melhor
 dizer professores conferencistas.

Idem — § 5.º — Seria muito con-
 veniente evitar a expressão cursos
 monográficos, a menos que se defi-
 nam as demais técnicas de ensino,
 como, por exemplo, a forma exposi-
 tiva, o seminário etc.

Art. 59 §§ 1.º e 2.º — os pré-requi-
 sitos deverão figurar nos próprios
 currículos.

Art. 88 — § 2.º — deve ter a se-
 guinte redação: Serão elegíveis os
 estudantes matriculados em um só
 departamento ou que, em tal unde-
 de universitária, tenham obtido pelo
 menos ...% dos créditos previstos
 para o curso, incluídos os do 1.º ci-
 clo e os do ciclo profissional. Eleito-
 res são todos os estudantes indepen-
 dentemente das condições estabele-
 cidas acima.

Art. 103 — A definição de reincl-
 dência, não é aceitável. Propõe-se a
 seguinte fórmula: A reincidência é
 a prática da mesma falta, duas ou
 mais vezes, pela mesma pessoa e se-
 guida de punição.

Art. 110 — Acrescente-se no final:
 os quais serão submetidos à aprova-

**Anexo 5- Documenta Conselho Federal de Educação- Publicação parecer 1058/73 -
autorização para funcionamento da FAED**

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 1973	
RECEITAS	TOTAL
Anuidade Cr\$ 3.000,00 — N.º de alunos 160	480.000,00
Contribuição da Mantenedora	50.000,00
TOTAL	530.000,00
DESPESAS	TOTAL
Remuneração do Corpo Docente (41% sobre entradas das anuidades)	197.496,00
Despesas Indiretas (Administração, Diretoria, Secretaria, Vigilância, Comunicações etc.)	50.000,00
Biblioteca (10,4% sobre entradas das anuidades)	25.000,00
Luz, força e água	600,00
Auxílio a estudantes carentes de recursos (30% sobre as entradas das anuidades)	144.000,00
Bolsa de estudo para aperfeiçoamento de professores	20.000,00
Equipamentos novos	7.934,00
Despesas Gerais (Seguros, Depreciações, Limpeza, Propaganda etc.)	40.000,00
Imprevistos, evasão escolar etc.	45.000,00
TOTAL	530.000,00

Obs.: Os encargos sociais estão incluídos na remuneração do pessoal.

II — VOTO DO RELATOR

O Relator pondera que o pedido inicial, com o corpo docente dos dois primeiros anos estava de acordo com a norma do momento e que a Resolução n.º 6/72 permite que os professores demonstrem sua qualificação na ocasião de assumirem o exercício, e concluiu que o processo deve voltar a Plenário, com a mesma conclusão do parecer anterior, acrescida da complementação agora apresentada e do compromisso assumido pela faculdade de oferecer a documentação do corpo docente, das duas últimas séries no prazo previsto.

Assim, concede-se autorização de funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Votuporanga, com o limite de 50 vagas anuais para cada curso.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior aceitou o voto do Relator.

Sala das sessões, em 2 de julho de 1973. — Newton Sucupira, Presidente, José Barretto Filho, Relator, B.P. Bitencourt, Antônio Martins Filho, Edson Machado de Souza, Nair Fortes Abu-Merthy, Vicente Sobrino Porto.

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, em sessão plenária, aprova o parecer da Câmara de Ensino Superior, concluindo favoravelmente à autorização para funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Votuporanga, com os cursos de Ciências Contábeis (50 vagas) e Administração (50 vagas), mantida pela Fundação Educacional de Votuporanga — SP, sendo 100 (cem) o número total de vagas anuais.

Sala Barretto Filho, em 3 de julho de 1973. — Roberto Figueira Santos — Presidente, Pe. José Vieira de Vasconcellos — Vice-Presidente, Abgar Renault, Alberto Deodato, B.P. Bittencourt, Edília Garcia, Edson de Souza,

José Barretto Filho, José Milano, Milano da Rocha, Luiz do Freitas Bueno, Terezinha Saralva, Newton Sucupira, Paulo Nathanael, Valmir Chagas, Tarcísio Padilha, T. D. de Souza Santos, Sobrino Porto, Algacyr Munhoz Macedo, Alair de Queiroz Araújo, Antônio Martins, Filho, Lena Castello Branco, Nair Fortes Abu-Merthy.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO — SP
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
(CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA)

RELATOR : SR. CONS. ALAOR DE QUEIROZ ARAUJO
Parecer n.º 1.058/73 — CESA (2.º Grupo), aprovado em 4-Julho-1973 (Proc. n.º 1.413/72 — CEF)

I — RELATÓRIO

O Parecer n.º 239/73 dado ao pedido de autorização de funcionamento da Faculdade Adventista de Educação, determinou a baixa do processo em diligência a fim de serem atendidas as exigências abaixo formuladas:

- 1 — apresentar nova previsão orçamentária trienal do curso a ser instalado;
- 2 — substituir professores cujos títulos não foram aceitos e completar a documentação de outros;
- 3 — o Regimento deverá fixar em 160 o número total de matrículas iniciais anuais;
- 4 — no Regimento e em todas as peças importantes do processo, devem ser atualizadas as denominações dos cursos pretendidos, obedecendo à legislação específica vigente.

CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA

1. — Apresentar nova previsão orçamentária trienal do curso a ser instalado.

70

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 1974

RECEITAS		TOTAL	DESPESAS		TOTAL
Anuidade Cr\$ 3.200,00 — N.º de alunos 320 (6,6% sobre a anuidade de 1973)		1.024.000,00	Remuneração do Corpo Docente (41% sobre entradas das anuidades)		419.840,00
Contribuição da Mantenedora		80.000,00	Despesas Indiretas Administração, Diretoria, Secretaria, Tesou- raria, Vigilância, Comunicações etc. (8,98% sobre entradas das anuidades)		92.000,00
			Biblioteca		30.000,00
			Luz, força e água		1.570,00
			Auxílio a estudantes carentes de recursos (30% sobre entradas das anuidades)		307.200,00
			Bolsa de estudo para aperfeiçoamento de professores		30.000,00
			Equipamentos novos		20.000,00
			Despesas gerais Seguros, depreciações, limpeza, propagan- da etc.		91.000,00
			Imprevistos, evasão escolar etc.		112.390,00
		1.104.000,00			1.104.000,00

Obs.: Os encargos sociais estão incluídos na remuneração do pessoal.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 1975

RECEITAS		TOTAL	DESPESAS		TOTAL
Anuidade Cr\$ 3.400,00 — N.º de alunos 480 (6,25% sobre anuidade de 1974)		1.632.000,00	Remuneração do Corpo Docente (41% sobre entradas de anuidades)		670.000,00
Contribuição da Mantenedora		100.000,00	Despesas Indiretas Administração, Diretoria, Secretaria, Tesou- raria, Vigilância, Comunicações etc (7,96% sobre entradas das anuidades)		130.000,00
			Biblioteca		40.000,00
			Luz, força e água		2.900,00
			Auxílio a estudantes carentes de recursos (30% sobre entradas de anuidades)		489.600,00
			Bolsa de estudo para aperfeiçoamento de professores		40.000,00
			Equipamentos novos		25.000,00
			Despesas gerais Seguros, depreciações, limpeza, propagan- da etc.		162.000,00
			Imprevistos, evasão escolar etc.		172.500,00
		1.732.000,00			1.732.000,00

Obs.: Os encargos sociais estão incluídos na remuneração do pessoal.

71

2. — Completar a documentação de alguns professores;

1. — Advenir de Souza Lima. — Pode ser aceito.

2. — Pedro Apolinário. — Língua Portuguesa. — Conclusão: Títulos Inadequados.

3. — Novas indicações:

Belisário Marques do Andrade. — Sociologia Geral e Princípios e Métodos de Orientação Educacional. — Pode ser aceito.

4. — Fernando Marson — Língua Portuguesa. — Pode ser aceito.

5. — Francisco das Chagas Valle — Biologia Geral e Biologia Educacional. — Pode ser aceito.

6. — Hampton Eugene Walker. — Sociologia da Educação. — Pode ser aceito.

7. — Jorge Ribeiro — Sociologia Geral e Estudo do Problemas Brasileiros. — Pode ser aceito para Sociologia Geral e para Estudo de Problemas Brasileiros, como coordenador.

8. — Maria Elisa Moura Fimentá — Filosofia Geral. — Pode ser aceita.

9. — Mirna Elva Pizarro — Técnicas de Pesquisas e Técnicas de Pesquisa em Educação. — Pode ser aceita.

Está, assim, completo o corpo docente uma vez que para a disciplina Língua Portuguesa foi aprovado um dos professores apresentados.

3. — O Regimento fixa em 160 (cento e sessenta) o número total de matrículas iniciais anuais.

4. — Foi procedida a atualização das denominações dos cursos pretendidos, no Regimento e nas peças importantes do processo.

II — VOTO DO RELATOR

O Relator é de opinião que tendo sido cumpridas as exigências feitas, o

Conselho Federal de Educação poderá autorizar o funcionamento da Faculdade Adventista da Educação pertencente ao Instituto Adventista do Ensino, sediado em Santo Amaro, no Estado de São Paulo com os cursos de Pedagogia com as habilitações: Magistério das matérias pedagógicas do 2.º grau e Administração Escolar de 1.º e 2.º Graus.

O artigo 134 passou a ter a seguinte redação:

Fica estabelecido o limite de 160 (cento e sessenta) vagas abertas e matrículas iniciais anuais. Recomenda-se que nos itens orçamentários — despesas indiretas com Administração e Despesas Gerais com imprevisto — haja uma redução no percentual.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior 2.º grupo concorda com o voto do Relator.

Sala das sessões, em 7 de junho de 1973 — T. D. de Souza Santos Vice-Presidente, Alacir de Queiroz Araújo, Relator, Lena Castello Branco F. da Costa, Algecyr Munhoz Maeder, Alberto Deodato Maia Barretto, Abgar Renault, José Carlos Fonseca Milano

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, em sessão plenária, aprova o parecer da Câmara de Ensino Superior, concluindo favoravelmente à autorização para funcionamento da Faculdade Adventista de Educação, com o curso de Pedagogia (habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2.º grau e Administração de 1.º e 2.º graus), sediada em Santo Antônio — SP, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, sendo 160 (cento e sessenta) o número total de vagas anuais.

Sala Barretto Filho, em 4 de julho de 1973. — Roberto Figueira Santos — Presidente, Po. José Vieira dos Santos — Vice-Presidente, Abgar

Renault, Alberto Deodato, B. P. Bitencourt, Edília Garcia, Edson de Souza, Esther Ferraz, Heitor de Souza, Barreto Filho, José Milano, Terezinha Sarinva, Newton Sucupira, Paulo Nathanael, Valdir Chagas, Tarcício Padilha, T. D. de Souza Santos, Sobrinho Porto, Algecyr Munhoz Maeder, Alacir de Queiroz Araújo, Martins Filho, Lena Castello Branco, Nair Fortes Aluimerthy.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PLÍNIO LEITE

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS

RELATOR: SR. COIS.

VICENTE SOBRINHO PORTO

Parecer n.º 1.061/73 — C.E.Su (1.º Grupo), aprovado em 5-julho-1973 (Proc. n.º 48/73 — CFE)

I — RELATORIO

1 — O Parecer n.º 347/72 baixou em diligência o proc. n.º 48/72 para que, a Associação Educacional Plínio Leite "explicitasse devidamente o seu pedido inicial".

Ao fazê-lo, a associação referida esclareceu "tratar-se, no momento, unicamente de formação de professores de área de ensino técnico comercial (cursos técnicos de: Contabilidade, Secretariado, Administração, Estatística e Comércio e Propaganda), que, desde 1964, vêm funcionando com autorização do MEC".

2 — O referido esclarecimento se impunha, pois que, no 1.º ofício de manutenção, se solicitava sem qualquer especificação "a competente autorização para que continuasse a funcionar o Centro Regional de Habilitação e Treinamento de Professores de Ensino Técnico (CERETEC) já incorporado na área de ensino superior, sob a supervisão e auxílio financeiro do CENAFOR e fiscalização e orientação do órgão competente do MEC".

3 — Um novo Parecer, o de número 802/72, novamente baixou em diligência o proc. n.º 48/72 para que, a Associação Educacional Plínio Leite "reduzisse o número de habilitações para Contabilidade e Economia, apresentando em projeto de seleção, para as demais habilitações o voltar posteriormente a este órgão Colegiado, para solicitar a autorização para funcionamento das mesmas".

4 — Sobre a redução das habilitações, assim se pronunciou, em 8 de 72, o Sr. Presidente da Associação Educacional Plínio Leite, em ofício dirigido ao Sr. Presidente deste órgão Colegiado:

"Quanto à redução às habilitações de Contabilidade e Economia "este venia" lamentamos que tal se verificasse (...). caso se mantenha a decisão de somente autorizar as habilitações em Contabilidade e Economia esta associação e o CERETEC usam de imediato da sugestão (...) contida no final do item (da diligência), ou seja, para que não venham a constituir novos processos de autorização e similares desdobramentos deste processo, as autorizações para as demais habilitações, especialmente as de Direito e Legislação e Organização e Técnica Comercial".

5 — Finalmente outro Parecer, o de n.º 873/72, foi favorável ao deferimento do Parecer da autorização para funcionamento do curso de formação de professores mantido pela Associação Educacional Plínio Leite, em as habilitações: Contabilidade e Economia, funcionando em dois turnos com o número de 100 vagas anuais, por curso".

6 — O decreto de autorização nos termos do parecer aludido no item anterior, tem o número 71.764 e é datado de 2.º de setembro de 1972.

7 — Em data de 6 de novembro de 1972, o Sr. Presidente da Associação Educacional Plínio Leite, em ofício s/n.º, dirigido ao Sr. Presidente do C.F.E., assim se expressa:

Anexo 6- DOU - Publicação Autorização - Decreto 72610 de 14/08/1973.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ARENA - SP

COM OS CUMPRIMENTOS DE

Ildeúlio Martins

ILDEÚLIO MARTINS
Deputado Federal

GER - 3.01

DECRETO Nº 72.610 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1973

Autoriza o funcionamento da Faculdade Adventista de Educação, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, em Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei número 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.058-73, conforme consta dos Processos número 1.413-72-CFE e números 226.317, de 1972 e 229.976-72, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Faculdade Adventista de Educação, com o curso de Pedagogia (habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas de 2º grau e Administração de 1º e 2º graus), mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, em Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1973;
152º da Independência e 85º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

Anexo 7- Cartaz anunciando primeiro vestibular

Faculdade Adventista de Educação

DO
INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

Autorizada pelo Decreto N.º 72.610
— PERÍODO NOTURNO —

VESTIBULAR: 21 de agosto, às 19:00 horas
- 160 VAGAS -

MATÉRIAS DO VESTIBULAR: Português, Inglês, Conhecimentos Gerais, Teste de Personalidade e Entrevista.

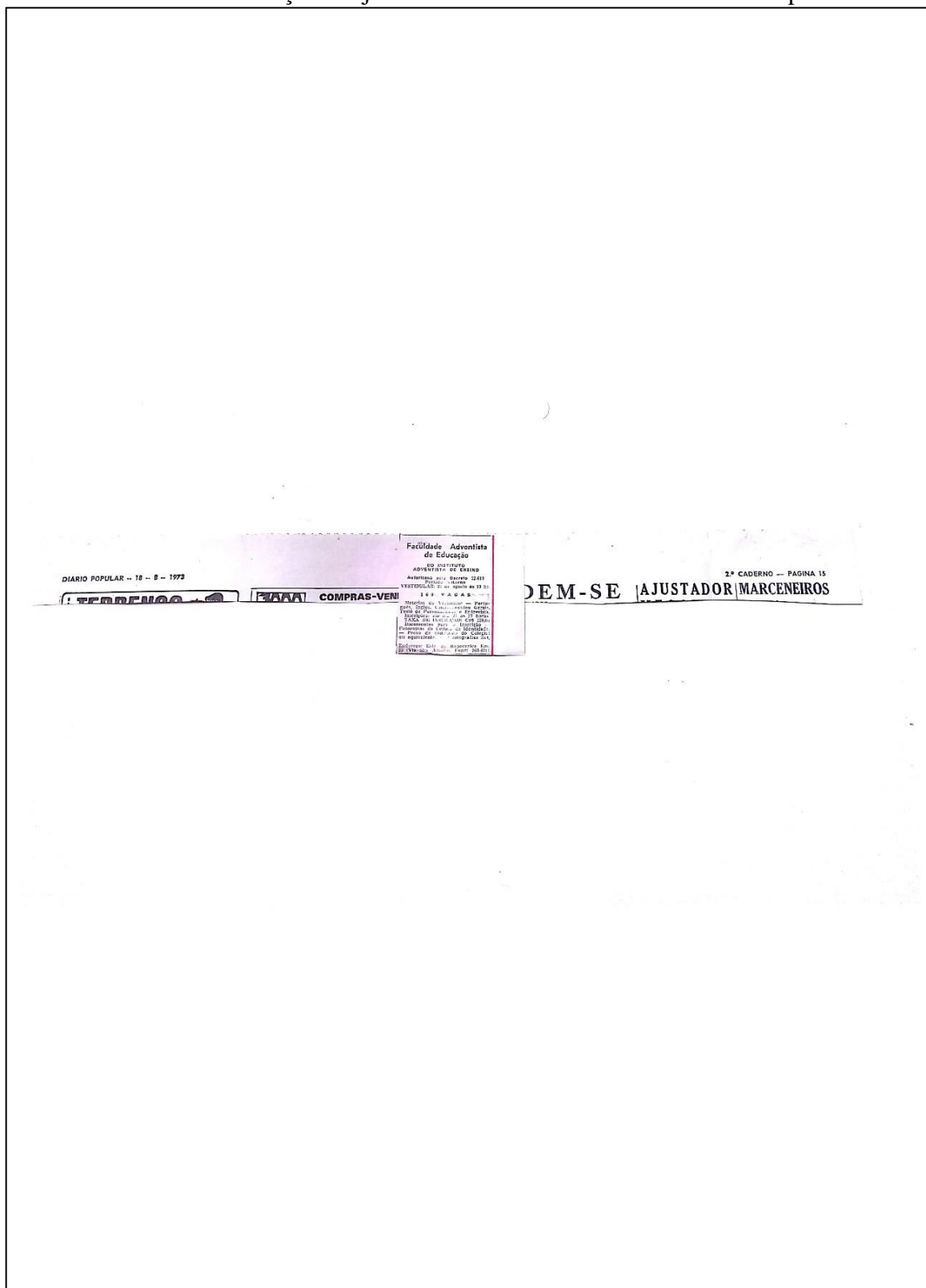
INSCRIÇÕES: Até 21 de agosto às 17:00 h **TAXA DE INSCRIÇÃO:** Cr\$ 130,00

DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO: Fotocópia da Cédula de Identidade, Prova de conclusão do Ciclo Colegial ou equivalente, 2 fotografias 3x4.

ENDEREÇO: Estrada de Itapecerica da Serra, km 23
(VIA STO. AMARO) TELEFONE: 269-4011

Fonte: Arquivo permanente do Unasp-EC

Anexo 8- Publicação em jornais vestibular 1973 - Jornal Diário Popular



Fonte: Arquivo permanente do Unasp-EC

Anexo 9- Publicação em jornais vestibular 1973 - Jornal Folha de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO ★

Diretor-Presidente: Octavio Frias de Oliveira • Ano LIII — N.º 16.131 • Um jornal a serviço do Brasil • São Paulo, sábado, 18 de agosto de 1973 • Al. Barão de Limyra, 425 • Cr\$ 1,00

SEGUNDO CLICHE

7

FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
DO
INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
AUTORIZADA PISO FISCAL Nº 1268
— Período Noturno —
VESTIBULAR: 21 de agosto às 19 horas
160 VAGAS

Materiais do Vestibular: Português, Inglês, Catecismo de Gênesis, Teoria de Personalidade e Estatística.
Inscrições: das 21 às 23 horas.
TAXA DE INSCRIÇÃO — Cr\$ 10,00.
Documentos para a Inscrição — Fotocópia da Cédula de Identificação — Foto de identidade do Candidato em negativo — 2 JORNALINHA 2x4.
Endereço: Estrada de Itapevitas Km. 23 (Vila São Amaro) - Fone: 269-0111.

Fonte: Arquivo permanente do Unasp-EC

Anexo 10- Relação de Alunos Turma 1973.

FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

RELAÇÃO DE ALUNOS DA FAED 1973.

19. TURMA INICIADA EM AGOSTO DE 1973.

NOMES

1. Ana Maria Calcidoni
2. Anaester de Mello
3. Darlei Teixeira Nunes
4. Delma Alves Monteiro
5. Dilza Melo da Costa
6. Dinorã Stork Cremonese
7. Dulce Lea Gorski Ebling
8. Edgard Pereira dos Santos
9. Edith Almeida Fernandes
10. Elenita Marquart Paula
11. Elizabeth Lina Turcilio
12. Eroni Terezinha da Azevedo
13. Eunice Lourenço Walting
14. Geci Batista de Souza
15. Georges Alexandre Tichy
16. Ivanaudo Barbosa de Oliveira
17. Ivone Camilo da Silva
18. Leny Tavares
19. Ligia Engelberg de Souza
20. Lindomar Prego Fragoso
21. Maria Aurora Lambeth
22. Maria de Lourdes Mello
23. Marlene Hirle
24. Marly Andrade de Verçoça
25. Mercedes Dias Guarda
26. Miriâm Borges Monteiro
27. Neli da Rocha Cardoso
28. Neusa de Oliveira Santos
29. Nilce Maria de Lima
30. Nilo Sergio Rodrigues Valença
31. Nilva Will Lepsievez
32. Raquel da Silva
33. Reni Figueira Menezes

uniões e instituições



também contam com novos auxiliares para melhor atender aos que nos procuram. Deste modo recebemos para comandar o Departamento Pessoal o irmão Wilson Roberto Cremonese que veio do Paraná para ficar conosco. Para o Dormitório Feminino, como Vice-Preceptora, a Eroni Azeredo e para o Dormitório Infantil o José Jair Bussmann.

Assim progride o IAE. São mais de 150 professores e funcionários que fazem desta escola a cidade-refúgio, a que acima nos referimos, para a nossa juventude.

Para atender às exigências da educação integral, o IAE desenvolve vários departamentos que desempenham função destacada na instituição.

Dentre estes departamentos podemos realçar alguns que, pela sua importância, possuem intensa movimentação de alunos e professores.

A Biblioteca, já desenvolvendo atividades variadas, apresenta a tendência de tornar-se o mais movimentado local da escola, e o centro de atividades intelectuais de destaque.

Após total reestruturação do sistema de atendimento ao público — biblioteca franqueada — o movimento mensal de freqüentadores aproxima-se de 12.000, com mais de 10.000 livros pesquisados e retirados. Há mais de 100 revistas e boletins recebidos semanalmente ou mensalmente.

O acervo da Biblioteca ultrapassa 19.000 volumes e o objetivo é chegar a 25.000 em 1975.

Além do salão de leituras conta com sala especial para Teologia, Enfermagem e para o preparo datilografado de trabalhos.

Há planos bem estabelecidos para a ampliação e melhoria dos serviços, inclusive de pessoal que se especialize ainda mais, e assim a Biblioteca se transforme no "coração" intelectual do IAE.

Outro setor destacado são os laboratórios onde os alunos do 2.º grau, recebem a orientação prática,

que lhes permite o preparo necessário para os cursos superiores. São três áreas básicas: Biologia, Física e Química, que complementam a informação teórica da sala de aula e colocam o nosso curso científico entre os melhores que existem. Agora entre as novas instalações dos prédios da Faculdade de Enfermagem, e com equipamento excepcional, estes laboratórios poderão dar melhor preparo aos nossos estudantes.

Poucas escolas podem contar com um departamento de audiovisuais tão equipado quanto o IAE. Funciona praticamente dia e noite e nos fins de semana beneficia várias igrejas. Dentre o equipamento utilizado podem-se destacar: 2 projetores 16 mm, 1 projetor de 8 mm, 5 projetores de "slides", 2 retroprojetores, 3 gravadores, além de material didático variado e de muito valor pedagógico. Também já foram adquiridos um circuito fechado de TV e um laboratório de línguas, que brevemente deverão funcionar para o melhor aprimoramento dos cursos oferecidos.

Outro setor interessante é o departamento de educação física, que complementa a formação integral dos nossos alunos.

Todas as escolas do IAE têm hoje em seu currículo aulas de Educação Física.

É grande o movimento de alunos nas quadras de esporte durante toda a semana.

Outras atividades são organizadas pelos professores. As complementações entre classes e cursos já se repetem por três anos, e cada vez com mais participantes e mais interesse. Em cada ano, dentro das possibilidades do IAE, ampliam-se os recursos e se renova o material para que haja melhor e harmonioso desenvolvimento dos alunos.

O IAE, através de seus professores e administradores, procura fazer o melhor pela nossa juventude e cremos em Deus que está conseguindo.

Esperamos que você — jovem e fiel adventista — venha até aqui viver nesta escola que procura cumprir os propósitos de Deus para com Seus filhos. — *Edmir de Oliveira*

IAE Informa

VESTIBULARES NO INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

A entrada, para a escola superior brasileira, está subordinada por lei federal, a exames vestibulares, porque não há escolas suficientes para atender a todos os que a elas aspiram.

No IAE estes exames serão uniformizados para as suas três faculdades e processar-se-ão nos dias 4 a 8 de fevereiro de 1974.

Os vestibulares constam de:

ENFERMAGEM:

Português, Inglês, Física, Química, Biologia, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.

Número de vagas: — 60

TEOLOGIA:

Português, Inglês, Doutrinas Bíblicas, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.

Número de vagas: — 40

EDUCAÇÃO:

Português, Inglês ou Francês, Conhecimentos Gerais, Psico-Teste, Entrevista.

Número de vagas: — 160

O IAE oferecerá aos que pretendem ingressar em suas Faculdades, um curso preparatório para o Vestibular do dia 2 de janeiro a 1.º de fevereiro de 1974.

Os interessados que precisarem de qualquer informação adicional, ou programa para os respectivos exames, devem escrever para:

Prof. Nevil Gorski
Caixa Postal, 7258
01000 - S. Paulo

Anexo 12- Capa e termo de abertura do Primeiro Livro de Atas FAED.

Termo de Abertura - 02

Este livro que contém 100 (cem) folhas numeradas tipograficamente de 1(um) a 100(cem) e por mim publicadas, destina-se a atas da Congregação da Faculdade Adventista de Educação, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino.

17 novembro 1986
São Paulo, 20 de agosto de 1973.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

Nevil Gorsuch
NEVIL GORSUCH
Diretor Geral

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Faculdade Adventista de Educação

Dr. Hampton Eugene Walker
DIRETOR: Dr. Hampton Eugene Walker
CIC. 47208308-43 - R. G. 5.554-43 - FONE: 72610/78

Anexo 13- Ata da primeira reunião da Congregação - 20/08/1973

K. W. M. 1

Ata da primeira reunião da Congrega-
ção da Faculdade Adventista de Educação, do
Instituto Adventista de Ensino, Estrada de Sta-
pécirica da Serra, km. 23, realizada no Pú-
dio Central, no dia 20 de agosto de 1973,
às 20 horas, sob a presidência do prof.
Nevil Gorski, diretor geral da Instituição,
substituindo legalmente o Dr. Hampton Eu-
gene Walker, diretor da Faculdade Adven-
tista de Educação, que se encontrava ausente,
contando com a presença dos seguintes pro-
fessores: Dr. Belisario Marques de Dudaide,
Meander Harder, Pedro Espolinário, Gerson
Pires de Araújo, José M. Guimarães, Orlando
Rubem Ritter, Maria do Carmo Rabello,
Elizeu Nevil Meneguesso. Foi manifesta
a gratidão a Deus pela concessão da ben-
ção especial do favor Divino alcançado com
o Decreto nº 72.610 de 14 de agosto de 1973,
onde o Presidente da República autoriza o
funcionamento da Faculdade Adventista de Edu-
cação, com o curso de Pedagogia nas habilita-
ções de: Magisterio das matérias pedagógicas
do 2º grau, e Administração de 1º e 2º graus.

Congratulando-se com os professores, o
Sr. Diretor, prof. Nevil Gorski, reassumiu a
presidência, seguindo a ordem do dia, onde
fez um breve histórico da Faculdade Adventista
de Educação, apresentando seus professores,
seus títulos e disciplinas que lecionariam.
De cada professor foi ofertado uma cópia
do Regimento Interno.

Depois algumas considerações, e atendendo às

Determinação do Artigo 36º do Regimento Interno, votou-se para o semestre restante de 1973, a título, digo, determinações do Artigo 36 do Regimento, votou-se a aprovação da indicação feita pelo Sr. Diretor Geral do Instituto, dos chefes dos varios departamentos da Escola, para o semestre inicial, até posterior indicação a ser feita pelo Diretor da Escola, conforme nota expressa abaixo:

Voto 01/73 - VOTADO a aprovação da indicação feita pelo Sr. Diretor Geral do Instituto dos chefes dos varios departamentos conforme a seguinte relação: 1) Fundamentos de Educação e Civismo - Prof. Gerson Pires de Araujo; 2) Didática e Prática de Ensino - Prof.ª Maria do Carmo Rabello; 3) Administração Escolar - Prof. Orlando Rubem Ritter; Psicologia da Educação - Prof. Dr. Belisario Marques de Andrade; Línguas - Prof. Alexander Calvin Harder.

Voto 02/73 - VOTADO solicitar a cada professor que entregue à Diretoria da Faculdade, dentro de oito dias no máximo, os planos do curso das respectivas disciplinas que lecionarão neste 1º semestre de funcionamento da Faculdade.

Voto 03/73 - VOTADO estabelecer e aprovar o calendário seguinte, de 90 dias letivos, a começar de 22 de agosto de 1973 a 28 de dezembro de 1973, para o 1º semestre do primeiro ciclo de disciplinas.

Voto 04/73 - VOTADO, em atendimento ao artigo 9º do Regimento, conceder que haja um representante do Corpo Docente por livre escolha

H. E. Walker

anual do Diretório Acadêmico, para assistir às reuniões da Congregação, bem como um representante do Corpo Discente para assistir às reuniões do Conselho Departamental.

Foi solicitado ainda aos professores que fizessem os estudos dos pré-requisitos necessários ao curso de cada disciplina, nos diversos departamentos.

Finalmente foi unânime a gratidão a Deus por tantas bênçãos recebidas e deu-se por encerrada a 1ª sessão da Congregação da Faculdade Adventista de Educação.

São Paulo, 20 de agosto de 1973

Nevil G. Gorski - secretária

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO

Nevil Gorski
NEVIL GORSKI

Diretor Geral

Cliente
Hampton Eugene Walker
15/1/74

W. J. ...
FIRMA ...
Rua ... 22 - São Paulo

Anexo 14- Ata de reunião de 06/02/1974

Ata da 2ª reunião da Conjuração da Faculdade Adventista de Educação, realizada no prédio central do Instituto a 06 de Fevereiro de 1974, com os seguintes membros presentes:

Prof. Dr. H. E. Walker, Diretor da Faculdade Adventista de Educação,

Prof. Nevil Gorski, Diretor, geral do Instituto, Prof. Wandyr P. Maíno Secretário Geral. Prof. Dr. Belizário Marques, Prof.

Pedro Repoliciário, Prof. Neander Harder,

Prof. Maria do Carmo Rabello, Prof. Gerson

P. Maíno, Prof. Maria Eliza de Anóira

R. Oliveira. Oração inicial: Prof. Wandyr P.

Maíno.

A reunião foi aberta pelo presidente e em seguida foi dada a palavra ao Diretor geral que apresentou um rápido relatório histórico, da fundação da Faculdade e de sua aceitação pelo funcionamento desde 15 de Agosto de 1973 data de sua autorização para funcionamento.

Após diversos considerandos o diretor da Faculdade reassumiu a direção dos trabalhos e processaram-se os seguintes votos:

Soto - 005/74 - votado, organizar os seguintes departamentos incumbindo sua liderança aos respectivos diretores e suplentes, para o biênio de 74 e 75 conforme relação à baixo:

1- Fundamentos de Educação e cívico-

H. E. Walker
3

- prof. Gerson P. Araújo - Prof. Lucila Proenca.
- 2- Didática e Prática de Ensino - Prof. Maria do Carmo Rabello - prof. Hélio Serafino.
- 3- Administração Escolar - Prof. Dr. H. E. Walker
prof. O. H. Ritter.
- 4- Psicologia da Educação - Prof. Dr. Belisário Marques
Prof. Elda R. Bonfim.
- 5- Línguas - Prof. Dr. Fernando Marson
prof. - Pedro Apolinário.

Soto-006/74- Sotado, estabelecer o número mínimo de 10 os candidatos, para iniciar o curso de complementação pedagógica na Faculdade Adventista de Educação.

Soto-007/74- Sotado, solicitar que a comissão interna, estude a possibilidade de estabelecer regulamentos que façam diferença de tratamento entre alunos universitários e de outros cursos, em relação à saídas dos internatos em casos necessariamente comprovados.

Criação fixal - Prof. Pedro Apolinário

São Paulo, 06 de Fevereiro de 1974

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

Cláudia Costa Araújo

Prof. Carlos Costa Araújo
Secretaria - RU No 71 - P. L.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Faculdade Adventista de Educação

Dr. H. E. Walker
Dir. Geral - Rua ... 71 - P. L.

de Acordo

Suplente Federal

Anexo 15- Ata de reunião de 25/06/1974

Ata da 4ª Reunião da Comissão da Faculdade Adventista de Educação realizada no auditório da FAED, às 21 horas do dia 25 de junho de 1974 com os seguintes professores presentes: Prof. Nevil Gorski Diretor Geral, Dr. Hampton Walker Diretor da Faculdade Adventista de Educação, Prof. Gerson Pires de Souza, Neander Harder, Belisário Marques de Andrade, Maria do Carmo Rabello.

Para iniciar os trabalhos o prof. Belisário pediu as bênçãos de Deus.

O Diretor da Faculdade agradeceu a presença de todos e apresentou sugestão que foi debatida e aceita pelos senhores professores do Conselho Departamental e foram assentadas e decididas e fixados os pré-requisitos das matérias dos quatro primeiros semestres:

- + 1- Toda disciplina com dois ou mais semestres deverá ser cursada tendo os semestres anteriores como pré-requisitos
- 2- A Psicologia Geral é pré-requisito para as psicologias aplicadas.
- 3- A Sociologia Geral é pré-requisito para a Sociologia Educacional.
- 4- Qualquer caso especial deverá ser resolvido e votado pelo Conselho Departamental da Faculdade.

Nada mais havendo, o Senhor Diretor da Faculdade agradeceu a cooperação de todos professores e solicitou ao prof. Gerson P. Souza

que pedisse as licenças de Deus.

Foi lavrada a presente Ata pelo
senhor Secretário Geral do Instituto e
por mim será assinada e visada pelo
Sr. Diretor da Faculdade de Educação.

H. E. Walker
Unasp - Federal São Paulo, 28 de junho de 1974

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Faculdade Adventista de Educação
Hampton Eugene Walker
Prof. Dr. Hampton Eugene Walker
Rua, 1100 - Vila Mariana - São Paulo - SP - 04572

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
Cláudia
Prof. Cláudia Costa Araújo
Secretaria - III/No 71 - P. A.

Prof. Dr. Dirceu
Diretor Federal

Ata da 5ª Reunião da Congregação da Faculdade
de Adventista de Educação do Instituto Adventista
de Ensino, realizada às 9 horas do dia 03 de
setembro de 1974, na sala 8 do edifício central
do Instituto com os seguintes membros
presentes: Diretor geral do Instituto prof. Mevil
Gorsti, Diretor da Faculdade Adventista de
Educação Prof. Dr. Hampton E. Walker, prof. Gerson
P. Araújo, Belisário Marques, Maria do Carmo
Mabello, Neander Harold Wander P. Araújo
Orlando Ritter, Cláudia Costa Araújo.

Ausentes - Prof. Dr. Fernando Mansau, Jorge
Ribeiro, Maria Alisa Moura, Lucila
Arouca.

O Sr. Diretor Dr. Hampton E. Walker deu
abertura aos trabalhos da reunião e
elevou uma prece a Deus.

Depois de haver sido analisadas
as exigências dos artigos 61, 64 e 65 do Regimen-
to interno no que se refere a necessi-
dade de professores atribuírem uma média

Anexo 16- Ata da comissão de 05/10/1975

Ata da 9ª Reunião dos Diretores de Departamentos e dos membros da Congregação da Faculdade Adventista de Educação, realizada às 8.00hs do dia 05 de Outubro de 1975 na sala 14 do Edifício Central do Instituto Adventista de Ensino, com a presença dos seguintes professores.

Diretor Geral. Prof. Nevil Gorski, Senhor Diretor da Faed, Dr. Hampton Eugene Walker, Secretário Geral. Wandyr Araujo - prof. Oly Pinto, Dr. Belisário Marques, prof. Neander Harder, Esther Sarti Maria do Carmo Natello, Glaucia Santos

Oração inicial prof. Belisário Marques

- Votado - aceitar a transcrição da aluna Donnaire Ribeiro Vidal Eypriano para cursar o 5º semestre, vindo da Faculdade



Metropolitana, Unidas de S. Paulo Capital.

- Votado - estabelecer o código para as diversas disciplinas oferecidas pela Faed, tendo como o seguinte princípio:

- 1 - As letras identificam a disciplina
- 2 - O 1º Algarismo o departamento
- 3 - O 2º Algarismo - o semestre sugestivo ou em que disciplina deve ser cursada
- 4 - O 3º Algarismo - o número de aulas semanais - carga horária.

Votado - nomear a seguinte banca examinadora para os exames de validação a serem realizados hoje, com os 5 alunos concluintes do curso de Educação da Faculdade Adventista de

Teologia, conforme Lei 1.051 de 21 de outubro de 1969.

<u>Professores:</u>		<u>Departamentos:</u>
1. Dr. Celisário Marques Andauer	—	Fundamentos de Teologia  Visando
2. Profa. Maria do Carmo Nabello	—	Didática e Prática de Ensino 
3. Dr. H. Eugene Walker	—	Administração Escolar
4. Profa. Maria do Carmo Nabello	—	Psicologia da Educação
5. Prof. Alexander Hauser	—	Línguas

e mais os seguintes professores: Menel Gorski, Wandyr Araújo, Glauber Basso dos Santos, Esther Sardi, or Wilson Emmanuel, Aly Pinto.

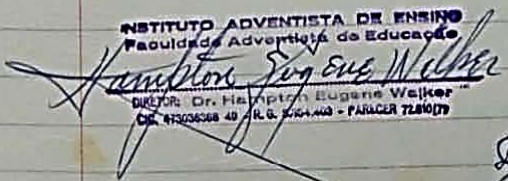
Votado nomear os seguintes membros,

Dr. Hampton Eugene Walker, Wandyr Araújo, Pedro Apolinário como membros de uma comissão para revisão e reformulação do Regimento da Faculdade Visando o seu reconhecimento.


Nada mais havendo como secretário geral assino a presente ata que será visada pela secretária e Diretor da Faculdade.

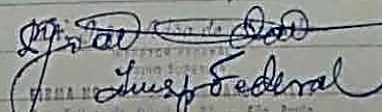
São Paulo, 06 de outubro de 1975

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Faculdade Adventista de Educação



DIRETOR: Dr. Hampton Eugene Walker
C.R. 4520368-40 - R.G. 252140 - PARACER 728079

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO


Prof. Clarice Costa Araújo
Secretaria - RG N.º 71 - P. A.


José Federal

Anexo 17- Nomeação de comissão do CFE para auditar FAED nov/1975.


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.

Portaria nº 305 de 14 de novembro de 1975

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de atribuição legal e tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria nº 71/72-CFE, de 29 de dezembro de 1972,

R E S O L V E

I - Designar os professores HEITOR GARCIA DE CARVALHO - Universidade Federal de Minas Gerais e AUSTA GURGEL - Universidade Federal Fluminense para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão que verificará "in loco" as condições de funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação, situada em São Paulo e mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, objeto do Processo nº 17.016/75, referente ao Reconhecimento do curso acima mencionado;

II - A Comissão Verificadora disporá de, no máximo, 30 dias, a contar da publicação desta Portaria no DP do MEC, para visitar a instituição e apresentar suas conclusões; *M*

Anexo 18- Documenta 187 CFE - Publicação de Parecer 1712/76 - reconhecimento do curso de pedagogia.

<p>ma audiovisual como a todos os cursos da universidade. O Relator julga-se esclarecido quanto a este item.</p> <p>Curriculo Pleno do Curso — Solicitou o Relator em seu parecer anterior (Parecer n.º 2.868/75) que a universidade juntasse o curriculo pleno do curso, visto na informacao do formulário ter-se a impressao do estarem ausentes algumas disciplinas do curriculo mínimo. Por outro lado, solicitava que as disciplinas tivessem um mesmo nome em sua enumeração no curriculo pleno e na indicação dos professores. Informa a universidade "... pedimos vênha para esclarecer que foram adotadas aquelas do uso corrente, e que melhor traduzem a sua significação no contexto do Curriculo do Curso... Julgamos que a informacao da diligência não responde ao solicitado na mesma. Deve, pois, a universidade informar qual foi o curriculo pleno do curso assim como o nome do professor de cada disciplina do mesmo. O fato de o curriculo pleno ter sido aprovado por este Conselho (Parecer n.º 2.776/74) não intervm no solicitado na diligência.</p> <p>Corpo Docente — Quanto à análise da complementação do corpo docente, o problema será analisado após o cumprimento do item 2.3, pois dele depende.</p> <p>Relação das Disciplinas e Professores — O fato de informar que um determinado professor já foi qualificado por este Conselho para lecionar uma disciplina não atende. Existe resolução a respeito dizendo que no caso de um professor indicado, já ter sido qualificado por este Conselho, deverá ser juntada cópia "xerox" do parecer que o qualificou. Deverá ser cumprido.</p> <p>Disciplinas que não fazem parte do curriculo — Informa a universidade que as disciplinas História Econômica e Administrativa do Brasil assim como Geografia Econômica não fazem parte do curriculo pleno do curso de Ciências Contábeis. Ao Relator cabe esclarecer que as mesmas constam do formulário correspondente preenchido pela Universidade e correspondem</p>	<p>dente ao curriculo pleno do curso. O fato justifica, mais uma vez, a necessidade de a universidade informar qual o curriculo pleno de seu curso de Ciências Contábeis.</p> <p>Regime do Alunado — Quanto ao regime de trabalho do alunado inferior a universidade ser o mesmo do tempo integral.</p> <p>II — VOTO DO RELATOR</p> <p>O processo deve ser, novamente, baixado em diligência para que a universidade se digne completar as informacoes, nos termos do presente parecer. Prazo, noventa dias.</p> <p>III — DECISÃO DA CAMARA</p> <p>A Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, aprova o voto do Relator.</p> <p>Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976. — Newton Sucupira — Presidente, Luiz de Freitas Bueno — Relator.</p>
<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO — RJ</p> <p>Reconhecimento do curso de Ciências Contábeis</p> <p>Parecer n.º 1.710/76 CESu, 1.º Grupo Aprovado em 31/5/76 Processo n.º 9.829/73</p> <p>I — RELATORIO</p> <p>O processo em que a Universidade Federal Rural do Rio Janeiro solicitou reconhecimento do curso de Ciências Contábeis foi baixado em diligência para o cumprimento de uma série de esclarecimentos. Cumprida esta, volta para apreciação do Relator. Parecer n.º 2.868/75.</p> <p>2. Cumprimento da Diligência</p> <p>O cumprimento da diligência será analisado na ordem dos itens solicitados.</p> <p>Biblioteca — Foi solicitada uma ampliação substancial do acervo da biblioteca nas áreas de interesse do curso de Ciências Contábeis visto que a mesma só dispunha de 511 títulos nestas condições. Informa a universidade ter cumprido a exigência da ampliação. Por outro lado, deixa de informar o número de títulos nas áreas de interesse do curso, assim como sobre a existência de revistas especializadas para o mesmo. A universidade deverá informar o número de títulos de livros destinados ao curso de Ciências Contábeis, pelas áreas de Matemática, Estatística, Direito, Economia, Administração e Contabilidade, assim como enviar relação das revistas existentes e especializadas em Contabilidade.</p> <p>Material Didático — Quanto ao material didático existente, à disposição do curso, informa a universidade haver modelo de livros próprios de fichas e etc, assim como de calculadoras, retroprojetores e todo um siste-</p>	<p>Da análise feita pela Assessoria Técnica o dos dados constantes do processo são os seguintes os elementos a serem destacados:</p> <p>1. Condições Jurídicas e Financeiras da Mantenedora</p> <p>O Instituto Adventista do Ensino foi fundado em 1915, com a denominação de "Seminário Adventista"; em 1923 passou a chamar-se "Colégio Adventista Brasileiro". Adotou a atual denominação em 1961.</p> <p>O Estatuto em vigor foi registrado sob n.º 25.822, no livro A, n.º 12, de Registro de Pessoas Jurídicas, em 15/3/73. Os objetivos do instituto são os seguintes:</p> <p>— Promover de forma harmoniosa o desenvolvimento espiritual, intelectual, cívico, físico e moral do indivíduo através de educação em seus diversos graus.</p> <p>— Facultar bolsas gratuitas de estudo a alunos comprovadamente necessitados, colaborando assim com a assistência social promovida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.</p> <p>Em caso de dissolução, o patrimônio remanescente será incorporado, a critério da assembleia, a instituições congêneres da União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.</p> <p>2. Capacidade Patrimonial da Mantenedora</p> <p>Na época do pedido de autorização o patrimônio da mantenedora somava Cr\$ 2.500.000,00 dos quais Cr\$ 2.000.000,00 referiam-se a bens imóveis e Cr\$ 500.000,00 aos bens móveis.</p> <p>Atualmente, o patrimônio foi avaliada em Cr\$ 60.536.000,00, sendo Cr\$ 58.745.000,00 relativos a bens imóveis e Cr\$ 1.791.000,00 a bens móveis.</p> <p>3. Capacidade Financeira da Mantenedora</p> <p>A capacidade financeira da mantenedora está demonstrada nos quadros abaixo discriminados:</p>

A instituição não destinou verbas para o aperfeiçoamento do pessoal do canto, não atendendo, portanto, à Resolução n.º 5/72 deste Conselho.

4. Capacidade Financeira da Escola — demonstrada a seguir:

QUADRO IV				
Percentual da Receita Arrecadada				
1973 — 1975				
	1973	1974	1975	
Proveniência das Contribuições				
Mantenedora	73,91	21,88	37,50	
Anuidades	26,09	78,12	62,50	
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL REAL	23	160	304	

Há discrepância entre a receita e despesa devido ao não preenchimento das vagas aprovadas. Em consequência, observa-se a presença de contribuição da entidade mantenedora.

QUADRO V

Percentual da Despesa Realizada

1973 — 1975

Elementos de Despesa			
	1973	1974	1975
Salários e ordenados			
— Administração superior	—	75,63	10,53
— Corpo docente	95,65	3,75	61,18
— Material de consumo	—	—	1,58
Serviços Gerais	4,35	20,62	26,31
T O T A L	100,00	100,00	100,00
TOTAL REAL	23	160	304

5. Edifícios, Instalações e Equipamentos

Edifício 2 652,42 m²
Edifício 3 1.209,80 m²

Posteriormente, foram construídos mais 2 edifícios no mesmo terreno, destinados à Faculdade de Enfermagem, à Faculdade de Educação, Refeitório e Biblioteca, com área útil de 2.683,61 m².

241

QUADRO I

Demonstrativo da Receita e Despesa

1972 — 1974

Ano	Receita		Despesa		Superávit/ Déficit
	Prevista	Arrecadada	Estimada	Realizada	
1972	—	5.315	—	6.678	— 1.363
1973	—	5.532	—	6.466	— 934
1974	—	6.068	—	6.261	— 193

Não constam dos formulários 03.02/A e 03.03/B a receita prevista nem a despesa estimada.

QUADRO II

Percentual da Receita Arrecadada

1972 — 1974

Proveniência das Contribuições			
	1972	1973	1974
Anuidades	20,42	56,47	65,94
Entradas do pensionato	22,82	—	—
Departamentos	5,29	9,83	0,15
Contribuições diversas	47,26	30,88	24,11
Outras entradas	4,22	2,82	9,00
T O T A L	100,00	100,00	100,00
TOTAL REAL	5.315	5.532	6.068

A fonte de renda mais representativa, conforme se observa no quadro supra, foram as anuidades escolares que, em 1974, constituíram-se em 65,94% da receita.

QUADRO III

Percentual da Despesa Realizada

1972 — 1974

Elementos de Despesa			
	1972	1973	1974
Pessoal	21,58	28,30	41,91
Serviços gerais	58,01	57,25	55,01
Construção de prédios	12,94	6,23	0,70
Aquisição de móveis - Utens. equipamentos	7,11	8,17	2,30
Semoventes	0,36	0,05	0,08
T O T A L	100,00	100,00	100,00
TOTAL REAL	6.678	6.466	6.261

240

A Comissão Verificadora, ao referir-se nas instalações, informa que há condições de funcionamento do curso; os alunos podem viver e estudar num ambiente tranquilo, bonito, em

contato com a natureza... Os prédios são bons, limpos e bem conservados. As dependências utilizadas estão abaixo relacionadas:

QUADRO VI

Relações das dependências utilizadas pelo curso

Serventia	Ed. 1	Ed. 2	Ed. 3	Ed. 6	Ed. 7
Sala de aula	438,68	524,10	169,84	244,35	—
Sala de Professores	53,00	—	—	12,11	—
Laboratório	424,60	—	51,60	436,28	—
Secretaria	101,25	—	—	47,58	—
Diretoria	68,50	13,20	15,90	11,90	—
Biblioteca	—	—	—	—	242,40
Auditório	—	—	591,36	—	—
Banheiros	37,74	51,92	—	45,96	21,69
Depósitos	21,13	46,20	—	23,94	—
Orientação Educacional	11,52	—	12,60	—	—
Gab. Médico	—	27,00	—	—	—
Tesouraria	—	—	268,44	—	—
Vestiários	—	—	—	19,24	—
Outras dependências	—	—	—	—	1.548,17
TOTAL	1.156,42	662,42	1.209,80	871,35	1.812,26

Em virtude de existirem várias dependências de uso comum, não foi possível destacar aquelas que atendem exclusivamente ao curso de Pedagogia. No quadro acima, as dependências indicadas são utilizadas tanto pela Faculdade de Educação como pela Faculdade de Enfermagem.

6. Biblioteca

A biblioteca possui uma área total de 257,45 m², dos quais 89,81 m² destinam-se ao acervo e 167,64 à sala de leitura. O acervo específico consiste de 1.428 títulos e 2.425 volumes; são relacionados 129 títulos de periódicos.

A peça regimental são feitas as seguintes observações:

- 1 — Art. 3º — Suprimir, em todos os casos, as habilitações que não foram aprovadas por este Conselho.
- 2 — Art. 8º — Incluir representantes da comunidade na constituição da congregação.
- 3 — Art. 10 — Alínea i — Acrescentar: "Acadêmico". Retirar essa atribuição do Conselho Departamental.
- 4 — Art. 16 — Alínea b — Substituir "coordenadores" por "chefes".
- 5 — Art. 25 — Substituir "ciclo básico e "ciclo profissional" por "parte comum e diversificada" respectivamente. As finalidades indicadas no § 1º desse artigo são próprias de instituições de organização pluricurricular, o que não é o caso.
- 6 — Art. 29 — Corrigir: o crédito equivale a 15 horas-aula.
- 7 — Art. 30 e 31 — Suprimir. Uma vez constando em anexo ao Regulamento o currículo pleno, não é necessário que o mesmo compareça no corpo do Regulamento.
- 8 — Fixar a duração da hora-aula.
- 9 — Art. 39 — A departamentalização deve constar em anexo.
- 10 — Art. 51 — "ou portadores de certificado de provas de habilitação realizadas em outras faculdades".
- 12 — Art. 59 — Corrigir — "o estudante funcionário público ou militar que for removido oficialmente terá assegurada a transferência em qualquer período letivo, independentemente de vaga".
- 13 — Art. 60 — Corrigir: O aluno aprovado por falta de aproveitamento escolar, só poderá requerer exame de recuperação quando tiver atingido o mínimo de 75% de frequência na disciplina.

Currículo

O currículo mínimo está atendido. O currículo pleno dividese em ciclo básico e ciclo profissional. Em ambos os ciclos existem disciplinas obrigatórias e optativas. A carga horária atinge um total de 2.240 h/a.

A integralização curricular é controlada através do sistema de créditos. Deve ser revista a denominação do ciclo básico para 1.º ciclo de estudos. As horas destinadas à Educação Física e Estudo de Problemas Brasileiros somam-se à duração mínima prevista para o curso.

8. Funcionamento do Curso

O curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação foi autorizado a funcionar por este Conselho pelo Parecer n.º 1.058/73. Outro Parecer o antecedeu, o de n.º 239/73. O referido curso foi aprovado com as habilitações: Magistério das Matrérias Pedagógicas de 2.º Grau e Administração de 1.º e 2.º Graus.

O novo Regulamento ora submetido à aprovação deste Conselho contém outras habilitações, que devem ser eliminadas.

O limite de vagas consta do artigo 34 do Regulamento, obtendo-se ao final do ano letivo 1.058/73, São 100 as vagas abstratas.

O quadro abaixo registra a demanda de matrículas no concurso vestibular, muito aquém do mínimo de vagas oferecidas.

QUADRO VIII
Evolução da Matrícula
1973 — 1975

Ano	Semestre	Vagas	Inscritos	Classificados	Mat. Inicial
1973	2.º	160	36	36	34
1974	1.º	160	55	55	40
1975	1.º	160	59	57	56

Com referência ao histórico das disciplinas, informa a comissão que a programação foi desenvolvida cabalmente, havendo coincidência com o registrado nos documentos. Há atuação de programas sendo utilizados recursos audiovisuais a métodos didáticos atuais. A comissão considerou regular o controle de frequência e de aproveitamentos dos alunos, bem como os demais serviços de secretaria.

9. Aspectos Administrativos

A Faculdade de Educação é dirigida pelo Professor Hampton Eugene Walker, com longa experiência em Administração Escolar. O controle da frequência de pessoal docente e administrativo é feito através de relógio de ponto.

10. Corpo Docente

Indicação de Novos Docentes
Silvana Moraes Marques — Biologia Educacional I e II — Informe o número do Parecer que a terá aprovado.
Esther Sarli — Prática de Ensino na Escola de 1.º e 2.º Graus — Não pode ser aceita por insuficiência de horários.
Odilon de Carvalho — Língua Portuguesa I e II — Pode ser aceito.
No processo não consta indicação de professor para as seguintes disciplinas:

Gerson Pires do Araújo — Filosofia da Educação I, II, III e IV — Parecer n.º 239/73-CFE.

Maria do Carmo Pacheco Rabello — Psicologia da Educação I e II, Didática I e II — Parecer n.º 239/73-CFE.

Hampton Eugene Walker — Sociologia da Educação — Parecer n.º 1.058/73-CFE.

Neander Calvin Harder — Língua Inglesa I e II — Parecer n.º 239/73-CFE.

Gerson Pires de Araújo — Psicologia Geral I e II — Parecer n.º 239/73-CFE.

Silvana Moraes Marques — Biologia Educacional I e II — Proc. 15.990/75-CFE.

Hélio Italo Serafino — Metodologia do Ensino de 1.º e 2.º Graus I e II, Modernas Técnicas em Educação — Parecer n.º 239/73-CFE.

Orlando Rubens Ritter — Princípios e Mét. de Superv. Escolar I e II, Métodos de Avaliação em Educação — Parecer n.º 239/73.

Nevil Gorski — Estatística Aplicada à Educação — Parecer n.º 239/73-CFE.

Advenir de Souza Lima — Estrutura e Func. do Ens. de 1.º e 2.º Graus — Parecer n.º 1.058/73-CFE.

Waldemar Groschel — História da Educação e Relações Humanas — Parecer n.º 239/73-CFE.

Esther Sarli — Prática de Ens. na Esc. de 1.º e 2.º Graus (Est. Sup) — Não tem Parecer.

Odilon de Carvalho — Língua Portuguesa I e II — Não tem Parecer.

Todos os professores residem na Capital do Estado de São Paulo, com exceção da professora Lucila Schwantes que reside em Campinas — SP.

II — VOTO DA RELATORA

Em face do exposto, julga o Relator que o processo deve baixar em di-

lência a fim de que, no prazo de 60 dias, a interessada providencie:

- a) Correção do Pagamento no forma indicada;
- b) Completar o corpo docente e substituir a professora não aceita;
- c) Dar atendimento à Resolução n.º 6/72 deste Conselho.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, aprova o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1976. — Newton Succupira — Presidente, Lena Castello Branco Ferreira da Costa — Relatora.

SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO — SP

Reconhecimento do curso de Enfermagem, da Faculdade de Enfermagem, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, habilitações Enfermeiro e Licenciatura em Enfermagem

Parecer n.º 1.717/76

CESU, 1.º Grupo

Aprovado em 3/6/75

Processo n.º 17.077/75

I — RELATORIO

O Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas encaminhou a este Conselho o pedido do reconhecimento do curso de Enfermagem, ministrado em sua Faculdade de Enfermagem, o qual foi autorizado a funcionar pelo Conselho Universitário, em sua 75.ª reunião, em 10 de março de 1972.

Para verificar in loco as condições de funcionamento do curso foram designados, pela Portaria n.º 334/75-CFE,

Dec 1975

Anexo 20- Ata da reunião de 06/03/1977.

Ata da 13ª reunião da Congregação da Faculdade
 Científica de Educação realizada às 2:00 horas do dia
 06 de março de 1977 na sala 04 do edifício da Faculdade
 Assembleia de Psicologia, com a presença dos seguintes
 membros: De Compton Eugene Walker, diretor; Cláudio
 Costa Araújo, secretário da F.C.E.D.; Wanderley Pinheiro de
 Araújo, secretário Geral, e os professores Nandir Kander, Ma-
 ria do Carmo Rasilho, Waldemar Groochel, Iraci Cunha, My-
 riam Tupomuceno, Eunice Walling, Gibson Pinheiro de Araújo,
 José Carlos Ebling, Delamelo Rubem Ritter.

Disciplina inicial: Nandir Kander.

O Sr. diretor dando abertura aos trabalhos, solicitou
 da secretaria a leitura da ata da reunião anterior.

Analisando os itens da agenda apresentada,

Voteado, aprovar o horário para o 1º semestre de 1977, pa-
 ra todas as turmas, conforme o apresentado pelo diretor
 incluindo as aulas de Educação Física.

Voteado, aceitar a recomendação do Conselho Departame-
 ntal nomeando como assistentes das seguintes disci-
 plinas conforme relação abaixo:

Disciplina	Catedrático	Assistentes
Física	Walter C. Pigo	Maria E. M. Guimarães Waldia Palma
Psicologia Geral		Iraci Cunha
Psic. Básic.		Iraci Cunha
Psic. Avanç.	Esther Sali	Myriam Tupomuceno
Psic. de Pesq.		Waldemar Groochel
Met. Educacionais		
Psic. Educacão		José Carlos Ebling
Est. Func. 1º grau		
Met. de Ens. 1º grau		Eunice Walling

Voteado, aprovar os nomes elitos do Conselho Acad.

A.E.V.

mico para o ano de 1977 conforme voto anterior, ratificando a substituição do Tesoureiro e do Vice-Tesoureiro.

Presidente	-	Joni Winkler
Vice-Presidente	-	Dora Santos Cabral
Secretaria	-	Dalva Amélia de Castro
Vice-Secretaria	-	Bernilda Ferson
Tesoureiro	-	Édnel Unglaub
Vice-Tesoureiro	-	Rubem Silva

Votado aprovar e recomendar a relação dos nomes apresentados por indicação do corpo discente, para preencher os 20% dos nomes da Congregação da Faculdade Adventista de Educação

- Joni Bueno
- Márcia Stabilito
- Márcia Lima
- Waldomiro Domingos dos Passos

Votado aprovar e recomendar a relação dos nomes apresentados por indicação do corpo discente para preencher os 20% dos membros do Conselho Departamental.

- Maria Aurora Lambertti
- Joni Winkler

Votado, convidar o prof. Waldemar Groschel para ser suplente do Departamento de Fundamentos da Educação no lugar do prof. Belizário Marques de Andrade.

Votado, estabelecer o fim de semana de 24-26 de junho de 1977 para a 1ª formatura e colação de grau da F.A.E.V. conforme programação abaixo:

Consagração - sexta-feira - 20:00 h. P. Wilson Endruweit
 Oração de Graças - sábado - 11:00 h. P. Nival Govski.
 Colação de Grau - Domingo - 20:00 h. Prof. E. B. da Silva

Votado, requer ao Conselho Deliberativo que estude a

possibilidade de incrementar a organização superior o pedido para efetuar a habilitação de Orientação Educacional na U.F.E.D.

Votado, estabelecer a importância de R\$ 50,00 para a realização de qualquer prova de exame atrasado.

Votado, investir para que os chefes de departamentos consigam reuniões de seus departamentos para analisar e propor programas, bem como sugerir modificações curriculares.

Votado, solicitar para que o Conselho Departamental tome conhecimento das lições que nos deixaram e estabelecer os currículos para os cursos técnicos na área de pedagogia de aptidões para 1º grau e profissionalizante de 2º grau sugerindo um currículo para implantação.

Votado, solicitar aos professores maior apoio e incentivo para fomentar mais em 1977 as atividades culturais do Quênis Universitário.

Votado, solicitar aos professores que zelm o máximo, pelo bom andamento das aulas, principalmente no que

- a:
- a - Andar diariamente os alunos faltosos
 - b - Não dispensar os alunos antes do término das aulas
 - c - Impedir a interrupção das aulas.

Votado, indicar o nome do prof Waldemar Gerschel para lecionar princípios e metodologia de Orientação Educacional, até ultimar o processo que solicita o parecer do Centro Federal Educacional. Mec.

Nada mais havendo, como se havia, assino a presente ata.

Paulo Paulo, 06 de março de 1977.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

Prof. Carlos Costa

Anexo 21- Ata da reunião de 14/12/1978

Ata da Reunião de Departamentos da F.A.E.D., realizada às 11:00 horas do dia 14 de dezembro de 1978, na sala de consulta do professor Joel Sarli no edifício da F.A.T., com a presença dos professores.

Orlando Rubem Ritter - Diretor
 Wandyr Pires de Araújo - Secretário Geral
 Antonio Alberto Nepomuceno
 Osvaldo Pires de Araújo
 Waldemar Greschel
 Wandu Kauder

Oração Inicial - Wandu Kauder

O calendário 79 foi apresentado, e vetado aceitá-lo, inclusive as reuniões da Congregação.

Quanto a habilitação de Orientação Educacional, foram os chefes informados quanto ao plano, e vetado, enviar uma carta conselho ao Conselho Federal de Educação; quanto ao

Dúvidas Acadêmicas 1979, foi apresentado um plano de ação comum, do substrato de sala e máquinas de datilografar, sem como a taxa seja de 100,00 e não 80,00 como foi antes planejado.

Vetado, apoiar o projeto inclusive a taxa de 100,00 sem como uma máquina educativa à Argentina e Chile, num plano de 10 dias.

Quanto a Representação Estudantil na Congregação, para 1979, os chefes de departamentos prometeram dar integral e volumes interessados a apoiar os elementos que os alunos, em Assembleia, indicarem.

Quanto às verbas e recursos especiais para expediente da F.A.E.D., não acompanhados pela di-

27
S. B. Silva

rução.

Quanto à avaliação, foi reafirmado o princípio da "avaliação integral", que no fim do 1º semestre coordenada pelos chefes de departamento, haja uma avaliação integral dos alunos.

A direção solicita que cada coordenador de departamentos, haja uma avaliação integral dos alunos,

Apresentando os programas de cada uma das disciplinas sob sua coordenação.

A orientação aos alunos repetentes em matérias, deve estar sob a orientação de cada chefe de departamentos.

Quanto a estrutura de atendimento aos alunos, foi apresentado, a necessidade de conselheiros de classes e conselheiro pessoal que o aluno escolherá na hora da matrícula.

Votado, encarregar a direção de consultar, a cada professor, quantos alunos poderá orientar e aconselhar.

Quanto aos conselheiros de cada classe, o conselho sugere:

- 1º Sr. Groschel
- 2º Nando Hardu
- 3º Querson Luiz Maiyo
- 4º Orlando Rubem Ritter

Como capitão, o prof. Antonio Alberto Nepomuceno

Quanto aos padrões brasileiros de Técnicas de Pesquisas e Redação de Relatórios,

Votado sugere a administração que prepare o livro de metodologia científica de J. Ruiz, a cada professor da FHO.

Nada mais havendo, como secretário geral, assino
a presente ata.

Oração final: Wandye Feres de Araújo

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

PROF. ORLANDO RUBEM RITTER
Diretor - R.G. 1.267.025 - SP.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

CLARICE COSTA ARAÚJO
SECRETÁRIA
Esp. MEO 2.º 11-PA

Anexo 22- Ata da reunião de 04/09/1979

31

H. Walker

e ocasionalmente nas férias de acordo com o proposto assim encaminhado.

Oração final: Nander Karder
 nada mais havendo, como secretária, assinou a presente ata, que vem usada pelo Diretor:

Obs.: A ata que vai da página 29 -
 verso, que vai até a página 31,
 está anulada.
 São Paulo, 17 de setembro de 1979.

Ata da 26ª reunião da I.A.B.V., realiza-
 da às 9:30 hrs, na sala da I.A.T., com a pre-
 sença dos seguintes membros:

- Orlando Kubom Ritter
- Wandyr Fries Araújo
- Cláudia Costa Araújo
- Maria do Carmo Rabello
- Estiva Fari
- Turice Walker
- Hampton Eugene Walker
- Antonio Alberto Nepomuceno
- Quocem Fries de Araújo
- Nander Karder
- José Carlos Elling
- Tracy Castelo Cunha

O pr. diretor dando alchua aos trabalhos
 apurando a necessidade dos alunos completarem

duas horas de prática de ensino até 110, para registro no MEC.

Todas, autorizar os alunos interessados, concluindo antes de 1979, a carga horária em prática de ensino de I Grau até 110 hrs conforme o exigido pelo MEC, para o registro de metodologia para magistério normal.

Considerando as duas habilitações que já possuímos:

- Magistério das matérias pedagógicas
- Administração escolar de I e II Graus

Todas, solicitar ao Conselho Deliberativo, autorização para enviar ao MEC a solicitação de autorização para implantação das habilitações de:

- Orientação educacional
- Supervisão escolar

Orientação educacional.

5º semestre

Estrutura e funcionamento do ensino I Grau I	3
Func. e métodos de Orientação educacional I	3
Medidas educacionais I	3
Filosofia da educação III	3
Órbitas na escola	6
	18

288

6º semestre

Estrutura e funcionamento do ensino de I Grau II	3
Func. e métodos de Orientação educacional I	3
Medidas educacionais II	3

32
J. E. W. Alk

Filosofia da educação IV	3	
Optativas à escolher	6	
	<hr/>	18 288
7º semestre		
Estrutura e funcionamento do ensino do 2º Grau I	3	
Orientação educacional na escola do 1º Grau	3	
Orientação Vocacional I	3	
Optativas à escolher	9	
	<hr/>	17 273
8º semestre		
Estrutura e funcionamento do ensino do 2º Grau II	2	
Orientação educacional na escola do 2º Grau	5	
Orientação Vocacional II	3	
Optativas à escolher	9	
	<hr/>	17 272
<u>Optativas da parte diversificada</u>		1.120
Técnica de Pesquisa em educação I	3	
" " II	3	
Métodos Técnicos em educação I	3	
" " II	3	
Métodos de Avaliação em educação I	3	
" " II	3	
Relações humanas	3	
Metodologia do ensino de I Grau I	3	
" " II	3	
metodologia do ensino de II Grau I	3	
" " II	3	
Prat. de ensino na escola de I Grau I	3	
" " II	3	
Prat. de ensino na escola de II Grau I	3	
" " II	3	

Princ. e métodos de supervisão escolar I	3	
" " II	3	
Curriculos e programas I	3	
" " I	3	
Princ. e métodos de Administração escolar I	3	
" " II	3	
Administração da escola do I Grau I	3	
" " II	3	
Estatística Aplicada à Educação I	3	
" " II	3	
<u>Supervisão Escolar</u>		
5º semestre.		
Estrutura e funcionamento do ensino de I.Q. I	3	
Princ. e métodos de supervisão escolar I	3	
Medidas educacionais I	3	
Filosofia da educação III	3	
Oportunidades à escolha	6	
	18	288
6º semestre		
Est. e funcionamento do ensino de I.Q. II	3	
Princ. e métodos de supervisão escolar II	3	
Medidas educacionais II	3	
Filosofia da educação IV	3	
Oportunidades à escolha	6	
	18	288
7º semestre		
Est. e funcionamento do ensino do II Q. I	2	
Supervisão na escola do I Grau	3	
Curriculos e programas I	3	
Oportunidades à escolha	9	

33

S. E. W. L. M.

	17	272
8 ^o semestre		
Est. e funcionamento do ensino do 1 ^o grau II	2	
Preparação na escola do 2 ^o grau	3	
Curriculos e Programas II	3	
Optativas à escolher	9	
	17	272
<u>Optativas da parte diversificada</u>		1120
Técnica de pesquisa em educação I	3	
" II	3	
Modernas técnicas em educação I	3	
" II	3	
Métodos de avaliação em educação I	3	
" II	3	
Relações humanas	3	
Metodologia do ens. na escola do 1 ^o g. I	3	
" I g. II	3	
" I g. I	3	
" II g. II	3	
Prática de ensino na escola de 1 ^o g. I	3	
" I g. II	3	
" II g. I	3	
" II g. II	3	
Princ. métodos de Administração escolar I	3	
" II	3	
Administração da escola do 1 ^o grau I	3	
" I grau II	3	
Estatística Aplicada à educação I	3	
" II	3	
Princ. métodos de Orientação educacional I	3	
" II	3	

34
H. W. Ritter

Nada mais havendo, como secretária, assino
a presente ata, que vem usada pelo Diretor:

São Paulo, 04 de setembro de 1979.

E. M. P. P.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

PROF. ORLANDO RUBEM RITTER
Diretor - R.O. 1.267.025 - SP.

Resoluções

Chefes de Departamentos
para o ^{BICÊNIO} (Bicênio) de 1979 a 1980
Atribuições da Diretoria

O Sr. Diretor usando suas atribuições, real-
iza:

Indica como chefe de departamento os
seguintes professores:

1. Fundamentos da Educação - Abrange as se-
quências disciplina Psicologia Qual I e II,
Filosofia Qual I e II, Biologia Qual I
e II, História da Educação I e II, Filo-
sofia da Educação I e II, III e IV, So-
ciologia da Educação I e II, Biologia E-
ducacional I e II, Estudo de Problemas
Brasileiros I e II e Educação Física I, II,
III, IV, V, VI, VII, VIII.

Chefe: Prof. Quirino Fius de Araújo
Professores Associados: Antenor Alberto

Anexo 23- Descrição da natureza do curso pretendido envolvendo sua concepção e objetivo
1981

1 - DESCRIÇÃO DA NATUREZA DO CURSO PRETENDIDO; ENVOLVENDO SUA
CONCEPÇÃO E OBJETIVO

A Faculdade Adventista de Educação, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino e oferecendo licenciatura plena no curso de Pedagogia, foi autorizada a funcionar, com 160 vagas, em 14 de Agosto de 1973 e reconhecida em 21 de Outubro de 1976.

Oferecendo desde o início habilitações em Administração Escolar, 1ª e 2ª Graus e em Magistério das Matérias Pedagógicas, pleiteia agora oferecer também as habilitações: Orientação Educacional e Supervisão Escolar, 1ª e 2ª Graus, sem aumento do número de vagas.

A habilitação em Orientação Educacional terá a parte diversificada constituída das seguintes disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau (2 semestres) Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º Grau (2 semestres) Princípios e Métodos de Orientação Educacional (2 semestres) Orientação Educacional na Escola do 1º Grau, Orientação Educacional na Escola do 2º Grau, Orientação Vocacional (2 semestres), Medidas Educacionais (2 semestres) e Filosofia Educacional (2 semestres) mais as disciplinas optativas da parte diversificada que se fizerem necessárias para completar a carga horária conforme o regimento já aprovado.

A habilitação em Supervisão Escolar terá a sua parte diversificada constituída das seguintes disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau (2 semestres), Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º Grau (2 semestres), Princípios e Métodos de Supervisão Escolar (2 semestres), Supervisão Escolar na Escola do 1º Grau, Supervisão Escolar na Escola do 2º Grau, Currículos e Programas (2 semestres), Medidas Educacionais (2 semestres) e Filosofia Educacional (2 semestres), mais as disciplinas optativas da parte diversificada que se fizerem necessárias para completar a carga horária conforme regimento já aprovado.

A implantação das novas habilitações objetiva oferecer mais opções aos alunos, levando em conta o crescimento das matrículas a partir da autorização de funcionamento da escola:

36 matrículas em 1973, 49 matrículas em 1974, 94 matrículas em 1975, 139 matrículas em 1976, 172 matrículas em 1977, 157 matrículas em 1978 e 184 matrículas em 1979. Convém considerar que a escola começou a operar no turno diurno.

O oferecimento das duas novas habilitações também objetiva formar Orientadores e Supervisores para o Sistema Educacional Adventista no Brasil, com o qual a Faculdade Adventista de Educação está intimamente entrosada.

Anexo 24- Documenta 233 Conselho Federal de Educação

sons e habilitações previstas na Resolução n.º 2/69, e outro sobre planos de curso de habilitações previstas na Resolução n.º 2/69, e outro sobre planos de curso de habilitação em Professor de Pré-Escola.

O presente parecer diz respeito nos seguintes pedidos:

1) Fundação Educacional de Divinópolis, Minas Gerais, DGE-13, habilitação em Supervisão Escolar, 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 2.108/79.

2) Sociedade Propagadora Esdeva, com sede em Juiz de Fora, Minas Gerais, DGE-14, habilitação em Supervisão Escolar, 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 2.219/79.

3) Sociedade Educacional Campos Salgado, com sede no Rio de Janeiro, DGE-23, habilitação em Supervisão Escolar, 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 1.567/79.

4) Casa de Nossa Senhora da Paz de em Bragança Paulista, São Paulo, DGE-30, habilitação em Administração Escolar, licenciatura plena, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 2.019/79.

5) Centro de Estudos Unificados - Ceuban, com sede em Santos, São Paulo, DGE-24, habilitação em Supervisão Escolar, 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 2.208/79.

6) Instituto Adventista de Ensino, com sede em São Paulo, DGE-24, habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar, esta nos 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 1.615/79.

7) Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul, com sede em Registro, São Paulo, DGE-24, habilitação em Supervisão Escolar, 1.º e 2.º graus, sem especificação do número de vagas, processo n.º 1.806/79.

8) Fundação Educacional do Vale do Jacaré, com sede em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, DGE-37, habilitação em Orientação Educacional Administração Escolar e Supervisão Escolar, estas duas últimas no 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 2.147/79.

9) Fundação Missionária de Ensino Superior, com sede em Santo Angelo, Rio Grande do Sul, DGE-38, habilitação em Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar, estas duas últimas no 1.º e 2.º graus, sem aumento de vagas no curso já existente, processo n.º 1.578/79.

10) Associação Pró-Ensino Superior dos Campos de Cima da Serra, com sede em Vacaria, Rio Grande do Sul, DGE - 38, habilitação plena do Administração Escolar, com 80 vagas totais anuais, processo n.º 1.695/79.

Parecer

Em todos os DGEs a que pertencem as instituições pleiteantes não está comprovada a necessidade social da expansão de vagas no curso de Pedagogia. As análises feitas no Parecer n.º 812/79, cuja conclusão afirmou não ser aconselhável conceder novas autorizações de curso de Pedagogia, nessas regiões, continuam válidas neste ano de 1980. As correlações candidato/vaga nos concursos vestibulares andam, nas hipóteses mais otimistas, em volta de um. Por outro lado, há excesso de diplomados à espera de oportunidade de emprego.

Sendo certo, entretanto, que as entidades pleiteantes fizeram os seus pedidos com o fito exclusivo de obterem o leque de ofertas de habilitações, segundo o anexo constante da Resolução n.º 2/69, sem qualquer intenção de aumento de vagas, nada impede-se autorizar o prosseguimento de análise dos respectivos processos. A única exceção é o caso de Vacaria, que pede 80 vagas.

Esta Instituição constituiu-se para dar prosseguimento ao programa de formação de administradores escolares.

res, que vinha sendo executado, nesse município gaúcho, pela universidade de Caxias do Sul, através de um extenso, ora em extinção.

Ocorre que, exatamente no DGE-38, em que se situa a instituição, a correlação candidato/vaga que, em 1978, foi de 1,18 caiu, para 0,95. Esse não seria um fator suficiente, a nosso ver, para denegar a expansão pleiteada, não fora o fato de não ter a suplicante apresentado um só argumento, que, por outra forma, levasse o Relator a identificar sequer uma leve ocorrência de necessidade social. Assim, é de manter-se a quota inicial de vagas, se bem que admitindo possa a faculdade operar a habilitação plena em Administração Escolar, da qual já dispõe de licenciatura de 1.º grau.

II - VOTO DO RELATOR

Em face das razões constantes do Parecer, somos favorável ao prosseguimento de análise dos seguintes processos: n.º 2.108, com as 100 vagas totais anuais já existentes, n.º 2.219/79, com as 120 vagas totais anuais já existentes, n.º 1.567, com as 150 vagas totais anuais já existentes, n.º 2.019/79, com as 160 vagas totais anuais já existentes, n.º 1.695/79, com as 80 vagas totais anuais já existentes, n.º 1.578/79 com as 50 vagas totais anuais já existentes, n.º 2.147/79, com as 100 vagas totais anuais já existentes, n.º 1.806/79, com as 90 vagas totais anuais já existentes, n.º 1.615/79, com as 160 vagas totais anuais já existentes, n.º 2.208/79, com as 300 vagas totais anuais já existentes. As instituições interessadas ficam com o prazo de 90 dias para ingressarem no Conselho com os seus projetos.

Deixam de ser analisadas as condições jurídicas e financeiras por tratarse de instituições com tradição de ensino superior e cursos já reconhecidos.

III - CONCLUSÃO DA CAMARA

A Câmara de Planejamento aprova o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1980 - Arnonde Dias Mendes - Presidente, João Paulo de Valle Mendes - Presidente Paulo Nathanael - Relator.

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo os Processos n.ºs 2018/79, 1806/79, 2219/79, 2147/79, 1567/79, 1578/79, 2019/79, 1995/79, 2208/79 e 1615/79, originários da Câmara de Planejamento, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara no sentido de que podem ter prosseguimento os processos n.ºs 2108/79, com as 100 vagas totais anuais já existentes, 2219/79, com as 120 vagas totais anuais já existentes, 1567/79, com as 150 vagas totais anuais já existentes, 2019/79, com as 160 vagas totais anuais já existentes, 1695/79, com as 80 vagas totais anuais já existentes, 1578/79, com as 50 vagas totais anuais já existentes, 2147/79, com 100 vagas totais anuais já existentes, 1806/79, com as 90 vagas totais anuais já existentes, 1615/79, com as 160 vagas totais anuais já existentes, 2208/79, com as 300 vagas totais anuais já existentes. As instituições interessadas ficam com o prazo de 90 (noventa) dias para apresentarem os respectivos projetos.

INSTITUTOS PARALELOS DE EDUCAÇÃO E OUTRAS

Cursos novos de Pedagogia (habilitação em Pré-Escolar) nos DGEs 08, 19, 20, 24 e 30

Parecer n.º 354/80

CAPLAN

Aprovado em 03/04/80

Processos n.ºs 1.799/79 e outras

I - RELATORIO

Solicitam cursos de Pedagogia, com habilitação de formação de professores para a Pré-Escola, as seguintes organizações: Instituto Pernambuco de

funcionar na Faculdade de Psicologia de Marília, em funcionamento desde 1973.

Triagem Técnica

O pedido deixa de ser considerado para análise em virtude do que estabelece o parágrafo 3º do artigo 10 da Resolução n.º 16/77 — CEE. A época da entrada do pedido a requerente se achava sob inquérito administrativo.

II — VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, o Relator vota pelo arquivamento do processo n.º 1.905/79.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Planejamento acompanha o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1980. — Armando Dias Mendes — Presidente, João Paulo do Valle Mendes — Relator.

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo n.º 1.905/79, originário da Câmara de Planejamento, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favoravelmente ao arquivamento do processo em que a Associação de Ensino de Marília pleiteia autorização da Habilitação de Formação de Psicólogo.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO — RS

Autorização de novo curso de Psicologia no DGE-37

Parecer n.º 347/80

CAPLAN

Aprovado em 09/04/80

Processo n.º 2.315/79

I — RELATÓRIO

O Instituto Metodista Centenário encaminhou ao Conselho Carta-Con-

sulta relativa a curso de Psicologia para funcionar em turno noturno no Instituto Metodista Centenário, novo estabelecimento de ensino a ser instalado em Santa Maria — RS, DGE-37.

1. Triagem Técnica

A mantenedora não demonstra tradição no campo do ensino superior em virtude de não possuir em funcionamento qualquer estabelecimento de ensino regular a esse nível. Apesar disso, o Instituto Metodista Centenário não caracteriza manifestamente forma alguma de assessoramento para o curso pretendido deixando de atender, assim, requisito fundamental na forma da Resolução n.º 16/77 (item e, § 3º, art. 3º).

II — VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, o Relator vota pelo indeferimento do processo n.º 2.315/79, de interesse do Instituto Metodista Centenário, com sede em Santa Maria-RS, DGE 37.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Planejamento, acompanha o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1980. — Armando Dias Mendes — Presidente, João Paulo do Valle Mendes — Relator.

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo n.º 2315/79, originário da Câmara de Planejamento, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, indeferindo o pedido do Instituto Metodista Centenário, para autorização de curso de Psicologia.

Documenta (233) Brasília, abr. 1980

ASSOCIAÇÃO PRO-ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA — RS

Autorização de novo curso de Educação Física no DGE-38

Parecer n.º 348/80

CAPLAN

Aprovado em 09/04/80

Processo n.º 1.696/79

I — RELATÓRIO

O presente parecer corresponde ao estudo da Carta-Consulta relativa ao pedido de autorização de curso de Educação Física, com 80 vagas totais anuais, a funcionar no Centro de Ensino Superior de Vacaria, novo estabelecimento a ser instalado em Vacaria — RS, DGE-38.

1. Necessidade Social do Curso

Os pareceres que trataram de pedido do mesmo curso para os DGEs 20 e 24 apresentaram os números relativos a cursos e vagas no País e na Região Sudeste.

No tocante à Região Sul, a formação LC-054 da Assessoria Técnica do Conselho registra 32 cursos com mais de 2.300 vagas, enquanto para o DGE — 38 a oferta de matrículas iniciais cada ano, é de 270 nos 4 cursos já existentes.

As relações demanda/oferta na região e no DGE são inferiores à média nacional nos três últimos anos, conforme se pode apreciar no quadro seguinte:

Relação Candidato/vaga	1977	1978	1979
Brasil	1,46	1,74	1,83
Região Sul	1,31	1,50	1,75
DGE — 38	0,97	0,92	1,15

Tais dados parecem suficientes, no presente caso, para considerar inconveniente a expansão da oferta.

Documenta (233) Brasília, abr. 1980

de vagas para Educação Física no DGE-38.

II — VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, o Relator vota pelo arquivamento do processo n.º 1.696/79.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Planejamento acompanha o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1980. — Armando Dias Mendes — Presidente, João Paulo do Valle Mendes — Relator.

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo n.º 1.696/79, originário da Câmara de Planejamento, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favoravelmente ao arquivamento do processo em que a Associação Pro-Ensino Superior dos Campos de Cima da Serra pleiteia autorização de curso de Educação Física.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DIVINÓPOLIS E OUTRAS

Novas habilitações em curso de Pedagogia, nos DGEs 13, 14, 23, 24, 30, 37 e 38

Parecer n.º 353/80

CAPLAN

Aprovado em 09/04/80

Processos n.ºs 2.108/79 e outros

I — RELATÓRIO

Vinte e nove instituições solicitaram ao Conselho Federal de Educação autorização para o funcionamento de cursos novos ou de novas habilitações em cursos já existentes na área de Pedagogia. Este parecer abrange dez casos, ficando os demais para pareceres posteriores.

Documenta (233) Brasília, abr. 1980

11.07.2017 10:09

Anexo 25- Ata da reunião de 01/04/1981

Ata da Reunião da Congregação da
Faed, realizada no auditório E. G. White,
às 14:00 hrs. do dia 1º de Abril de 1981, com
a presença dos seguintes professores e
alunos representantes.

Profs Renato Gross, W. Gröschel, W. Franke,
O. B. Ritter, Genyza Martins, Isai Albein,
Pedro Apolinário, cp Carlos Bliing, Homero
Pis, Main Elias, Shirley Cronenberg, Mauder
Harder, Eliseu Mungulso, Ruth Boser, Cláudia
Costa, Eunice Witting, Antonio Nepomuceno
Alunos: Jucely Martins Amoraltes.

- Neuzely Lima - Geraldo Bispo
- José Greisas - Ana Maria Riem
Graça inicial prof. Pedro Apolinário.

O sr. diretor da Faed, prof. O. B. Ritter,
ao dar abertura à reunião, estendeu
as boas vindas a todos os presentes
e esclareceu que a Reunião da Congregação
da Faed, constará de agora em diante com
a presença de todos os profs, Secretarias
e representantes do corpo discente da
Faed. O corpo docente será constituído
dos professores e assistentes.

Em seguida foi apresentado em linhas
gerais o "POG" Plano de organização
geral da Faed.

Foram também definidos os membros
participantes do Conselho Departamental,
sr. Diretor da Faed, Secretário Geral,
chefes de Departamentos, presidente do
ano da Faed, Professora Tracy C. Lundin
como representante dos professores, por

12.07.2017 16:59

possuir maior tempo de serviço.

Votado

nomear como representante dos professores no conselho Departamental a profa Tracy Castelo Cunha.

Quanto à necessidade que possui a Faed de oferecer a Habilitação de Magistério do 1º nível (1ª a 4ª ano).

Votado

Encaminhar ao conselho Deliberativo e ao C.F.E. o pedido de autorização para oferecer a Habilitação de Magistério do 1º nível.

Quanto ao curso de "Biblioteca Escolares"

Votado

oferecer o curso durante este ano com um total de 16 horas e convidar para ministrá-lo, o prof. Osvaldo Vidoto.

Quanto ao jornal semestral da Faed,

Votado, nomear como Redator do jornal da Faed, o prof. Jerson Pires de Souza.

Quanto ao centro de estudos -

Votado. Estudar as possibilidades de fundar um centro de Estudos na Faed, encarecendo para isto o diretor da Faed, até formar o núcleo e ser determinado a quem será subordinado.

Foi enfatizado a campanha de honestidade, pontualidade e assiduidade. Consideramos a necessidade da Escola de alguém para assessorar a Direção da

Faced, fomos informados que a direção encarrigará um chefe de Departamento ou secretário geral para dar assistência e cobertura a Direção da Faced.

Considerando que se devem intensificar as reuniões de capelas e cultura geral.

Votado, nomear um conselho que se reunirá para emitir um parecer sobre cada aluno.

Será constituído dos seguintes membros:

- O Professor da classe
- a Direção da classe
- O professor conselheiro de classe como o presidente.

Estabelecer dois dias antes da conclusão do semestre, para se reunir com cada grupo.

Votado, que haja conselho de classe antes de encerrar os trabalhos de classe, no final de cada semestre.

O sr. Diretor agradeceu a presença de todos e convidou o prof. Homero Reis para fazer a oração final.

Nada mais havendo como secretária farei e assim a presente ata.

1 de Abril de 1981.

INSTITUTO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
Orlando
SECRETARIA GERAL
1981

INSTITUTO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
PROF. ORLANDO RUBEM RIVERA
Diretor - R.U. 1.207.000 - 6P

Anexo 26- Ofício 128/86 FAED.


FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO
 Rua... nº... São Paulo - SP...
 Caixa Postal 58.000 - São Paulo - SP
 Telefone: (011) 508.1111 - Telefax: (011) 508.1111

Of. Nº 128/86-SG.FAED

Em, 18 de dezembro de 1986

Do: Ilmo. Sr.
 Prof. Orlando Rubem Ritter
 Faculdade Adventista de Educação
 Curso de Pedagogia
 São Paulo - Capital

Ao: Ilmo. Sr.
 Prof. Nelson Boni
 Delegado de Ensino do Ministério de Educação e Cultura
 DEMEC - DR 5
 São Paulo - Capital

Assunto: Modo de Proceder Apostilamento (solicita aprovação)

Referente: Habilitação Reestruturada em Pedagogia (Par. 589/83)

Prezado Senhor:

Considerando o Parecer nº 2.932/76 que Reconhece o Curso de Pedagogia, na habilitação Magistério das disciplinas especializadas do ensino de 2º Grau;

Considerando o Decreto nº 78.607 de 21 de outubro de 1976 que concede o Reconhecimento ao Curso de Pedagogia na habilitação Magistério das matérias Pedagógicas do 2º Grau;

Considerando o Voto do Parecer nº 589/83 da CESU, 1º Grupo - de 13/12/86 em que "à vista da análise do Plano de Curso e considerando a necessidade de formação de docentes em nível superior, para as séries iniciais do 1º Grau conforme o disposto na lei nº 5.692/71, Vota a relatora no sentido de alterar no Curso de Pedagogia do Instituto Adventista de Ensino, a habilitação Magistério das matérias Pedagógicas do 2º Grau, para nelas, habilitar concomitantemente, professores para as séries iniciais do ensino de 1º Grau (1ª a 4ª séries)".

Considerando a Homologação Ministerial do Parecer 589/83 publ. no D. O. de 21 de março de 1984 na pag. 4.256, favorável à alteração, no Curso de Pedagogia... da "habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, para nela habilitar concomitantemente, professores para as séries iniciais de 1º Grau";...

Considerando que o início do primeiro semestre de 1984, atenta ao caso e preocupada em definir o modo do Apostilamento da habilitação reestruturada, dirigiu-se esta Faculdade para o setor de

EDUCANDO EDUCADORES



FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO - Lote 747 III - Jd. Paulista - Cx. Postal 7.058 - 01090 São Paulo - Capital
 Autorizada pelo Decr. Federal nº 72.810 de 11/05/75 Reconhecida pelo Decr. Federal nº 75.697 de 21/10/76

Registro da U.S.P. e através de despacho interlocutório e já na ocasião, caracterizou-se a necessidade da DEMEC/SP, definir o modo de proceder o Apostilamento da habilitação reestruturada;

Considerando o Of. nº 112/86 de 24 de março de 1986 que foi protocolado no Processo nº 230.33.010849/83-81, na DEMEC/SP/DSC, ocasião que solicitamos esclarecimentos sobre modo de proceder o apostilamento da habilitação reestruturada, dentre outros esclarecimentos também solicitados e por hora já solucionados;

Considerando os termos do expediente do Sr. Secretário da Educação Superior/SUPES/ CODESu, encaminhado a nós como resposta, através do Of. nº 2.353/86 DEMEC/SPDSC, datado de 29 de outubro de 1986;

Definiríamos alguns postulados básicos que assim podemos enumerar, baseando-nos nas declarações seguintes:

1. Parece-nos claro que a habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau neste Curso de Pedagogia, já não existe são e, unicamente, pode ser oferecida como habilitação acoplada ou reestruturada, - a Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau e das Matérias Pedagógicas do 2º Grau.

- "a reestruturação proposta, apresentada e aprovada pelo Parecer nº 589/83 visou e obteve a reestruturação da habilitação Magistério para nela habilitar, concomitantemente professores para o ensino de 2º Grau e para as séries iniciais de 1º Grau (1º a 4º)".

2. Parece-nos claro ainda, salvo melhor juízo, que não foi invalidado o Decreto presidencial que reconheceu a habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, mas foi lhe acrescido algo mais, a Habilitação para as Séries Iniciais do Ensino do 1º Grau, caracterizando-se como algo mais, acoplada à já existente.

- "a reestruturação foi aprovada para atender às necessidade de se oferecer as duas modalidades. Logo o Curso de Pedagogia, no que se refere a habilitação Magistério, tem apenas a forma determinada pelo projeto aprovado".

3. Parece-nos claro também que desde que aprovada a reestruturação e nos termos exarados no Despacho Ministerial, "favorável à alteração", tornou-se uma habilitação enriquecida, acoplada e concomitantemente oferecida.

- "Por outro lado, a esta Assessoria parece que a con-

EDUCANDO EDUCADORES

**FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO**

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO - Fone 247-4011 - Ramal 281 - Cx. Postal 7258 - 01000 São Paulo - Capital
Autorizada pelo Decr. Federal n.º 72.610 de 14.08.73 - Reconhecida pelo Decr. Federal n.º 78.607 de 21/10.76

Convém salientar que há preocupações quanto ao modo de apostilar e registrar na U.S.P., bem como em evitar posteriormente aborrecimentos pela secretaria do Curso de Pedagogia, no sentido de definir forma e termos do quadro de apostilamento, tendo em vista, necessidade dos alunos proverem seus registros no MEC com esta habilitação reestruturada.

O Curso de Pedagogia já está formando em 1986 a 3ª turma com esta habilitação e estamos interessados para que os alunos que concluir não sintam-se prejudicados com o retardamento do processo de Apostilamento.


Certo de poder contar com o pronto apoio, sempre demonstrado em nos orientar o necessário, subscrevemo-nos com consideração e apreço.

Cordialmente,


Prof. Orlando Rubem Ritter
Diretor Reg. MEC n.º 6645 DF
RG 1267026 - SP

EDUCANDO EDUCADORES

Anexo 27- Carta de Encaminhamento de Processo ao MEC 15/08/1983

 **INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO**

S.Paulo, 15 de Agosto de 1983

Do Ilmo. Sr.
Prof. Walter Boger
Diretor Geral do
Instituto Adventista de Ensino
SÃO PAULO, Capital

A Ilma. Sra.
Dra. Dalva de Assumpção Souto Mayor
Delegada do Ministério de Educação e Cultura
DEMEC/SP - S.Paulo, Capital

Prezada Senhora:

Vimos por meio desta solicitar a que V. Sa. digne-se encaminhar ao setor competente o presente processo que tem o objetivo de Reconhecer as Habilitações de Orientação Educacional e Supervisão Escolar do Curso de Pedagogia desta instituição. Aproveitamos a oportunidade para expressar nosso apreço e consideração.

Cordialmente,

Endereço Postal: Caixa Postal, 7258 — 01000 São Paulo
Localidade: Estrada de Itapeperica, km 23 — Santo Amaro — São Paulo — Telefone: PBX 247-4011

Anexo 28 - Ata da reunião de 15/05/1977

Ata da 14ª reunião da Comissão da Faculdade realizada às 8:00h do dia 15 de maio de 1977 na sala 04 do Edifício da Fac com a presença dos seguintes professores: Dr. Hampton Eugene Walker, Wandyr Pires de Paiva, Maria do Carmo Rabello, Dr. Waldemar Zischel, José Carlos Gillings, Neander Harder, Gerson Pires de Paiva, Eunice Walting, Cláudia Paiva, Nepomuceno Abreu.

Oração inicial Dr. H. Walker.

O Sr. Diretor apresentou os problemas que envolvem a administração dos exames de 2ª época e

- Votado, estabelecer a 1ª semana de Agosto, para a realização dos exames de 2ª época dos alunos da Fac.

Considerando o desenvolvimento do Ensino Religioso no estabelecimento:

- Votado nomear o prof. José Carlos Gillings, como coordenador na área de Educação Religiosa da Fac.

- Votado: pedir aos senhores professores para entregarem os diários de classe devidamente atualizados, até o dia 21 de 6 - 77 para o levantamento dos exames finais.

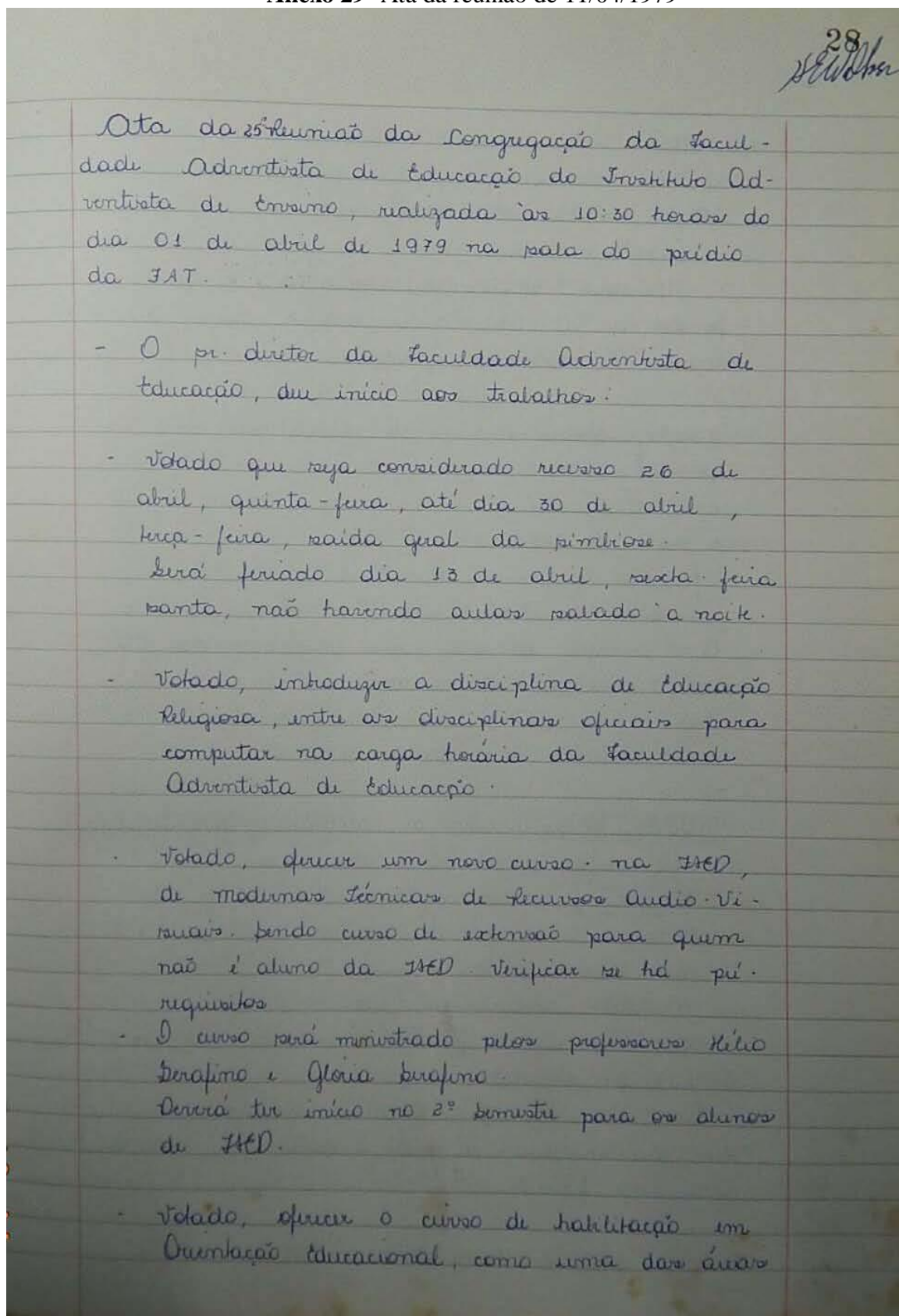
Oração Final W. Paiva
nada mais havendo, como secretaria assinou a presente ata

São Paulo, 15 de maio de 1977
Hampton Eugene Walker
Eunice Walting

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO

Eunice Walting

Anexo 29- Ata da reunião de 11/04/1979



H.E. Walker

Ata da 7ª Reunião da Congregação da Faculdade Adventista de Educação, realizada às 21:00hs do dia 10 de Fevereiro de 1975, no auditório central do J.A.E. com os seguintes professores presentes.

Director - Dr. Hampton Eugene Walker,
Prof. Merrill Gorki, Maria de Lacerda Rabello
Prof. Gerson Araújo, Dr. Belisário Marques
Maurício Harder, Eliseu Meneguesso,
Silvana Marques, Wandyr Araújo, Orlando Bitter.

O Sr. Director da Faed Dr. Walker deu abertura a reunião, solicitou ao prof. Gerson Araújo para pedir as bênçãos de Deus.

Depois de analisarmos as possibilidades, ficou votado que se 15 em 15 dias fizermos reunião de capela para os alunos, entre o 2º e 3º período, sendo que o dia de capela será normal no decorrer da semana, colocando na 2ª feira dia 24 de Fevereiro e depois na 3ª feira dia 11 de Março e assim por diante.

Os professores foram aconselhados a zelar e colocar sempre em dia o diário de classe, lançando a avaliação e chamada de cada aula.

O Programa de cada disciplina deve ser entregue dentro de 3 semanas.

A congregação votou solicitar a administração a compra de 3 lâmpadas à gás para resolver o problema de luz.

que está sendo frequente, bem como
uma campainha para o sinal
de início e término das aulas.

Os exames de 2ª chamada serão
realizados no dia 17 de Fevereiro.

Foi sugerido aos professores que planeja-
sem horas de estágios dentro de suas
áreas e disciplinas para fornecer horas de
reserva para cada aluno.

Também foi solicitado a permanência
de um retro projetor para a Faed. em
virtude do constante uso.

Oração pelo professor Eliseu
Menezes, ^{pe} pediu as bênçãos de Deus.

São Paulo, 10 de Fevereiro de 1975

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Eliseu
Prof. Eliseu Menezes
Secretaria - F. 76 71 - P. A.

INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO
Faculdade Adventista de Educação
Hamilton Eugene Walker
Diretor: Dr. Hampton Eugene Walker
OC. 47806522 48 - R. Q. 8/24, 403 - PARQUE 72.800/77

Eliseu Menezes
Assinado
Eliseu Menezes
Fevereiro 17 1975
Escritório de Educação - São Paulo

Anexo 31- Transcrição de Entrevista com Orlando Rúben Ritter

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA - ORLANDO RUBEN RITTER

Entrevistadora: Pastor Orlando Ritter! Pastor, professor Orlando Rubem Ritter. Eu gostaria que você falasse um pouquinho da sua vida, da sua infância lá no Rio Grande do Sul, sua família, como que o senhor chegou a São Paulo, ao IAE... conta um pouquinho só para a gente entender essa trajetória.

Orlando Ritter: Eu sou gaúcho, nasci em Porto Alegre, 1924, faz tempo... A minha família, a ascendência é alemã assim como a igreja adventista no Brasil começou na colônia alemã, no sul do Brasil até o Espírito Santo. O Ritter da minha família chamava-se Carlos. Carlos Ritter. Vieram três Ritter da Alemanha e esse foi o terceiro que veio. Carlos Ritter. Ele veio de ????? na Alemanha, na divisa com a França, um lugar de muita guerra. As pessoas de lá eram pessoas de muita atividade, né? Sentiam facilmente os problemas da rivalidade entre Alemanha ou a Prússia e a França. Carlos Ritter veio em 1846 para o Rio Grande do Sul. Eu o conheci quando ele tinha 96 anos em 1935. Ele radicou-se em Taquara do Mundo Novo, naquele tempo, e da família dele surgiram vários e, entre eles, Henrique Ritter, que foi meu avô. E esse Henrique Ritter, lá em Taquara tinha uma fábrica de móveis, a mais importante da cidade. Era um homem rico. E ele casado com Ana Carolina Ritter, antes Cruze, eles tiveram vários filhos, mas um só homem, Germano Ritter, que foi o meu pai. As outras eram senhoras. A mais idosa e a primogênita, chamava-se Amália, com o tempo virou Amélia, que casou com José Amador dos Reis, o primeiro pastor adventista consagrado no Brasil. Ele demonstrou muita aptidão. A igreja pediu que ele estudasse um ano no colégio. Foi o ano de 1917. Eles pagaram pra ele ficar um ano. Não se formou. A primeira turma se formou em 22. Ele então passou um ano no colégio convivendo com aqueles professores e alunos e então foi para o campo trabalhar e tornou-se um excelente pastor conferencista. Foi pastor da Igreja Central em São Paulo aonde ele presidiu a construção da igreja que era uma referência na Paulicéia (a igreja). Bonita. 1929. Ele foi pai de Romeu Ritter dos Reis que acabou fundando a UniRitter lá no Rio Grande do Sul. Ele também enriqueceu, teve grande influência. Então a família foi tendo a sua influência. A UniRitter foi fundada por Romeu Ritter dos Reis que era meu primo. Ele faleceu prematuramente com 77 anos. Viviam uma vida assim, de muita correria intelectual e morreu do coração repentinamente. Porque a mãe dele, a Amélia ou Amália, viveu 99 anos. Era gente longeva. Então esse pessoal está entre meus ancestrais. Eles que estiveram no passado nosso.

Henrique Ritter conseguiu formar como guarda-livros, meu pai, Germano Guilherme Ritter. Guarda-livros seria um curso como contabilidade de hoje. Ele então era o gerente da fábrica. Um belo dia ele cismou de trabalhar na igreja. Deixou o emprego com o pai, emprego bom, gerente, né? e começou a trabalhar na igreja adventista, no escritório, como ajudante de tesoureiro. Um trabalho humilde. As pessoas ficaram admiradas como uma pessoa que estava tão bem, agora foi ganhar um salário pequeno trabalhando no escritório da Igreja Adventista. Mas ele progrediu muito. Logo tornou-se eficiente, tornou-se tesoureiro. Então com isso nós mudamos. Eu agora tinha dois anos. Mudamos para o Paraná onde, de 1926 até 30, ele conseguiu fazer grandes mudanças. Lá as atas eram em alemão, tudo em alemão e ele foi o primeiro a instituir atas em português. Ele foi abrazeirando aquele campo. Ele era o secretário-tesoureiro. Depois tornou-se secretário-tesoureiro em São Paulo. Associação Paulista, naquele tempo, mais forte do Brasil. Até hoje. E ele também contribuiu muito para o progresso lá. Depois voltamos para o Paraná onde ele foi o departamental de educação e jovens. No livro eu conto como ele estabeleceu um projeto de escola sem internato dormitório, onde as famílias hospedavam alunos de acordo com as suas possibilidades ao redor da escola. Era Benedito Novo. Foi tudo pronto. De repente, problemas políticos do Brasil, especialmente em Santa Catarina e Paraná, essa escola foi impedida de ser inaugurada. Então se perdeu aquele trabalho. Nesse interim meu pai agora mudou de novo pra São Paulo. A nossa vida foi entre Curitiba e São Paulo, várias vezes. Agora meu pai era departamental de educação da União. Meu pai fundou a escola de Santo Amaro. Depois eu fui o presidente da junta escolar desta mesma escola que ele fundou. Eu fui aluno dessa escola. A primeira turma, em 32, eu era aluno da escola de Santo Amaro. E hoje é um colégio muito grande. Então nesse tempo era de 32 a 34, depois de 34 a 37, agora eu estava de novo no Paraná. Quando estávamos de férias no Rio Grande do Sul, 1937 pra 38, eu tinha feito exame de admissão lá no colégio. Naquele tempo tinha o exame de admissão. Tinha uma 5ª série que ajudava a preparar. O Ginásio era de 5 anos lá e no Brasil inteiro. O ginásio tinha 5 anos de latim, 5 anos de inglês, 5 anos de francês, química, física ... Era um curso pesadíssimo. Muito bom. E com esse curso a gente já entrava na universidade. E quando eu estava agora na 6ª série, as escolas paroquiais eram de 4 anos primário. Mas algumas tinham 3 anos complementares, 5ª 6ª e 7ª séries, que preparavam os membros para entrar no mundo já com uma formação maior e para ir ao colégio adventista. Então eu comecei a cursar. Como era muito novo, cursei a 5ª série em Curitiba, a 6ª série em Santo Amaro e ao estarmos de férias, eu estava na 6ª série e tinha o direito de entrar desde a 5ª série na universidade... Então com 13 anos estávamos de férias lá. Eu tinha já conseguido matrícula no exame. Então a gente tinha que decidir ou não matricular naquele ano e ficar com a família no Rio Grande ou viajar

sozinho pra São Paulo. Eu escolhi, com 13 anos, viajei 3 dias e 3 noites de trem de Cachoeiro do Sul até São Paulo. Cheguei numa quinta-feira. Na sexta-feira fui sozinho pro colégio e peguei 6 anos de internato. Aí já implicou numa decisão: escolher entre férias e passeio e estudar. Mas como eu era bom pra estudar, eu fui para o colégio. Assim fiquei 6 anos, de 38 até 42, fiquei como aluno interno.

O plano do meu pai era que eu me tornasse pastor. Então o curso teológico naquele tempo tinha 2 anos. E o curso teológico, logo depois que começou tinha um curso normal. A formação, é claro, no contexto adventista apenas, do professor de ensino superior e não só o normalista da escola normal. Então o plano era que eu estudasse teologia e depois de cinco anos, com 7 anos de estudo iria como pastor. Mas quando estava justamente cursando o curso científico, que foi fundado naquele tempo, na 6ª série (eu não precisava fazer) podia entrar direto na universidade. Então pra ganhar tempo, como era muito novo, fiz o 2º ano científico. Era o 6º ano de estudo depois do ginásio. Aí, lá a igreja estava precisando de professores especialmente em áreas assim um pouco mais difíceis. A igreja reuniu numa comissão resolveram escolher 10 alunos do colégio, dos melhores, pra entrar na USP, que era de graça, porque não tinham muito dinheiro, pra prover professores pro colégio. E eu fui um escolhido. Eu era um bom aluno. Muito bom aluno. Muito bom em matemática e física. E eu e o professor Nevil (eu menciono ele aí no livro), nós tivemos que entrar na USP. E não era fácil entrar na USP naquele tempo. Naquele tempo não era assim de completar as vagas, não. Era de passar mesmo! Tanto é que no ano anterior ao meu, ninguém entrou em física. Eles ficaram sem alunos. Então o que diziam que era eles não querem trabalhar e reprovaram todo mundo. Então nós entramos em matemática. E dos 30 e poucos alunos que entraram, 13 saíram 5 anos depois. Então foi uma vida muito dura. Eu tinha que lecionar... Faltavam professores. Quando eu entrei na USP eles conseguiram autorização para eu lecionar. Então eu comecei a lecionar matemática e física. Eu peguei alunos que eram muito mais idosos que eu. Me tornei professor, de aluno a professor, de um ano para o outro. Isso implicava em dar aula em cima de uma plataforma. Ali estava a mesa do professor.... A gente sentava ali... Os alunos entravam e cumprimentavam e esperavam a gente dizer pra sentar ou quando a gente entrava eles se levantavam. Isso então era pacífico. O respeito do aluno para o professor era muito grande e muito mais preservado ainda no colégio adventista. Lá se alguém desautorizasse muito frontalmente um professor, podia ser expulso da escola, como aconteceu uma vez ou outra. Então esse foi o sistema que eu enfrentei ao começar a lecionar. Nesse tempo havia ainda o curso normal acoplado ao curso teológico formando professores em que se considerava naquele tempo, nível superior. É claro que com o tempo veio a necessidade de ter a formação oficial já que a escola foi oficializada. Tornar

oficialmente professor de nível superior em uma faculdade. A FAE começou antes formando enfermeiras. Começou, acho em 69. A Faculdade Adventista de Educação começou justamente em 74 e eu era o vice-diretor da escola, diretor interno, professor de física e matemática e a Faculdade Adventista de Educação... aliás começou em 72. E tinha lá um diretor americano muito bom. Numa certa altura... (Era o Dr. Walker) então eu fui nomeado nessa escola pra ser diretor. Ele era o diretor e ficou muito triste por que ele deu o sangue por aquela escola. Eu fui nomeado em janeiro e eu não assumi até agosto esperando ele formar a primeira turma. Eu vi que ele ficou muito triste. E eu fiquei nomeado formalmente, mas sem exercer nenhuma atividade administrativa. Eu gostava dele. Até que em agosto eu assumi. E aí fui por quase 20 anos diretor da Faculdade Adventista de Educação. Não é comum um diretor ficar tanto tempo numa escola, mas eu gostava da escola e eles gostavam de mim... os alunos, né? Ela chegou a ser uma escola de quase 400 alunos. A maior escola superior adventista do Brasil daquele tempo, formando professores. E aí eu lecionava, cuidava da escola, a escola era muito boa e cada ano formava-se um bom grupo. Eu participei da formação de quase 1000 professores e diretores que saíram da escola e se espalharam pelo Brasil. Muitos não adventistas. Nós tivemos por exemplo, uma aluna psicóloga, formada em psicologia, com consultório de psicologia. Ela queria fazer educação. Escolheu a FAED. Veio lá. Ela se apresentou. Eu disse: olha aqui as moças usam uniforme. E o que você acha disso? “Eu vou por uniforme direitinho”. E de fato era quem se vestia melhor. Uma psicóloga, trabalhava oficialmente, formalmente, vinha pra escola bem vestida de uniforme, excelente aluna de bíblia, de tudo, quando ela se formou ajudou muito na escola modelo. A escola influía muito nas pessoas e a gente trabalhava naquela escola e todo dia eu via os alunos entrarem, cumprimentava, observava tudo e a gente conseguiu formar muita gente boa até 94 quando finalmente consumou-se a transferência para o interior. Eu ainda fui 4 anos para o interior pra lecionar alguma disciplina: administração escolar porque eles não tinham professor ou se tinham não era bem formado. Então eu ainda acompanhei a FAED do interior por 4 anos. E nesse tempo eu continuava no colégio. Eu fui duas vezes diretor da FAT. Faltava diretor e eu tinha formação na USP então eu assumi a direção da FAT duas vezes. Nesse tempo que consegui que os alunos fossem pra classe de paletó e gravata. Eles iam pra classe de qualquer jeito. Mas eu tinha estado na Argentina e lá era tudo direitinho. Eles, então, resolveram por eles mesmos frequentar as aulas de paletó e gravata. A minha aula em teologia, embora eles se vestissem de qualquer jeito, lá era de paletó e gravata. A gente admitia em dias muito quentes que viessem sem paletó, mas de gravata. Sem gravata ninguém entrava. Eles já sabiam disso e nem tentavam. Isso ajudou muito na formação de pastores que passavam por mim. Quase mil pastores eu formei. Eu comecei a lecionar em 1950. O diretor da Teologia

pediu que eu lecionasse Geologia Criacionista, imagine que nome, e Astronomia. Imagina num curso de Teologia ter um curso de Astronomia. Eu dei! É que nos Estados Unidos esses cursos de letras tinham como objetivo ter um curso de astronomia e o pastor Kempbel esteve lá, viu isso e implantou também no colégio. Então eu era professor de astronomia e geologia criacionista além de professor de física e matemática. E finalmente deu origem à fusão dessas duas matérias deu origem a produção desse livro, não sei se você chegou a vê-lo, “Estudos de Ciência e Religião”. Essas eram as apostilas que usava. Naquele tempo muito bem atualizadas e tratando muito bem do assunto. Na época foi impressa e tem material de 2000 e o pessoal vai comprando embora tenha sido escrito em setenta e poucos. Mas ainda tem muita coisa lá nova para hoje também. Então eu acabei me envolvendo em criacionismo também.

Entrevistadora: E o senhor foi um dos fundadores da sociedade criacionista, né?

Orlando Ritter: Exatamente. O Dr. Rui era diretor da faculdade de engenharia de São Carlos. Um fim de semana me convidaram pra falar na igreja e eu falei. E de tarde eu falei sobre ciência e religião. E eu falei sobre o carbono 14. O Dr. Rui estava lá e quando terminou ele veio conversar comigo. E conversando eu dei os nomes das sociedades criacionistas americanas, mencionei as fontes ele então começou e aí começou a Sociedade Criacionista Brasileira com o Dr. Rui e acho que até agora ele tem acompanhado essa sociedade. Então eu me envolvi em criacionismo. Eu viajei muito por causa disso. E falei em muitas universidades inclusive no ITA. Em São Paulo, no ITA, eu fiz uma palestra sobre Evolução e Entropia. A entropia conspira contra a evolução. Eu mostrei isso. E os alunos lá ficaram impressionados e os professores também. O diretor da Centro Universitário ele, no fim, se levantou, quando eu terminei, e disse: “Olha professor, foi muito interessante, mas nós vamos continuar sendo evolucionistas aqui”. Aí levantaram alguns e disseram, “nós não!”. Alguns... os japoneses e outros. Foi muito bom isso aí. Entrar em uma universidade e falar sobre criacionismo não é brincadeira isso!!

Entrevistadora: Então professor, aí o senhor foi diretor da FAT, foi vice-diretor também. Passou a ser diretor da FAED a partir de 77. Ficou lá por mais de 20 anos. Quais os maiores desafios que o senhor pode mencionar que a faculdade enfrentou em relação a legislação brasileira, a se adequar ao modelo de formação de professores que o país estava pretendendo. Essas questões de ordem burocráticas, de legislação e estas questões?

Orlando Ritter: A FAED, quando ela foi instituída oficialmente, ela teve que ter um regimento etc. porque tinha havido antes uma FAED, vamos dizer assim, ou então uma escola de pedagogia ou de educação (eu prefiro educação do que pedagogia. Pedagogia não se compara com educação) então tinha havido por 2 anos uma escola não oficial de educação acoplada ao teológico. Os que faziam esses 2 anos tinham que procurar uma universidade (e a de Mogi das

Cruzes foi uma que aceitava) terminar a pedagogia aceitando esses 2 anos. Aí foi oficializada e começou. A gente não teve muitas dificuldades em questão de oficialização. Tanto é que foi possível colocar no regimento as disciplinas de teologia, de Bíblia, como fornecendo conteúdo para a média final, ou seja, eram disciplinas oficiais. Se fosse reprovado, seria reprovado mesmo! Então isso mostra como era naquele tempo. Hoje quem é que vai pensar uma coisa assim, né?

Então a FAED começou até em uma situação bastante boa. Começou com o curso noturno. Acho que foi o primeiro curso noturno do Brasil. Aquilo era uma inovação naquele tempo. Quando eu assumi no lugar do Dr. Walker, primeira coisa que eu pensei: “Isso vai passar pra de dia”. Em um ano eu consegui transferir.

Entrevistadora: Por que o senhor preferiu mudar a faculdade do noturno pro diurno?

Orlando Ritter: Eu era um defensor do que eu chamava de “O dia letivo integral”. Estudar de manhã, almoço, trabalho para o colégio 2 horas, 2 horas de esporte, estudo ou o que quiser quisesse. Estudo à noite. 9 e 45, silêncio, apagar a luz e dormir. Isso eu mantive como diretor interno. Então, agora herdando uma escola que funcionava de noite, não estava dentro de minha ideia. Foi fácil pois as próprias entidades governamentais... “É lógico que de dia é muito melhor”. E nós então passamos a faculdade para o dia. Então, só uma turma noturna se formou. Depois todas foram turmas diurnas até o dia em que ela foi para o interior. É uma diferença hoje. Já deve haver até turmas da madrugada. Toda hora se faz tudo. Mesmo no colégio. O colégio foi mudando. Eu estranhei muito. E as vezes não é bom a pessoa acompanhar a história pois ele vê com aquilo... a tendência não é melhorar. É piorar. Eu ia vendo tudo que durante o dia fazia: trabalho educativo, etc. as disciplinas, os cursos superiores, as disciplinas de teologia tinham nomes assim diferentes... Nomes inventados. E o conteúdo era um conteúdo não muito claro. A gente estudava, por exemplo, Cristo e os Evangelhos, Epístolas, Apocalipse e Daniel. Lecionavam isso na FAED. E aquelas meninas que vinham, meninas ricas que vinham, eram excelentes alunas. Então a escola, ela tinha um conteúdo muito bom. Uma coisa que me deu um pouco de trabalho foi que eu queria que a escola tivesse uma escola de aplicação. Uma muito parecida com as escolas da vida lá em Pinheiros. Um a escola de reconhecimento. E escolhi o nome de escola modelo. Porque a escola de Curitiba, a escola paroquial, eles chamavam e Escola Modelo. Era uma escola no centro da cidade, muito boa. E eu peguei esse nome porque era um desafio. Escola modelo, imagina, modelo pra quem? Mas como fazer? Recursos não havia. E nem mentalidade. Na direção geral do colégio nem a mentalidade era própria pra isso. Mas eu consegui com Dr. Milton Afonso o financiamento. Eu consegui todo o dinheiro, não só pra construir, mas pra manter a escola por mais de 10 anos. No começo eu ia

ao Rio buscar o dinheiro. Ele dizia: “venha aqui”. Então eu lá ia. Pegava o trem e ia. Me dava um cheque de 200,000 reais, eu metia no bolso, vinha embora, entregava na tesouraria.... Isso eu fiz por vários anos até que a escola foi inaugurada. E com grande sucesso. É só perguntar aos pais dos alunos daquele tempo que hoje são formados na escola superior. Vários, às vezes eu c=encontro. A escola mudava mesmo. Você conhece a escola modelo?

Entrevistadora: Conheço.

Orlando Ritter: Ali tinha razões pra educar à vontade. Por exemplo, a sala especial da escola com piano branco, lustres da Áustria, poltronas da Itália, tapete da China... E a gente, então, uma vez por mês, fazia lá um encontro formal onde eram servidos alimentos, mas as pessoas bem vestidas, e com oração, com comportamento, pra os alunos aprenderem a se comportar em contextos mais elevados. Isso tudo se perdeu. Foi se perdendo. Enquanto estava lá muita coisa se perdeu. A FAED foi embora e não é mais aplicação da atual escola de pedagogia. Então isso aí foi se perdendo. Esse foi um desafio construir essa escola. Ela foi construída e tá lá pra ver. Acho que meu nome eles não tiraram ainda de lá. Porque tava lá na frente. E lá as salas eu homenageava educadores adventistas, por exemplo, Fernando Stall, lá do Peru, da Bolívia, um grande professor. E pus o nome do meu pai que foi um grande amante da educação. Meu pai tinha educação na cabeça. Ele fundou o colégio do Paraná, fundou o IASPP fundou o hospital de São Paulo e fundou também a casa de repouso dos idosos, que agora já acabaram com ela também. Então isso aí... eu tinha posto o nome de meu pai, Stall... essas pessoas importantes na igreja adventista. Me disseram que tiraram esses nomes. Não fui lá pra pra ver se tá isso. Mas foi um desafio, né? Outro desafio foi quando a FAED foi pro interior havia saudades da FAED. Ela deixou saudades. Então a escola de Santo Amaro, a UNISA, ela disse para o diretor do colégio, nós vamos cuidar de uma série de pedagogia que vai funcionar no colégio. Então eu fiquei coordenador dessa série da pedagogia da UNISA, mas que funcionava no colégio. Então eu me tornei professor, fui coordenador, escolhi professores só do colégio. Eles queriam por alguns deles. Eu pus todos do colégio. Eles não gostaram muito, mas foi, né? E aí o problema era o diretório. O diretório tava acostumado a entrar nas salas de aula sem avisar, atrapalhar o professor, fazer baderna mesmo. E começaram a querer fazer isso lá no colégio. Aí eu brequei. Vocês pra virem aqui falem comigo antes de entrar na sala de aula. Não vai entrando assim não. Eles ficaram assim, mas começaram a respeitar. Pra fazer promoção, pra fazer não sei o que. E no fim eles desistiram de vir porque eu não deixava fazer o que eles queriam. Mas era um desafio. Já o diretório tinha dois alunos na &&& do colégio. Quando eu comecei nas aulas do colégio. Quando eu comecei nas aulas de psicologia o professor pediu que uma aula por semana eu falasse sobre a educação adventista pra aquela

gente de lá. Eu comecei a enaltecer a educação adventista. Esses dois disseram: Ele tá fazendo proselitismo aqui. Foram se queixar lá. Resolveram então que nessa classe da UNISA não devia ter oração nem no começo nem no fim. E se era pra haver oração, que fosse antes da seis e meia, e se fosse pra fazer no fim, depois das onze. E ficaram preocupados comigo. “E o professor que não faça mais proselitismo”. Eu não fazia. Eu apenas falava o que era educação Adventista. Esse foi o primeiro problema apresentado. Mas os alunos que eram mais ou menos uns 58, fizeram um abaixo assinado pedindo que eu continuasse lecionando. Eu achei por bem, não. Eu digo, na terceira série vou lecionar administração escolar daí a gente conversa à vontade. Eu desisti dessa aula. Aparentemente foi um fracasso. O professor Harley queria eu ajudasse. Eu fiquei muito abalado com isso, mas passou. E eu continuei trabalhando com essa turma, falando sobre postura, sobre a linguagem, sobre o curso, respeito à escola, que era uma escola confessional. Eles insistiram, “não, mas a UNISA não é confessional”. Mas aqui é um ambiente é de uma escola confessional e tem de haver uma adaptação ao ambiente da escola. Os alunos concordaram. Eu tive duas turmas lá, onde fui o coordenador. Essa turma escolheu fazer a formatura conosco no colégio e não lá na UNISA. Fazer um culto... imagina não adventistas...um culto e depois a formatura. Invés de participar do baile e tal, escolheram ter um jantar de formatura lá no colégio. Um jantar sem carne, sem nada disso. Eles ficaram amigos e eu me encontro às vezes... recentemente encontrei alguns. E eles dizem “os melhores anos de nossa vida foram aqueles lá no colégio”. Nós tínhamos (eu conto aí no livro) uma aluna chamada Milagres. Eu sempre falava, olha nós temos “milagres” aqui. Além de uma aluna, nós temos “milagres” aqui, que estão acontecendo. E essa encontrei há uns dois ou três anos atrás lá num supermercado. E ela veio dizer: “Puxa, professor! Que beleza aqueles anos nossos”. E eu consegui que as duas turmas... A seguinte a mesma coisa: fizeram tudo lá no colégio. E com isso terminou a fase UNISA e começou de novo só que agora uma escola de pedagogia. Eu não quis esse nome. Eu queria que continuasse a palavra educação no meio. Eles estavam já com a cabeça diferente então deixe que vá. É uma escola de pedagogia.

Entrevistadora: Então professor, porque o senhor optou por faculdade de “Educação” e não de “Pedagogia”?

Orlando Ritter: Acho que a própria diferença entre a pedagogia. A pedagogia “pedagogiza”. Como ensinar a lecionar etc., mas não em formar. Eu achava que a pala vara implica em formação. Ou seja, a gente cuidava de tudo nos alunos. Não somente da parte pedagógica, as disciplinas pedagógicas. Nos Estados Unidos eles usam a palavra educação (“education”). Eles não têm nada de pedagogia ou coisas assim. A palavra educação comporta muito mais atividades. Pedagogia é ver o que o governo resolve, como tem que fazer, como

será isso, como ensinar isso e pronto. Mas a formação já na sala de aula não é a mesma. E hoje então nem se fala! Não vamos nem comentar. Eu ainda fui coordenador (coordenador e não diretor. Eles mudaram nomes também pra não dar tanta autoridade a quem comanda a escola, usaram a palavra “coordenador”, que é a palavra usada por aí, muitas vezes. Não a palavra “diretor” onde eu tinha uma voz ativa, onde o que a gente resolvia era olhado com consideração”. Então essa foi a diferença entre um nome e outro.

Essa foi uma experiência em que eu fui diretor de alunos numa escola não adventista. Foi a única vez que eu trabalhei em escolas não adventistas: na UNISA.

Entrevistadora: Eu queria perguntar pro senhor também: nesse contexto a FAED tinha muitos alunos que não eram adventistas e também tinham muitos alunos adventistas. O senhor considera que a FAED exerceu uma influência positiva ou negativa em relação a essa evangelização, a divulgação dos princípios adventistas. O que o senhor entende com relação a isso, com relação a isso com esses alunos não adventistas?

Orlando Ritter: Eu acho que especialmente alguns que tinham uma certa importância na sociedade lá no Campo Limpo... Nós tínhamos uma meia dúzia de meninas filhas de gente rica, que tinham o seu carro e tudo, usavam bem o uniforme, e defenderam a escola adventista no contexto delas. A escola adventista do campo limpo progrediu muito e elas exerceu essa influência. E essa Rosalinda também exerceu uma grande influência. Tinha uma influência! Ela formada lá e me ajudando por vários anos gratuitamente porque eu não podia pagar uma não adventista como professora... Ela disse “eu trabalho de graça pra vocês”. Então me ajudou muito na escola modelo. Então a influência foi sendo espalhado por lá também, naquele contexto. Tanto é que quando apareceu essa turma da UNISA, encheu logo. Logo completou sessenta e pronto. Já pela influência que estava em Santo Amaro, no Capão Redondo, no Campo Limpo, Itapeverica. Nós tínhamos alunos que vinham de São Lourenço da Serra que é longe, na BR. Eles vinham de lá, pegavam o último ônibus pra ir pra casa. Essa gente veio para a escola. Eu acho que a FAED exerceu uma boa influência sobre os alunos dela e muitos deles hoje assume posições importantes. Progrediram na vida. Fizeram doutorado, mestrado, alguma pós-graduação. Então a escola exerceu uma grande influência e ele teve um bom nome lá no colégio.

Entrevistadora: Nesse contexto de ela ter exercido influência no entorno, das cidades circunvizinhas... E sobre a formação de professores, o senhor considera que essa influência da FAED para outras regiões, para outros estados foi importante?

Orlando Ritter: Foi! Duas alunas nossas eram de Amapá. Quando elas voltaram já assumiram cargo no governo, importantes. E de vez em quando, tiravam as férias, vinham visitar a FAED. E vinham visitar a gente. Não tiravam férias pra ????. Vieram lá e passaram uns

dias no colégio acompanhando a FAED anos depois. E assim, vários lugares. A influência foi exercida. Eu acho que a influência não foi só no mundo adventista. Ela foi uma influência nacional.

Entrevistadora: E se a gente for considerar nesse período, vamos pensar assim, década de 70, década de 80, a gente tinha poucas escolas superiores de educação, de pedagogia, então nesse sentido a FAED a foi um polo importante, difusor de ideias, de princípios, né?

Orlando Ritter: Muitos alunos vinham do Norte, da Amazônia. Ainda não era fácil eles virem de lá pra cá. Mas eles vinham. Eles pegavam o navio ou de avião mesmo. Eles sabiam, ouviam falar. Ou seja, a influência da escola se espalhou. Hoje existem outras escolas adventista de pedagogia por aí.

Entrevistadora: Mas a mãe de todas elas foi a FAED né?

Orlando Ritter: Ela é uma escola que deixou lembranças.

Entrevistadora: Professor, se o senhor puder lembra nome de algumas pessoas que atuaram com o senhor nesse período... Professores, coordenadores, pessoas que o senhor considera que, juntamente com o senhor, ajudaram a solidificar essa história, construir essa história da educação adventista...

Orlando Ritter: Um pra lembrar: Wallace, que foi diretor do IASP. Ele foi um excelente aluno nosso. Muito amigo meu, tornou-se amigo do meu filho. Ele foi muito bem lá no IASP. Assim como ele, outros estão em cargos até na Divisão. Aliás, ele está agora na Divisão. Muitos assumiram direções e a influência foi muito grande. E alguns ficaram lá. O Harler está lá no colégio hoje, ele fez teologia e fez FAED. Eu até ajudei um pouco ele porque eles não deixavam fazer uma ao mesmo tempo que a outra. Tinha que ser um e outra depois. Eu consegui sintonizar tudo de tal maneira que ele se formou em pouco mais de 4 anos e pegou os dois cargos. Ele ficou muito agradecido por isso. E continua lá. Fez o mestrado, doutoramento e tá lá com a influência. Outro dia encontrei ele e falei com ele e está firme lá. Então muita gente foi sofrendo a influência da escola e atuando num lugar ou noutro. A influência foi grande na igreja e também no contexto nacional. Por exemplo, a Lucila Arouca foi das primeiras professoras, quando a escola ainda era noturna. Ela morava na cidade, vinha de carro, lecionava e voltava depois das onze pra cidade. Naquele tempo São Paulo não era tão perigosa. Mas vinha de noite e voltava. E assim a gente ia tendo bons professores que ajudavam bastante. A Isabel foi uma boa diretora da escola modelo por muitos anos. Foi minha aluna e depois tornou-se diretora lá, na escola de aplicação.

Entrevistadora: O que ficou pro senhor. O que tá na sua memória, no seu coração, de todos esses anos dedicados, 60 anos dedicados à educação, à vida ali no IAE, na FAED... O que

ficou pro senhor? Que lembranças o senhor tem? Ou boas ou negativas? Valeu a pena o senhor o viver esses 93 e ter essa história?

Orlando Ritter: Eu tenho uma palavra de gratidão e saudades. E eu deixei também. Porque eu encontro os que foram daquele tempo. Foi de fato um privilégio ter labutado naquela escola todo esse tempo, até 94, e só não continuei porque ela foi para o interior. Assim mesmo continuei 4 anos no interior ajudando a escola. A FAED pra mim foi um privilégio ter sido diretor daquela escola. Eu guardo muitas boas lembranças e tenho razões para relacionamentos em todo o Brasil. Justamente por causa dessa escola. E até agora, na Argentina, encontrei uma aluna que, dentre as coisas que ela lembra ela disse: “Quando o professor entrava nós ficávamos em pé”. Era aluna que eu lecionei no 4º ano, lecionei um pouco de arqueologia, criacionismo, matérias de geologia criacionista. Eu fui professor de antropologia bíblica. Isso eu entendo porque estudei. Eu não biólogo nem antropólogo. Mas estudei muita antropologia por causa do curso de Ciência e Religião. Então eu ensinei e essa turma, quando eu entrava na sala eles ficavam de pé e eu mandava que eles sentassem. E era uma turma trabalhosa. (Eu conto isso aí). Essa turma debochava dos professores. Quando eu entrei no primeiro dia, tinha gente de costas pro professor. Mudaram as carteiras assim e estavam voltados pra lá. Outros namorando, outros dormindo, etc. saindo e entrando toda hora, rindo de fora pra chamar. Eu fui começando a trabalhar... “ó pessoal, vamos...” E foi indo, foi indo... Consegui converter aquela gente que eles se tornaram meus amigos e se levantavam quando eu entrava. Mesmo no fim ainda, eu consegui exercer essa influência. Então isso me ajudou bastante. Acho que é por isso que eu estou chegando aos 94.

Anexo 32- Transcrição de Entrevista - Eurides Brito**TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA - EURIDES BRITO**

Entrevistadora: Qual sua ligação com a FAED?

Eurides Brito: A ligação com FAED aconteceu quando estava no conselho federal de educação. Porque o Conselho Federal de Educação tinha a competência de autorizar instituições de ensino por todo o país e depois da autorização, anos depois, sendo acompanhado com avaliação, vinha, então a revalidação do curso e podia então caminhar. Então a FAED entrou com o processo para criar a faculdade de educação e eu disse, olha, (?) quando eles me procuraram em Brasília, e havia assessores diretos da FAED que foram a Brasília pra cuidar do processo, vamos fazer diferença de Eurides adventista e de Eurides conselheira. Não posso fazer concessões. Então eu posso orientar, mas não concessão. Nem que o processo caia na minha mão pra ser relatora, vou ter escrúpulo de cuidar, realmente disso, como votante, como se eu tivesse votando pra qualquer instituição. Vocês vão ter que cumprir passo a passo. Até porque a igreja existe para ser exemplo e as instituições também. Então foi assim que nasceu essa ligação com a FAED, principalmente por causa da minha presença como conselheira do Conselho Federal de Educação. Não é fácil! O processo cai em diligência muito tempo. A instituição pensa que tá se exigindo demais. O problema crucial, não só da FAED mas em quase toda as instituições do Brasil, o problema é o acervo da biblioteca que precisa ser melhorado, além, evidentemente, da qualificação dos professores. Sobre esses dois pilares, a gente trabalha muito: biblioteca e qualificação dos professores. Uma vez atendidos esses requisitos a gente então passa pra fase de autorização. O processo corria. Ele podia ser aprovado em plenário, podia qualquer relator pedir vistas, relevar aprovar, discordar. Então ele correu, apesar de minha presença no Conselho Federal, absolutamente sem qualquer concessão. Como de uma instituição, realmente, como qualquer outra. Caiu em diligência várias vezes para melhorar a biblioteca e pra ter um plano de qualificação de professores. Ter mais mestres e mais doutores no corpo docente. Porque naquele tempo isso não era tão comum. Se abria faculdade no Brasil como se abre uma loja. Então o Conselho passou a ser um pouco mais exigente. Então deu um resultado muito bom porque professores que não tinham uma formação específica pra aquilo, trataram de se matricular em cursos para ... O professor Vandir [Pires], por exemplo, ele foi pra escola de sociologia e política de São Paulo pra fazer mestrado. Havia casos que, conforme o professor apresentava, você podia olhar o notório saber. Tendo em conta que no passado, não havia formalmente, tantos cursos de pós-graduação na área. A educação foi uma delas. Últimas

que entrou no campo da pós-graduação estrito sensu. Antes era muito lato sensu, só especialização. No estrito sensu, mestrado e doutorado, levou algum tempo pra realmente, (?)

Entrevistadora: Então havia essa carência de profissionais formados?

Eurides Brito: Devidamente qualificados.

Então a minha ligação com a FAED era essa. Veio principalmente da minha presença no Conselho Federal de Educação por dois mandatos de 6 anos. Então como conselheira eu fiquei 12 anos. Quando eu terminei o meu segundo mandato, os colegas E o presidente principalmente que morava no Rio Grande do Sul e vinha somente uma vez por mês, me pediu para ser secretária Executiva do Conselho. Então eu fiquei como secretário executivo do Conselho por mais quatro anos. Então eu vivo a vida do Conselho por muito tempo. Então FAED, e não é o caso específico da FAED que (?) Muitas não tinham estrutura como a FAED que já tinha uma estrutura de 20 anos de boas escolas. Então aprende seguiu à risca. Teve diligências como praticamente em todas as instituições teve várias diligências. Lembro que no início quem iria cuidar da documentação era o Professor Homero Reis. Depois passou para o professor Vandir mais nenhuma concessão. Agora a chegada da feed para formação de professores em São Paulo e no Brasil, para mim é de grande importância. Porque nós como Adventistas nós temos uma filosofia da educação. A gente tem uma Filosofia de educação muito antes de... a gente quando ler escritos da história da igreja A gente vê fundamentos que todo mundo começa a dizer que isso já estava no livro tal e que aquilo já estava no livro tal. Então nós temos uma estrutura básica mesmo. Eu mesmo fui fruto de Escola Adventista. Escola primária, escola secundária. Fui de internato Adventista. Só o normal e a faculdade que na minha época não tinha em escolas Adventistas eu fiz realmente fora. Então o primário foi feito todo em Escola Adventista. Então a igreja sempre teve o cuidado de não apenas pregar a religião Stricto Sensu, mas trabalhar a educação como também sendo um braço, um escopo (?). Então foi sempre muito unido esse aspecto. Então a FAED veio para suprir isso para formar professores que não pensasse apenas no conteúdo da matéria. Mas pensasse mais na formação completa do indivíduo para servir a sociedade. A formação integral.

Figuras que eu posso aceitar que contribuíram para a fundação dessa instituição, para não fazer injustiça, eu vou citar os que me procuraram muito em Brasília por causa do Conselho Federal de Educação e evidentemente porque estavam ocupando determinada as funções, porque se fosse em outros obviamente seriam aqueles. Então começou com pastor Homero Reis E depois passou para o pastor Vandir (Pires). Ele acompanhou pronto com a mente todo processo. Então foi o Homero depois o Vandir. E aí, após a autorização do curso, todas as diligências e todos os processos que tinham no conselho, eles estavam lá porque eu aconselhei.

Eu disse: toda a instituição que quer andar direitinho vem assistir às reuniões mensais do Conselho. Participem das reuniões mensais. Eram meros observadores Das instituições. vocês não ficam esperando a publicação da nossa Revista, que era a “Documenta” que sempre saía de 3 ou 4 meses. Que vocês já saem... podem pegar o texto aprovado pelo plenário do Conselho. Às vezes vocês vão chegar mais atualizados do que o pessoal das seccionais do MEC Do resto do Brasil por que participam das reuniões. Então eles realmente passaram, o Homero e depois o professor Vadir, assistir aquelas reuniões. As instituições adventistas, quando todos vão conhecer, ficam surpresos a começar pelo campus. Sobre o ponto de vista de quem avalia a instituição educacional, eu estou me posicionando aqui com meus colegas do Conselho Federal de Educação, A instituição Adventista trazia uma grande vantagem... é o campus. Alguns conselheiros que tiveram a chance de conhecer, ficam todos admirados porque em geral elas (As instituições) são agrupamento de edifícios nas cidades... tirando as grandes universidades como a Universidade Católica, as universidades federais, mas as Universidades particulares, com honrosas exceções, elas são muito pobres em matéria de estrutura física. E as nossas não. tem os internatos, temos a nossa tradição dos internados então a gente sempre tem uma boa estrutura. Então isso facilitou muito. por que é muito difícil você entrar num Instituto Adventista de Ensino e achar que ele não poderia... É um cenário muito superior. É só examinar o cenário das duas bases: corpo docente e biblioteca. É o principal! E a qualificação do corpo docente. E isso deu tudo muito certo.

Entrevistadora: A senhora acha que foi importante, que foi relevante a faculdade, a FAED, no contexto da cidade São Paulo, do Estado São Paulo, na formação de professores... Que ela teve uma contribuição relevante na formação de professores?

Eurides Brito: Você pense o seguinte: vamos começar antes de Engenheiro Coelho, vamos começar com campus lá de São Paulo. Olhe aquela região. uma vasta região. Quem iria para lá para instalar ali no curso superior naquela região com professores à disposição dos alunos 24 horas? Como um ambiente como aquele? Ninguém! Seria uma faculdade noturna onde o aluno praticamente não tem contato com professor, entra e sai da sala de aula, mas não convive com o professor. isso é fundamental. Essa ideia da instituição não ser uma mera transmissora do conhecimento, mas ressaltar, valorizar o convívio, Dar espaço para o professor conversar com alunos, é muito bom! Nenhum investidor privado iria (?). Ele estaria num grande sempre com curso noturno para pegar o aluno que não conseguiu ir para uma universidade federal ou estadual. Outra grande diferença está no internato que o IAE oferecia. Quer dizer o relacionamento com o professor vai além daquele de sala de aula. uma boa escola de aplicação, uma Escola Modelo boa, funcionando. Assim a FAED acabou abrigo gente do Brasil inteiro,

peessoas que vinham de outros estados com suas experiências diversificadas de educação. É um convívio enriquecedor.

Anexo 33- Transcrição de Entrevista - Nevil Gorski

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA - NEVIL GORSKI

Entrevistadora: Primeiramente gostaria que o senhor falasse sobre a sua relação com a FAED - Faculdade Adventista de educação - Em que período O seu se relacionou com ela, esteve presente, e qual a sua atuação na FAED.

Nevil Gorski: Bem, como diretor-geral do IAE aí a gente sempre tinha que se relacionar com as diferentes áreas de educação. Havia, naqueles dias, uma preocupação geral da obra com a preparação de professores com formação adventista para as nossas instituições. E havia interesse em se fundar uma escola de educação. Porém na realidade nós não tínhamos, _____ naquele tempo, havíamos já introduzido efeito funcionar a faculdade de enfermagem. Realmente era a primeira instituição de nível Superior oficializado que tínhamos no Brasil. A abertura da FAE foi justamente uma amostra do trabalho que tinha de fazer para abrir uma outra faculdade. E começou a pensar, exatamente, em abrir uma faculdade de educação. Esse alvo se procurou fazer antecipando com a abertura de um curso de curta duração de formação na Faculdade de Teologia, mas com fins educacionais e principalmente com matéria dos primeiros dois anos de uma faculdade de educação. Havia uma lei que dizia que aqueles que se formavam em instituições confessionais especialmente, E com duração de 2 anos, poderiam ter certas de disciplinas consideradas como feitas por que se considerava como feitas Por que acontecia que tinha valor disso aí para algumas instituições. Realmente a Faculdade de Teologia concordou com o assunto. Foi votado e funcionou, não me lembro exatamente quanto tempo, mas houve pelo menos a formatura de um grupo. E vários dos que se formaram, depois aproveitaram os créditos em outras faculdades, especialmente na Unisa que era naquele tempo administrada por um adventista, isso ajudou, pelo menos, fez com que a gente não perdesse a esperança. Até que em 1971 se encaminhou o pedido para abertura da Faculdade de Educação. (Não sei exatamente as datas porque a gente não fica preocupado com o assunto). Mas foi uma benção abertura da Faculdade de Educação.

Entrevistadora: pelo que eu li e alguns documentos como a tese do Professor Renato Estencil e outras, em 71 e 72 funcionou esse curso de educação junto à Faculdade de Teologia. Aí no ano de 73, em agosto de 73, saiu autorização de funcionamento para a faed.

Nevil Gorski: para abrir a faculdade de educação nós tivemos de nos valer com professor estrangeiro como diretor, que foi o Dr. Walker.

Entrevistadora: Dr. Walker quem foi o primeiro diretor porque não tinha no meio Adventista um professor com formação para dirigir.

Nevil Gorski: Ele dirigiu por alguns anos. Deu a sua contribuição e a escola foi se consolidando. Depois com Professor Orlando, com mais tempo de permanência, houve uma estabilidade muito boa porque quando há muita mudança na direção perde-se um pouco os objetivos. E o Professor Orlando, muito firme nas convicções, nos princípios, fez com que a escola adquirisse uma postura muito sólida.

Entrevistadora: e ele ficou por mais de 20 anos na direção.

Nevil Gorski: por muito tempo...

Entrevistadora: Pastor, então por que criar uma faculdade de educação? Por que a instituição priorizou o curso de educação?

Nevil Gorski: especialmente visando a necessidade de professores conformação com a nossa Filosofia de vida e filosofia da educação para as nossas escolas. Porque com o fato de as nossas escolas, que eram simplesmente escolas primárias, escolas de igreja, escolas paroquiais como era o título usado, passou a ser escolas maiores que formavam alunos com maior nível de estudo do que antes que era a questão do nível médio. Então as escolas cresceram e precisavam de professores com formação mais adequada. E foi esse especialmente o motivo de ter uma faculdade de educação para preparar professores para atuar nas escolas adventistas e servir a sociedade e a comunidade em geral.

Entrevistadora: o Professor Orlando Ritter disse, não sei se em tom de piada, que um dos motivos é que o colégio tinha muitos homens eu precisava trazer um pouco de mulher. (Risos)

Nevil Gorski: E para a educação realmente isso era um fator positivo porque na obra havia aquele pensamento de ... [empregar] pastores para tudo. Eu me tornei diretor do colégio sem ser pastor. Pelo menos inicialmente. Mas quando eu já estava exercendo cargos de direção do ensino médio foi sem ser pastor, mas fui aprovado com o pastor apenas em 1960. Da mesma forma o Pastor Orlando pois fomos escolhidos para ser professores pela falta de professores preparados.

Entrevistadora: Administração Escolheu os três melhores alunos, o senhor, o Professor Orlando Ritter e o professor Pedro Apolinário e sugeriu que vocês fossem se formar na USP. É isso?

Nevil Gorski: Depois entrou também Professor Pedro Apolinário, Orli Pinto, Roberto Azevedo, ...

Entrevistadora: os três primeiros foram Nevil Gorski, Orlando Ritter e Dácio. E por que foi escolhido o nome Faculdade de Educação e não faculdade de pedagogia. Existe um princípio envolvido?

Nevil Gorski: eu não sei exatamente porque houve essa preocupação. Porque se falava em educação, educação... Faculdade de Educação. Realmente o Professor Orlando lamenta até hoje que se chame curso de pedagogia. (risos).

Entrevistadora: ele falou isso na entrevista. Ele entende que a educação é alguma coisa mais ampla, educação integral.

Nevil Gorski: nesse sentido ele tem razão. Mas do ponto de vista das condições de funcionamento das instituições de forma geral, o curso de pedagogia é mais específico.

Entrevistadora: ele é mais envolvido com a ciência da Educação... Um pouco com as técnicas também e eu acho que no sentido que o Professor Orlando Ritter quis dizer, a faculdade de educação molda o aluno na sua completude, na sua formação moral, intelectual, espiritual. Acho que é nesse sentido, né?

Nevil Gorski: Exatamente. Ele tem razão porque hoje não são muitas as instituições que se preocupa com aspectos morais, éticos etc. Mas é interessante... uma vez eu participando de um congresso não denominacional, eu mencionei alguns aspectos da nossa educação mostrando justamente isso e foi condenado. Se levantaram..., “Mas isso aí não tem nada que ver!” Acharam que é um absurdo incluir esses aspectos na formação de um profissional.

Entrevistadora: sobre o perfil dos alunos do IAE naquele período, mais especificamente a respeito do perfil dos alunos e das alunas do curso de educação, como era esse perfil?

Nevil Gorski: Esteve sempre aberto ao público em geral [a escola] no entanto, creio que na faculdade de educação, pelo menos a princípio, a maioria era de Adventistas. Por que? A nossa promoção era nos círculos adventistas. Tudo sai [uma divulgação] numa Revista Adventista e outras informações, ia através dos obreiros que têm as suas reuniões, sempre está envolvido público Adventista. Então o conhecimento maior da instituição, especialmente de alunos internos, era de quase todos adventistas. Agora alunos da Comunidade, muitos deles não eram adventistas. Mas não eram muitos. Hoje talvez esse número seja maior, mas naquele tempo era quase a totalidade de alunos adventistas.

Então tornava-se mais fácil também fazer com que os nossos princípios fossem exigidos porque eles já tinham essa formação. Então era mais fácil. Hoje eu imagino que seja mais difícil. Eu vejo por aqui [Campus de Engenheiro Coelho] como é difícil ter certos princípios nos alunos

em termos de vestuário, em termos de conduta mesmo, há uma liberalidade maior e às vezes é difícil fazer a diferença. Mas que era mais fácil antes, era.

Entrevistadora: Sobre a abrangência dos alunos da FAED.... A gente sabe que os internatos têm essa característica de receber pessoas do Brasil todo. Como se deu a influência que a FAED e o IAE de uma forma geral, mas principalmente a FAED, teve uma repercussão tanto no âmbito local, na cidade, na região, quanto em âmbito nacional.

Nevil Gorski: isto eu creio que aconteceu por que, ainda me lembro, havia pouco tempo, por exemplo, havia sido aberto um colégio novo em Pernambuco. Eu sei que alunos da FAED estiveram lá e exerceram uma influência. E assim em outros lugares também. E hoje nós temos alguns alunos da faed dirigindo os departamentos de educação em vários Campos nossos. Quando antes, esses cargos eram exercidos simplesmente por pastores. Hoje, já os departamentais de educação, são procurados para que seja com uma formação pedagógica também. E se for [a formação] da nossa instituição, melhor ainda. Às vezes não são [a formação da nossa instituição] mesmo assim é melhor do que aquela que não tenha formação nenhuma. E para direção das escolas a mesma coisa. Hoje nós temos ex-alunos da faed em muitas escolas e departamentos por aí. E isso tem exercido uma influência por quê as escolas se tornaram melhores. Hoje nós temos, especialmente aqui na parte Sul, escolas realmente muito boas. Outro dia alguém me contou que na cidade de Mauá, por exemplo, não havia Escola Adventista. Está funcionando, e começou este ano, uma escola com 600 alunos. Para o início! Eles aguardavam inicialmente uns cento e poucos alunos e agora eles têm uma escola que está praticamente lotada. Porque houve uma divulgação de que é uma escola que tem princípios e assim por diante. As famílias se preocupam muito com isso. E eu também digo que hoje a educação adventista é um associado do ministério evangelístico. Porque muitas pessoas, quer alunos, quer pais, se batizam em função da escola. Isso também ficou favorecido porque no meu tempo, na divisão, eu iniciei uma coisa que não era feita antes. Um sistema de avaliação dos departamentos de educação. Nesse princípio eu participava de todas as avaliações embora eu fosse da Divisão. Porque geralmente quem tem que ver com Departamento de Educação no campo, é a união e não a divisão, mas como era uma coisa inicial eu sempre negociava com os departamentais de União para fazer essa avaliação. Isso aí teve uma influência muito boa porque a gente focalizar certos aspectos. Primeiro lugar: formação profissional para dirigir uma escola. Depois, formação mais nítida ainda para ensino das disciplinas. E por fim a formação deles de preferência denominacional. Tudo isso foi influenciando e hoje as nossas escolas estão bem equipadas em termos de parte física, tanto estrutura física como equipamentos, do que antes. Por que antes de termos essas avaliações a gente perguntava sobre as escolas, quantos são

adventistas e não adventistas, e nunca dizemos que a escola maioria de alunos adventistas, porque hoje, em quase todas elas, a maioria é de não adventistas. Mas nós temos essa coisa boa, que muitos se batizam e se não se batizam foram evangelizados, e muitos deles evangelizaram os seus pais.

Entrevistadora: Quando esteve na divisão implantou um sistema de avaliação das escolas. Em que ano se deu isso?

Nevil Gorski: eu fui para a divisão em 1975. Não foi de imediato, mas foi entre 1975 e 1980. E depois eu fiz essa avaliação em muitos lugares. Outro Dia perguntei para um diretor de educação se ainda faziam essas avaliações. Disse que fazem, em São Paulo especialmente. E São Paulo tem se desenvolvido bem, felizmente.

Entrevistadora: Eu queria perguntar também, no período em que o senhor esteve na divisão, se o senhor se lembra quais as medidas voltadas para a educação, além dessa do sistema de avaliação, quais as decisões importantes que foram tomadas na sua gestão? E como foi esse plano de expansão da Educação Adventista no Brasil? Pois sabemos que esse projeto da Universidade Adventista passou pela sua cabeça.

Nevil Gorski: Quando eu estava como diretor do colégio [IAE] no ano de 1973, a divisão me fez um pedido, e fez também a outros colégios, um estudo referente a 20 anos para o futuro. O que vocês fariam nesses 20 anos? Aquilo mexeu muito com a minha cabeça. E sem o conhecimento das dificuldades, eu me lembro bem que eu fui pontuando: em 73 nós já havíamos aberto a faculdade de enfermagem que já estava funcionando bem, felizmente; a faculdade de educação tinha recém sido aprovada, mas em minha mente, naquele tempo, eu queria que em 1980 nós já pudéssemos nos tornar uma universidade. Mas eu também não conhecia nem quais eram as necessidades para se abrir uma universidade, mas pus lá.

Entrevistadora: Foi o embrião do projeto da Universidade Adventista...

Nevil Gorski: Exato. Depois foram abertos os cursos. Quando eu fui para a divisão já tínhamos mais preparado três projetos para a abertura de novas instituições, que eram o curso de nutrição, educação física e administração. Mas a união disse para o novo diretor que esquecer se essas coisas pois não era necessário. (risos). Só quando o professor Roberto [Azevedo] entrou mais tarde é que foi aberta a Faculdade de Letras e também um curso de licenciatura curta em ciências. Depois quando eu voltei, em 90, essas coisas foram ainda aperfeiçoadas pois já havia uma abertura maior na mente dos administradores para abertura de outros cursos. Eu sei que, quanto à Universidade. Nessa altura nós já havíamos nos convencido que no Brasil não era fácil. Certas exigências que não tínhamos condições, e nem temos até hoje. Hoje já mudaram as condições, mas existem outros empecilhos que não havia antes também. E lá fora me

perguntaram especialmente, “*mas por que no Brasil nós não temos uma universidade?*” eu trabalhei e ajudei, por exemplo, na Universidade do Peru, em 1983. A universidade lá foi aberta. Eu me lembro que eles lá passaram por um problema muito sério. Antes de 1983, ouvir pessoas da divisão que passaram por lá e viram que eles tinham esse projeto. Eles se admiraram. Pediram para ver o projeto. Viram. E esse projeto, dizia lá, que a universidade devia ter como meios para se manter invenções das nossas associações, uniões e da divisão. E eles eram da divisão e disseram que a divisão não dá dinheiro (incompreensível). Chegaram a pedir que eles interrompessem no senado onde estava sendo estudado, pois o assunto lá é diferente, porque eles não tinham autorização para fazer isso. Eles desconheciam o voto da própria decisão autorizando o campo a tomar medidas para fazer isso aí. Eu havia participado parcialmente desses planos, mas nessa ocasião em que eles estiveram lá resolveram fazer uma reunião pediram para que eu estivesse presente, mas eu estava numa reunião na Bolívia num curso de professores com gente da Associação Geral. Eu não fui. Mandei dizer que eu não ia deixar os representantes do ensino Adventista lá e ir para essa reunião. Mas o diretor do nosso colégio, que estava nessa reunião, e o presidente da União foram. Voltaram de lá com a cabeça baixa por que os que estavam lá disseram que interromper sem a tramitação no senado até receber outras autorizações da divisão. Voltaram para a Bolívia tristes com a notícia dessa suspensão. Eu não disse nada, mas voltei para a divisão. Naquele tempo o pastor Wolff era o presidente e não havia estado lá em Lima, me falou sobre o caso, eu dei as explicações para ele e o fiz lembrar que numa sessão anterior a ele, já havia sido tomado um voto sobre isso. Então ele me fez um pedido: “você vá ao Peru e faça um estudo sério com eles sobre como fazer a manutenção. E, como eu tinha uma viagem marcada para ir a divisão interamericana para participar de algumas avaliações lá, na volta passei lá no Peru. Passei uma semana com eles lá fazendo um documento. Aquilo que eles diziam lá que iriam receber subvenções daqui [da Divisão] era simplesmente o seguinte: lá eles recebem muitos obreiros “inter divisão”, como são conhecidos, “overseas”, e eles consideram essa ajuda como sendo uma ajuda financeira. Mas não fizeram isso lá no [documento]. Mas não precisava também. O fato é que, diante do que eu expus, a divisão suspendeu a história que as pessoas tinham pedido que eles suspendessem [o processo] lá. O fato aqui pouco depois foi autorizada a universidade.

Interessante é que, vários anos depois, um diretor, que era diretor da União naquele tempo, se tornou presidente da universidade. Naquele tempo se lembraram de mim. Um dia eu recebo uma comunicação telefônica. Eles estavam me dando uma passagem para eu ir ao Peru. Eles estavam me dando o título de Doutor outorgado pela Universidade. (risos).

Eles mencionam realmente o fato de eu ter contribuído para o Desenvolvimento da Educação na América do Sul e particularmente no Peru. E recebi esse título junto com o vice-presidente da nação, para quem eles deram também.

Entrevistadora: Tomara que a gente consiga a efetivação da nossa universidade Adventista muito em breve para que o senhor possa ser reconhecido aqui.

Nevil Gorski: Mas foi, digamos, muito gratificante e sou agradecido a Deus pelo que se conseguiu no âmbito da divisão sul-americana. Abertura dessa Universidade foi uma delas. Naquele tempo a nossa escola na Argentina já havia conseguido também graças ao fato de um representante do governo ter passado algum tempo em nosso hospital lá. Sentiu-se tão gratificante e tão bem atendido, que o curso de medicina foi introduzido graças a esse homem. Na Bolívia, em Cochabamba, nós tínhamos lá em colégio de Ensino Médio, mas abriram uma faculdade de educação. No documento fornecido para a faculdade de educação atribuir a eles o direito de se tornar universidade (risos). Posteriormente é que descobriram isso. E hoje é uma universidade também.

Então as coisas são diferentes de um país para o outro. [No Brasil] são tão rigorosos que as vezes atrapalha.

Entrevistadora: Ver sobre a transferência do campus para cá [Engenheiro Coelho]? o campus São Paulo foi ficando pequeno, houve a questão da desapropriação... como foi esse processo e quem vislumbrou trazer a faculdade para cá?

Nevil Gorski: quando houve a desapropriação a primeira coisa que, naturalmente, foi feita foi usar o dinheiro - que felizmente se conseguiu esse dinheiro de uma vez só. Foi uma coisa rara. Não sei o quanto valeu, mas nós éramos muito amigos do Deputado Ulisses Guimarães. O nosso secretário era Guimarães. Numa dessas nossas campanhas de recolta¹³⁶, esse nosso secretário Guimarães, entrevistou o Deputado Ulisses Guimarães em São Paulo - eu não sei se era Deputado por São Paulo ou não sei qual- o fato é que estabeleceu-se uma amizade. E em 83 Quando o colégio foi desapropriado, naturalmente a propriedade toda estava envolvida. E aquilo foi uma decepção muito grande. Então, aqui em São Paulo, eles estavam trabalhando tentando fazer com que isso se alterasse. E, lá em Brasília, eu tive a ideia - já estávamos morando lá- de falar com Ulisses Guimarães que era o presidente da Câmara. Fui lá, consegui uma entrevista com ele, ele me conhecia já do colégio, me atendeu muito bem, e eu expus para

¹³⁶ *Recolta* é uma campanha anual da IASD para arrecadação de donativos. O valor arrecadado tem destinação específica, em percentuais, para as diversas áreas de atuação da igreja como educação, saúde, evangelismo, etc. Há também especificação de percentuais para os níveis organizacionais: igreja local, Associação, União, Divisão e Conferência Geral.

ele: Nós estamos num problema. A nossa instituição está sendo desapropriada. “Mas como?!” Naquele tempo o governador era Covas, - Por que os dois ainda estavam no mesmo partido - ... Eu sei que conversando com Ulisses Guimarães eu disse para ele que nós não somos contra a desapropriação, mas temos uma preocupação: como é que nós vamos ficar com o atendimento a esses três mil alunos que nós temos lá sendo desapropriados? a primeira coisa, nós esperaríamos que limitasse a desapropriação aos arredores, que deixasse pelo menos a parte central. Segundo lugar, desejamos que o pagamento seja feito integral se não, como é que nós vamos conseguir outra propriedade? necessitamos comprar uma outra Fazenda no interior. E outra, queremos que o pagamento seja feito à vista. (risos). Só isso (risos). Ele disse: “olha, fique tranquilo que eu vou conversar com Covas”. Me despedi, agradei e duas ou três semanas depois eles [diretores do IAE] recebem a comunicação para comparecer para assinar a nova distribuição que havia sido feita deixando a parte central conosco e também para pagar com dois cheques. Foi uma beleza! Isso então facilitou o desenvolvimento.

Eles procuraram e visitaram algumas dezenas de fazendas no Estado de São Paulo. E depois de visitar essas fazendas todas, eles selecionaram 5 como as principais e então pediram à Divisão que formassem uma comissão Por que as regras denominacionais dizem que eles não podem negociar alguma coisa de valor muito grande sem autorização da divisão. Então a divisão formou essa comissão. Nós veremos em um domingo, o presidente, o secretário e eu. Eles nos pegaram no aeroporto e fomos visitar essas fazendas. Visitamos as cinco. Das 5 horas nós selecionamos duas como as possíveis. Uma perto da casa publicadora [Tatuí], que era para nós uma vantagem, e outra no interior perto de São Manuel. E o presidente da União ficou encarregado de fazer as visitas no dia seguinte e decidir entre uma das duas. Foi à de São Manuel, gostou, mas quando examinou as escrituras viu que havia um problema que envolve a herdeiros e uma série de complicações que para nós não seria viável. Visitou essa outra que ficava aqui perto da Casa Publicadora Brasileira que era boa e se decidiu por aquela. Mas o camarada não quis vender pelo preço que tinha anunciado. Queria mais. Então ele disse: “Eu vou levar essa preocupação para os meus superiores porque eu tenho autorização de ir até esse valor aí. E o senhor estuda para ver se pode abaixar ou não. Nesse valor aí nós não podemos”.

Nesse dia veio um corretor procurar o presidente da União e disse “eu queria que o senhor visitasse uma propriedade”. Esse corretor tinha conversado com meu irmão, inclusive mora nesse condomínio hoje. O fato é que o pastor Borba não queria vir aqui porque já tinha um compromisso lá [em Brasília] mas o corretor insistiu, e ele veio. O fato é que ele gostou. A noite vou para Brasília. A essa altura o pastor Wolf [presidente da divisão] já estava em Porto Alegre. Me expôs todo problema e eu conversei com o secretário [da divisão], o secretário

conversou com o pastor Wolff por quê o pastor disse que talvez vocês precisem vir aqui ... vai depender da conversa que eu vou ter com ele amanhã. Eu não vou oferecer nem um tostão a mais. Se ele não abrir mão eu desfaço o negócio e vocês vem aqui para ver outra propriedade. E o pastor Wolff disse que mesmo que eu não esteja aí, vocês vão lá e o que vocês decidirem, está decidido. De fato, ele foi visitar a propriedade naquele dia mesmo, gostou e a noite telefonou para Brasília. Já tinha me alertado disso.” Vocês precisam vir então amanhã para ver a propriedade”. Viemos no domingo e viemos na quarta outra vez (risos). Ninguém discordou. Todos gostaram. Do jeito que nós vimos ficou mais ou menos definido que o campus devia ser onde ele está. (risos). Estava tudo mais ou menos aberto implantado com Laranjeiras que estava dessa altura assim [70cm aproximadamente]. Aquilo foi arrancado e vendido como mudas. Quer dizer que foi aprovado naquele dia e como havia membros suficientes na nossa comissão de avaliação que eram membros da divisão, ali mesmo tomou-se voto. Na noite daquele dia o pastor Borba fechou negócio. A mão de Deus reservou uma propriedade sem ter sido Vista para nos dar.

Entrevistadora: O que o senhor pode dizer sobre a influência dessa instituição da formação dos nossos professores e diretores? a instituição de uma forma geral e não a FAED.

Nevil Gorski: Não há dúvida que, para a direção da obra, isso aí tem sido muito útil. Existe um problema que é o excesso de alunos para a necessidade que temos. Mas é preferível sobrar do que faltar porque esses que sobram, de qualquer maneira, a sua maioria, vai fazer alguma coisa. Eu tive um caso exatamente de um casal que morou comigo aqui. Ele se formou em Teologia o ano passado. Me ajudaram nos dois anos últimos da enfermidade da minha [falecida] esposa. Foram muito úteis e ele tendo se formado esperava que o campo dele chamasse. E ela distribuiu currículo nas escolas pois tinha curso de pedagogia. Chamaram a ela para ser professora e não chamaram a ele. (risos). Quer dizer, ela abriu portas para ele. E assim acontece em outros lugares. Começa de uma forma mais branda e as portas vão se abrindo. Mas a influência em outros Campos também é a mesma porque hoje o fato de formarmos, por exemplo, administradores, tem uma porção de cargos sendo preenchidos por alunos que se formam [nesses cursos]. Têm informação, são úteis e a gente nossa [adventistas]. Tem um particular interessante. Quando eu cheguei lá [no IAE] em 1990, havia um voto dizendo que em tal data vai esse curso, em o outro, etc. I91 deveria ir teologia, foi. Vieram o primeiro e o segundo ano para cá, depois do terceiro e no ano seguinte o quarto. Para não transferir os alunos todos para cá [de uma só vez]. Alunos casados com família etc. Ficaria muito difícil. Daí o colégio sentiu o impacto porque havia muitos professores das associações estudando [no campus São Paulo]. E as associações pediram para o IAE dividirem as vagas daqui para lá. Nós

temos 120 vagas lá e aqui entraram 70. Lá nós sempre tínhamos 115 a 120. Mas o Mac não permitiu essa divisão de vagas entre os dois campi. “você quer ter [vagas] lá, então você faça pedido para a abertura de um novo curso lá”. E isso foi feito e foi aberto lá um novo curso de pedagogia. Então foi uma coisa que já aliviou. Quando foi para vir para cá o curso de enfermagem, depois de letras - de letras teve de ser postergado um ano porque não havia salas aqui - e enfermagem precisava de salas especiais, de Laboratórios, de Estágios... Tomar uma decisão de que os cursos de ciências e saúde ficassem para lá e os demais para cá. Até certo ponto foi mais ou menos essa a separação. Mas depois pedagogia consentiu em ficar lá. Depois um curso de administração e como administração tinha especializações diferentes, também tem lá. Aqui eles só puseram algo na área de Tecnologia. Então está acabando praticamente, mas o fato é o seguinte, que o mesmo número de alunos aqui é o mesmo número de alunos de lá. Multiplicou. Se fosse para pôr tudo aqui não caberia.

Entrevistadora: E lá também não teria mais condições...

Nevil Gorski: Lá, por exemplo, não aceitam nenhum aluno de nível médio para o internato. Só no superior. Essa é uma outra deficiência da obra porque, no meu tempo também, na divisão, foi tomado um voto: cada Campo, quer missão, quer associação, deve planejar-se para ter um colégio de nível médio com internato. Se valeram aqui [em São Paulo] do IASP [hoje chamado de UNASP Campos Hortolândia]. O IASP hoje já está no ensino superior também. Então não tem nenhum.

Entrevistadora: No Estado de São Paulo não tem mais...

Nevil Gorski: Já falei com o diretor da união e já falei com o diretor da divisão: porque não abre uma outra instituição aqui? E há poucos dias falei com departamental. Ele disse “a gente tá fazendo força, mas não sai”. Problema de dinheiro. Mas se tomar em uma porcentagem dessas boas escolas que tem e dedicarem para isso, e fazer algo como um convênio envolvendo todas as associações, pode ter pelo menos mais um internato de ensino médio dentro do Estado. Onde deveria haver 8 [Por que são oito associações em São Paulo]. Eu tenho também dito sempre: ao comprar uma propriedade, e não precisa ser grande como antigamente se pensava, sempre em agricultura, não temos mais condições de competir com o mercado, agora horta, vá lá. E alguma coisa mais também. Pode ter 20 a 30 hectares já dá para fazer um colégio com internato. Se escolher um terreno próximo de uma cidade que tenha uma escola de nível médio, os professores podem até servir as duas ao mesmo tempo. É o que estão fazendo, por exemplo, lá em Santa Catarina. Não é muito longe e um ou outro professor de uma matéria que não tem carga completa, com as duas escolas pode seguir. Quer dizer, facilidades há. É preciso decisão e pulso firme para implantar e fazer com que o dinheiro chegue lá também.

Anexo 34- Transcrição de entrevista – Nair Elias Santos Ebling**TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA - NAIR ELIAS SANTOS EBLING**

Entrevistadora: Quais as atividades que a senhora desenvolveu no ensino superior da FAED? A senhora atuou apenas na FAED ou em outros cursos também e em que período?

Nair Ebling: Eu comecei na FAED para dar metodologia do ensino de ciência. Depois eu também participei da metodologia do ensino de ciência no curso de ciências e no curso de ciências eu participei também da organização estrutural do curso; na FAED eu não participei disso. Eu dava aula no Ensino Médio de biologia e, no ensino fundamental, de ciências. E como eu tinha formação de ciências, biologia, geologia e também tinha formação pedagógica, que eu fiz também pedagogia, então eu tinha um leque de ação. O que eu gostava mesmo e que não queria abrir mão de maneira nenhuma, era de biologia no ensino médio, porque os meus alunos no ensino médio respondiam tremendamente bem. Prova é que o pessoal desse período que fazia o ensino médio lá correspondendo ao científico, a maioria terminava lá e entrava nas melhores universidades do Brasil. Então era um desafio tremendo e eu tinha muito espaço para isso e eu me dava super bem. Mas daí começou-se a estruturar o curso lá com uma formação para ensino de séries iniciais e aí queriam alguém para metodologia de ciências, então eu comecei a dar metodologia para o ensino de ciências, junto praticamente com a metodologia geral, que era a dona Eunice ??? que respondia e, junto com o José Carlos [Ebling], que dava um pedaço dessa disciplina que era uma disciplina com várias horas e subdividida em metodologia do ensino de ciências, metodologia do ensino religioso, então foi assim que eu comecei.

Entrevistadora: Então a senhora ficou responsável pelo ensino de metodologia de ciências e metodologia geral?

Nair Ebling: Não, inicialmente só algumas aulas de metodologia do ensino de ciências. Estava bem querendo isso. Aí o professor Orlando Ritter, que dirigia a escola, achou que deveria reformular a grade curricular e foi um período que biologia estava em alta com toda essa questão de engenharia genética e coisas desse tipo. Então ele achou que os alunos teriam que ter um conhecimento maior de biologia, mais voltado inclusive para uma biologia educacional e também para uma filosofia que regia todos esses aspectos que estavam em aberto sobre biologia. Assim, eu organizei com ele essa grade curricular dando esse enfoque e ele disse: “você é a única pessoa que tem formação nessa área, então você dará aula também de biologia”. Então eu dei aula de biologia geral que continuava com biologia educacional e que continuava

com metodologia do ensino de ciências. Passei a dar aula no primeiro, segundo e terceiro ano. Ele precisava de alguém que ajudasse a dar uma visão realmente estrutural prática: estágios. Com isso, eu, sem querer, entrei para a prática de ensino com supervisão de estágios e esse tipo de coisa. Foi o período em que, do primeiro ao quarto ano, os alunos me tinham como professora. Foi muito difícil para mim ir, cada vez mais, deixando o ensino médio e forçada a ir para isso. Quando eu comecei no primeiro ano a dar algumas noções de biologia para discutir outros aspectos, os meus alunos do ensino médio estavam lá na frente. Eu dava uma biologia no ensino médio mais avançada e, para dar pro primeiro ano de pedagogia da faculdade de educação, eu tinha que começar do mínimo, do básico, que eles aprendiam comigo no ensino fundamental. Então era bem ruim. Com isso, fui estudar como fazer isso acontecer. Eu já tinha a metodologia do ensino de ciências, mas fui fazer um curso na USP com a doutora Mirian ??? . Foi ótimo pois ela deu comigo um enfoque de que o aluno não pula etapas; você tem que começar de onde ele está. Assim você consegue chegar aonde você quer. Porque eu queria que os alunos comessem do momento que eu achava que tinha, mas eles não estavam neste momento. Desse modo, eu comecei bem do básico para eles poderem entender; com isso, eu alcancei muito mais sucesso.

Entrevistadora: Professora, a senhora acha que a condição desses alunos do curso de pedagogia da faculdade de educação, por que eles estavam neste nível mais preliminar que os alunos do ensino médio? Por terem vindo de escolas que não tinham ensino de ciências ou biologia ou alunos que vieram do curso de magistério? Essa deficiência se dava a que?

Nair Ebling: Eu acredito que realmente a deficiência estava na educação básica, não tem como não considerar isso e como os nossos alunos vinham de todas as áreas, vinham em condições bem precárias. Mas que quero dizer o seguinte: quando nós começamos de onde eles estão, nós conseguíamos chegar com eles num ponto muito bom. Porque o grande problema, inclusive hoje, em um bom número de cursos é que os alunos chegam e não saem nada, eu não vou ficar me matando para isso... quer dizer, não usa um esquema de partir com eles de onde eles estão e dando condições para que eles consigam chegar e valorizando que eles são capazes de chegar, porque senão é aquela auto profecia que se cumpre. Por isso eu digo mesmo: você sabendo estimular e partindo de onde eles estão, você chega com eles. Inclusive, eu vivi uma experiência de uma turma bem grande de quarto ano. Tinha uma garota vindo do interior do nordeste e isto era alvo de piadas na classe. E tinha um aluno que eu achava que era o meu gênio. Eu estava participando de uma pesquisa de doutorado com uma amiga, então um dia eu resolvi fazer uma questão com eles: olha, hoje eu vou fazer uma prova com vocês que não tem importância a nota, eu quero saber realmente como vocês pensam, como vocês respondem e

vocês todos vão por o nome e vão dobrar duas vezes a folha nesse nome porque eu não quero ver o nome de ninguém. Eu só vou ver o nome depois, quando eu vier entregar para vocês. Então ninguém ficou preocupado de olhar para a prova do outro, nada disso. Assim, fizeram, o tempo que quiseram. Quando eu recebi as provas, comecei a ler. E eu não achava “provas” do meu gênio e, de repente, leio uma prova que me assustei com o nível da prova. Um nível de raciocínio, de colocação, de análise, de discussão. Eu pensei: “gente, quem é esse gênio? Pela letra não é o meu gênio”. Não tive por onde, olhei quem era. Não tem jeito, o professor estereotipa os alunos. Quando eu abri, era dessa menina. Eu falei: “não, eu corrigi isso errado.”. Li de novo, tornei a ler e pensei: “caramba, você pediu para eles escreverem por eles mesmos, ela escreve por ela mesma e você está duvidando?”. Depois pensei que tinha que abrir de outros porque precisava achar o meu gênio. Ele estava bem abaixo que a resposta da menina. Li de novo a dele e pensei “não, porque ele é muito inteligente”, li de novo e de novo, mas falei “quer saber? Essa é a dele e essa é a dela mesmo”. Fui entregar, mas antes, disse a eles que leria a melhor prova que teve para vocês verem o nível. Fui lendo e a classe surpresa. Olhei para a ela e estava levemente assustada por ter sido a dela. Chamei-a e disse: “por que é que só hoje, no finalzinho do ano, você me dá um ‘show’ desse?”. Ela estava com as lágrimas descendo e disse: “é que me criticam tanto pelo meu sotaque, pelo meu jeito de ser, que me sinto tão incapaz que acho que o que vou fazer não está bom, então olho na prova de um, olho na prova de outro e, como a senhora disse que era pra gente ser a gente mesmo e que a senhora queria ver a gente, resolvi ser eu mesma.”. Então disse a ela: “daqui para o fim do ano, seja você mesma porque você tem um nível de capacidade acima da classe.”. e realmente, daí para frente ela deslanchou. Depois, uma vez, fui dar um curso no norte e ela era secretária de educação.

Entrevistadora: Em que época isso se deu?

Nair Ebling: Foi na década de 80 mais ou menos, bem no início.

Entrevistadora: A senhora chegou para dar aula no ensino médio quando?

Nair Ebling: Em 1974. Tiveram duas etapas do curso de educação lá. Uma começou, depois parou. Eu dei algumas aulas, mas não dei uma disciplina, nem nada. Os professores que estavam dando coisas lá viam me pedir para falar sobre certos assuntos. Os que fizeram esse tipo de curso que o diploma saiu acho que pela UNISA, se consideraram que foram meus alunos porque eu acabei dando muitas aulas, mas eu não fiquei responsável por uma matéria. Depois de tudo isso que eu começo a ficar quase que exclusivamente na FAED, não dei mais aula no ensino médio. Mas de vez em quando eu ia lá substituir alguém quando ocorriam problemas de indisciplina. Depois fiquei com a FAED e com ciências.

Anexo 35 – Transcrição de Entrevista com Roberto Azevedo

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – ROBERTO AZEVEDO

Giza: A ideia principal de a gente entrevistar o senhor, é que o senhor escreve um plano decenal de educação e nesse o senhor se refere a uma crise na educação nos anos 70. O senhor poderia nos dizer um pouco sobre essa crise? E também o encaminhamento, as decisões que foram tomadas para a expansão do ensino essas questões.

Giza: Primeiramente gostaria que o senhor falasse sobre a sua chegada no IAE, a sua atuação inicial como professor, depois como diretor e também como departamental, só para a gente entender um pouquinho a sua trajetória profissional.

Roberto Azevedo: Eu fiz no fim da década de 50 (57, 58, e 59), eu estudei no IASP o que seria o chamado ginásio, que hoje corresponderia as últimas três séries do fundamental, e depois fiz o científico colegial no IAE, em São Paulo. Quando eu terminei o curso eu já tinha o foco em biologia, gostava disso e fui fazer. Entrei no curso direto na Universidade de São Paulo em biologia. Um ano depois em 1964 eu já comecei a dar aula primeiro para as classes de ciências depois para as classes do nível médio. Terminei a faculdade. Mas eu comecei a trabalhar muito cedo, no segundo ano da faculdade. Fiquei 10 anos como professores. Então em 1973 eu acabei indo para Associação¹³⁷, onde fiquei dois meses, e depois pra União. O que aconteceu é que nós estávamos em uma crise séria porque estávamos mudando uma escola de 4 séries, geralmente com uma ou duas salas de aula, para uma escola de 8 séries com um professor específico para cada matéria a partir da quinta série (as vezes a partir da terceira ou quarta já tinha uma divisão), e não se permitia a escola multisseriada. Eu estudei na escola multisseriada. De manhã era primeira e segunda série juntas em uma sala e de tarde, terceira e quarta. E isso era um padrão não só na escola adventista, mas no Brasil inteiro todas as escolas públicas faziam assim (nos lugares menores). Essa mudança, ela atingia seriamente o sistema e

¹³⁷ *Associação* é a unidade administrativa da organização adventista responsável pelas igrejas e escolas de uma determinada área ou unidade federativa. Em estados como o de São Paulo há diversas Associações: a Associação Paulista Oeste, por exemplo, abrange grande parte do oeste do estado, enquanto na capital existem a Associação Paulistana, responsável pelo centro da cidade de São Paulo; a Paulista Leste, zona leste de São Paulo etc. A Associação Nordeste, até poucos anos, abrangia vários estados da região Nordeste.

União é a unidade administrativa da organização adventista que está hierarquicamente logo acima da Associação e que é responsável pelas diversas Associações de uma área e ainda, além das igrejas e escolas, por outras instituições como os internados. Exemplo: União Sul-Brasileira – compreende os estados da região Sul do Brasil.

Divisão é a unidade administrativa que abrange diversas Associações. O Brasil pertence a Divisão Sul Americana que abrange também Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia e Equador.

Conferência Geral é o órgão diretivo máximo, localizado nos Estados Unidos da América, composto por todas as *Divisões*.

era necessária então uma resposta. A igreja então fez uma série de comissões e tal. Nessa época, em 1972, eu fazia um trabalho voluntário na *Associação Paulista* que abrangia todo estado, que abrange a parte educacional e também a parte dos jovens. Então o departamental de educação, que era o professor Linhares, ele gostaria de ter um apoio para os universitários. Havia poucos universitários estudando. Então, o pastor Ézer (como era do J.A.[Departamento de Jovens Adventistas]) nós fazíamos reuniões de fim de semana junto com esses universitários com temas relevantes para eles. Então eu participava desse jeito, eu era voluntário, professor do IAE, mas ao fim de semana estava lá. E numa dessas vezes se levantou a questão da forma do ensino. Eu já tinha, eu já sabia por que claro como tinha lá fundamental e eu era vice do professor Edmir Oliveira e eu acompanhava. É claro que eu já tinha uma estrutura adequada, mas nós fomos ver os detalhes das leis para aperfeiçoar o que a gente ia mudar no colégio, para estar por dentro dessa mudança. Então em 72 devido ao problema, ocorreu uma reunião no UNASP São Paulo de todos os departamentais da Educação do Brasil, que eram três uniões: Norte, Leste, que abrange a região Nordeste, e Sul que abrange desde Tocantins até Rio Grande do Sul. Também vieram os administradores o professor Renato Oliveira da Divisão... O tema tinha a ver com a reforma [educacional], então nessa [reunião] o pessoal da Associação tinha solicitado que eles apresentassem um plano. E eu participei de uma reunião dessa e por uma série de circunstâncias comecei a fazer muita pergunta por que eu já sabia que iam abrir uma escola... Mas que tamanho é esse terreno? Quantas salas teriam? Quantos metros? Então eu fiz o projeto São Paulo e apresentei nessa reunião. Então eu falei: missão cumprida. Tchau! Mas a reunião continuou e eles constituíram outra comissão para fazer um projeto para o Brasil. A comissão era de cinco pessoas. Eu era o secretário E então acabei preparando esse projeto para o Brasil inteiro com um detalhe: eu não sair do lugar. Era tudo por correspondência, por telefone que era uma coisa difícil. E foi feito esse trabalho inicial. Esse trabalho ficou pronto em junho/julho de 1973. Eu cheguei à União no dia primeiro de abril de 1973. Então eu cheguei lá... eu era novo, não tinha experiência, pois eu fiquei 2 meses na *Paulista* e eles me chamaram como assessor e cheguei na União. Mas depois eu descobri a razão: é que eles falaram assim: “olha foram feitos alguns chamados mas não aceitaram, pois ninguém queria ser o *coveiro* e enterrar a escola”, e era uma situação muito grave. A condição geral das escolas adventista que não atendia a LDB. Tinha que fechar. Então a batalha foi assim, nós tínhamos que primeiro salvar o máximo que dava das escolas fundamentais, e criar as condições de superar essa crise. As condições eram: primeiramente você tinha que ter uma área adequada, exigia-se uma quadra de esporte. Não havia no estado de São Paulo nenhuma escola adventista com quadra de esporte.

Pois, eram todas escolas pequenas. Geralmente era um recreio que tinha no fundo da igreja ou do lado pois não tinha espaço. Poucas tinha um espaço. Mas uma quadra com tudo, não havia.

Outro desafio que tinha, era falta de professores pois não havia professores formados. Inclusive eu me lembro que lá no IASP vários professores tinham um curso de férias, no qual cada professor se habilitava na área que gostava. Exemplo: matemática, biologia etc. Ou então essas vagas eram ocupadas por engenheiros, médicos (que faziam uma prova e se fossem aprovados poderiam dar aula). Pois não tinha professores. Hoje em dia está acontecendo à mesma coisa, pois estamos com falta de professores, por conta do salário, falta de valorização etc. Então precisávamos formar professores, estimular isso. Neste momento em que eu estava na associação Paulista no ano de 1972, eu acabei fazendo uma coisa que eu nem tinha ideia que ela seria útil depois, que foi o seguinte: fiz uma ficha detalhando: Quantos estudantes universitários Adventistas existem nos Estado de São Paulo e quem são? E os formandos e quem são. Então foi feito um levantamento e deu mais de 300, que na época era um número muito grande. Mas era tudo anotado: qual era a igreja, qual era a profissão. Isso foi muito útil porque um ano depois precisava de professores então essa lista inicial foi muito útil. Mas também tinha que fazer um prédio adequado, então eu tive o cuidado de consulta vários engenheiros. Na elaboração dos projetos já aparecem as plantas sugestivas (eu creio que isso foi o embrião de nós termos os engenheiros atuando [hoje em dia]), pois acontecia assim: você comprava um terreno, construía uma igreja, só que não tinha aprovação da prefeitura. Na escola acontecia a mesma coisa. Então isso começou a dar certa planificação, uma certa ordem para você fazer as coisas de uma maneira organizada. Mas eu diria que além do planejamento, que foi importante, quem sabe a ideia mais interessante surgiu da leitura dos livros de profecia da senhora White, no qual eu li e estudei todos. Então eu tinha uma ideia bem clara de todas as orientações apresentadas nos livros. E isso foi importante, mas o que eu quero destacar é uma frase que eu li e achei importante: “que se crie um fundo de educação para as escolas”. E isso gerou a ideia de ter um fundo de educação que pudesse financiar [as escolas]. Essa ideia ela surgiu em 1973 e em 74 foi criado esse fundo na União. Dez mil cruzeiros. Então nós começamos a fazer campanhas, pegar um pouquinho da recolta que era [destinado] para o fundo educacional. Também pegávamos um pouco da verba da União. Fizemos várias campanhas. Era uma por ano. Eu quero destacar que essas campanhas era assim, por exemplo: você fazia um selo com o logo da Escola Adventista e vendia como se fosse um tijolo. Vendia por um real ou dois. Então uma parte ficava na escola e outra ia para União. Mas as duas campanhas que mais deram resultados foi a campanha de selo cujo título era: um milhão de selos para construção de escolas. Eu cheguei a ter mais de cem mil selos pois eu vendia e trocava eles. E

essa campanha foi muito bem-sucedida, pois nós recebíamos selos de mais de 200 países diferentes, várias cartas que vinham do mundo inteiro, porque a notícia se espalhou. Colocaram na revista adventista... Foi um sucesso. O resultado foi o seguinte: dez mil em 1974. Em 1999 chegou a um milhão de cruzeiros e em 1974 ele chegou a cem milhões de cruzeiros. Em dólar foi mais ou menos cinquenta mil dólares. O empréstimo [de verbas para construção de escolas de valores provenientes do fundo era feito da seguinte forma: era votado cada ano, com antecedência, a prioridade de cada campo [Associação]. Eram quatro ou cinco prioridades. E se eles precisassem para comprar um terreno do lado ou para uma construção que estava na lista prioritária eu tinha autorização, eu tinha um poder de tesoureiro, desde que estivesse na lista. Na questão da compra de um terreno, tudo era feito muito rápido. Não tinha burocracia. Só era combinado com o tesoureiro. Então o que aconteceu? Como é que eles [os campos] pagavam isso? Eles dividiam em 10 vezes sem juros e sem correção. Um ótimo negócio. Porque, no mínimo a metade e mais um pouco, era doação. Mas como o fundo era alimentado, ele conseguia avançar. No final do processo, em 1984, a gente atendia 60 pedidos por ano para agilizar o processo. O resultado do selo deu mais de 1 milhão de selos. Eu fiz três ou quatro coleções no Brasil, e cheguei a vender uma coleção por dois milhões e oitocentos e vendi outras também. E a outra foi o cofrinho, eu distribuí aproximadamente 170 mil cofres. Então uma parte ficava com a escola e a outra ia para o fundo. Isso realmente foi uma coisa muito importante por que ela deu recursos para o sistema avançar com velocidade. No meio dessa história muitas escolas também abriram. Não só salvou [escolas] como criou uma expectativa para que outros líderes locais lutassem e abrissem suas escolas.

Giza: Qual é o papel da FAED nesse reerguimento da Educação? Teve um papel ou não?

Roberto Azevedo: Teve sim. Extremamente importante porque era a única faculdade que formava líderes na área pedagógica. Então esses líderes estavam no *Departamento*¹³⁸, eles não estavam nas escolas (pois as escolas eram bem pequenas) então haviam orientadoras educacionais e orientadoras pedagógicas nos *Departamentos*, elas atuaram junto com o *Departamental* para selecionar o pessoal (por que elas eram da área). Então no plano seletivo para encontrar/entrevistar os professores, foi fundamental o papel das orientadoras. Elas tinham um poder maior do que hoje, porque hoje, as orientadoras estão nas escolas lidando diretamente com os alunos e pais, mas naquele período as escolas eram pequenas, (quarenta a cinquenta

¹³⁸ *Departamento* cada um dos gabinetes administrativos das unidades organizacionais da IASD. Existem os Departamentos de Educação, de Saúde, Lar e Família, Evangelismo, etc. *Departamental* é a pessoa que dirige cada um dos *Departamentos*.

alunos...) Então as orientadoras estavam concentradas no campo [nos *Departamentos*]. No campo de São Paulo havia três/quatro orientadoras. Nos outros, duas, e isso foi se expandindo. Então quando uma escola atingia 100/200 alunos, aí começava a entrar o pessoal da FAED com orientação de um lado, mas de outros diretores também, que fizeram curso na FAED. Às vezes você tinha também um pastor que fez o curso na FAED... Então você agregava as duas coisas e deixava ele como diretor. Isso influenciou primeiro especificamente na orientação educacional, coordenação, direção etc. E também na direção das escolas. Os que tivessem formação pedagógicas evidentemente tinham primazia. Realmente foi essencial esses que tinham essa visão educativa e ajudaram no momento difícil, essa passagem. Depois, como passar do tempo, apareceu nitidamente a necessidade de se ter professores de carreira formados dentro do sistema. Então essa parte ela surgiu partir de 1987, que foi mais dois cursos agregados.... Que foi o curso de formação de professores, que seriam biologia e ciências, e o curso língua e literatura, português e inglês. Esses dois foram as duas áreas iniciais para formar professores para o sistema dentro da FAED. Eles faziam parte da faculdade de educação. Era faculdade educação e várias matérias eram iguais. Então depois disso na década de 90 eles agregaram vários cursos porque houve realmente uma reabertura importante do governo que permite você abrir mais de um curso além dos que já existiam. Antes era permitido abrir somente dois cursos e levava três/quatro anos para aprovar e mais quatro para chegar lá e tal. No tempo do Fernando Henrique Cardoso e o doutor Paulo Renato, que foi reitor da Unicamp, nesse período eles deram carta branca para abrir o que quiser. Então foi um grande avanço na formação da licenciatura com a visão de você preparar o seu próprio pessoal. Então hoje, a gente tem essa facilidade que não tinha antes e com isso o sistema deslanchou.

Giza: O senhor poderia nos falar um pouco sobre o plano decenal?

Roberto Azevedo: Primeiro plano para todo Brasil. Esse primeiro projeto foi o projeto Brasil que estava no meio da crise e a ideia era salvar o máximo de escolas dentro do sistema. No mesmo período eu cheguei na União... Aí comecei a trabalhar em cima desse material, mas esse material foi feito sem ter conhecimento do detalhe que existia. O que é uma falha no projeto e ele foi corrigido. Quando eu cheguei na União, primeiro em São Paulo eu visitei todos os distritos para ter uma ideia e fazer materiais melhores. Quando eu cheguei na Divisão (eu passei 11 anos na União, fui para o IAE, fiquei 5 anos e meio 1985 a 1990) (foi nesse período que abriram aqueles dois cursos Ciências e Letras) aí chegamos a preparar também curso de História e o material para o curso de música. Para ter uma ideia do volume desses dois projetos, o papel pesava 46 kg. O projeto para ciência e letras era um absurdo. Você tinha que, por exemplo, colocar o nome de todos os livros que tinham na biblioteca. É muito burocrático. Eu fiquei até

90, até julho, na direção do IAE, e também na direção daqui. Eu vinha durante dois anos. O Pastor Böger foi estudar no Estados Unidos e eu fiquei na direção dos dois [*campi*] minhas duas ou três vezes na semana para acompanhar e quem estava aqui dirigindo o trabalho da construção era o professor Arthur Dácio, que era, no Brasil, o que tinha mais experiência de construção de internato naquele tempo e fez um excelente trabalho. O primeiro grande prédio construído foi o refeitório-cozinha com todas as dependências. Hoje a gente vê que o modo com que foi planejado era para quatro mil alunos. Então foi para a *Divisão*... A *Divisão* a gente tinha que mexer com o Brasil inteiro e foi feito um cuidadoso projeto indo nos locais, fazendo todo um levantamento da situação. Os departamentais preparavam os projetos os planos prévios e tal. Esse plano teve outra peculiaridade. Fui tentar responder uma outra pergunta: onde seria melhor ter uma escola/colégio Adventista? Então para responder à pergunta a gente pega outra informação que é assim: quem vai para a escola adventista, para escola privada tem que pagar. |E onde tem dinheiro? Onde haverá investimento no Brasil? Então eu fiz um trabalho, e esse trabalho foi super cansativo por quê era realizado em dólares. Quais seriam os investimentos nos dois anos seguintes de cada município? Então eu me lembro que tinha um jornal que eu [?] dos jornais das revistas na área de economia. O jornal era feito por judeus que mexiam no foco *dinheiro*... Então eu consegui compilar quantos milhões de dólares [seriam destinados] para cada município. Eu me lembro que no município de Paulínia ia *correr* quatro bilhões e oitocentos mil dólares. É claro que com essa montanha de dinheiro dava para ter uma escola aqui e assim por diante. Essa era uma coisa. A segunda era o local da escola, pois ela precisava ser em um local de fácil acesso, e uma série de coisas. Se você pegar o plano, você vai ver que lá já aparece todo o rodoanel (no caso de São Paulo), a ideia do rodoanel que vai ser feito ainda, e os portos intermodais, e o metro... Então com esse quadro você localiza os bons lugares. A visão disso facilita você adquirir uma área adequada, num lugar certo, e com isso você consegue ter uma escola que tem como prosperar. Então esse planejamento, ele também tem uma outra necessidade lógica que é de professor. Então o planejamento, quando ele se refere a formação de professores, é a formação de professores dentro do sistema [adventista]. Então foi uma luta grande você abrir esses cursos. Porque? Primeiro não é um curso de grande procura. Tinha apenas nove no curso de letras, oito ou doze no de ciências, no primeiro ano. Então você tem que pôr dinheiro até que tenha condições. Não é fácil fazer isso. Mas colocar um foco e insistir é extremamente importante.

Isso foi muito bem delineado e sublinhado nesse projeto e nos outros e isso estava bem configurado. Os argentinos foram mais longe que os brasileiros. Eles elaboravam a ideia da Universidade já solicitando ao governo (lá o sistema é um pouco diferente) todos os cursos que

eles desejavam, inclusive medicina, odontologia que está abrindo agora, e assim por diante. Então o que aconteceu? Eles se adiantaram. Aqui nós tentamos medicina milhões de vezes. Não deu certo nenhuma vez. Veja bem, é esse foco que você precisa ter. O pessoal foi bem informado, detalhado e se lutou por isso. Porque tem essas pressões por conta do custo e no começo é um custo muito elevado E você tem que suportar o processo. A mesma coisa era na área de engenharia civil. Ela entrou em crise no Brasil por quê era uma inflação danada e por conta disso o curso foi se definindo e ele chegou inclusive a parar a primeira e segunda série por dois, três anos. Hoje você tem centenas de alunos nessa área. Mas no começo era muito difícil abrir certos cursos porque não tinha demanda e não era conhecido também. Mas eu creio que nós atingimos hoje uma situação confortável na preparação do pessoal. Junto com essa história vem um outro elemento que é o livro produzido pelo sistema [adventista]. Então aí entra todo projeto da Casa Publicadora¹³⁹ e da área educacional para ter os livros próprios. A nossa *Divisão* é a única do mundo que tem todos os livros desde pré-escola até o fim do nível médio produzidos pelo sistema. E com isso você tem as escolas, você tem nos materiais preparados e os professores formados pelo sistema. Tem outra coisa que é interessante nessa história que é a criação do *logo*. O *logo*, ele começou a aparecer a partir de 1973. Seriam as mãos, a bíblia e a chama. Era um formato um pouco diferente, mas paulatinamente ele foi agregando nos estados (foi um trabalho de dez anos). Primeiramente foi feito um *logo* para a escola, mas também para ser usado nos uniformes. Finalmente padronizou-se o *logo*, a bandeira e o uniforme. Isso permitiu que nós fizéssemos uma promoção externa grande, servindo assim de *marketing* para a escola. Isso também contribuiu para a qualidade da escola. Ela foi tomando uma dimensão que não tinha - criou-se uma identidade.

Giza: Como era a escola adventista nos anos sessenta.

Roberto Azevedo: Tem um trabalho interessante, houve um simpósio muito grande de educação [?]. Eu escrevi sobre o ensino fundamental, o meu irmão Paulo, sobre o médio e o professor Renato, o superior. No final eu fiz uma compilação interessante desde o início da primeira escola, que foi em 1996. Mas a *Divisão Sul Americana* começou a funcionar em 1916... Mas nesse intervalo há informações de partes das escolas que haviam... Uma dessas informações estava nos boletins da Associação Geral, que continha o número de escolas de cada *campo*, depois de cada *União* e depois da própria *Divisão* etc. Com esses dados e mais informações da Revista Adventista deu para fazer a sequência de 1996 em diante, onde havia escolas, número de alunos. Você fazendo um gráfico tem uma comparação assim: quantas

¹³⁹ Casa Publicadora Brasileira é a editora da IASD no Brasil, localizada em Tatuí, SP.

igrejas e escolas haviam. Em 1950 houve um aumento significativo de escolas de tal maneira que chegou a superar o número de igrejas. Porque? A mentalidade protestante é que revolucionou o ensino no Brasil. Foi feito um senso em 1872. Apenas 20% dos brasileiros eram alfabetizados e Igreja Católica estava aqui há 400 anos, ou seja, quem ia para a escola era a elite, então a elite era alfabetizada e os outros não. O *conselho* dos protestantes veio antes do comunismo em [?]. O conselho era: “todos precisam ler a Bíblia”, então todos teriam que ser alfabetizados. Do lado de uma igreja luterana ou evangélica tinha uma escola exatamente por causa dessa visão. E nós copiamos o modelo. Depois da década de 60 começa a haver um declínio das escolas [adventistas]. Se pegar o gráfico podemos ver que foi reduzido realmente. Chegou a 20% a 30% das igrejas com escolas e diminuiu o número de escolas. Então quando chegou em 1971, nós chegamos quando o sistema já estava diminuindo, nós estávamos já em crise há quinze anos e nos pegou em cheio. Apesar dessas circunstâncias essas pequenas escolas ofereceram a liderança que a igreja precisou, e eram liderança muito forte.

Por que será que os gaúchos se destacaram em serem líderes de igrejas? E por que que esses nomes muitas vezes são nomes alemães? Nas primeiras escolas adventista o ensino era em alemão. Lembra que os primeiros livros mandados para Itajaí era em alemão. Os alemães vieram da Alemanha e estavam aqui e receberam os livros e se converteram e formaram os núcleos iniciais com a visão protestante adventista e com a visão da escola e esses líderes foram formados. Uma escola que ficou famosa foi a do Rio Grande do Sul. Essa escola formou mais de duas centenas de obreiros que passaram por ela, inclusive o atual presidente da Divisão, entre outros. Os Gaúchos aceitavam ir para lugares como nordeste para ganhar experiência. Então na fase inicial os presidentes da Divisão eram os norte-americanos. Depois veio o Pastor Renato de Oliveira, então o Pastor Wolff, o Naguel entre outros. Eles foram dessas escolas. Se não foram de lá, foram de Santa Catarina. Então veja, eles formavam líderes, e os professores se tornavam professores. Nem todos tinham curso, mas eram estudiosos, gostavam de dar aula.

Anexo 36 – Transcrição de entrevista com Vandir e Clarice Pires de Araújo

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM VANDIR E CLARICE PIRES DE ARAÚJO

Giza: Professora Clarice primeiramente gostaria de saber como foi sua formação e seu ingresso como secretária da FAED?

Clarice: Nós trabalhávamos em Belém há doze anos, daí Vandir foi chamado para o IAE para normalizar os cursos que precisavam ser reconhecidos. Então quando nós chegamos o professor Nevil me chamou e disse: olha nós vamos precisar de você na FAED. Na minha formação realmente, eu terminei o curso lá [em Belém do Pará] de Secretaria para Cursos Superiores em uma instituição que oferecia só secretaria de educação na formação de pessoas específicas para cuidar das secretárias de cursos superiores. Eu fiz o curso. Então eu já era secretária lá no Grão-Pará¹⁴⁰. Lá não era curso superior nesse tempo, mas eu comecei o trabalho lá. Quando nós chegamos aqui, ele me chamou para trabalhar na FAED. A FAED estava começando. A esposa dele era a secretária na Teologia e a FAED estava embutida na Teologia. Então eles queriam separar isso, mas não estavam achando jeito. Como o Vandir já tinha muita experiência nessa área eles decidiram começar por este rumo: vamos separar a Teologia da FAED. Então foram feitos todos os livros novamente. Fez todo aquele procedimento que precisava. Daí a FAED começou. Eu comecei com o primeiro livro. A dona Noemi que estava dando um pouco de assistência não tinha muito tempo porque ela já cuidava do setor. Então eu comecei a trabalhar. Fiz o primeiro livro que tinha que fazer com todos os professores depois com todos os alunos. VANDIR fez uma prova para eles serem recebidos na FAED já a nível de reconhecimento para que não houvesse problema nenhum. Daí foi esse começo que a gente tinha. Nós chegamos no final de 1973 e começamos o trabalho no começo de 1974. Ficamos lá até 1994. Nesse ano fomos transferidos para cá [Unasp – EC] onde fui secretária doze anos de todos os cursos, não foi só da FAED, pois cada ano abria um curso, e ele trouxe todos os cursos para cá com transferência e trabalhou nessa área.

Giza: Professor Vandir o senhor poderia nos falar sobre sua formação? O senhor já era pastor ou era professor?

Vandir: Eu já era pastor. Trabalhei seis anos como diretor no Pará quando me chamaram para acudir o problema que estava surgindo [no IAE]. O curso de teologia não sendo

¹⁴⁰ Grão-Pará é uma escola adventista de ensino médio em Belém do Pará.

oficializado tinha liberdade de estruturar o programa ao seu *bel* prazer. Então o diretor americano naquele tempo, o Pastor Walker, ele achou que poderia introduzir no curso de teologia, as disciplinas e matérias de orientação educacional. Então começou a ministrar aulas, contratou professores bons para ministrar aulas de filosofia, aulas na área de educação, como as matérias de especialização de pedagogia como orientação educacional, supervisão escolar e administração escolar, lecionando matérias diretamente relacionada com matérias de pedagogia. Isso o MEC descobriu e veio fazer a devida reclamação na escola. Então eles se viram apertados porque lá eles [pessoal do MEC] prometeram que não iam continuar dando materiais de pedagogia dentro de um curso de teologia, pois se continuassem poderiam fechar o curso de teologia. Eles se preocuparam com isso. Já estavam aposentando o secretário geral da escola do IAE, por isso me chamaram, porque sabiam que em Belém eu havia estruturado os cursos de segundo grau: Magistério, Contabilidade e Secretariado. Esses eu preparei os processos de autorização e reconhecimento antes de formar as primeiras turmas e tínhamos um estudo regularizado. Quando me chamaram para tentar acudir o problema aqui em São Paulo, então eu vim e imediatamente procurei o MEC e pelo que eu conhecia as leis e regras possíveis eu propus separar o assunto de teologia que era particular e tentar estruturar um curso de pedagogia já a nível superior, mas com características voltadas à filosofia Adventista, e separar essas matérias e estruturar um curso devidamente e baseado numa lei que autorizava o reconhecimento de algumas disciplinas da área filosófica do tipo de sistema antigo que era preparação de padres para a filosofia pura. Eles podiam reconhecer também para filosofia educacional. Eu então me propus para preparar o processo. O MEC percebeu que eu entendia do assunto e estava disposto a preparar um processo de pedagogia regularizado. Então nós fechamos o curso de pedagogia embutido dentro de teologia e então preparei o processo para abrir outro curso oficializado de pedagogia que sucedeu. A partir de 73 eu comecei a preparar o processo e um ano depois foi autorizado.

Giza: Nos registros que eu vi, a primeira turma de pedagogia (com esse novo sistema) começa a ter aulas em agosto de 1973. É isso?

Clarice: Eles começaram no IAE, o pastor Nevil e outros, mas oficialmente começou em 1974. Em 74 começou à nível de MEC ... essas coisas. As visitas do MEC eram constantes.

Giza: A senhora começou a trabalhar na secretaria, a organizar toda essa burocracia, essa documentação. Quais os maiores desafios que vocês enfrentaram nessa questão da legalidade do curso? Havia resistência do MEC?

Vandir: A supervisão do MEC passou a ser constante e eu tive que estruturar o processo com as bases mínimas. Em primeiro lugar, elaborar os estatutos, depois o regimento interno, as

programações e grades curriculares, corpo docente, estrutura básica de substrato físico e estrutura financeira para manter curso. Então eu preparei um processo digno de eles poderem entender que nós tínhamos condições de poder abrir um curso oficialmente. Daí estruturamos esse curso e começamos exatamente encaminhando o processo e eles autorizaram e nós então preparamos as grades curriculares, as cargas horárias, a estrutura financeira, preparamos os livros de secretaria. Eles vieram e supervisionaram tudo e realmente apenas admiraram que tínhamos condições de fazer, com recursos e substrato físico e condições didáticas pedagógicas de iniciar um curso.

Clarice: Nesse meio tempo a professora Eurides já trabalhava no MEC em Brasília e ela, por ter muita amizade conosco, o Vandir sempre ia lá com ela. Ela orientava tudo e chamava ele lá. Ele ia e ela introduzia ele no Conselho de Educação e assistia as reuniões. E todo o conjunto do IAE, os diretores daquele tempo, deram todo um suporte que ele precisava.

Vandir: Eu passava uma semana por mês lá no conselho Federal. Primeira semana do mês eles tinham as reuniões diárias e eu assistia no mínimo cinco dias da semana sobre orientação da professora Eurides, e voltava então com toda carga de conhecimento para poder dar uma assistência e orientação.

Clarice: Logo fizemos muitas amizades com os inspetores do MEC de São Paulo. Eles viam a gente como um livro aberto. Ficavam admirados porque não encontravam isso nas outras escolas.

Giza: Por que normalmente se encontra resistência das instituições. E isso foi um bom relacionamento da instituição com o órgão regulamentador. Acho que provavelmente eles perceberam esse interesse que a instituição tinha de corresponder, fazer tudo dentro da legalidade.

Clarice: O doutor Marcute que trabalhou com a gente mais tempo disse: “Professora eu me sinto à vontade nessa escola porque eu vejo muita lealdade em vocês”. E realmente nós trabalhamos com muita lealdade. Não tinha nada que eu não soubesse... Eu perguntava, telefonava. Eu fiz amizade com a USP, setor de registro e diploma... o Osvaldo, nós ficamos amigos e trabalhamos juntos o tempo todo. Não tinha problema.

Giza: O órgão regulamentador vê o interesse maior da instituição e andar dentro dos trâmites legais. Isso facilita as coisas.

Vocês poderiam falar um pouco sobre o corpo docente? Quem foram os primeiros professores? Quais eram a formação deles? Se eles tinham uma formação adequada ou se logo depois é que foram buscar essa formação.

Clarice: O primeiro diretor que nós tivemos foi o doutor Hampton Walker. Ele era americano, mas não entendia nada das leis do nosso país. Depois que ele saiu entrou o professor Orlando Ritter. Quando ele entrou ele também não tinha grande conhecimento deste lado mais legal e burocrático, mas era uma pessoa que entende tudo que a gente falava e acreditava e estava disposto a ajudar no que precisássemos. Ele foi o segundo diretor. Depois dele veio uma ex-aluna nossa da FAED, pegou a direção e ele já tinha ido. A professora Nair [Ebling] também já tinha saído. Eu lembro que o professor Ritter ficou descontente por ser uma mulher que iria substituí-lo, pois ele queria que fosse um homem para dar continuidade em seu trabalho. Mas ela assumiu. Então ele foi embora para o Mato Grosso onde a filha morava. Ele trabalhou lá no IAE por 50 anos, então foi difícil para ele. Quando a FAED foi transferida para Engenheiro Coelho ele não queria que eu viesse embora. Percebe-se que ele ficou muito sentido com a transferência, pois aquilo era a vida dele. Para começar, ele introduziu o uniforme da FAED azul e branco, o maior orgulho dele era ver aquelas alunas descendo de azul e branco, bem vestidas e ele ficava satisfeito. Ele ficou muito decepcionado alguns anos depois. Várias alunas já tinham saído estavam no campo trabalhando como diretoras de escolas na Bahia e em outros lugares e então ele foi fazer uma visita porque chamaram. Ele chegou decepcionado porque a professora estava trabalhando de chinelo de dedo e tinha diretor que trabalhava de calça jeans. Ele era muito tradicional.

Enfim, o primeiro professor foi Gerson Pires de Araújo, professor de Filosofia, Filosofia Geral e Filosofia da educação também. Daí, veio o Vândir. Trabalhou como professor de Estrutura e Funcionamento, Administração Escolar e depois Filosofia também. Dona Iraci foi professora lá também, era professora de Sociologia, tivemos também a professora Maria do Carmo, que era professora de didática. Outro professor que tivemos foi o Renato Gross, foi logo no início e ele mora em Curitiba. Também tinha professora Nair, foi na década de 80 que ela chegou.

Vândir: Esses professores tinham verbas e o IAE providenciou verbas. Eles também me autorizaram a fazer mestrado. Então houve realmente um apoio, um investimento em professores. Como foi transferido de São Paulo para Engenheiro Coelho o curso de teologia, sem ter a preocupação legais, no ano seguinte, já pediram que transferisse pedagogia. Preparamos um processo justificando que precisávamos fazer essa transferência em virtude da desapropriação da grande parte de terras que tínhamos lá. Então transferimos para cá o curso de pedagogia, em 92, o primeiro ano e depois subsequentes, cada ano. Então fechava lá e abria turmas aqui. A última turma lá foi em 1994 e o curso começou aqui em 1992. Até ser feita a transferência total eu e mais alguns professores trabalhávamos dois, três anos nos dois lugares:

lá e aqui. Depois pela necessidade, lá em São Paulo teve que reabrir. Mas foi outro curso de pedagogia. O professor Roberto Azevedo no tempo já era diretor, quando ele conseguiu a transferência para vir ele estava contra. Primeiro ele voltou tudo depois que conseguiu ele ficou bravo. Ele disse olha Vandir você conseguiu, mas eu te crucifico.

Giza: Quem eram as pessoas que iam ajudar, que iam fazer a FAED? Qual o objetivo de se ter a faculdade de educação no colégio Adventista? Para que aquela escola?

Clarice: Era para estimular que a educação elevasse um pouco, porque tudo estava na base do curso normal. Não tinha curso superior de educação lá. A gente sabia que tinha em várias faculdades, mas lá não tinha. E percebemos que esses professores necessitavam se atualizar em muita coisa, e principalmente ligada à igreja adventista. Nós estávamos ficando muito aquém de conhecimentos. Estavam abrindo as escolas adventistas mas não tinham profissionais preparados.

Vandir: As escolas eram de fundos de igreja e com professores simples, sem ter qualificação. Levavam as crianças até o quarto ano e daí encaminhavam para as escolas públicas para fazer o exame de qualificação para que os alunos continuassem a frequentar as escolas a partir da quinta série e com isso a nossa educacional promoveu esse processo inteiro e agora tivemos o privilégio de estruturar, encaminhar e preparar bem os alunos para encaminhá-los a compreensão da importância das grades curriculares serem voltadas para a filosofia religiosa e também educacionalmente, socialmente e culturalmente em questão de instrução para professores preparados bem como a matemática ciências, história e geografia. Mas o importante é que mantivéssemos a filosofia e a distribuição dos horários das aulas de Bíblia sempre em primeiro lugar. Trabalhamos durante 20 anos educando os professores para que eles tivessem essa formação bem distribuída, em que os alunos tivessem um aproveitamento religioso dentro do processo educativo.

Giza: Então podemos falar que a identidade da FAED, no caso, era essa formação religiosa e a formação intelectual?

Clarice: Porque estávamos ficando muito aquém. Você ouvia dizer que uma faculdade abriu tal curso, outra escola abria o tal curso e nós com tantos elementos tínhamos que acompanhar.

Giza: E se eu não me engano também, com aprovação da Lei de 71, o governo passou a exigir essa qualificação dos professores que atuavam nas escolas primárias.

Clarice: Aqui mesmo, quando começou a FAED, vinham muitos ônibus de Conchal, dessas cidades vizinhas, Cosmópolis, para atualizar as professoras. O prefeito pagou tudo por aqui para que elas tivessem uma qualificação. Estava tudo na base do Curso Normal ainda.

Giza: Mas esses professores da região, esses alunos vamos dizer assim, eles vinham fazer a faculdade normalmente?

Vandir: Faziam o curso de pedagogia normalmente, grátis, pela escola em parceria com a prefeitura. Isso de certa forma foi bom para a instituição no começo, porque ela estava iniciando num local distante.

Giza: Quem eram e qual era o perfil dos alunos que iam lá para o IAE fazer FAED? De onde vinham? A escolaridade, religião e formação?

Clarice: Esses alunos vinham de todos os estados do Brasil e também de fora. Eles ouviam falar e vinham para fazer a faculdade de educação. Então nós tínhamos alunos de todos os estados. Uns com mais inteligência, outros com mais dificuldade, mas os professores também eram bons e davam um ânimo muito grande. O professor Rego não acreditava nisso. Ele disse: “lá não vai se educar”, ele não queria que viesse para cá e eu falei: “vai Professor! Como aqui também surgiu do nada, lá também vai surgir. Agora as coisas estão mais amplas mais abertas”.

Giza: Havia muita gente que não era adventista ali da região de São Paulo?

Clarice: Havia muita gente e acabavam se convertendo por causa das aulas de Bíblia. Havia muita credibilidade e eles começavam a indagar as coisas. Foi muito bom no começo e para vocês terem uma ideia, eu sofri muito aqui. A primeira moradora daqui, quando mudou a faculdades fomos nós. Aqui na casa do pastor Darci era a única casa desse condomínio. Depois tinha casa do Arrais lá embaixo, que foi o primeiro diretor que veio para cá também. Eu ficava sem entender o que eu vim fazer nesse mato. Era um mato mesmo e quando chovia era lama e quando não chovia era um pó e eu trabalhava também lá. O que eu vim fazer aqui? Mas depois eu entendi. Foi um desafio muito grande. Eu pude ajudar muitos alunos em todos os sentidos. Então Deus estava no comando e sabia o que viria. Eu não tinha medo de nada e nem de ninguém e o que tinha que ser feito eu fazia mas sempre pedindo a direção e a sabedoria de Deus.

Giza: E esses alunos que vieram, tanto lá, quanto aqui, a gente sabe como a senhora já falou, vieram de várias partes do Brasil. Como foi o retorno desses alunos, os alunos formados pela FAED? Vocês entendem que eles tiveram uma repercussão tanto na instituição quanto fora no âmbito da cidade de São Paulo, no estado ou do Brasil? Como que vocês conseguem ver isso?

Vandir: Ao meu ver, houve um progresso muito grande por que a medida que a FAED preparava turmas de formandos, as *Associações* convidaram para ser professoras em suas escolas. Então realmente houve um progresso nesse sentido, para que os alunos tendo oportunidade de manifestar a sua filosofia religiosa. Nas escolas houve uma boa aceitação e um

bom progresso. Nós chegamos a ter, nas turmas de pedagogia, mais de 100 alunos dentro de uma classe só. Era uma verdadeira igreja. Imagine lançando 100 professores no fim do curso de pedagogia em nosso mercado nacional. E houve realmente um interesse muito grande que as *Associações* convidassem essas professoras e alguns homens que raramente eram alunos dentro do processo de pedagogia. Mas até homens eram convidados para lecionar Bíblia.

Giza: Dá para a gente dizer então que boa parte da direção da educação adventista esteve ligada a FAED?

Vandir: Bastante. Sem dúvida. Com certeza.

Giza: Eu gostaria de ouvir o senhor um pouco... O senhor dava quantas matérias na FAED professor?

Vandir: Eu dava três matérias: Administração, Filosofia e Estrutura e Funcionamento.

Giza: Qual era a impressão que o senhor tinha sobre quem eram essas moças que vinham de vários lugares [fazer pedagogia]?

Vandir: Uma pequena porcentagem estava lá mais por interesse em encontrar o parceiro da vida e também se comprometendo com assuntos de teologandos. Mas havia um bom grupo de moças e rapazes que eram interessados na educação, em reproduzir a educação como filosofia adventista correta. Havia um bom grupo nesse sentido também.

Giza: Qual era o diferencial da FAED com relação à filosofia adventista? O que a filosofia adventista tem que as outras escolas não têm? O que é essa filosofia Adventista de educação?

Vandir: É a formação do caráter dos alunos à semelhança de Cristo. Se não fosse esse o objetivo final, não haveria razões de ser hábil para vencer no mundo com razões técnicas ou interesses financeiros. É questão de glória pessoal. Então é nossa filosofia, que sempre foi voltada para o assunto cristocêntrico. Dentro da filosofia nós somos preparados para sermos exemplos e modelos de Cristo. Dentro dessa filosofia nossa, ministravam nossas aulas e tivemos uma boa formação para isso e os alunos e professores que estavam envolvidos no processo, nós sempre insistimos para que as grades curriculares fossem bem distribuídas, harmônicas, e que pudessem dar uma formação moral, religiosa, além da formação cultural e instrutiva, que seria normal dentro do processo. E nosso resultado foi sempre muito bom.

Giza: Então vocês consideram que a FAED conseguiu desempenhar esse papel?

Vandir: Sim, conseguiu desempenhar esse papel durante esse período inicial. Hoje em dia logicamente, é muito mais complexo e tem que ver com outras razões. E curso noturnos que não atendem tanto a carga horária... Não consegue atingir o objetivo inicial apesar da tentativa.

Vandir: A carga horária é bem menor e o tempo e as condições... Com alunos mais externos do que alunos internos...

Clarice: Lembra do professor Ritter, ele começou também lá a noite, mas ele era contra, muito contra! E ele fez o procedimento para mudar o turno. Ele conseguiu um tempo, mas depois teve que voltar porque o pessoal trabalha durante o dia então não tinha horário para estudar durante o dia. Tinha que ser à noite. Aqui já abriram logo e as cidades vizinhas vinham todos estudar a noite.

Giza: Como se dava o registro do diploma a pessoa se formava na instituição e esse diploma tinha que ser encaminhado para a USP é isso?

Vandir: Sim, na USP. Antes de ser entregue aos alunos, com histórico escolar e documentação adequada e eles com técnicas especiais e áreas específicas, com gente especializada em nascimentos, datas, locais, cidades em relação aos Estados, que as vezes mudavam de nome. Tinha esse cuidado que a USP tem, os órgãos oficiais têm. Nós sempre primamos por isso e exigimos que os diplomas fossem registrados lá. Isso dá uma segurança e credibilidade. Mas hoje em dia mudou o sistema. Não se registra mais nos órgãos, é feito aqui.

Clarice: No dia da formatura o aluno recebe aquela declaração de que ele havia concluído e posteriormente, depois de 6 meses, recebiam o diploma. Era o tempo que o diploma se deslocava fisicamente.

Giza: Sobre Escola Modelo, o que vocês podem nos dizer?

Clarice: Escola Modelo foi um sonho realizado do professor Ritter. A arquitetura, o que ele mais sonhava na vida era aquele prédio. Eu me lembro quando faltava dois dias para Escola Modelo ser inaugurada, isso era um sonho, ele não sabia se precisava de convite, e eu falei, tá tudo sem cortinas, as salas, como nós vamos inaugurar? “Sabe que eu não pensei nisso”, ele falou. “Eu posso fazer à noite”. E fizemos as cortinas, todos bonitos ali, mandei fazer os convites, até distribuí para todo mundo. Mas ele ficou muito contente com a inauguração. Hoje ela tem o nome dele.

Vandir: Esse é o sonho dele e não há dúvida. Houve um tempo que para pedagogia naquela situação, houve realmente um progresso nesse sentido, saíam jovens bem preparados. Com esse relacionamento interno de todos ... prontos para a vida. Muitas escolas, principalmente das capitais do Brasil, puderam ter escolas que suportavam essa exigência dos educadores que saíram de lá. Algumas escolas mais longe, como nós soubemos, no interior de Goiás e no interior do Nordeste, os alunos chegavam até a desanimar porque lá não tinha nada de nada. Isso tornava muito difícil esse ideal, mas grande parte das escolas puderam absorver este impulso que foi dado dentro do sistema adventista. Esse relacionamento das reuniões

religiosas da educação como cultura e da socialização dos alunos e dentro do processo de estágios.... Nós tínhamos apostilas muito bem preparadas, onde os alunos tinham estágio em todas as disciplinas e também no sistema moral e religioso, em que eles preparavam processos... É uma educação desenvolvida em todos os aspectos.

Clarice: E muitos dos alunos que terminaram lá, passaram como diretor da Escola Modelo. Vários anos. 2 ou 3 anos era um. Depois vinha outro.

Giza: Vocês podem relembrar ou destacar nomes de algumas pessoas que foram fundamentais, importantes para esse desenvolvimento, desse crescimento da FAED desde o início? Pessoas que vêm à memória quando se fala em gente que contribuiu.

Clarice: Que venha a memória é o professor Ritter, que ficou 20 anos ali, lutando para construir. Doutor Afonso também ajudou em tudo. Ele deu Escola Modelo para o professor Ritter. Ele tem muita gratidão por isso. Uma das pessoas que fazem para mim é a [?] que foi uma das nossas alunas e foi diretora muitos anos da Escola Modelo. Depois veio Roberto Faustino, depois veio Alexina, Gerson Pires, Amanda Ritter, Vandir, Pedro Gaúcho, Valdemar Gröechel, Maria do Carmo, Gerusa, Maria Aurora, mas essa foi apenas aluna ... a memória está falhando ... [risos].

Anexo 37- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Estamos realizando uma pesquisa em nível de doutorado sobre **A história da formação de professores na Faculdade Adventista de Educação (FAED), do Instituto Adventista de Ensino - IAE** e gostaríamos que participasse da mesma. O(s) objetivo(s) desta é (são): compreender o processo de instalação dessa faculdade e reunir um conjunto de documentos que demonstrem o percurso histórico, os desafios enfrentados e caminhos trilhados no âmbito da história da educação, além de fazer um inventário documental sobre essa instituição.

Participar desta pesquisa é uma opção e no caso de não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da pesquisa fica assegurado que não haverá nenhum prejuízo ou constrangimento de sua parte.

Caso aceite participar deste projeto de pesquisa gostaríamos que soubessem que as informações coletadas servirão para compor o conjunto das fontes coletadas para o desenvolvimento da pesquisa e serão divulgadas para fins científicos, como redação do texto que comporá a tese, publicação em periódicos como revistas, anais de eventos científicos, jornais, entrevistas ou palestras com finalidades acadêmico-científicas, obedecendo aos critérios de identificação e uso da imagem ou dos dados obtidos.

<p>Eu, _____ portador do RG _____ aceito participar da pesquisa acima citada, concedendo entrevista gravada em áudio e vídeo.</p> <p>Declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e concordo que minha desistência poderá ocorrer em qualquer momento sem que ocorra quaisquer prejuízos físicos, mentais ou no acompanhamento deste serviço.</p> <p>Declaro ainda estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.</p>
--

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

Giza Guimarães Pereira Sales, doutoranda do PPGE – Unesp – Marília.

Contato: 14 99754-1795 – Email: - gizasales123@gmail.com

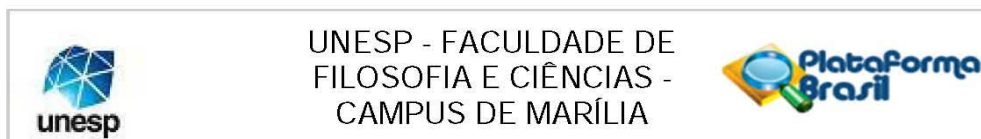
Orientadora: Dra. Rosane Michelli de Castro – PPGE – UNESP - Marília

Data: ____/____/____

Giza G. P. Sales
Pesquisadora

Assinatura do entrevistado

Anexo 38- Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO SUPERIOR ADVENTISTA NO BRASIL CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Pesquisador: Giza Guimarães Pereira Sales

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90076518.6.0000.5406

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.782.774

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem apresentado.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são claros.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos para os sujeitos da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a história da educação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados de acordo com as resoluções vigentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP da FFC da UNESP de MARÍLIA, 24/07/2018, após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 466/2012, 510/2016 e complementares, bem como ter aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa, resolve APROVAR o projeto de

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737

Bairro: Campus Universitário

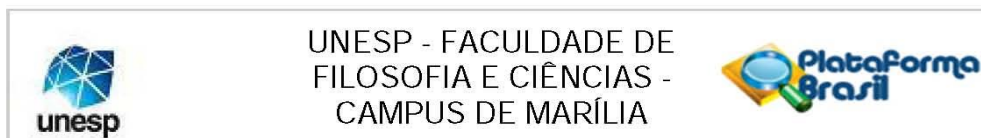
UF: SP

Município: MARILIA

Telefone: (14)3402-1346

CEP: 17.525-900

E-mail: cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 2.782.774

pesquisa EDUCAÇÃO SUPERIOR ADVENTISTA NO BRASIL CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1118098.pdf	16/05/2018 22:26:53		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_gizasales.docx	16/05/2018 22:24:13	Giza Guimarães Pereira Sales	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_gizasales.doc	07/05/2018 15:12:09	Giza Guimarães Pereira Sales	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DOUTORADO_gizasales.doc	07/05/2018 15:07:31	Giza Guimarães Pereira Sales	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Giza_Sales.pdf	07/05/2018 13:22:18	Giza Guimarães Pereira Sales	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARILIA, 24 de Julho de 2018

Assinado por:
CRISTIANE RODRIGUES PEDRONI
(Coordenador)

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 17.525-900
UF: SP **Município:** MARILIA
Telefone: (14)3402-1346 **E-mail:** cep.marilia@unesp.br

Página 02 de 02

APÊNDICES

APÊNDICE 1

**INSTRUMENTO DE PESQUISA 1
GIZA GUIMARÃES PEREIRA SALES - 2016**

**TEMA: INSTITUIÇÕES PROTESTANTES DE ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL/ ENSINO CONFSSIONAL PROTESTANTE**

ABREU, Geysa A. de.

Dissertação **Escola Americana de Curitiba (1892-1934): um estudo do americanismo na cultura escolar. São Paulo, 2003.**

PUC-SP -2003

ABREU, Sandra Elaine Aires de.

Dissertação **A criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” e o protestantismo**

UFG -1997

ALMEIDA, Jane Soares.

É preciso educar o povo! Os missionários americanos em São Paulo no século XIX.
In: Marcus Vinicius da Cunha. (Org.). **Ideário e Imagens da educação escolar. 1a.ed.São Paulo: Autores Associados, 2000, v. 1, p. 45-66. -2000**

ALMEIDA, Rute Salviano.

Livro **Vozes femininas no início do protestantismo. São Paulo: Hagnos, 2014.**

ALMEIDA, Silvia M. L. de.

A presença dos protestantes na educação da Bahia – o caso do IPN. /. Ano 1, n. 1, jan/jun pp. 93-99.

Revista da FAEEBA/Universidade Federal da Bahia /UNEB -1992

ALMIRO Schulz

Livro **Educação Superior Protestante no Brasil. 1. ed. Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2003. v. 1. 182p -2003**

ARNOLD, Frank L.

Seminário **As últimas do gênero: o toque de silêncio para as missões norte-**

americanas presbiterianas no Brasil.

Revista Teológica Seminário Presbiteriano do Sul -1996

AZEVEDO, Fernando de.

Artigo **Uma interpretação do Instituto Mackenzie. Revista da Faculdade de Letras, Educação e Psicologia**

Universidade Mackenzie -1997

AZEVEDO, Israel Belo de.

A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004

Editora Unimep -1996

BARBANTI, M.L.S.H.

Tese **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo**
USP -1977

Colégios Americanos de confissão protestante na Província de São Paulo: Sua aceitação pelas elites progressistas da época. São Paulo. Didática, 17: 23-32. -1981

BATISTA, Maria Aparecida Camargo

Dissertação **Primeiro Kindergarten na Província de São Paulo: visão de família e educação dos protestantes americanos e a metodologia fröebeliana.**

USP -1996

BECK, N.L.J. [coord.]

As origens da Universidade Luterana do Brasil.

Editora da Ulbra -1994

BENCOSTA, Marcus Levy Albino.

Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana (1869-1892).

CMU -1996

BOAVENTURA, E.

Universidade e Estado no Brasil. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1989

Ed. Unimep - -1989

Reflexões sobre o papel dos metodistas no Ensino Superior Brasileiro. Piracicaba, SP: 1989 -1989

Confessionalidade metodista. Piracicaba, - v. 1, n. 1, p. 37-50

Revista do COGEIME -1991

Dissertação **Educação Metodista no Brasil - origem e ideologia. Piracicaba, SP:**

Universidade - Metodista de Piracicaba -1978

BRANDÃO, Zaia.

A intelligentsia educacional. Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da escola nova no Brasil.

Editora da Unidade São Francisco. -1999

CARDOSO, L. de S.

A Formação do Protestantismo de missão no Brasil – Evangelizar e Educar. Texto apresentado no 7º Simpósio Internacional “Processo Civilizador: história, Civilização e Educação”

CAVALCANTI, H.B.

PUC **O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. Revista de Estudos da Religião - REVER. Disponível em <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/i_cavalc.htm>**

Revista

CESAR, Waldo.

Para uma sociologia do protestantismo brasileiro. Petrópolis: Vozes. -1973

CONRADO Vasselai

Dissertação **As Universidades Confessionais no Ensino Superior Brasileiro: Identidades, Contradições e desafios**

Unicamp -2001

COSTA, H.M. Pereira da

Dissertação **A influência da Constituição de 1824 na implantação do protestantismo no Brasil.**

Universidade Metodista de São Paulo -1999

CUNHA, L. A.

O ensino superior no octênio FHC. Educação & Sociedade.

UNICAMP -2003

CUNHA, Marcus Vinicius da (org).

A presença dos protestantes na educação da Bahia – o caso do IPN. In: Educação na Bahia.

Editora da UNEB. -2002

DEL NERO.

Mackenzie do nosso tempo.

Editora Mackenzie. In: DREHER, Martin N. (org.).

Imigrações e história da igreja no Brasil. p. 139-156.

Ed. Santuário

FERREIRA, Júlio A

História da igreja presbiteriana do Brasil. 2v.

Casa Editora Presbiteriana -1992

FIGUEIREDO, Eneida.

Dissertação **As escolas paroquiais protestantes em Brotas no final do século XIX.**

FLC-UNESP -2001

FREITAS, Lourival Correia de.

Dissertação **Filosofia da educação presbiteriana: sua função ideológica e suas possibilidades utópicas.**

UMESP -1993

GARCEZ, Benedito Novaes.

Mackenzie. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. -1969

GOLDMAN, Frank P

Os pioneiros americanos no Brasil (educadores, sacerdotes, covos e reis). São Paulo: Pioneira. 223 -1972

GOMES, Antônio M. de Araújo.

Religião, educação e progresso: a contribuição do Mackenzie College para a

formação do empresariado em São Paulo entre 1870 a 1914.

Mackenzie -2000

HACK, Osvaldo H.

Raízes cristãs do Mackenzie e seu perfil confessional.

Mackenzie

Mackenzie College e o ensino superior brasileiro. São Paulo: Mackenzie.

Protestantismo e educação brasileira: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico.

Casa Editora Presbiteriana -1985

Protestantismo e educação brasileira.

Editora - Cultura Cristã -2000

Mackenzie College e o ensino superior brasileiro – Uma proposta de universidade.

Editora Mackenzie -2002

HILSDORF [BARBANTI], Maria Lúcia S

Dissertação **Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo, um estudo de suas origens.**

USP -1977

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

Mackenzie, 126 anos de ensino: valores acima do tempo. São Paulo: Prêmio. -1997

LAGUNA, Shirley P.

Dissertação **Reconstrução histórica do curso normal da Escola Americana de São Paulo (1889-1933). Internato de meninas: uma leitura de seu cotidiano e da instrução e educação feminina aí ministradas.**

PUC.

LÉONARD, Émile G

O protestantismo brasileiro: Estudo de eclesiologia e história social.

Aste – Juerp -1981

O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social. Trad. Linneu de Camargo Schützer. São Paulo: ASTE, 1963.

LOBELLO, M.[ed.].

Mackenzie 126 anos de ensino – Valores acima do tempo.

Instituto Presbiteriano Mackenzie - -1997

LOUREIRO, M.A.S. [Coord.]

História das universidades.

Estrela Alfa Editora.

Luciane Muniz Ribeiro Barbosa

Artigo **As concepções educacionais de Martinho Lutero -**

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a11v33n1.pdf>. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 163-183, jan./abr. 2007

Faculdade Montessori de Educação e Cultura SCIELO -2007

MACHADO, J.N.

Educação Batista no Brasil: uma análise complexa. São Paulo, SP: Colégio Batista Brasileiro,

MACHADO, José N

A contribuição Batista para a educação brasileira.

JUERP. -1994

Educação Batista no Brasil: uma análise complexa. São Paulo: Colégio Batista Brasileiro. -1999

MAGALHÃES, Justino. - SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARBI, José Claudinei (orgs.)

Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARBI, José Claudinei (org.) História da educação: perspectiva para um intercâmbio internacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados/ HISTEDBR, 1999.

MENDONÇA, A. G.

Protestantismo no Brasil - Apontamentos Sobre Sua Contribuição Para a Cultura Brasileira. Piracicaba, SP: Texto apresentado no I Encontro para Historiadores da ABIEE (Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas).

ABIEE

MENDONÇA, A.G

O celeste porvir, A Inserção do protestantismo no Brasil.

Ed. Paulinas. - 1995

MENDONÇA, A.G. & VELASQUES FILHO, P.

Introdução ao protestantismo no Brasil.

Ed. Loyola -1990

MENDONÇA, Antonio G

Protestantes na diáspora: a imigração europeia e norte-americana e as igrejas evangélicas no Estado de São Paulo. -1993

MESQUIDA, P.

Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil. Juiz de Fora, MG: EDUFJF; São Bernardo do Campo, SP: EDITEO -1994

MESQUIDA, Peri - *mais de uma categoria

Artigo **Educação protestante de origem de norte-americana na comunidade alemã de Curitiba no final do século XIX: o caso dos adventistas. - In: Revista de História da Educação 241. Brasileira, Eletrônica, v. 3, p. 6-10, 2003. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art5_9.html> Acesso em 21 jan. 2004.**

Unicamp -2003

MESQUIDA, Peri.

Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso.

Juiz de Fora: EDUFJF/ São Bernardo do Campo: Editeo.

MINTO, L.W.

Dissertação **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do Golpe de 1964 aos Anos 90.**

UNICAMP -2005

NASCIMENTO, Ester F. Vilas-Bôas C. do.

Os missionários da educação e o Instituto Ponte Nova. Revista Lusófona de Educação. 1º semestre de 2005, n. 5. pp. 111-126.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913).

Grupo de Estudos em História da Educação/NPGED/UFS. -2004

Revista **“Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX”**. Revista do Mestrado em Educação. v.4. São Cristóvão: UFS/NPGED, p. 67-85.

NASCIMENTO, J. do.

Tese **O sistema pedagógico confessional metodista.**

Fundação Escola de Sociologia e Política de São – Paulo

NOVAES, José Luis.

Tese **Protestantismo e educação metodistas e liberais na Primeira República. A inserção da educação confessional metodista na sociedade brasileira sob a hegemonia do ideário liberal.**

Universidade Metodista de São Paulo/Faculdade de Filosofia e Ciência da Religião.

OLIVEIRA, A.M.C. de.

O destino (não) manifesto: os imigrantes norteamericanos no Brasil.

União Cultural Brasil-Estados - -1995

OLIVEIRA, C. de

Dissertação **Análise crítica de uma experiência universitária: O Caso da Universidade Metodista de Piracicaba.**

UNIMEP -1983

OLIVEN, A.C.

A parouquialização do ensino superior – Classe média e sistema educacional no Brasil.

Vozes -1990

PASTORE, José.

O Ensino Superior em São Paulo: Aspectos quantitativos e qualitativos de sua experiência.

Companhia Editora Nacional -1972

PRADO, Alice da Silva.

Dissertação **Um modelo pedagógico para a República: práticas educacionais da Escola Americana em São Paulo (1870-1915).**

PUC

RAMALHO, Jether P.

Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação. Rio de Janeiro: Zahar.

REID, W. Stanford. (ed).

Calvino e sua influência no mundo ocidental.

Casa Editora Presbiteriana

REILY, Ducan Alexander.

História documental do protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE.

RIBEIRO, Boanerges.

A igreja presbiteriana no Brasil, da autonomia ao cisma.

Livraria O Semeador Ltda

Igreja evangélica e República brasileira (1889-1930).

Livraria O Semeador.

Protestantismo e cultura brasileira – aspectos da implantação do protestantismo no Brasil.

Casa Editora Presbiteriana. -1981

Igreja evangélica e República brasileira (1889-1930).

Casa Editora Presbiteriana. -1991

RIBEIRO, Domingos.

Origens do evangelismo brasileiro. Rio de Janeiro: Apollo.

SCHULZ, Almiro.

Educação Superior Protestante no Brasil. 1. ed. Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2003. v. 1. 182p .

Imprensa Universitária Adventista.

Educação superior protestante no Brasil. 1. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2003. XIV;182, 23cm. ISBN 85-89504-05-0.

Imprensa Univeristária Adventista -2003

Dissertação **Fundamentos da educação protestante no Brasil.**

PUC.

SELLARO, Lêda Rejane Accioly.

Dissertação **Educação e religião – colégios protestantes em Pernambuco na década de 20.**

UFPE/Centro de Educação

SILVA JR., J

Tese **Formação da Universidade Metodista de Piracicaba: Um estudo histórico sobre a administração universitária. -**

Universidade Católica de São Paulo -1992

SILVA Jr., J. & SGUISSARDI, V

Novas faces do Ensino Superior no Brasil - Reforma do Estado e mudança na produção.

CPAPH - FAN, EDUSF,. -1999

SOUZA, Rosa Fátima de.

“É preciso educar o povo – a influência da ação missionária protestante na educação escolar brasileira”.

SOUZA. B.M & MARTINO L.M.[orgs.].

Sociologia da Religião e Mudança Social - católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. - São Paulo, SP: PAULUS,

TEIXEIRA, Anísio.

Aspectos americanos de educação. Salvador: Tip. de São Francisco.

Uma perspectiva da educação superior no Brasil. Revista Brasileira e Estudos Pedagógicos

Revista

TEIXEIRA, Marly G.

Dissertação **Os Batistas na Bahia: 1882-1925 – um estudo de história social.**

UFBA.

VASSELAI C.

Dissertação **As universidades confessionais no Ensino Superior brasileiro: identidades, contradições e desafios.**

UNICAMP

VENÂNCIO Filho, Francisco.

Revista **Contribuição americana à educação. Rio de Janeiro, RJ: Edições Lições da Vida Americana.**

APÊNDICE 2

INSTRUMENTO DE PESQUISA 2 GIZA GUIMARÃES PEREIRA SALES - 2017

TEMA: EDUCAÇÃO ADVENTISTA/ENSINO SUPERIOR ADVENTISTA NO BRASIL / INSTITUTOS/INTERNATOS ADVENTISTAS/ INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO/ FACULDADE ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO/

ARAÚJO, W.P.

Instituto Adventista de Ensino – Visão analítica à luz de postulados legais e denominacionais. (2 Vols.)

IAE -1979

AZEVEDO, Roberto .Cesar de

Apostila **Projeto Educação – Plano decenal de educação da União Sul-Brasileira (USB). -1974.**

Apostila **Plano Educação – 81. Plano quinquenal de educação da UNISUL (71-81).**

UNISUL -1977.

Apostila **Plano Quinquenal – 1986-1990, IAE Atual (Campus Santo Amaro).**
IAE -1986.

Apostila **Plano Brasil 2010 – Plano decenal de educação da Divisão Sul-Americana.**

Imprensa Universitária Adventista -2003.

Apostila **Plano Universidades 2020: Divisão Sul-Americana, Projeção e planificação da educação superior adventista no território da DAS. Brasília, DF -2005.**

Apostila **Plano decenal de educação da Divisão Sul-Americana (1996 - 2005) - 1995**

BARBOSA, Areli.

Monografia **O IAP. 1. ed. São Paulo, SP: IAE. 23 p., - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112574**

IAE- ?

BARBOSA, Emanuel

Monografia **Educandário Nordeste Adventista - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112580**

IAE -1985

BENINI, Alencar

Monografia ENA - Educandário Nordestino Adventista - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112579
IAE -1986

BOGER, W.

Apostila Plano Diretor do Novo IAE – Instituto Adventista de Ensino - Plano Diretor do novo campus universitário. -1985.

BORGES, Michelson

Livro A chegada do adventismo ao Brasil. - 2. ed. Tatuí, SP: CPB - Casa Publicadora Brasileira, 2001.
CPB -2001

BORGES, Michelson -

Artigo (on line) Chegada do adventismo no Brasil - Disponível em <http://www.criacionismo.com.br/2008/04/chegada-do-adventismo-ao-brasil.html> -

BOVO, Eduardo Cesar

Monografia O Instituto Adventista de Ensino. - São Paulo, SP: Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140103
IAE -1984

CADWALLADER, E.M. - Trad. Rev. BRAVO, A. Coord. STENCEL, R.

Doc. Filosofia básica da educação adventista. - Título original: Principles of Education in the Writings of Ellen G. White. - Disponível em http://www.adventista.edu.br/_imagens/area_academica/files/CADWALLADER%20E%20M%20-%20Filosofia%20B%C3%A1sica%20da%20Educa

CARDOSO, Edemilson

Monografia Instituto Adventista Cruzeiro do Sul - IACS. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1984. 41 p., - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112592
IAE -1984

CARVALHO, F.L.G.

Artigo A Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil: inserção e institucionalização da obra, as estratégias de agregação de novos adeptos. - Pistis & Praxis_v6_n3_Felipe.indd - PUCPR. Disponível em ww2.pucpr.br/reol/index.php/pistis?dd99=pdf&dd1=14745
PUC PR -2014

CARVALHO, Francisco Gomes de

Artigo **A integração fé e ensino no ensino superior da educação adventista. - Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Champagnat, 2011. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2011/> PUC PR -2011**

Comunicação **A educação adventista no Brasil: entre os fins do século XIX e início do XX. - Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7799_5226.pdf Educere - UFJF - PUC -2013**

CARVALHO, Francisco Luiz Gomes de

Artigo **Colégio internacional de Curitiba (1896 – 1904): escola americana para a comunidade alemã. - Anais do V Congresso da ANPTECRE “Religião, Direitos Humanos e Laicidade” ISSN:2175-9685 - Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/5anptecre?dd1=1564> UFJF - FAPEMIG**

CORREA, Maria Elisa Leite

Artigo **Ideologia e Educação: o pensamento liberal e a educação protestante Adventista de origem norte-americana no Brasil. - Revista HISTEDBR On-line, v. 22, p. 93-104, 2006. - Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art07_22.pdf Histedbr -2006**

Comunicação **O Caso dos Adventistas: a Transformação de Uma Ideologia em Sistema Educacional, sob a Influência dos Ideais liberais, e sua Inserção na Educação Brasileira. - In: V Jornada do HISTEDBR, 2005, Sorocaba, SP. Anais da V Jornada do HISTEDBR: Instituições Esc Histedbr -2005**

Comunicação **Liberalismo e Educação Protestante no Brasil: O Sistema Educacional Adventista que se Instalou em Curitiba em fins do Século XIX. - In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, MG. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino. CLBHE -2006**

Dissertação **O Propósito dos adventistas: a transformação de uma ideologia religiosa em sistema educacional, sob a influência dos ideais liberais, e seu transplante para o Brasil, em Curitiba, em fins do século XIX e início do século XX. - <http://www.biblioteca.pucpr.> PUC -2005**

Dissertação **O Propósito dos adventistas: a transformação de uma ideologia religiosa em sistema educacional, sob a influência dos ideais liberais, e seu transplante para o Brasil, em Curitiba, em fins do século XIX e início do século XX. PUC -2005**

COSTA, Ana Adélia Santos; PEREIRA, Siméia Bernardo.

TCC **Formação de Guilherme Stein Júnior e suas contribuições para a educação adventista. Orientação de Renato Stencil. 1. ed. Engenheiro Coelho, SP: Unasp**

- Centro Universitário Adventista de São Paulo, 2005. 43 p., - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=78490.

UNASP-EC

COSTA, Miguel P.

Monografia **Edessa - Educandário Espíritosantense Adventista** - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112555

IAE - ?

CUNHA, Iraci C.

Dissertação **Contribuições da educação adventista no Brasil. - Orientação de Antônio Rubbo Müller. 1. ed. [S.l.]: - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=8646**

Fundação Escola de Sociologia e Política, -1975

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Apostila **Manual de Procedimentos do Departamento de Educação**

DEPTO. EDUC. IASD

Livro **A Filosofia da educação adventista. 1ª. ed. [S. l.]: Depart. de Educação da Associação Geral. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=16250 -1983**

DSA

Livro **Regulamento Geral Departamento De Educação - 1 ed. -1979**

EBLING, Jose Carlos Juliano

Monografia **Instituto Adventista de Ensino (Brazil College): Its Foundation and development. Michigan: Andrews University Press, 1974.**

Andrews University -1974

FERREIRA, Dário Gabriel

Monografia **Histórico do Instituto Adventista Brasil Central. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1988. 96 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112557**

IAE -1988

FERREIRA, Adalton Martins.

Monografia **Instituto Adventista Paranaense. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1985. 19 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112575**

IAE -1985

FREITAS, Zaqueu Andrade.

Monografia **Instituto Adventista Agro-Industrial. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1984.**
12 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112549
 IAE -1984

GONÇALVES, Sergio

Dissertação **Desafios de uma instituição confessional: Centro Universitário Adventista - Unasp. - Disponível em <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/HKJORHSYSPUB.pdf>**
 UNIMEP -2009

GORSKI, N.

Apostila **Esboço geral de planejamento, 1973 – 1993. -1973.**

GROSS, Janine S.

Dissertação **Paulo Freire e Ellen White: encontros e desencontros e os seus reflexos no ensino superior da Faculdade Adventista de Educação. - Orientação de Peri Mesquida. 1. ed. Curitiba, PR - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sop**
 PUC-PR -1999

GROSS, Renato

Livro **Colégio Internacional de Curitiba, uma história de fé e pioneirismo: primeira escola adventista do 7º dia do Brasil**
 Collins ed. RJ -1996

Livro **Instituto Adventista Paranaense: Uma História em três tempos. 1939 - 2009 -2009**

GUADALINI, Cesar

Tcc **História do Instituto Adventista de Ensino. São Paulo, SP: IAE, 1984.**
- Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112650
 UNASP-EC -1984

HOSAKAWA, Elder

Dissertação **Da colina “Rumo ao Mar”: Colégio Adventista Brasileiro – Santo Amaro 1915-1947.**
 USP -2001

KLEIN, Débora

Dissertação **Pedagogia na colina: A Faculdade Adventista de Educação da Universidade Adventista de São Paulo de 1971 a 1999. - Disponível em https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/379/1/B_Debora%20Klein.pdf**
 UNINOVE -2008

KNIGHT, G.R.

Livro **Uma igreja mundial: breve história dos adventistas do sétimo dia.**
Tradução de José Barbosa Silva. 1. ed. Tatuí, SP: CPB - Casa Publicadora Brasileira,
2000. 158 p.,

Casa Publicadora Brasileira -2000

KUNTZE, Tânia Denise

Tese **Faculdade Adventista de Enfermagem: Memória Histórica 1968-1998.**
- Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7140/tde-01072010-151506/pt-br.php>

USP -2010

LANZA, Laerte.

Monografia **Fundação do IASP.** 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1985. 18 p. - Disponível
em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112662

IAE -1985

LORENZATO, Antonio César.

Monografia **Instituto Adventista Paranaense.** 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1986. 16 p.
- Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112572

IAE -1986

MARQUES, Daniel Tavares.

Monografia **Monografia referente ao Instituto Adventista de São Paulo.** 1. ed. São
Paulo, SP: IAE, 1986. 31 p.

IAE -1986

MARTINS, Andréia

Comunicação **Implantação e desenvolvimento da filosofia educacional da Igreja
Adventista no Brasil: de collegio missionário da conferencia união Brasileira a Collegio
Adventista: 1915 – 1937.** - Disponível em
<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/502AndreiaM>

Colubhe -2006

Dissertação **Estratégias de difusão da igreja adventista do sétimo dia no Brasil: um
estudo sobre o Seminário/Colégio Adventista Brasileiro – 1915-1937.**

USP -2007

MARTINS, Andreia -

Artigo/com **Educação e religiosidade: uma análise histórica do Colégio Adventista
de Belo Horizonte.** - In:Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino na História da
Educação em Minas Gerais. -2003

MARTINS, Josué.

Monografia **O Instituto Adventista Agro-Industrial e sua história.** 1. ed. São Paulo,

SP: IAE, 1988. 40 p.,
IAE -1988

MATOS, Josmar Sionti Arrais de.

Dissertação **Memória e História do Trabalho Missionário Adventista no Brasil.** -
Disponível em <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/download/32680/20749>
PUC SP -1993

MAURI, Renato Garibaldi .

Monografia **Monografia do IASP. 1. ed.** São Paulo, SP: IAE. 43 p - Disponível em
http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112657
IAE - ?.

MEIRA JUNIOR, Isaac Malheiros -

Tcc **A importância do ensino religioso na pedagogia adventista.** -
Disponível em
http://www.academia.edu/8675341/O_Ensino_Religioso_e_a_pedagogia_adventista
ESAB -2010

MELO, Oder Fernandes de

Dissertação **Aspectos físicos da escola e internato adventista conforme Ellen G. White.** - Disponível em: http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=2536
UNASP- EC -1984

MESQUIDA, Peri

Artigo **Educação protestante de origem de norte-americana na comunidade alemã de Curitiba no final do século XIX: o caso dos adventistas.** - In: **Revista de História da Educação 241 - Brasileira, Eletrônica, v. 3, p. 6-10, 2003.** Disponível em -
<http://www.histedbr>.
Histedbr -2003

MICHELSON Borges

Periódico **Unasp 90 anos de história.: Revista Adventista, Tatuí, SP, v. 100, n. 3, p. 7., Março. 2005.** -2005

MIRANDA, Itanael

Tcc **Faculdade Adventista de Educação.** - São Paulo, SP: IAE, 1986. 52 p.,
il. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112538
IAE - SP -1986

MONTEIRO, Jesualdo Antônio de Souza.

Monografia **IATAI, Instituto Adventista Transamazônico Agro-Industrial. 1. ed.**

São Paulo, SP: IAE. 08 p. - http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112548
IAE - ?

NASCIMENTO, Vilandir Ismael G. do.

Monografia **Faculdade adventista de enfermagem. 1. ed.** São Paulo, SP: IAE, 1986.
41 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112540
UNASP -1986

NETO, Joaquim Azevedo

Monografia **A origem do IACS. 1. ed.** São Paulo, SP: IAE, 1986. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112596
IAE -1986

NUNES, Adilson Carlos.

Monografia **Instituto Adventista de Ensino: Sua Fundação e desenvolvimento. 1. ed.** São Paulo, SP: IAE, 1985. 71 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112673
IAE -1985

OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de.

Dissertação **A Obra e a mensagem: Representações simbólicas e organização burocrática na Igreja Adventista do Sétimo Dia. 1. ed.** Rio de Janeiro, RJ: Universidade de São Paulo, 1972. 174 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia
USP -1972

OLIVEIRA, Jairo de

Monografia **História do IPAE: uma monografia apresentada em cumprimento parcial às exigências da classe história da IASD. 1. ed.** Tupã: Destiny, 1987. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=49659 -1987

OLIVEIRA, Juarez Souza de.

Monografia **O Instituto Adventista Cruzeiro do Sul. 1. ed.** São Paulo, SP: IAE, 1984. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112594.
IAE -1984

OLIVEIRA, Francisco Santo N. de.

Monografia **IAAI. 1. ed.** São Paulo, SP: IAE, 1990. 46 p
IAE -1990

OLIVEIRA, Osvaldo.

Monografia **Instituto Adventista Agro-Industrial. 1. ed. São Paulo, SP: IAE. 06 p. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112550
IAE - ?**

PASINI, André Marcos

Livro **Memorial do Instituto Adventista Cruzeiro do Sul. 1. ed. São Paulo, SP: Instituto Adventista de Ensino, 1988. 81 p**
IAE -1988

PINHEIRO, Paulo Roberto de Moura

Dissertação **Antecedentes históricos e religiosos que determinaram a implantação do sistema educacional adventista no Recife -1984**

RABELLO, João

John Boehm: educador pioneiro. São Paulo, SP: Instituto Adventista de Ensino de São Paulo, 1990. 192 p. - São Paulo, SP : Centro Nacional da Memória Adventista, 1990.

RAMOS, Maély F. H

Dissertação **O ensino confessional adventista em São Luiz/Ma: na reminiscência da sua trajetória histórica as pistas da sua expansão - Disponível em http://www.tedebc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=556&PHPSESSID=719d372f9f609b165f3e9e4bec3cdea7
UFMA -2010**

RODRIGUES, Denise.

Monografia **Instituto Adventista Paranaense (histórico). 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1984. 13 p - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112561
IAE -1984**

ROSÁRIO, Walter Tamandaré do.

Monografia **Monografia do Instituto Adventista de Ensino do Nordeste - IAENE. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1985. 20 p.**
IAE -1985

SANTOS, E. Monografia **Faculdade adventista de enfermagem aspectos históricos e atuais. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1990. 23 -**
IAE

SCHUNEMANN, Haller Elinar Stach

Artigo **A inserção do Adventismo no Brasil através da comunidade alemã. - Disponível em https://www.pucsp.br/rever/rv1_2003/p_schune.pdf**

Revista de Estudos da Religião- PUC -2003

Artigo **A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da Igreja Adventista do 7º Dia.** - Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_schunemann.htm

Revista de Estudos da Religião- PUC -2009

SEEMUND, Ademir Manfredo

Monografia **Como surgiu o Instituto Adventista Cruzeiro do Sul** - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112589

IAE -1984

SILVA, Joel Lucas da.

Monografia **IAP. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1984. 24 p.** - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112563

IAE -1984

SILVA, Marcos

Artigo **A penetração da educação adventista no Brasil.** - Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marcos_Silva_Artigo.pdf

UEFS – BA - ?

Sociedade Criacionista Brasileira - Campinas - SP

Periódico **Centenário da educação adventista no Brasil.**

SCB -1996

SOUZA, Adalberto Lescano de.

Monografia **IPAE. 1. ed. São Paulo, SP: IAE, 1986. 36 p.** - http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112583

IAE -1986

STANDISH, Colind

Livro **Uma visão adventista da educação - 2.ed -2007**

STENCEL, Renato

Tese **História da educação superior adventista: Brasil, 1969 – 1999.** - Disponível em <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/VMKWNOFMMQQ.pdf>

UNIMEP -2006

STENCEL, Renato in Timm, A. R.[org].

Ellen White e a Filosofia Educacional Adventista.

Unaspres -2004.

Livro **A Educação Adventista de nível superior no Brasil.**

Unaspres -2004.

STENCEL, R.

Breve Histórico do Surgimento da Educação Adventista nos Estados Unidos e sua Consolidação no Brasil. Piracicaba, SP: Texto apresentado no I Encontro para Historiadores da ABIEE (Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas).

SILVA, M.

Tese **Pedagogia Adventista, Modernidade e Pós-Modernidade.** -
UNIMEP -2002

SUÁREZ, Adolfo

Dissertação **A influência da educação escolar adventista na Identidade e na fé de adolescentes.** - Disponível em <http://unasp-ec.com/revistas/index.php/kerygma/article/viewFile/259/222>
UNI - MESP - SBC -2005

TELES, Anastácia A. Macedo Sá

Monografia **A Educação bíblico-cristã como fonte de contribuição para a práxis do docente universitário adventista.** - Engenheiro Coelho, SP: Unasp - Centro Universitário Adventista de São Paulo. - Disponível em <http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo>
UNASP-SP -2009

TIMM, A.R. [org.]

Instituto Adventista de Ensino, Campus 2 – 15 Anos de História. -
Imprensa Universitária - Adventista -1999.

A Educação Adventista no Brasil: Uma breve história.
Imprensa Universitária Adventista -2004.

TIMM, Albert (Org.)

Livro **A Educação Adventista no Brasil: uma história de aventuras e milagres: III Simpósio da Memória Adventista no Brasil.** - Disponível em <http://www.unasp-ec.com/memoriadventista/index.htm>
UNASPRESS -2004

UNASP

Livro **Regimento do centro universitário adventista de São Paulo.** 1 ed. -2001

USB

Apostila **Projeto educação: plano decenal de educação da U.S.B. 75/84.** -1974

VIEIRA, R.C. de C.

Centenário da Educação Adventista no Brasil (1896 –1996). Destacando a contribuição de um pioneiro.

Vida e obra de Guilherme Stein Jr: Raízes da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil.

Casa Publicadora Brasileira -1995.

VIEIRA, Renato João -

Monografia **Instituto Adventista de São Paulo. - São Paulo, SP: IAE. - http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=112686 - Centro White IAE - ?**

VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo.

Livro **Centenário da educação adventista do Brasil 1896 - 1996: destacando a contribuição de um pioneiro. - São Paulo: Gráfica da UNISA, 1996**

UNISA -1996

WALTING, Eunice Lourenço -

Dissertação **Metodologia da educação religiosa Adventista: idealidade e realidade. - Disponível em http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=123944**

Fundação Escola de Sociologia e Política -1979

WILCHERT, Cesar Luis

Dissertação **G. J. Paul Tournier e a Educação Adventista: Concordâncias e Diferenças.**

USP -1997

